

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2017

BRASÍLIA /2018



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2017

Relatório de Gestão do Exercício de 2017 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 163/2017, da Portaria TCU nº 65/2018 e as instruções contidas no Sistema de Prestação de Contas do TCU (e-Contas).

Unidade Prestadora de Contas (UPC)
Estado-Maior da Aeronáutica - EMAER

BRASÍLIA, MAIO/2018

Lista de siglas e abreviações

ABREVIATURA	DESCRIÇÃO
1SC	1ª Subchefia do EMAER
2SC	2ª Subchefia do EMAER
3SC	3ª Subchefia do EMAER
4SC	4ª Subchefia do EMAER
5SC	5ª Subchefia do EMAER
6SC	6ª Subchefia do EMAER
7SC	7ª Subchefia do EMAER
ABN	Abaixo do Normal
ACN	Acima do Normal
ADS	*Airbus Defense and Space*
ADS-B	*Automatic Dependent Surveillance Broadcast*
AFA	Academia da Força Aérea
ALTCOM	Alto-Comando da Aeronáutica
ANAC	Agência Nacional de Aviação Civil
APF	Administração Pública Federal
ASOCEA	Assessoria de Segurança Operacional do Controle do Espaço Aéreo
ASPAER	Assessoria Parlamentar do Comandante da Aeronáutica
AVOEM	Autorização de Voo do Estado-Maior
BCA	Boletim do Comando da Aeronáutica
CABE	Comissão Aeronáutica Brasileira na Europa
CABW	Comissão Aeronáutica Brasileira em Washington
CFIAe	Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica
CCA-BR	Centro de Computação da Aeronáutica de Brasília
CCA-RJ	Centro de Computação da Aeronáutica do Rio de Janeiro
CCISE	Comissão de Coordenação e Implantação de Sistemas Espaciais
CDA	Comissão de Desportos da Aeronáutica
CDR	*Critical Design Review*
CDRL	*Contract Data Requirements List* - Lista de Requisitos de Dados do Contrato
CECOMSAER	Centro de Comunicação Social da Aeronáutica
CELOG	Centro Logístico da Aeronáutica
CEMAER	Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica
CEMADEN	Centro de Monitoramento e Alarme de Desastres Naturais
CENCIAR	Centro de Controle Interno da Aeronáutica
CENIPA	Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos
CF	Constituição Federal
CFF	Cronograma Físico-Financeiro
CGU	Controladoria Geral da União
CG-PLS	Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável

ABREVIATURA	DESCRIÇÃO
CIAAR	Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica
CIAER	Centro de Inteligência da Aeronáutica
CINDACTA	Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo
CLS	*Contractor Logistics Support* - Suporte Logístico Contratado
CMTAER	Comandante da Aeronáutica
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COMAE	Comando de Operações Aeroespaciais
COMAER	Comando da Aeronáutica
COMAR	Comando Aéreo Regional
COMDABRA	Comando de Defesa Aeroespacial Brasileiro
COMGAP	Comando-Geral de Apoio
COMGEP	Comando-Geral do Pessoal
COMPREP	Comando de Preparo
COMTI	Comitê Diretivo de Tecnologia da Informação
CONSEFA	Conselho Superior de Economia e Finanças da Aeronáutica
CONVICE	Conselho de Vice-Chefes
COPAC	Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate
CPO	Comissão de Promoções de Oficiais da Aeronáutica
CPORAER-SJ	Centro de Preparação de Oficiais da Reserva da Aeronáutica de São José dos Campos
CREFAB	Comissão de Reestruturação da Força Aérea Brasileira
DCA	Diretriz do Comando da Aeronáutica
DCTA	Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial
DECEA	Departamento de Controle do Espaço Aéreo
DIRENG	Diretoria de Engenharia da Aeronáutica
DIRINFRA	Diretoria de Infraestrutura da Aeronáutica
DEPENS	Departamento de Ensino da Aeronáutica
DIRENS	Diretoria de Ensino
DIRSA	Diretoria de Saúde da Aeronáutica
DTI	Diretoria de Tecnologia da Informação da Aeronáutica
DVP	Demonstração das Variações Patrimoniais
DT-INFRA	Destacamentos de Infraestrutura da Aeronáutica
EAI	Embraer *Aircraft International*
EB	Exército Brasileiro
ECEMAR	Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica
ECEME	Escola de Comando e Estado-Maior do Exército
EEAR	Escola de Especialistas da Aeronáutica
EGN	Escola de Guerra Naval
EMAER	Estado-Maior da Aeronáutica
EMBRAER	Empresa Brasileira de Aeronáutica

ABREVIATURA	DESCRIÇÃO
EMCFA	Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas
FA	Forças Armadas
FAB	Força Aérea Brasileira
FAer	Fundo Aeronáutico
FISS	*Full In Service*
FUNCATE	Fundação de Ciências, Aplicações e Tecnologia Espaciais
GABAER	Gabinete do Comandante da Aeronáutica
GFE	*Government Furnished Equipment*
GITE	Grupo de Instrução Tática e Especializada
ICA	Instrução do Comando da Aeronáutica
ICP	Projetos de Cooperação Industrial
IEAV	Instituto de Estudos Avançados
IFI	Instituto de Fomento Industrial
ILA	Instituto Logístico da Aeronáutica
INCAER	Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica
INCOTERMS	*International Commercial Terms*
IPEV	Instituto de Pesquisas e Ensaios em Voo
ISS	Imposto Sobre Serviço
ITA	Instituto Tecnológico de Aeronáutica
Kit SSS	Kit de material de segurança, salvamento e sobrevivência
LAI	Lei de Acesso à Informação
LOA	Lei Orçamentária Anual
MAB	Muito Abaixo do Normal
MAC	Muito Acima do Normal
MB	Marinha do Brasil
MCA	Manual do Comando da Aeronáutica
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MD	Ministério da Defesa
MDIC	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviço
ME	Medidas Estratégicas
MPDG	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
MSC	*Mission Support Center*
MTA	Módulo de Trabalho Anual
MTAB	Missão Técnica Aeronáutica Brasileira
MT-TAT	*Mission Trainer – Tatical Trainer*
NSCA	Norma de Sistema do Comando da Aeronáutica
ODG	Órgão de Direção Geral
ODGSA	Órgãos de Direção-Geral, Setorial e de Assistência Direta e Imediata ao Comandante da Aeronáutica

ABREVIATURA	DESCRIÇÃO
OCSISCON	Órgão Central do Sistema de Contra Incêndio
ODS	Órgãos de Direção Setorial
ODSA	Órgãos de Direção Setorial e de Assistência Direta e Imediata ao Comandante da Aeronáutica
OE	Objetivo Estratégico
OM	Organização Militar
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAD	Processo Administrativo Disciplinar
PAMA-SP	Parque de Material Aeronáutico de São Paulo
PAME	Parque de Material Eletrônico
PAME-RJ	Parque de Material de Eletrônica da Aeronáutica
PASA	Processos de Apuração de Sanção Administrativa
PCA	Plano do Comando da Aeronáutica
PDTI	Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PEMAER	Plano Estratégico Militar da Aeronáutica
PESE	Programa Estratégico de Sistemas Espaciais
PF	Programação Financeira
PFC	Programa de Formação Complementar
PIMO	Programa de Instrução e Manutenção Operacional
PLAMENS	Planos de Missões de Ensino
PLAMTAX	Planos de Missões Técnico-Administrativas no Exterior
PLOA	Projeto de Lei Orçamentária Anual
PPLOA	Pré-Proposta de Lei Orçamentária Anual
PLS	Plano de Logística Sustentável
PMA	Política Militar Aeronáutica
PMT	Proposta de Modificação Técnica
PND	Política Nacional de Defesa
PO	Plano Orçamentário
PPA	Plano Plurianual
PTA	Programa de Trabalho Anual
QCOA	Quadro Complementar de Oficiais da Aeronáutica
QOCON	Quadro de Oficiais Convocados
RAP	Restos a Pagar
RFP	*Request for Proposal*
RG	Relatório de Gestão
RH	Recursos Humanos
ROP	Requisitos Operacionais
RP	Resultado Primário
RTLI	Requisitos Técnicos, Logísticos e Industriais

ABREVIATURA	DESCRIÇÃO
RTLIB	Requisitos Técnicos Logísticos e Industriais Básicos
SAAB	*Svenska Aeroplan AB*
SAR	*Search and Rescue*
SAUTI	Serviço de Atendimento aos Usuários de Tecnologia da Informação
SDAB	Subdiretoria de Abastecimento
SecexDefesa	Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública
SEFA	Secretaria de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica
SGDC	Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE	Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIC-FAB	Serviço de Informação ao Cidadão da Força
SIGAER	Sistema de Informação Gerencial de Apoio à Decisão do Comando da Aeronáutica
SIGPES	Sistema de Informações Gerenciais de Pessoal
SISCON	Sistema de Contra Incêndio do Comando da Aeronáutica
SISDABRA	Sistema de Defesa Aeroespacial Brasileiro
SISFRON	Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras
SIGPIMA	Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário da Aeronáutica
SILOMS	Sistema Integrado de Logística de Material e Serviços
SIOP	Sistema Integrado de Planejamento Orçamentário
SIPAER	Sistema de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos
SIPAM	Sistema de Proteção da Amazônia
SIPLORC	Sistema de Planejamento e Acompanhamento Orçamentário
SISCEAB	Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro
SisGAAz	Sistemas de Gerenciamento da Amazônia Azul
SISPAT	Sistema de Patrimônio do Comando da Aeronáutica
SISSAR	Sistema de Busca e Salvamento Aeronáutico
SOF	Secretaria de Orçamento Federal
SOW	*Statement of Work*
SPIUnet	Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União
SRPV	Serviço Regional de Proteção ao Voo
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
SUCONT	Subsecretaria de Contabilidade
SUFIN	Subsecretaria de Administração Financeira
TA	Termo Aditivo
TCA	Tabela do Comando da Aeronáutica
TCE	Tomada de Contas Especiais
TCU	Tribunal de Contas da União
TED	Termo de Execução Descentralizada
TI	Tecnologia da Informação

ABREVIATURA	DESCRIÇÃO
UG	Unidade Gestora
UG EXEC	Unidade Gestora Executora
UPC	Unidade Prestadora de Contas
WBS	*Work Breakdown Structure*

Lista de tabelas

Tabela 2.2.1 - Comparação Previsto x Realizado dos Objetivos do PPA 51
Tabela 4.1.1 - Comparação da Distribuição de Idade dos Militares do COMAER 135
Tabela 4.1.2 - Comparação da escolaridade dos militares do COMAER 136
Tabela 4.1.3 - Comparação da porcentagem dos militares por sexo 137
Tabela 4.1.4 - Comparação dos resultados do teste de avaliação do condicionamento físico 138
Tabela 4.1.5 - Comparação da Rotatividade 139
Tabela 4.1.6 - Comparação do êxodo 140
Tabela 4.2.1.1 - Situação Patrimonial dos Terrenos sob a Jurisdição do COMAER 149
Tabela 4.2.1.2 - Quantidade de imóveis por Unidade da Federação (UF) 150
Tabela 4.3.1 – Total de militares e servidores civis capacitados nos cursos do STI no ano de 2017 156
Tabela 6.2.1 - Custo Unitário do Produto COMAER 180
Tabela 7.4.1 - Déficit do Fluxo de Pagamento relativo às Despesas Obrigatórias (R$ Mil) 189
Tabela 7.4.2 – Déficit do Limite de Pagamento relativo ao Tesouro Nacional e Fundo Aeronáutico (R$ Mil) 189
Tabela 7.4.3 - Déficit do Limite de Pagamento relativo ao Programa de Aceleração do Crescimento (R$ Mil) 189
Tabela 7.4.4 – Atendimento das Programações Financeiras das UG em 2017 * 189

Lista de quadros

Quadro 1.1.1- Finalidade e Competências 19
Quadro 1.2.1- Atribuições das Subchefias 21
Quadro 1.2.2 - Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas 23
Quadro 1.3.1 - Macroprocessos Finalísticos do EMAER 30
Quadro 1.3.2 - Macroprocessos Finalísticos do COMAER 31
Quadro 2.1.1 - Objetivos estratégicos do COMAER 39
Quadro 2.2.1.1 - Ação 123B 53
Quadro 2.2.1.2 - Ação 14T0 55
Quadro 2.2.1.3 - Ação 14VX 57
Quadro 2.2.1.4 - Ação 14XJ 59
Quadro 2.2.1.5 - Ação 151S 61
Quadro 2.2.1.6 - Ação 2048 64
Quadro 2.2.1.7 - Ação 2048 66
Quadro 2.2.1.8 - Ação 20IH 68
Quadro 2.2.1.9 - Ação 20S9 70
Quadro 2.2.1.10 - Ação 20X8 73
Quadro 2.2.1.11 - Ação 20X9 77
Quadro 2.2.1.12 - Ação 20XA 79
Quadro 2.2.1.13 - Ação 20XA 82
Quadro 2.2.1.14 - Ação 20XB 85
Quadro 2.2.1.15 - Ação 20XB 88
Quadro 2.2.1.16 - Ação 212O 91
Quadro 2.2.1.17 - Ação 2868 93
Quadro 2.2.1.18 - Ação 7U72 95
Quadro 2.2.1.19 - Ação 14TH 97
Quadro 2.2.1.20 - Ação 156L 100
Quadro 2.2.1.21 - Ação 20SA 102
Quadro 2.2.1.22 - Ação 20XV 104
Quadro 2.2.1.23 - Ação 2913 107
Quadro 2.2.3.1 - Despesas por modalidade de contratação 110
Quadro 2.2.3.2 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa 112
Quadro 2.4.1.1.1 - Indicadores de Desempenho – Monitoramento do Espaço Aéreo 116
Quadro 2.4.1.2.1 - Indicadores de Desempenho – Disponibilidade da Frota da Força Aérea Brasileira 117
Quadro 2.5.9.1 - Previsão Anual de Recursos da Ação 151S 122
Quadro 2.5.9.2 - Novo Roadmap para o PESE 123
Quadro 3.2.1 - Processos Administrativos e Sindicâncias 130
Quadro 3.2.2 - Inserção dos PAD instaurados, em 2017, no sistema CGU-PAD 131
Quadro 4.1.1.1 - Força de trabalho da UPC 141
Quadro 4.1.1.2 - Distribuição da lotação efetiva 142
Quadro 4.1.1.3 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC 143
Quadro 4.1.2.1 - Despesas com Pessoal 144
Quadro 4.1.4.1 - Distribuição de vagas por demanda 146
Quadro 4.1.4.2 - Evolução das Despesas 146
Quadro 4.1.4.3 - Despesa por Subelemento de Despesa 147
Quadro 7.1.1 - Comparativo de determinações e recomendações 184
Quadro 7.2.1 – Auditorias realizadas em 2017 185
Quadro 7.2.2 - Monitoramento das Recomendações 186
Quadro 7.3.1 - Medidas adotadas para apuração e ressarcimento de danos ao Erário 187

Lista de figuras

Figura 1.2.1 - Organograma do COMAER 26
Figura 1.2.2 - Organograma do COMAER 27
Figura 1.3.1 – Missão da Força Aérea Brasileira 29
Figura 2.1.1 - Visão geral do Processo de Planejamento e Gestão Institucional da Aeronáutica 34
Figura 2.1.2 - Mapa Estratégico da FAB 38
Figura 4.2.1.1 - Mapa com gráfico de setores da situação patrimonial 151
Figura 4.2.1.2 - Relatório de Contabilização SIAFI 152
Figura 5.1.1.1 - Publicação de matérias por categoria 170
Figura 5.1.2.1 - Situação dos pedidos de acesso à informação 172
Figura 5.1.2.2 - Características do acesso à informação 172
Figura 5.1.2.3 - Perfil dos solicitantes pessoa física 173
Figura 6.2.1 - Cadeia de Valor: Processos e Custos do COMAER - 2017 179
Figura 6.2.2 - Dimensão 22: Quem Controla e Defende, Protege 180
Figura 6.2.3 - Painel Gerencial de Custos do COMAER - 2017 182

Lista de gráficos

Gráfico 2.2.1 - Comparação Previsto x Realizado dos Objetivos do PPA 52
Gráfico 4.1.1 - Distribuição dos militares por idade 135
Gráfico 4.1.2 - Escolaridade dos militares do COMAER 136
Gráfico 4.1.3 - Porcentagem de militares do COMAER Por sexo 137
Gráfico 4.1.4 - Resultado De Avaliação Do Condicionamento Físico 138
Gráfico 4.1.5 - Rotatividade – 2017 139
Gráfico 4.1.6 - Êxodo Prematuro – 2017 139
Gráfico 4.5.1.1 - Comparativo de arrecadação FAer 2017 x LOA 2017 168
Gráfico 6.2.1 – Acompanhamento do consumo de Energia Elétrica (KWh) no COMAER – 2017 x 2016 181
Gráfico 7.4.1 - Liberação de Recursos para as Unidades Gestoras do País em 2017 (Tesouro Nacional, Fundo Aeronáutico e PAC) 190

Lista de anexos e apêndices

ANEXO I. Informações relativas à ocorrência e atos de formalização de cessão, para terceiros, de Imóveis da União sob a responsabilidade do COMAER 194
ANEXO II. Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei nº 4.320/64 e Notas Explicativas 238
ANEXO III. Informações sobre os projetos conduzidos pela COPAC 277

SUMÁRIO

1. VISÃO GERAL 19
1.1. Finalidade e competências 19
1.2. Organograma 21
1.3. Macroprocessos Finalísticos 28
2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS 32
2.1 Planejamento Organizacional 32
2.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício 46
2.1.2 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos 49
2.2 Desempenho orçamentário 50
2.2.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade 53
2.2.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário 109
2.2.3 Informações sobre a execução das despesas. 110
2.3 Desempenho operacional 113
2.4 Apresentação e análise de indicadores de desempenho 116
2.4.1 Indicadores do PPA 116
2.4.1.1 Monitoramento do Espaço Aéreo 116
2.4.1.2 Disponibilidade da Frota da Força Aérea Brasileira 117
2.4.2 Indicadores Estratégicos 118
2.5 Informações sobre as ações do Programa Estratégico de Sistemas Espaciais 119
2.5.1 Identificação das Unidades Gestoras que Realizaram Despesas no Âmbito do PESE 119
2.5.2 Identificação dos Gestores Envolvidos no Gerenciamento e na Execução de Despesas Relacionadas ao PESE. 120
2.5.3 Identificação e Descrição Sucinta das Normas que Regulam a Gestão do PESE 120
2.5.4 Organograma Funcional das Unidades Gestoras na Execução do PESE 121
2.5.5 Alinhamento dos Projetos do PESE com o Plano Plurianual do Governo 121
2.5.6 Programação Orçamentária e Financeira e Resultados Alcançados do PESE 121
2.5.7 Cronograma Físico-Financeiro do PESE 122
2.5.8 Informações por Projeto (Frotas Cálidris, Attícora, Lessônia e Carponis) do PESE 122
2.5.9 Indicação das Próximas Etapas Previstas do PESE 122
2.5.10 Projeto SGDC 124
2.5.11 Análise Crítica sobre o Andamento dos Projetos do PESE 124
2.6 Informações sobre os projetos conduzidos pela Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate 127
3 GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS 128
3.1 Descrição das estruturas de governança 128
3.2 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos 129
3.3 Gestão de risco e controles internos 132
4 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO 133
4.1. Gestão de pessoas 133
4.1.1. Estrutura de pessoal da unidade 141
4.1.2. Demonstrativo das despesas com pessoal 144
4.1.3. Gestão de riscos relacionados ao pessoal 145
4.1.4. Contratação de pessoal de apoio e de estagiários 145
4.2. Gestão do patrimônio e infraestrutura 147
4.2.1. Gestão do patrimônio imobiliário da união 147
4.3. Gestão da tecnologia da informação 153
4.3.1. Principais sistemas de informações 159
4.3.2. Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) 164
4.3.2.1.Tecnologia da Informação: 164

4.3.2.2.Defesa Cibernética e Segurança da Informação: 165
4.4. Gestão ambiental e sustentabilidade 165
4.4.1. Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras 166
4.5. Gestão de fundos e de programas 167
4.5.1. Identificação e informações dos fundos na gestão da unidade 167
5 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE. 170
5.1 Canais de acesso do cidadão 170
5.1.1 Portal FAB 170
5.1.2 Serviço de Informações ao Cidadão da Força Aérea Brasileira (SIC-FAB) 171
5.1.3 e-OUV 173
5.1.4 Fale Conosco 173
5.1.5 Mídias Sociais 173
5.1.6 Aplicativo da FAB para smartphones 175
5.2 Carta de serviços ao Cidadão 175
5.3 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade 175
6 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS 177
6.1 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos 177
6.2 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade 178
6.3 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas 183
7 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE 184
7.1. Tratamento de determinações e recomendações do TCU 184
7.2. Tratamento de recomendações do órgão de controle interno 185
7.3. Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao Erário 186
7.4. Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993 188
7.5. Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento 191
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS 193
ANEXO I 194
ANEXO II 238
Apresentação 238
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 252
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 253
01 – Caixa e Equivalente de Caixa 254
02 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo 255
03 – Ativo Realizável a Longo Prazo 256
04 – Imobilizado 257
05 – Intangível 261
06 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais 262
07 – Fornecedores a Pagar 262
08 – Empréstimos e Financiamentos 262
09 – Provisões a curto e longo prazo 263
10 – Obrigações Contratuais 266
11 – Ajustes de Exercícios Anteriores 267
12 – Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa 267
13 – Resultado Financeiro do Exercício 270
14 – Resultado Patrimonial do Exercício 270
15 – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido 273
16 – Receitas Orçamentárias 273

17 – Despesas Orçamentárias 274
18 – Resultado Orçamentário do Exercício 276
ANEXO III 277
01 – Projeto AM-X 280
02 – Projeto E-99M 299
03 – Projeto F-5BR 309
04 – Projeto F-X2 316
05 – Projeto H-XBR 323
06 – Projeto KC-X 332
07 – Projeto CL-X2 339
08 – Projeto KC-390 344
09 – Projeto Link-BR2 348
10 – Projeto MAA-CA 5ª Geração (A-DARTER) 353
11 – Projeto I-X 365
12 – Projeto AAE 369

APRESENTAÇÃO

As discussões no Brasil sobre a criação de um ministério específico para o setor da aviação começaram no fim da década de 20 e ganharam força a partir de 1935, com o lançamento de uma campanha para a criação do Ministério do Ar, sob a influência de países como a França.



Um dos principais defensores do plano para criar uma força aérea independente foi o presidente Getúlio Vargas. Ele organizou um grupo de estudos no início de 1940 e toda a estrutura do Ministério da Aeronáutica foi criada no fim desse ano. Esse novo órgão governamental seria responsável por todos os aspectos da aviação civil e militar, incluindo regulação, infraestrutura e organização.

Em 20 de janeiro de 1941, o governo brasileiro determinou a centralização das operações aéreas das forças militares brasileiras em um único comando, o Ministério da Aeronáutica. O seu ramo militar chamado "Forças Aéreas Nacionais", foi alterado para "Força Aérea Brasileira" (FAB), em 22 de maio daquele ano. Os ramos aéreos do Exército (Aviação Militar) e da Marinha (Aviação Naval) deixaram de existir e todo o pessoal, aeronaves, instalações e outros equipamentos relacionados foram transferidos para a FAB.

Logo após a sua criação, a FAB necessitava de pessoal qualificado e, já em 1941, foram criadas a Escola de Aeronáutica e a Escola de Especialistas de Aeronáutica, a partir da Escola de Aviação Militar e da Escola de Aviação Naval, até então pertencentes ao Exército e à Marinha, respectivamente.

O primeiro Ministro da Aeronáutica, Joaquim Pedro Salgado Filho, dividiu o território nacional em Zonas Aéreas e, em 22 de maio de 1941, criou a FAB, o braço armado do Ministério da Aeronáutica.

O Ministério da Marinha, Ministério do Exército e Ministério da Aeronáutica eram independentes até a data de 10 de junho de 1999, quando foram substituídos pelo Ministério da Defesa (MD) através da Lei Complementar n° 97 de 9 de junho de 1999. Com a centralização administrativa, os três braços das Forças Armadas do Brasil se transformaram em Comandos do Ministério da Defesa – Comando do Exército, Comando da Marinha e Comando da Aeronáutica (COMAER).

Para cumprir sua missão, a FAB divide sua estrutura de defesa por tipos de aviação: caça, patrulha marítima, reconhecimento, asas rotativas e transporte. O aparato está distribuído em localidades estrategicamente distribuídas no território brasileiro.



Atualmente, o COMAER conta com uma força de trabalho de 76.093 (setenta e seis mil e noventa e três) servidores, militares e civis, distribuídos por todos os estados do país, sendo que por volta de 54,18% estão na área meio e 45,82% na área fim.

A confecção de um Relatório de Gestão (RG) único do Comando da Aeronáutica, elaborado pelo Estado-Maior da Aeronáutica (EMAER), é uma prática adotada desde 2015, atendendo às orientações do Tribunal de Contas da União (TCU).

Este RG consolida o vasto campo de atuação das tarefas atinentes ao COMAER, realizadas pelos Órgãos de Direção-Geral, Setorial e de Assistência Direta e Imediata ao Comandante da Aeronáutica (ODGSA).

O Relatório de Gestão em comento foi resultado das tratativas entre o TCU, por intermédio da Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública (SecexDefesa), e o COMAER, representado pelo Centro de Controle Interno da Aeronáutica (CENCIAR) e pelo Estado-Maior da Aeronáutica.

1. VISÃO GERAL

De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, o COMAER é uma das Forças Armadas do País, subordinada ao Ministério da Defesa, destinada à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

O Comandante da Aeronáutica (CMTAER) é responsável por exercer o comando, a direção e a gestão da Aeronáutica; orientar a elaboração e supervisionar a execução dos programas setoriais da Aeronáutica; e zelar pela aptidão da Força para o cumprimento de sua missão constitucional e de suas atribuições subsidiárias. Para tanto, o Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009 aprovou a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores e das Funções Gratificadas do COMAER, do Ministério da Defesa. O Anexo I desse decreto estabelece as competências do órgão (conforme item 1.1 – Finalidade e Competências).

O EMAER, como Órgão de Direção Geral da Aeronáutica, foi designado como a Unidade Prestadora de Contas (UPC) do COMAER, reunindo e condensando todas as informações necessárias para demonstrar a correta aplicação dos recursos disponibilizados ao COMAER no último exercício financeiro.

Finalidade e competências

O COMAER é um órgão integrante do Ministério da Defesa que tem por finalidade preparar os órgãos operacionais e de apoio da Aeronáutica para o cumprimento da sua destinação constitucional.

Em sua estrutura, o COMAER possui um Órgão de Direção-Geral, dois Órgãos de Assessoramento Superior, sete Órgãos de Direção Setorial, e nove Órgãos de Assistência Direta e Imediata ao Comandante, como poderá ser observado no item 1.2 - Organograma.

Cada órgão possui uma finalidade específica descrita no Anexo I do Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009 e suas alterações, conforme quadro abaixo:

Quadro 1.1.1- Finalidade e Competências

	NOME DO ÓRGÃO	SIGLA	PRINCIPAIS FINALIDADES
Órgão de Direção Geral	Estado-Maior da Aeronáutica	EMAER	- Coordenar as ações dos Órgãos de Direção Setorial; - Orientar, coordenar e controlar as atividades de planejamento plurianual, de orçamento e gestão e de modernização administrativa do COMAER; - Orientar, coordenar e controlar as atividades relacionadas com o portfólio de projetos e gestão de processos do COMAER; - coordenar, no âmbito do COMAER, os assuntos que envolvam o atendimento às solicitações dos órgãos governamentais, do Ministério da Defesa, dos Estados-Maiores da Armada e do Exército, bem como das Forças Armadas de outros países; e - Supervisionar as atividades realizadas pelas 26 (vinte e seis) Adidâncias Aeronáuticas Brasileiras situadas no exterior e pela Missão Técnica Aeronáutica Brasileira (MTAB), situada em Assunção - Paraguai
Órgãos de Assessoramento Superior (*)	Alto-Comando da Aeronáutica	ALTCOM	- Assessorar o CMTAER nas suas atribuições de direção e gestão da Força, bem como apreciar outros assuntos de interesse do COMAER; e - Assessorar o CMTAER nos assuntos relativos à Política Militar Aeronáutica

	Conselho Superior de Economia e Finanças da Aeronáutica	CONSEFA	- Assessorar o CMTAER na formulação das diretrizes econômico-financeiras e nos assuntos relacionados com a execução, orçamento, administração financeira, contabilidade e auditoria
Órgãos de Direção Setorial	Comando-Geral de Apoio	COMGAP	- Planejar, gerenciar e controlar as atividades relacionadas com o apoio logístico de material, patrimonial e de TI no COMAER
	Comando de Preparo	COMPREP	- Preparar, para o emprego, os meios da Força Aérea sob sua responsabilidade
	Comando-Geral do Pessoal	COMGEP	- Planejar, gerenciar e controlar as atividades relacionadas com o pessoal civil e militar do COMAER
	Departamento de Controle do Espaço Aéreo	DECEA	- Planejar, gerenciar e controlar as atividades relacionadas com o controle do espaço aéreo, com a proteção ao voo, com o serviço de busca e salvamento e com as telecomunicações do COMAER
	Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial	DCTA	- Planejar, gerenciar, realizar e controlar as atividades relacionadas com a ciência, tecnologia e inovação, no âmbito do COMAER
	Secretaria de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica	SEFA	- Gerir as atividades relativas à administração financeira, execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil dos recursos do COMAER; e - Gerir as atividades relacionadas com o apoio administrativo, moradia funcional, provisões e material de intendência, pagamento de pessoal, subsistência e apoio assistencial e social
	Comando de Operações Aeroespaciais	COMAE	- Realizar a defesa aeroespacial do território nacional contra todas as formas de ameaça, a fim de assegurar o exercício da soberania no espaço aéreo brasileiro; e - Empregar os meios sob seu controle operacional, incluídos os necessários para o estabelecimento dos procedimentos a serem seguidos com relação às aeronaves hostis ou suspeitas de tráfico de substâncias entorpecentes e drogas afins
Órgãos de Assistência Direta e Imediata ao CMTAER	Gabinete do Comandante da Aeronáutica	GABAER	- Assessorar o CMTAER no estudo dos assuntos submetidos à sua apreciação e assisti-lo em sua representação funcional e pessoal
	Comissão de Promoções de Oficiais da Aeronáutica	CPO	- Assessorar o CMTAER nos assuntos relativos às promoções dos oficiais da Aeronáutica
	Centro de Comunicação Social da Aeronáutica	CECOMSAER	- Assessorar o CMTAER nos assuntos relativos à comunicação social da instituição
	Centro de Inteligência da Aeronáutica	CIAER	- Fornecer subsídios ao CMTAER nos assuntos relacionados ao Estado, ao preparo e ao emprego da FAB
	Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica	INCAER	- Pesquisar, desenvolver, divulgar e preservar a memória e a cultura aeronáutica brasileira
	Assessoria Parlamentar do Comandante da Aeronáutica	ASPAER	- Assessorar o CMTAER no relacionamento institucional com o Poder Legislativo
	Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos	CENIPA	- Planejar, gerenciar, controlar e executar as atividades relacionadas com a prevenção e a investigação de acidentes aeronáuticos; e - Assessorar o CMTAER nos assuntos de sua competência
	Assessoria de Segurança Operacional do Controle do Espaço Aéreo	ASOCEA	- Assessorar o CMTAER nos assuntos relativos à segurança do Serviço de Navegação Aérea e temas correlatos

	Centro de Controle Interno da Aeronáutica	CENCIAR	- Planejar, dirigir, coordenar e executar as atividades de controle interno no âmbito do COMAER

Fonte: EMAER

OBS: (*) Os Órgãos de Assessoramento Superior são convocados e presididos pelo CMTAER e são constituídos pelos Oficiais Generais do último posto (Tenentes Brigadeiros do Ar) da ativa.

Organograma

O Estado-Maior da Aeronáutica (EMAER) é a Unidade Prestadora de Contas do COMAER, conforme disposto na Decisão Normativa TCU nº 154, de 19 de outubro de 2016. Suas atribuições específicas constam do Regulamento do Estado-Maior da Aeronáutica, normativo interno alinhado com o Anexo I do Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009.

Como órgão de direção-geral e UPC, o Estado-Maior da Aeronáutica é estruturado com sete Subchefias, as quais tem as seguintes atribuições:

Quadro 1.2.1- Atribuições das Subchefias

Subchefias	Principais Atribuições
1ª Subchefia (1SC)	- Acompanhar, analisar e emitir pareceres referentes às áreas de recursos humanos, de ensino de estruturas organizacionais e sistêmicas; e - Planejar, administrar, coordenar e acompanhar os recursos orçamentários concernentes à instrução e treinamento técnico-operacional do efetivo do COMAER.
2ª Subchefia (2SC)	- Tratar dos assuntos relacionados à área internacional e à de inteligência estratégica afetos ao COMAER; - Coordenar e controlar as atividades dos Adidos Aeronáuticos do Brasil no Exterior e realizar, no âmbito no COMAER, a ligação com os Adidos Militares Estrangeiros no Brasil; e - Coordenar e emitir diretrizes sobre a atuação de militares em Operações de Paz da Organização das Nações Unidas (ONU).
3ª Subchefia (3SC)	- Gerenciar e normatizar o preparo e emprego dos meios aéreos, em atendimento às necessidades internas e em apoio aos órgãos externos; - Orientar, planejar e supervisionar, em coordenação com os ODSA e órgãos externos ao COMAER, os assuntos relativos à aplicação dos Sistemas Espaciais e propor diretrizes e estratégias para o setor estratégico espacial.
4ª Subchefia (4SC)	- Planejar, coordenar, orientar e supervisionar as atividades logísticas e patrimoniais do COMAER; e - Coordenar as fases do ciclo de vida de materiais no que concerne à implantação, utilização e desativação de aeronaves, sistemas de armas ou equipamentos.
5ª Subchefia (5SC)	- Realizar a consolidação da proposta do Plano Plurianual (PPA); - Realizar a gestão orçamentária Anual do COMAER; e - Elaborar o orçamento anual do COMAER.
6ª Subchefia (6SC)	- Tratar dos assuntos relacionados com o planejamento estratégico de mais alto nível do COMAER; - Manter estreita relação com o Ministério da Defesa e seus equivalentes nas demais Forças Singulares, buscando a harmonização dos estudos e Diretrizes de alto nível; e - Analisar, em coordenação com o Ministério da Defesa, os assuntos relacionados com as políticas e estratégias afetas à Defesa Nacional.

7ª Subchefia (7SC)	- Supervisionar a governança do portfólio de programas e projetos do COMAER; - Coordenar os assuntos relacionados com a gestão dos processos no COMAER; e - Avaliar, monitorar e acompanhar a consecução do PPA e a execução físico-financeira das Ações Orçamentárias, bem como coordenar a elaboração do Relatório de Gestão, no âmbito do COMAER.

No nível de execução, as atividades estratégicas do COMAER são realizadas pelos Órgãos de Direção Setorial (ODS), conforme ilustrado no Quadro 1.2.1 e Figuras 1.2.1 e 1.2.2.

Quadro 1.2.2 - Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Cargo	Titular	Período de atuação
Estado-Maior da Aeronáutica (EMAER)	- Coordenar as ações dos Órgãos de Direção Setorial; - Orientar, coordenar e controlar as atividades de planejamento plurianual, de orçamento e gestão e de modernização administrativa do COMAER; - Orientar, coordenar e controlar as atividades relacionadas com o portfólio de projetos e gestão de processos do COMAER; - coordenar, no âmbito do COMAER, os assuntos que envolvam o atendimento às solicitações dos órgãos governamentais, do Ministério da Defesa, dos Estados-Maiores da Armada e do Exército, bem como das Forças Armadas de outros países; e - Supervisionar as atividades realizadas pelas 26 (vinte e seis) adidâncias aeronáuticas brasileiras situadas no exterior e pela Missão Técnica Aeronáutica Brasileira (MTAB), situada em Assunção – Paraguai.	Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica	Tenente-Brigadeiro do Ar Raul Botelho	01/01/2017 a 31/12/2017
Comando-Geral de Operações Aéreas (COMGAR)*	- Executar o planejamento, o preparo para o emprego e o controle das operações aéreas da FAB	Comandante-Geral de Operações Aéreas	Tenente-Brigadeiro do Ar Gerson Nogueira Machado de Oliveira	01/01/2017 a 20/01/2017
			Tenente-Brigadeiro do Ar Antônio Carlos Egito do Amaral	20/01/2017 a 28/06/2017
Comando-Geral de Apoio (COMGAP)	- Planejar, gerenciar e controlar as atividades relacionadas com o apoio logístico de material, patrimonial e de TI no COMAER	Comandante-Geral de Apoio	Tenente-Brigadeiro do Ar Paulo João Cury	01/01/2017 a 31/12/2017
Comando de Preparo (COMPREP)**	- Preparar, para o emprego, os meios da Força Aérea sob sua responsabilidade	Comandante de Preparo***	Tenente-Brigadeiro do Ar Antônio Carlos Egito do Amaral	29/07/2017 a 31/12/2017

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Cargo	Titular	Período de atuação
Comando-Geral do Pessoal (COMGEP)	- Planejar, gerenciar e controlar as atividades relacionadas com o pessoal civil e militar do COMAER	Comandante-Geral de Pessoal	Tenente-Brigadeiro do Ar Antonio Carlos Moretti Bermudez	01/01/2017 a 31/12/2017
Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA)	- Planejar, gerenciar e controlar as atividades relacionadas com o controle do espaço aéreo, com a proteção ao voo, com o serviço de busca e salvamento e com as telecomunicações do COMAER	Diretor-Geral do Departamento de Controle do Espaço Aéreo	Tenente-Brigadeiro do Ar Carlos Vuyk De Aquino	01/01/2017 a 31/07/2017
			Tenente-Brigadeiro do Ar Jeferson Domingues de Freitas	31/07/2017 a 31/12/2017
Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA)	- Planejar, gerenciar, realizar e controlar as atividades relacionadas com a ciência, tecnologia e inovação, no âmbito do COMAER	Diretor-Geral do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial	Tenente-Brigadeiro do Ar Antônio Carlos Egito do Amaral	01/01/2017 a 24/01/2017
			Tenente-Brigadeiro do Ar Carlos Augusto Amaral Oliveira	24/01/2017 a 31/12/2017
Departamento de Ensino da Aeronáutica (DEPENS)*	- Planejar, gerenciar e controlar as atividades de ensino, relativas à formação e ao aperfeiçoamento do pessoal do COMAER	Diretor-Geral do Departamento de Ensino da Aeronáutica	Tenente-Brigadeiro do Ar Dirceu Tondolo Nôro	01/01/2017 a 31/03/2017
			Tenente-Brigadeiro do Ar Antonio Carlos Moretti Bermudez	31/03/2017 a 28/06/2017
Secretaria de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica (SEFA)	- Gerir as atividades relativas à administração financeira, execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil dos recursos do COMAER; e - Gerir as atividades relacionadas com o apoio administrativo, moradia funcional, provisões e material de intendência, pagamento	Secretário de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica	Tenente-Brigadeiro do Ar José Magno Resende de Araújo	01/01/2017 a 31/12/2017

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Cargo	Titular	Período de atuação
	de pessoal, subsistência e apoio assistencial e social			
Comando de Operações Aeroespaciais (COMAE)**	- Realizar a defesa aeroespacial do território nacional contra todas as formas de ameaça, a fim de assegurar o exercício da soberania no espaço aéreo brasileiro; e - Empregar os meios sob seu controle operacional, incluídos os necessários para o estabelecimento dos procedimentos a serem seguidos com relação às aeronaves hostis ou suspeitas de tráfico de substâncias entorpecentes e drogas afins	Comandante do Comando de Operações Aeroespaciais	Tenente-Brigadeiro do Ar Gerson Nogueira Machado de Oliveira	29/06/2017 a 31/07/2017
			Tenente-Brigadeiro do Ar Carlos Vuyk De Aquino	31/07/2017 a 31/12/2017

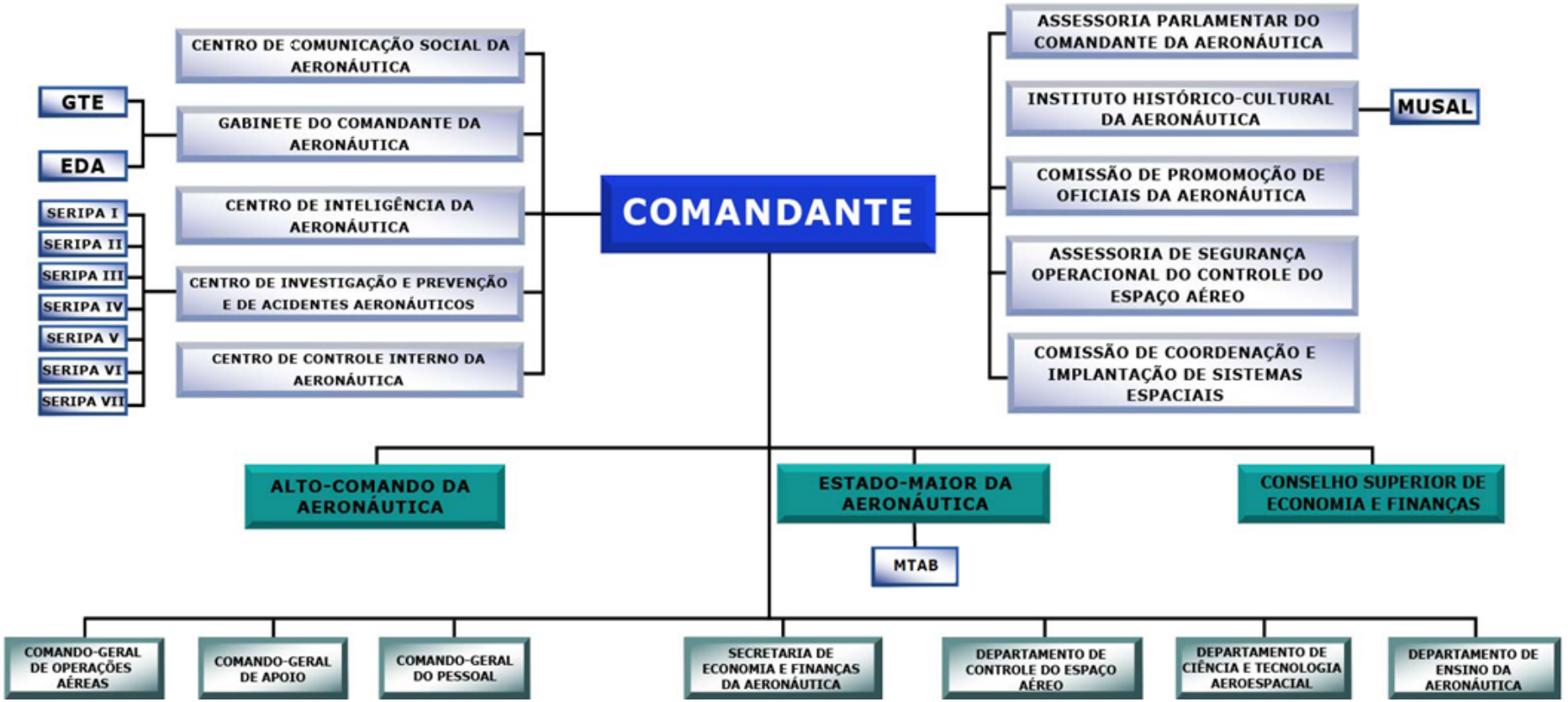
Fonte: EMAER

OBS: * Órgãos que deixaram de existir a partir da mudança na estrutura do COMAER (Decreto nº 9.077, de 08 de junho de 2017) - em vigor a contar de 29 de junho de 2017.

** Órgãos que passaram a existir a partir da mudança na estrutura do COMAER (Decreto nº 9.077, de 08 de junho de 2017) - em vigor a contar de 29 de junho de 2017.

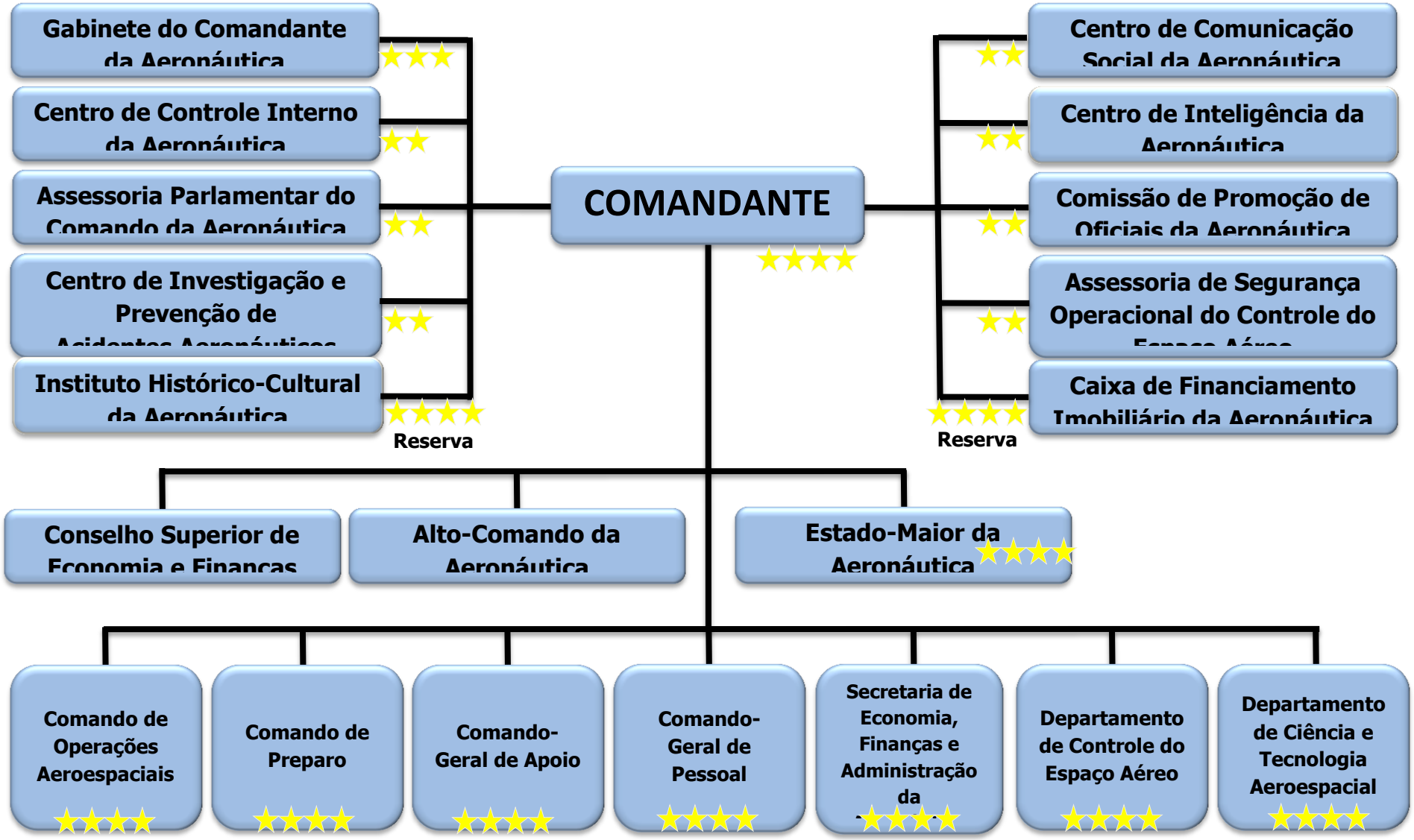
*** Apesar da diferença de datas entre a criação do COMPREP e a designação do Ten Brig Ar Antônio Carlos Egito do Amaral para Comandante de Preparo, não houve interrupção das atividades, pois a Unidade foi criada incorporando atribuições e instalações do COMGAR, cujo Comandante era a mesma pessoa. Além disso, durante a fase de transição, o Ten Brig Ar Antônio Carlos Egito do Amaral era o Presidente do Comitê de Implantação do Comando de Preparo, conforme Portaria nº 160/GC1, de 19 de janeiro de 2017.

Figura 1.2.1 - Organograma do COMAER



Fonte: EMAER

Figura 1.2.2 - Organograma do COMAER



Fonte: EMAER

OBS: A Figura apresenta a entidade vinculada à Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica (CFIAE). No entanto, a Prestação de Contas anual deste órgão não faz parte do escopo deste relatório.

Em virtude da alteração no organograma do Comando da Aeronáutica, foram apresentadas duas Figuras. A primeira, figura 1.2.1, destaca a estrutura regimental vigente até o dia 28 de junho de 2017. A segunda, figura 1.2.2, apresenta a estrutura instituída pelo Decreto nº 9.077, de 08 de junho de 2017, que passou a vigorar a partir de 29 de junho de 2017, alterando o estabelecido no Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009.

A apresentação desses dois organogramas, neste Relatório de Gestão, cumpre a Decisão Normativa TCU nº 161, de 01 de novembro de 2017, inciso II do Art. 13, que orienta sobre a necessidade de se retratar quaisquer modificações nas estruturas regimentais durante o exercício de 2017 no referido Relatório da Unidade Prestadora de Contas da qual seja integrante.

Cabe destacar que, além das alterações ocorridas nos Órgãos de Direção Setorial (ODS) e já mencionadas no **"Quadro 1.2.2 - Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas"**, houve ainda as seguintes transferências de subordinação:

a) A Missão Técnica Aeronáutica Brasileira em Assunção (MTAB), anteriormente subordinada ao Estado-Maior da Aeronáutica (EMAER), foi transferida para o Comando-Geral do Apoio (COMGAP), conforme Portaria nº 1.788/GC3, de 4 de dezembro de 2017.

b) A Comissão de Coordenação e Implantação de Sistemas Espaciais (CCISE), anteriormente vinculada diretamente ao Comandante da Aeronáutica, passou a integrar a estrutura organizacional do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA).

É importante ressaltar que ambas as transferências de subordinação ocorreram em função do processo de reestruturação do Comando da Aeronáutica e que as atribuições e competências dos dois setores citados foram mantidas na nova estrutura.

Macroprocessos Finalísticos

No mais alto nível, a Constituição Federal, em seu Art. 142, descreve a destinação das Forças Armadas. Desta forma, designou-se à Aeronáutica exercer a defesa da Pátria através da soberania do espaço aéreo. Esta e as demais atividades a cargo do COMAER estão descritas nos documentos decorrentes do planejamento no nível Ministério da Defesa e COMAER, conforme descrito no item 1.1 - Finalidade e Competências.

Os Macroprocessos Finalísticos do COMAER, formulados com base nos documentos citados, estão diretamente alinhados com a sua missão-síntese: "MANTER A SOBERANIA DO ESPAÇO AÉREO E INTEGRAR O TERRITÓRIO NACIONAL, COM VISTAS À DEFESA DA PÁTRIA.", e seguem as competências previstas no Art. 3º do Anexo I ao Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009.

Na observância de sua missão, a Força Aérea Brasileira é responsável por defender o espaço aéreo, que compreende os 8,5 milhões de km² de extensão de todo o território brasileiro, somado à Zona Econômica Exclusiva (ZEE) - que possui 3,5 milhões de km². A ZEE se refere ao espaço marítimo, adjacente à costa continental e ilhas oceânicas brasileiras, na qual a exploração de recursos é exclusiva do País. As duas partes somadas totalizam 12 milhões km², que correspondem à área de atuação das unidades operacionais posicionadas em pontos estratégicos, realizando a segurança nas fronteiras e garantindo a defesa da Pátria.

Além disso, em cumprimento aos acordos internacionais, no que diz respeito ao controle do espaço aéreo, a FAB é responsável também por controlar voos em mais de 10 milhões de km² sobre o Oceano Atlântico. Portanto, a Dimensão 22 se refere à área total (12 mi km² + 10 mi km²) sob a responsabilidade das "Asas que protegem o País": 22 milhões de km² - quase três vezes mais que o tamanho do Brasil, mais que o dobro da área do continente europeu.

Uma Força Aérea presente em 22 milhões de km². É assim que a Força Aérea Brasileira se apresenta na Dimensão 22. Um conceito moderno que sintetiza a responsabilidade de atuação da instituição no cumprimento da sua missão, em sintonia com os desafios do futuro. Tem em seu código genético o compromisso de controlar, defender e integrar o País numa dimensão muito maior que os limites geográficos que ele tem.

Figura 1.3.1 – Missão da Força Aérea Brasileira



Fonte: CECOMSAER

Apesar das restrições orçamentárias impostas pela conjuntura, o COMAER atuou com empenho na execução de seus macroprocessos, priorizando as ações que permitissem obter os melhores resultados no cumprimento de sua Missão.

Em relação ao macroprocesso "Controle do Espaço Aéreo" o DECEA manteve em bom nível a prestação de seus serviços à sociedade, apesar das dificuldades inerentes à distribuição de organizações de suporte no extenso território nacional, para realizar a manutenção dos equipamentos de suporte, a implantação de novos equipamentos, assim como a contínua capacitação e treinamento de seus profissionais.

Em relação ao macroprocesso "Preparo", o COMGAR, substituído a partir de junho pelo COMPREP, mesmo com um acréscimo de 16% no esforço aéreo em relação a 2016, ainda permanece 8% abaixo do patamar de 2015 e 29% abaixo do patamar do período 2012-2014. O órgão focou seus esforços no treinamento e capacitação de suas equipagens, extraindo o máximo possível dos equipamentos disponíveis, bem como se utilizando dos treinamentos em simuladores de voo e demais sistemas para a manutenção do adestramento das equipagens (pessoal e equipamento) com o menor dispêndio financeiro possível.

Em relação ao macroprocesso "Emprego", o COMGAR, substituído a partir de junho pelo COMAE, concretizou-se por meio de Operações Aéreas no território nacional de forma singular ou em conjunto com as demais Forças (Operação Ostium, por exemplo), bem como em operações de ajuda internacional (Combate a incêndios no Chile e Ajuda humanitária devido a enchentes no Peru). Nestes eventos buscou-se aprimorar as técnicas e doutrinas de emprego, de modo a manter as tripulações adestradas e prontas para o emprego da Força Aérea. Em adição, atuou por meio do apoio aéreo a outros órgãos públicos (Ministério da Saúde, Ministério da Justiça, Ministério da Integração Nacional, etc.), assim como diretamente à população com as "Evacuações Aeromédicas", transportando enfermos em regiões carentes e de difícil acesso ou transportando órgãos e tecidos, colaborando para salvar a vida de brasileiros.

Principais insumos que concorreram para a execução dos macroprocessos do COMAER no exercício:

- Equipamentos utilizados para o controle do espaço aéreo (radares, consoles de controle de tráfego aéreo, estações de comunicação, aeronaves de inspeção em voo, etc.), aeronaves do acervo da FAB, recursos humanos do COMAER (militares e civis), infraestruturas operacionais e administrativas de apoio e recursos orçamentários e financeiros recebidos.

Principais fornecedores que concorreram para a execução dos macroprocessos do COMAER no exercício:

- Comando-Geral do Pessoal (Administração e Formação de RH), Comando-Geral de Apoio (Suprimento de Manutenção das aeronaves) e Departamento de Ciência e Tecnologia da Aeronáutica (desenvolvimento de projetos de CT&I, certificações, estudos em Aplicações Operacionais, etc.).

Principais parceiros externos da UPC no exercício:

- EMBRAER, AVIBRÁS, HELIBRÁS, AEL Sistemas, SAAB (Suécia), DENEL (África do Sul), AIRBUS Military (França) e Thales Group (França).

Os Macroprocessos Finalísticos do EMAER estão diretamente alinhados com as competências previstas no Art. 5º do Anexo I ao Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009.

Quadro 1.3.1 - Macroprocessos Finalísticos do EMAER

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Planejamento Estratégico do COMAER	Elaborar o Planejamento Estratégico do COMAER	Plano Estratégico Militar da Aeronáutica - PEMAER - Plano do Comando da Aeronáutica (PCA) 11-47	Todas as OM do COMAER	6ª Subchefia do EMAER
Planejamento Orçamentário do COMAER	Elaborar o Orçamento do COMAER	Plano de Ação da Aeronáutica (PCA 11-44)	Todas as OM do COMAER	5ª Subchefia do EMAER
Inspeção no COMAER	Orientar as inspeções no COMAER	Relatório de Inspeção	Todas as OM do COMAER	7ª Subchefia do EMAER
Formalização de diretrizes e normas no COMAER	Elaborar e emitir diretrizes e normas para o COMAER	- Diretriz do Comando da Aeronáutica (DCA) -Instrução do Comando da Aeronáutica (ICA)	Todas as OM do COMAER	Todas as Subchefias do EMAER

Fonte: EMAER

Quadro 1.3.2 - Macroprocessos Finalísticos do COMAER

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Controle do Espaço Aéreo	Processo destinado ao gerenciamento do tráfego aéreo, que consiste na operação, implantação e manutenção de órgãos, sistemas, equipamentos e estações no atendimento às necessidades inerentes ao processo	- Implantação e manutenção de simuladores - Recuperação de instalações e de prédios operacionais - Implantação de novos softwares - Modernizações de sistemas de monitoração de dados estatísticos em TWR - Modernizações de DTCEA/ APP/ TWR	**A Sociedade Brasileira** - Empresas aéreas - Operadores de aeronaves civis e militares - Pilotos civis e militares - Unidades aéreas das Forças Armadas - Usuários ou assinantes de serviços e sistemas aeronáuticos (telecomunicações aeronáuticas, informações aeronáuticas, meteorologia aeronáutica, busca e salvamento e investigação e prevenção de acidentes aeronáuticos)	DECEA
Preparo	Capacitar e treinar as equipagens operacionais das unidades aéreas e de aeronáutica para agirem com prontidão, mobilidade e precisão	Meios de Força Aérea prontos para Emprego em qualquer parte do território nacional	**A Nação Brasileira** - Unidades Aéreas - Unidades de Aeronáutica (não aéreas) subordinadas aos Comandos Operacionais (os Comandos Aéreos Regionais e Forças Aéreas)	COMGAR / COMPREP
Emprego	Comandar, executar e controlar as ações de Força Aérea em tempo de paz, e empregar as capacidades e os meios aeroespaciais e terrestres da FAB nas eventuais ações de pronta resposta, que antecedem a ativação da Estrutura Militar de Defesa	As Ações de Força Aérea previstas na Diretriz do Comando da Aeronáutica (DCA 1-1/2012)	**A Nação Brasileira** - Infraestrutura nacional - Demais Forças Armadas e auxiliares - Agências Governamentais - Outros	COMGAR / COMAE

Fonte: EMAER

2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

2.1 Planejamento Organizacional

Destinação das Forças Armadas e do Comando da Aeronáutica:

A Constituição Federal estabelece como destinação das Forças Armadas a defesa da Pátria, a garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem, de onde derivam a missão e as atribuições do COMAER.

Cabe às Forças Armadas, como atribuição subsidiária geral, cooperar com o desenvolvimento nacional e a defesa civil, na forma determinada pelo Presidente da República.

Cabe à Aeronáutica, como atribuições subsidiárias particulares:

I - prover a segurança da navegação aérea;

II - contribuir para a formulação e condução da Política Aeroespacial Nacional;

III - estabelecer, equipar e operar a infraestrutura aeroespacial, aeronáutica e aeroportuária, de competência do Comando da Aeronáutica;

IV - operar o Correio Aéreo Nacional;

V - cooperar com os órgãos federais, quando se fizer necessário, na repressão aos delitos de repercussão nacional e internacional, quanto ao uso do espaço aéreo e de áreas aeroportuárias, na forma de apoio logístico, de inteligência, de comunicações e de instrução; e

VI - preservadas as competências exclusivas das polícias judiciárias, atuar, de maneira contínua e permanente, por meio das ações de controle do espaço aéreo brasileiro, contra todos os tipos de tráfego aéreo ilícito, com ênfase nos envolvidos no tráfico de drogas, armas, munições e passageiros ilegais, agindo em operação combinada com organismos de fiscalização competentes, aos quais caberá a tarefa de agir após a aterragem das aeronaves envolvidas em tráfego aéreo ilícito, podendo, na ausência destes, revistar pessoas, veículos terrestres, embarcações e aeronaves, bem como efetuar prisões em flagrante delito.

A FAB, dentro das demandas nacionais, atua em atividades de estímulo à indústria de defesa, de auxílio à repressão dos crimes transnacionais, de situações de crise institucional ou decorrentes de fenômenos naturais e, ainda, de maneira permanente, do sistema de busca e salvamento.

Desse modo, para ser uma Força Aérea efetiva, no futuro e, ao mesmo tempo, prover atendimento às políticas públicas, sociais e de integração do País, a FAB necessita do estabelecimento de uma visão de futuro, orientadora da construção de todas as capacidades requeridas para fazer frente a essas situações. Sintetiza-se, assim, a Missão do COMAER: **"Manter a soberania do espaço aéreo e integrar o território nacional, com vistas à defesa da pátria"**.

Para colimar esforços no sentido do seu desenvolvimento, a FAB identificou a seguinte visão de futuro, demarcada para o ano de 2041 e pautada nas diretrizes dos documentos condicionantes: "Uma Força Aérea de grande capacidade dissuasória, operacionalmente moderna e atuando de forma integrada para a defesa dos interesses nacionais".

Para ajudar na construção da organização, foram definidos os seguintes valores institucionais: disciplina, patriotismo, integridade, comprometimento e profissionalismo.

Planejamento Institucional:

Na FAB, o planejamento institucional tem por finalidade subsidiar a execução dos planejamentos de curto, médio e longo prazo, em todos os níveis da Administração.

O planejamento institucional classifica-se em três níveis: Estratégico, Operacional e Tático.

Planejamento no Nível Estratégico: é o processo de formulação de estratégias para aproveitar as oportunidades e neutralizar as ameaças, utilizando os pontos fortes e fortalecendo os pontos fracos da Organização para a consecução de sua missão. Integra as principais políticas, objetivos e metas

estabelecidas. Nesse nível são realizadas as atividades relacionadas com os estudos, análises e avaliações.

Planejamento no Nível Operacional: é o processo de definir meios para a concretização dos objetivos. É nesse nível que as estratégias são desdobradas, permitindo realinhamentos para a obtenção de resultados, e que as atividades relacionadas com as políticas específicas setoriais são implementadas, com vistas ao cumprimento das diretrizes e objetivos estabelecidos no nível estratégico.

Planejamento no Nível Tático: é focado no detalhamento e na execução das ações. Na FAB, a execução será operacionalizada por meio de um sistema integrado de planejamento, execução e controle. Esse planejamento deve maximizar os resultados e minimizar as deficiências, utilizando princípios de maior eficiência, eficácia e efetividade, que se constituem nos principais critérios de avaliação da gestão.

O planejamento institucional é um processo de formulação de estratégias organizacionais, elaborado pelo EMAER em conjunto com os Órgãos de Direção Setorial e de Assistência Direta e Imediata ao Comandante da Aeronáutica (ODSA), no qual se busca o atingimento da visão da instituição, bem como a viabilização das atividades rotineiras da organização com foco na missão, considerando o ambiente em que ela está atuando.

O planejamento institucional da FAB adota os seguintes horizontes temporais:

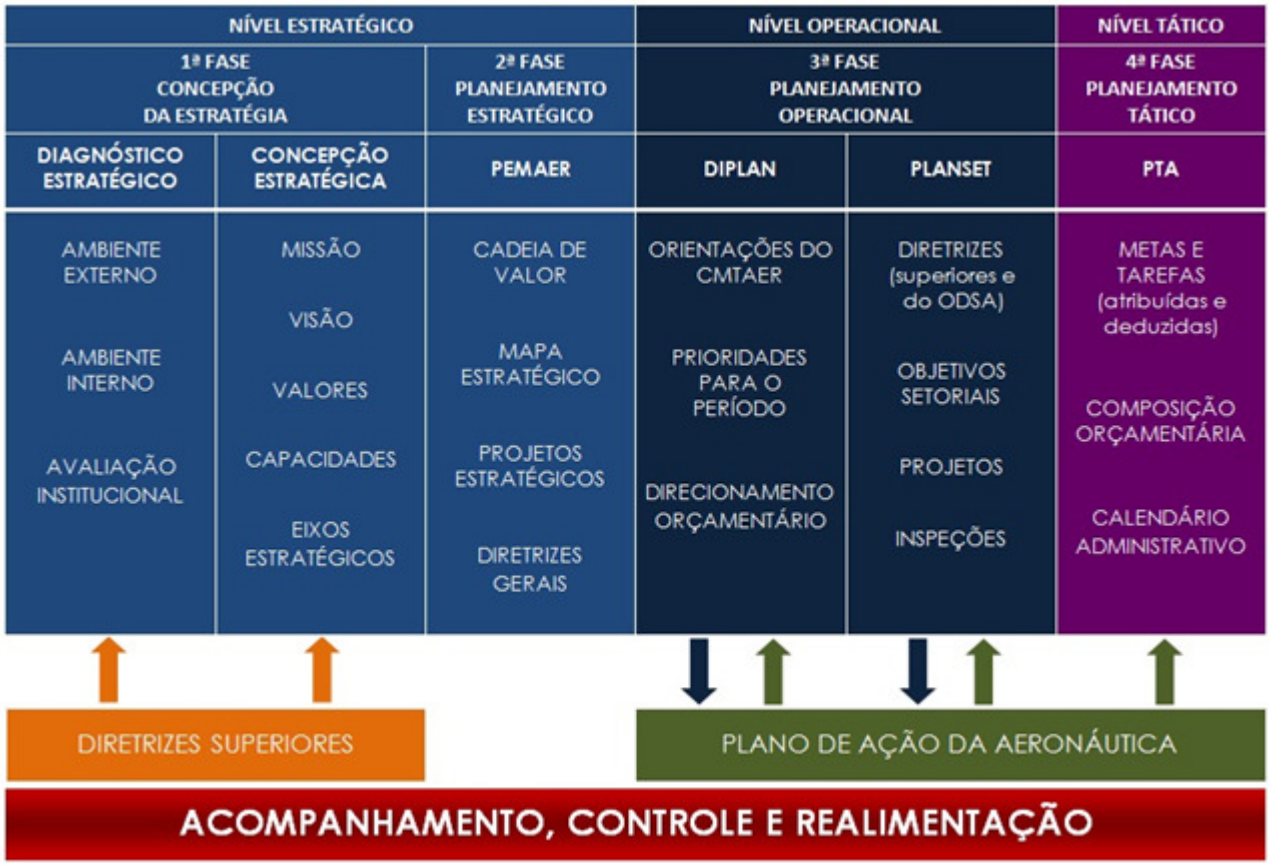
* curto prazo - zero a 4 anos;
* médio prazo - 5 a 10 anos; e
* longo prazo - acima de 10 anos.

Para viabilizar esse planejamento, a FAB possui os seguintes instrumentos:

* Concepção Estratégica;
* Plano Estratégico Militar da Aeronáutica;
* Diretriz de Planejamento Institucional;
* Planos Setoriais dos ODSA;
* Programas de Trabalho Anual; e
* Plano de Ação da Aeronáutica.

A Figura abaixo apresenta a visão geral do Processo de Planejamento e Gestão Institucional da Aeronáutica.

Figura 2.1.1 - Visão geral do Processo de Planejamento e Gestão Institucional da Aeronáutica.



Fonte: EMAER

Plano Estratégico:



O planejamento estratégico está relacionado com a visão futura da organização, com os objetivos estratégicos, as medidas estratégicas (ME), as iniciativas, os projetos, as atividades e metas decorrentes, que, ao ser implementado, resultará na obtenção das capacidades militares necessárias, ou ainda, modificará, excluirá ou incluirá novas capacidades e atividades na FAB.

O Plano Estratégico Militar da Aeronáutica (PEMAER), contempla um período de 25 anos e apresenta a estratégia a ser seguida pela FAB para o alcance da Visão descrita na Concepção Estratégica "Força Aérea 100", proporcionando a estrutura necessária a fim de transformar a Força Aérea na instituição operacional e eficiente vislumbrada nesta Concepção Estratégica.

Os responsáveis pelo planejamento dos Órgãos de Direção Setorial e de Assistência Direta e Imediata ao Comandante da Aeronáutica são o principal público-alvo do PEMAER. Este documento, com seus planos complementares, eliminam a necessidade de outros planos estratégicos elaborados pelos ODSA, bem como proporcionam o necessário alinhamento estratégico das atividades e dos projetos realizados no âmbito daqueles Órgãos. Este modelo oferecerá a todos os militares e civis da Força o direcionamento dos esforços para o alcance das capacidades vislumbradas na Concepção Estratégica.

O Plano Estratégico não pode ser um documento isolado, ele é o elemento central da estratégia de Planejamento Institucional da Força Aérea, permitindo a tomada de decisão com o mínimo de incerteza sobre os recursos disponíveis necessários à execução das estratégias desejadas.

Objetivos e Medidas Estratégicas:

Na FAB, Objetivos Estratégicos (OE) são objetivos de alto nível e de longo prazo, tendo sua origem na Missão da Aeronáutica, no cenário estabelecido pelo diagnóstico estratégico e nos desafios necessários ao atingimento da Visão de Futuro.

Estratégia é o como fazer, ou seja, definir o caminho a seguir para se atingir os objetivos propostos. Na Força Aérea, as estratégias recebem a designação de Medidas Estratégicas ou Iniciativas Setoriais.

As Medidas Estratégicas (ME), que podem ser multisetoriais ou exclusivas de um único ODSA (Iniciativas Setoriais), representam uma consolidação das linhas de ação em pauta nesses órgãos quando da elaboração deste Plano.

No Nível Operacional, as ME transformam-se automaticamente em Objetivos Setoriais e a elas cada ODSA associa as Iniciativas Setoriais necessárias para cumprir a estratégia vislumbrada.

O Plano Estratégico definiu os seguintes Objetivos Estratégicos/Medidas Estratégicas para o COMAER:

OBJETIVO 1: Fortalecer e aprimorar a capacidade de emprego da Força Aérea Brasileira

* Aprimorar o preparo com vistas ao emprego da FAB nas possibilidades de atuação;

* Aprimorar os processos e as diretrizes de emprego da FAB com vistas às possibilidades de atuação;

* Promover a adequação dos Meios de Força Aérea com vistas ao emprego da FAB nas possibilidades de atuação; e

* Aprimorar a capacidade de inteligência em prol do preparo e emprego da FAB.

OBJETIVO 2: Aprimorar a capacidade de controle do espaço aéreo brasileiro

* Aprimorar os serviços de Controle Integrado do Espaço Aéreo Brasileiro;

* Modernizar os meios técnicos do Controle Integrado do Espaço Aéreo Brasileiro; e

* Aprimorar a gestão organizacional com vistas a maximizar a efetividade do Controle Integrado do Espaço Aéreo.

OBJETIVO 3: Modernizar a gestão de recursos humanos da FAB

* Racionalizar os recursos humanos com base nas necessidades administrativas, técnicas e operacionais da FAB;

* Modernizar o Sistema de Ensino da Força;

* Aprimorar o apoio ao homem e as ações de valorização do efetivo;

* Ampliar a capacitação profissional na pós-formação de acordo com áreas de interesse da FAB; e

* Aprimorar os processos de divulgação, seleção e admissão de pessoal.

OBJETIVO 4: Racionalizar a estrutura e a gestão organizacional da Força Aérea Brasileira

* Aprimorar a gestão organizacional da FAB, com vistas a maximizar sua efetividade;

* Reorganizar e racionalizar a estrutura organizacional da FAB, com vistas a maximizar sua efetividade;

* Adequar a distribuição das organizações da FAB no território nacional, conforme as necessidades de reorganização institucional;

* Incrementar as ações voltadas para assegurar a regularidade dos recursos orçamentários e financeiros para as atividades da FAB; e

* Fortalecer a gestão de Tecnologia da Informação (TI) na FAB.

OBJETIVO 5: Aprimorar a integração nas ações com outras Forças e órgãos públicos

* Ampliar a interoperabilidade nas operações aéreas com outras Forças e Órgãos Públicos;

* Ampliar as interações administrativas com órgãos e sistemas do Governo Federal;

* Ampliar a comunalidade de sistemas e equipamentos com as demais Forças Singulares; e

* Ampliar a participação da FAB na formulação das doutrinas de emprego conjunto.

OBJETIVO 6: Desenvolver soluções científico-tecnológicas e de inovação para a Força Aérea Brasileira

* Incrementar o desenvolvimento de estudos, de tecnologias, de pesquisas científicas e de soluções tecnológicas de interesse da FAB;

* Ampliar a capacidade científico-tecnológica e de inovação da FAB;

* Aprimorar a gestão do conhecimento científico-tecnológico da FAB; e

* Modernizar o modelo de relacionamento na área tecnológica com a Indústria Aeroespacial Brasileira.

OBJETIVO 7: Fortalecer a consciência da sociedade brasileira sobre a importância da atuação da Força Aérea Brasileira

* Reforçar a imagem da FAB como instrumento de Defesa Nacional;

* Promover a interação com os segmentos da sociedade brasileira formadores de opinião;

* Aprimorar a pesquisa, o desenvolvimento, a divulgação e a preservação referentes à cultura e ao histórico institucional; e

* Aperfeiçoar o serviço de divulgação de relatórios de investigação de ocorrências aeronáuticas.

OBJETIVO 8: Aprimorar a capacidade de apoio logístico e de infraestrutura patrimonial da Força Aérea Brasileira

* Modernizar a gestão logística;

* Ampliar a nacionalização e a transferência de conhecimento relacionadas aos sistemas e equipamentos de apoio logístico à Força;

* Incrementar a interação com as indústrias com capacidade para prover apoio logístico à FAB; e

* Adequar a infraestrutura da Força à sua reestruturação.

OBJETIVO 9: Incrementar a governança institucional

* Aprimorar o Sistema de Planejamento e Gestão Institucional da Aeronáutica;

* Aprimorar a gestão estratégica de programas e projetos da Força Aérea Brasileira; e

* Incrementar o processo de governança no âmbito dos ODSA.

OBJETIVO 10: Ampliar a capacidade de integração internacional de interesse do Estado Brasileiro

* Ampliar as medidas de cooperação com países e organismos internacionais de interesse;

* Ampliar a participação em Operações de Paz;

* Incrementar as ações conjuntas com países e organismos internacionais de interesse; e

* Contribuir para a projeção internacional da Base Industrial de Defesa no campo aeroespacial.

Mapa Estratégico:

O Mapa Estratégico é uma representação gráfica dos Objetivos Estratégicos, agrupados em Perspectivas Estratégicas, que foram concebidas como os temas correspondentes aos desafios da Instituição, e distribuídos verticalmente em Horizontes de Impacto.

Na Força Aérea, os Objetivos Estratégicos estão organizados em três Horizontes de Impacto:

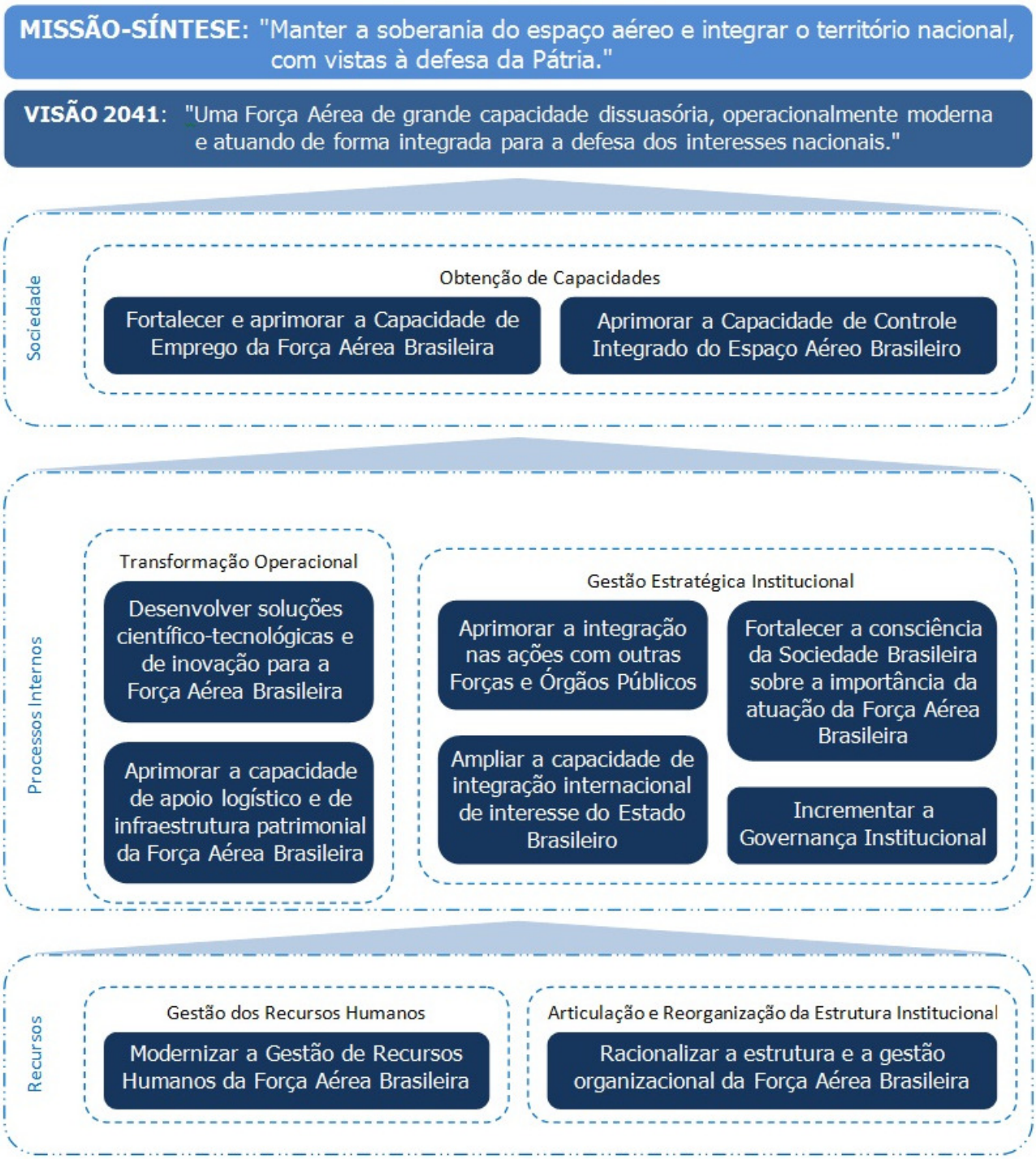
* SOCIEDADE - impactado pelos OE que representam as entregas da FAB à Nação brasileira, que reúnem as ações finalísticas atinentes à sua missão constitucional;

* PROCESSOS INTERNOS - impactado pelos OE que atuam sobre os processos que necessitam de aperfeiçoamento para que a FAB cumpra de forma mais eficiente, eficaz e efetiva a sua missão constitucional; e

* RECURSOS - impactado pelos OE que buscam a adequação dos recursos humanos e de infraestrutura da Instituição, classificados como os pilares que suportam seus demais desafios.

A Figura abaixo apresenta o Mapa Estratégico da FAB, com os seus Objetivos Estratégicos distribuídos pelos Horizontes de Impacto e conectados através de relações de causa e efeito.

Figura 2.1.2 - Mapa Estratégico da FAB.



Fonte: EMAER

Essa forma de apresentação permite uma melhor análise da estratégia do COMAER, explicitando e descrevendo o processo de transformação de ativos intangíveis em resultados concretos para a Sociedade Brasileira.

Plano Plurianual:

Para que o planejamento estratégico do COMAER possa se concretizar ao longo do tempo, é necessário que ocorra seu alinhamento com os objetivos do PPA do Governo Federal, especificamente aos do Programa 2058 – Defesa Nacional, sob responsabilidade do Ministério da Defesa, que para o período 2016-2019, foram definidos na Lei nº 13.249, de 13 de janeiro de 2016.

No quadro 2.1.1, é apresentado um extrato dos objetivos estratégicos do COMAER e sua vinculação aos objetivos do PPA dentro do Programa 2058. O quadro apresenta ainda as metas do PPA sob responsabilidade do COMAER.

Quadro 2.1.1 - Objetivos estratégicos do COMAER

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO COMAER	OBJETIVOS DO PPA	METAS DO PPA (COMAER)
Fortalecer e aprimorar a capacidade de emprego da Força Aérea Brasileira	1121 - Aparelhar as Forças Armadas com meios e equipamentos militares para a Defesa Nacional	04G2 - Adquirir 22 aeronaves militares 04G3 - Atingir 44% do desenvolvimento do projeto da aeronave caça multimissão (F-X2) 04G4 - Modernizar 17 aeronaves militares
	1114 - Elevar a capacidade operativa dos meios e efetivos das Forças Armadas por meio da sua capacitação, adestramento e prontidão logística	04F3 - Reduzir o período médio entre treinamentos em simulador de voo das tripulações operacionais de 30 para 24 meses
Aprimorar a capacidade de controle do espaço aéreo brasileiro	1123 - Monitorar, controlar e defender o espaço terrestre, aéreo e as águas jurisdicionais brasileiras	04GF - Elevar a cobertura de vigilância aérea no território nacional de 47% para 75%, com ampliação do monitoramento na altitude de 3.300m
Modernizar a gestão de recursos humanos da FAB	1113 - Dispor de recursos humanos civis e militares capazes de cumprir as ações necessárias à Defesa Nacional	04FP - Alterar a composição do quantitativo de oficiais temporários da FAB de 40% para 44% 04S8 - Alterar a composição do quantitativo de graduados temporários da FAB de 10% para 23%
Aprimorar a integração nas ações com outras forças e órgãos públicos	1122 - Planejar, preparar e conduzir operações militares nos âmbitos nacional e Internacional	**
Desenvolver soluções científico-tecnológicas e de inovação para a Força Aérea Brasileira	1119 - Desenvolver e elevar capacidades nas áreas estratégicas da cibernética, nuclear, espacial e nas áreas de comunicações, comando e controle, inteligência e segurança da Informação	**
	1124 - Promover o desenvolvimento da Base Industrial de Defesa e de tecnologias de interesse da Defesa Nacional	04GU - Concluir o programa de ensaios e a certificação da aeronave KC-390 04GW - Concluir o desenvolvimento do Míssil A-DARTER 04GX - Concluir o Projeto de Enlace de Dados Ar-Ar e Terra-Ar (Projeto LINK-BR2)
Fortalecer a consciência da sociedade sobre a importância da atuação da Força Aérea Brasileira	1125 - Cooperar com o desenvolvimento nacional, a defesa civil e as ações governamentais em benefício da sociedade	**
Racionalizar a estrutura e a gestão organizacional da Força Aérea Brasileira	1116 - Adequar a infraestrutura e a distribuição das instalações das Organizações Militares terrestres para ampliação da capacidade de atuação e da mobilidade das Forças Armadas	04FE - Concluir a construção de um hangar para a aeronave KC-390, na Base Aérea do Galeão
Aprimorar a capacidade de apoio logístico e de infraestrutura patrimonial da Força Aérea Brasileira		
Incrementar a governança institucional	*	**

Ampliar a capacidade de integração internacional de interesse do Estado brasileiro	0554 - Promover a multilateralidade na área de defesa com países e Organismos Internacionais	**

Fonte: EMAER

* Observando-se o quadro acima, identifica-se que o objetivos estratégicos do COMAER tem estreita correlação com os governamentais, sendo acrescido apenas um item próprio, para aprimoramento de sua governança institucional.

** Em alguns objetivos o COMAER não possui meta específica no PPA. Nesses casos, a meta é do nível MD e a Aeronáutica colabora com iniciativas específicas, como é o caso da iniciativa 05O7 (Definição de missões e de requisitos dos sistemas espaciais de interesse para a área de Defesa no Programa Estratégico de Sistemas Espaciais – PESE), vinculada ao objetivo 1119 do PPA.

Com relação às metas descritas no PPA, sob responsabilidade do COMAER, cabe destacar os seguintes avanços:

*** 04G2 - Adquirir 22 aeronaves militares**

No Projeto I-X não havia previsão do recebimento de aeronaves em 2017.

No Projeto KC-390, a baixa dotação orçamentária obrigou a renegociação contratual e o ajuste na cadência de entrega das aeronaves. Ressalta-se que a duas primeiras aeronaves deste modelo deveriam ter sido entregues em 2016. No final de 2017, a 1ª aeronave de série atingiu 59,07% de sua produção, e tem sua entrega programada para 2018.

No Projeto CL-X2, foi recebida a 1ª aeronave em junho de 2017, o FAB 6550, bem como peças de reposição, equipamentos de apoio de solo e o treinamento das tripulações. A 2ª aeronave está prevista para 2019.

Na esteira da falta de disponibilidade orçamentária, o COMAER adiou a aquisição da aeronave prevista no âmbito do projeto KC-X2 (aeronave de transporte pesada de carga e reabastecimento de voo). Negocia, ainda, no Projeto I-X, a redução do escopo de 6 para apenas 4 aeronaves.

Fruto deste cenário, no exercício de 2017 foi atingida a meta de apenas 3 das 22 aeronaves previstas inicialmente (13,6%). Os constantes óbices enfrentados, principalmente pelas restrições orçamentárias, obrigaram o COMAER a promover reajustes contratuais e redução do escopo dos projetos, de modo que o objetivo não alcançará a meta prevista inicialmente no PPA 2016-2019.

*** 04G3 - Atingir 44% do desenvolvimento do projeto da aeronave caça multimissão (F-X2)**

Apesar das restrições orçamentárias, o Projeto F-X2 foi priorizado e tem recebido, até o momento, os recursos necessários para a manutenção do seu cronograma.

Com relação aos avanços do projeto, em 2016 houve um ajuste na metodologia que mede o avanço físico, de modo a não confundir-se com o avanço financeiro. A nova metodologia baseia-se em indicadores físicos extraídos da estrutura analítica de seus contratos, voltados para os entregáveis *Work Breakdown Structure* (WBS). Fruto desta nova metodologia, os objetivos para o período ficaram da seguinte forma: 2016: 5,85%, 2017: 12,75%, 2018: 20,29% e 2019: 30,71%.

Em 2016 o objetivo foi cumprido e em 2017 atingiu-se 8,6%. É importante ressaltar que, apesar do Projeto receber recursos superiores a R$ 1 Bilhão no exercício, o montante ficou muito aquém das necessidades, motivando aditivo contratual postergando entregas que refletiram no não atingimento da meta. Para 2018 já projeta-se cenário semelhante, indicando que a restrição de recursos orçamentários continuará a impactar o andamento do projeto como delineado inicialmente.

Com relação à Transferência de Tecnologia, dos 62 Projetos concebidos, 20 deles já foram concluídos e 22 estão em andamento. O mais importante deles é o processo foi iniciado no fim de 2015, sendo que, no momento, existem em torno de 100 (cem) engenheiros e técnicos na Suécia. Em Nov/2016, houve a inauguração do *Gripen Design Development Network* (GDDN), inaugurado em

Nov/16, em Gavião Peixoto/SP, que é o local, na Empresa Brasileira de Aeronáutica (EMBRAER), onde ocorre, integradamente com a equipe da empresa sueca SAAB, principalmente, todo o processo de desenvolvimento do Gripen NGe transferência de tecnologia da aeronave, no Brasil.

Em 2017 a meta ficou aquém do previsto e projeta-se o distanciamento cada vez maior do planejado em virtude das restrições orçamentárias.

*** 04G4 - Modernizar 17 aeronaves militares**

Nesta meta, estão incluídas três modelos de aeronaves: A1-M, F-5M e C/P-95M. Cabe ressaltar que nos processos de modernização, o produto final (aeronave modernizada) quase sempre corresponde às últimas etapas contratuais previstas, não tanto por seu valor, mas sim pela finalização do conjunto de serviços para se atingir o produto final: aeronaves.

No projeto A1-M houve a entrega de uma aeronave em 2017, após três anos de execução reduzida do contrato de modernização de aeronaves.

No projeto F-5M houve a entrega de uma aeronave em 2017, além da execução de etapas contratuais que refletirão na entrega de mais uma aeronave no início de 2018.

No projeto C/P-95M foram recebidas 10 (dez) aeronaves modernizadas em 2016 e nenhuma em 2017.

No exercício de 2017 foi atingida a meta de 12 das 17 aeronaves previstas. Os constantes óbices enfrentados por motivos técnicos e principalmente pelas restrições orçamentárias fez com que o avanço não fosse o esperado nem o adequado para o seu cumprimento até a conclusão do PPA 2016-2019.

*** 04F3 - Reduzir o período médio entre treinamentos em simulador de voo das tripulações operacionais de 30 para 24 meses**

A redução do esforço aéreo alocado em 2016 para 103 (cento e três) mil horas de voo, ante 130 (cento e trinta) mil em 2015 e 155 (cento e cinquenta e cinco) mil em 2014 reforçou a necessidade do incremento do investimento em simulação, a fim de manter o adequado adestramento das tripulações.

Em 2017 houve uma recuperação no esforço aéreo, alcançando-se 121 (cento e vinte e um) mil horas, mas ainda bem aquém do necessário. No entanto, o ajuste no modelo de treinamento em simuladores propiciou a melhoria no adestramento das tripulações com o incremento nesta área. No biênio 2016/2017 foi atingida a meta de propiciar treinamento simulado, no Brasil e no exterior, com frequência a cada 24 meses (meta atingida).

Para o biênio 2018/2019 a meta é manter os treinamentos no exterior a cada 24 meses e, aqueles realizados no país, aumentar a frequência para anual, ultrapassando a meta inicialmente projetada.

Sendo assim, a meta já foi alcançada e projeta-se que seja superada.

*** 04GF - Elevar a cobertura de vigilância aérea no território nacional de 47% para 75%, com ampliação do monitoramento na altitude de 3.300m**

Apesar da área de controle do espaço aéreo demandar investimentos de grande vulto em diversas áreas (gerenciamento do tráfego aéreo, informações aeronáuticas, telecomunicações, cartografia, meteorologia, ...), apenas a vigilância do espaço aéreo faz parte do monitoramento físico do PPA.

A atual vigilância do espaço aéreo brasileiro é estruturada por meio de 84(oitenta e quatro) sistemas de radiodeterminação distribuídos por todo o território nacional, em sítios instalados em pontos de interesse operacional para o controle de tráfego aéreo e para a defesa aeroespacial. Essa estrutura sustenta serviços prestados às aeronaves operando em todo o espaço aéreo brasileiro, em elevado nível de segurança e de qualidade, reconhecido internacionalmente. Ao final de 2017, a rede de radares instalada proporciona o monitoramento num montante de 68,2% do volume desse espaço aéreo.

As implantações das estações *Automatic Dependent Surveillance Broadcast* ADS-B deverão ocorrer nos anos de 2018 e 2019, o que permitirá o atingimento da meta de 75% de cobertura do espaço aéreo em aerovias a 3300 metros de altitude.

*** 04FP - Alterar a composição do quantitativo de oficiais temporários da FAB de 40% para 44%**

O COMAER havia planejado, ainda no primeiro semestre de 2015, uma mudança nas proporções de oficiais temporários de 40% para 44% no quadriênio 2016-2019. A meta proposta tem como significado primordial o aumento da parcela de oficiais temporários em relação aos oficiais de carreira. Seu escopo é a agregação de conhecimentos e habilidades profissionais que atendam a demandas momentâneas e específicas da Força Aérea, em especialidades cuja formação possa ser obtida junto ao mercado de trabalho, sem onerar o orçamento destinado às unidades de formação profissional do COMAER. Em síntese, tal meta também tem por finalidade a redução de gastos com pessoal, especificamente no que tange ao pagamento de inativos e pensionistas, a ser atingido em longo prazo.

Todavia, no segundo semestre de 2015, o COMAER deu início ao processo de reestruturação da Força Aérea e paralelamente a esse trabalho começaram a ser reestudados os dimensionamentos de Pessoal. Neste sentido, até a definição adequada das necessidades de pessoal, foi reduzida a incorporação de oficiais temporários e mantido o ingresso dos oficiais de carreira. Assim, internamente houve um ajuste da meta para 37,1% em 2016 e 2017.

Devido a algumas perspectivas frustradas de êxodo de militares e a maior adesão aos editais de convocação de convocação, houve um aumento de 2,8% na meta, atingindo-se 39,9% (4.780 de um total de 11.980) Em 2018 a nova meta é de 41%. O Plano de Pessoal do Comando da Aeronáutica (PCA 30-1), reeditado em 2017 detalha os quantitativos de pessoal ano a ano.

Pela nova proposta, a meta foi atingida e ultrapassada.

*** 04S8 - Alterar a composição do quantitativo de graduados temporários da FAB de 10% para 23%**

A alteração do Regulamento da Reserva da Aeronáutica foi feita pelo Decreto nº 8.130 de outubro de 2013 e deu previsão legal à criação do Quadro de Sargentos da Reserva de Segunda Classe Convocados, cuja primeira turma foi incorporada à FAB em outubro de 2014.

O COMAER havia planejado, ainda no primeiro semestre de 2015, a meta de atingir a proporção de 23% de graduados temporários em 2019.

É importante ressaltar que por ser um quadro novo, as incorporações de pessoal nos anos de 2014 e 2015 somaram apenas 5,5% do efetivo, ante uma parâmetro inicial de 10% descrito no PPA.

Todavia, no segundo semestre de 2015, o COMAER deu início ao processo de reestruturação da Força Aérea e paralelamente a esse trabalho começaram a ser reestudados os dimensionamentos de Pessoal. Neste sentido, até a definição adequada das necessidades de pessoal, houve a incorporação de número maior de graduados temporários e a redução do ingresso dos graduados de carreira. Assim, internamente ocorreu um ajuste da meta para 7% em 2016 e 2017. No exercício de 2017 foi obtido o valor de 6,8% (1.734 de um total de 25.578). Em 2018 a nova meta é de 9,4%, e em 2019 é de 11%. O Plano de Pessoal do Comando da Aeronáutica (PCA 30-1), reeditado em 2017 detalha os quantitativos de pessoal ano a ano.

Mesmo considerando a nova proposta, a meta não foi atingida.

*** 04GU - Concluir o programa de ensaios e a certificação da aeronave KC-390**

Os voos de ensaios estão evoluindo e destacam-se as seguintes realizações:

- Mais de 1400 (mil e quatrocentas) horas de ensaios em voo, nos quais as duas aeronaves protótipos vêm confirmando a qualidade de voo conforme projetado;
- Corpos de provas realizando os ensaios estáticos previstos para a certificação;
- Campanhas de ensaios com o lançamento de paraquedistas a baixa e alta altitude;

- Campanhas de ensaios, com o lançamento de cargas leves e pesadas, realizado de forma manual e automatizada; e

- Ensaios de carregamentos (em RIG) de vários tipos de veículos militares e de helicópteros.

Uma das aeronaves protótipo participou da Feira de Aviação de "Le Bourget", em Paris, aproveitando para fazer uma "demo tour", com autorização do COMAER, por diversos países, como: Suécia, Portugal, Arábia Saudita, Qatar, Tailândia, Namíbia, Nova Zelândia e África do Sul.

Apesar de algumas restrições orçamentárias que afetam o cronograma do projeto, o desenvolvimento do KC-390 deve ser concluído dentro deste PPA, haja vista que no final de 2017 o projeto registrava um avanço total de 97,60% (6,44% em 2017).

*** 04GW - Concluir o desenvolvimento do Míssil A-DARTER**

Em 2017 atingiu-se um acumulado de 96,05% desde seu início, projetando a conclusão do desenvolvimento para 2018.

Neste ano podem ser destacados os seguintes avanços: Realização da *Formal Qualification Review* (FQR) do *Digital Processing Assembly* (DPA) e da Fuze; Reunião do *Joint Technical Qualification Workgroup* (JTQW) – Grupo de Trabalho Técnico de Qualificação, no qual se discutiram aspectos de certificação do Produto Campanha *Carriage Flight Test* (CFT) 3; e Realização de reuniões gerenciais e de acompanhamento do andamento do desenvolvimento e certificação do míssil (CDR, XVIII XIX PMR, e XIX XX JMC e JTQW).

Algumas dificuldades técnicas no desenvolvimento do produto, dentre as quais se destacam as relacionadas à montagem dos quatro primeiros GA (Gimbal Assembly - versão S1) (GA), provocaram o adiamento da Campanha de Certificação (S1) em voo, para o segundo semestre de 2017.

*** 04GX - Concluir o Projeto de Enlace de Dados Ar-Ar e Terra-Ar (Projeto LINK-BR2)**

Esta meta trata dos serviços e do fornecimento de bens necessários para o desenvolvimento, a integração, a validação e o fornecimento de um sistema tático de enlace de dados baseado no conceito operacional do sistema de comunicações por enlaces digitais da Aeronáutica e no Protocolo Link BR2.

Após a paralisação total do projeto no ano de 2016, foi assinado o 4º Termo Aditivo (TA) contratual, ajustando o Cronograma Físico-Financeiro às restrições orçamentárias e as atividades do projeto foram retomadas. Em virtude disso, o prazo de execução contratual para conclusão do projeto passou de abril de 2019 para setembro de 2021.

Fruto do replanejamento, as únicas entregas previstas para 2017 eram em 31 de dezembro e não puderam ser recebidas no exercício. Desta forma, o avanço físico do projeto ainda está zerado.

*** 04FE - Concluir a construção de um hangar para a aeronave KC-390, na Base Aérea do Galeão**

O quadro econômico brasileiro impôs fortes restrições de investimentos à FAB. Devido ao seu alto custo, o hangar que abrigará a aeronave KC-390 teve sua construção postergada, pois o COMAER utilizou os poucos recursos alocados à continuidade das obras de recuperação de infraestruturas já existentes.

O atraso no início da construção do referido hangar, agora previsto para o 2º semestre de 2018, não deve impactar operacionalmente a Força, pois em virtude do processo de reestruturação, as primeiras aeronaves KC-390 serão destinadas à localidade de Anápolis-GO.

Sendo assim, não houve nenhum avanço físico nesta meta.

Principais Projetos Estratégicos:

Fruto da estratégia de longo prazo traçada no PEMAER, nos últimos anos o COMAER adquiriu e modernizou aeronaves, armamentos e sistemas, elevou os níveis de adestramento dos recursos humanos e adaptou a infraestrutura aeroespacial às necessidades operacionais da Força Aérea. Tudo isso com o objetivo de adequar os Meios de Força Aérea ao cumprimento de sua missão constitucional.

Dentre os projetos que incrementarão efetivamente nossas capacidades, merecem destaque os seguintes: F-X2, KC-X, KC-390, LINK-BR2, F-5 (2º Lote), HX-BR, Míssil A-DARTER e PESE.

1) F-X2

O Projeto F-X2 consiste da aquisição de aeronaves novas de caça de múltiplo emprego, simuladores de voo, logística inicial relacionada e armamentos necessários à operação da aeronave, bem como exige toda a transferência de tecnologia necessária para autonomia na operação e manutenção da frota durante todo o seu ciclo de vida e capacitação do parque industrial aeroespacial brasileiro no desenvolvimento de um caça de 5ª geração.

O processo de seleção da aeronave F-X2 foi concluído em 18 de dezembro de 2013, com a divulgação da empresa sueca Svenska Aeroplan AB (SAAB AB) como a oferta mais vantajosa.

O Gripen NG é um modelo supersônico monomotor projetado para emprego em missões ar-ar, ar-mar e ar-solo, sob quaisquer condições meteorológicas, e desenvolvido para se adaptar à evolução das ameaças e exigências operacionais enfrentadas pelas modernas Forças Aéreas.

A versão brasileira, a ser desenvolvida em parceria com empresas locais, a partir do projeto original destinado à Força Aérea da Suécia, contará com modernos sistemas embarcados, radar de última geração e capacidade para empregar armamentos de fabricação nacional.

2) KC-X

O Projeto KC-X tem por objetivo o desenvolvimento de aeronaves de transporte militar e reabastecimento em voo para substituição das Aeronaves C-130 Hércules, fabricadas na década de 1970, e que, devido ao seu envelhecimento e à dificuldade de aquisição de suprimentos, apresentam baixa disponibilidade e alto custo de operação.

Argentina, Portugal e República Tcheca são parceiros no desenvolvimento e fabricação de parte da estrutura dessa aeronave.

A aeronave será capaz de operar em pistas não pavimentadas em qualquer local do planeta. Seus sistemas de autodefesa a tornarão menos suscetível a ameaças em ambiente hostil. Deve constituir-se em uma das mais importantes ferramentas da FAB para cumprir sua missão constitucional e prover mobilidade estratégica às Forças de Defesa do Brasil, conforme estabelecido na Estratégia Nacional de Defesa.

Além das missões especificamente militares, o KC-X permitirá ao Estado Brasileiro, através da FAB, promover as seguintes ações:

* Apoio a calamidades públicas e incêndios florestais no território nacional;

* Apoio e ajuda humanitária internacional a países necessitados ou que sofreram calamidades públicas;

* Apoio de material e mantimentos e transporte de pessoal para a manutenção das ações do Estado Brasileiro em regiões carentes;

* Apoio aos pelotões de fronteira, às reservas indígenas e às localidades de difícil acesso na região amazônica; e

* Apoio aos diversos órgãos do Estado Brasileiro, nas suas necessidades de transporte de material e pessoal, para a realização de missões de rotina, inspeções, vistorias, operações e monitoramento de projetos.

O desenvolvimento do KC-X posicionará o Brasil como protagonista entre os produtores de equipamentos de defesa no mundo, além de possibilitar exportações de um produto de alto valor agregado.

Ressalta-se ainda que o Brasil vem adotando uma política de incremento da indústria nacional, incluindo a indústria de defesa. Dessa forma, o desenvolvimento e industrialização do KC-X vêm atender ao fortalecimento da Base Industrial de Defesa Brasileira, em consonância com a Política de Defesa Nacional e a Política Nacional da Indústria de Defesa.

3) KC-390

O Projeto KC-390 consiste na aquisição da aeronave desenvolvida no âmbito do projeto KC-X.

4) LINK-BR2

O Projeto LINK-BR2 consiste na materialização de uma tecnologia que permite que aeronaves troquem dados entre si, em pleno voo. O projeto prevê ainda a integração com Exército Brasileiro (EB) e Marinha do Brasil (MB), com a inserção de estações de solo e embarcações nesse ciclo de troca de dados, permitindo, dentre outros, a transmissão de imagens de sensores, arquivos de texto e dados referentes ao posicionamento de tropas.

O emprego de um sistema de enlace de dados representa um grande diferencial para a FAB, em especial para as aeronaves de combate, pois permite que elas compartilhem mutuamente informações sem a necessidade de comunicação por voz, aumentando a consciência situacional e a segurança de voo.

O projeto envolve não apenas a aquisição de um sistema, mas seu desenvolvimento no Brasil, o que converge em uma oportunidade para a indústria nacional adquirir novas tecnologias para a fabricação de equipamentos.

5) F-5 (2º Lote)

O F-5 é um caça bireator projetado para cumprir missões ar-ar e ar-solo. O Projeto F-5BR previu a execução de serviços de modernização de aeronaves F-5 do acervo FAB, de modo a proporcionar a adequação tecnológica e operacional das aeronaves da FAB, mediante a recuperação de sua capacidade original e a execução de projetos e instalação de equipamentos atualizados e tecnologicamente compatíveis com os cenários de atuação no presente.

O Projeto F-5 (2º Lote), em andamento, refere-se à modernização das aeronaves que não foram modernizadas no âmbito do primeiro contrato de modernização.

6) HX-BR

O Projeto HX-BR é um empreendimento do MD que tem por objetivo atualizar a frota de asas rotativas das três Forças Armadas com helicópteros de médio porte modernos e adequados ao cenário Sul Americano. O projeto contempla 16 (dezesseis) helicópteros para a FAB, 16 (dezesseis) para o Exército Brasileiro, 16 (dezesseis) para a Marinha do Brasil e 02 (dois) para atender à Presidência da República.

O projeto também tem como propósito secundário fomentar a indústria de asas rotativas no Brasil, possibilitando o desenvolvimento completo de um helicóptero nacional, a partir de 2020. Para isso, 12 (doze) empresas nacionais estão envolvidas na fabricação como subcontratadas ou beneficiárias de transferência de tecnologia. Sendo assim, o projeto colabora com o desenvolvimento da Base Industrial de Defesa, promove o desenvolvimento industrial e tecnológico e alavanca a criação de inúmeros postos de trabalho dentro do País.

7) Míssil A-DARTER

O Projeto A-DARTER tem o objetivo de desenvolver, em conjunto com a África do Sul, um míssil ar-ar de curto alcance de 5ª geração, com guiamento por imagem infravermelha e empuxo vetorado, a fim de atender aos desafios dos combates aéreos contra caças de última geração em ambientes hostis de contramedidas eletrônicas, bem como realizar a transferência de tecnologia desse míssil para as indústrias de defesa brasileiras envolvidas no projeto.

O desenvolvimento do míssil A-DARTER capacitará a indústria nacional para o desenvolvimento de sistemas bélicos de alta tecnologia.

8) PESE

O Programa Estratégico de Sistemas Espaciais (PESE) estabelece a estratégia de implantação de sistemas espaciais de defesa com uso compartilhado (militar e civil). O PESE traz benefícios diretos e indiretos a todos os potenciais usuários do MD, como também a toda nação brasileira, e permite que as operações das Forças Armadas tenham o necessário suporte das aplicações espaciais de forma coordenada e integrada.

O Brasil, com suas dimensões continentais, não pode prescindir do uso do espaço para benefício de sua população e aprimoramento de seus sistemas de defesa. Incluir o País num cenário global, onde poucos detêm a capacidade gerencial, operacional, tecnológica e industrial para fazer uso do espaço, requer esforço coordenado entre diversos segmentos da sociedade.

Estratégia adotada pelo COMAER no exercício:

Considerando as dificuldades orçamentárias vivenciadas pela União neste ano, impactadas pelo novo regime fiscal adotado após a aprovação da Emenda Constitucional nº 95, em 15 de dezembro de 2016, a qual limitou os teto de gastos ao longo dos próximos 20 anos, obrigou os gestores a ajustarem seus planejamentos dentro dos limites legais, haja vista que, anteriormente, não havia nenhum limite nas projeções de gastos futuros.

Com este foco, o COMAER priorizou, dentro do possível, o pagamento das atividades de sustentação da força relacionadas ao dia-a-dia (luz, água, telefone, limpeza e conservação etc), ajustou o patamar de horas de voo para 121 mil horas anuais (ante uma média de 155 mil no período 2012-2014 – valor considerado adequado) e renegociou contratos de grande vulto relacionados às aeronaves (desenvolvimento, modernização e aquisição), ajustando os desembolsos previstos de modo a ajustá-los aos limites impostos.

2.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício

Após vários anos onde a FAB esteve envolvida diretamente em Grandes Eventos, este exercício foi marcado pelo foco interno na Reestruturação da Força, preparando-a para as próximas décadas, conforme descrito na Concepção Estratégica "Força Aérea 100". Este documento contém as diretrizes necessárias para orientar como o futuro da FAB deverá ser, quais as suas atribuições, eixos estratégicos e capacidades que lhe permitam cumprir os desafios do amanhã.

Neste processo, foi finalizado o trabalho da Comissão de Reestruturação da Força Aérea Brasileira (CREFAB) que atuou no EMAER de janeiro de 2016 a novembro de 2017. A seguir, serão abordados os principais aspectos referentes à amplo projeto de transformação da estrutura do COMAER, denominado "Reestruturação do COMAER".

A CREFAB utilizou como premissas e/ou diagnóstico, os seguintes aspectos:

a) O COMAER possui forte legado de atividades civis, originárias da formação do Ministério da Aeronáutica;

b) As atividades ainda são muito regionalizadas, decorrentes da época em que não se dispunha de ferramentas adequadas de comunicação e Tecnologia da Informação (TI);

c) Os processos de trabalho estão indefinidos e não padronizados e há sobreposição de atividades em organizações próximas;

d) Gastos elevados com atividades administrativas;

e) As estruturas hierárquicas são muito verticalizadas, com diversos níveis de decisão e limites de autoridade incertos.

f) Dupla subordinação administrativa / operacional;

g) Grande quantidade de Unidades Gestoras Executoras (UGE);

h) Efetivos crescentes em atividades de apoio e administrativas;

i) Comprometimento do orçamento com pessoal (ativo e inativo);

j) Ausência de sistema único de planejamento e gestão integrada;

k) As estruturas hierárquicas prevalecem em relação às organizações sistêmicas;

l) Profusão de Sistemas que não atendem aos princípios previstos na ICA 700-1;

m) A segmentação das unidades em diferentes Aviações e Organizações é imprópria para o adestramento da Força Aérea e para o controle da Doutrina;

n) Excesso de atividades administrativas no Comando de Operações;

o) A dispersão excessiva das unidades no território nacional dificulta o adestramento operacional; e

p) Perda de foco na atividade-fim.

Sendo assim, o objetivo desse projeto foi tornar a Aeronáutica uma Instituição ágil e adaptável, tanto no planejamento quanto na execução das suas atividades, adequando-se às prováveis limitações de recursos e às incertezas do ambiente externo. Para isso, o COMAER deverá ter a capacidade de realizar mais atividades com menor dispêndio de recursos, financeiros e humanos, por meio de uma reestruturação de processos, melhor alocação de pessoal e busca incessante pela manutenção do foco na realização de sua atividade-fim.

No contexto atual do País, a reestruturação se enquadra na necessidade de racionalização de gastos e manutenção de certo nível de prontidão para cumprir sua missão constitucional, mas, de fato, suas origens são anteriores à conjuntura do momento. As mudanças em curso são fruto de vários estudos realizados ao longo dos últimos anos, iniciados com uma análise cuidadosa do cenário brasileiro e das peculiaridades da atuação da Força, como o domínio do binômio "defesa e controle do espaço aéreo", além de necessidades operacionais de grande relevância para a sociedade, como a integração de pontos distantes do território brasileiro e o combate aos crimes transnacionais.

Os estudos específicos da reorganização em pauta foram iniciados, em 2015, por meio de um Grupo de Trabalho "Ad Hoc". Em uma segunda fase, o grupo foi ampliado com a participação de representantes de todos os Órgãos de Direção Setorial, e somente aí, após a consulta a militares com contato direto com cada realidade concreta, foram consolidados. Então, em uma terceira fase, já com a CREFAB criada, foram identificadas soluções para detalhar os conceitos propostos e consolidar o programa de reestruturação. Finalmente, na quarta fase, iniciada no final de 2016, houve a execução das ações planejadas, modificando a estrutura do COMAER

As mudanças em curso são semelhantes às adotadas por outras Forças Aéreas de renome mundial, como a francesa e a inglesa, todas realizadas com foco na formação de uma força aérea do futuro, onde há, por exemplo, uma aproximação dos níveis de decisão, de forma a tornar a estrutura de comando e controle tão dinâmica quanto os meios aéreos disponíveis. A reestruturação permitirá ampliar as capacidades operacionais graças a um aproveitamento constante das características de uma força aérea, como a velocidade e a mobilidade dos seus meios para o cumprimento das suas missões.

Por conta disso, o aspecto principal da reestruturação é a racionalização das atividades-meio nas estruturas operacionais e administrativas. A atividade-fim será o foco em todos os setores, enquanto os processos de apoio são aprimorados visando o pleno funcionamento do COMAER.

As mudanças mais visíveis do processo de reestruturação, até o momento, foram:

a) a transferência de localidade de várias Unidades Aéreas. Estas foram remanejadas para concentrá-las num menor número de localidades e, em consequência, as cidades de Florianópolis, São Paulo, Salvador e Recife deixaram de possuir Esquadrões Aéreos da FAB;

b) a criação de Grupamentos de Apoio (GAP) nas principais localidades onde a FAB opera. Estes são organizações administrativas responsáveis por promover o suporte necessário ao funcionamento do COMAER; e

c) a criação das Alas. Estas são as organizações operacionais responsáveis pelo comando operacional local dos meios aéreos disponíveis;

d) a desativação dos Comandos Aéreos Regionais (COMAR). Estes eram os órgãos regionais do COMAER, exercendo funções diversificadas e, no novo modelo, suas atividades foram remanejadas para outras organizações;

e) a desativação do COMGAR. Este ODSA, responsável pela área operacional da FAB foi "dividido" em dois Comandos, um responsável pelo Preparo dos Meios Aéreos (COMPREP) e um responsável pelo emprego (COMAE);

f) a desativação das Forças Aéreas (FAE). Estas tiveram suas atividades remanejadas para o COMPREP; e

g) a desmobilização das Bases Aéreas. Estas tiveram suas atividades remanejadas para as Alas e os GAP.

É importante frisar que, fisicamente, os quartéis do Comando da Aeronáutica são os mesmos, mas agora são majoritariamente ocupados por dois novos tipos de unidades: as Alas e os GAP em lugar das Bases Aéreas e dos COMAR.

O conceito de Ala, agora utilizado pela FAB já é utilizado por diversas Forças Aéreas. Cada Ala é uma organização operativa de nível tático, comandada por um Oficial-General ou Coronel Aviador, com responsabilidade nas atividades de preparo dos Meios de Força Aérea. Seus meios serão adjudicados a um Comando Operacional, quando assim for determinado. O foco do Comandante da Ala é a atividade operacional, ou seja, preparar os esquadrões subordinados, de acordo com as diretrizes e os planos emitidos pelos escalões superiores.

As Alas desenvolverão atividades e tarefas rotineiras determinadas pelo COMPREP. Quando seus meios forem necessários, caberá ao COMAE, o controle operacional para as ações eventuais ou recorrentes de emprego da Força Aérea. Na prática, o COMPREP aglutina parte das atribuições e tarefas praticadas anteriormente pelo COMGAR e pelas quatro FAE, todas unidades já desativadas.

A Ala, com este viés operacional, é o símbolo de uma Força Aérea focada em sua missão-fim. Ao todo, o COMAER criou 15 delas, distribuídas pelo território nacional. Pela ordem numérica: Brasília-DF (Ala 1), Anápolis-GO (Ala 2), Canoas-RS (Ala 3), Santa Maria-RS (Ala 4), Campo Grande-MS (Ala 5), Porto Velho-RO (Ala 6), Boa Vista-RR (Ala 7), Manaus-AM (Ala 8), Belém-PA (Ala 9), Natal-RN (Ala 10), Galeão-RJ (Ala 11), Santa Cruz-RJ (Ala 12), São Paulo-SP (Ala 13), Salvador-BA (Ala 14) e Recife-PE (Ala 15). As 3 últimas atenderam a uma demanda temporária e deverão ser desativadas no 1º semestre de 2018, de modo que a FAB contará com 12 Alas.

Já o COMAE, que oficialmente foi criado em junho de 2017, é o Comando Operacional Conjunto, permanentemente ativado, responsável pelo planejamento, coordenação, execução e controle das operações aeroespaciais, recorrentes ou eventuais. Esse novo comando abarca as atividades de defesa aérea e antiaérea desenvolvidas anteriormente pelo antigo Comando de Defesa Aeroespacial Brasileiro (COMDABRA), conjugando ainda as ações de Emprego dos Meios de Força Aérea anteriormente conduzidas pelo COMGAR e pelas quatro FAE, como o transporte aerologístico, a busca e salvamento e a patrulha marítima, além das operações conjuntas determinadas pelo Ministério da Defesa.

Trata-se, portanto, de uma concentração das atividades de preparo e emprego em diferentes comandos, o que é uma prática utilizada por diversas forças armadas ao redor do mundo. Vale lembrar que o planejamento e controle centralizados e a execução descentralizada das ações configuram-se como um fundamento crítico para o efetivo emprego de Poder Aeroespacial, maximizando esforços, oferecendo coerência às operações e resultando em uma considerável otimização dos meios.

Quanto à otimização dos meios, o Comando da Aeronáutica segue, na medida do possível, o seu Plano Estratégico de reequipamento. Este Plano, entre outras ações, prevê o desenvolvimento de projetos prioritários, como os do F-39 (Gripen NG), KC-390, míssil A-Darter, entre outros não menos importantes, conduzidos sempre com o envolvimento da indústria nacional e parcerias com empresas e governos estrangeiros, visando absorção de tecnologia e busca de maior autonomia do País em produtos de defesa. Neste contexto, a CREFAB rediscutiu o posicionamento dos novos meios no território nacional, propondo ajustes no planejamento anterior, se julgado oportuno.

O Comandante de cada Ala tem atribuições distintas às dos antigos comandantes de Base Aérea, anteriormente muito voltados para incumbências gestoras da OM. Administrativamente, o trabalho do Comandante deverá coordenar com os órgãos especializados todo o suporte necessário para que seus comandados alcancem os padrões previamente definidos, de forma segura, eficaz e eficiente.

Isso é possível graças ao trabalho dos GAP. Atividades rotineiras como aquisições de materiais e serviços, pagamento de diárias, conservação e reforma de instalações, fornecimento de alimentação, manutenção de viaturas e atendimento a pensionistas, que antes eram de responsabilidade de um Comandante de COMAR ou de uma Base Aérea, por exemplo, passam a ser executadas por essas organizações especializadas no trato de assuntos administrativos. Tal separação de atividades permitiu que as Alas se dediquem praticamente com exclusiva ao cumprimento da atividade-fim da Força.

O novo arranjo de responsabilidades das áreas operacional e administrativa abre a oportunidade para revisão de modelos e processos estabelecidos também em organizações inicialmente fora da interação prevista entre Alas e GAP, como o DCTA, os hospitais e escolas de formação, haja vista que estas Organizações também agora são apoiados por GAP.

Nesse sentido, levando em conta as recorrentes limitações orçamentárias impostas a esta Força, a reestruturação incluiu uma revisão do plano de pessoal (PCA 30-1), em função das futuras demandas, visando melhor adequar o dimensionamento de recursos humanos.

A implantação de projetos de vanguarda tecnológica na FAB, como o F-39, o KC-390 e o Programa Estratégico de Sistemas Espaciais (PESE) por si só são forças motrizes para um novo olhar no modo de operação da Força. Um Comando da Aeronáutica com uma organização mais moderna poderá comportar melhor os novos meios brevemente disponíveis, tanto para possibilitar um nível elevado de operacionalidade quanto para poder aproveitar as potencialidades advindas da tecnologia, com benefícios múltiplos para o País.

Pequenas correções de rumo poderão ocorrer nos próximos anos para ajustar os caminhos a serem trilhados pela FAB. No entanto, a grande guinada já foi dada, rumo a uma nova Força Aérea Brasileira, mais eficaz, eficiente e efetiva.

2.1.2 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

Em virtude da globalização, as novas tecnologias e velocidade das transformações, o planejamento institucional do COMAER apresenta o enorme desafio de conciliar, de modo equilibrado e eficiente, a aplicação dos recursos disponíveis entre o suporte administrativo, treinamento operacional (horas de voo), suporte operacional (logística aplicada aos meios aéreos), controle de tráfego aéreo (radares, telecomunicações etc) e investimentos (aquisição e modernização de aeronaves, material bélico, infraestrutura etc).

Contudo, o esforço de gestão, em todos os níveis, deve concentrar-se na mensuração e na obtenção de resultados concretos, fazendo com que os recursos sejam canalizados para as ações capazes de alavancar o desempenho do COMAER.

Para tanto, é imperioso integrar os esforços de planejamento e de execução a partir de uma gestão estratégica que possibilite o necessário desdobramento dos grandes objetivos até a base da estrutura, e o consequente alinhamento de todos os integrantes do Órgão em torno das prioridades estabelecidas, com foco na Missão e na Visão da Aeronáutica.

Nesse cenário, conforme descrito no item Planejamento Organizacional, na estrutura de planejamento do COMAER cada Organização Militar (OM) edita o seu plano de trabalho, em seu nível, que contemplem as atividades que serão realizadas num determinado período de tempo (1 a 4 anos).

Esses planos contêm diretrizes das suas áreas, com a orientação a ser seguida pela Instituição para alcançar a "visão de futuro almejada". Considerando que o COMAER possui centenas de OM, fica inviável apresentar o detalhamento de cada uma delas neste Relatório de Gestão.

De qualquer modo, na estrutura prevista para esses documentos, descrita no normativo interno "Manual do Comando da Aeronáutica (MCA) 11-1/2014 – Elaboração de Plano Setorial e Programa de Trabalho Anual (PTA)", esta UPC aprova e atesta, anualmente, o alinhamento de cada uma das tarefas realizadas com os objetivos a serem atingidos no seu nível e no superior.

2.2 Desempenho orçamentário

O Manual do Comando da Aeronáutica (MCA) 170-1 – PROCESSO ORÇAMENTÁTIO DO COMANDO DA AERONÁUTICA PARA O EXERCÍCIO DE 2017, aprovado pela Portaria EMAER nº 01/5SC, de 20 de janeiro de 2016, e publicada no Boletim do Comando da Aeronáutica - BCA nº 018, de 02 de fevereiro de 2016, contém os conceitos, procedimentos e instruções referentes ao processo de elaboração do orçamento do Comando da Aeronáutica para o Exercício Financeiro de 2017, considerando a nova estrutura programática instituída no Plano Plurianual 2016-2019, bem como a criação do Plano Orçamentário (PO), conforme as orientações emanadas da Secretaria de Orçamento Federal (SOF) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

A coordenação desse processo, no âmbito do COMAER, cabe ao Estado-Maior da Aeronáutica, ficando sob a responsabilidade da Quinta Subchefia a coleta e consolidação das necessidades de recursos orçamentários por intermédio do Sistema de Planejamento e Acompanhamento Orçamentário (SIPLORC).

No COMAER, o mencionado processo culmina com a chancela do Comandante da Aeronáutica no Plano de Ação (PCA 11-44), documento esse que consolida e aloca todos os recursos previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA) para a Aeronáutica, após a publicação do Decreto da Programação Orçamentaria e Financeira.

Portanto, o EMAER, como Órgão de Direção-Geral, é responsável pelo planejamento, gestão e monitoramento do orçamento no COMAER, enfatizando a todos os Agentes da Administração envolvidos com o processo de elaboração orçamentário, a pertinência do zelo, bem como da precisão e tempestividade de suas atribuições.

Assim, para o exercício financeiro de 2017, o Comando da Aeronáutica inicialmente contou com um orçamento de R$ 6,22 Bilhões, com base nas despesas classificadas como discricionárias (RP-2) e nos Investimentos do PAC (RP-3).

Com relação ao fluxo de execução orçamentária, o COMAER seguiu o estabelecido no Decreto de Programação Financeira (PF) nº 8.961, de 16 de janeiro de 2017, bem como suas alterações ao longo do Exercício, conforme explicado no item 2.2.2 - Fatores intervenientes no desempenho orçamentário.

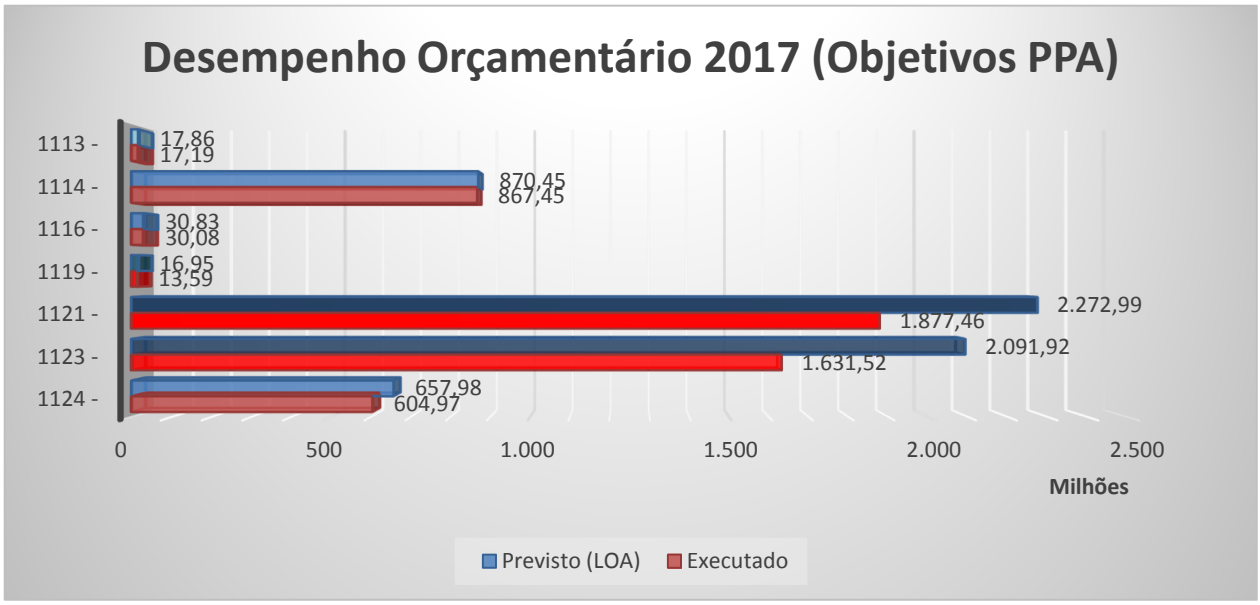
Evidenciando a relação entre a previsão e a execução das principais rubricas do orçamento, principalmente com as conexões da UPC relacionadas aos objetivos do PPA, identificou-se, conforme quadro abaixo, três objetivos, 1119, 1121 e 1123, com oscilações nos valores executados quando comparados ao previsto na LOA, os motivos estão demonstrados no item 2.2.2 - Fatores intervenientes no desempenho orçamentário.

Tabela 2.2.1 - Comparação Previsto x Realizado dos Objetivos do PPA

Objetivo PPA 2016-2019		Previsto (LOA)	Executado	Diferença
1113 -	Dispor de recursos humanos civis e militares capazes de cumprir as ações necessárias à Defesa Nacional	17.860.014,00	17.187.872,00	-3,76%
1114 -	Elevar a capacidade operativa dos meios e efetivos das Forças Armadas por meio da sua capacitação, adestramento e prontidão logística	870.447.901,00	867.445.925,00	-0,34%
1116 -	Adequar a infraestrutura e a distribuição das instalações das Organizações Militares terrestres para ampliação da capacidade de atuação e da mobilidade das Forças Armadas	30.828.968,00	30.076.059,00	-2,44%
1119 -	Desenvolver e elevar capacidades nas áreas estratégicas da cibernética, nuclear, espacial e nas áreas de comunicações, comando e controle, inteligência e segurança da informação	16.945.108,00	13.586.154,00	**-19,82%**
1121 -	Aparelhar as Forças Armadas com meios e equipamentos militares para a Defesa Nacional	2.272.994.196,00	1.877.456.867,00	**-17,40%**
1123 -	Monitorar, controlar e defender o espaço terrestre, aéreo e as águas jurisdicionais brasileiras	2.091.917.656,00	1.631.524.472,00	**-22,01%**
1124 -	Promover o desenvolvimento da Base Industrial de Defesa e de tecnologias de interesse da Defesa Nacional	657.984.043,00	604.969.346,00	-8,06%

Fonte: SEFA.

Gráfico 2.2.1 - Comparação Previsto x Realizado dos Objetivos do PPA



Fonte: SEFA.

2.2.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

Ações relacionadas ao PROGRAMA TEMÁTICO do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS:

Quadro 2.2.1.1 - Ação 123B

Identificação da Ação			
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(X) Integral ( ) Parcial		
Ação:	123B	Tipo: Projeto	
Titulo:	Desenvolvimento de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Toneladas (Projeto KC-X)		
Iniciativa:	Desenvolvimento da Aeronave KC-390 (Projeto KC-X).		
Objetivo:	1124 - Promover o desenvolvimento da Base Industrial de Defesa e de tecnologias de interesse da Defesa Nacional		
Programa:	2058 - Defesa Nacional	Tipo: Temático	
Unid Orçamentária:	52111 - Comando da Aeronáutica		
Ação Prioritária:	(X)Sim ( )Não	Caso Positivo: (X)PAC	( )Brasil sem Miséria

Lei Orçamentária Anual - 2017

Execução Orçamentária e Financeira

Dotação		*Despesa*			Restos a pagar inscritos 2017	
Inicial	*Final*	*Empenhada*	*Liquidada*	*Paga*	*Processado*	*Não process.*
648.186.530	588.986.530	596.571.142	553.642.289	553.642.289	0	42.928.853

Execução Física

Descrição da Meta	*Unidade de Medida*	*Montante*		
		Previsto	*Reprogramado*	*Realizado*
Aeronave desenvolvida	percentual de execução física	*6,00*	*6,00*	*6,00*

Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores

Execução Orçamentária e Financeira			***Execução Física – Metas***		
Vr. 01/01/2017	*Valor Liquidado*	*Valor Cancelado*	*Descrição de Meta*	*Unidade de Medida*	*Realizado*
0	0	0	Aeronave desenvolvida	percentual de execução	0,00

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP

ANÁLISE SITUACIONAL

O projeto KC-X trata do desenvolvimento de aeronaves de transporte militar e reabastecimento em voo para complementar e eventualmente substituir as aeronaves KC – 130 da FAB.

Atualmente o Projeto encontra-se na 4ª e última fase, que é a de Projeto Detalhado e Certificação de Aeronave, e faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) – 2.

Da meta física prevista para o Exercício de 2016, que era de 5,73%, 2,65% foram replanejados para execução física no exercício 2017, estão considerados nos 7% reprogramados para o atual exercício, tendo em vista as restrições orçamentárias determinadas pela LOA 2016, e estão inseridos na negociação de um novo Termo Aditivo que visa ajustar o Cronograma Físico-Financeiro dos contratos que suportam a Ação 123B.

A mensuração dos bens e serviços oriundos desta ação orçamentária é obtida por meio do percentual de execução física da aeronave em desenvolvimento. Tal produto e unidade de medida atendem a métrica para determinar o alcance da meta, pois o desenvolvimento da aeronave está diretamente ligado ao objeto do contrato.

O Projeto KC-X encontra-se na 4ª e última fase, a de Projeto Detalhado e Certificação da aeronave, e faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. O processo de desenvolvimento da aeronave continua evoluindo com a realização dos voos de ensaio, nos quais ocorrem, na prática, as confirmações dos dados de engenharia do produto, previstos nas fases anteriores.

O Projeto comprovou, até a presente data, a realização acumulada de 97,60% de execução física de todo o Projeto.

Destacam-se como marcos da execução física prevista para o Exercício de 2017:

• Mais de 1.400 Horas de ensaios em voo, nos quais as duas aeronaves protótipos vêm confirmando a qualidade de voo, conforme projetado;

• Corpos de Provas realizando os ensaios estáticos previstos para a certificação;

• Workshops relacionados aos Sistemas de missão da aeronave, reabastecimento em voo e ao Cargo Handling Air Delivery System (CHADS);

• Campanhas de ensaios com o lançamento de paraquedistas a baixa e alta altitude;

• Campanhas de ensaios, com o lançamento de cargas leves e pesadas, realizado de forma manual e automatizada; e

• Ensaios de carregamentos, em *Requirement Integration Gruop* (RIG), de vários tipos de veículos militares e de helicópteros.

Para 2018 está prevista, até o final do primeiro semestre, a certificação da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC das duas aeronaves protótipos. Ainda em 2018, está previsto o prosseguimento das campanhas de ensaio para certificação das funcionalidades de emprego militar. Para tal, seguem, em estreita coordenação, os Órgãos de Direção Geral/Setorial (ODSA) envolvidos, como EMAER, COMPREP, COMGAP e DCTA, com suas unidades subordinadas apoiando a realização das campanhas previstas.

Quadro 2.2.1.2 - Ação 14T0

Identificação da Ação			
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(X) Integral ( ) Parcial		
Ação:	14T0	Tipo: Projeto	
Titulo:	Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins - Projeto FX-2		
Iniciativa:	Desenvolvimento e aquisição de aeronaves de caça multimissão e sistemas afins - Projeto F-X2.		
Objetivo:	1121 - Aparelhar as Forças Armadas com meios e equipamentos militares para a Defesa Nacional		
Programa:	2058 - Defesa Nacional	Tipo: Temático	
Unid Orçamentária:	52111 - Comando da Aeronáutica		
Ação Prioritária:	(X)Sim ( )Não	Caso Positivo: (X)PAC	( )Brasil sem Miséria

Lei Orçamentária Anual - 2017

Execução Orçamentária e Financeira

Dotação		*Despesa*			Restos a pagar inscritos 2017	
Inicial	*Final*	*Empenhada*	*Liquidada*	*Paga*	*Processado*	*Não process.*
1.567.013.470	1.184.756.906	1.219.253.782	1.136.009.862	1.116.865.131	19.144.730	83.243.920

Execução Física

Descrição da Meta	*Unidade de Medida*	*Montante*		
		Previsto	*Reprogramado*	*Realizado*
Aeronave adquirida	unidade	*1,00*	*1,00*	*0,00*

Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores

Execução Orçamentária e Financeira			***Execução Física – Metas***		
Vr. 01/01/2017	*Valor Liquidado*	*Valor Cancelado*	*Descrição de Meta*	*Unidade de Medida*	*Realizado*
293.638.979	298.474.229	0	Aeronave adquirida	unidade	0,00

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP

ANÁLISE SITUACIONAL

A ação orçamentária em foco trata da aquisição de aeronaves de caça e sistemas afins (Projeto F-X2), com vistas a ampliar a operacionalidade da Força Aérea Brasileira com o consequente aumento da capacidade de defesa aeroespacial do País.

Para a correta mensuração dos bens e serviços oriundos desta ação orçamentária, é necessário readequar o produto e a unidade atual, de modo a permitir que o avanço físico corresponda à realidade, pois a referida ação envolve o desenvolvimento e a aquisição das aeronaves.

A métrica a ser utilizada para uma melhor mensuração da meta deveria ser a entrega de etapas contratuais, que refletiriam 5,81%, que correspondem ao andamento do desenvolvimento e da

aquisição, pois ela está diretamente ligada ao objeto do contrato, qual seja: o desenvolvimento e a entrega de 36 aeronaves, de acordo com o 3º Termo Aditivo, assinado em Out 17.

Assim, a metodologia de cálculo de avançamento físico do projeto basear-se-ia em indicadores físicos extraídos da estrutura analítica de seus contratos, voltados para os entregáveis de cada parte do WBS.

No Restos a Pagar (RAP) não processado, apesar de a execução física estar em "0" (unidade de aeronaves), a execução financeira refere-se às etapas apresentadas pela CONTRATADA em dezembro de 2016 e recebidas pelo COMAER em janeiro de 2017, que percentualmente refletem 1,74%.

No que tange ao controle gerencial da execução financeira 2017, que se reflete numa execução física de 5,81%, ela refere-se à execução das etapas já recebidas entre janeiro e dezembro de 2017, inclusive. Apesar dessas Etapas já terem sido recebidas, as mesmas encontram-se sendo processadas para pagamento.

Não houve fatores no exercício de 2017 que vieram a causar dificuldade no alcance das Metas Físicas planejadas, considerando-se as Etapas contratualmente previstas de serem cumpridas.

Em 2017, foi aprovado o Plano de Ação com o LOA-2017 no valor de R$ 1.567.013.470,00, entretanto, a MSG 93/SCCO/4790, de 26 Abr 17, do DCTA, e seu anexo MSG 10/5SC1/5312 – EMAER, informa que houve para o F-X2 um contingenciamento de R$ 371.457.695,00 com disponibilidade imediata de R$ 1.120.692.028,00. Em outubro houve um corte no valor de R$ 322.729.531,00, o que alterou o valor atual para R$ 1.244.283.939,00.

No tocante aos valores disponibilizados ao projeto, inferiores ao previsto na LOA-2017, não causou impacto na execução financeira no exercício, tendo em vista o replanejamento na entrega das Etapas conforme o 3º Termo Aditivo, bem como a cotação cambial favorável até o momento.

O projeto encontra-se em andamento com o desenvolvimento da aeronave e de seus diversos sistemas. O protótipo realizou seu 1º voo em 15 de junho de 2017.

Para o próximo exercício está previsto no Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) - 2018 o valor de R$ 1.050.133.500,00, até o momento, o que é inferior ao necessário, apesar do valor do Cronograma Físico-Financeiro (CFF) em 2018 ter sido reduzido em relação ao que estava previsto no 2º Termo Aditivo, situação que pode acarretar na necessidade de renegociação do contrato com o intuito de adequar o cronograma ao valor disponibilizado pela PLOA, numa visão prospectiva poderia acarretar no atraso da entrega do produto final.

Quadro 2.2.1.3 - Ação 14VX

Identificação da Ação			
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(X) Integral ( ) Parcial		
Ação:	14VX	Tipo: Projeto	
Titulo:	Implantação do Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica - CIAAR em Lagoa Santa – MG		
Iniciativa:	Representa o próprio objetivo		
Objetivo:	1116 - Adequar a infraestrutura e a distribuição das instalações das Organizações Militares terrestres para ampliação da capacidade de atuação e da mobilidade das Forças Armadas.		
Programa:	2058 - Defesa Nacional	Tipo: Temático	
Unid Orçamentária:	52111 - Comando da Aeronáutica		
Ação Prioritária:	( )Sim (X)Não	Caso Positivo: ( )PAC	( )Brasil sem Miséria

Lei Orçamentária Anual - 2017

Execução Orçamentária e Financeira

Dotação		*Despesa*			Restos a pagar inscritos 2017	
Inicial	*Final*	*Empenhada*	*Liquidada*	*Paga*	*Processado*	*Não process.*
17.000.000	17.000.000	17.000.000	17.000.000	17.000.000	0	0

Execução Física

Descrição da Meta	*Unidade de Medida*	*Montante*		
		Previsto	*Reprogramado*	*Realizado*
Centro implantado	percentual de execução física	*4,00*	*4,00*	*4,00*

Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores

Execução Orçamentária e Financeira			***Execução Física – Metas***		
Vr. 01/01/2017	*Valor Liquidado*	*Valor Cancelado*	*Descrição de Meta*	*Unidade de Medida*	*Realizado*
4.015.319	34.544.558	0	Centro implantado	percentual de execução	9,00

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP

ANÁLISE SITUACIONAL

A construção do CIAAR teve suas obras iniciadas em 2010. O projeto estava em curso até que as obras foram paralisadas em março de 2015, devido a rescisão unilateral do contrato com a empresa Schahin Engenharia S/A. No momento da rescisão o empreendimento encontrava-se com índice geral de conclusão na ordem de 80%.

Em função da paralisação das obras e da dimensão do empreendimento, ocorreram diversos processos de degradação e desgastes dos serviços realizados, mesmo com as medidas preventivas e de recuperação que foram tomadas pela Comissão de Fiscalização da obra, durante todo o período em que a obra esteve interrompida.

Em decorrência da paralisação, houve a aferição de todos os serviços realizados no contrato com a Schahin, os retrocessos executivos, fruto de degradação e desgaste.

Com a maior brevidade possível, dentro dos parâmetros legais e administrativos que o caso requeria, foram iniciadas todas as providências cabíveis no intuito de contornar tal situação, objetivando a retomada das obras e conclusão do empreendimento no menor prazo possível. Um novo processo licitatório para a execução do remanescente de obras de construção do CIAAR – LS foi iniciado e, através desse certame, a empresa Santa Bárbara Construções S/A venceu a licitação, cujo contrato de despesa Nº018/CISCEA/2016 foi firmado no valor total de R$ 75.684.831,52.

A ordem de serviço do contrato em curso foi emitida em 24/10/16. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 795 dias, sendo 660 dias para execução do empreendimento e 135 dias para recebimento. Sendo assim, de acordo com esta programação validada na cláusula de vigência do contrato, a previsão de término das atividades de construção baseado no cronograma físico financeiro atual é para Agosto/2018 e a finalização do contrato, incluindo o recebimento definitivo e entrega da obra para o CIAAR será em Dezembro/2018.

Considerando o percentual de avanço aferido do contrato anterior e o avanço físico-financeiro do contrato em vigor, o empreendimento encontra-se com 93% de serviços realizados, apurados através de Análises mensais de Medição da Obra, tendo avançado 13% em relação a dezembro de 2016, sendo 9% de avanço da obra física utilizando R$34.544.558,01 de Restos a Pagar (RAP) de 2016 e os 4% restantes com os R$17.000.000,00 do orçamento disponibilizado para 2017.

Edificações que tiveram maior avanço físico no período foram: Almoxarifado Central, 6 Alojamentos dos Alunos, Bacia de Contenção, Castelo d'água, Corpo de Alunos, Garagem, Hotel dos Oficiais 2, Lavanderia, Marquise, Praça da Bandeira, Reservatório de Reuso, Reservatório Inferior, Vestiário dos Sargentos e Vestiário dos Soldados.

Vale salientar que foi assinado, em novembro de 2017, o 1º Termo Aditivo do contrato atual, no valor de R$ 1.323.367,41, para ajustes de serviços e equipamentos de ar condicionado (inclusão).

Encontra-se em avaliação a assinatura de um 2º Termo Aditivo, no valor de R$ 2.181.193,14, para execução do remanescente de obras de construção. Se aprovado, o novo valor de contrato será de R$ 79.189.392,07, sem alterações de prazos de programação da entrega da obra.

Quadro 2.2.1.4 - Ação 14XJ

Identificação da Ação			
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(X) Integral ( ) Parcial		
Ação:	14XJ	Tipo: Projeto	
Titulo:	Aquisição de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Toneladas - Projeto KC-390		
Iniciativa:	Aquisição de cargueiro tático militar - Projeto KC-390.		
Objetivo:	1121 - Aparelhar as Forças Armadas com meios e equipamentos militares para a Defesa Nacional		
Programa:	2058 - Defesa Nacional	Tipo: Temático	
Unid Orçamentária:	52111 - Comando da Aeronáutica		
Ação Prioritária:	(X)Sim ( )Não	Caso Positivo: (X)PAC	( )Brasil sem Miséria

Lei Orçamentária Anual - 2017

Execução Orçamentária e Financeira

Dotação		*Despesa*			Restos a pagar inscritos 2017	
Inicial	*Final*	*Empenhada*	*Liquidada*	*Paga*	*Processado*	*Não process.*
463.254.852	410.454.852	410.624.052	364.350.195	364.350.195	0	46.273.857

Execução Física

Descrição da Meta	*Unidade de Medida*	*Montante*		
		Previsto	*Reprogramado*	*Realizado*
Aeronave adquirida	unidade	*2,00*	*2,00*	*0,00*

Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores

Execução Orçamentária e Financeira			***Execução Física – Metas***		
Vr. 01/01/2017	*Valor Liquidado*	*Valor Cancelado*	*Descrição de Meta*	*Unidade de Medida*	*Realizado*
0	0	0	Aeronave adquirida	unidade	0,00

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP

ANÁLISE SITUACIONAL

A aquisição das Aeronaves KC-390 faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC e é a continuidade natural do desenvolvimento requerido pelo projeto KC-X.

A dotação orçamentária abaixo da prevista, nos contratos da Ação 14XJ, em 2015 e 2016, impactou o alcance das metas conforme contratado, o que obrigou à renegociação dos termos contratuais para adequação das metas à disponibilidade dos recursos, culminando na assinatura de termos aditivos aos contratos, em dezembro de 2016.

Em consequência, a meta física planejada para o Exercício Financeiro de 2016 alcançou apenas uma parte da primeira aeronave.

A cadência de entrega das aeronaves foi atualizada no 2º Termo Aditivo ao Contrato de Despesa nº 010/DCTA-COPAC/2014, conforme determinação do EMAER, por meio da Mensagem Direta nº 50/7SC1/16342, de 07 de novembro de 2016, com a entrega das duas primeiras aeronaves em 2018.

Ainda como consequência das restrições orçamentárias, não será possível atingir a meta de entrega de entrega de 2 aeronaves em 2017 previsto como meta física do Sistema Integrado de Planejamento Orçamentário (SIOP), mas sim o planejamento de se atingir 59,07% de avançamento físico da montagem da Aeronave de Série nº 1 na linha de produção.

A evolução cumulativa da Linha de Produção permitiu a comprovação, neste exercício, do atingimento de 59,07% da "Aeronave de Série Nº 1" na Linha de Produção, o que equivale à evolução de 1,94% de todo o projeto.

Os demais recursos despendidos na Ação 14XJ, visaram suportar a aquisição de materiais que requerem um longo ciclo de produção na indústria (tempo decorrido entre o pedido e a entrega do material/insumo), para a produção das outras aeronaves a serem recebidas na sequência.

A mensuração dos bens e serviços oriundos desta ação orçamentária prevê que a entrega de cada aeronave seja demonstrada em sete estações de comprovação na Linha de Produção, que constituem etapas devidamente acompanhadas e medidas, culminando na entrega do produto para ser recebido por uma equipe de especialistas e pilotos.

Entretanto, até que cada unidade adquirida seja entregue, toda a cadeia de produção é acompanhada por meio das entregas de etapas, desde a aquisição dos materiais até a montagem final de cada uma das 28 aeronaves adquiridas.

Assim, a metodologia de cálculo de avançamento físico do projeto baseia-se em indicadores físicos da estrutura analítica de seus contratos, voltados para os entregáveis de cada parte da respectiva Estrutura Analítica do Projeto (EAP).

Para 2018, há a previsão de recebimento das duas primeiras aeronaves. Para tal, os Órgãos de Direção Geral/Setorial (ODSA) envolvidos, como EMAER, COMPREP, COMGAP e DCTA, seguem em estreita coordenação na preparação da infraestrutura necessária para a entrada em operação da nova aeronave. Nesse sentido, foi aprovada a reedição da Diretriz que dispõe sobre a Implantação da Aeronave KC-390 na Força Aérea Brasileira – fase 1, que tem por finalidade estabelecer a concepção geral para a primeira fase da implantação da aeronave, permitindo a elaboração dos Planos correlatos por parte dos Órgãos de Direção Setorial envolvidos.

A PPLOA (Pré-Proposta de Lei Orçamentária Anual) 2018 acena com a possibilidade de disponibilização de recursos abaixo da necessidade prevista no Cronograma Físico-Financeiro para o Exercício 2018. Caso isso se concretize na LOA a ser aprovada, não será possível o recebimento das aeronaves na cadência de entrega planejada, implicando na necessidade de replanejamento da implantação da infraestrutura e no replanejamento da desativação das aeronaves C-130 Hércules, com consequentes custos envolvidos.

Quadro 2.2.1.5 - Ação 151S

Identificação da Ação			
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(X) Integral ( ) Parcial		
Ação:	151S	Tipo: Projeto	
Titulo:	Implantação do Programa Estratégico de Sistemas Espaciais		
Iniciativa:	Representa o próprio objetivo		
Objetivo:	1119 - Desenvolver e elevar capacidades nas áreas estratégicas da cibernética, nuclear, espacial e nas áreas de comunicações, comando e controle, inteligência e segurança da informação.		
Programa:	2058 - Defesa Nacional	Tipo: Temático	
Unid Orçamentária:	52111 - Comando da Aeronáutica		
Ação Prioritária:	( )Sim (X)Não	Caso Positivo: ( )PAC	( )Brasil sem Miséria

Lei Orçamentária Anual - 2017

Execução Orçamentária e Financeira

Dotação		*Despesa*			Restos a pagar inscritos 2017	
Inicial	*Final*	*Empenhada*	*Liquidada*	*Paga*	*Processado*	*Não process.*
5.000.000	3.541.714	1.537.442	1.280.770	1.270.692	10.078	256.672

Execução Física

Descrição da Meta	*Unidade de Medida*	*Montante*		
		Previsto	*Reprogramado*	*Realizado*
Programa implantado	percentual	*5,00*	*5,00*	*0,00*

Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores

Execução Orçamentária e Financeira			***Execução Física – Metas***		
Vr. 01/01/2017	*Valor Liquidado*	*Valor Cancelado*	*Descrição de Meta*	*Unidade de Medida*	*Realizado*
0	0	0	Programa implantado	percentual	0,00

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP

ANÁLISE SITUACIONAL

Estratégia Nacional de Defesa (END) atribuiu ao Comando da Aeronáutica (COMAER) a responsabilidade de, em coordenação com outros órgãos federais, promover uma série de medidas com vistas a garantir a autonomia de produção, lançamento, operação e reposição de sistemas espaciais. Dessa forma, o COMAER aprovou o Programa Estratégico de Sistemas Espaciais (PESE), o qual estabelece a estratégia de implantação a longo prazo dos subprogramas e de projetos de sistemas espaciais de defesa com uso compartilhado (duais, militar e civil), respeitadas as peculiaridades de cada sistema. A Ação 151S é destinada à implantação do PESE, incluindo veículos

lançadores, satélites e infraestrutura terrestre associada, para prover serviços de observação terrestre, telecomunicações, mapeamento de informações, posicionamento, monitoramento do espaço e operação de sistemas espaciais.

A Comissão de Coordenação e Implantação de Sistemas Espaciais (CCISE) foi criada em 2012 e recebeu a atribuição de conduzir e coordenar a implantação do Programa. Em outubro de 2016, a CCISE teve sua subordinação alterada para o Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA), por meio da Portaria no 1325/GC3, e sua sede foi inicialmente alterada do Rio de Janeiro/RJ para São José dos Campos/SP. Recentemente, a CCISE teve sua sede alterada de São José dos Campos para Brasília, por meio da Portaria no 1354/GC3, de 15 de setembro de 2017.

Destaca-se, também, a ativação do Centro de Operações Espaciais (COPE), por meio da Portaria nº 255/GC3, de 07 de fevereiro de 2017, publicada no DOU nº 28, de 08 de fevereiro de 2017. O COPE tem por missão institucional controlar e empregar sistemas espaciais de interesse do Ministério da Defesa (sistemas do PESE), visando aumentar a eficácia e a eficiências das Forças Armadas e da estrutura governamental. O COPE ocupa, provisoriamente, as instalações do Comando de Operações Aeroespaciais (COMAE). Atualmente o COPE está operando, com efetivo das três Forças Singulares, o Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC), o qual foi lançado em 04 de maio de 2017.

Em virtude da falta de orçamento para execução do PESE, desde sua aprovação, o Programa tem se limitado às atividades iniciais de suas diversas fases. Tais fases envolvem, principalmente, a realização de estudos internos, a busca de informações, a confecção de requisitos, a adequação de infraestruturas e a capacitação de recursos humanos.

Nesse contexto, os créditos da ação 151S foram destinados à adequação e manutenção das instalações da CCISE e do COPE (COMAE), para atenderem as demandas de suas missões institucionais. Além disso, os recursos foram empenhados, também, com o fim de possibilitar a mobilidade de seus efetivos nas missões fora de sede e, também, de renovar licenças do software STK, utilizado para a realização de simulações necessárias às definições de posições orbitais e parâmetros de enlace de comunicação de satélite.

Em relação aos outros créditos liquidados em 2017, eles foram utilizados para o pagamento de diárias e passagens necessárias à participação de militares da CCISE, do COPE e do EMAER em reuniões técnicas e gerenciais relacionadas à implantação do PESE (como, por exemplo, a coordenação de frequências e preenchimento de formulários da União Internacional de Telecomunicações (UIT), essenciais às atividades do COPE no projeto SGDC, o Grupo de Trabalho que estabeleceu as recomendações para o fortalecimento para o Setor Espacial e o Grupo de Assessoramento da CCISE). Os demais valores empenhados para as adequações de infraestrutura (material permanente e de consumo) e a aquisição das licenças de softwares foram executados e liquidados no segundo semestre.

Desta forma, o valor executado até o momento corresponde a 0,015% do total previsto na Ação 151S para o PESE completo. O valor reprogramado para o exercício, considerando os recursos disponíveis em 2017, corresponde a 0,018% do previsto na Ação 151S para o Programa completo. Como estes valores são menores que 1%, a tabela de Execução Física foi preenchida com 1% no campo “Reprogramado (para o exercício)” e com 0% no campo “Realizado (no período)” por limitações do software do SIOP.

A metodologia de cálculo adotada e utilizada para mensurar o resultado da meta física é baseada na média ponderada das porcentagens de execução das diversas fases do Programa. Estas fases e subfases não são necessariamente sequenciais, podendo ocorrer simultaneamente e englobam diversas atividades.

Ainda no tocante à evolução da execução orçamentária, ou seja, o alcance efetivo dos produtos da Ação ao longo do período avaliado face ao planejamento previamente estabelecido, cumpre ressaltar que os recursos provenientes da Ação sofreram cortes e contingenciamentos orçamentários, o que impactou o planejamento anual.

Dessa forma, a necessidade de adequar o planejamento a tal realidade orçamentária ocasionou atraso na descentralização dos recursos para as UGE/UGR, impactando no alcance da meta física durante o ano, o que contribuiu para que o empenho total da despesa ocorresse na fase final do Exercício Financeiro, de forma que parte dos serviços contratados encontram-se em fase de execução.

Este fato reduziu o ritmo dos trabalhos de planejamento, concepção de sistemas espaciais e capacitação de pessoal, em virtude das dificuldades em se interagir com a indústria, com a comunidade científica e demais *stakeholders* do setor espacial por meio de seminários e reuniões de trabalho técnicas.

Nesse contexto, ao longo de 2017, representantes do COMAER participaram de Audiências Públicas no Congresso Nacional, durante as quais foram destacados os principais óbices enfrentados pelo Programa Espacial Brasileiro (PEB) e os potenciais benefícios que as aplicações espaciais trazem ao Brasil. Além disso, estão sendo feitas gestões junto às entidades governamentais pertinentes, no sentido de aperfeiçoar a governança do setor espacial brasileiro, visando aumentar a prioridade do PEB junto ao Governo e garantir uma distribuição de recursos orçamentários constante, essencial para a condução dos projetos espaciais.

Diante das observações, a expectativa é de que no próximo ano não haja contingenciamento de recursos para que seja dada continuidade, principalmente, aos estudos de concepção de sistemas espaciais.

Quadro 2.2.1.6 - Ação 2048

Identificação da Ação			
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(X) Integral ( ) Parcial		
Ação:	2048	Tipo: Atividade	
Titulo:	Manutenção e Suprimento de Material Aeronáutico		
Iniciativa:	Representa o próprio objetivo		
Objetivo:	1114 - Elevar a capacidade operativa dos meios e efetivos das Forças Armadas por meio da sua capacitação, adestramento e prontidão logística.		
Programa:	2058 - Defesa Nacional	Tipo: Temático	
Unid Orçamentária:	52111 - Comando da Aeronáutica		
Ação Prioritária:	( )Sim (X)Não	Caso Positivo: ( )PAC	( )Brasil sem Miséria

Lei Orçamentária Anual - 2017

Execução Orçamentária e Financeira

Dotação		*Despesa*			Restos a pagar inscritos 2017	
Inicial	*Final*	*Empenhada*	*Liquidada*	*Paga*	*Processado*	*Não process.*
58.451.060	58.451.060	62.092.583	41.570.102	41.480.586	89.516	20.522.481

Execução Física

Descrição da Meta	*Unidade de Medida*	*Montante*		
		Previsto	*Reprogramado*	*Realizado*
Aeronave disponibilizada	unidade	*13,00*	*13,00*	*34,00*

Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores

Execução Orçamentária e Financeira			***Execução Física – Metas***		
Vr. 01/01/2017	*Valor Liquidado*	*Valor Cancelado*	*Descrição de Meta*	*Unidade de Medida*	*Realizado*
192.489.822	171.682.579	(-4.298.284)	Aeronave disponibilizada	unidade	114,00

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP

ANÁLISE SITUACIONAL

A ação orçamentária em foco, trata da aquisição de equipamentos e peças aeronáuticas, bem como a contratação de serviços de manutenção com vistas a ampliar a operacionalidade da Força Aérea Brasileira e consequente aumento da capacidade de defesa aeroespacial do País, objetivando dissuadir a concentração de forças hostis nas fronteiras terrestres e nos limites das águas jurisdicionais brasileiras, conforme a diretriz da Estratégia Nacional de Defesa. Por conseguinte, para o Exercício de 2017, com a aprovação da LOA, foram alocados recursos no valor de R$ 58.451.060,00.

Nesta Unidade Orçamentária (UO) não houve cortes e nem contingenciamentos na dotação atual. A meta física prevista de 13 aeronaves foi superada atingindo a disponibilidade de 34 aeronaves que corresponderia à média dos meses de janeiro a dezembro de 2017 (dados extraídos do Sistema Integrado de Logística de Material e Serviços - SILOMS). Esse aumento de aeronaves disponíveis é fruto do replanejamento adotado, cujas medidas de gestão implantadas permitiram um melhor grau de qualidade na previsão e provisão de materiais e serviços necessários ao emprego do Poder Aeroespacial, contribuindo para a redução de custos e melhoria na disponibilidade dos projetos.

Destacam-se, entre outras:

a) a obtenção da maior confiabilidade com a menor infraestrutura de apoio logístico para as aeronaves através da adoção de Manutenção Preditiva que permite analisar a evolução do estado de equipamentos e sistemas, a fim de prevenir a ocorrência de falhas, permitindo a operação contínua do item pelo maior tempo possível; e

b) a manutenção do perfeito fluxo de material, desde a determinação das necessidades até a entrega, proporcionando uma eficiente previsão de compra, reduzindo o estoque, eliminando o desperdício e reduzindo os custos.

Em 2017, os materiais e os serviços referentes aos RAP Não Processados foram aplicados para o suporte ao esforço aéreo e na disponibilidade de 114 aeronaves, permitindo ter o recebimento de peças e equipamentos e serviços de Manutenção Corretiva, realizadas por empresas privadas contratadas através de certame licitatório.

O acompanhamento financeiro-orçamentário mensal da Ação 2048 é celebrado por meio do uso da ferramenta de planejamento Módulo de Trabalho Anual (MTA), que permite à DIRMAB como órgão central do Sistema de Material Aeronáutico da FAB, priorizar a alocação de recursos para o fornecimento de apoio logístico, de suprimento e manutenção, aos usuários do Sistema de Material Aeronáutico (SISMA). Dessa forma, a sociedade brasileira está sendo atendida por meio da reposição dos equipamentos, visando manter as aeronaves da FAB disponíveis para realizar as diferentes tarefas e ações, preconizadas na Doutrina Básica da Força Aérea Brasileira (DCA 1-1).

Para prover o suprimento e a manutenção necessários ao suporte logístico do material aeronáutico, foi mantida a estratégia de celebrar contratos com empresas da iniciativa privada, (contratos pagos por hora de voo ou por demanda), que propiciem a melhoria na disponibilidade de alguns projetos e o apoio necessário para realizar a manutenção das aeronaves durante a fase inicial (normalmente, por um período de 1 a 2 anos), envolvendo todo o apoio logístico (material, treinamento, publicações, assistência técnica, etc.). Esses contratos suprem a carência do efetivo de mantenedor da FAB e otimizam os processos de obtenção de serviços e materiais, diminuindo o estoque e as perdas pelo exíguo tempo de vida útil de alguns equipamentos/peças.

Cabe salientar que a meta física de 34 aeronaves disponibilizadas se refere à média mensal, obtida durante todo ano, dentre os diversos projetos do acervo da frota da Aeronáutica, distribuídas aos diversos operadores, segundo a Tabela de Distribuição de Aeronaves (TDA), que estavam disponíveis para realização das missões atribuídas. A expectativa de realização da meta física para o primeiro semestre de 2018, é de que essa média mensal de 34 aeronaves mantidas seja aumentada para 39 aeronaves disponibilizadas, representando 15% da média mensal de 260 aeronaves disponíveis (62% sobre a TDA de 420 aeronaves), inicialmente planejada na PPLOA de 2018.

Quadro 2.2.1.7 - Ação 2048

Identificação da Ação			
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(X) Integral ( ) Parcial		
Ação:	2048	Tipo: Atividade	
Titulo:	Manutenção e Suprimento de Material Aeronáutico		
Iniciativa:	Representa o próprio objetivo		
Objetivo:	1114 - Elevar a capacidade operativa dos meios e efetivos das Forças Armadas por meio da sua capacitação, adestramento e prontidão logística.		
Programa:	2058 - Defesa Nacional	Tipo: Temático	
Unid Orçamentária:	52911 - Fundo Aeronáutico		
Ação Prioritária:	( )Sim (X)Não	Caso Positivo: ( )PAC	( )Brasil sem Miséria

Lei Orçamentária Anual - 2017

Execução Orçamentária e Financeira

Dotação		*Despesa*			Restos a pagar inscritos 2017	
Inicial	*Final*	*Empenhada*	*Liquidada*	*Paga*	*Processado*	*Não process.*
400.401.184	400.401.184	406.795.023	294.507.674	294.501.876	5.797	112.287.349

Execução Física

Descrição da Meta	*Unidade de Medida*	*Montante*		
		Previsto	*Reprogramado*	*Realizado*
Aeronave disponibilizada	unidade	*90,00*	*90,00*	*195,00*

Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores

Execução Orçamentária e Financeira			***Execução Física – Metas***		
Vr. 01/01/2017	*Valor Liquidado*	*Valor Cancelado*	*Descrição de Meta*	*Unidade de Medida*	*Realizado*
28.261.672	28.422.163	(-317.005)	Aeronave disponibilizada	unidade	19,00

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP

ANÁLISE SITUACIONAL

Para o Exercício de 2017, com a aprovação da LOA, foram previstos recursos na ordem de R$ 400.401.184,00, com o objetivo de efetuar a aquisição de equipamentos, suprimentos e contratação de serviços de manutenção, visando manter as aeronaves da FAB disponibilizadas.

No que tange a execução física realizada, a meta física prevista de 90 aeronaves disponíveis foi superada, atingindo, nesta Unidade Orçamentária (UO), a disponibilidade de 195 aeronaves, correspondendo à média dos meses de janeiro a dezembro de 2017 (dados extraídos do SILOMS.

Cumpre observar, preliminarmente, que a meta pretendida para o 2º semestre do exercício era de 235 aeronaves disponíveis de média mensal até o final do ano, porém devido a novas necessidades logístico-operacionais da Força Aérea foi priorizado a destinação de recursos em projetos de maior

valor agregado, fazendo com que ocorresse um decréscimo na média mensal, ficando em 195 aeronaves disponíveis.

Cabe observar, também, que, continuamente, são adotadas medidas de gestão para reduzir os custos de suporte aos projetos e aumentar a sua disponibilidade, dentre as quais destacam-se:

a) a obtenção da maior confiabilidade com a menor infraestrutura de apoio logístico para as aeronaves através da adoção de Manutenção Preditiva que permite analisar a evolução do estado de equipamentos e sistemas, a fim de prevenir a ocorrência de falhas, permitindo a operação contínua do item pelo maior tempo possível; e

b) a manutenção de adequado fluxo de material, desde a determinação das necessidades até a entrega, proporcionando uma eficiente previsão de compra, reduzindo o estoque, eliminando o desperdício e reduzindo os custos.

Em 2017, os materiais e os serviços referentes aos RAP Não Processados foram aplicados para o suporte ao esforço aéreo e na disponibilidade de 19 aeronaves. O valor descentralizado permitiu a aquisição de peças e equipamentos e serviços de Manutenção Corretiva, realizadas por empresas privadas contratadas através de certame licitatório.

A priorização da alocação de recursos desta Ação é estabelecida pela DIRMAB/COMGAP para cada atividade e projeto, utilizando-se da ferramenta de planejamento Módulo de Trabalho Anual (MTA). Dessa forma, a sociedade brasileira está sendo atendida por meio da reposição dos equipamentos em uso, visando manter as aeronaves da FAB disponíveis para realizar as diferentes tarefas e ações, preconizadas na Doutrina Básica da Força Aérea Brasileira (DCA 1-1).

Cabe ressaltar que os diversos projetos e atividades apoiados por esta Ação também foram suportados por recursos oriundos da Ação 20XV e Destaque de Crédito de outras Unidades Orçamentárias. O repasse de recursos da Ação 20XV – (OPERAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO BRASILEIRO SISCEAB) visa cumprir o esforço aéreo e as missões em favor desse Sistema, atendendo os projetos das aeronaves de Inspeção em Voo e de Busca e Salvamento. Um exemplo vivo de emprego, foi a utilização das aeronaves P-3AM ORION e SC-105 AMAZONAS na missão de busca ao submarino ARA San Juan, da Marinha Argentina, que estava desaparecido com 44 tripulantes.

Os recursos proveniente de Destaques em apoio à Ação 2048 permitiram o cumprimento das missões nos mais variados eventos: Missão de Ajuda Humanitária no Haiti (MINUSTAH), desmobilizada em setembro deste ano, apoio aéreo para entrega de donativos em virtude de enchente em Pernambuco e no Peru, combate ao incêndio no Chile e no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros em Goiás, ação de saúde em comunidades indígenas isoladas na região do Alto Rio Juruá no Acre, dentre tantas outras.

Com vistas a manter a necessária operacionalidade da Força Aérea Brasileira, foi mantida a estratégia de celebrar, com as empresas de iniciativa privada, contratos (pagos por hora de voo ou sob demanda) que propiciem a melhoria na disponibilidade de alguns projetos e o apoio necessário para realizar a manutenção das aeronaves durante a fase inicial (normalmente, por um período de 1 a 2 anos) envolvendo todo o apoio logístico (material, treinamento, publicações, assistência técnica, etc.). Esses contratos suprem a carência do efetivo de mantenedores da FAB e otimizam os processos de obtenção de serviços e materiais, diminuindo o estoque e as perdas pelo exíguo tempo de vida útil de alguns equipamentos/peças.

É pertinente esclarecer que a meta física de 195 aeronaves disponibilizadas se refere à média mensal, obtida durante todo ano, dentre os diversos projetos do acervo da frota da Aeronáutica, distribuídas aos diversos operadores, segundo a Tabela de Distribuição de Aeronaves (TDA), que estavam disponíveis para realização das missões atribuídas. Não obstante os retardos nas aquisições de serviços e materiais decorrentes dos contingenciamentos e cortes temporários ocorridos, estima-se atingir, no primeiro semestre de 2018, a meta física de 221 aeronaves disponibilizadas mensalmente, representando 85% da média mensal de 260 aeronaves disponíveis (62% sobre a TDA de 420 aeronaves), inicialmente planejada na PPLOA de 2018.

Quadro 2.2.1.8 - Ação 20IH

Identificação da Ação			
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(X) Integral ( ) Parcial		
Ação:	20IH	Tipo: Atividade	
Titulo:	Modernização e Revitalização de Aeronaves e Sistemas Embarcados		
Iniciativa:	Representa o próprio objetivo		
Objetivo:	1121 - Aparelhar as Forças Armadas com meios e equipamentos militares para a Defesa Nacional		
Programa:	2058 - Defesa Nacional	Tipo: Temático	
Unid Orçamentária:	52111 - Comando da Aeronáutica		
Ação Prioritária:	( )Sim (X)Não	Caso Positivo: ( )PAC	( )Brasil sem Miséria

Lei Orçamentária Anual - 2017

Execução Orçamentária e Financeira

Dotação		*Despesa*			Restos a pagar inscritos 2017	
Inicial	*Final*	*Empenhada*	*Liquidada*	*Paga*	*Processado*	*Não process.*
160.000.000	158.000.000	161.573.960	150.240.125	150.240.125	0	11.333.835

Execução Física

Descrição da Meta	*Unidade de Medida*	*Montante*		
		Previsto	*Reprogramado*	*Realizado*
Aeronave modernizada/revitalizada	unidade	*2,00*	*2,00*	*1,00*

Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores

Execução Orçamentária e Financeira			***Execução Física – Metas***		
Vr. 01/01/2017	*Valor Liquidado*	*Valor Cancelado*	*Descrição de Meta*	*Unidade de Medida*	*Realizado*
15.476.124	6.552.412	(-341)	Aeronave	unidade	1,00

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP

ANÁLISE SITUACIONAL

A presente ação orçamentária trata da Modernização e Revitalização de Aeronaves e Sistemas Embarcados, com vistas a ampliar a operacionalidade da Força Aérea Brasileira.

O produto desta Ação Orçamentária está atrelado à média do somatório de todos os produtos obtidos na mensuração das metas físicas de vários Planos Orçamentários que são medidos de forma individualizada.

Os impactos decorrentes dos contingenciamentos e cortes afetaram diretamente a capacidade de defesa do espaço aéreo brasileiro com o consequente aumento de carga dos outros meios aéreos. Foram adotadas medidas de gestão, como negociações gerenciais, dentro de cada Plano Orçamentário

respectivamente para contornar as diversas dificuldades impostas ao andamento programado de cada projeto. Os principais impactos foram na modernização dos projetos F-5 e E-99M.

No projeto E-99 houve o recebimento de três etapas e a antecipação de mais uma etapa. Tudo isso foi possível devido a liberação dos R$ 50.000.000,00 que havia sido contingenciado, outro fato que contribuiu para o avanço da execução foi a liberação de R$ 1.732.242,00 complementando o valor previsto na PLOA.

A princípio o valor previsto para a PLOA 2018, não será suficiente para o adimplemento de todas as etapas do E-99.

O projeto F-5 teve suas etapas alongadas para o exercício de 2017, fruto das restrições impostas até o ano de 2016, conforme citado anteriormente. Dentro das realizações cabe destacar o recebimento contratual da Etapa 26. O projeto ainda vislumbra ter que adequar seus contratos visando a extensão da vigência contratual.

Existe um saldo de RAP não processados, cujos valores referem-se aos saldos das etapas que ainda não foram recebidas, ou que foram recebidas, contudo, com o final do exercício de 2017, ainda não foram contabilmente liquidadas no exercício de 2017.

Quadro 2.2.1.9 - Ação 20S9

Identificação da Ação			
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(X) Integral ( ) Parcial		
Ação:	20S9	Tipo: Atividade	
Titulo:	Adequação de Organizações Militares da Aeronáutica		
Iniciativa:	Representa o próprio objetivo		
Objetivo:	1116 - Adequar a infraestrutura e a distribuição das instalações das Organizações Militares terrestres para ampliação da capacidade de atuação e da mobilidade das Forças Armadas.		
Programa:	2058 - Defesa Nacional	Tipo: Temático	
Unid Orçamentária:	52111 - Comando da Aeronáutica		
Ação Prioritária:	( )Sim (X)Não	Caso Positivo: ( )PAC	( )Brasil sem Miséria

Lei Orçamentária Anual - 2017

Execução Orçamentária e Financeira

Dotação		*Despesa*			Restos a pagar inscritos 2017	
Inicial	*Final*	*Empenhada*	*Liquidada*	*Paga*	*Processado*	*Não process.*
13.828.968	13.828.968	13.076.059	5.760.102	5.721.515	38.587	7.315.958

Execução Física

Descrição da Meta	*Unidade de Medida*	*Montante*		
		Previsto	*Reprogramado*	*Realizado*
Instalação militar adequada	unidade	*11,00*	*11,00*	*26,00*

Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores

Execução Orçamentária e Financeira			***Execução Física - Metas***		
Vr. 01/01/2017	*Valor Liquidado*	*Valor Cancelado*	*Descrição de Meta*	*Unidade de Medida*	*Realizado*
18.672.299	18.952.108	(-472.024)	Instalação militar adequada	unidade	16,00

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP

ANÁLISE SITUACIONAL

A LOA aprovada para 2017 totalizou R$ 12.828.968,00, porém o Governo Federal, por intermédio do Decreto nº 9.018, de 30 de março de 2017, contingenciou parte do orçamento reduzindo o valor da Ação 20S9 para R$ 8.928.968,00, o que provocou o replanejamento das ações de adequação das instalações militares para a execução de obras declaradas como emergências, urgências ou relacionadas com a reestruturação da Força Aérea.

Em 27 de novembro, foi publicada a Portaria nº 401 de 27 de novembro de 2017 ampliando os valores de movimentação e empenho para 2017. Isso permitiu avançar na execução das obras planejadas para o ano de 2017.

Diante do cenário orçamentário restritivo imposto no início de 2017, foram remanejados os créditos dos PO 0002 - Infraestrutura na Área de Ensino e do PO 0006 - Infraestrutura na Área de Operações Aéreas para o PO 0003 - Infraestrutura na Área de Comando e Assessoramento, visando maior aproveitamento dos limites orçamentários disponíveis para o COMAER.

A concentração creditícia no PO 0003, possibilitou a realização das seguintes obras/serviços de maior vulto com as respectivas porcentagens de execução: Recuperação da infraestrutura de alimentação elétrica do DCTA (100%); Recuperação da cobertura da sede do CPBV (90%); Substituição dos disjuntores de média tensão da usina da Ala 3 (90%); Recuperação das instalações e impermeabilização do BINFAE-BR (90%); Recuperação das instalações Administrativas do 1º/7° GAv (90%); Recuperação de edificações na AFA (52%); Elaboração de Plano Estratégico de Saneamento Básico para a AFA (45%); Reforma elétrica e lógica do hangar do ETA5 e ESM-CO (63%); e Adequação das instalações do Aeroporto Augusto Severo para o 2º ETA e o 1º/8º GAv (40%).

O acompanhamento das execuções e quantificações dos serviços de adequação das instalações foram realizados através de relatórios semestrais, que permitem à administração realizar gestões para a utilização eficiente e eficaz dos recursos destinados dentro da Ação Orçamentária. Ressalta-se que os recursos foram descentralizados atendendo o cronograma físico-financeiro e que a meta só é considerada cumprida ao final da obra. Como metodologia de cálculo considerou-se que a cada Instalação Militar atendida, através da realização de obras/serviço, é considerada como unidade para computo da meta a ser atingida.

A partir da publicação da Portaria nº 401, as seguintes obras passaram a ser executadas atendendo ao planejamento inicial do COMAER: Recuperação do pátio do aeródromo da Ala 12 (100%); Recuperação das instalações do Cassino dos Suboficiais e Sargentos da Escola de Especialistas da Aeronáutica (EEAR) (30%); Pintura da Pista de pouso e pátio do aeródromo da Ala 3 (30%); Asfaltamento das vias de acesso aos pavilhões de Instrução Técnica da EEAR (100%); Reforma do piso do Ginásio Charles Astor na EPCAR (100%); Recuperação das salas de aula/ SCOAM e CCAER da AFA (16%) e Ligação do prédio do EAS à rede elétrica da ALA 5 (obra não iniciada).

O contingenciamento orçamentário ocorrido no início do exercício e a tardia liberação de valores creditícios ocorrida praticamente no final do ano, foram aspectos que dificultaram a execução dos objetivos traçados pela administração. Para mitigar as consequências desses fatos, o COMAER adotou medidas de concentração da dotação orçamentária no PO 0003 e repriorização das obras, por intermédio de uma "Matriz de Prioridades".

As ações adotadas pela administração, através da utilização dos créditos nas obras identificadas como urgência ou emergência, bem como optar por atender àquelas que possuem processo licitatório mais simples devido à liberação tardia dos recursos, refletiram impactos bastante positivos para o atingimento da meta.

Para o próximo exercício, serão autorizadas as obras de maior complexidade sob o ponto de vista licitatório para que estas sejam iniciadas ainda no primeiro semestre. Isto visa recuperar as instalações precárias, bem como efetivar a melhoria das Organizações Militares do COMAER possibilitando o cumprimento da missão constitucional da Força Aérea Brasileira em todo o Território Nacional.

Quanto aos Restos a Pagar Não Processados, além daquelas obras efetivamente concluídas no primeiro semestre e descritas no Acompanhamento Orçamentário do período JAN-JUN de 2017, teve-se a conclusão, no segundo semestre, das seguintes obras/serviços: Recuperação do Sistema de Aquecimento de Água do alojamento dos 1º e 2º anos da EPCAR; Reorganização das oficinas do prédio E-014 do Parque de Material Aeronáutico de São Paulo (PAMA-SP); Reforma elétrica das Casas do Subdiretor de Abastecimento e do Comandante da BASP; Readequação do Portão do

Hangar do ETA 5; Colocação de Esquadrias e vidros nas janelas do Hospital de Florianópolis; Recuperação da Casa de Pista do 2º/5º GAv; Manutenção da Cabine de média tensão e recuperação do HTO do PAMASP; Restauração das instalações do pavimento térreo do hangar do 1º GAvCa; Recuperação do CAN-MN; Reforma de 18 PNR da Vila dos Suboficiais e Sargentos da PAGW e Recuperação pátio de lavagem de aeronaves, do posto de combustível e da área de lavagem de veículos do PAMAGL.

Dentre as obras não concluídas tem-se: Serviços de recuperação das coberturas do Hangar do almoxarifado, STS, Gabinete, Arquivo Geral e COGAPA do COMAR V, cuja execução encontra-se em 65% devido problemas de ordem técnica relativos à empresa vencedora do certame licitatório; Instalação de venezianas no ETA1 e ESM na Ala 9, cujo empenho foi cancelado devido problemas técnicos da empresa vencedora do certame licitatório; e Recuperação da fachada predial, pilotis e áreas comuns da SQS 110 Bloco B da PABR, estando a fase obra referente ao crédito empenhado neste ano com 91% executada.

Quadro 2.2.1.10 - Ação 20X8

Identificação da Ação			
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(X) Integral ( ) Parcial		
Ação:	20X8	Tipo: Atividade	
Titulo:	Prestação de Ensino de Graduação e Pós-Graduação do Instituto Tecnológico de Aeronáutica - ITA		
Iniciativa:	Representa o próprio objetivo		
Objetivo:	1113 - Dispor de recursos humanos civis e militares capazes de cumprir as ações necessárias à Defesa Nacional.		
Programa:	2058 - Defesa Nacional	Tipo: Temático	
Unid Orçamentária:	52111 - Comando da Aeronáutica		
Ação Prioritária:	( )Sim (X)Não	Caso Positivo: ( )PAC	( )Brasil sem Miséria

Lei Orçamentária Anual - 2017

Execução Orçamentária e Financeira

Dotação		*Despesa*			Restos a pagar inscritos 2017	
Inicial	*Final*	*Empenhada*	*Liquidada*	*Paga*	*Processado*	*Não process.*
4.627.736	4.627.736	4.032.590	757.709	754.098	3.611	3.274.881

Execução Física

Descrição da Meta	*Unidade de Medida*	*Montante*		
		Previsto	*Reprogramado*	*Realizado*
Aluno capacitado	unidade	*3.366,00*	*3.366,00*	*1.520,00*

Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores

Execução Orçamentária e Financeira			***Execução Física - Metas***		
Vr. 01/01/2017	*Valor Liquidado*	*Valor Cancelado*	*Descrição de Meta*	*Unidade de Medida*	*Realizado*
1.708.325	1.692.240	(-79.738)	Aluno capacitado	unidade	0,00

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP

ANÁLISE SITUACIONAL

A Meta Física, que nesta Ação "NÃO É ACUMULATIVA", varia em função do número de alunos matriculados, que é alterado em função dos trancamentos por motivo de saúde, do retorno de missões no exterior, (Programa Ciência sem Fronteiras ou de acordos internacionais, fruto da proposta de internacionalização do ITA), da renovação das matrículas em janeiro e julho, e das formaturas em julho e dezembro.

O alcance da meta física tem a sua importante relação indireta com a liquidação das despesas realizadas com recursos da Ação e das Emendas Parlamentares, que contribuíram com a capacitação

dos alunos por meio dos investimentos realizados nas aquisições, contratações, e na infraestrutura predial.

A Ação tem o objetivo de realizar os Cursos de Graduação e de Pós-Graduação do ITA, formando com excelência engenheiros, mestres e doutores nas áreas de interesse do Comando da Aeronáutica, do Ministério da Defesa e da Aviação em Geral. Por trata-se de uma Ação tipo atividade, suas realizações são medidas conforme o andamento do calendário acadêmico e principalmente após a formação dos alunos, verificadas pelos excelentes resultados obtidos por meio dos indicadores oficiais (ENADE, CAPES, etc.) e da Sociedade (revistas especializadas, rankings, competições acadêmicas como olimpíadas, etc.).

Avaliação ENADE do ITA teve destaque Nacional, uma vez que 21,4% dos alunos com conceitos acima de 90, contra 0,3% nível Brasil.

Entretanto, cortes e contingenciamentos orçamentários dificultam o andamento das atividades e podem comprometer especialmente o atendimento às novas demandas advindas do Plano de Expansão do ITA. Destacamos, também, a expansão dos últimos anos, com a criação: CCM: Centro de Competência em Manufatura; LCFT: Laboratório de Computação em Fenômenos de Transporte; LCPE: Laboratório de Combustão, Propulsão e Energia; LPP: Laboratório de Plasmas e Processos; IEF: Divisão de Ciências Fundamentais; LInj: Laboratório de Injetores (para propulsores líquidos); LTF/LMF: Laboratório de Tecnologia de Foguestes/Laboratório de Motores Foguete; totalizando 103 (cento e três) laboratórios.

A captação das informações utilizadas para mensurar o resultado da meta é realizada juntamente às respectivas Pró-Reitorias de Ensino (da Graduação e da Pós-Graduação), que controla o número de alunos matriculados e de formados, no mês de julho, no caso da Pós-Graduação, e no mês de dezembro, na Graduação. A consolidação da informação é realizada pela Assessoria de Planejamento, Orçamento e Gestão, ligada a Pró-Reitoria de Administração.

Das principais realizações no período destacamos:

- Foram formados 151 Engenheiros, 119 Mestres Acadêmicos e 65 Doutores;

- Aluno do ITA recebe prêmio de melhor iniciação científica do país, atualmente cursando o 5º ano de Engenharia Eletrônica simultaneamente ao 2º ano do mestrado em Física, foi o eleito o primeiro lugar no 14º Prêmio Destaque na Iniciação Científica e Tecnológica do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) na área de Ciências Exatas, da Terra e Engenharias, que seleciona o melhor trabalho de iniciação científica do país, pelo CNPq, nesta área de atuação;

- A ITAndroids, equipe de robótica do ITA, foi classificada entre as melhores do mundo para competir em três ligas: Robocup Soccer 2D Simulation, Robocup Soccer 3D Simulation e Humanoid Kid Size League, na Robocup 2017, a copa mundial de robótica;

- ITA cria Formação Complementar (Minor) em Engenharia Física. O Programa de Formação Complementar (PFC) em Engenharia Física foi criado para estimular os alunos de graduação que apresentam forte vocação para a atividade científica aplicada;

- ITA inaugura Laboratório de Bioengenharia, buscando soluções inovadoras que resultem em qualidade de vida para pessoas;

- A internacionalização de estudantes no ITA. A internacionalização universitária acontece por meio do intercâmbio de professores e estudantes. Desde 2013, o ITA recebe cada vez mais estrangeiros nos cursos de mestrado e doutorado, proporcionando um ambiente acadêmico globalizado;

- Alunos recebem medalha de ouro (*first prize*), duas medalhas de prata (*second prize*) e duas de bronze (*third prize*) no 23th *International Mathematics Competition for University Students* (IMC), realizada em Blagoevgrad, na Bulgária;

- Aluna recebe prêmio de melhor pôster na 19ª edição da *International Conference on Superlattices, Nanostructures and Nanodevices* (ICSNN), em Hong Kong. Apoio T-61 e ITA. Daniel Schwalbe Koda;

- Aluno de doutorado foi agraciado com o "prêmio de reconhecimento no RTCA's 2016 *Annual Symposium Awards*", por sua participação, como Engenheiro representante da EMBRAER e como membro do comitê editorial no Special Committee 217 (SC-217) da Radio *Technical Commission for Aeronautics* (RTCA);

- Equipe de alunos ITANDROIDS, foi premiada: 1º (robô Darwin) e 2º (robô Chape) lugares da América Latina na categoria *Humanoid Racing*. RoboCup Soccer 3D Simulation: 2º lugar. *RoboCup Soccer 2D Simulation*: 3º lugar. *Humanoid Soccer KidSize*: 3º lugar. Obtiveram, ainda, um 6º lugar no *Very Small Size Soccer* (VSS) e um 7º lugar no Small Size Soccer;

- Projeto de Aplicação de Compósitos em Asas Alongadas com a participação de 10 professores do ITA, quatro alunos de mestrado e doutorado do ITA, sete engenheiros da Embraer e pesquisadores da *Delft University of Technology* (TUDelft), na Holanda, *Queen's University Belfast*, no Reino Unido, UNESP e FATEC-SP;

- Projeto VANT e Sistema de Inspeção de Linhas da CHESF;

- Construção de Célula de Biocombustíveis para Aviação;

- Projeto Modelo de Predição de Danos em Compósitos Híbridos, com aplicações no projeto KC-390;

- Desenvolvimento de Turbina à Gás;

- Desenvolvimento de Radar Secundário com IFF Modo 4 - Projeto estratégico acompanhado pelo EMAER;

- Integração do CubeSat ITASAT Ensaios Ambientais e Preparação para voo;

- ITASAT-2 e SPORT: Missões para Estudo do Clima Espacial;

- Projeto Solaris conquistou o segundo lugar no Campeonato Nacional Enactus Brasil 2017. Objetiva a melhor utilização da energia solar e o acesso à tecnologia de aquecedores e painéis solares em comunidades carentes;

- O Programa de Pós-Graduação em Engenharia Aeronáutica e Mecânica teve, na avaliação da CAPES, o conceito elevado para 6 (escala de 1 a 7), com nível de excelência internacional. No Estado de São Paulo, na área de conhecimento de Mecânica, é o Programa melhor classificado;

- Implantação da rede WiFi Institucional;

- Realização do curso de Formação de Docentes;

- A Biblioteca atendeu 29.202 consultas do seu Acervo Físico, 22.377 Biblioteca Digital de Teses, Dissertações e Trabalhos de Graduação (*Downloads*), 404.203 acessos ao Portal de Periódicos da CAPES, e 45.000 AIAA/ESDU/JANES/E-BOOKS/NORMAS TÉCNICAS;

- Realização de acordos de dupla diplomação com (1) as francesas École Polytechnique, ISAE-Supaero (Institut Supérieur de l'Aeronautique et de l'Espace) e ENPC-École Nationale de Ponts et Chaussés (Paris Tech); e (2) a holandesa UT-Universiteit Twente. Em adiantada negociação, com o IST-Instituto Superior Técnico (Portugal); e

- Inauguração do novo Prédio da Divisão de Ciências Fundamentais, sendo o primeiro prédio previsto no Plano de Expansão do ITA, que irá requerer em 2018 a instalação do Sistema de condicionamento de ar, aquisição de Mobiliário e de TI.

Fatores de dificuldades relacionados abaixo tiveram atuação direta na realização da Meta:

- Perda de pessoal e de conhecimento, especialmente no caso de docentes;

- Redução do quadro de pessoal técnico e administrativo em função de aposentadorias, sem a contrapartida de novos concursos. Com a possível mudança nos critérios para aposentadoria, este quadro tende a piorar nos próximos períodos e é fonte de grande preocupação;

- Redução do número de vagas, em função dos cortes orçamentários recebidos do Comando da Aeronáutica e do MEC, uma vez que houve necessidade restringir ou paralisar iniciativas para adequação da escola às turmas maiores (salas de aula, laboratórios, alojamentos, etc);

- Falta de Assessoramento Jurídico na Instituição, principalmente para tratar de assuntos ligados à área de ensino; e

- A Expansão da Escola (duplicação da graduação e ampliação da pós-graduação), embora seja um projeto com apoio do Governo Federal, amparado em acordo assinado entre o Ministério da Defesa, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), e Ministério da Educação, teve que se ajustar a um novo plano de trabalho em função dos cortes orçamentários.

Os valores relacionados em Restos a Pagar correspondem basicamente aos compromissos assumidos para as atividades que ocorrem no final do ano como as formaturas, as defesas de tese, o Vestibular, e as providências para o início do próximo ano letivo. Desta forma essa execução refere-se a Meta Física alcançada no ano anterior.

Para o próximo exercício financeiro foram definidas metas importantes para continuidade do Plano de Expansão do ITA, dentre elas: a plena utilização do novo prédio da Divisão de Ciências Fundamentais, com a implantação de novos conceitos de ensino em função da sua moderna infraestrutura; a realização de concurso de admissão de sessenta novos professores; a manutenção predial das áreas desocupadas para a remanejamento de laboratórios e salas de aula; a criação de novos "Minors" no curso de Graduação; a implementação de novo software de controle acadêmico; a reestruturação da Pós-graduação Acadêmica; o lançamento do ITASAT e início de desenvolvimento de novas famílias de pequenos satélites; a consolidação de parcerias internacionais; e o fortalecimento da Pós-Graduação.

Apesar do montante empenhado ser próximo dos 100% disponíveis, indicando total utilização dos recursos, o baixo percentual liquidado, que implicam na inscrição em Restos a Pagar não Processados para o exercício subsequente, ocorreu em função de que as aquisições ocorreram principalmente no mês de dezembro, quando da homologação das Atas de Registro de Preços, realizadas de forma centralizada com as demandas das demais OM.

Quadro 2.2.1.11 - Ação 20X9

Identificação da Ação			
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(X) Integral ( ) Parcial		
Ação:	20X9	Tipo: Atividade	
Titulo:	Capacitação Profissional da Aeronáutica		
Iniciativa:	Representa o próprio objetivo		
Objetivo:	1113 - Dispor de recursos humanos civis e militares capazes de cumprir as ações necessárias à Defesa Nacional.		
Programa:	2058 - Defesa Nacional	Tipo: Temático	
Unid Orçamentária:	52111 - Comando da Aeronáutica		
Ação Prioritária:	( )Sim (X)Não	Caso Positivo: ( )PAC	( )Brasil sem Miséria

Lei Orçamentária Anual - 2017

Execução Orçamentária e Financeira

Dotação		*Despesa*			Restos a pagar inscritos 2017	
Inicial	*Final*	*Empenhada*	*Liquidada*	*Paga*	*Processado*	*Não process.*
13.232.278	13.232.278	13.155.282	6.993.607	6.944.164	49.443	6.161.675

Execução Física

Descrição da Meta	*Unidade de Medida*	*Montante*		
		Previsto	*Reprogramado*	*Realizado*
Aluno capacitado	unidade	*16.975,00*	*16.975,00*	*18.870,00*

Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores

Execução Orçamentária e Financeira			***Execução Física - Metas***		
Vr. 01/01/2017	*Valor Liquidado*	*Valor Cancelado*	*Descrição de Meta*	*Unidade de Medida*	*Realizado*
5.363.411	5.179.126	(-59.249)	Aluno capacitado	unidade	0,00

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP

ANÁLISE SITUACIONAL

A Ação Orçamentária 20X9 está formalizada para produzir a Capacitação Profissional da Aeronáutica, abrangendo sete Planos Orçamentários, todos direcionados para custear as despesas com atividades de ensino de nível médio, técnico, superior, pós-graduação e mestrado.

As atividades de capacitação, seja para formação e pós-formação, são executadas pelas Organizações de Ensino da estrutura da Diretoria de Ensino (DIRENS) em modo presencial e semipresencial e, também, pelas demais Organizações militares da FAB que não fazem parte da estrutura da DIRENS, tais como: Instituto Logístico da Aeronáutica (ILA), Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), Instituto de Pesquisas e Ensaios em Voo (IPEV), Centro de Preparação de Oficiais da Reserva da Aeronáutica de São José dos Campos (CPORAER-SJ), Grupo de Instrução Tática e Especializada (GITE) e os Serviços de Recrutamento e Preparo de Pessoal da Aeronáutica (SEREP).

Neste ano, houve a conclusão de todos os cursos de formação e os de pós-formação, totalizando 19.400 (dezenove mil e quatrocentos) alunos nas diversas áreas e níveis de interesse do Comando da Aeronáutica. Este número é resultante da soma aritmética dos alunos capacitados em todas as Organizações da estrutura de ensino do COMAER, convalidados pela Diretoria de Pessoal da Aeronáutica (DIRAP) e pelo Comando-Geral de Pessoal da Aeronáutica (COMGEP).

A meta física programada é uma previsão dos cursos de formação e pós-formação distribuídos pelos Planos Orçamentários e a mais significante variação foi a da meta física do PO 002 – Formação e Especialização de Cabos e Soldados, cuja definição do contingente para ingresso no serviço ativo da FAB, em 2017, se confirmou no presente ano, fazendo com que essa meta física fosse alterada de 6.000 (seis mil) para 11.274.

Já no PO 003 – Formação, Especialização e Aperfeiçoamento de Oficiais e Civis, a meta foi alterada de 6.000 alunos para 3.581, visto que neste PO os cursos de pós-formação, principalmente, os programados na UNIFA e no ILA não puderam ser efetivados no primeiro semestre devido ao contingenciamento sofrido neste PO.

O valor do orçamento aprovado no Plano de Ação 2017 correspondeu, em média, a metade do valor solicitado pelas Organizações de Ensino para a Proposta Orçamentária.

Basicamente os recursos foram aplicados para a aquisição de material de expediente, de informática, de manutenção (aplicados nos alojamentos e salas de aulas), e na contratação de serviços na manutenção da infraestrutura de pequena complexidade, tudo isso visando ao aprimoramento do ensino e a continuidade da qualidade dos cursos dentro do COMAER. Os valores alocados pelo Estado-Maior da Aeronáutica, dentro do Plano de Ação de 2017, permitiram o alcance da meta física programada nos cursos de formação de oficiais, sargentos, cabos e soldados, entretanto, para os cursos de pós-formação (aperfeiçoamento/especialização) houve prejuízos por conta de cancelamentos de alguns cursos. As restrições de recursos nas demais Ações Orçamentárias prejudicaram a meta qualitativa dos alunos, visto que acarretaram suspensão ou redução de viagens, intercâmbios, exercícios de campanhas, e outras atividades diretamente ligadas ao ensino, ficando limitados a qualificação plena desses militares da FAB.

No que se refere ao valor de restos a pagar não processados executados de janeiro a junho serviram para honrar os compromissos contratuais assumidos no exercício de 2016, e quanto a necessidade de inscrever recursos em Restos a Pagar não processados, mesmo considerando que a meta física foi atendida em sua totalidade, tais recursos servirão para honrar contratos de aquisição de bens/serviços assumidos em 2017.

Para o ano seguinte a expectativa é de que haja a continuação dos cursos de formação e que sejam abertas novas turmas para os diversos cursos de pós-formação. No tocante as Organizações que não fazem parte da estrutura da DIRENS espera-se que as mesmas consigam manter os seus respectivos planejamentos, com a perspectiva de atingir a meta a programada, caso os valores hoje previstos na Proposta de Lei Orçamentária de 2018 – PLOA sejam mantidos quando da sua aprovação.

Quadro 2.2.1.12 - Ação 20XA

Identificação da Ação			
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(X) Integral ( ) Parcial		
Ação:	20XA	Tipo: Atividade	
Titulo:	Aprestamento da Aeronáutica		
Iniciativa:	Representa o próprio objetivo		
Objetivo:	1114 - Elevar a capacidade operativa dos meios e efetivos das Forças Armadas por meio da sua capacitação, adestramento e prontidão logística.		
Programa:	2058 - Defesa Nacional	Tipo: Temático	
Unid Orçamentária:	52111 - Comando da Aeronáutica		
Ação Prioritária:	( )Sim (X)Não	Caso Positivo: ( )PAC	( )Brasil sem Miséria

Lei Orçamentária Anual - 2017

Execução Orçamentária e Financeira

Dotação		*Despesa*			Restos a pagar inscritos 2017	
Inicial	*Final*	*Empenhada*	*Liquidada*	*Paga*	*Processado*	*Não process.*
24.005.263	24.005.263	23.932.608	9.411.832	9.365.491	46.341	14.520.776

Execução Física

Descrição da Meta	*Unidade de Medida*	*Montante*		
		Previsto	*Reprogramado*	*Realizado*
Organização militar aprestada	unidade	*322,00*	*322,00*	*310,00*

Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores

Execução Orçamentária e Financeira			***Execução Física - Metas***		
Vr. 01/01/2017	*Valor Liquidado*	*Valor Cancelado*	*Descrição de Meta*	*Unidade de Medida*	*Realizado*
10.610.811	8.987.484	(-127.916)	Organização militar	unidade	18,00

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP

ANÁLISE SITUACIONAL

Os recursos orçamentários aprovados na LOA do Exercício de 2017 para a Ação 20XA tem por objetivo o atendimento das Organizações Militares mantenedoras do COMAER, de forma quantitativa e qualitativa, no suprimento de materiais e serviços, buscando a elevação da eficiência e eficácia operacional, uniformização da tropa e gestão e suporte para o preparo e emprego da Força.

Para isso, providencia a manutenção de instalações, infraestrutura e segurança dos campos de provas e estantes de tiro de aviação; mantêm simuladores e seus equipamentos funcionais; aquisição de material bélico; abastece material de saúde em Segurança, Salvamento e Sobrevivência (kit SSS); suporta as atividades de transporte logístico de superfície e abastece os materiais de intendência.

Houve uma Reprogramação Financeira para o Exercício, que considerou a conjuntura econômica nacional que necessitou determinar novas limitações dos gastos governamentais, deste modo, foi estimado a descrição dos Planos Orçamentários (PO), a Unidade de medida estabelecida por cada um, portanto a metodologia utilizada para apuração foi feita com base na observação direta do número de Organizações Militares Mantidas e apoiadas à serviços prestados aos Militares.

Neste contexto, foi mantida a unidade de meta prevista em 322 Organizações Militares Aprestadas, apoiadas pelos recursos provenientes da Unidade Orçamentária 52111 – Comando da Aeronáutica e 52911 – Fundo Aeronáutico, considerando como produto intermediário no alcance do objetivo da Ação, o quesito qualitativo no atendimento das demandas, que é observável diretamente através do funcionamento das Unidades e prestação de serviços aos militares.

Com os créditos disponibilizados, as unidades que tratam de Campos de Provas e estandes de Tiro, foram mantidas em plena operação, visto a disponibilidades de parte dos créditos orçamentários somente no segundo semestre que gerou dificuldades creditícias, contudo em função de disponibilidade de materiais referente a exercícios anteriores que supriu os atendimentos, desta forma havendo uma nova programação de planejamento e priorização de atividades para o próximo exercício; de Simuladores e equipamentos funcionais, houveram contratos em renovação de caráter emergencial, ocasionado pela limitação orçamentária, com intuito de manter o suporte logístico contratado aos simuladores, desta forma, otimizando a utilização dos recursos disponibilizados; de aquisição de material bélico, atendeu de forma parcial o Programa de Instrução e Manutenção Operacional (PIMO), ao Programa de recuperação gradativa da reserva de guerra aérea e terrestre, ao Programa de Trabalho Anual do PAMB-RJ, e ao projeto CIPE/BINFAE, também devido indisponibilidade de recursos planejados inicialmente; a utilização dos recursos para aquisição de Material de Saúde foi adequado devido processo licitatório em tempo hábil; o emprego para o Transporte Logístico de Superfície foi satisfatório para contratação de serviços de manutenção e monitoramento eletrônico da frota de viaturas, operacionalidade que colaborou diretamente para o pronto atendimento das ações realizadas em solicitações de transporte de material no modal terrestre; e o material de intendência empenhou maior representatividade em material permanente, com finalidade de atendimento ás Escolas e Academia da Forca Aérea.

Em relação ao avanço da meta física, faz-se necessário observar o cenário orçamentário primeiramente, que não houve disponibilidade total de recursos planejados para o ano de 2017, e a Ação contou com limitação que comprometeu a manutenção de contratos de suporte previstos para 2017. Importante destacar que os processos de aquisição ocorridos que se findaram, ou não, foram dificultados, em parte, pela demora da liberação dos créditos/numerários, para o início das atividades relacionadas às contratações.

A Ação tem meta de aprestar fisicamente 322 Organizações Militares e analisou e priorizou o atendimento às demandas que visam à plena sustentação das atividades operacionais e administrativas que dão gestão e suporte ao emprego do COMAER, deste modo, a meta físico-financeira, se destacou nas atividades previstas para o corrente ano, que constituiriam prestação qualitativa e a preterição das demandas contratuais pendenciadas devidas ao contingenciamento, para possíveis renovações contratuais para próximo exercício.

Medidas administrativas compuseram o que desenvolveu a gestão dos créditos disponibilizados, visto a necessidade de dimensionar a utilização dos mesmos de forma que permeasse as expectativas estratégicas e operacionais traçadas nos Planos de Trabalho, a alocação dos recursos para o corrente exercício e sintetizou as necessidades, sem que a capacidade fosse reduzida, e, também sistematizar em preterir o apoio de provisões nas aquisições, recebimento e distribuição de materiais adquiridos e serviços contratados, com os créditos dos RAP Não Processados .

Entre os impactos decorrentes do não alcance da meta física, observou-se o atendimento parcial à aquisição de materiais bélicos para atender o Programa de Instrução e Manutenção Operacional, ao PTA do PAMB-RJ e ao projeto PEMAER CIPE/BINFAE; e a correspondência de

cerca de 40% menor ao planejado para suportar o Plano Orçamentário de Simuladores, que inviabilizou principalmente o tratamento da obsolescência dos simuladores A-29, F-5M e T27.

No que se refere a "Restos a Pagar Não Processado", houve execução de pouco mais de 81% de janeiro a dezembro de 2017, com relevante contribuição para a recomposição dos níveis de acervos e prestações às diversas Organizações Militares do COMAER, atende, de modo inclusivo às contratações e aquisições do exercício de 2016, atingindo como resultado o atendimento à demanda representada pela meta física não alcançada no exercício anterior; foram finalizadas as manutenções programadas de simuladores; atendidas manutenções em Estandes de tiros; e findado aquisições de material bélico e processos de manutenção e suprimentos de material de intendência.

Contudo, é esperado para o próximo período o alcance de créditos suficientes ao planejado para cada Plano Orçamentário que atenda às demandas da Força, de efetividade nas execuções previstas, e finalidade de atender e dar continuidade às aquisições, manutenções, capacitações, contratações, e afins, previstos para a Ação 20XA, e que diante as ações, a efetividade dos créditos ocorra quantitativamente às 322 Organizações Militares Aprestadas e de forma qualitativa.

Quadro 2.2.1.13 - Ação 20XA

Identificação da Ação			
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(X) Integral ( ) Parcial		
Ação:	20XA	Tipo: Atividade	
Titulo:	Aprestamento da Aeronáutica		
Iniciativa:	Representa o próprio objetivo		
Objetivo:	1114 - Elevar a capacidade operativa dos meios e efetivos das Forças Armadas por meio da sua capacitação, adestramento e prontidão logística.		
Programa:	2058 - Defesa Nacional	Tipo: Temático	
Unid Orçamentária:	52911 - Fundo Aeronáutico		
Ação Prioritária:	( )Sim (X)Não	Caso Positivo: ( )PAC	( )Brasil sem Miséria

Lei Orçamentária Anual - 2017

Execução Orçamentária e Financeira

Dotação		*Despesa*			Restos a pagar inscritos 2017	
Inicial	*Final*	*Empenhada*	*Liquidada*	*Paga*	*Processado*	*Não process.*
38.429.764	38.429.764	37.060.370	19.080.070	19.076.975	3.095	17.980.300

Execução Física

Descrição da Meta	*Unidade de Medida*	*Montante*		
		Previsto	*Reprogramado*	*Realizado*
Organização militar aprestada	unidade	*322,00*	*322,00*	*310,00*

Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores

Execução Orçamentária e Financeira			***Execução Física - Metas***		
Vr. 01/01/2017	*Valor Liquidado*	*Valor Cancelado*	*Descrição de Meta*	*Unidade de Medida*	*Realizado*
18.147.602	18.097.049	(-328.975)	Organização militar	unidade	4,00

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP

ANÁLISE SITUACIONAL

Os recursos orçamentários aprovados na LOA do Exercício de 2017 para a Ação 20XA tem por objetivo o atendimento das Organizações Militares mantenedoras do COMAER, de forma quantitativa e qualitativa, no suprimento de materiais e serviços, buscando a elevação da eficiência e eficácia operacional, uniformização da tropa e gestão e suporte para o preparo e emprego da Força.

Para isso, providencia o Sistema de Contra Incêndio do COMAER, na prevenção, salvamento e combate a incêndio; abastece os postos de fardamento para revenda reembolsável aos militares da Força Aérea Brasileira; suporta de forma continua o produto aeroespacial e a indústria brasileira de Defesa no mercado internacional por meio de certificações, gestão e controle de qualificações e

manutenção; e conduz o cumprimento de missões de Ensino no Brasil e exterior (PLAMENS E PLAMTAX), e missões de treinamentos operacionais em simuladores de voo no país.

Houve uma Reprogramação Financeira para o Exercício, que considerou a conjuntura econômica nacional que necessitou determinar novas limitações dos gastos governamentais, deste modo, foi estimado a descrição dos Planos Orçamentários (PO), a Unidade de medida estabelecida por cada um, portanto a metodologia utilizada para apuração foi feita com base na observação direta do número de Organizações Militares Mantidas e apoiadas à serviços prestados aos Militares.

Neste contexto, foi mantida a unidade de meta prevista em 322 Organizações Militares Aprestadas, apoiadas pelos recursos provenientes da Unidade Orçamentária 52111 – Comando da Aeronáutica e 52911 – Fundo Aeronáutico, considerando como produto intermediário no alcance do objetivo da Ação, o quesito qualitativo no atendimento das demandas, que é observável diretamente através do funcionamento das Unidades e prestação de serviços aos militares.

Com os créditos disponibilizados, diversas unidades descentralizadoras de materiais contra incêndio receberam atendimento de suporte à formação e à capacitação de recursos humanos do SISCON (Sistema de Contra Incêndio do Comando da Aeronáutica), aquisição de equipamentos de proteção individual (EPI), manutenção preventiva e corretiva da frota de carros de prevenção, salvamento e combate a incêndio, visando à manutenção do Nível de Proteção Contra Incêndio Requerido (NPCR) dos aeródromos do COMAER, construção e reforma de edificações do (Órgão Central do Sistema de Contra Incêndio) OCSISCON, seus Elos e/ou OM ligadas de alguma forma ao objeto do Convênio; em fardamentos reembolsável aos militares da Aeronáutica foi efetuada aquisições na visão de formação de estoques de itens passíveis de compra, para que no próximo exercício haja disponibilidade de compra de itens cuja licitação ainda se encontra em andamento; quanto aos suporte ao desenvolvimento industrial foram abastecidos, mantidos e equipados os laboratórios de Ensaios Não Destrutivos e os de Metrologia, providenciado suporte às áreas de Certificação de Produto Aeroespacial para permitir o desenvolvimento das atividades, suporte à área de Proteção Intelectual possibilitando a manutenção do portfólio de patentes das invenções tecnológicas desenvolvidas no Campus e novos registros; e, em instrução e treinamento técnico operacional da Aeronáutica foram proporcionados adestramentos operacionais, tais como Operação Ostium, que reforçou a vigilância aérea na fronteira na Região Sul e Centro-Oeste, e a Operação Guarani e Caxiri, que utilizou como plataforma a aeronave KC-390, e descentralizou alocação às Organizações Militares de recursos para prover o Plano de Missões de Ensino no Brasil e no Exterior (PLAMENS) e o Plano de Missões Técnico-Administrativas no Exterior (PLAMTAX).

Em relação ao avanço da meta física, é importante observar o cenário orçamentário de 2017, visto que houve a necessidade de adequação dos recursos movido pelo contingenciamento comparando-se com o ano de 2016. Importante destacar que os processos de aquisição ocorridos que se findaram, ou não, foram dificultados, em parte, pela demora da liberação dos créditos/numerários, para o início das atividades relacionadas às contratações.

A Ação tem meta de aprestar fisicamente 322 Organizações Militares e analisou e priorizou o atendimento às demandas que visam à plena sustentação das atividades operacionais e administrativas que dão gestão e suporte ao emprego do COMAER, deste modo, a meta físico-financeira, se destacou nas atividades previstas para o corrente ano, que constituíram prestação qualitativa e a preterição das demandas missionadas pendenciadas devido à limitação dos recursos disponibilizados, para possíveis realocações e transferências para próximo exercício.

Medidas administrativas compuseram o que desenvolveu a gestão dos créditos disponibilizados, visto a necessidade de dimensionar a utilização dos mesmos de forma que permeasse as expectativas estratégicas e operacionais traçadas nos Planos de Trabalho, a alocação dos recursos para o corrente exercício sintetizou as necessidades, sem que a capacidade fosse reduzida, e, também sistematizou em preterir o apoio de provisões nas aquisições, recebimento e distribuição de materiais adquiridos e serviços contratados, com os créditos dos RAP Não Processados.

Entre os impactos decorrentes do não alcance da meta física, observou-se o atendimento parcial aos, Plano de Missões de Ensino no Brasil e no Exterior – PLAMENS e o Plano de Missões Técnico-Administrativas no Exterior – PLAMTAX.

No que se refere a "Restos a Pagar Não Processado", houve execução de 92% de janeiro a dezembro de 2017, com relevante contribuição para a recomposição dos níveis de acervos e prestações às diversas Organizações Militares do COMAER, atende, de modo inclusivo às contratações e aquisições do exercício de 2016, atingindo como resultado o atendimento à demanda representada pela meta física não alcançada no exercício anterior; foram finalizadas as instruções em simuladores; atendidas os Planos de Missões Técnico-Administrativas no Exterior – PLAMTAX, entre outros processos de manutenção e suprimentos de suporte ao desenvolvimento industrial.

Considerando o contingenciamento de recursos nos últimos anos, o que se observa como tendência, haverá necessidade de readequação financeira a fim de atender às demandas da Força, com a finalidade de dar continuidade às aquisições, manutenções, capacitações, contratações e afins, previstos para a Ação 20XA, de modo que a efetividade dos créditos ocorra quantativamente às 322 Organizações Militares Aprestadas e de forma qualitativa.

Quadro 2.2.1.14 - Ação 20XB

Identificação da Ação			
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(X) Integral ( ) Parcial		
Ação:	20XB	Tipo: Atividade	
Titulo:	Pesquisa e Desenvolvimento no Setor Aeroespacial		
Iniciativa:	Representa o próprio objetivo		
Objetivo:	1124 - Promover o desenvolvimento da Base Industrial de Defesa e de tecnologias de interesse da Defesa Nacional		
Programa:	2058 - Defesa Nacional	Tipo: Temático	
Unid Orçamentária:	52111 - Comando da Aeronáutica		
Ação Prioritária:	( )Sim (X)Não	Caso Positivo: ( )PAC	( )Brasil sem Miséria

Lei Orçamentária Anual - 2017

Execução Orçamentária e Financeira

Dotação		*Despesa*			Restos a pagar inscritos 2017	
Inicial	*Final*	*Empenhada*	*Liquidada*	*Paga*	*Processado*	*Não process.*
1.325.735	1.325.735	366.501	55.793	55.793	0	310.708

Execução Física

Descrição da Meta	*Unidade de Medida*	*Montante*		
		Previsto	*Reprogramado*	*Realizado*
Projeto apoiado	unidade	*5,00*	*5,00*	*1,00*

Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores

Execução Orçamentária e Financeira			***Execução Física - Metas***		
Vr. 01/01/2017	*Valor Liquidado*	*Valor Cancelado*	*Descrição de Meta*	*Unidade de Medida*	*Realizado*
3.189.228	160.436	(-324)	Projeto apoiado	unidade	1,00

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP

ANÁLISE SITUACIONAL

Esta Ação tem promovido a Pesquisa e o Desenvolvimento Tecnológico Aeroespacial no DCTA, por meio de pesquisas em meteorologia aeroespacial e desenvolvimento de tecnologias, resultando em publicações técnico-científicas e desenvolvimento de sistemas, subsistemas e componentes na área Aeroespacial e de Defesa.

Os recursos dessa ação são aplicados no desenvolvimento do projeto LINK BR2 e da atividade de Pesquisa e Desenvolvimento da Meteorologia Aeroespacial.

A metodologia utilizada para apuração do resultado no período consiste na verificação da execução, com base nos valores liquidados.

Dentre as realizações citamos: o Projeto Link BR2, que assinou o Termo Aditivo nº 4 (TA4), para fins de, dentre outros, adequação do Cronograma Físico Financeiro (CFF) do Contrato nº 033/DCTA-COPAC/2012, em virtude dos cortes e contingenciamentos orçamentários do ano de

2016; assinou o Termo Aditivo nº 5 (TA5), para fins de, dentre outros, substituir a empresa contratada MECTRON pela empresa MECTRON COMM, em virtude de reestruturação societária da contratada; iniciou o processo de certificação do sistema LINK-BR2, pela contratada, junto ao Instituto de Fomento Industrial (IFI) do COMAER; e estabelecimento de novos critérios de aceitação da Etapa 14 do contrato em pauta, o que promoverá o avançamento físico no desenvolvimento do projeto, quando do recebimento final da citada Etapa.

O CFF atual do projeto, conforme alterado pelo TA4, estabeleceu que a meta física prevista para o exercício anterior (2016) deveria ter sido de avançamento de 5% na execução do projeto (de 20 para 25% do total do projeto, com a entrega das Etapas 14 e 15), haja vista as restrições orçamentárias impostas naquele ano. O avançamento previsto para o exercício anterior ainda não foi cumprido pela empresa contratada, o que acarretou na instauração de Processos de Apuração de Sanção Administrativa (PASA) para apurar os fatos e apontar os fatores que dificultaram a realização da Meta Física.

Outrossim, para o exercício atual (2017), foi planejado o avanço físico de 7% (de 25 para 32% do total do projeto), a ser contabilizado somente com a entrega de duas etapas previstas para o dia 31 de dezembro de 2017 (Etapas 16 e 20), o que não ocorreu.

Cabe ressaltar o fato de que as etapas previstas para o ano de 2017 deveriam ser custeadas com recursos da ação 20XB - PO 0008 (no valor de R$ 1 milhão) e com recursos da ação 15LS (no valor aproximado de R$ 14 milhões). Os recursos da ação 15LS sofreram contingenciamento de 100%, enquanto que o PO 0008 da ação 20XB somente recebeu o valor de R$ 55.555,56. Dada essa condição de não recebimento dos recursos previstos inicialmente, não foi possível cumprir a meta física planejada para o exercício.

O principal impacto, inclusive para o período seguinte, pelo não atingimento do que foi planejado para o ano 2017, será a necessidade de negociação de novos termos aditivos ao contrato, com alteração do CFF e quase certa dilação dos prazos e aumento de custos.

Na atividade de Pesquisa e Desenvolvimento da Meteorologia Aeroespacial as principais realizações planejadas e em andamento para o ano de 2017 são: estudo sobre a previsibilidade do vento no CLA; estudo sobre a relação entre sistemas atmosféricos e clima espacial; estudo sobre a Dispersão de Gases no CLA, utilizando o modelo atmosférico regional WRF; estudo sobre a circulação atmosférica no CLA; e realização do 1º *Workshop* de Meteorologia Aeroespacial, sintetizando os resultados já alcançados pela Ação, desde 2000. Essas pesquisas geraram publicações internacionais.

A execução financeira situou-se na faixa de 18%, tendo em vista que os recursos somente foram recebidos em junho de 2017 e, com isso, os processos licitatórios somente foram concluídos no final do exercício, quando puderam ser empenhos, implicando na inscrição de boa parte deles em Restos a Pagar.

A execução de RP Não Processado é referente à atividade de Pesquisa e Desenvolvimento da Meteorologia Aeroespacial, que por meio de pesquisas e estudos do comportamento dos principais parâmetros meteorológicos (vento, temperatura, precipitação, pressão, tempo presente, nebulosidade e umidade), observados nas regiões onde estão localizados os Centros de Lançamentos Brasileiros, contribuiu com a meta de manter o setor aeroespacial adequado.

A Pesquisa, a Capacitação e o Desenvolvimento no Setor Aeroespacial contribuem com a soberania nacional no setor aeroespacial e os investimentos precisam ser priorizados para que o Brasil não tenha uma capacitação tecnológica deficiente para absorver as tecnologias bem como para desenvolvê-las, tornando o país dependente de produtos complexos a serem importados, produtos esses que sofrem embargos comerciais e cerceamento tecnológico.

A meta física foi reprogramada de 5 para 1 considerando que dentre os 2 dos projetos que receberam recursos no exercício de 2017 (PO0003-Pesquisa e Desenvolvimento de Meteorologia Aeroespacial e PO0008-Projeto LINK BR2), somente aquele custeado pelo PO0003 conseguiu cumprir a meta planejada, pois os valores recebidos foram suficientes para o andamento do Projeto.

Já o valor recebido pelo projeto custeado pelo PO0008 foi empenhado mas não teve como reflexo cumprimento da meta planejada, uma vez que a contratada ainda não finalizou a entrega das etapas programadas.

Quadro 2.2.1.15 - Ação 20XB

Identificação da Ação			
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(X) Integral ( ) Parcial		
Ação:	20XB	Tipo: Atividade	
Titulo:	Pesquisa e Desenvolvimento no Setor Aeroespacial		
Iniciativa:	Representa o próprio objetivo		
Objetivo:	1124 - Promover o desenvolvimento da Base Industrial de Defesa e de tecnologias de interesse da Defesa Nacional		
Programa:	2058 - Defesa Nacional	Tipo: Temático	
Unid Orçamentária:	52911 - Fundo Aeronáutico		
Ação Prioritária:	( )Sim (X)Não	Caso Positivo: ( )PAC	( )Brasil sem Miséria

Lei Orçamentária Anual - 2017

Execução Orçamentária e Financeira

Dotação		*Despesa*			Restos a pagar inscritos 2017	
Inicial	*Final*	*Empenhada*	*Liquidada*	*Paga*	*Processado*	*Não process.*
8.471.778	8.471.778	8.031.703	1.316.094	1.309.076	7.019	6.715.608

Execução Física

Descrição da Meta	*Unidade de Medida*	*Montante*		
		Previsto	*Reprogramado*	*Realizado*
Projeto apoiado	unidade	*2,00*	*2,00*	*2,00*

Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores

Execução Orçamentária e Financeira			***Execução Física - Metas***		
Vr. 01/01/2017	*Valor Liquidado*	*Valor Cancelado*	*Descrição de Meta*	*Unidade de Medida*	*Realizado*
4.017.515	20.844.028	(-1.791.773)	Projeto apoiado	unidade	2,00

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP

ANÁLISE SITUACIONAL

Esta Ação tem promovido a Pesquisa e o Desenvolvimento Tecnológico Aeroespacial no DCTA por meio de atividades de pesquisa e desenvolvimento de projetos.

Os recursos recebidos nesta ação são distribuídos pelas atividades e projetos inseridos nos Planos Orçamentários (PO) 0005 e 0006, cada um deles classificado como uma meta física da ação. A meta física disposta no PO 0005 engloba o desenvolvimento dos sistemas bélicos A-DARTER, do projeto Alvo Aéreo Não Manobrável, além dos projetos estratégicos PASIL, TERRA, PITER, PROPHIPER E FOGTREIN.

Já a meta física disposta no PO 0006 engloba as atividades de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico no DCTA.

No período de avaliação buscou-se o cumprimento da meta física de manter o Setor Aeroespacial Adequado, apesar do contingenciamento de 17% do previsto para o ano.

A metodologia utilizada para apuração do resultado no período consiste na verificação da execução, com base nos valores liquidados.

Dentre as realizações citamos: o projeto Alvo Aéreo não Manobrável elaborou os seguintes documentos: especificações de ensaios de temperatura, de ensaio de vibração, ensaio de *pit drop*, do Subsistema Sensibilizador de Espoleta (as especificações desse subsistema foram incorporadas na Especificação do Alvo Aéreo E-1) e da Câmara de combustão; definiu a configuração da câmara de combustão propriamente dita, enviada para fabricação na Divisão de Mecânica (AME/IAE); e realizou grande parte das atividades relacionadas à meta de Preparação de Processos de Aquisição de Materiais e Serviços.

Dos projetos do Instituto de Estudos Avançados (IEAV), o projeto TERRA iniciou a desmontagem e mensuração das novas APU recebidas no final do ano 2016. Essas APU serão adaptadas para funcionar no ciclo fechado BRAYTON, em construção no projeto TERRA. Desenhos consistentes de volutas para adaptação das APU no ciclo BRAYTON estão em andamento; iniciou a modelagem numérica da vazão mássica da APU utilizada no ciclo *Brayton*, realizou a seleção para a contratação de novos alunos de IC e mestrado, sendo aprovados 06 alunos para IC e 03 alunos para mestrado; iniciou o trabalho de construção da terceira máquina *Stirling* do IEAv; deu continuidade à construção da bancada de teste da turbina TPMF, das modelagens do ciclo Brayton e seus componentes (modelados com FLUENT e RELAP5-3D); e continuou os processos de aquisição de *softwares*, flanges e cotovelos de aço 316L, não concluídos em 2016.

No projeto PASIL foram obtidos os primeiros resultados nos experimentos de LIF em Érbio na câmara de evaporação 3, de caracterização de expansão atômica utilizando método de imagem e de caracterização de íons gerados na ablação a laser; concluídos e documentados experimentos de medições do deslocamento isotópico do Érbio e do Disprósio na região do visível; obtidos resultados de caracterização dinâmica de íons em expansão de vapor produzido por ablação a laser; iniciados experimentos de espectroscopia de dois fótons em Disprósio; desenvolvimento de uma nova câmara otimizada para realizar experimentos de LIF em vapor atômico; iniciando experimentos de otimização de setor magnético para separação eletromagnética de elementos e isótopos; e elaboração de um Roadmap do projeto PASIL e de um novo sistema cinético para realização de experimentos de ablação.

O projeto PROPHIPER efetuou a colocação do suporte de fixação do T5, túnel de combustão; renovou as bolsas de ensino dos recursos humanos para apoio do projeto em Aerotermodinâmica e Hipersônica; comprou o cluster e workstations, entregues e em fase de instalação; desenvolveu técnicas de diagnóstico de escoamentos hipersônicos, velocimetria a laser em implantação no túnel T2; experimento aplicável aos Demonstradores Tecnológicos, em andamento os ensaios da versão 14-X S (3 rampas); desenvolveu sensores de ionização, iniciou estudos com a UFRJ; Projeto Aerodinâmico, Térmico, Estrutural e Dimensional do 14-X e 14-X waverider: aerodinâmico concluído, térmico e estrutural em andamento; e processo administrativo parcialmente finalizado para o lançamento do voo atmosférico (ascendente) do 14-XS e 14-X *waverider*.

O projeto PITER obteve imagens aéreas da região de SJC, em parceria com o IPEV; iniciou a recuperação de drones do projeto, com a compra de materiais eletrônicos e mecânicos; iniciou os estudos em Alto Desempenho, para aprimoramento dos algoritmos já desenvolvidos, bem como a compra de placas de alto desempenho e FPGA; participou de congressos e networking com empresas de drones brasileiras, para testes em voo; realizou tratativas com a EMBRAER para parceria de desenvolvimento e expansão do projeto para outros sensores; efetuou levantamento de mosaico da região do IEAv para preparação de testes; e deu início aos estudos de integração dos algoritmos desenvolvidos, com fusão de dados.

O projeto A-DARTER cumpriu as etapas de Certificação do Míssil - FQR (*Formal Qualification Review*) do Fuze e do DPA; realizou as atividades sobre motor foguete do contrato com a AVIBRAS; apresentou as etapas do Contrato nº 036/DCTA-COPAC/2014 para o processo de Desenvolvimento da Industrialização do Projeto A-Darter; e concluiu as etapas de processos industriais previstos no contrato com a Mectron.

O projeto FOGTREIN, mesmo não tendo recebido recursos, realizou treinamentos e melhoria da capacidade operacional dos Centros de Lançamento para o cumprimento das atividades previstas no Programa Nacional de Atividades Espaciais – PNAE, utilizando foguetes já adquiridos nas fases anteriores do projeto.

As principais expectativas de realização para o próximo período são: - Nos projetos do DCTA : o replanejamento e realocação dos investimentos nas tarefas das atividades para a produção de melhores resultados, realização de ensaios em voo, campanhas de Certificação, realização de reuniões de acompanhamentos dos projetos, aquisições de materiais e softwares para a montagem de protótipos, e realização de treinamentos para melhoria da capacidade operacional dos Centros de Lançamentos. - No escopo aeroespacial: promoção da pesquisa e do desenvolvimento no escopo aeroespacial, manutenção da credibilidade das Instituições perante o mercado nacional e internacional e credenciamento junto a entidades de interesse do COMAER e do setor aeroespacial. Os principais fatores que dificultaram a execução da meta física são de ordem financeira e tecnológica, onde os riscos do trato da complexidade tecnológica aeroespacial estão presentes. Uma das formas de vencer as dificuldades apresentadas é a busca de recursos junto às Agências de Fomento, a alteração do escopo do projeto e o replanejamento do cronograma.

A Pesquisa, a Capacitação e o Desenvolvimento no Setor Aeroespacial contribuem com a soberania nacional no setor aeroespacial e os investimentos precisam ser priorizados para que o Brasil não tenha uma capacitação tecnológica deficiente para absorver as tecnologias bem como para desenvolvê-las, tornando o país dependente de produtos complexos a serem importados, produtos esses que sofrem embargos comerciais e cerceamento tecnológico.

Quadro 2.2.1.16 - Ação 212O

Identificação da Ação			
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(X) Integral ( ) Parcial		
Ação:	212O	Tipo: Atividade	
Titulo:	Movimentação de Militares		
Iniciativa:	Representa o próprio objetivo		
Objetivo:	1114 - Elevar a capacidade operativa dos meios e efetivos das Forças Armadas por meio da sua capacitação, adestramento e prontidão logística.		
Programa:	2058 - Defesa Nacional	Tipo: Temático	
Unid Orçamentária:	52111 - Comando da Aeronáutica		
Ação Prioritária:	( )Sim (X)Não	Caso Positivo: ( )PAC	( )Brasil sem Miséria

Lei Orçamentária Anual - 2017

Execução Orçamentária e Financeira

Dotação		*Despesa*			Restos a pagar inscritos 2017	
Inicial	*Final*	*Empenhada*	*Liquidada*	*Paga*	*Processado*	*Não process.*
172.482.900	172.482.900	160.260.649	158.237.407	158.237.407	0	2.023.242

Execução Física

Descrição da Meta	*Unidade de Medida*	*Montante*		
		Previsto	*Reprogramado*	*Realizado*
Militar atendido	unidade	*15.337,00*	*15.337,00*	*16.739,00*

Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores

Execução Orçamentária e Financeira			***Execução Física - Metas***		
Vr. 01/01/2017	*Valor Liquidado*	*Valor Cancelado*	*Descrição de Meta*	*Unidade de Medida*	*Realizado*
2.465.160	2.397.820	(-77.736)	Militar atendido	unidade	20,00

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP

ANÁLISE SITUACIONAL

A Ação Orçamentária em comento destina-se à concessão do Direito Pecuniário previsto na Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, e do Direito Pecuniário previsto na Lei nº 5.809/72. No exercício de 2017 foi possível atender 16.739 Ajudas de Custo e indenizações de transporte aos militares, o que corresponde a 109,14% da meta física acumulada proposta (15.337), tendo em vista aumento nas concessões de indenizações de passagens e ajuda de custo para realização de cursos e missões comissionadas de interesse dos Grandes Comandos. Quanto à análise orçamentária, apesar da meta física ter ultrapassado a meta prevista, foi possível atender todas as demandas, tendo sido executado 91,74% do orçamento previsto para o exercício, o que corresponde a R$ 158.237.406,53 dos R$ 172.482.900,00. Quanto à execução dos Restos a Pagar Não Processados, foram executados 94,45% em razão das obrigações contratuais.

A concessão do direto pecuniário previsto possibilitou às Organizações Militares do COMAER o alcance dos objetivos estratégicos e operacionais de cada Órgão de Direção Geral, Setorial e de Assistência (ODGSA), bem como a execução do plano de movimentação de pessoal previsto para o primeiro semestre do exercício, necessário ao cumprimento do processo de reestruturação da Força Aérea Brasileira.

Para execução dos recursos orçamentários destinados à Ação, em conformidade com o planejamento do Órgão, houve maior incidência de execução no segundo semestre, período no qual ocorreram as Transferências ex-offício de militares para o cumprimento do Plano de Movimentação de Pessoal do COMAER, estabelecido pela Diretoria de Administração de Pessoal. Tal situação é acrescida, ainda, pela conclusão dos cursos de formação no ITA, AFA, EEAR, CIAAR e ECEMAR, ocorridas no segundo semestre com movimentação com mudança de sede.

Como metodologia aplicada ao cálculo dos valores necessários à Ação, utiliza-se parâmetros que incluem o posto ou graduação do militar (em razão da incidência do soldo para cálculo do direito financeiro), a distância entre a Organização Militar de destino e origem, metragem cúbica limite para a categoria em que o militar faz parte, além da existência e necessidade de translado de veículos. Com estes parâmetros, após análise criteriosa da Diretoria de Administração de Pessoal, são efetuadas as movimentações de modo a atender as necessidades do COMAER para o cumprimento das ações Estratégicas e Operacionais.

Nesse sentido, com base na metodologia aplicada ao cálculo das despesas com movimentação de pessoal, o Plano de Movimentação, necessário ao cumprimento das ações Estratégicas e Operacionais, foi cumprido considerando para o cálculo dos direitos financeiros devidos parâmetros que incluem o posto ou graduação do militar (em razão da incidência do soldo para cálculo do direito financeiro), a distância entre a Organização Militar de destino e origem, metragem cúbica limite para a categoria em que o militar faz parte, além da existência e necessidade de translado de veículos.

No que concerne à execução de RAP não processados, conforme as apurações realizadas pela Subdiretoria de Encargos Especiais destacam-se as seguintes situações:

1. Na Comissão Aeronáutica Brasileira na Europa (CABE), existem empenhos pendentes de liquidação, com previsão de regularização até o primeiro trimestre de 2018, com as seguintes empresas: STAR TRAVEL LTD, MOMENTOUS MOVING, CROWN WORLDWID e CONTINENTAL INTERNATIONAL MOVING. Tais contratos de serviço continuado atendem despesas freqüentes do Comando da Aeronáutica, em apoio a militares e familiares em retorno de missão no exterior. Houve, ainda, o cancelamento de RAP, no total de R$ 16.186,66.

2. Quanto à execução de RAP da Comissão Aeronáutica Brasileira em Washington (CABW), foi cancelado o RAP inscrito em favor da empresa STATUS BABY LOGISTC, no montante de R$ 61.711,67.

Salienta-se, ainda, que não houve a utilização de recursos orçamentários não alinhados aos objetivos definidos no Plano de Metas para a Ação Orçamentária 212O – Movimentação de Militares.

Pelo exposto, conforme o planejamento, foi possível, no exercício de 2017, o cumprimento do plano estratégico do COMAER, com a execução dos recursos orçamentários disponibilizados na ação orçamentária em análise.

Quadro 2.2.1.17 - Ação 2868

Identificação da Ação			
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(X) Integral ( ) Parcial		
Ação:	2868	Tipo: Atividade	
Titulo:	Combustíveis e Lubrificantes de Aviação		
Iniciativa:	Representa o próprio objetivo		
Objetivo:	1114 - Elevar a capacidade operativa dos meios e efetivos das Forças Armadas por meio da sua capacitação, adestramento e prontidão logística.		
Programa:	2058 - Defesa Nacional	Tipo: Temático	
Unid Orçamentária:	52111 - Comando da Aeronáutica		
Ação Prioritária:	( )Sim (X)Não	Caso Positivo: ( )PAC	( )Brasil sem Miséria

Lei Orçamentária Anual - 2017

Execução Orçamentária e Financeira

Dotação		*Despesa*			Restos a pagar inscritos 2017	
Inicial	*Final*	*Empenhada*	*Liquidada*	*Paga*	*Processado*	*Não process.*
176.677.730	176.677.730	177.304.692	172.622.566	172.622.566	0	4.682.126

Execução Física

Descrição da Meta	*Unidade de Medida*	*Montante*		
		Previsto	*Reprogramado*	*Realizado*
Combustível adquirido	metro cúbico	*58.308,00*	*58.308,00*	*40.098,00*

Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores

Execução Orçamentária e Financeira			***Execução Física - Metas***		
Vr. 01/01/2017	*Valor Liquidado*	*Valor Cancelado*	*Descrição de Meta*	*Unidade de Medida*	*Realizado*
24.103.855	24.097.972	(-45)	Combustível adquirido	metro cúbico	13.480,00

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP

ANÁLISE SITUACIONAL

Foi realizada a meta de 40.098 m³ de combustível de aviação correspondente ao consumo dos meses de janeiro a dezembro de 2017 (dados extraídos do COMBLUB – módulo do Sistema Integrado de Logística de Material e Serviços, SILOMS - do Comando da Aeronáutica, até o dia 31 de dezembro de 2017). Embora, a meta realizada no período não corresponda a meta prevista, tal diferença somente foi evidenciada por motivo da suplementação de recursos na Ação 2868 com a descentralização, ao Centro Logístico da Aeronáutica - CELOG, de outros recursos orçamentários tais como na Ação 20XV e Destaques variados, o que tornou possível o cumprimento do esforço aéreo planejado de 116.190 horas, assegurando a adequada disponibilidade das aeronaves da frota da Força Aérea Brasileira. Todas as despesas até o final do exercício foram custeadas. Esses mesmos recursos suplementares foram utilizados em prol de suas origens, como por exemplo, os recursos da Ação

20XV, para o Sistema de Controle do Espaço Aéreo, além de custearem as horas voadas pelas aeronaves que efetuaram as seguintes missões indenizáveis: Apoio de segurança pública dos estados brasileiros, como transporte de pessoal da Força Nacional para o Estado do Rio de Janeiro. Apoio no transporte de militares do Exército Brasileiro para Cachimbo/PA e nos processos de mobilização e desmobilização nas missões de paz no Haiti. Apoio logístico de transporte de materiais para o Programa Mais Médicos e para o garimpo Eldorado do Juma. Apoio para as missões de ajuda humanitária das vítimas do Furacão *MATHEW* e de traslado de órgãos em todo território nacional em cumprimento ao Decreto Presidencial nº 8.783. Apoio as operações: GOTA, programa CALHA NORTE, Operação Furacão-GLO Rio (RJ), ações de saúde da SESAI, eleições suplementares no estado do Amazonas e operações em faixa de fronteira. Durante o segundo semestre de 2017 houve a pequena evolução acerca dos RAP, totalizando 13.480 m³ de meta realizada. Será repassada como meta não alcançada no exercício, aproximadamente, 1.545 m³, para o exercício de 2018, a fim de custear parte das despesas com esforço aéreo realizado no mês de dezembro de 2017. Pois as Notas Fiscais deste período, somente darão entrada no CELOG para o efetivo pagamento nos meses de janeiro e fevereiro de 2018. Para o ano de 2018, está previsto um esforço aéreo de mesmo vulto do atual exercício, necessitando que os recursos da Ação 2868 para o ano subsequente sejam proporcionais à demanda e assim possa se cumprir a meta prevista, a fim de que não seja impactada a Atividade fim da Força.

Quadro 2.2.1.18 - Ação 7U72

Identificação da Ação			
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(X) Integral ( ) Parcial		
Ação:	7U72	Tipo: Projeto	
Titulo:	Adequação, Revitalização e Modernização da Frota de Aeronaves AM-X (Projeto A-1M)		
Iniciativa:	Modernização da frota de aeronaves AM-X (Projeto A-1M)		
Objetivo:	1121 - Aparelhar as Forças Armadas com meios e equipamentos militares para a Defesa Nacional		
Programa:	2058 - Defesa Nacional	Tipo: Temático	
Unid Orçamentária:	52111 - Comando da Aeronáutica		
Ação Prioritária:	( )Sim (X)Não	Caso Positivo: ( )PAC	( )Brasil sem Miséria

Lei Orçamentária Anual - 2017

Execução Orçamentária e Financeira

Dotação		*Despesa*			Restos a pagar inscritos 2017	
Inicial	*Final*	*Empenhada*	*Liquidada*	*Paga*	*Processado*	*Não process.*
62.419.640	62.419.640	65.113.629	43.320.266	43.320.266	0	21.793.363

Execução Física

Descrição da Meta	*Unidade de Medida*	*Montante*		
		Previsto	*Reprogramado*	*Realizado*
Aeronave modernizada	unidade	*1,00*	*1,00*	*1,00*

Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores

Execução Orçamentária e Financeira			***Execução Física - Metas***		
Vr. 01/01/2017	*Valor Liquidado*	*Valor Cancelado*	*Descrição de Meta*	*Unidade de Medida*	*Realizado*
7.494.863	10.407.315	(-4.744)	Aeronave modernizada	unidade	1,00

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP

ANÁLISE SITUACIONAL

O principal objetivo dos contratos sob a ação orçamentária 7U72 é a entrega para o COMAER de aeronaves A-1 modernizadas (A-1M), sendo este o produto considerado.

As restrições orçamentárias ocasionaram menor capacidade de investimento plurianual no Projeto AM-X, levando a impossibilidade da realização de entrega de aeronaves no exercício anterior.

Em decorrência, o Estado Maior da Aeronáutica - EMAER ratificou a preocupação com o sucesso do Projeto e determinou a constituição de Grupos de Trabalhos para análise do problema e identificação de propostas de soluções.

Da conclusão dos trabalhos, o EMAER ordenou a redução do objeto do contrato de modernização para quatorze aeronaves. Em consequência, os cronogramas dos contratos em vigor

foram ajustados para esta realidade. Quatro Termos Aditivos foram assinados ratificando esta decisão e um aguarda restante das negociações.

Diante do exposto, houve uma reprogramação no exercício anterior para "0" aeronaves a serem modernizadas, contudo com o pagamento e a liquidação efetiva anterior (R$ 10.428.284,26) e o valor já liquidado do exercício atual (R$ 41.653.848,62) permitiram a aquisição de materiais que foram utilizados na composição da aeronave entregue em dezembro de 2017.

Devido a variação da taxa cambial (aumento do dólar no final do exercício de 2017 em relação ao início do exercício) o valor empenhado aparece maior que a dotação atual.

A execução física para 2017 exibe a quantidade de aeronaves modernizadas entregues neste corrente exercício financeiro, qual seja, uma aeronave.

Quadro 2.2.1.19 - Ação 14TH

Identificação da Ação			
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(X) Integral ( ) Parcial		
Ação:	14TH	Tipo: Projeto	
Titulo:	Implantação e Modernização de Sistemas Bélicos e Equipamentos		
Iniciativa:	Obtenção e adequação de aeronaves militares		
Objetivo:	1121 - Aparelhar as Forças Armadas com meios e equipamentos militares para a Defesa Nacional		
Programa:	2058 - Defesa Nacional	Tipo: Temático	
Unid Orçamentária:	52911 - Fundo Aeronáutico		
Ação Prioritária:	( )Sim (X)Não	Caso Positivo: ( )PAC	( )Brasil sem Miséria

Lei Orçamentária Anual - 2017

Execução Orçamentária e Financeira

Dotação		*Despesa*			Restos a pagar inscritos 2017	
Inicial	*Final*	*Empenhada*	*Liquidada*	*Paga*	*Processado*	*Não process.*
20.000.000	20.000.000	20.610.944	17.226.468	17.226.468	0	3.384.477

Execução Física

Descrição da Meta	*Unidade de Medida*	*Montante*		
		Previsto	*Reprogramado*	*Realizado*
Sistema adequado	unidade	*3,00*	*3,00*	*2,00*

Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores

Execução Orçamentária e Financeira			***Execução Física - Metas***		
Vr. 01/01/2017	*Valor Liquidado*	*Valor Cancelado*	*Descrição de Meta*	*Unidade de Medida*	*Realizado*
9.924.340	9.634.454	0	Sistema adequado	unidade	0,00

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP

ANÁLISE SITUACIONAL

A meta prevista para este ano era para 3 sistemas bélicos: *Kit Lizard*; *Pod reccelite/litening*; e Armamento P-3. Contudo, no final de 2016, finalizou-se a execução do contrato com o recebimento dos últimos *kits Lizard*, e com isso, não houve a necessidade de inserir este projeto para 2017. Em contrapartida, foi inserido para este ano os Projetos Derby e Armamento Terrestre.

Logo, a meta para este ano foi reprogramada para quatro sistemas bélicos, a saber:

a) Armamento do P-3AM;
b) POD reccelite/litening;
c) Armamento terrestre;

d) Contrato plurianual nº 001/CELOG/2016 – TAURUS; e

e) Projeto Derby - Modificação de lançadores LAU-7 para míssil Derby.

Para a realização das atividades planejadas para os quatro sistemas bélicos supracitados, foi solicitado, na Pré Proposta Orçamentária de 2017, o valor de R$ 66.153.196,00. Face aos cortes orçamentários, houve uma redução do crédito para a ação no valor de R$ 20.000.000,00 para todo o exercício (JAN-DEZ). Neste período, foi replanejada a descentralização do valor total recebido conforme distribuição abaixo:

ARMAMENTO P-3 – Foi descentralizado R$ 13.311.350,00 que prevê o pagamento de etapa da Case BR-P-ASP para aquisição de mísseis, torpedos, minas, bombas de profundidade, e sonobóias. Esse sistema é empregado nas aeronaves de patrulhamento marítimo P-3, visando guerra antissubmarina, e detecção de embarcações clandestinas.

POD RECCELITE e LITENING – Foi descentralizado o valor de R$ 4.559.550,00 para SUPORTE LOGÍSTICO, conforme contrato nº 49/GAL-PAMB/2014. O funcionamento desse equipamento visa à equipagem nas aeronaves A-1M, no intuito de realizar missões de reconhecimento, e aquisição de alvos para emprego de bombas guiadas a laser. Nesse projeto já foram adquiridas as quantidades prevista dos itens, porém a EMBRAER ainda não executou a última fase desse projeto, na qual prevê a integração do POD na aeronave A-1M. Essa última etapa a FAB está realizando gestões junto à EMBRAER para proceder a referida integração. A não execução desse projeto impede a execução de missões de reconhecimento, bem como o lançamento de bombas guiadas a laser.

ARMAMENTO TERRESTRE – Foi descentralizado o valor de R$ 603.600,00 no primeiro semestre. Para o segundo semestre não houve mudanças orçamentárias. Esse projeto visa à aquisição de fuzis e pistolas 9 mm, para emprego em instruções, escoltas, e serviços de guarda. No momento, o Parque de Material Bélico aguarda o recebimento do quantitativo total de pistolas 9mm. Para proceder à entrega do armamento para a FAB, a Empresa Taurus aguarda a certificação desses itens pelo Exército Brasileiro. Em relação os fuzis, a aquisição desse item ainda está em fase de estudo e análise. Portanto, ainda não há contrato vigente.

PROJETO DERBY – Foi descentralizado R$ 1.525.500,00 que contempla a modificação de lançadores LAU-7 para míssil Derby. Esse item é utilizado nas aeronaves F-5M, para emprego do referido míssil nas missões BVR. Devido a entraves logísticos, a meta física ainda não foi executada. No entanto, A FAB está realizando gestões junto à empresa RAFAEL, visando à execução do serviço de modificação. A não execução deste projeto inviabiliza o uso dos mísseis Derby, os quais são acoplados nos lançadores LAU-7.

É importante frisar, que para o armamento P-3, e armamento terrestre todo o valor empenhado foi liquidado. O restante do valor não liquidado será inscrito como RAP não processados para o ano de 2018, que corresponde aos projetos POD reccelite/litening e Derby. Esses dois projetos serão atendidos conforme pagamento do RAP não processados inscritos para o ano que vem.

Como expectativas para o próximo ano, na pré-proposta orçamentária de 2018, foram solicitados recursos para atender, dentre outros, os quatro projetos supramencionados. Contudo, o EMAER informou a esta Diretoria, que devido aos limites orçamentários impostos pelo Governo Federal, a ação 14TH contemplará apenas os projetos Armamento P-3 para o qual foi solicitado um total de R$ 25.000.000,00, não contemplando nenhum outro projeto. Cabe ressaltar, que o projeto POD reccelite/litening e Armamento Terrestre para 2018 migraram da ação 14TH para a 20XA. No caso do POD Reccelite/litening, o EMAER planejou um montante de R$ 1.070.083,00 para fins de dar continuidade para esse projeto em 2018, valor aquém do solicitado inicialmente por esta Diretoria, no contexto da ação 14TH no montante de R$ 3.004.144,37, o que certamente implicará na redução das atividades de manutenção para esse projeto. No que tange ao projeto Armamento Terrestre, dos R$ 8.400.000,00 solicitados pela DIRMAB, no contexto da ação 14TH, o planejamento do EMAER estabeleceu apenas o valor R$ 980.850,00 na ação 20XA, o que acarretará em reduções nas atividades planejadas inicialmente. Finalmente, quanto ao projeto Derby, cabe frisar que não foram

contemplados novos recursos para 2018, de modo que em relação a esse projeto, serão realizadas apenas as atividades já contratadas e que serão custeadas com o RAPNP para 2018.

A metodologia empregada para a apuração do resultado da meta física realizada no período baseia-se na relação entre o valor liquidado e a dotação anual replanejado. Os valores ainda na fase de empenho correspondem à meta física não realizada.

Em relação aos Restos a Pagar não processados em 2017, o inscrito líquido se refere apenas ao Projeto POD reccelite/litening. Logo é o único sistema que está como meta não alcançada no exercício anterior. Do valor total de RAPNP (R$ 10.081.375,52) foi pago R$ 9.634.432,35 . Esses recursos viabilizaram o cumprimento da meta prevista no contrato nº 50/GAL/PAMB, que foi finalizado e contemplou a aquisição de spare parts para os referidos equipamentos. Porém em relação ao contrato nº 49/GAL/PAMB, o cumprimento das etapas depende que o restante do RAPNP de 2017 seja pago em 2018. Como o Projeto POD reccelite/litening compreende esses dois contratos, logo não houve meta física realizada com o RAPNP 2017.

Quadro 2.2.1.20 - Ação 156L

Identificação da Ação			
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(X) Integral ( ) Parcial		
Ação:	156L	Tipo: Projeto	
Titulo:	Obtenção dos Meios da Aeronáutica		
Iniciativa:	Obtenção e adequação de aeronaves militares		
Objetivo:	1121 - Aparelhar as Forças Armadas com meios e equipamentos militares para a Defesa Nacional		
Programa:	2058 - Defesa Nacional	Tipo: Temático	
Unid Orçamentária:	52911 - Fundo Aeronáutico		
Ação Prioritária:	( )Sim (X)Não	Caso Positivo: ( )PAC	( )Brasil sem Miséria

Lei Orçamentária Anual - 2017

Execução Orçamentária e Financeira

Dotação		*Despesa*			Restos a pagar inscritos 2017	
Inicial	*Final*	*Empenhada*	*Liquidada*	*Paga*	*Processado*	*Não process.*
306.234	306.234	280.500	0	0	0	280.500

Execução Física

Descrição da Meta	*Unidade de Medida*	*Montante*		
		Previsto	*Reprogramado*	*Realizado*
Meio militar disponibilizado	unidade	*5,00*	*5,00*	*0,00*

Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores

Execução Orçamentária e Financeira			***Execução Física - Metas***		
Vr. 01/01/2017	*Valor Liquidado*	*Valor Cancelado*	*Descrição de Meta*	*Unidade de Medida*	*Realizado*
0	0	0	Meio militar disponibilizado	unidade	0,00

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP

ANÁLISE SITUACIONAL

A Proposta Orçamentária da DIRINFRA (Diretoria de Infraestrutura da Aeronáutica), para 2017, pleiteou o crédito de R$ 40.384.451,06, destinado a aquisição de 361 veículos. Tais quantidades supririam a renovação, neste exercício, de ¼ da frota de veículos que está com o seu tempo de vida útil expirado, considerando como parâmetro 70% da Tabela de Dotação de Veículos (TDV).

Em setembro de 2016, de acordo com o limite estabelecido na PLOA para a Ação 156L PO0001, informado à DIRINFRA, por intermédio do Fax nº 44/5SC1//13850, de 20/09/2016, da 5SC1 (EMAER), foi estabelecida a previsão de R$ 306.234,00 para 2017, que resultou em uma

diferença no montante de R$ 40.078.217,06 em relação ao proposto por esta Diretoria de Infraestrutura, representando um afastamento da meta física prevista em 98,6 %.

Considerando o valor estabelecido pelo EMAER, foi revisto o planejamento de aquisições para 2017, fazendo com que a meta física fosse reduzida para 5 (cinco) veículos, conforme Fax nº 788/DTS/6373, de 03/10/2016, encaminhado àquele Estado-Maior. A expressiva diferença de R$ 40.078.217,06, em relação ao valor necessário, inviabilizará a aquisição de 356 veículos para a renovação da frota do COMAER em 2017.

O crédito destinado a Ação 156L, no valor de R$ 306.234,00, foi estabelecido por intermédio do Plano de Ação aprovado pela Portaria nº 391/GC4, de 20/03/2017 (PCA 11-44).

Por intermédio do EE nº 60/5EM, de 24/04/2017, do COMGAP, a DIRINFRA tomou conhecimento do Fax nº 11/5SC1/5313, de 19/04/2017, no qual o EMAER informou que o crédito previsto para a Ação 156L (R$ 306.234,00) foi contingenciado integralmente, havendo a expectativa de ser disponibilizado até o final do exercício.

Apesar da emissão das Portarias nº 28, de 16/02/2017 (Revogada), e nº 234, de 19/07/2017, as quais suspenderam, em 2017, a realização de novas contratações relacionadas à aquisição de veículos de representação, de transporte institucional e de serviços comuns. A Diretoria de Infraestrutura da Aeronáutica fez gestões junto ao Centro Logístico da Aeronáutica, para a realização dos pregões nº 006/CELOG/2017 e 20/CELOG/2017, a fim de possibilitar a aquisição imediata dos tipos de veículos/equipamentos não enquadrados nas citadas portarias, ou aqueles autorizados mediante justificativa, caso fossem disponibilizados recursos para a Ação até o final do exercício.

No final do mês de dezembro de 2017 foi descontingenciado o valor de R$ 280.500,00, conforme Nota de Crédito nº 2017NC016998, de 28/12/2017, que possibilitou o empenho de 03 (três) veículos especiais, a serem recebidos e pagos em 2018 (2017NE800875).

Destaca-se que essa categoria de veículo não se enquadra nas restrições de contratação estabelecidas no Inciso III do art. 1º da Portaria nº 234, de 19/07/2017.

Nos anos de 2013, 2015 e 2016, a restrição de recursos impostos na Ação 156L PO0001, provocou uma degradação da capacidade operacional do Sistema de Transporte de Superfície. Gradativamente o tempo de vida útil das viaturas está expirando e os custos de manutenção tem aumentado.

A aparente economia demonstrada pela restrição de recursos nesta Ação, certamente provocará custos elevadíssimos em curto prazo, pois a renovação da frota vai requerer altos investimentos na sua implementação.

O Comando da Aeronáutica possui atualmente 5.134 veículos distribuídos em todo o território nacional, sendo que 54% do total da frota estão com o tempo de vida útil acima do limite de utilização previsto na ICA 75-6/2011.

Caso a situação atual não se reverta, o apoio de transporte de superfície da Força ficará bastante comprometido, inviabilizando serviços essenciais, tais como: segurança patrimonial, escolta de autoridades, transporte de doentes/pacientes, desobstrução de pista, apoio a equipe de alerta, apoio de pista/operações, transporte de tropa e missões de GLO, entre outras.

Em relação à Metodologia de cálculo utilizada na apuração dos produtos (veículos) realizados no Exercício, destaca-se que é feita por intermédio do acompanhamento da entrega, junto às Organizações Militares (OM) de destino. Cabe ressaltar que a entrega é realizada pelas Contratadas diretamente às OM de destino. Ao serem entregues nos seus respectivos destinos, as OM comunicam à DIRINFRA (Diretoria de Infraestrutura da Aeronáutica) o efetivo recebimento e encaminham as notas fiscais ao CELOG para fins de liquidação e pagamento, sendo essa última fase verificada no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

Quadro 2.2.1.21 - Ação 20SA

Identificação da Ação			
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(X) Integral ( ) Parcial		
Ação:	20SA	Tipo: Atividade	
Titulo:	Manutenção e Adequação dos Sistemas Militares da Aeronáutica		
Iniciativa:	Representa o próprio objetivo		
Objetivo:	1119 - Desenvolver e elevar capacidades nas áreas estratégicas da cibernética, nuclear, espacial e nas áreas de comunicações, comando e controle, inteligência e segurança da informação.		
Programa:	2058 - Defesa Nacional	Tipo: Temático	
Unid Orçamentária:	52911 - Fundo Aeronáutico		
Ação Prioritária:	( )Sim (X)Não	Caso Positivo: ( )PAC	( )Brasil sem Miséria

Lei Orçamentária Anual - 2017

Execução Orçamentária e Financeira

Dotação		*Despesa*			Restos a pagar inscritos 2017	
Inicial	*Final*	*Empenhada*	*Liquidada*	*Paga*	*Processado*	*Não process.*
11.945.108	11.945.108	12.048.712	7.094.802	7.094.802	0	4.953.910

Execução Física

Descrição da Meta	*Unidade de Medida*	*Montante*		
		Previsto	*Reprogramado*	*Realizado*
Sistema adequado	unidade	*4,00*	*4,00*	*4,00*

Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores

Execução Orçamentária e Financeira			***Execução Física - Metas***		
Vr. 01/01/2017	*Valor Liquidado*	*Valor Cancelado*	*Descrição de Meta*	*Unidade de Medida*	*Realizado*
4.248.223	4.327.319	(-7.120)	Sistema adequado	unidade	8,00

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP

ANÁLISE SITUACIONAL

O recurso orçamentário aprovado na LOA 2017 se destina ao desenvolvimento e manutenção evolutiva e adaptativa de sistemas de tecnologia da informação (TI) para áreas operacional, logística, administrativa e de controle do espaço aéreo, por intermédio de aquisição de suprimentos, softwares, equipamentos de Tecnologia de Informação (TI) e periféricos e, ainda, contratação de profissionais e/ou empresas para o aperfeiçoamento de pessoal e o desenvolvimento de sistemas e projetos na aérea de telecomunicação e informação.

O planejamento realizado para 2017 teve como base ações voltadas para a continuidade da adequação e correção evolutiva de Projetos Setoriais, além daqueles previstos no Plano Estratégico

Militar da Aeronáutica (PEMAER), voltados para Tecnologia da Informação nas áreas supramencionadas.

Na aprovação da LOA, foi previsto para a Ação o valor máximo de R$ 11.945.108,00 e a meta física de 6 (seis) Projetos, estabelecida tendo por base o atendimento dos Sistemas priorizados no PEMAER e Projetos Setoriais associados à análise técnica segundo o seu nível de desenvolvimento.

Os valores da LOA sofreram contingenciamento, imposto pela publicação do Decreto n° 9.018, de 30 de março de 2017, com previsão de teto de R$ 6.945.108,00 e a meta física de 6 (seis) Projetos.

No primeiro semestre, foram descentralizados os recursos para o desenvolvimento das atividades voltadas ao atingimento da meta física programada de 6 (seis) sistemas, compreendendo a continuação de processos de manutenção corretiva, evolutiva e adaptativa, aquisição de suprimentos e softwares, e contratação de pessoa jurídica para fornecimento de serviço técnico especializado envolvendo a manutenção preventiva e corretiva destes sistemas.

No segundo semestre, foram liberados R$ 5.000.000,00 que estavam contingenciados, os quais foram descentralizados para atender atividades voltadas ao completo atingimento da meta física reprogramada de 6 (seis) sistemas, por meio da continuidade de processos de manutenção corretiva, evolutiva e adaptativa, aquisição de suprimentos e softwares, contratação de profissionais do Setor e empresas especializadas para fornecimento de serviço de sistema corporativo.

Como método para mensurar o resultado da Meta Física da Ação foi adotado o critério de identificar quais Projetos executaram e liquidaram (total ou parcialmente) os recursos orçamentários descentralizados para atender suas necessidades no ano. Assim, a meta realizada no exercício foi de 4 (quatro) Projetos/Sistemas assistidos - Sistema de Informações Gerenciais de Pessoal (SIGPES), SILOMS, Revitalização da INTRAER e Desenvolvimento de Projetos e Sistemas.

As principais consequências do não atingimento da meta estabelecida, em função do contingenciamento no primeiro semestre, foram a redução do adiamento das demandas ou até mesmo a paralisação, no exercício, dos Sistemas selecionados, acarretando a perda do conhecimento já adquirido. Apesar da nova distribuição no segundo semestre, foi estabelecida uma nova priorização dos Sistemas, alinhada aos objetivos estratégicos estabelecidos no PEMAER e associada à análise técnica desses sistemas, segundo o seu nível de desenvolvimento e manutenção.

Ressalto que o contingenciamento em questão teve maior impacto em um Projeto, o SIGPES, onde somente será suficiente para custear os referidos contratos, no reduzido ritmo de trabalho, estabelecido após as necessárias adequações à redução dos limites orçamentários. Com relação aos demais Projetos, foram atendidas apenas as demandas consideradas prioritárias, o que ocasionou, inclusive, a antecipação da execução de demandas de 2018.

Esclareço que o valor declarado em "Empenhado", R$ 12.048.712,09, ultrapassa em R$ 103.604,09 o valor registrado em "Reprogramado financeiro", o qual define o limite de empenho para o exercício, ambas as informações presentes no campo "Execução Físico-Financeira" anteriormente apresentado, em função exclusivamente da variação cambial, que afeta a conversão para valores em reais de empenhos realizados originalmente em moeda americana (dólar), ocorrida entre a data da efetiva aquisição ou contratação dos bens e serviços e a data da consulta ao SIOP para a composição final deste Relatório.

Quanto aos "Restos a Pagar Não Processados", foram inscritos R$ 4.555.510,89, sendo executado R$ 4.327.318,77, permitindo a adequação de 8 Sistemas referentes aos exercícios de 2015 e 2016.

A expectativa para o exercício de 2018 é realizar o atendimento dos Projetos priorizados no PEMAER, visando o desenvolvimento e as manutenções necessárias dos Sistemas, bem como realizar o pagamento dos empenhos envolvendo contratos que permaneceram em RAP Não Processados, permitindo assim atingir as metas físicas estabelecidas para os anos anteriores.

Quadro 2.2.1.22 - Ação 20XV

Identificação da Ação			
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(X) Integral ( ) Parcial		
Ação:	20XV	Tipo: Atividade	
Titulo:	Operação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro - SISCEAB		
Iniciativa:	Representa o próprio objetivo		
Objetivo:	1123 - Monitorar, controlar e defender o espaço terrestre, aéreo e as águas jurisdicionais brasileiras.		
Programa:	2058 - Defesa Nacional	Tipo: Temático	
Unid Orçamentária:	52911 - Fundo Aeronáutico		
Ação Prioritária:	( )Sim (X)Não	Caso Positivo: ( )PAC	( )Brasil sem Miséria

Lei Orçamentária Anual - 2017

Execução Orçamentária e Financeira

Dotação		*Despesa*			Restos a pagar inscritos 2017	
Inicial	*Final*	*Empenhada*	*Liquidada*	*Paga*	*Processado*	*Não process.*
2.085.659.656	1.872.967.102	1.627.986.754	912.460.947	887.552.356	24.908.590	715.525.807

Execução Física

Descrição da Meta	*Unidade de Medida*	*Montante*		
		Previsto	*Reprogramado*	*Realizado*
Sistema mantido	unidade	*1,00*	*1,00*	*1,00*

Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores

Execução Orçamentária e Financeira			***Execução Física - Metas***		
Vr. 01/01/2017	*Valor Liquidado*	*Valor Cancelado*	*Descrição de Meta*	*Unidade de Medida*	*Realizado*
538.937.940	503.978.362	(-6.098.951)	Sistema mantido	unidade	1,00

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP

ANÁLISE SITUACIONAL

O Planejamento do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA) é concebido para que as atividades e projetos sejam desenvolvidos no sentido de possibilitar que a missão de DECEA seja executada com eficiência: "Gerenciamento e controle das atividades relacionadas ao Controle do Espaço Aéreo, à Proteção ao Voo, ao Serviço de Busca e Salvamento e às Telecomunicações do Comando da Aeronáutica".

Neste contexto, o planejamento foi elaborado buscando agregar atividades voltadas para a estrutura necessária de subsistemas de comunicação, navegação e meteorologia, a reboque da demanda por recursos humanos e obras civis que dão suporte a operacionalidade de todos os serviços necessários ao Sistema de Controle do Espaço Aéreo (SISCEAB) e ao Sistema de Defesa

Aeroespacial Brasileiro (SISDABRA), prestados à sociedade brasileira, em todo o Território Nacional, em elevado nível de segurança e de qualidade.

O principal documento de planejamento do DECEA é o Plano Setorial (PLANSET), elaborado para um período de quatro anos e atualizado anualmente. No ano de 2017 existiram aproximadamente 2000 projetos ou atividades, que consolidaram as necessidades do DECEA para o cumprimento da missão citada acima.

A principal meta do DECEA é manter em funcionamento os sistemas de vigilância, de telecomunicações, de busca e salvamento, de informações aeronáuticas, de apoio à navegação aérea, e de cartografia aeronáutica, operando com regularidade, 365 dias por ano, 24 horas por dia. Portanto, como metodologia de cálculo, podemos afirmar que o mensurável é o funcionamento do sistema operando com eficiência e regularidade e isso foi feito, mantendo todos os graus de segurança necessários.

Destaca-se como fator de contribuição na execução do planejamento do DECEA a descentralização dos recursos para os principais órgãos regionais cujos planejamentos individuais e recursos humanos aplicados contribuíram para a consecução das metas alcançadas, ao nível de todo o território Nacional, quais sejam, o Parque de Material de Eletrônica da Aeronáutica (PAME-RJ), os quatro Centros Integrados de Defesa Aérea e Controle do Trafego Aéreo (CINDACTA 1, 2, 3 e 4) e o Serviço Regional de Proteção ao Voo de São Paulo (SRPV-SP).

Foram aplicados recursos nos serviços de canalização de dados e voz, por meio satelital e terrestre permitindo a comunicação entre o piloto da aeronave e os operadores em terra, serviços em segurança da informação, serviços em sistemas operacionais do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SICEAB) e manutenção do Sistema COPAS-SARSAT.

Estes recursos são destinados às manutenções preventivas, corretivas e suporte para sistemas da Tecnologia da Informação – TIOP; aos serviços técnicos especializados e suporte para o Sistema Integrado de Torre de Controle (SITC); aos serviços técnicos especializados e suporte para soluções de sistemas TATIC; e à automação e supervisão da climatização e fornecimento de energia elétrica das Organizações do DECEA.

As maiores dificuldades residiram na execução de contratos com empresas no Exterior e em algumas dependências de tecnologias aplicadas em boa parte quanto aos equipamentos importados, não obstante ter sido buscada a transferência de conhecimentos especializados nos contratos de compensação (Off-Set) referentes às aquisições e modernizações de grande vulto.

Também podem ser apontados como objetivos alcançados em 2017, o Acordo de Cooperação entre o DECEA e o Centro de Monitoramento e Alarme de Desastres Naturais (CEMADEN) e estudos, com a participação de Universidades, para a criação de modelos atmosféricos que possam auxiliar na diminuição do tempo de voo e aumentar a segurança operacional; a substituição dos equipamentos e sistemas por outros mais modernos, em função do tempo de vida e precisão das informações; e a instalação de equipamentos geradores de hidrogênio necessário ao lançamento das sondas meteorológicas, para a coleta das informações meteorológicas.

Outras realizações de relevância são referentes aos serviços de modernização do Sistema Radar STAR2000/RSM970S para a versão SIRIUS, resolvendo obsolescências em diversos componentes; aos serviços técnicos e especializados para modernização dos Radares Primários ASR23SS e cadeia reduzida do referido Sistema. Todas as modernizações e implantações visam maior eficiência dos equipamentos e, por conseguinte, informações mais precisas, obtendo como resultado final o incremento da segurança.

A aplicação dos recursos baseados nas metas estipuladas permitiu ao DECEA obter como resultado a manutenção do SISCEAB operando com regularidade, atendendo a todos os requisitos de segurança, em funcionamento durante 365 dias do ano, 24 horas por dia.

Foram realizadas inspeções rotineiras e programadas nos principais órgãos do DECEA no sentido de equacionar as pendências de aplicação de recursos e viabilizar a execução nos prazos previstos de todos os empreendimentos autorizados.

Do valor total do RAP de R$ 541.749.628,77 foi efetivamente liquidado até dezembro R$ 503.978.362,33, mantendo em funcionamento todos os sistemas necessários ao bom desenvolvimento das atividades de controle do espaço aéreo. A aplicação do RAP permitiu ao DECEA honrar seus compromissos firmados no ano anterior.

O impacto maior de forma positiva foi a manutenção dos altos níveis de segurança operacional, com eficiência e êxito das operações aéreas nacionais. Por outro lado, em medida menor, foram impactados os investimentos destinados à implantação e operacionalização de novas tecnologias ou equipamentos, de novos radares de Defesa Aérea e Controle do Tráfego Aéreo.

Para o exercício financeiro de 2018, o DECEA irá manter a infraestrutura necessária para os sistemas vitais e importantes à proteção ao voo, modernizar a sua rede de telecomunicações aeronáuticas (ATN), bem como priorizar e aplicar recursos em sistemas remotos de monitoramento e manutenção dos sistemas legados. Ações de planejamento foram desenvolvidas de forma a garantir recursos para a perfeita manutenção e modernização dos equipamentos e sistemas existentes, à qualificação dos recursos humanos, e para o atendimento das evoluções tecnológicas no atendimento das normas internacionais que regem o tráfego aéreo.

Quadro 2.2.1.23 - Ação 2913

Identificação da Ação			
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(X) Integral ( ) Parcial		
Ação:	2913	Tipo: Atividade	
Titulo:	Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos		
Iniciativa:	Representa o próprio objetivo		
Objetivo:	1123 - Monitorar, controlar e defender o espaço terrestre, aéreo e as águas jurisdicionais brasileiras.		
Programa:	2058 - Defesa Nacional	Tipo: Temático	
Unid Orçamentária:	52911 - Fundo Aeronáutico		
Ação Prioritária:	( )Sim (X)Não	Caso Positivo: ( )PAC	( )Brasil sem Miséria

Lei Orçamentária Anual - 2017

Execução Orçamentária e Financeira

Dotação		*Despesa*			Restos a pagar inscritos 2017	
Inicial	*Final*	*Empenhada*	*Liquidada*	*Paga*	*Processado*	*Não process.*
6.258.000	6.258.000	3.537.718	2.178.416	2.178.416	0	1.359.302

Execução Física

Descrição da Meta	*Unidade de Medida*	*Montante*		
		Previsto	*Reprogramado*	*Realizado*
Atividade de prevenção realizada	unidade	*122,00*	*122,00*	*42,00*

Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores

Execução Orçamentária e Financeira			***Execução Física - Metas***		
Vr. 01/01/2017	*Valor Liquidado*	*Valor Cancelado*	*Descrição de Meta*	*Unidade de Medida*	*Realizado*
1.811.598	2.108.115	(-15.199)	Atividade de prevenção	unidade	0,00

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP

ANÁLISE SITUACIONAL

No ano de 2017, dentro da área de atuação dos órgãos que compõem o Sistema de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (SIPAER), foram realizadas as seguintes atividades de prevenção: 18 palestras, 8 seminários, 14 cursos e 2 vistorias, alcançando um público alvo de 5.343 participantes.

Inicialmente, há que se considerar que o número e o tipo de ação de prevenção são estabelecidos levando-se em conta a evolução e a linha de tendência dos acidentes aeronáuticos verificados até o ano anterior ao da elaboração do Orçamento, e são limitados pelos recursos financeiros disponibilizados pelo Governo Federal.

Observa-se também que, o bloqueio dos recursos previstos na LOA leva ao replanejamento das ações de prevenção, de forma a se atingir o maior público alvo possível. Sendo assim o bloqueio de 64% da dotação prevista na LOA, no primeiro semestre de 2017, contribuiu para que o número de ações previsto fosse reduzido de 122 para 44. Com o gerenciamento do orçamento disponível e o desbloqueio de 20% ao longo do segundo semestre, houve o replanejamento das ações, elevando a previsão para 68 atividades. Contudo, foi possível apenas a conclusão de 42 atividades até o encerramento de 2017.

As ações de prevenção são o ponto de partida do planejamento do Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (CENIPA), que é o órgão do Comando da Aeronáutica responsável por planejar, gerenciar, controlar e executar as atividades relacionadas com a prevenção e a investigação de acidentes aeronáuticos, de acordo com o art. 14 da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009.

A metodologia empregada para a mensuração do produto é a contagem de "atividade realizada".

Importa registrar que a redução nos gastos com prevenção, restringe a atuação dos órgãos que compõem o Sistema de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (SIPAER), e pode contribuir para uma elevação nos índices de acidentes com aeronaves em todo o território nacional.

Em relação aos RAP, importante esclarecer que a meta física programada para o ano anterior foi alcançada.

Os valores liquidados a título de RAP correspondem à reposição dos estoques consumidos no ano anterior para o alcance da meta daquele ano.

Com o orçamento previsto na Lei Orçamentária Anual, para o ano de 2018, de R$5.000.000,00, espera-se realizar as 122 ações de prevenção previstas, além do encerramento de 26 ações de prevenção previstas para 2017, totalizando 148 atividades.

2.2.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

A execução do Comando da Aeronáutica, face ao decreto nº 8.961, de 16 de janeiro de 2017, ficou limitada a 1/18 avos nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2017. Posteriormente, com a edição do decreto nº 9.018 de 30 de março de 2017, o Comando da Aeronáutica recebeu Limite de Movimentação e Empenho (LME) na ordem de 3,83 Bilhões, o que representou uma limitação inicial 38,46%. Nos meses seguintes, o COMAER havia recebido ampliações de LME que possibilitaram emitir empenhos totalizando 5,34 Bilhões.

Assim, considerando a emissão de empenho na ordem de 5,34 Bilhões, sendo a dotação final no valor de 5,59 Bilhões, tem-se que o Orçamento do Comando da Aeronáutica sofreu limitação de 4,3%, aliada a um cancelamento de dotação na ordem de R$ 632 Milhões no decorrer do exercício, foi permitida a execução de 85,98% do LOA inicial.

A Priorização na execução das dotações foi definida pelo Estado Maior da Aeronáutica por meio da PCA 11-44, bem como suas modificações, na qual destaca-se a Mensagem Direta nº 20/5SC1 de 19 de abril de 2017, cujo conteúdo define a distribuição do ‘’contingenciamento’’, inicialmente imposto por intermédio do Decreto 9.018 de 30 de março de 2017. Ao final do exercício, as dotações canceladas ou não executadas por falta de Limite de Movimentação e Empenho (LME) corresponderam a 872,35 Milhões, 14,02% da LOA inicial. Nesse contexto, entre as ações que mais deixaram de ser executadas, destacam-se as ações 14T0 – Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins - Projeto FX (Objetivo 1121/PPA) e 20XV – Operação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro – SISCEAB (Objetivo 1123/PPA), com 347,76 Milhões e 457,67 Milhões, respectivamente, em créditos cancelados ou não executados, além da ação 151S – Implantação do Programa Estratégico de Sistemas Espaciais (Objetivo 1119/PPA), cuja execução foi de apenas 31% do montante previsto na LOA 2017, pelos mesmos motivos das ações 14T0 e 20XV.

Quanto ao fluxo da execução orçamentária, pode-se afirmar que no Exercício de 2017, não houve dificuldades, uma vez que até o mês de agosto, o COMAER já havia recebido 77% de seu LME, o que permitiu adequar a execução orçamentária ao planejamento do Comando da Aeronáutica estabelecido em sua PCA 11-44.

2.2.3 Informações sobre a execução das despesas.

Quadro 2.2.3.1 - Despesas por modalidade de contratação

Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2017	%	2016	%	2017	%	2016	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	R$ 1.164.909.756,56	5,19%	R$ 1.259.187.337,28	6,12%	R$ 1.157.319.512,05	5,18%	R$ 1.249.453.467,38	6,07%
a) Convite	R$ 164.249.867,22	0,73%	R$ 95.334.711,28	0,46%	R$ 164.249.867,22	0,74%	R$ 95.334.711,28	0,46%
b) Tomada de Preços	R$ 6.070.702,25	0,03%	R$ 3.199.228,65	0,02%	R$ 6.070.560,92	0,03%	R$ 3.179.866,44	0,02%
c) Concorrência	R$ 99.629.812,65	0,44%	R$ 144.037.758,02	0,70%	R$ 98.963.464,84	0,44%	R$ 143.784.813,13	0,70%
d) Pregão	R$ 892.370.250,77	3,98%	R$ 1.002.131.965,21	4,87%	R$ 885.446.495,40	3,97%	R$ 992.670.402,41	4,83%
e) Concurso	R$ -	0,00%	R$ -	0,00%	R$ -	0,00%	R$ -	0,00%
f) Consulta	R$ -	0,00%	R$ -	0,00%	R$ -	0,00%	R$ -	0,00%
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	R$ 2.589.123,67	0,01%	R$ 14.483.674,12	0,07%	R$ 2.589.123,67	0,01%	R$ 14.483.674,12	0,07%
2. Contratações Diretas (h+i)	R$ 3.658.492.168,14	16,30%	R$ 3.147.382.584,73	15,29%	R$ 3.555.258.602,97	15,92%	R$ 3.146.479.437,80	15,30%
h) Dispensa	R$ 2.347.691.515,46	10,46%	R$ 2.124.570.024,52	10,32%	R$ 2.269.293.590,18	10,16%	R$ 2.124.345.237,14	10,33%
i) Inexigibilidade	R$ 1.310.800.652,68	5,84%	R$ 1.022.812.560,22	4,97%	R$ 1.285.965.012,79	5,76%	R$ 1.022.134.200,67	4,97%
3. Regime de Execução Especial	R$ 6.477.575,52	0,03%	R$ 6.217.609,47	0,03%	R$ 6.477.575,52	0,03%	R$ 6.217.609,47	0,03%
j) Suprimento de Fundos	R$ 6.477.575,52	0,03%	R$ 6.217.609,47	0,03%	R$ 6.477.575,52	0,03%	R$ 6.217.609,47	0,03%
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	R$ 16.322.480.406,85	72,74%	R$ 14.894.647.198,00	72,37%	R$ 16.322.391.207,55	73,10%	R$ 14.894.376.624,91	72,41%
k) Pagamento em Folha	R$ 16.267.216.063,50	72,50%	R$ 14.841.223.802,19	72,12%	R$ 16.267.216.063,50	72,86%	R$ 14.841.144.998,50	72,15%
l) Diárias	R$ 55.264.343,35	0,25%	R$ 53.423.395,81	0,26%	R$ 55.175.144,05	0,25%	R$ 53.231.626,41	0,26%
5. Total das Despesas acima (1+2+3+4)	R$ 21.152.359.907,06	94,27%	R$ 19.307.434.729,49	93,82%	R$ 21.041.446.898,08	94,24%	R$ 19.296.527.139,57	93,81%
Outros	R$ 1.286.056.238,57	5,73%	R$ 1.272.395.600,11	6,18%	R$ 1.286.012.025,81	5,76%	R$ 1.272.258.142,89	6,19%
6. Total das Despesas da UPC	R$ 22.438.416.145,63	100%	R$ 20.579.830.329,60	100,00%	R$ 22.327.458.923,89	100,00%	R$ 20.568.785.282,46	100,00%

Fonte: Sistema Tesouro Gerencial, informações extraídas em 06 de fevereiro de 2018.

Análise Crítica

A restruturação da FAB em março, analisada sob o aspecto de concentração das aquisições e contratação de serviços, tende a modificar os percentuais observados de utilização das modalidades de contratação. Não obstante, a distribuição verificada permanece sem oscilações significativas, comparativamente entre 2016 e 2017. Da análise das informações contidas no quadro (A do Item 4.2.3) destaca-se que a modalidade mais utilizada continua sendo o pregão.

Quadro 2.2.3.2 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa

DESPESAS CORRENTES									
Grupos de Despesa		Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
1. Despesas de Pessoal		2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
01	APOSENT.RPPS, RESER.REMUNER. E REFOR.MILITAR	6.398.122.840,98	5.782.053.302,85	6.398.122.840,98	5.782.053.302,85		-	6.398.122.840,98	5.782.053.302,85
12	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PES. MILITAR	4.816.991.857,42	4.459.105.046,81	4.816.991.857,42	4.459.105.046,81		-	4.816.991.857,42	4.459.062.253,69
03	PENSOES DO RPPS E DO MILITAR	4.181.813.663,63	3.759.188.853,02	4.181.813.663,63	3.759.188.853,02		-	4.181.813.663,63	3.759.188.853,02
Demais elementos do grupo		870.300.452,11	840.993.464,16	870.287.701,47	840.876.599,51	12.750,64	116.864,65	870.287.701,47	840.840.588,94
2. Juros e Encargos da Dívida									
21	JUROS SOBRE A DIVIDA POR CONTRATO - LC 141/12	178.261.892,53	144.497.833,55	178.261.892,53	144.497.833,55		-	178.261.892,53	144.497.833,55
22	OUTROS ENCARGOS SOBRE A DIVIDA POR CONTRATO	30.477.347,39	22.342.012,86	30.477.347,39	22.342.012,86		-	30.477.347,39	22.342.012,86
3. Outras Despesas Correntes									
39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	1.570.636.083,10	1.606.309.779,39	963.427.558,43	1.066.313.725,25	607.208.524,67	539.996.054,14	959.581.075,48	1.061.571.323,87
30	MATERIAL DE CONSUMO	1.025.109.532,35	925.514.806,99	733.844.717,58	663.351.726,64	291.264.814,77	262.163.080,36	730.384.584,98	661.283.096,21
93	INDENIZACOES E RESTITUICOES	226.141.941,20	224.732.961,21	224.731.256,86	222.398.245,78	1.410.684,34	2.334.715,43	224.687.044,10	222.288.861,06
Demais elementos do grupo		539.674.781,82	573.277.598,48	516.247.859,01	546.272.378,04	23.426.922,82	27.005.220,44	516.137.683,97	546.032.030,26
DESPESAS DE CAPITAL									
Grupos de Despesa		Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos		2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	1.756.248.138,49	2.072.302.585,85	1.457.567.806,28	1.612.835.549,62	298.680.332,20	459.467.036,23	1.438.029.613,83	1.611.438.389,00
52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.626.943.198,07	1.171.486.053,61	1.289.963.279,81	851.190.385,53	336.979.918,26	320.295.668,09	1.218.447.037,16	848.851.785,23
Demais elementos do grupo		497.472.522,41	355.394.044,37	375.029.266,43	213.347.773,52	122.443.255,98	142.046.270,85	362.587.483,14	213.278.055,30
5. Inversões Financeiras									
62	AQUISICAO DE BENS PARA REVENDA	4.969.985,35	3.228.295,54	4.200,00	1.038.263,01	4.965.785,35	2.190.032,53	4.200,00	1.038.263,01
6. Amortização da Dívida									
77	PRINCIPAL CORRIGIDO DA DIVIDA CONTRATUAL RESG	401.644.897,81	395.018.633,63	401.644.897,81	395.018.633,63		-	401.644.897,81	395.018.633,63
		24.124.809.134,66	22.335.445.272,32	22.438.416.145,63	20.579.830.329,60	1.686.392.989,03	1.755.614.942,72	22.327.458.923,89	20.568.785.282,46

Fonte: Sistema Tesouro Gerencial, informações extraídas em 06 de fevereiro de 2018.

Análise Crítica

Da análise das informações contidas no quadro, verificou-se que não houve oscilações significativas das despesas empenhadas em todos os grupos e elementos de despesas. Em relação as despesas liquidadas e RAP não processados, os valores foram significativamente similares em termos percentuais ao anterior.

2.3 Desempenho operacional

Os principais aspectos do Desempenho Operacional do COMAER já foram abordados nos itens 2.1 - Planejamento Organizacional e 2.2 - Desempenho Orçamentário, quanto aos objetivos da UPC, bem como as dificuldades orçamentárias do presente Exercício Financeiro. Quanto aos indicadores de desempenho, esta UPC apresenta as devidas análises no item 2.4 – Apresentação e análise de indicadores de desempenho. Entretanto, destacaremos outros aspectos de entregas à sociedade julgados relevantes.

Na área de vigilância das fronteiras e combate a ilícitos transfronteiriços, principalmente relacionados ao narcotráfico, foi realizado um reforço na vigilância e controle do espaço aéreo, denominada "Operação Ostium". Foram deflagradas diversas fases ao longo do ano, em diferentes faixas de fronteira. Neste período foram realizadas dezenas de interceptações de tráfegos irregulares. A operação foi realizada em parceria com diversos agências governamentais.



Fonte: CECOMSAER

Na área de controle de tráfego aéreo, o DECEA emitiu normas que regulam o voo de Aeronaves Remotamente Pilotadas (vulgarmente conhecidas como drones), atendendo às demandas desse novo segmento aeronáutico em prol da segurança dos usuários do espaço aéreo.



Ainda na área de controle de tráfego aéreo, foi lançado aplicativo que permite apresentar ou modificar um plano de voo, utilizando um smartphone, de maneira prática e segura, sem a necessidade de deslocamento até uma Sala de Informações Aeronáuticas. O aplicativo permite também acompanhar, em tempo real, o status da aprovação do plano de voo.



Na área espacial, foi realizado o lançamento e iniciadas ao operações do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações (SGDC). O satélite atende à demandas do Programa Nacional de Banda Larga (PNBL) e provê a soberania em telecomunicações seguras para o Sistema de Comunicações Militares por Satélite (SISCOMIS). A operação do satélite é conduzida pela FAB, por intermédio do Centro de Operações Espaciais (COPE), localizado em Brasília.



Na área de desenvolvimento tecnológico, dentro do processo de expansão do Instituto de Tecnológico de Aeronáutica (ITA), foi inaugurado o novo prédio da Divisão de Ciências Fundamentais. A nova instalação sediará laboratórios para geração de conhecimento nos campos de nanotecnologia, semicondutores, engenharia espacial, plasmas, inovação e robótica.



Em apoio ao Governo Federal, o COMAER, atuou nos seguintes eventos:

* Operações de Garantia da Lei e da Ordem nos estados do RN, ES e RJ. Tais ações objetivaram garantir segurança à população em virtude do agravamento das ações praticadas pelo crime organizado.

* Transporte de profissionais pertencentes ao programa “Mais Médicos” do Ministério da Saúde, totalizando aproximadamente 895. Ações similares ocorreram nos anos anteriores, totalizando, desde 2013, mais de 17 mil médicos.

* Combate a incêndio na Chapada dos Veadeiros (GO). A FAB colaborou com aeronaves no combate aos focos de incêndio na área de preservação ambiental, atuando em parceria com Corpo de Bombeiros e Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio). O incêndio consumiu mais de 25% da área total do parque.

* Missões de transporte de órgãos e tecidos, totalizando 220 em 2017, somando 910 horas voadas.



* Legado olímpico: o Centro Olímpico de Treinamento da Aeronáutica, localizado na área do Campo dos Afonsos, por intermédio de um projeto social, atende a crianças e jovens de 11 a 23 anos de idade de comunidades em área de risco social do RJ.





Em relação à Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH), a tropa da FAB e demais Forças Armadas brasileiras foram desmobilizadas no final do ano. A missão iniciou em 2004, quando o governo brasileiro foi convidado pela ONU para liderar as forças internacionais com o objetivo de prover a paz no país caribenho. Os maiores desafios enfrentados pela tropa brasileira na MINUSTAH foram a pacificação de Cité Soleil no início da Missão, a atuação durante o terremoto em 2010 e durante o Furacão Matthew em 2016. Nesse período 37,5mil militares brasileiros passaram pelo Haiti.



Em apoio às nações amigas, a FAB auxiliou o Chile no combate a incêndios florestais, a um dos piores de sua história. Nesta ocasião foram realizadas 48 missões em 6 dias, lançando mais de 500 mil litros d’água sobre os focos de incêndio.



Ainda em apoio às nações amigas, a FAB auxiliou o Peru no apoio às populações atingidas pelas fortes chuvas e alagamentos decorrentes do fenômeno “El Niño Costero”. No evento, mais de 630 mil pessoas foram atingidas e 800 cidades declararam estado de emergência.





2.4 Apresentação e análise de indicadores de desempenho

Os indicadores de desempenho do COMAER estão divididos em indicadores constantes do Plano Plurianual (PPA) e os indicadores estratégicos da FAB, os quais auxiliam no monitoramento e o acompanhamento da gestão, bem como a retroalimentação do planejamento, a revisão tempestiva da estratégia traçada e a avaliação dos resultados obtidos e do alcance dos objetivos estratégicos.

2.4.1 – Indicadores do PPA

2.4.1.1 – Monitoramento do Espaço Aéreo

Quadro 2.4.1.1.1 - Indicadores de Desempenho – Monitoramento do Espaço Aéreo

Denominação	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Monitoramento do Espaço Aéreo	93,13% (31/12/2014)	93,13%	93,13% (31/12/2017)	Anual	MEA = (EEM / EIM) x 100, onde: MEA – Monitoramento do Espaço Aéreo. EEM – Espaço Aéreo Efetivamente Monitorado no Nível de Voo 200. EIM – Espaço Aéreo de Interesse para a Monitoração de alvos no Nível de Voo 200.

Fontes: Monitoramento do Espaço Aéreo: Divisão de Delineamento Técnico (DDTE) do Subdepartamento Técnico (SDTE).

Análise:

Este indicador de desempenho representa a evolução do monitoramento do território brasileiro, bem como, expressa a relação de investimentos que alimentam a melhoria e manutenção do sistema de vigilância do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro.

O índice relativo a 2017, apurado em 31 de dezembro de 2017, é de 93,13%, que manteve o Índice de Referência atual, na extensão territorial brasileira e no nível de altitude de 20.000 pés.

O atual índice é considerado ideal em função de inexistir fluxo de tráfego aéreo na área descoberta, não justificando investimento em novos sistemas de vigilância.

Faz-se mister salientar que a manutenção desse índice requer elevado esforço administrativo, direcionado para aquisição de sobressalentes, contratação de suporte logístico, capacitação de técnicos, manutenções preventivas e corretivas, a fim de garantir a operação dos oitenta e quatro radares distribuídos sobre o território nacional, visando a assegurar o envio de dados de vigilância para os diversos provedores de serviço de navegação aérea.

O espaço aéreo de interesse para a monitoração (EIM) usado no cálculo de indicador é aquele sobrejacente à superfície terrestre do Território Nacional.

Houve um considerável aumento em relação ao índice inicial, de 90,69% em 2012, contudo a meta ao final do ano de 2017 manteve-se a mesma do ano de 2016.

O índice não sofreu alteração porque, a partir do ano de 2015, os novos radares que entraram em operação em Bacacheri/PR e Lagoa Santa/MG, Porto Velho-PA, Salvador-BA, São Roque-SP, Morro da Igreja-SC, Pico do Couto-RJ, Barra do Garças-MT e Vitória-ES não se destinaram a ampliar a cobertura radar no nível de voo 200, mas trataram de substituições de radares que já estavam no fim da sua vida útil e a prover monitoramento específico em área terminal.

2.4.1.2 – Disponibilidade da Frota da Força Aérea Brasileira

Quadro 2.4.1.2.1 - Indicadores de Desempenho – Disponibilidade da Frota da Força Aérea Brasileira

Denominação	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Disponibilidade da Frota da Força Aérea Brasileira	40,11% (31/12/2014)	41,10%	39,97% (07/12/2017)	Anual	(Média de aeronaves disponíveis / quantidade total da frota de aeronaves) x 100

Fonte: SILOMS

Análise:

A disponibilidade média dos meios operativos em cada ano é o resultado da razão entre a média de disponibilidade dos meios operativos pela média do total de meios existentes (Frota) na Força durante o referido ano. O "Índice de Referência" encontrado lançado no Sistema é 40,11%. Quanto maior este valor, mais aeronaves disponíveis a FAB terá à sua disposição para executar suas missões. O denominador do índice (quantidade total da frota de aeronaves) também é uma média, pois a quantidade total de aeronaves no acervo costuma variar durante o ano; seu valor também é considerado até a casa centesimal.

Evolução do Indicador: Comparando o valor apurado em 2017 (39,97) com o de referência (40,11), observa-se uma ligeira contração, ou seja, uma singela redução na disponibilidade das aeronaves. Apesar das diversas gestões no sentido de priorizar alguns projetos, os constantes cortes orçamentários afetaram a sustentabilidade da frota, bem como o custeio dos contratos de aquisição e modernização, impossibilitando o incremento na disponibilidade das aeronaves. É importante ressaltar que, em cenários de orçamento comprimido, são adquiridos apenas itens de menor custo e emergenciais, causando um desabastecimento de itens de valor mais elevado no médio prazo. Como a liberação de recursos tem ficado aquém da necessidade real para sustentar a frota, os estoques atingiram níveis baixos nos últimos anos, causando uma estagnação na disponibilidade média dos meios. Os principais impactos da queda da disponibilidade de aeronaves foram a limitação da capacidade de manutenção operacional, referente à proficiência alcançada pelos pilotos militares da Força Aérea Brasileira, bem como a dificuldade de elevação operacional, acarretando a redução do

número de pilotos capacitados nas aeronaves existentes. Tal situação refletiu nos planejamentos dos Esquadrões Aéreos em relação ao cumprimento de suas missões. Destaca-se que a diminuição de meios aéreos disponíveis contribuiu para a redução das ações de vigilância desenvolvidas ao longo da fronteira do Brasil, além de ter causado um atendimento aquém do esperado na realização de missões subsidiárias demandadas pelo Exército Brasileiro, Marinha do Brasil e outros Órgãos Governamentais. Em uma visão prospectiva, a melhora do indicador será alcançada por intermédio da concretização de três ações, a saber: aquisição de novas aeronaves, modernização das aeronaves já existentes na frota e elevação da capacidade de manutenção dos meios existentes, com a reposição adequada dos estoques de itens e peças. As três ações necessitam, compulsoriamente, de aporte e liberação de recursos orçamentários adequados. Assim, considerando a atual conjuntura econômica e os valores previstos na PLOA 2018, provavelmente o indicador permanecerá estagnado.

2.4.2 – Indicadores Estratégicos

Com fundamento nos Objetivos Estratégicos da FAB, e com o escopo de abranger todas as atividades desenvolvidas pela Força, tanto as de caráter finalístico, como as de matiz administrativa, o COMAER determinou que o objetivo do Estudo de Assunto Relevante da Aeronáutica (EARA), dos Cursos de Política e Estratégia Aeroespaciais (CPEA), fosse o delineamento dos Índices de Desempenho da FAB, os quais foram pensados para serem indicadores que pretendem apresentar uma visão macro do resultado matemático consolidado de um conjunto de outros indicadores atinentes a cada universo operacional ou administrativo que, no seu bojo, açambarcaram todas as atividades relevantes executadas pela Força Aérea Brasileira.

Deste modo, o resultado desse trabalho teórico foi levado à apreciação dos Órgãos de Direção Setorial e Assessoria (ODSA) da Aeronáutica, para que fosse analisada a viabilidade de sua implementação como instrumentos de medição das atividades desenvolvidas por cada um desses órgãos, tendo-se, finalmente, chegado à definição de quatro Indicadores Estratégicos, a seguir descritos, com a finalidade de avaliar o desempenho institucional da FAB:

ICOFAB - Índice da Capacidade Operacional da FAB: é a consolidação da mensuração dos indicadores ligados às atividades direta ou indiretamente voltadas para o combate, tais como treinamento, logística, ciência e tecnologia, comando e controle, Inteligência, interoperabilidade e capacidades de prontidão e mobilidade. Considera-se que as informações ligadas a esse indicador são de caráter sensível e não deverão ser amplamente divulgadas, porquanto medem a capacidade do poder militar da Força Aérea.

InCEAB: Índice do Controle do Espaço Aéreo Brasileiro: é a consolidação dos indicadores referentes ao controle de tráfego aéreo, abarcando a medição do nível de aderência às normas internacionais, o comando e controle, a abrangência da área controlada e o número de incidentes de tráfego aéreo. Considera-se também que as informações ligadas a esse indicador são de caráter sensível e não deverão ser amplamente divulgadas, porquanto medem a capacidade do poder militar da Força Aérea, haja vista que, no Brasil, a infraestrutura de controle do espaço aéreo é praticamente a mesma para a aviação civil e para a aviação militar.

InGeFAB: Índice de Gestão Administrativa da FAB: é a consolidação dos indicadores atinentes às atividades de apoio administrativo, tais como a Logística não voltada para o emprego operacional, o Ensino e a Saúde. Estão indiretamente ligados a capacidade militar da FAB.

InGeFin: Índice de Gestão Financeira da FAB: é a consolidação dos indicadores que medem a eficiência na gestão dos recursos financeiros disponibilizados para o COMAER, considerando a PLOA, a LOA e o Plano de Ação.

O ICOFAB e o InCEAB foram elaborados a partir dos objetivos estratégicos comuns à Estratégia Nacional de Defesa (END) e ao Plano Estratégico Militar da Aeronáutica (PEMAER), tendo, pois, por finalidade atender todas as ações direta ou indiretamente relacionadas à Missão-síntese da Aeronáutica: "Manter a soberania do espaço aéreo e integrar o território nacional, com vistas à defesa da Pátria."

Utilizando-se a mesma metodologia, o InGeFAB e o InGeFin foram produtos da confrontação do PEMAER com as orientações gerais da Diretriz do Comandante da Aeronáutica e com as prioridades gerais para o COMAER contidas no PCA 11-110 Plano de Trabalho Plurianual da Aeronáutica. Uma vez que esses índices retratam a situação da gestão dos processos de administração do COMAER, são chamados de "Indicadores Estratégicos de Gestão".

Atualmente, os referidos Índices de Desempenho estão em processo de implantação e verificação de sua efetividade na mensuração das atividades para os quais foram pensados. Outrossim, nesta fase do processo, está sendo desenvolvendo um sistema de TI disponível na rede interna da FAB, para que o processo de inserção de informações por todos os órgãos da FAB seja simples, objetivo, confiável e rápido, com o propósito de que a mensuração atinja o seu desiderato de espelhar o mais lealmente possível os fatos da realidade. Sendo assim, relativamente aos atributos dos referidos indicadores, a "periodicidade da medição" e a "meta para o período" ainda estão em processo de análise e validação, enquanto que o atributo "valor da última medição" ainda não representa o nível de confiabilidade desejado, pelo fato de não haver abrangido todo o leque informacional desejado. Ademais, faz-se necessário lembrar que há informações sensíveis que estão diretamente ligadas à capacidade do poder militar da Força Aérea e do Brasil a qual não deve ser amplamente divulgada, para que se evite a coleta desses dados por outros países.

2.5 Informações sobre as ações do Programa Estratégico de Sistemas Espaciais

A Estratégia Nacional de Defesa, publicada em 2008, estabelece três setores estratégicos: o espacial, o cibernético e o nuclear. Detalhados no Livro Branco de Defesa Nacional, divulgado em 2012, esses projetos foram divididos entre as Forças Armadas, cabendo à Aeronáutica conduzir os projetos espaciais, com prioridade na capacitação científica e tecnológica do País e preparação dos recursos humanos.

Em 2012, foi criada a Comissão de Coordenação e Implantação de Sistemas Espaciais (CCISE) para atuar na concretização do Programa Estratégico de Sistemas Espaciais. Apesar de ser conduzida pela Aeronáutica, a iniciativa pretende implantar sistemas espaciais de defesa para as três Forças Armadas e também de uso compartilhado para atividades civis.

O PESE deverá proporcionar ao Brasil serviços como comunicações, sensoriamento remoto, meteorologia, navegação e monitoramento do espaço. Estão em desenvolvimento, com foco no domínio nacional das tecnologias, tanto o segmento espacial, que envolve o uso de satélites, como o de infraestrutura de solo para controle e uso das informações.

Seguem abaixo informações sobre as ações do PESE, destacando os seguintes aspectos:

2.5.1 Identificação das Unidades Gestoras que Realizaram Despesas no Âmbito do PESE

- Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA);
- CNPJ: 00.394.429/0044-40;
- Endereço postal: Av. Brig. Faria Lima, 1941, Parque Martim Cererê, CEP: 12227-000, São José dos Campos, SP;
- Endereço eletrônico institucional: dcta@cta.br; e
- Endereço do sítio na internet: www.cta.br

- Comando de Operações Aeroespaciais (COMAE);
- CNPJ: 00.394.429.0114/98
- Endereço postal: SHIS QI 05 Área Especial 12, Lago Sul, CEP: 71615-600, Brasília-DF
- Endereço eletrônico institucional: N/A

- Endereço do sítio na Internet: N/A

- Comando-Geral de Apoio (COMGAP);
- CNPJ: 00.394.429/0032-07
- Endereço postal: Av. Dom Pedro I, 100, Cambuci, CEP: 01552-000, São Paulo-SP
- Endereço eletrônico institucional: N/A
- Endereço do sítio na Internet: N/A

2.5.2 Identificação dos Gestores Envolvidos no Gerenciamento e na Execução de Despesas Relacionadas ao PESE.

Identificação do gestor envolvido no **Gerenciamento** das despesas do PESE, em 2017:

I. Nome completo: Maj Brig Ar JEFSON Borges (Chefe da Terceira Subchefia do EMAER)

a. Atribuições e responsabilidades no que se refere ao Projeto Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON): a implantação do SISFRON não compete ao COMAER. Esse trabalho está a cargo do Comando do Exército.

b. Endereço eletrônico e telefones para contato: jefsonjb@fab.mil.br e (61) 3961-8415.

c. Órgão de lotação: EMAER

A identificação dos gestores envolvidos na **Execução de Despesas**, no âmbito do COMAER, em 2017:

I. Nome completo: Ten Brig Ar Carlos Augusto AMARAL Oliveira (Diretor do DCTA)

a) Atribuições e responsabilidades no que se refere ao Projeto SISFRON: a implantação do SISFRON não compete ao COMAER. Esse trabalho está a cargo do Comando do Exército.

b) Endereço eletrônico e telefones para contato: dcta@cta.br e (12) 3947-6600.

c) Órgão de lotação: DCTA

II. Nome completo: Ten Brig Ar Carlos Vuyk de AQUINO (Comandante do COMAE)

a) Atribuições e responsabilidades no que se refere ao Projeto SISFRON: a implantação do SISFRON não compete ao COMAER. Esse trabalho está a cargo do Comando do Exército.

b) Endereço eletrônico e telefones para contato: aquinocva@fab.mil.br e (61) 3364-7901.

c) Órgão de lotação: COMAE

III. Nome completo: Ten Brig Ar Paulo João CURY (Comandante do COMGAP)

a) XIV. Atribuições e responsabilidades no que se refere ao Projeto SISFRON: a implantação do SISFRON não compete ao COMAER. Esse trabalho está a cargo do Comando do Exército.

b) XV. Endereço eletrônico e telefones para contato: curypjc@fab.mil.br e (61) 3382-5201.

c) Órgão de lotação: COMGAP

2.5.3 Identificação e Descrição Sucinta das Normas que Regulam a Gestão do PESE

I. Portaria EMAER nº 31/3SC3, de 31 de agosto de 2012. Aprova a edição do Programa Estratégico de Sistemas Espaciais (PCA 358-1);

II. Portaria nº 224/GC3, de 10 de maio de 2012. Aprova a edição da Diretriz de Implantação do PESE (DCA 358-1), no âmbito do COMAER;

III. Portaria nº 1325/GC3, de 13 de outubro de 2016. Altera a subordinação da CCISE e dá outras providências.

IV. Portaria nº 1354/GC3, de 15 de setembro de 2017. Estabelece a localização da CCISE no Distrito Federal.

2.5.4 Organograma Funcional das Unidades Gestoras na Execução do PESE

De acordo com a Portaria no 1325/GC3, de 13 de outubro de 2016, a CCISE foi criada pelo Comandante da Aeronáutica para "coordenar os trabalhos relativos à definição e à implantação de sistemas espaciais relativos à defesa, incluindo seus elementos orbitais e a relativa infraestrutura de apoio". A Comissão é subordinada diretamente ao Diretor-Geral do DCTA. O Art. 3o da Portaria no 1354/GC3, de 15 de setembro de 2017 determina que a Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate (COPAC) preste o apoio administrativo necessário ao funcionamento da CCISE, a qual está sediada em Brasília-DF.

No entanto, para realizar as atividades do PESE, a CCISE depende de repasse orçamentário do Estado Maior Conjunto das Forças Armadas do MD, que é o coordenador da ação 151S - Implantação do Programa Estratégico de Sistemas Espaciais.

Em 2017, houve uma Emenda de Relator que adicionou recursos à Ação 151S no âmbito do orçamento do COMAER (PTRES 136746). Dessa forma, o Agente Responsável designado, no âmbito do COMAER, foi o Chefe da Terceira Subchefia do EMAER, conforme Portaria 106/GC4, de 12 de julho de 2017.

2.5.5 Alinhamento dos Projetos do PESE com o Plano Plurianual do Governo

Programa 2058: Defesa Nacional.

Objetivo 1119: Desenvolver e elevar capacidades nas áreas estratégicas da cibernética, nuclear, espacial e nas áreas de comunicações, comando e controle, inteligência e segurança da informação.

Iniciativa 05O7: Definição de missões e de requisitos dos sistemas espaciais de interesse para a área de Defesa no PESE.

Ação 151S: Implantação do Programa Estratégico de Sistemas Espaciais.

2.5.6 Programação Orçamentária e Financeira e Resultados Alcançados do PESE

Os recursos da Ação 151S foram distribuídos e executados da seguinte maneira:

Quadro 2.5.6.1 – Distribuição de Recursos da Ação 151S

Natureza de Despesa	Provisão Recebida	Empenhado	Liquidado	Pago
339015	173.462,46	173.462,46	173.462,46	165.981,06
339030	28.102,44	28.102,44	481,35	481,35
339033	228.021,80	228.021,80	185.077,72	185.077,72
339039	1.414.797,97	1.414.797,97	1.211.867,42	1.208.833,86
449052	82.062,06	82.062,06	0,00	0,00
TOTAL	**1.926.446,73**	**1.926.446,73**	**1.570.888,95**	**1.560.373,99**

*Valores em reais.

Em virtude da falta de orçamento para execução do PESE, desde sua aprovação, o Programa tem se limitado às atividades iniciais de suas diversas fases. Tais fases envolvem, principalmente, a

realização de estudos internos, a busca de informações, a confecção de requisitos, a adequação de infraestruturas e a capacitação de recursos humanos.

Nesse contexto, os créditos da ação 151S, conforme execução detalhada no Quadro 2.5.6.1 deste Relatório, foram destinados à adequação e manutenção das instalações da CCISE e do prédio do COPE (COMAE) localizado em Brasília-DF, para atenderem as demandas de suas missões institucionais. Além disso, os recursos foram empenhados, também, com o fim de possibilitar a mobilidade de seus efetivos nas missões fora de sede, de renovar licenças do *software* STK, utilizado para a realização de simulações necessárias às definições de posições orbitais e parâmetros de enlace de comunicação de satélite.

Ainda no tocante à evolução da execução orçamentária, ou seja, o alcance efetivo dos produtos da Ação ao longo do período avaliado face ao planejamento previamente estabelecido, cumpre ressaltar que os recursos provenientes da Ação sofreram cortes e contingenciamentos orçamentários, o que impactou o planejamento anual.

Este fato reduziu o ritmo dos trabalhos de planejamento, concepção de sistemas espaciais e capacitação de pessoal, em virtude das dificuldades em se interagir com a indústria, com a comunidade científica e demais *stakeholders* do setor espacial por meio de seminários e reuniões de trabalho técnicas.

2.5.7 Cronograma Físico-Financeiro do PESE

O PESE não possui cronograma Físico-Financeiro, pois não há nenhum Contrato em vigor.

2.5.8 Informações por Projeto (Frotas Cálidris, Attícora, Lessônia e Carponis) do PESE

Não houve atividade orçamentária, realizada no Exercício de 2017, para tratar dos projetos das frotas Cálidris, Attícora, Lessônia e Carponis, que são constelações de satélites para atender objetivos estratégicos específicos do PESE.

2.5.9 Indicação das Próximas Etapas Previstas do PESE

A CCISE, em coordenação com os demais *stakeholders* do setor espacial, está realizando um trabalho de revisão do PESE, que produzirá sugestão de um novo cronograma. Esse novo cronograma foi motivado pela necessidade de atualização do antigo planejamento frente às restrições orçamentárias e técnicas que se impuseram nos anos de 2015 e 2016.

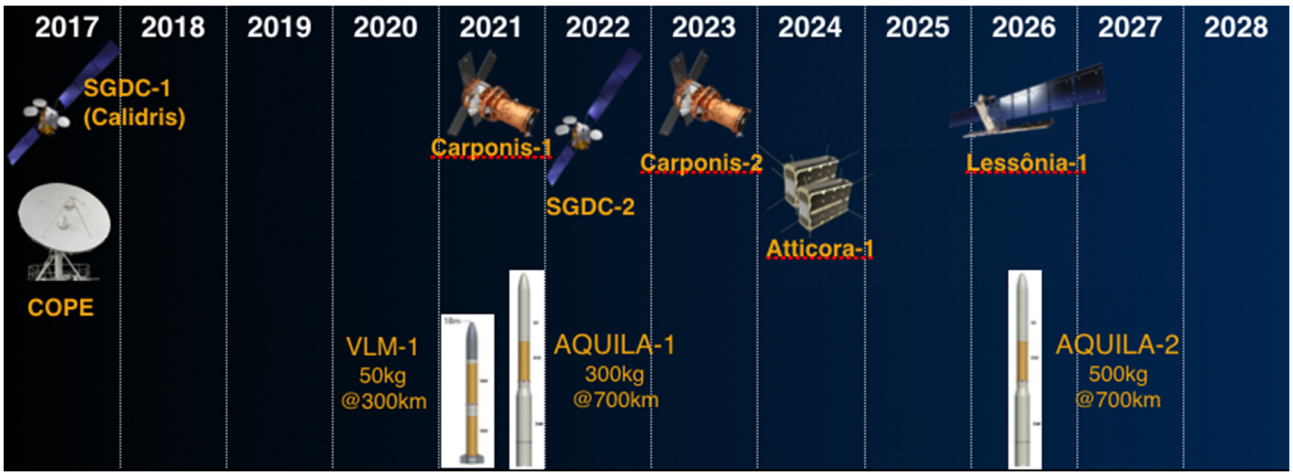
Quadro 2.5.9.1 - Previsão Anual de Recursos da Ação 151S

ND	2018	2019	2020	2021
339033	140.000	140.000	140.000	140.000
339015	140.000	140.000	140.000	140.000
339039	191.770.000	191.770.000	298.040.000	485.720.000
449052	214.620.000	214.620.000	234.850.000	388.500.000
TOTAL DA AÇÃO 151S	**686.390.000**	**686.390.000,**	**812.890.000**	**1.154.220.000**

Fonte: CCISE, conforme Mensagem Fax nº 8/VPE/27, de 24 de março de 2017, da CCISE à 3ª Subchefia do Estado-Maior da Aeronáutica.

Baseando-se na Proposta de Fortalecimento do Setor Espacial Brasileiro e levando-se em consideração as demandas apresentadas por todos os membros do GA-CCISE (MD, EMA, EME, EMAER, DECEA, DCTA, AEB, INPE, EMBRAPA e CENSIPAM), foi esboçado um novo *roadmap* para o PESE:

Quadro 2.5.9.2 - Novo *Roadmap* para o PESE



Emprego integrado do Setor Estratégico Espacial para potencializar as ações de Governo em prol da sociedade brasileira (Roadmap PESE).

Descrição dos sistemas espaciais apresentados na figura acima:

COPE:

Já está operacional e os recursos para a manutenção de sua operacionalidade (custeio e investimento) não podem ser contingenciados, para não afetar as áreas governamentais servidas pelo Centro. Deve ser adaptado e atualizado como parte do escopo de cada novo sistema espacial implantado.

COMUNICAÇÕES/POSICIONAMENTO:

Em 2017, entrou em operação o SGDC-1, que aumentou a capacidade de comunicações, assim ampliando ações de Governo, beneficiando não só a Defesa e Segurança, mas também todas as áreas governamentais que ampliarão o alcance de suas ações com as facilidades do PNBL.

Um único satélite não é suficiente para cobrir as demandas prementes no complexo e continental ambiente brasileiro. A complementação do sistema com o SGDC-2, previsto para operar a partir de 2022, além de seguir no caminho de ampliar o alcance das ações governamentais com comunicações seguras e confiáveis, também fornecerá uma base de tempo confiável para redes de comunicações de dados, graças a uma carga útil que será hospedada na plataforma do satélite para este fim.

Neste novo *roadmap*, a frota ATTICORA-1 está planejada para entrar em operação a partir de 2024. Composta por microssatélites de órbita baixa para comunicações, permitirá atender as ações de governo de repressão a crimes transnacionais, ambientais e de evasão de divisas. Colaborará para a redução da violência urbana ligada ao narcotráfico e potencializará as ações de Defesa e de órgãos públicos que atuam em áreas de difícil acesso e com baixa cobertura para seus equipamentos táticos de comunicações. Esta frota também viabilizará uma implantação gradual e evolutiva de um sistema de aumento da precisão de posicionamento geográfico.

IMAGENS ÓPTICAS:

O planejamento prevê que, a partir de meados de 2021, o país atingirá um maior grau de autonomia na aquisição de imagens ópticas, com a aquisição de um sistema espacial óptico de órbita baixa que atenderá a diversas faixas do espectro com resoluções variadas, o CARPONIS 1.

Em 2023 o roadmap prevê a aquisição de outro sistema espacial óptico de baixa órbita e com maior grau de conteúdo nacional, com a finalidade de melhorar o tempo de revisita, assim podendo atender a todos os entes governamentais de forma mais ágil.

IMAGENS RADAR:

O *roadmap* prevê que, a partir de meados de 2026, o país adquira um maior grau de autonomia na utilização de imagens SAR (*Synthetic-aperture* radar) por meio da obtenção de um satélite de órbita baixa, o LESSONIA 1.

LANÇADORES:

Em 2021 está previsto o lançamento, em parceria com a Alemanha, do Veículo Lançador de Microssatélites (VLM), em uma versão capaz de levar uma carga útil de 50 kg a 350 km, permitindo capacitar o Brasil em diversas tecnologias de acesso ao espaço e aproximando o país de um nicho importante do mercado internacional de lançadores.

Com a possível inclusão de mais um parceiro internacional, planeja-se lançar um novo veículo, chamado de AQUILA-1, baseado no VLM, com capacidade de colocar, com maior precisão, 300 kg a uma altitude de 700 km. Em 2026, a meta é lançar um veiculo capaz de colocar 500 kg a uma altitude de 700 km (AQUILA-2), características consideradas comerciais por empresas internacionais.

CENTRO ESPACIAL DE ALCÂNTARA (CEA):

Na Fase de Capacitação a meta é que, no período de 2018 a 2021, sejam realizadas atividades de adequação do Centro para a fase seguinte e, paralelamente, as atividades relacionadas ao projeto VLM.

Em 2018, decisões políticas precisam ser tomadas para a conclusão de Acordos de Salvaguardas Tecnológicas (AST) e encerramento de questões fundiárias no CEA. Com a liberação da área de 12,6 mil hectares, necessários para a garantia da segurança operacional e para a implantação de até 3 novos sítios de lançamento, abrir-se-á a possibilidade de uso comercial em parcerias ou contratos internacionais. Isso é importante, pois a evolução da capacidade do Centro reduz riscos e custos de lançamentos, facilitando a reposição de frotas de microssatélites previstas no PESE.

2.5.10 Projeto SGDC

As informações com relação a contratação dos produtos e serviços do SGDC-1, junto a empresa VISIONA, estão a cargo do MD e TELEBRAS.

2.5.11 Análise Crítica sobre o Andamento dos Projetos do PESE

A Estratégia Nacional de Defesa atribuiu ao COMAER a responsabilidade de, juntamente com outros órgãos federais, promover uma série de medidas com vistas a garantir a autonomia de produção, lançamento, operação e reposição de sistemas espaciais, por intermédio do desenvolvimento de veículos lançadores de satélites e sistemas de solo que garantam o acesso ao espaço em órbitas baixas e geoestacionárias.

Dessa forma, o COMAER aprovou o Programa Estratégico de Sistemas Espaciais, o qual estabelece a estratégia de implantação em longo prazo dos subprogramas e de projetos de sistemas espaciais de defesa com uso compartilhado (duais, militar e civil), respeitadas as peculiaridades de cada sistema. O PESE busca trazer benefícios diretos e indiretos a todos os potenciais usuários do Ministério da Defesa, como também a toda sociedade brasileira, e permite que as operações das Forças Armadas (FA) tenham o necessário suporte das aplicações espaciais de forma coordenada e integrada.

O PESE é organizado de forma complementar ao Programa Nacional de Atividades Espaciais da Agência Espacial Brasileira, buscando atender às necessidades militares específicas. O programa busca estimular a indústria nacional, de forma a garantir uma demanda contínua por produtos com um índice crescente de nacionalização.

Na área de Defesa e Segurança, o emprego dos sistemas espaciais propostos pelo PESE contribuirá para a redução dos custos provocados pela violência, por meio de um incremento na eficiência da vigilância de fronteiras e ações de inteligência. Os sistemas espaciais previstos no PESE podem beneficiar diversos projetos estratégicos, como os Sistemas de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz) da Marinha do Brasil, de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON), de Defesa Aeroespacial Brasileiro (SISDABRA), de Proteção da Amazônia (SIPAM), entre outros.

O incremento da disponibilidade de imagens de alta resolução e o refinamento das informações de posição e navegação, proporcionados pelos produtos gerados pelo PESE, fomentarão a Agricultura de Precisão (AP) que, por sua vez, permitirá um aumento da produção nacional e da rentabilidade desse setor. Essas imagens também servirão de insumo importante para os esforços de redução dos impactos de desastres naturais, por meio do aumento da eficiência no monitoramento de áreas de risco, no planejamento e nas respostas a esses eventos.

Outra contribuição importante do aumento da disponibilidade e da precisão das imagens será o aumento da eficiência no monitoramento ambiental, possibilitando ações de supervisão e fiscalização mais eficientes.

Além disso, a importância estratégica, para um país como o Brasil, de um programa espacial sólido e consistente, baseia-se nas capacidades que são disponibilizadas pela tecnologia espacial dos projetos do PESE, tais como:

a) atender às necessidades de comunicação via satélite;

b) propiciar suporte ao monitoramento ambiental e dos recursos naturais;

c) integrar os sistemas de vigilância das fronteiras terrestres, marítimas e do espaço aéreo;

d) dar suporte para o controle do espaço aéreo e todo o controle dos sistemas de navegação civil e militar;

e) disponibilizar informações de meteorologia e de inteligência, imagens e sinais, em apoio às operações militares, inclusive, globalmente;

f) auxiliar na previsão do tempo e clima e no monitoramento de eventos climáticos extremos;

g) controlar, sob o ponto de vista urbano, a expansão das cidades e as formas de ocupação do solo; e

h) impulsionar a realização de parcerias estratégicas e a integração das instituições de Pesquisa e Desenvolvimento com o setor industrial, de forma a qualificar a indústria nacional para o desenvolvimento e a manufatura de subsistemas e sistemas completos para o setor espacial.

O Brasil já detém alguma competência nessa área, possuindo um programa espacial com algumas realizações, porém muito aquém das necessidades do Estado. Houve investimentos em centros de lançamento, veículos lançadores de satélites, foguetes de sondagem, na produção de satélites e na formação de recursos humanos para o setor. Todavia, os resultados estão longe dos obtidos pelas nações que iniciaram os seus programas espaciais junto com o Brasil, como a Índia e a China.

Os investimentos em programas espaciais são justificados pelos incrementos que trazem às capacidades científica, tecnológica e de segurança. Adicionalmente, os investimentos proporcionam retornos socioeconômicos relevantes, destacando-se o fortalecimento da atividade industrial, o aumento de eficiência e de produtividade para outros setores, conforme detalhado anteriormente.

Em virtude da falta de orçamento para execução do PESE, as atividades do Programa limitaram-se à realização de estudos internos e à busca de informações para o planejamento da implantação dos sistemas espaciais previstos. Como não existem contratos firmados para o fornecimento de qualquer serviço, ou sistema espacial, a situação orçamentária atual atrasa o desenvolvimento do PESE.

Em 2013 o COMAER solicitou para o exercício de 2014 recursos no valor de R$ 203.500.000,00 para o PESE na Ação 151S (Ofício no 5/5SC1/4758, de 30 de abril de 2013 do EMAER para a Secretaria de Coordenação e Organização Institucional do MD), tendo sido contemplado na LOA 2014 o valor de R$ 113.000.000,00, porém, tais recursos foram aplicados no projeto SGDC.

Em 2014 o COMAER solicitou para o exercício de 2015 recursos no valor de R$ 573.000.000,00 para o PESE na Ação 151S (Ofício no 6/5SC1/5186, de 7 de maio de 2014 do EMAER para a Secretaria-Geral do MD), porém, não foi contemplado na LOA 2015, conforme comentado anteriormente no item 2.5.6 Programação Orçamentária e Financeira e Resultados Alcançados.

De acordo com a Análise de Viabilidade de Empreendimento de Grande Porte do PESE, realizada em 2012, os contratos com a indústria nacional tem potencial para produzir estímulos à economia em função da tecnologia adquirida e ampliação da mão de obra especializada, que poderão contribuir para outros setores econômicos, de forma que a implantação do PESE proporcionaria um incremento de 370.000 novas oportunidades de empregos diretos e indiretos, além de mais de 500.000 empregos associados ao efeito-renda, distribuídos por todas as classes de renda.

Outrossim, o Brasil ainda desfruta da possibilidade de transformar-se em um ator de destaque no setor espacial internacional, gerando oportunidades de renda e divisas para o País. A indústria espacial mundial está em fase de expansão, porém, caminha rapidamente para a maturidade. O atraso na implementação do PESE pode acarretar a perda de oportunidades como, por exemplo, o mercado de microssatélites (satélites da classe de 100kg, 150kg), que está em crescimento e, também, retardar os diversos benefícios ao país que podem ser proporcionados pelos sistemas espaciais.

Em virtude da falta de orçamento suficiente para a execução do Programa, as atividades do PESE limitaram-se à realização de estudos internos, à busca de informações para o planejamento da implantação dos sistemas espaciais previstos e à aquisição de equipamentos de suporte, em proveito do desenvolvimento do PESE.

Nesse contexto, ao longo de 2017, representantes do COMAER participaram de Audiências Públicas no Congresso Nacional, durante as quais foram destacados os principais óbices enfrentados pelo Programa Espacial Brasileiro (PEB) e os potenciais benefícios que as aplicações espaciais trazem ao Brasil. Além disso, estão sendo feitas gestões junto às entidades governamentais pertinentes, no sentido de aperfeiçoar a governança do setor espacial brasileiro, visando aumentar a prioridade do PEB junto ao Governo e garantir uma distribuição de recursos orçamentários constante, essencial para a condução dos complexos projetos espaciais.

Diante das observações, a expectativa é de que no próximo ano não haja contingenciamento de recursos para que seja dada continuidade, principalmente, aos estudos de concepção de sistemas espaciais.

2.6 Informações sobre os projetos conduzidos pela Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate

As informações relativas aos projetos conduzidos pela Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate (COPAC), constam do Anexo III deste relatório.

3 GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

3.1 Descrição das estruturas de governança

Conforme a Instrução Normativa Conjunta da Controladoria Geral da União (CGU)/MP nº 001, de 10 de maio de 2016, a GOVERNANÇA é definida como a "combinação de processos e estruturas implantadas pela alta administração, para informar, dirigir, administrar e monitorar as atividades da organização, com o intuito de alcançar os seus objetivos".

Cabe ressaltar que, de acordo com o inciso I do Art.23 do Anexo I ao Decreto nº 6.834 de abril de 2009, o Comandante da Aeronáutica está incumbido de "exercer o Comando, a Direção e a Gestão da Aeronáutica". Desse modo, o CMTAER é o cargo de maior relevância (autoridade máxima) na Estrutura de Governança do COMAER.

A Governança, no âmbito do COMAER, utiliza-se da sua estrutura hierárquica, reforçando a responsabilidade do EMAER como Órgão de Direção-Geral, por intermédio de uma estrutura corporativa matricial, que permite a transparência necessária ao processo de planejamento e gestão.

Em atenção à IN conjunta CGU/MP nº 001, que dispõe sobre controles internos, gestão de riscos e governança no âmbito do Poder Executivo federal, foi aprovada, em 2017, um normativo interno que aborda os principais aspectos relacionados ao tema, a "DCA 16-1 – Governança no COMAER".

Este normativo visa disciplinar o assunto no âmbito do COMAER e alinhar as organizações da Força Aérea, no alcance de um dos objetivos do PEMAER (Incrementar a Governança Institucional), haja vista que, dentre outros aspectos, destaca o EMAER como Órgão Central de Governança do COMAER, tendo a responsabilidade de:

a) reunir as informações provenientes de todas as áreas de interesse e assessorar o CMTAER nos assuntos que envolvem a coordenação da Força como um todo;
b) efetivar as Diretrizes do CMTAER por meio da integração e direcionamento das ações a serem tomadas pelos ODSA; e
c) deliberar em relação aos assuntos de sua competência legal, ou que sejam delegados pelo CMTAER.

O normativo destaca, ainda, o papel das Assessorias de Planejamento, Orçamento e Gestão (APOG) e os Centros de Planejamento, Orçamento e Gestão (CPOG) dos ODSA, órgãos consultivos para assessoria ao Órgão Central e também de centralização e coordenação das ações necessárias para o monitoramento e controle.

Nos assuntos que envolvam a criação, mudança, suspensão temporária ou cancelamentos de Atividades ou Projetos e, portanto, exijam a aplicação de recursos humanos, materiais e/ou financeiros e que dizem respeito a Força como um todo, serão tratados por um Comitê de Governança e Projetos, presidido pelo Vice-Chefe do EMAER.

O Comitê de Governança e Projetos do EMAER tem a incumbência de reunir os assuntos de relevância, levantar as possibilidades, riscos e implicações decorrentes, auxiliado pelas APOG e CPOG dos ODSA, quando necessário, e apresentar um arrazoado do que foi levantado para a apreciação do Chefe do EMAER.

A norma menciona ainda que, quando julgado necessário, em prol da Função de Integração da Governança, os assuntos poderão ser levados ao Conselho de Vice-Chefes do COMAER (CONVICE) para apreciação numa esfera de nível superior.

O Chefe do EMAER, como Autoridade Decisora, dentro do seu nível, deverá avaliar se as informações levantadas pelo Comitê de Governança e Projetos satisfazem as suas necessidades quanto aos elementos essenciais para decisão e decidirá por uma das alternativas:

a) emitirá o seu assessoramento ao CMTAER, quando o assunto for de nível decisório superior;
b) definirá o direcionamento a ser dado, quando o assunto for do seu nível decisório; ou

c) determinará que novos estudos sejam feitos para melhor esclarecimento da questão.

Cada ODSA deverá estabelecer seus comitês internos para que, de forma análoga ao que aplicado no EMAER, sejam debatidos no âmbito dos ODSA, de forma multidisciplinar, os assuntos relativos ao seu nível decisório.

Em complemento a esta estrutura de governança, o CENCIAR é uma Unidade Setorial do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, à qual compete planejar, dirigir, coordenar e executar as atividades de controle interno no âmbito do COMAER, empregando as técnicas de fiscalização e de auditoria, com vista à aplicação eficiente, eficaz e legal dos recursos alocados ao COMAER.

Por fim, o COMAER encontra-se submetido aos Controles Externos que fazem parte da estrutura do Governo Federal.

3.2 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos

A sistemática de apuração de ilícitos cometidos por servidores civis das Unidades do Comando da Aeronáutica inicia-se com uma análise prévia às instaurações de Procedimentos Disciplinares - sindicância e processo administrativo disciplinar (PAD), com o intuito de auferir indícios de autoria e materialidade do fato, para que seja, dessa forma, coibida a banalização de tais instrumentos.

Verificando-se os requisitos à abertura de processo, a Unidade do servidor solicita ao Comando-Geral do Pessoal o número de controle para o Procedimento Administrativo, sendo, a partir deste momento, controlado pelo Comando-Geral do Pessoal (COMGEP) e lançado no Sistema de Gestão de Processos Administrativo (CGU-PAD).

A Unidade, então, publica a Portaria de Instauração determinando a apuração dos fatos reportados, bem como a instituição da Comissão que irá conduzir o rito adotado.

Cabe ressaltar que a responsabilidade pelo controle efetivo dos Procedimentos e pelo registro de informações (fase de Instauração, Instrução e Julgamento) no Sistema CGU-PAD é atribuída ao COMGEP, medida adotada para atender à orientação da Controladoria-Geral da União, em sua Portaria nº 1.043, de 24 de julho de 2007, evitando-se assim a descentralização no que diz respeito à área correcional, conforme disposto na Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017, art. 67, Incisos IV e IX.

Tais informações são fornecidas pelas Unidades ao término de cada fase e são lançadas no Sistema juntamente ao anexo das digitalizações dos documentos comprobatórios.

Os processos administrativos disciplinares e as sindicâncias são conduzidos conforme o preconizado na Lei nº 8.112/90, nas normas internas editadas sobre o assunto (ICA 110-2/2015 e Norma de Sistema do Comando da Aeronáutica (NSCA) 40-1/2012) e também no Manual de Procedimentos Administrativos da Controladoria-Geral da União.

Nas situações em que a penalidade aplicada excede a alçada da Autoridade Instauradora do processo, este é encaminhado pelo COMGEP, via Gabinete do Comandante da Aeronáutica ao Ministério da Defesa para julgamento.

Ao término do julgamento e de sua publicação em Boletim Interno, a Unidade envia à Unidade de Controle todo o processo digitalizado, para que seja arquivado a fim de subsidiar futuras auditorias.

Atividades de Correição e de Apuração de Ilícitos Administrativos Instaurados no Exercício de 2017, Referente aos Servidores Públicos

Quadro 3.2.1 - Processos Administrativos e Sindicâncias

ASSUNTO		NÚMERO DE PROCEDIMENTOS
1	Ausência de presteza nas atividades ou na prestação de informações	3
2	Ausência ou impontualidade ao serviço	7
3	Erros procedimentais ou descumprimento de normas ou regulamentos	5
4	Falta de urbanidade; conduta escandalosa; incontinência pública e manifestação de apreço ou desapreço	9
5	Favorecimento próprio ou de terceiros	1
6	Conflito de interesse entre a função pública e atos da vida privada	1
7	Acumulação indevida de cargos	1
TOTAL DE PROCEDIMENTOS		**27**

Fonte: DPC (Divisão de Pessoal Civil)-COMGEP

O total de servidores envolvidos em Procedimentos Administrativos Disciplinares instaurados no ano em questão representa uma porcentagem de aproximadamente 0,60% no universo de 4.555 (quatro mil, quinhentos e cinquenta e cinco) servidores ativos.

No exercício em questão, não foram observadas irregularidades que pudessem impactar o andamento dos macroprocessos finalísticos.

Desde o ano 2012, com a edição das normas internas citadas (NSCA 40-1 e ICA 110-2), e após auditorias, o COMAER vem envidando esforços para atender às solicitações da Controladoria-Geral da União, no sentido de buscar a atualização sistêmica de forma concomitante aos atos ocorridos nos Procedimentos Administrativos, bem como a anexação de documentos comprobatórios, anteriormente citados.

O Comando da Aeronáutica busca, na medida do possível, cumprir com as exigências e prazos estabelecidos, apesar das dificuldades encontradas devido à descentralização de suas Organizações, tanto administrativa quanto geográfica (Unidades localizadas em todo o território brasileiro).

No que se refere à aderência do registro de informações relativas aos processos em epígrafe, conforme preceitos estabelecidos na Portaria nº 1.043, de 24 de julho de 2007, no que diz respeito ao cumprimento do prazo de trinta dias para a inserção sistêmica, tem-se a seguintes informações:

Quadro 3.2.2 - Inserção dos PAD instaurados, em 2017, no sistema CGU-PAD

	Inseridos no prazo de 30 dias	***Inseridos com atraso de até 30 dias***	***Inseridos com atraso de mais de 30 dias***
Quantitativo de Processos	9	9	9
Porcentagem	33,33	33,33	33,33
TOTAL	**27 Procedimentos**		

Fonte: DPC (Divisão de Pessoal Civil) –COMGEP

O Comando da Aeronáutica vem de forma constante realizando gestões juntamente às Unidades Instauradoras quanto à necessidade de se manter o sistema atualizado, alertando-as acerca do descumprimento dos prazos previstos, bem como a formalística processual, pensando sempre no aprimoramento de futuros processos, em evitar possíveis nulidades por vícios insanáveis e onerosidades decorrentes, dispensáveis à Força.

O atraso na inserção dos processos no Sistema CGU-PAD, em sua maioria, apresentado em 2017, foi decorrente das adequações realizadas pelas Unidades, em virtude da Nova Estrutura Organizacional do Comando da Aeronáutica.

No tocante à observância da conduta esperada dos militares, a Força Aérea Brasileira, como Instituição Nacional, tem no art. 142 da Constituição Federal os vetores jurídicos primordiais de sua missão, destacando-se dois princípios fundamentais que dão suporte ao seu funcionamento, quais sejam, a disciplina e a hierarquia.

No tocante à disciplina castrense, com a devida outorga constitucional, publicou-se o Decreto n.º 76.322, de 1975, que aprovou o Regulamento Disciplinar da Aeronáutica (RDAer).

O RDAer enumera uma centena de transgressões militares, contidas no art. 10, traduzindo-se em toda ação ou omissão contrária ao dever militar. As transgressões disciplinares são classificadas em graves, médias e leves - conforme a gradação do dano que possam causar à disciplina, ao serviço ou à instrução.

Em havendo qualquer violação, de forma omissiva ou comissiva, das obrigações e deveres militares previstos no título II do Estatuto dos Militares (Lei n.º 6.880), é dever da Administração Militar apurar os fatos por meio do devido processo administrativo militar, com a fiel observância do RDAer, quando tal fato não constituir crime militar.

Assim, a Portaria n.º 782/GC3, de 10 de novembro de 2010, do Estado-Maior da Aeronáutica, aprova a regulamentação da sistemática de apuração de transgressão e da aplicação de punição disciplinar, como forma de padronizar todo o processo.

Aquele que viola um dever militar, não constituindo crime, ser-lhe-á entregue o Formulário de Apuração de Transgressão Disciplinar (FATD), pela autoridade que apura, com o relato do fato a ser apurado, bem como oportunizando ao acusado se justificar.

Apreciado o FATD, a autoridade que apura o fato dará solução à apuração, encaminhando o processo à autoridade que aplica a punição. Configurada a transgressão disciplinar, a autoridade que aplica a punição disciplinar convocará o transgressor à sua presença, sendo-lhe apresentada a Nota de Punição Disciplinar (NPD). Por fim, a aplicação da punição disciplinar será publicada em Boletim Interno da OM.

3.3 Gestão de risco e controles internos

Motivado pela necessidade de promover melhorias nas práticas diárias dos gestores e na governança do Comando da Aeronáutica e em atenção à IN Conjunta CGU/MP nº 001, de 10 de maio de 2016, que dispõe sobre controles internos, gestão de riscos e governança no âmbito do Poder Executivo federal, foi aprovada, em 2017, um normativo interno que aborda os principais aspectos relacionados ao tema, a "DCA 16-2 – Gestão de Riscos no COMAER".

Este normativo orienta, no mais alto nível da administração da Aeronáutica, todas as organizações subordinadas com relação à temática Gestão de Riscos, pois propicia uma maior eficiência, eficácia e efetividade na administração da organização.

O EMAER adotou a ABNT NBR ISO 31000:2009 para fornecer os princípios e as diretrizes genéricas para a gestão de riscos. Ela será aplicada a uma ampla gama de atividades, incluindo estratégias, decisões, operações, processos, funções, projetos, produtos, serviços e ativos, e aplicada a qualquer tipo de risco, independentemente de sua natureza, quer tenha consequências positivas ou negativas. Seu objetivo é servir como um guia mestre ("guarda-chuva") para a implementação da Gestão de ações de Riscos nas Organizações Militares.

O normativo também destaca o Comitê Diretivo de Gestão de Riscos (COMGER), presidido pelo Vice-Chefe do EMAER e que, dentre outras, as seguintes atribuições:

a) institucionalizar estruturas adequadas de gestão de riscos;
b) supervisionar o mapeamento, avaliação e tratamento dos riscos prioritários que podem comprometer o cumprimento dos objetivos organizacionais;
c) liderar e supervisionar a institucionalização da gestão de riscos e dos controles internos, oferecendo suporte necessário para sua efetiva implementação; e
d) analisar as solicitações de riscos extremos oriundas das Organizações Militares do COMAER.

Desta maneira, o normativo instituiu um mecanismo pelo qual o mais alto nível organizacional tenha ciência das principais ameaças, internas e externas, atreladas às atividades desenvolvidas no COMAER.

Ao longo de 2017, o EMAER realizou algumas reuniões com a participação de representantes dos ODSA, com a finalidade de disseminar o tema "Gestão de Riscos" para que cada ODSA criasse procedimentos internos adaptados a sua realidade. Com este foco, foi realizado, em 22 e 23 de junho, um curso, ministrado pela CGU, que contou ainda com a participação de alunos da Marinha e Exército.

Em consonância com a DCA 16-2 – Gestão de Riscos no COMAER, a SEFA inseriu no Manual de Procedimentos das Unidades de Apoio e Apoiadas (MCA 172-4, de 12 de abril de 2017), que abrange todas as Unidades Gestoras do COMAER, que é atribuição do Agente de Controle Interno, na primeira linha de defesa dos controles internos, a avaliação e o gerenciamento dos riscos.

O CENCIAR, como órgão de apoio ao controle externo, é responsável pela terceira linha de defesa dos controles internos, e, dentro das auditorias realizadas, verifica aspectos relacionados à temática "risco".

Sendo assim, pode ser observado que a legislação e as ações do COMAER sobre o assunto são recentes e estão em desenvolvimento, requerendo um tempo para adaptação e efetiva implementação da metodologia de risco em suas organizações. No entanto, o esforço realizado já demonstra uma evolução significativa nos últimos dois anos.

4 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

4.1. Gestão de pessoas

O processo de reestruturação administrativa e operacional do Comando da Aeronáutica (COMAER), compreendido a partir de 2015, iniciou a quarta fase no ano de 2016 e seu cronograma deve se estender até 2025.

Além do processo de reestruturação, as limitações orçamentárias e as incertezas do ambiente externo fizeram com que o COMAER estabelecesse uma diretriz para que a sua força de trabalho fosse formada por profissionais de carreira e temporários, de forma a permitir uma redução gradativa da quantidade de pessoal na área de apoio e reforçar aqueles recursos voltados para a atividade fim.

A distribuição da força de trabalho entre as áreas meio e fim foi baseada na DCA 11-45/2016, Concepção Estratégica Força Aérea 100, no que concerne ao Poder Aeroespacial, e em especial na observância das Diretrizes da Estratégia Setorial de Defesa que orientam as ações da FAB na manutenção da soberania do espaço aéreo brasileiro.

O COMAER desenvolve anualmente uma série de atividades voltadas ao ensino. Foi estabelecido um programa de educação continuada para oficiais, abrangendo a habilitação para o exercício de funções de Estado-Maior, cargos de comando, direção e chefia e de assessoramento da alta administração militar. O programa também abrange as praças e civis de nível médio, no desempenho de atividades operacionais, técnicas e administrativas dos diversos segmentos da Aeronáutica.

Destacam-se ainda os processos de formação e especialização de Cabos, Soldados e Taifeiros, para o desempenho das atividades operacionais, técnicas, administrativas e de segurança e defesa, por meio dos Serviços de Recrutamento e Preparo de Pessoal da Aeronáutica (SEREP), distribuídos pelas sete regiões do País.

Ao longo do ano, essas atividades foram executadas pelas Organizações de Ensino da estrutura da Diretoria de Ensino da Aeronáutica (DIRENS), em modo presencial e semipresencial, e em Organizações ligadas sistemicamente, tais como: Instituto Logístico da Aeronáutica (ILA), Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), Instituto de Pesquisas e Ensaios em Voo (IPEV), Centro de Preparação de Oficiais da Reserva da Aeronáutica de São José dos Campos (CPORAER-SJ) e Grupo de Instrução Tática e Especializada (GITE).

O conjunto dessas ações visa à consecução do objetivo de capacitar o efetivo do COMAER, sendo que os principais cursos foram:

- Curso de Formação de Oficiais Aviadores, Intendentes e Infantes;
- Curso de Altos Estudos Militares;
- Curso de Comando e Estado-Maior;
- Curso Preparatório de Cadetes-do-Ar;
- Curso de Formação de Médicos, Dentistas e Farmacêuticos;
- Curso de Formação de Oficiais Especialistas;
- Curso de Formação de Sargentos;
- Estágio de Adaptação à Graduação de Sargento;
- Estágio de Adaptação de Oficiais Temporários;
- Estágio de Adaptação ao Oficialato;
- Curso de Tática Aérea para Oficiais;
- Curso de Formação de Cabos;
- Curso de Especialização de Soldados;
- Curso de Especialização em Logística;

- Curso Básico de Manutenção para Oficiais;

- Curso de Padronização de Instrutores;

- Curso de Negociação de Contratos Internacionais e Acordos de Compensação; e

- Curso de Mestrado Profissional em Ciências Aeroespaciais.

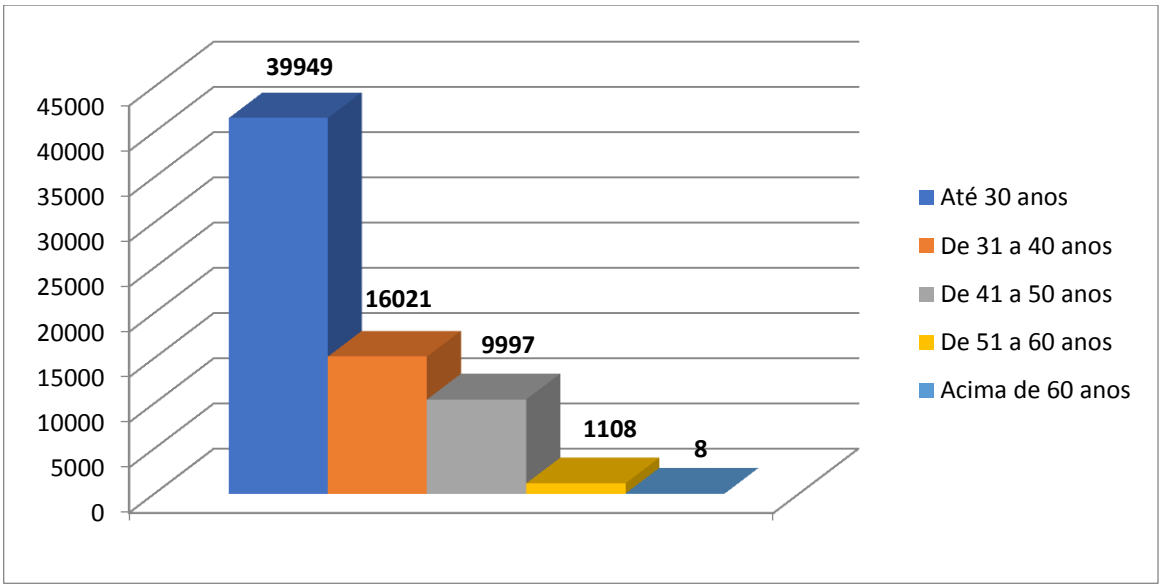
Em 2017, foram capacitados 14.377 (quatorze mil, trezentos e setenta e sete) militares nos mais diversos cursos.

Como fator fundamental para a melhoria do processo ensino-aprendizagem, podemos citar o Plano de Modernização do Ensino, que tem como finalidade aperfeiçoar o sistema de ensino praticado na Aeronáutica e estabelecer metas, projetos e atividades com prazos e prioridades a serem alcançadas na Modernização do Ensino da Aeronáutica. Seu objetivo é definir ações para reestruturar, aperfeiçoar e modernizar o sistema de ensino militar das Organizações de Ensino (OE) subordinadas. Deve estabelecer diretrizes técnicas de alto nível para governança dos trabalhos de modernização do ensino no que se refere à padronização das ações do processo educativo, com a visão de institucionalizar o Ensino por Competências, como concepção pedagógica para o Ensino Militar da OE. Possui o objetivo de definir, alinhar competências e responsabilidades das OE subordinadas, não subordinadas e elos do SISTENS para o cumprimento das atividades específicas de ensino. Sendo assim, pode-se destacar que a principal mudança realizada no Plano de Modernização do Ensino na Aeronáutica (PCA 37-11) foi a regulamentação do estabelecimento da Estrutura Básica Funcional do Ensino, baseada em processos para a DIRENS e OE subordinadas, estabelecendo as relações desejáveis entre as dimensões do Ensino, definidas e praticadas no âmbito da DIRENS, em nível estratégico e operacional. Essa organização funcional de ensino foi baseada em três macroprocessos fundamentais: um relacionado aos processos finalísticos, que é o ensino propriamente dito e, outros dois, relacionados aos processos gerenciais e de apoio. Após essa organização foi realizada a definição dos níveis decisórios responsáveis pela governança e gestão das atividades de Ensino, praticadas no âmbito da DIRENS e OE subordinadas, agrupando-as em atividades de planejamento, coordenação ou execução, monitoramento e controle; em seguida ordenaram-se as atividades de Ensino com orientação técnico-pedagógica, desde o seu planejamento até a sua avaliação final, visando retroalimentar o processo para um novo ciclo. Dessa forma, permitiu-se às OE subordinadas desenvolverem, a partir desta concepção básica, suas propostas de organização funcional e organizacional, que melhor se ajustem às suas necessidades técnico-operacionais, assim como foi permitido organizar melhor as informações necessárias para subsidiar a Avaliação Institucional, sistêmica no âmbito da DIRENS. Nesse sentido, a referida estrutura, ora apresentada como modelo funcional de ensino para a DIRENS e OE subordinadas, visa proporcionar um desenho de fluxo funcional das atividades de ensino, comum entre os seus elementos integrantes, de forma a se poder visualizar o papel de cada Organização de Ensino, no contexto da formação e pós-formação do pessoal da Aeronáutica, de forma continuada, sequencial, ordenada e cíclica, com foco em resultados definidos na sua ordem.

O COMAER, para o cumprimento de sua missão e no esforço de aprimorar a gestão de recursos humanos, busca desenvolver competências voltadas para o aumento da capacidade gerencial do Sistema de Pessoal da Aeronáutica (SISPAER), por meio da execução de procedimentos que permitam mensurar o desempenho dos militares e civis, assim como avaliar as atividades desenvolvidas para o gerenciamento estratégico desses recursos humanos. Dessa forma, os Indicadores Gerenciais de Recursos Humanos são uma importante ferramenta para aferição desse desempenho.

Com o objetivo de divulgar os indicadores gerenciais de recursos humanos do ano de 2017, foram realizadas consultas ao Sistema de Apoio à Decisão (SADCOMAER) de onde foram obtidos os seguintes indicadores. Faz-se necessário esclarecer que os números apresentados refletem apenas os militares da ativa, excluindo-se os da reserva remunerada que prestam tarefa por tempo certo (evidenciados nas linhas 2.1.3 dos Quadros 4.1.1.1 e 4.1.1.2).

Gráfico 4.1.1 - Distribuição dos militares por idade



Fonte: Sistema de Apoio à Decisão do COMAER (SADCOMAER)

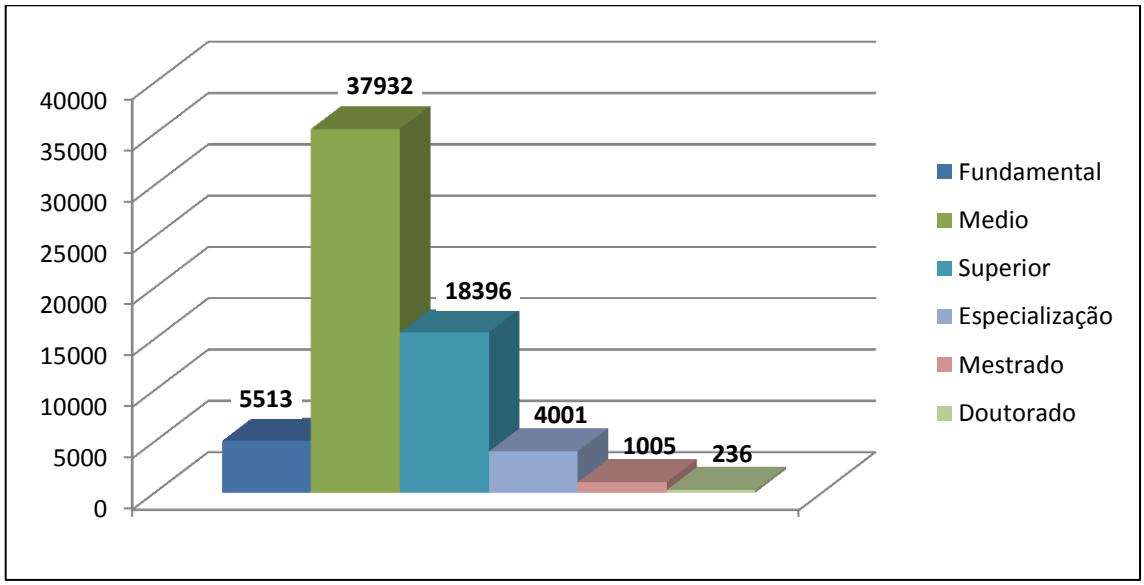
Pode-se notar, no gráfico acima, que grande parte dos militares do COMAER tem idade até 30 anos. Pode-se observar, também, que há poucos militares com idade acima de 60 anos, apenas 8. Fazendo uma comparação dos números de militares categorizados por idade nos anos 2013, 2014, 2015, 2016 e 2017, temos a seguinte tabela:

Tabela 4.1.1 - Comparação da Distribuição de Idade dos Militares do COMAER

COMPARAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DE IDADE DOS MILITARES DO COMAER					
Idade dos Militares do COMAER	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**
IDADE ATÉ 30 ANOS	46060	43895	42339	41529	39949
IDADE DE 31 A 40 ANOS	12863	13871	14622	15153	16021
IDADE DE 41 A 50 ANOS	10940	11072	10773	10415	9997
IDADE DE 51 A 60 ANOS	1209	1254	1183	1126	1108
IDADE ACIMA DE 60 ANOS	20	19	10	9	8

Verifica-se que a concentração majoritária dos militares, nas faixas de idade abaixo de 41 anos, é extremamente benéfica para a manutenção da prontidão operacional da FAB, tendo em vista as exigências físicas e psicológicas que a atividade militar exige.

Gráfico 4.1.2 - Escolaridade dos militares do COMAER



Fonte: Sistema de Apoio à Decisão do COMAER (SADCOMAER)

Pode-se observar, no gráfico "Escolaridade dos Militares do COMAER", que a grande maioria dos militares do COMAER possui o nível médio. Fazendo-se uma comparação da escolaridade dos militares do COMAER, nos anos de 2013, 2014, 2015, 2016 e 2017, temos a seguinte tabela:

Tabela 4.1.2 - Comparação da escolaridade dos militares do COMAER

Escolaridade dos Militares do COMAER	2013	2014	2015	2016	2017
Fundamental	9502	8439	6317	5644	5513
Médio	42757	41880	39453	38065	37932
Superior	14326	14524	14842	15063	18396
Especialização	2805	3114	3314	3549	4001
Mestrado	662	748	788	866	1005
Doutorado	113	136	149	170	236

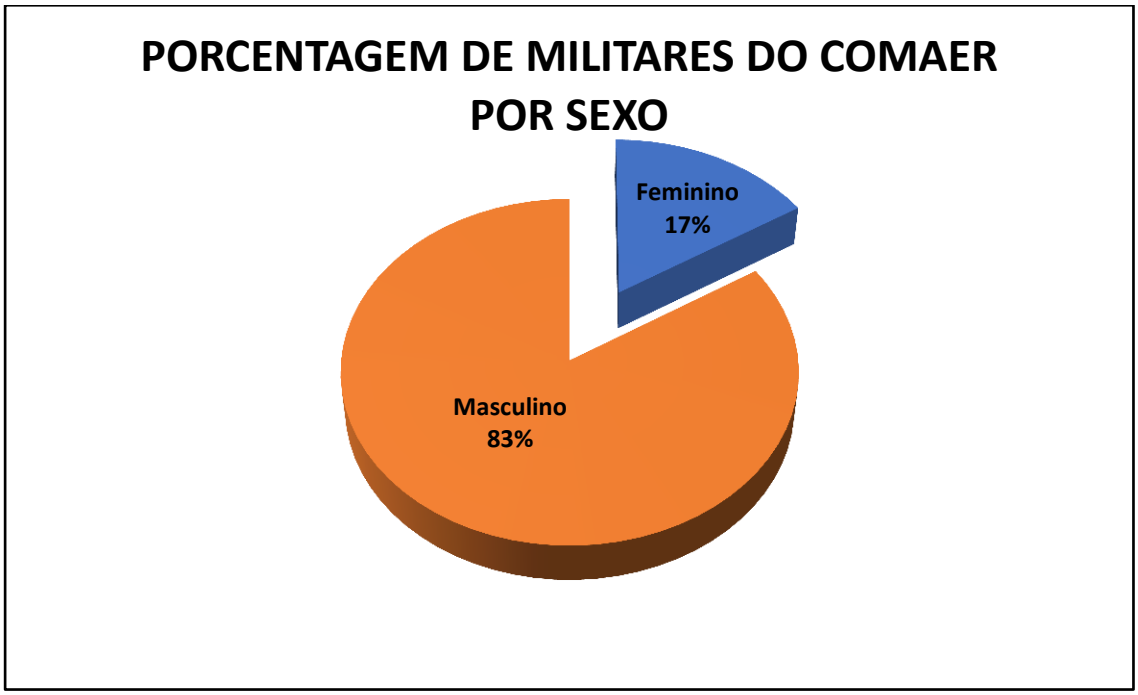
Os dados relativos aos graus de escolaridade do ensino fundamental, médio e superior, no ano de 2017, representam os militares com o grau de escolaridade completo.

Na tabela 4.1.2, pode-se notar que houve uma diminuição do número de militares com ensino fundamental e médio. Já no que diz respeito aos militares com ensino superior, especialização, mestrado e doutorado, podemos observar que houve aumento do número.

Verifica-se que tal fato é bastante positivo, pois reflete que o nível de escolaridade do pessoal vem crescendo e consequentemente uma melhoria do capital humano da Instituição está ocorrendo.

A melhoria do capital humano otimiza a assimilação, a utilização e o desenvolvimento das novas tecnologias existentes nas aeronaves e sistemas adquiridos pelo COMAER, proporcionando, desta forma, uma melhoria nos serviços prestados à sociedade brasileira.

Gráfico 4.1.3 - Porcentagem de militares do COMAER Por sexo



Fonte: Sistema de Apoio à Decisão do COMAER (SADCOMAER)

Pode-se verificar, no gráfico acima, que o Comando da Aeronáutica possui em seu efetivo 17% dos militares do sexo feminino. Fazendo-se uma comparação da porcentagem dos militares do COMAER, por sexo, nos anos de 2013, 2014, 2015, 2016 e 2017, temos a seguinte tabela:

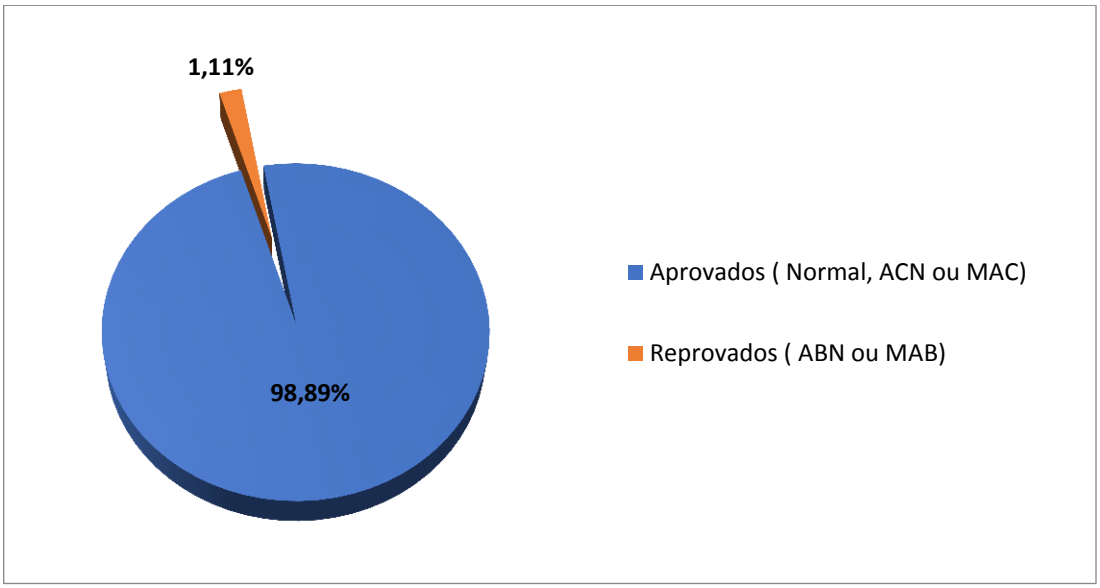
Tabela 4.1.3 - Comparação da porcentagem dos militares por sexo

Porcentagem dos Militares do COMAER por Sexo	2013	2014	2015	2016	2017
Masculino	87%	85%	85%	84%	83%
Feminino	13%	15%	15%	16%	17%

Pode-se notar que houve um pequeno aumento na porcentagem de militares do sexo feminino em 2017.

O COMAER proporciona acesso a todas as escolas de formação, sem distinção de sexo, possibilitando uma maior participação das mulheres nas atividades administrativas e operacionais da Instituição.

Gráfico 4.1.4 - Resultado de Avaliação do Condicionamento Físico



Fonte: CDA

Observa-se, no gráfico acima, que somente uma pequena porcentagem (1,11%) dos militares do COMAER não obteve aprovação no teste de avaliação do condicionamento físico.

Fazendo-se uma comparação dos resultados dos testes de avaliação do condicionamento físico, nos anos de 2013, 2014, 2015,2016 e 2017, temos a seguinte tabela:

Tabela 4.1.4 - Comparação dos resultados do teste de avaliação do condicionamento físico

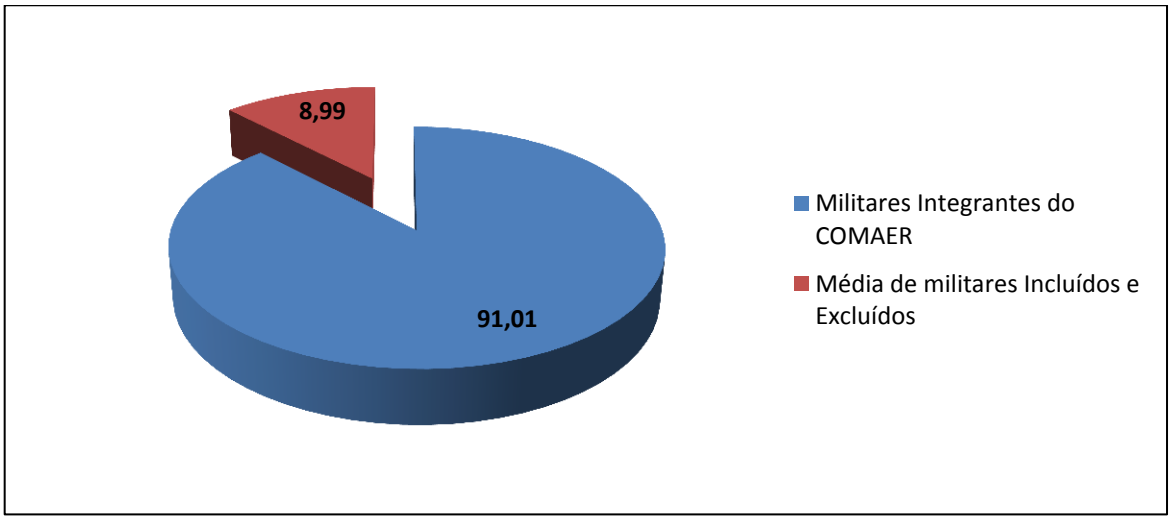
Resultado do Teste de Avaliação do Condicionamento Físico	2013	2014	2015	2016	2017
Aprovados (Normal, ACN ou MAC)	97,29%	98%	98,81%	98,64%	98,89 %
Reprovados (ABN ou MAB)	2,71%	2%	1,09%	1,36%	1,11 %

Na tabela 4.1.4, pode-se notar que a porcentagem de militares do COMAER aprovados, no teste de avaliação do condicionamento físico, permaneceu quase no mesmo patamar. As siglas utilizadas, no gráfico, significam: resultado acima do normal (ACN), resultado muito acima do normal (MAC), resultado abaixo do normal (ABN) e resultado muito abaixo do normal (MAB).

Verifica-se que o condicionamento físico dos militares do COMAER está adequado às necessidades operacionais da Força, permitindo a manutenção de uma força de trabalho em condições de cumprir a missão de manter a soberania do Espaço Aéreo Brasileiro e integrar o Território Nacional com vistas à defesa da Pátria.

O "Índice de Rotatividade por Afastamento do Serviço Ativo" é utilizado para medir a rotatividade anual da força de trabalho militar no COMAER.

Gráfico 4.1.5 - Rotatividade – 2017



Fonte: Sistema de Apoio à Decisão do COMAER (SADCOMAER)

Fazendo-se a comparação da rotatividade ocorrida nos anos de 2013, 2014, 2015, 2016 e 2017, temos a seguinte tabela:

Tabela 4.1.5 - Comparação da Rotatividade

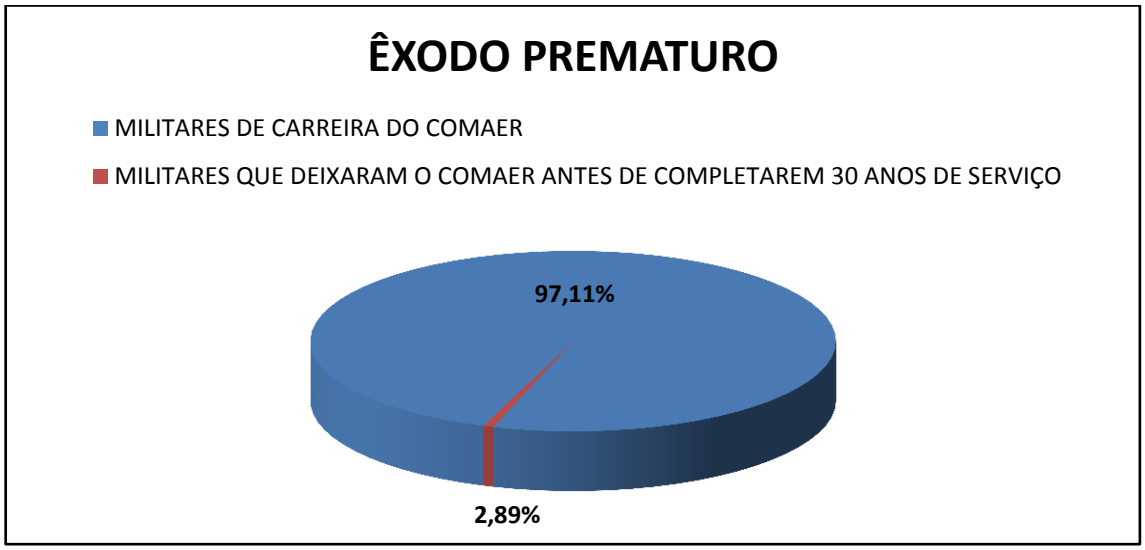
TABELA DE COMPARAÇÃO DA ROTATIVIDADE					
	2013	2014	2015	2016	2017
ROTATIVIDADE	15,54%	15,98%	10,60%	12,13%	8,99%

Observa-se, na tabela comparativa acima, que houve uma pequena diminuição no índice de rotatividade de militares do COMAER no ano de 2017

Os níveis de rotatividade atuais são adequados para a Instituição, pois permite uma maior retenção dos militares com experiência e mais bem qualificados.

O êxodo prematuro é composto pelos militares que deixam o Comando da Aeronáutica antes de completarem 30 anos de serviço. No universo da pesquisa, foram considerados somente os militares de carreira.

Gráfico 4.1.6: Êxodo Prematuro – 2017



Fonte: Sistema de Apoio à Decisão do COMAER (SADCOMAER)

Fazendo-se a comparação do êxodo prematuro nos anos de 2013, 2014, 2015, 2016 e 2017, temos a seguinte tabela:

Tabela 4.1.6 - Comparação do êxodo

TABELA DE COMPARAÇÃO DO ÊXODO					
	2013	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**
ÊXODO PREMATURO	1,20%	1,27%	0,27%	0,65%	2,89%

Na tabela de comparação do êxodo, pode-se notar que houve um pequeno aumento no êxodo prematuro em 2017.

A taxa de êxodo vem se mantendo baixa ao longo dos anos, contribuindo favoravelmente para a manutenção dos recursos humanos necessários ao cumprimento da missão do COMAER.

MEDIDAS PARA IDENTIFICAR IRREGULARIDADES:

O COMAER, visando atender determinação dos órgãos de controle externo em relação à acumulação irregular de cargos, atua quando recebe alguma denúncia ou é notificado pelo TCU, por meio do CENCIAR, que determina a apuração e a consequente regularização dos casos de acumulação comprovadamente irregular.

Para conseguir realizar a apuração e a consequente regularização dos casos de acumulação, o COMAER adotou as seguintes estratégias:

1º - Publicou a NSCA 35-2/2016, que é uma norma interna que estabelece os procedimentos para cumprir as determinações constantes do Acórdão 1.153/2014- TCU-Plenário, no âmbito da Aeronáutica.

2º - O COMGEP, de comum acordo com o CENCIAR, expediu ofícios aos órgãos competentes, solicitando que distribuíssem as orientações e as legislações pertinentes para as OM de sua área de atuação (aquelas que possuíam militares cujos nomes constassem na relação recebida do TCU) para que designassem responsáveis pelas apurações e, consequentemente, regularizassem os casos de comprovada irregularidade;

3º- Os ofícios expedidos continham todas as instruções necessárias para as regularizações, além de cópia da NSCA 35-2, e orientações sobre como agir nos casos omissos, estabelecendo também prazos para as respostas.

4º- Os casos já regularizados foram comunicados ao TCU, via CENCIAR, com a apresentação dos comprovantes de regularização.

Fonte: CDA, DPL, DCP

4.1.1. Estrutura de pessoal da unidade

Quadro 4.1.1.1 - Força de trabalho da UPC

TIPOLOGIA DOS CARGOS	LOTAÇÃO		INGRESSOS NO EXERCÍCIO	EGRESSOS NO EXERCÍCIO
	AUTORIZADA	EFETIVA		
1. SERVIDORES EM CARGOS EFETIVOS (1.1+1.2)	**57.368**	**39.233**	**244**	**5.261**
1.1 MILITARES (1.1.1+1.1.2)	46.837	34.678	226	4.908
1.1.1 MILITARES DE CARREIRA VINCULADA AO ÓRGÃO - ATIVA	46.837	34.647	222	4.877
1.1.2 RECONVOCADOS	0	31	4	31
1.2 SERVIDORES CIVIS DE CARREIRA (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	**10531**	**4.555**	**18**	**353**
1.2.1 SERVIDORES DE CARREIRA VINCULADA AO ÓRGÃO	NÃO HÁ	4.531	12	346
1.2.2 SERVIDORES DE CARREIRA EM EXERCÍCIO DESCENTRALIZADO	NÃO HÁ	7	4	3
1.2.3 SERVIDORES DE CARREIRA EM EXERCÍCIO PROVISÓRIO	NÃO HÁ	16	2	3
1.2.4 SERVIDORES REQUISITADOS DE OUTROS ÓRGÃOS E ESFERAS	NÃO HÁ	1	0	1
2. CONTRATOS TEMPORÁRIOS (2.1+2.2)	**47.907**	**36.797**	**9.980**	**8.371**
2.1 MILITARES TEMPORÁRIOS (2.1.1+2.1.2+2.1.3+2.1.4+2.1.5)	47.873	36.766	9.977	8.367
2.1.1 SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO (*)	34.100	24.141	7.304	7.232
2.1.2 OFICIAIS TEMPORÁRIOS (**)	5.015	4.895	1.061	569
2.1.3 TAREFA POR TEMPO CERTO	4.500	4.361	607	228
2.1.4 ALUNOS DAS ESCOLAS DE FORMAÇÃO (***)	2.432	1.652	987	229
2.1.5 SARGENTOS TEMPORÁRIOS	1.826	1.717	18	109
2.2 CIVIS TEMPORÁRIOS	34	31	3	4
2.3 AUXILIARES LOCAIS (UNIDADES DO EXTERIOR)	157	130	9	13
3. SERVIDORES EM CARGO DAS (3.1+3.2+3.3)	**102**	**63**	**5**	**6**
3.1 SERVIDORES CIVIS SEM VÍNCULO	NÃO HÁ	33	3	3
3.2 SERVIDORES CIVIS APOSENTADOS	NÃO HÁ	2	0	0
3.3 MILITARES DA RESERVA REMUNERADA	NÃO HÁ	28	2	3
4. TOTAL DE SERVIDORES (1+2+3)	105.377	**76.093**	**10.229**	**13.638**
Obs: Foi inserido o termo "NÃO HÁ" na tabela acima, em função de não existir, no dispositivo legal de criação da lotação autorizada, os quantitativos específicos. Tal fato não ocorre em relação à lotação efetiva.				

* TODOS OS CABOS NÃO ESTABILIZADOS E OS SOLDADOS

** TODOS OS QCOA E QOCON

*** ALUNOS MATRICULADOS NA AFA, EPCAR E EEAR

Fonte: DPL, DPC, DPM, DIRAP, DIRENS (EEAR, EPCAR e AFA) e DIRAD (SDPP)

Quadro 4.1.1.2 - Distribuição da lotação efetiva

TIPOLOGIA DOS CARGOS	LOTAÇÃO	
	ÁREA MEIO	ÁREA FIM
1. SERVIDORES EM CARGOS EFETIVOS (1.1+1.2)	**20.729**	**18.504**
1.1 MILITARES (1.1.1+1.1.2)	17.473	17.205
1.1.1 MILITARES DE CARREIRA VINCULADA AO ÓRGÃO - ATIVA	17.461	17.186
1.1.2 RECONVOCADOS	12	19
1.2 SERVIDORES CIVIS DE CARREIRA (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	**3.256**	**1.299**
1.2.1 SERVIDORES DE CARREIRA VINCULADA AO ÓRGÃO	3.238	1.293
1.2.2 SERVIDORES DE CARREIRA EM EXERCÍCIO DESCENTRALIZADO	7	0
1.2.3 SERVIDORES DE CARREIRA EM EXERCÍCIO PROVISÓRIO	11	5
1.2.4 SERVIDORES REQUISITADOS DE OUTROS ÓRGÃOS E ESFERAS	0	1
2. CONTRATOS TEMPORÁRIOS (2.1+2.2)	**20.438**	**16.359**
2.1 MILITARES TEMPORÁRIOS (2.1.1+2.1.2+2.1.3+2.1.4+2.1.5)	20.407	16.359
2.1.1 SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO (*)	10.880	13.261
2.1.2 OFICIAIS TEMPORÁRIOS (**)	4.029	866
2.1.3 TAREFA POR TEMPO CERTO	2.489	1.872
2.1.4 ALUNOS DAS ESCOLAS DE FORMAÇÃO (***)	1.652	0
2.1.5 SARGENTOS TEMPORÁRIOS	1.357	360
2.2 CIVIS TEMPORÁRIOS	31	0
2.3 AUXILIARES LOCAIS (UNIDADES DO EXTERIOR)	130	0
3. SERVIDORES EM CARGO DAS (3.1+3.2+3.3)	**63**	**0**
3.1 SERVIDORES CIVIS SEM VÍNCULO	33	0
3.2 SERVIDORES CIVIS APOSENTADOS	2	0
3.3 MILITARES DA RESERVA REMUNERADA	28	0
4. TOTAL DE SERVIDORES (1+2+3)	**41.230**	**34.863**

* TODOS OS CABOS NÃO ESTABILIZADOS E OS SOLDADOS

** TODOS OS QCOA E QOCON

*** ALUNOS MATRICULADOS NA AFA, EPCAR E EEAR

Fonte: DPL, DPC, DPM, DIRAP, DIRENS (EEAR, EPCAR e AFA) e DIRAD (SDPP)

Quadro 4.1.1.3 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	**103**	**99**	**9**	**14**
1.1. Cargos Natureza Especial	1	1	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	102	98	9	14
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	Não Há	33	3	4
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	Não Há	1	1	2
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	Não Há	1	0	1
1.2.4. Sem Vínculo	Não Há	33	2	2
1.2.5. Aposentados	Não Há	2	0	1
1.2.6. Militares da Reserva Remunerada	Não Há	28	3	4
2. Funções Gratificadas	**702**	**647**	**5**	**22**
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	702	646	3	22
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	Não Há	1	2	0
2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	Não Há	0	0	0
3.Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	**805**	**746**	**14**	**36**

Fonte: SIAPE/SIAPENET/DW –COMGEP/DPC

Obs: Foi inserido o termo "NÃO HÁ" na tabela acima, em função de não existir, no dispositivo legal de criação da lotação autorizada, os quantitativos específicos. Tal fato não ocorre em relação à lotação efetiva.

Análise Crítica:

Com a reestruturação do Comando da Aeronáutica (COMAER), as movimentações de Recursos Humanos estão sendo realizadas com o objetivo de atender às Tabelas de Pessoal (TP) das Organizações Militares (OM), que foram redimensionadas para alcançar a eficiência dos processos administrativos. Pequenos ajustes poderão ser realizados, ao final da reestruturação, como forma de implementar melhorias na realização de atividades de algumas Organizações, com o objetivo de proporcionar maior dinamismo e segurança nos procedimentos realizados.

4.1.2. Demonstrativo das despesas com pessoal

Quadro 4.1.2.1 – Despesas com Pessoal

Tipologias / Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Despesas Variáveis	Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	TOTAL
Membros de poder e agentes públicos											
Exercícios	2017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade (militar)											
Exercícios – MILITARES	2017	2.304.441.204,19	8.003.535,94	353.133.403,01	627.198.870,23	315.679.525,59	39.849.272,37	-	2.697.902,68	154.415,47	3.651.158.129,48
	2016	2.127.239.053,54	6.272.016,68	343.043.246,31	593.800.486,84	296.879.011,80	38.718.674,28	-	3.264.887,45	173.495,71	3.409.390.872,61
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade											
Exercícios – CIVIS	2017	221.458.813,02	222.112.356,77	56.435.240,26	24.088.758,85	34.068.623,68	24.592.420,06	3.184,38	1.863.212,71	130.524,88	584.753.134,61
	2016	218.376.181,18	214.783.113,28	56.560.853,16	23.549.640,26	36.332.521,19	24.104.535,17	6.843,40	6.087.576,41	126.131,24	579.927.395,29
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade											
Exercícios – CIVIS	2017	-	3.437.630,36	431.100,33	109.330,96	501.215,50	49.481,62	-	4.052,13	-	4.532.810,90
	2016	-	3.197.283,73	402.705,34	117.062,69	502.958,19	51.004,40	103,30	-	-	4.271.117,65
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios – CIVIS	2017	170.482,44	4.678.541,21	-	-	-	-	-	-	-	4.849.023,65
	2016	129.156,52	4.242.257,37	-	-	-	-	-	-	-	4.371.413,89
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios – CIVIS	2017	1.786.425,85	1.732.873,07	447.911,87	121.278,22	283.152,18	191.912,51	-	-	11.699,16	4.575.252,86
	2016	1.806.825,44	1.728.623,97	450.183,00	108.420,51	295.286,55	204.087,15	-	-	11.699,16	4.605.125,78
Servidores cedidos com contratos temporários											
Exercícios – CIVIS *	2017	2.530.981,88	-	-	-	-	261.950,11	-	-	-	2.792.931,99
	2016	2.440.858,40	-	-	-	-	243.769,50	-	1.268,25	-	2.685.896,15
Servidores com contratos temporário (militar)											
Exercícios – MIL TEMP	2017	1.248.582.907,89	1.932.977,74	232.659.389,69	171.048.231,62	216.439.011,79	22.108.090,06	-	695.923,59	23.631,48	1.893.490.163,86
	2016	1.145.890.126,69	1.308.088,01	212.922.892,48	149.404.779,37	179.637.238,32	22.232.933,16	-	489.419,36	35.007,52	1.711.920.484,91

Fonte: DIRAD (SIGPES E SIAPE)

4.1.3. Gestão de riscos relacionados ao pessoal

Com o objetivo de aprimorar o processo de gestão de riscos nas diversas áreas de atuação, o Comando da Aeronáutica (COMAER) publicou, no ano de 2017, uma diretriz que define a política a ser aplicada a esta gestão, a DCA 16-2, a qual deverá ser observada pelas Organizações subordinadas quando da execução de seus processos.

Alinhado com esse objetivo, o Comando-Geral do Pessoal está elaborando uma Instrução (ICA) que deverá balizar o processo de gerenciamento dos riscos relacionados ao pessoal. Tal ICA encontra-se em fase de aprovação e deverá entrar em vigor no ano base de 2018. Com isso, as Organizações subordinadas a esse Comando-Geral deverão elaborar planos de gerenciamento de riscos de forma sistematizada e padronizada e os riscos tratados com critérios melhor elaborados.

Fatores como desinteresse pela carreira militar e a concorrência imposta pelo mercado de trabalho, o qual muitas vezes oferece melhores condições salariais, contribuem para a impossibilidade de substituição imediata de profissionais com o nível de conhecimento e experiência para atuar em atividades técnicas em substituição aos profissionais que se desligaram da Instituição por vários motivos, como por exemplo, o término do período máximo de permanência de militares temporários.

Consequentemente, o risco de que o planejamento de pessoal não consiga ser cumprido na sua totalidade está sempre presente, em função da quantidade de pessoal egresso ser, às vezes, maior que o número de ingressos.

Com o objetivo de mitigar o risco, o COMAER busca antecipar a divulgação dos processos de admissão, com a elaboração de campanhas de divulgação das oportunidades oferecidas pela carreira militar, de forma a atrair o interesse de profissionais disponíveis no mercado de trabalho.

Neste cenário, a deficiência de profissionais de Medicina é a que apresenta risco num nível mais crítico, principalmente devido ao desinteresse salarial que ocorre nos grandes centros urbanos, como também, à indisponibilidade de profissionais em algumas regiões de infraestrutura mais precária do País. Portanto, as campanhas de divulgação focam bastante nesta categoria de profissionais.

Com relação ao pessoal civil, foi identificado como principal risco a reposição insuficiente de servidores civis nas áreas específicas de pesquisa, tecnologia e ensino, devido a não autorização de concurso público pelo Ministério do Planejamento, nos últimos anos. Os efeitos são a falta de pessoal especializado em funções específicas e o aumento do custo com capacitação de militares substitutos dos civis. Como medida mitigadora, o COMAER envia propostas anuais de concursos públicos para as diversas carreiras existentes no Quadro de Pessoal das suas Organizações Militares.

4.1.4. Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

A política de contratação de estagiários para os órgãos e entidades da Administração Pública Federal - APF tem como fundamentação a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, juntamente com a Orientação Normativa nº 2, de 24 de junho de 2016, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que consolida os procedimentos operacionais a serem adotados.

As unidades de recursos humanos que tenham condições de proporcionar experiência prática na linha de formação podem aceitar, como estagiários, pelo prazo máximo de vinte e quatro meses, alunos regularmente matriculados e com frequência em cursos de educação superior, ensino médio, de educação profissional de nível médio ou de educação especial, vinculados à estrutura do ensino público e privado do país.

As vagas para estágio são gerenciadas pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP) e por ele disponibilizadas para os órgãos e entidades da Administração Pública Federal, conforme Portaria nº 467, de 31 de dezembro de 2007. Ficou definida a quantidade de 20%

da lotação aprovada para os cargos de nível superior e de 10% para os cargos de nível intermediário do respectivo órgão, cabendo ao Comando da Aeronáutica 447 vagas para estagiários de ensino superior e 715 vagas para estagiários de ensino médio.

No Comando da Aeronáutica, das vagas disponibilizadas, 212 foram distribuídas às Organizações Militares, com base na demanda, conforme quadro abaixo:

Quadro 4.1.4.1 – Distribuição de vagas por demanda

Nível	*Vagas Distribuídas*	*Contratações em 2017*	*Saídas em 2017*	*Ocupadas Dez 2017*	*Em Atividade Meio 2017*	*Em Atividade Fim 2017*
Médio	86	1	2	0	0	0
Superior	126	14	5	26	1	25
Total	212	15	7	26	1	25

Fonte SIAPE/DW

Quadro 4.1.4.2 – Evolução das Despesas

Evolução das Despesas	
2017	R$ 168.410,11
2016	R$ 129.156,52
2015	R$ 177.452,73
2014	R$ 86.426,53

Fonte SIAPE/DW

Foram aceitos estudantes de cursos de áreas de formação relacionadas diretamente com as atividades, programas, planos e projetos desenvolvidos pelas Organizações Militares do Comando da Aeronáutica.

A realização do estágio, nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal tem observado, dentre outros, os seguintes requisitos:

I - matrícula e frequência regular do estudante, atestados pela instituição de ensino, em curso de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, de educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos;

II - celebração de Termo de Compromisso de Estágio entre o estudante, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino; e

III - compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e as previstas no Termo de Compromisso de Estágio.

O estágio está sendo realizado sob a responsabilidade e coordenação da instituição de ensino e controlado pela Organização Militar solicitante, bem como, planejado, executado, acompanhado e avaliado em conformidade com os currículos, devendo propiciar complementação de ensino e aprendizagem aos estudantes, constituindo-se em instrumento de iniciação ao trabalho, de aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano.

Serviços Terceirizados:

As contratações de terceirizados, celebradas com fulcro no Decreto 2.271/97 e outras legislações correlatas, são registradas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG) do Ministério do Planejamento, com a consequente publicação no sítio de compras

governamentais do governo federal, conforme determina o art. 17, da Lei 13.408 de 26 de dezembro de 2016.

Os instrumentos contratuais celebrados pelo COMAER, objeto da presente análise, são disponibilizados a quaisquer cidadãos interessados, através do endereço: http://comprasnet.gov.br/acesso.asp?url=/livre/Contrato/conrecon0.asp

Considerando as restrições orçamentárias, sobretudo no início do exercício de 2017, esta UPC resolveu não dispender recursos públicos para o desenvolvimento de aplicação própria para divulgação das contratações em tela, haja vista o fato de já serem objeto de publicação em sítio oficial de maior alcance.

A análise das despesas com serviços terceirizados, em comparação ao exercício de 2016, evidencia redução nos gastos, principalmente em relação aos serviços de locação de softwares (57,07%), de desenvolvimento de software (48,43%) e de serviços de tecnologia da informação (32,07%).

Com relação ao aumento nas despesas com manutenção e conservação de bens móveis de outras naturezas (245,39%), verificou-se que houve uma redução significativa de 2015 para 2016; ao retornarem os valores ao patamar anterior, a variação apresentada, de 2016 para 2017, torna-se expressiva. Não obstante, mesmo com esse aumento, as despesas dessa natureza sofreram uma redução em comparação à série histórica dos anos anteriores, caracterizando-se como reflexo da significativa redução nos gastos dessa natureza a partir de 2013.

Por fim, pela análise dos valores constantes do quadro abaixo, conclui-se que houve redução global de 14,63% no dispêndio com contratações de serviços terceirizados.

Quadro 4.1.4.3 - Despesa por Subelemento de Despesa

SUBELEMENTO DE DESPESA	LIQUIDADO 2016	LIQUIDADO 2017	VARIAÇÃO
MANUTENCAO DE SOFTWARE	R$ 29.732.616,98	R$ 31.205.306,52	4,95%
LOCACAO DE SOFTWARES	R$ 2.764.754,22	R$ 1.186.988,04	-57,07%
MANUT. E CONSERV. DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	R$ 129.360.873,52	R$ 89.505.040,39	-30,81%
MANUT.E CONS.DE B.MOVEIS DE OUTRAS NATUREZAS	R$ 1.255.659,90	R$ 4.336.949,97	245,39%
DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE.	R$ 3.995.464,74	R$ 2.060.450,60	-48,43%
SUPORTE DE INFRAESTRUTURA DE T.I.	R$ 5.501.216,26	R$ 3.812.045,82	-30,71%
SUPORTE A USUARIOS DE T.I.	R$ 422.267,78	R$ 302.061,03	-28,47%
HOSPEDAGEM DE SISTEMAS	R$ 6.064,00	R$ 530,00	-91,26%
SERVICOS DE COMUNICACAO EM GERAL	R$ 2.641.255,53	R$ 2.076.724,06	-21,37%
SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO	R$ 1.668.202,02	R$ 1.133.222,40	-32,07%
SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS DE T.I.	R$ 9.167.246,10	R$ 9.435.690,23	2,93%
SERVICOS DE TELECOMUNICACOES	R$ 39.896.249,55	R$ 27.266.038,36	-31,66%
VIGILANCIA OSTENSIVA/MONITORADA/RASTREAMENTO	R$ 3.258.590,37	R$ 2.380.899,44	-26,93%
LIMPEZA E CONSERVACAO	R$ 113.932.841,97	R$ 116.944.256,35	2,64%
SERVICOS DE COPIAS E REPRODUCAO DE DOCUMENTOS	R$ 2.937.588,42	R$ 3.863.588,34	31,52%
MANUT.CONS.EQUIP. DE PROCESSAMENTO DE DADOS	R$ 12.940.133,80	R$ 13.197.493,94	1,99%
COMUNICACAO DE DADOS	R$ 33.590.540,34	R$ 26.858.979,71	-20,04%
TOTAL	R$ 393.071.565,51	R$ 335.566.265,20	-14,63%

Fonte: Tesouro Gerencial

4.2. Gestão do patrimônio e infraestrutura

4.2.1. Gestão do patrimônio imobiliário da união

O Sistema de Patrimônio do Comando da Aeronáutica (SISPAT) foi reformulado pela Portaria nº 674/GC3, de 05 de maio de 2014, com a finalidade de normatizar, coordenar, controlar e

executar as atividades relacionadas com o Patrimônio Imóvel da União sob a jurisdição e/ou posse do Comando da Aeronáutica (COMAER).

As atividades inerentes ao SISPAT são normatizadas por meio de 04 (quatro) legislações: a Norma de Sistema do Comando da Aeronáutica (NSCA 87-1), que estabelece a estrutura básica do SISPAT, bem como a competência de seus elos constitutivos, e 03 (três) Instruções do Comando da Aeronáutica (ICA), sendo elas a ICA 87-4, que trata da Guarda, Manutenção, Proteção contra Invasão e Depredação dos Imóveis sob a Responsabilidade do Comando da Aeronáutica, a ICA 87-5, que dispõe sobre Parecer Técnico para Avaliação de Imóveis sob a Jurisdição do Comando da Aeronáutica, para fins Cadastrais ou Contábeis e a ICA 87-7, que versa sobre Controle, Administração e Gestão do Patrimônio Imobiliário Jurisdicionado ao Comando da Aeronáutica.

O SISPAT é estruturado com base na seguinte hierarquia:

a) Órgão Central do Sistema de Patrimônio – Diretoria de Infraestrutura da Aeronáutica (DIRINFRA);

b) Órgãos Regionais do Sistema de Patrimônio – são os Destacamentos de Infraestrutura da Aeronáutica (DT-INFRA);

c) Elos Usuários – são as entidades militares que desenvolvem atividades relacionadas com a execução, fiscalização, coordenação e gerenciamento patrimonial.

Os Órgãos Regionais do Sistema de Patrimônio são os DT-INFRA e foram criados e ativados por meio da Portaria nº 468/GC3, de 06 de abril de 2017. São eles: DT-INFRA BE, localizado na cidade de Belém (PA), DT-INFRA CO, localizado na cidade de Canoas (RS), DT-INFRA DF, localizado no Distrito Federal (DF), DT-INFRA MN, localizado na cidade de Manaus (AM), DT-INFRA RF, localizado na cidade do Recife (PE), DT-INFRA RJ, localizado na cidade do Rio de Janeiro (RJ) e DT-INFRA SP, localizado na cidade de São Paulo (SP). Os DT-INFRA tem por finalidade atuar regionalmente na execução das atividades dos serviços de Patrimônio e Engenharia.

Os DT-INFRA absorveram as funções dos Serviços Regionais de Patrimônio (SERPAT) e Serviços Regionais de Engenharia (SERENG), dos respectivos Comandos Aéreos Regionais (COMAR).

Os imóveis sob a jurisdição do COMAER estão distribuídos por todas as regiões do território nacional, conforme tabela abaixo, separando-os por Órgão Regional (DT-INFRA):

Tabela 4.2.1.1 – Situação Patrimonial dos Terrenos sob a Jurisdição do COMAER

Destacamento		DTINFRA-BE	DTINRA-RF	DTINFRA-RJ	DTINFRA-SP	DTINFRA-CO	DTINFRA-DF	DTINFRA-MN	TOTAL
Regularizado	Nº terrenos	84	178	210	84	472	295	66	1.389
	Área (m²)	240.235.388,53	182.947.591,75	39.664.897,82	112.679.911,94	81.345.629,73	21.697.843.081,75	197.815.735,08	22.552.532.236,60
Legalizado	Nº terrenos	83	31	23	15	91	2.215	9	2.467
	Área (m²)	97.463.184,25	11.082.992,70	21.787.783,31	21.132.285,20	5.237.464,68	846.162,69	9.386.993,11	166.936.865,94
Não Legalizado	Nº terrenos	77	15	47	37	29	7	21	233
	Área (m²)	487.291.980,40	5.763.132,24	514.001.760,92	5.087.156,49	22.852.793,20	939.666,00	27.019.038,34	1.062.955.527,59
Especial	Nº terrenos	1	3	9	49	9	16	1	88
	Área (m²)	34.800,00	7.912,65	48.479,20	14.616.038,20	30.846,15	88.871,94	9.006,33	14.835.954,47
Total de terrenos		245	227	289	185	601	2.533	97	4.177
Total da área		825.025.353,18	199.801.629,34	575.502.921,25	153.515.391,83	109.466.733,76	21.699.717.782,38	234.230.772,86	23.797.260.584,60
% de terrenos (geral)		5,87	5,43	6,92	4,43	14,39	60,64	2,32	100
% das áreas (geral)		3,47	0,84	2,42	0,65	0,46	91,19	0,98	100

Os imóveis sob a jurisdição do COMAER enquadram-se nas seguintes situações patrimoniais:

a. não legalizado - aquela cuja proveniência do domínio, em ato jurídico, não está perfeita e acabada; o COMAER tem a posse, mas o título aquisitivo transcrito no Registro Geral de Imóveis (RGI) não está em nome da União, ou ainda não existe;

b. legalizada – aquele cujo título aquisitivo está transcrito no RGI em nome da União, faltando a entrega formal da Secretaria do Patrimônio da União (SPU) ao COMAER;

c. regularizada – aquele cuja proveniência do domínio ou ato jurídico está perfeito e acabado, e sua entrega foi formalizada em Termo de Entrega expedido pela SPU/UF; e

d. especial – aquele que dispensa regularização por ser propriedade de outrem, isto é, não cabe a lavratura de Termo de Entrega pela SPU/UF.

Os imóveis sob a jurisdição do COMAER estão distribuídos geograficamente da seguinte forma:

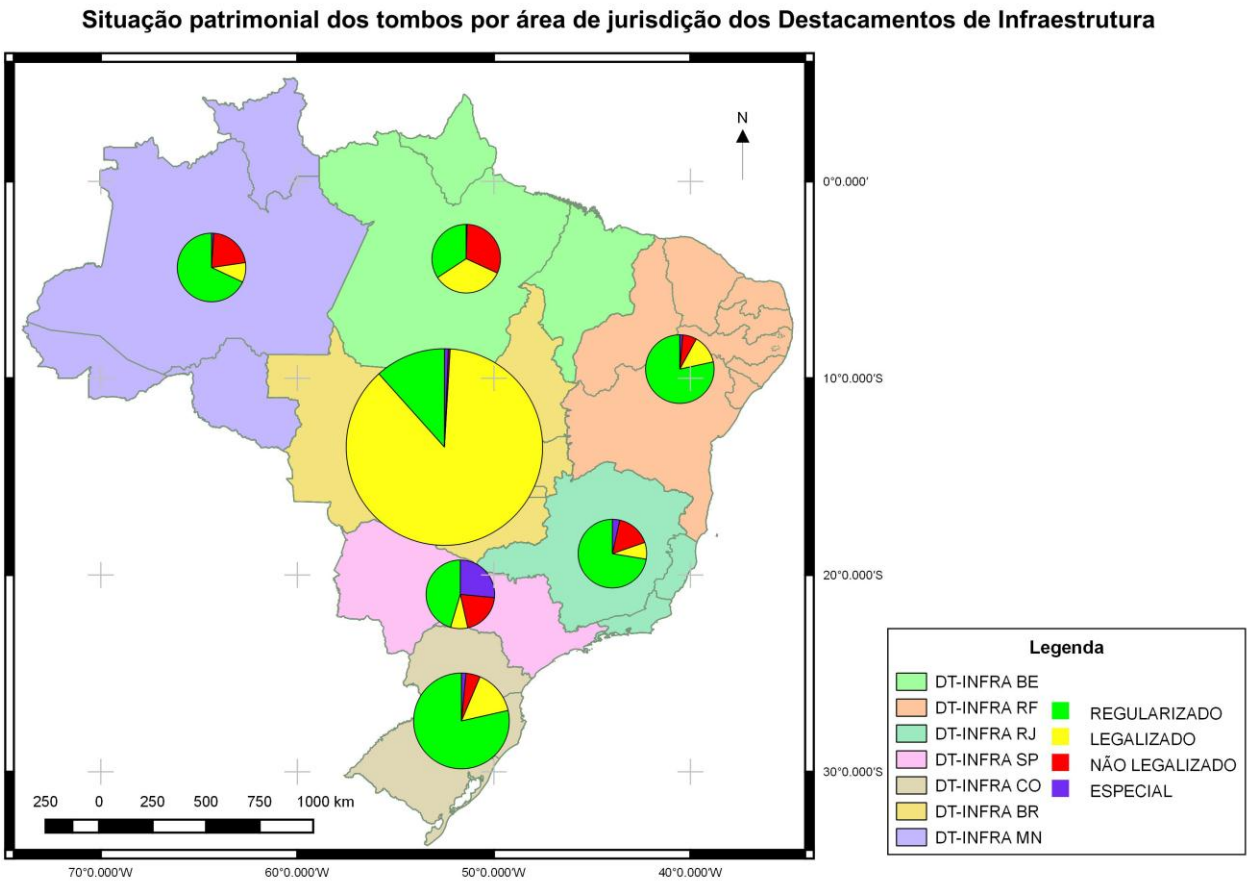
Tabela 4.2.1.2 - Quantidade de imóveis por Unidade da Federação (UF)

UF	Quantidade de terrenos
AC	08
AL	03
AM	56
AP	04
BA	63
CE	32
DF	2462
ES	06
GO	43
MA	146
MG	87
MS	26
MT	21
PA	96

UF	Quantidade de terrenos
PB	07
PE	59
PI	14
PR	344
RJ	195
RN	47
RO	26
RR	07
RS	202
SC	55
SE	02
SP	149
TO	06
EX*	11

* Imóveis sob a jurisdição do COMAER localizados no exterior.

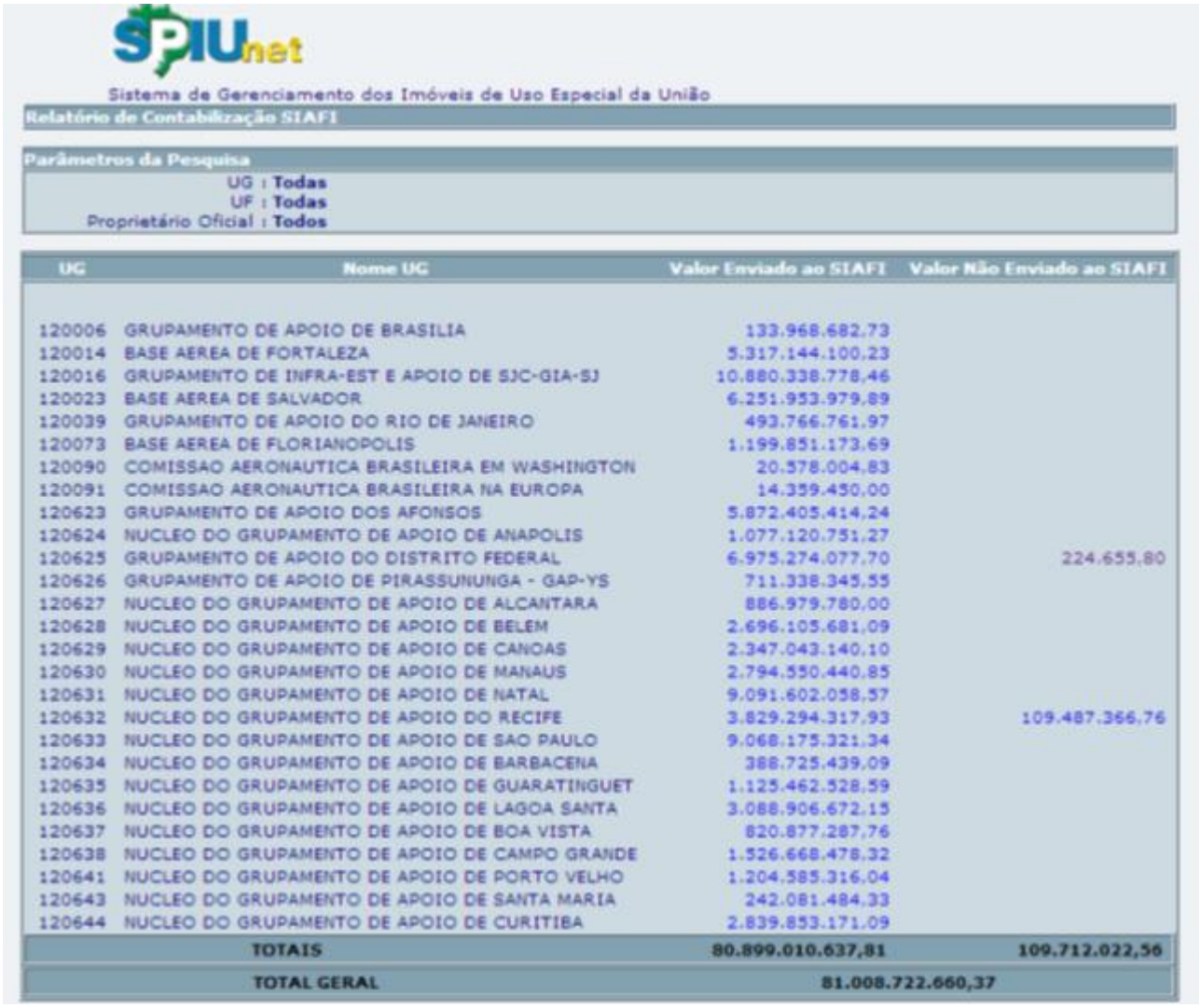
Figura 4.2.1.1 - Mapa com gráfico de setores da situação patrimonial



As informações patrimoniais contábeis do COMAER são gerenciadas e atualizadas pelas Unidades Gestoras Executoras (UG EXEC) do COMAER, conforme Portaria nº 342/GC3, de 07 de março de 2017.

O Relatório de Contabilização SIAFI, extraído do SPIUnet no dia 09/04/2018, totaliza um patrimônio de R$ 81.008.722.660,37.

Figura 4.2.1.2 - Relatório de Contabilização SIAFI



SPIUnet

Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União

Relatório de Contabilização SIAFI

Parâmetros da Pesquisa

UG : Todas
UF : Todas
Proprietário Oficial : Todos

UG	Nome UG	Valor Enviado ao SIAFI	Valor Não Enviado ao SIAFI
120006	GRUPAMENTO DE APOIO DE BRASILIA	133.968.682,73	
120014	BASE AEREA DE FORTALEZA	5.317.144.100,23	
120016	GRUPAMENTO DE INFRA-EST E APOIO DE SJC-GIA-SJ	10.880.338.778,46	
120023	BASE AEREA DE SALVADOR	6.251.953.979,89	
120039	GRUPAMENTO DE APOIO DO RIO DE JANEIRO	493.766.761,97	
120073	BASE AEREA DE FLORIANOPOLIS	1.199.851.173,69	
120090	COMISSAO AERONAUTICA BRASILEIRA EM WASHINGTON	20.578.004,83	
120091	COMISSAO AERONAUTICA BRASILEIRA NA EUROPA	14.359.430,00	
120623	GRUPAMENTO DE APOIO DOS AFONSOS	5.872.405.414,24	
120624	NUCLEO DO GRUPAMENTO DE APOIO DE ANAPOLIS	1.077.120.751,27	
120625	GRUPAMENTO DE APOIO DO DISTRITO FEDERAL	6.975.274.077,70	224.655,80
120626	GRUPAMENTO DE APOIO DE PIRASSUNUNGA - GAP-YS	711.338.345,55	
120627	NUCLEO DO GRUPAMENTO DE APOIO DE ALCANTARA	886.979.780,00	
120628	NUCLEO DO GRUPAMENTO DE APOIO DE BELEM	2.696.105.681,09	
120629	NUCLEO DO GRUPAMENTO DE APOIO DE CANOAS	2.347.043.140,10	
120630	NUCLEO DO GRUPAMENTO DE APOIO DE MANAUS	2.794.550.440,85	
120631	NUCLEO DO GRUPAMENTO DE APOIO DE NATAL	9.091.602.058,57	
120632	NUCLEO DO GRUPAMENTO DE APOIO DO RECIFE	3.829.294.317,93	109.487.366,76
120633	NUCLEO DO GRUPAMENTO DE APOIO DE SAO PAULO	9.068.175.321,34	
120634	NUCLEO DO GRUPAMENTO DE APOIO DE BARBACENA	388.725.439,09	
120635	NUCLEO DO GRUPAMENTO DE APOIO DE GUARATINGUET	1.125.462.528,59	
120636	NUCLEO DO GRUPAMENTO DE APOIO DE LAGOA SANTA	3.088.906.672,15	
120637	NUCLEO DO GRUPAMENTO DE APOIO DE BOA VISTA	820.877.287,76	
120638	NUCLEO DO GRUPAMENTO DE APOIO DE CAMPO GRANDE	1.526.668.478,32	
120641	NUCLEO DO GRUPAMENTO DE APOIO DE PORTO VELHO	1.204.585.316,04	
120643	NUCLEO DO GRUPAMENTO DE APOIO DE SANTA MARIA	242.081.484,33	
120644	NUCLEO DO GRUPAMENTO DE APOIO DE CURITIBA	2.839.853.171,09	
	TOTAIS	80.899.010.637,81	109.712.022,56
	TOTAL GERAL	81.008.722.660,37	

Fonte: Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet)

As informações relativas à ocorrência e atos de formalização de cessão, para terceiros, de Imóveis da União sob a responsabilidade do COMAER, constam do Anexo I deste relatório, sendo um quadro para cada DT-INFRA.

Os gastos envolvendo manutenção de imóveis, durante o ano de 2017, totalizaram R$ 224.299.217,29.

A qualidade dos registros contábeis dos imóveis apresenta-se espelhada no Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário do Comando da Aeronáutica (SIGPIMA), banco de dados que reúne as informações patrimoniais, bem como o valor de avaliação dos imóveis.

Os maiores riscos relacionados ao Patrimônio Imobiliário do COMAER são de invasão e depredação, devido à quantidade de imóveis e suas extensas áreas, principalmente quando se localizam distantes das Organizações Militares (OM) responsáveis pelos mesmos.

Como forma de prevenção às invasões e depredações, destaca-se a ICA 87-4, mencionada anteriormente, que prevê as medidas preventivas e solucionadoras de questões envolvendo a manutenção e a proteção dos imóveis, bem como visitas de inspeção regulares, conforme necessidade, para que seja verificada a condição do imóvel.

4.3. Gestão da tecnologia da informação

A Diretriz do Comandante da Aeronáutica[1]atribui importância fundamental à Tecnologia da Informação, determinando que: "**deverão ser aplicados, na sua plenitude, sistemas de Tecnologia da Informação**, buscando-se substituir as tarefas administrativas por rotinas informatizadas, **visando, não só reduzir a quantidade de recursos humanos, como também sistematizar e agilizar os processos no âmbito do COMAER**. Esses sistemas devem funcionar como ferramentas de planejamento, controle e execução".

E recomenda ainda que "deverão ser observadas as seguintes orientações: O modelo organizacional está migrando da estrutura puramente funcional para um modelo de valorização dos processos onde podem ser mais bem definidas as responsabilidades, quantificados os resultados por metas e indicadores, e avaliada a produtividade."

A DCA 11-53/2016, por seu turno, estabelece "premissas e as orientações para a elaboração do trabalho de reestruturação do COMAER", e afirma que:

> A **FAB** tem consistentemente demonstrado uma capacidade de **adaptar-se à evolução da tecnologia** para manter-se preparada a responder a ameaças e desafios que possam ser dirigidos contra o País, buscando, para tanto, manter-se em condição vantajosa e, dessa forma, estrategicamente atuante. Além disso, a complexidade e o ritmo dessa reestruturação indicam que soluções eficazes só podem ser concebidas ao considerar a instituição de tal forma que se reconheça a **importância sistêmica da informação e comunicação**, e que se identifique a **interdependência dos processos, comportamentos e estruturas**.[2]

Desta forma, **com o propósito de redefinir o processo de governança de TI no COMAER**, o Comandante da Aeronáutica, determinou a criação de Grupo de Trabalho, por intermédio da Portaria nº 1.066/GC3, de 14 de julho de 2017, publicada no BCA nº 122, de 18 de julho de 2017. Decorrente dos trabalhos desempenhados e das conclusões apresentadas por esse Grupo de Trabalho foi emitida uma decisão, pelo Comandante da Aeronáutica, que definiu ações a serem desenvolvidas em duas fases. A primeira fase terá por tarefas:

a) adequar os processos e normas do STI, em função do ajuste da estrutura de aconselhamento de TI, até 30 de dezembro de 2017;

b) viabilizar a transferência do Órgão Central de TI para São Paulo, até 30 de março de 2018, planejando o mínimo impacto financeiro e necessária alocação de pessoal;

c) manter, na transferência para São Paulo, um escritório composto por pessoal técnico (da área de atuação em TI), prioritariamente os especialistas civis e temporários que não podem ser transferidos, mas que são essenciais para o andamento das atividades técnicas da DTI (Diretoria de Tecnologia da Informação da Aeronáutica), na atual sede da DTI no Rio de Janeiro; o prazo para manutenção deste escritório será até final de 2019; e

d) fortalecer as competências da Terceira-Subchefia do EMAER (3SC3) durante o ano de 2018.

A segunda fase tem como objetivo a consolidação de um Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) único para todo o COMAER, bem como a adequada alocação de recursos

[1] Diretriz do Comandante da Aeronáutica: Anexo ao AVISO INTERNO Nº4/GC3, publicado no BCA nº 066, de 9 de abril de2015.

[2]DCA 11-53/2016: Diretriz para a Reestruturação da Força Aérea Brasileira. Aprovada pela Portaria nº 551/GC3, de 13 de maio de 2016. Publicada no BCA nº 082, de 17 de maio de 2016.

orçamentários destinados aos gastos da área finalística de TI, privilegiando a atual Ação 20SA, visando ao ano fiscal de 2019.

METAS AS SEREM ATINGIDAS

Para propiciar uma mudança na governança e gestão de TI, visando incrementar a atuação da TI no âmbito do COMAER, deverão ser atingidas as metas a seguir:

a) o fortalecimento dos mecanismos institucionais de coordenação em TI;

b) o entendimento e o exercício de uma responsabilidade (na área de atuação dos produtos e serviços de TI), compartilhada em todos os níveis da Administração;

c) a reorganização da estrutura atual da TI, reforçando a atuação sistêmica, focando no atendimento das necessidades da FAB em termos de TI nos setores administrativo e operacional;

d) a implementação de um programa de melhoria no emprego dos recursos humanos e materiais e dos processos corporativos associados à TI; e

e) ao propor uma nova organização para a governança do Sistema de Tecnologia da Informação do COMAER, o foco sempre estará no aprimoramento do planejamento, da organização, da coordenação, do controle e da execução das atividades relativas à geração, ao armazenamento, à veiculação, ao processamento, à reprodução e ao uso da informação, contribuindo para a eficácia do processo de tomada de decisão nos diversos níveis.

Neste cenário, ficou definido que a (DTI) terá sua sede transferida para a cidade de São Paulo – SP, conforme consta do supramencionado documento, do Comandante da Aeronáutica, intitulado "Decisão relativa ao Grupo de Trabalho para analisar e redefinir o processo de governança de TI no COMAER", de novembro de 2017 e da DCA 11-68/2017.

Para atingir as metas definidas, em especial, para que o conhecimento do Órgão Central do STI seja preservado e, ainda, sejam fortalecidas a governança e a gestão da TI no COMAER, foi publicado o PCA 7-5/2018: "Plano de Gestão do Conhecimento para consolidação da Governança e Gestão da TI na mudança de sede da Diretoria de Tecnologia da Informação da Aeronáutica", o qual trata da adoção de um modelo de Gestão do Conhecimento voltado para a Administração Pública, bem como da utilização de boas práticas para a Governança e Gestão de TI, no sentido de consolidar os processos do STI, em especial aqueles a cargo do Órgão Central do STI, buscando a melhoria contínua dos serviços de TI prestados pelos Elos do STI e dos produtos de TI oferecidos aos clientes, em última análise, para agregar valor à missão da Força Aérea.

E, ainda, em complemento às ações já citadas, foi publicado o PCA 7-7/2018: "Plano para a desativação da sede DTI no Rio de Janeiro", o qual tem por objetivo estabelecer os procedimentos, as atividades e as responsabilidades de modo que os atos e fatos administrativos praticados na desativação da sede da DTI no Rio de Janeiro garantam sua legalidade e a continuidade dos processos em sua sede em São Paulo.

a) Descrição sucinta do Plano Estratégico de TI (PETI) e/ou Plano Diretor do TI (PDTI), apontando o alinhamento destes planos com o Plano Estratégico Institucional.

O COMAER adota um processo institucional de planejamento que é determinado pelo Estado-Maior da Aeronáutica (EMAER). De acordo com esse processo de planejamento são emitidos os Planos Setoriais dos Órgãos de Direção Geral, Setorial e de Assistência Direta ao Comandante da Aeronáutica (ODGSA) e os Programas de Trabalho Anual (PTA) de suas Organizações Militares (OM) subordinadas, que contêm também o planejamento de TI. Além desse

planejamento, algumas organizações emitem seu Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI). Visando integrar o planejamento de TI, ao planejamento institucional, o Plano Estratégico Militar da Aeronáutica (PEMAER), prevê a publicação de um Plano Complementar de TI, equivalente ao Plano Estratégico de TI (PETI) para o COMAER.

Atualmente, o planejamento de TI, em vários ODGSA, está contido no Plano Setorial desses órgãos, bem como no PTA das suas organizações subordinadas. Em complemento, algumas organizações publicam seu PDTI.

Além dos normativos emitidos pelo EMAER, que tratam do planejamento institucional, normativos específicos do STI, orientam gestores a publicarem seu PDTI: a DCA 14-7 - Política do Comando da Aeronáutica para a Tecnologia da Informação; a NSCA 7-5 - Aquisição de Bens, Serviços e Material de Consumo de TI.

Nesse mesmo diapasão, a DTI como Órgão Central do STI, atendendo à determinação do Comandante da Aeronáutica, elaborou e encaminhou para aprovação das instâncias superiores, uma proposta de norma para consolidar um PDTI único que abranja todo o COMAER, além de uma proposta de Plano Complementar de TI (PTIA), legislações estas que se encontram em análise no EMAER.

A publicação das legislações mencionadas, bem como o PDTI único para o COMAER, está prevista para o decorrer do ano de 2018.

Ainda em relação a este item, o EMAER está finalizando a elaboração do Plano Complementar de TI ou Plano de Tecnologia da Informação (PTIA), equivalente ao PETI, o que manterá o cumprimento das recomendações da Administração Pública Federal, otimizando o processo hoje existente, concentrando numa única peça políticas e diretrizes de TI, com a consequente revogação da Política do Comando da Aeronáutica para a TI (DCA 14-7) e da Política de Segurança da Informação do COMAER (DCA 14-8).

Quanto à recomendação da Administração Pública Federal, de contemplar nas publicações estratégicas de TI a gestão de riscos, esta recomendação foi atendida, encontrando-se em andamento, no EMAER, estudos para que tal tópico seja incorporado às minutas de legislação em análise.

No que diz respeito à criação de indicadores para mensuração de resultados da TI, o EMAER está disseminando o uso da ferramenta GPAer, a qual já se encontra em fase de implentação na DTI.

b) Descrição das atividades do Comitê Gestor de TI, especificando sua composição, quantas reuniões ocorreram no período e quais as principais decisões tomadas.

O Comitê Diretivo de Tecnologia da Informação (COMTI), instituído pela Portaria n° 1.911/GC3, de 18 de outubro de 2013, com a finalidade de assessorar o EMAER no trato dos assuntos relacionados à governança de TI no COMAER no mais alto nível.

O COMTI, atualmente, é composto pelos Chefes de Estado-Maior dos Órgãos de Direção Setorial, ou equivalente.

No ano de 2017 não foram realizadas reuniões do COMTI.

O GRUPO DE ASSESSORAMENTO DE TI – GATI, Grupo instituído pela Portaria n° 1.911/GC3, de 18 de outubro de 2013, tem como finalidade **fornecer, em caráter permanente, a assessoria e suporte técnico ao COMTI em assuntos de TI, que venha a exigir a convocação de representantes dos Órgãos de Direção Setorial e dos Órgãos de Assistência Direta e Imediata ao Comandante da Aeronáutica e é presidido pelo Diretor de Tecnologia da Informação**.

As atividades realizadas e os resultados apresentados pelo GATI, em 2017, dizem respeito ao trabalho das reuniões realizadas nos dias: 30 de outubro de 2017 e nos dias 06 e 07 de novembro de 2017.

Como resultado destas reuniões, foram gerados e disponibilizados aos Elos de Coordenação e Elos Especializados de TI, os modelos de documentos a seguir, com o objetivo de controlar os projetos, atividades e serviços de TI sob sua responsabilidade, quais sejam:

a) Proposta de Planilha de Plano de Contas de TI;

b) Tabela de Projetos e Sistemas de TI por módulos e tipos de atividade; e

c) Proposta de Distribuição de Códigos de Planos Internos (PI) para a Ação 20SA.

c) Descrição dos principais sistemas de informação da UPC, especificando pelo menos seus objetivos, principais funcionalidades, responsável técnico, responsável da área de negócio e criticidade para a unidade.

As informações desta alínea estão descritas no item 4.3.1.

Ressalte-se que uma nova estrutura de governança e gestão de TI será implementada no COMAER, cuja publicação está prevista para 2018.

Tal nova estrutura contempla a atuação do Conselho Diretivo de Tecnologia da Informação (CONTI) – presidido pelo Comandante da Aeronáutica – e do Comitê Executivo de Tecnologia da Informação (COMEX-TI) – presidido pelo Diretor de Tecnologia a da Informação da Aeronáutica e integrado por representantes de todos os ODGSA. Está prevista a realização de reuniões ordinárias desses dois órgãos, durante as quais se pretende realizar o acompanhamento de metas relacionadas aos objetivos setoriais de TI, garantindo que as mesmas estejam em consonância com os objetivos estratégicos de TI elencados no PETI.

d) Descrição do plano de capacitação do pessoal de TI, especificando os treinamentos efetivamente realizados no período.

A capacitação de pessoal de TI no COMAER é realizada principalmente com base na Tabela do Comando da Aeronáutica (TCA) 37-11 (Cursos da Área do COMGAP).

Os principais cursos realizados durante o ano de 2017, com o quantitativo de militares e servidores civis capacitados, é descrito a seguir:

Tabela 4.3.1 – Total de militares e servidores civis capacitados nos cursos do STI no ano de 2017.

CURSO	2017
Curso de Ferramenta Aberta de Escritório (CFAE)	15
Curso de Linux Básico para Usuário (CLBU)	35
Curso Básico de Sistemas Operacionais para Administrador (CBSOA)	42
Curso de Gerência de Rede Local (CGRL)	26
Curso de Segurança da Informação (CSI)	47
Curso de Criação de Sites Joomla – Básico (CCSJB)	20
Curso de Virtualização de Software Livre (CVSL)	30
Curso de Manutenção de Rede Local – Mod. Básico (CMRL-MB)	26
Curso de Manutenção de Rede Local – Mod. Switches (CMRL-MS)	24
Curso de Gestão por Processos Aplicado à Tecnologia da Informação (CGPATI)	34

e) Descrição de quantitativo de pessoas que compõe a força de trabalho de TI, especificando servidores/empregados efetivos da carreira de TI da unidade, servidores/empregados efetivos de outras carreiras da unidade, servidores/empregados efetivos da carreira de TI de outros órgãos/entidades, servidores/empregados efetivos de outras carreiras de outros órgãos/entidades, terceirizados e estagiários.

Os quantitativos de pessoal militar da área de TI consistem de militares da ativa e de militares temporários das carreiras de TI. O efetivo de militares da ativa é composto por militares dos quadros/especialidades: QOENG CMP, QOEA SVI, QOAP ANS e QSS SIN(*). O efetivo temporário de militares corresponde aos militares dos quadros/especialidades: QOCON CMP, QOCON ANS, QCOA ANS e QSCON TIN(**).

Pessoal de carreira: 767;
Pessoal temporário: 355.

Fonte: SIGPES - consulta em 06fev2018às 13h15min.***OBS.: a data estava 2019.

(*) Quadros/especialidades de militares de carreira:
- QOENG CMP: Quadro de oficiais engenheiros, da especialidade Engenharia de Computação;
- QOEA SVI: Quadro de oficiais especialistas, da especialidade Serviços de Informática;
- QOAP ANS: Quadro de oficiais de apoio, da especialidade Analista de Sistemas;
- QSS SIN: Quadro de graduados do grupamento de serviços, da especialidade Sistemas de Informação.

(**) Quadros/especialidades de militares temporários:
- QOCON CMP: Quadro de oficiais convocados, da especialidade Engenharia de Computação;
- QOCON ANS: Quadro de oficiais convocados, da especialidade Analista de Sistemas;
- QCOA ANS: Quadro Complementar de oficiais, da especialidade Analista de Sistemas;
- QSCON TIN: Quadro de graduados convocados, da especialidade Informática.

f) Descrição dos processos de gerenciamento de serviços TI implementados na unidade, com descrição da infraestrutura ou método utilizado.

Os incidentes da gestão de serviços de TI no COMAER são tratados por meio da Central de serviços do Serviço de Atendimento aos Usuários de Tecnologia da Informação (SAUTI). Em complemento, os incidentes de segurança da informação são gestionados pelo "Centro de Tratamento e Resposta de Incidentes de Segurança da Informação em Redes" (CTIR.FAB), e "Equipes de Tratamento e Resposta de Incidentes de Segurança da Informação em Redes" (ETIR) que são tratados por meio de "tickets" do CTIR.FAB.

O processo de gestão de serviços de TI é regulado pelas seguintes normas: NSCA 7-8: Funcionamento do SAUTI no Comando da Aeronáutica; ICA 7-1: Gestão de Continuidade dos Serviços nos Elos Especializados do Sistema de TI do COMAER; ICA 7-4: Gestão de Serviços de Tecnologia da Informação nos Elos Especializados do Sistema de TI do COMAER; ICA 7-6: Gestão de Serviços de Tecnologia da Informação nos Elos de Serviço de Tecnologia da Informação de "Nível 2"; OTCA-001-DTI\2016: Elaboração, Padronização e Controle de Publicações; OTCA-02-DTI\2016: Atendimento ao Usuário na Gestão de Serviços de Tecnologia da Informação (GSTI) nos Elos do Sistema de Tecnologia da Informação do COMAER: Componentes, Papéis, Perfis e Processos; OTCA-003-DT\2016: Catálogo de Serviços de Tecnologia da Informação nos Elos do Sistema de Tecnologia da Informação do COMAER – STI; OTCA-004-DTI\2016: Acordo de Nível de Serviço de Tecnologia da Informação nos Elos do Sistema de Tecnologia da Informação do COMAER – STI; OTCA-005-DTI\2016 – Acordo de Nível Operacional de Tecnologia da

Informação nos Elos do Sistema de Tecnologia da Informação do COMAER – STI e a OTCA-006-DTI\2017: Relatório Técnico de Análise do Acordo de Nível de Serviço de Tecnologia da Informação (TI) e dos Acordos de Nível Operacional de TI nos Elos do Sistema de Tecnologia da Informação do COMAER - STI.

Tal processo teve sua formalização iniciada em 2016, encontrando-se em fase de implementação, utilizando como base as boas práticas de gerenciamento de serviços de TI, contidas na família de Normas ABNT ISO/IEC 20.000.

Contextualizando os processos descritos em termos de legislação publicada e os resultados obtidos para o COMAER, cabe ressaltar, como já mencionado, que o COMAER, bem como a maior parte das Organizações públicas e privadas, apresenta atualmente grande dependência da área de tecnologia da informação (TI), sendo que na constante iteração entre negócio e TI, já se mostra visível para o Comandante da Aeronáutica que a TI é um forte aliado no alcance dos objetivos estratégicos da organização.

Ademais, os órgãos da Administração Pública Federal, tais como o TCU, o Ministério do Planejamento (por meio do SISP), o GSI/PR, entre outros, recomendam a utilização de "boas práticas" na área de TI, com o objetivo de alcançar melhores resultados e contribuir para a missão da organização, "agregando valor ao negócio" das organizações. Tais "melhores práticas" (CobiT/ABNT 28500), PMI, ITIL/ABNT 20000, entre outras), para melhor governança e gestão de TI foram internalizadas por meio da legislação mencionada, constituindo-se em uma forma concreta de obter resultados significativos, alinhando as ações de TI com os resultados da organização.

Especificamente, como resultado da melhoria dos processos, tanto na gestão de serviços de TI, quanto na área de governança de TI, as lacunas existentes entre TI e negócio são minimizados, focando nos resultados da organização.

Desta forma, com um catálogo de serviços de TI bem definido, é possível priorizar os investimentos de TI, definindo as áreas a serem contempladas com recursos. Ao serem definidos claramente os acordos de nível de serviço (ANS) e respectivos acordos de nível operacional (ANO), a TI estará focada em atender tais acordos e o "cliente" saberá com clareza o que é possível "cobrar" da TI, com os recursos disponíveis e os investimentos realizados.

Por exemplo, uma determinada área do "negócio" conhecerá o catálogo de serviços de TI, sabendo que o tempo para a disponibilidade da sua rede é de cinco horas, e terá um elevado índice de satisfação em relação à TI, se sua rede for restabelecida em duas horas, pois o tempo de atendimento foi anterior ao previsto.

g) Descrição dos projetos de TI desenvolvidos no período, destacando os resultados esperados, o alinhamento com o Planejamento Estratégico e Planejamento de TI, os valores orçados e despendidos e os prazos de conclusão.

As informações desta alínea estão descritas no item 4.3.1.

h) Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para a unidade.

O Centro de Computação da Aeronáutica do Rio de Janeiro – CCA RJ, responsável pelo desenvolvimento e operação dos sistemas corporativos SILOMS e SIGPES já havia em período anterior substituído contratados terceirizados por militares do COMAER, nas atividades de configuração de ambientes dos servidores de redes corporativos, instalados em suas dependências. Dando continuidade ao processo, a coordenação do desenvolvimento de sistemas corporativos, em especial para o SIGPES e o SILOMS, também passou a ser exercido por militares da ativa, em substituição de serviços prestados por empresas terceirizadas e iniciaram-se, também, alocações de recursos humanos próprios para substituição de serviços terceirizados de desenvolvimento de

sistemas. A limitação atual do processo é a disponibilidade de desenvolvedores do efetivo do COMAER para a absorção das atividades.

Para mitigar tal limitação, foi realizado levantamento detalhado de todos os serviços de TI, sistemas e projetos a cargo do Centro de Computação da Aeronáutica do Rio de Janeiro - CCA-RJ. Especificamente, sendo este o Centro responsável pelo desenvolvimento evolutivo, manutenção e hospedagem dos Sistemas SIGPES e SILOMS, além do desenvolvimento de novos módulos desses Sistemas, na forma de novos Projetos, foram também detalhadas todas as atividades relativas a estes Sistemas e novos Projetos destes decorrentes.

Tal levantamento foi utilizado junto às instâncias superiores, para solicitar a convocação de militares temporários, solicitação esta atendida parcialmente. Para obter os quantitativos ideais, com a qualidade técnica necessária, novos estudos relativos a pessoal versus atividades de TI encontram-se em andamento, no âmbito da DTI, para que sejam apresentados às autoridades competentes, em instâncias superiores do COMAER.

4.3.1. Principais sistemas de informações

● SIGAER –Projeto 086/COMAER/2008

Responsável: EMAER/DTI/CCA-BR

Descrição: O Sistema de Informação Gerencial de Apoio à Decisão do Comando da Aeronáutica (SIGAER) visa atender, prioritariamente, ao Órgão de Direção Geral (ODG) em nível estratégico e os ODS do COMAER, mediante a construção de uma arquitetura tecnológica integradora apropriada, denominada Armazém de Dados (*Data Warehouse*, DW), na qual permita o monitoramento e controle de informações gerenciais provenientes da fusão de dados setoriais oriundos das diversas bases operacionais associadas aos sistemas de informações corporativos (transacionais) existentes e em operação na INTRAER (e.g. SIGPES, SILOMS, SIGAMEH, DEA, HÉRCULES, ÓPERA, AVOEM, SIGIPAER, dentre outros).

Alinhamento estratégico: Este projeto está alinhado ao Objetivo da Aeronáutica OBJ03 – Otimizar a Gestão Organizacional do COMAER e ao Objetivo Estratégico (OE) PE04 – Capacitar para Assegurar à Força Aérea o Domínio de um Potencial Aeroestratégico.

Planejamento: Originalmente este projeto tinha como prazo de término o final de 2016 e custaria cerca de R$3.700.000,00. Atualmente, o projeto tem previsão de encerramento no final de 2020, com custo total estimado de R$5.300.00,00, tendo custado até agora R$ 1.002.206,83. O aumento no tempo e no custo do projeto ocorreu porque seu escopo tem variado conforme expectativas do EMAER, órgão responsável pela coordenação das diferentes etapas que compõem o desenvolvimento e operação do SIGAER.

Tipo de manutenção (própria ou terceirizada): mista

Despesas anuais com manutenção:
Início do Projeto: 01/01/2008
Término do Projeto: 30/12/2020
Custo Total: R$ 5.297.467,00
Custo até agora: R$ 1.002.206,83

Custo estimado para o ano de 2018: R$ 1.350.000,00

Crédito planejado para 2017: Zero

Crédito executado em 2017: R$ 788.400,00

Em se tratando de sistema em desenvolvimento, qual o prazo para conclusão e o orçamento de desenvolvimento, riscos associados:

Atualmente estamos trabalhando na formalização de processos e procedimentos de gestão de *Business Inteligence* – BI, para que o COMAER possa se valer desta ferramenta nos níveis estratégicos, táticos e operacionais. (Fase 4 - Reestruturar Processo). Em paralelo o Centro de Computação da Aeronáutica de Brasília - CCA-BR está apoiando o CCA-RJ, no desenvolvimento do BI de Gestão de Recursos Logísticos e ainda, utilizando recursos contratados, apoiando o COMGAR (atual COMPREP) e CENIPA no desenvolvimento e manutenção dos seus DW e painéis. Este trabalho passa pela definição de suas necessidades estratégicas, mapeando seus processos para que posteriormente possamos automatizá-los, recuperando dados dos aplicativos operacionais e gerando informações nos três níveis e de forma integrada.

A última fase (FASE 5 - Ampliar projeto) ocorrerá concomitantemente com a Fase 3 e 4, com o objetivo de produzir os novos módulos de Gestão de Recursos Humanos, Assistência Hospitalar, Logístico, de Operações Aéreas e de Prevenção de Incidentes Aeronáuticos assim como desenvolver os módulos de Promoção de Oficiais, Situação de Crise além de ampliar o módulo de Planejamento Estratégico. Nesta fase também serão realizadas tarefas de integrar estes módulos a possíveis novas necessidades e realizar as atualizações das ferramentas, servidores e garantias existentes.

● CTIR-FAB –Projeto 087/COMAER/2008

Responsável: COMGAP/DTI/CCA-BR

Descrição: Dotar o Comando da Aeronáutica (COMAER) de uma plataforma computacional integrada capaz de realizar o monitoramento e análise de incidentes de rede, rastreabilidade, gestão histórica, correlacionamento e visibilidade de eventos e identificação e combate a ameaças digitais avançadas, a fim de aumentar a capacidade de resposta a incidentes e o nível de proteção cibernética da FAB.

Alinhamento estratégico: Este projeto está alinhado ao Objetivo da Aeronáutica OBJ03 – Otimizar a Gestão Organizacional do COMAER e ao Objetivo Estratégico PE04 – Capacitar para Assegurar à Força Aérea o Domínio de um Potencial Aeroestratégico.

Planejamento: Originalmente este projeto tinha como prazo de término o final de 2014 e custaria cerca de R$35.000.000,00. Atualmente, o projeto tem previsão de encerramento no final de 2020, com custo total estimado de R$40.000.00,00, tendo custado até agora R$ 15.558.749,94.

Tipo de manutenção (própria ou terceirizada): Terceirizada

Despesas anuais com manutenção:

Início do Projeto: 01/01/2010

Término do Projeto: 30/12/2020

Custo Total: R$ 40.138.877,566

Custo até agora: R$ 15.558.749,94

Crédito planejado para 2017: Zero

Crédito executado em 2017: R$ 1.514.704,37

● Atualização Tecnológica da INTRAER –Projeto 213/COMAER/2010

Descrição**:** Aquisição e implantação de equipamentos e programas visando manter a conectividade segura entre as OM do Comando da Aeronáutica, com os índices adequados de disponibilidade e desempenho requeridos pelos sistemas de Tecnologia da Informação de interesse do COMAER.

Custo Total Estimado: R$ 38.832.125,00

Custo Despendido desde o início do projeto: R$ 14.431.811,88

Data planejada de término: 01/01/2020

Crédito planejado para 2017: Zero

Crédito executado em 2017: R$ 1.400.000,00.

● MARTE – Projeto 106/COMAER/2008

Responsável: COMGAP/DTI/CCA-SJ

Descrição: Ferramenta de "software" para apoio ao ensino previsto no Curso de Comando e Estado-Maior (CCEM) da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (ECEMAR), cujo objetivo é permitir o aumento da efetividade no ensino e na prática do Processo de Planejamento do Comando (PPC), possibilitando, inclusive, estabelecer conexão com terminais remotos instalados na Escola de Guerra Naval (EGN) e na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME).

Tipo de manutenção (própria ou terceirizada): Própria

Início do Projeto: 11/08/2004

Término do Projeto: 31/12/2016

Custo Estimado Total: R$ 2.500.000,00

Custo até agora: R$ 2.308.662,00

Crédito planejado para 2017: Zero

Crédito executado em 2017: Zero

Em se tratando de sistema em desenvolvimento, qual o prazo para conclusão e o orçamento de desenvolvimento, riscos associados:

Em reunião no EMAER, no final do ano de 2016, foi deliberado que o Marte deveria ser encerrado como projeto e seu suporte se daria como atividade de manutenção corretiva. Quanto ao encerramento do projeto, aguarda-se sua efetivação por parte da gerência do mesmo. As atividades de manutenção corretiva estão em andamento sob responsabilidade do CCA-SJ.

● SIGADAER – Projeto 84/COMAER/2008

Responsável: COMGAP/DTI/CCA-SJ

Descrição: Ferramenta de “software” de cunho arquivístico, cujo objetivo é gerir o ciclo de vida de um documento/processo, abrangendo desde a sua criação até o seu arquivamento.

Tipo de manutenção (própria ou terceirizada): Própria

Início do Projeto: 14/04/2008

Término do Projeto: 20/12/2019

Custo Total: R$ 2.967.000,00

Custo até agora: Não computado

Crédito planejado para 2017: R$ 756.000,00

Crédito executado em 2017: Zero

Em se tratando de sistema em desenvolvimento, qual o prazo para conclusão e o orçamento de desenvolvimento, riscos associados:

De acordo com a Ficha de Acompanhamento de Projeto de 23 janeiro de 2018, de autoria do Tem Cel Inf ANS Refm Edeval de Ari Vieira (DIRAP), o planejamento atual prevê término do projeto em 20 de dezembro de 2019. O orçamento previsto para 2018 é de R$ 1.195.100,00.

● SILOMS – Projeto 80/COMAER/2008

Descrição: Sistema corporativo destinado a apoiar a gerência de toda a logística do COMGAP, DECEA, DIRSA e SDAB, integrando a cadeia de suprimentos, bem como toda Catalogação de Material no COMAER.

Atende, de forma integrada, às funções logísticas de Suprimento (Aquisição, Controle de Material, Catalogação), Manutenção (Planejamento, Controle da Produção, Engenharia, Publicações, Nacionalização e Metrologia), Transportes, Recursos Humanos, Combustível e Lubrificantes, Gases e Produtos Químicos, Indicadores Logísticos nos níveis Parques, Diretorias e Grandes Comandos. Proporciona, também, interface de dados com fornecedores e SIAFI.

Tipo de manutenção (própria ou terceirizada): Terceirizada (Parcialmente)

Despesas anuais com manutenção: R$ 4.320.000,00

Em se tratando de sistema em desenvolvimento, qual o prazo para conclusão e o orçamento de desenvolvimento, riscos associados:

Desde 2008 estão sendo realizadas manutenções corretivas, adaptativas e evolutivas no sistema.

Início do Projeto: 08/12/1997

Término do Projeto: 31/12/2031

Crédito planejado para 2017: R$ 4.370.000,00

Crédito executado em 2017: R$ 4.688.953,28

● SIGPES – Projeto 85/COMAER/2008

Descrição: Sistema corporativo do COMAER com aplicativos destinados a produzir informações relativas ao pessoal do efetivo militar e civil, ativos, inativos e pensionistas de forma automatizada. O SIGPES visa a automatizar os processos de recursos humanos do COMAER. Foi concebido para unificar as bases de dados de pessoal, incorporando informações oriundas das diversas OM que participam dos diversos processos organizacionais.

Tipo de manutenção (própria ou terceirizada): Terceirizada (Parcialmente)

Despesas anuais com manutenção: R$ 2.976.898,00

Em se tratando de sistema em desenvolvimento, qual o prazo para conclusão e o orçamento de desenvolvimento, riscos associados:

Atualmente o SIGPES, que já substituiu completamente os Sistemas de Pagamento de Pessoal Acantus I e Acantus II, encontra-se na fase de desenvolvimento de aplicações que permitem sua atualização tecnológica e também a automatização dos itens financeiros contemplados nessas aplicações. Além disso, diversas manutenções corretivas e adaptativas são realizadas a fim de corrigir erros bem como adaptar o sistema às mudanças de legislação, como àquelas decorrentes da Reestruturação da FAB. Os seguintes módulos estão sofrendo manutenção evolutiva: Identificação, Prorrogação de Tempo de Serviço, Gestão por Competência, Medalhas, Cômputo Transparente, Tempo de Serviço Militar, Inatividade, Cadastro de Beneficiários do FUNSA, Férias e Descontos de Pagamento de Pessoal Internos e Externos.

Início do Projeto: 01/10/1997

Término do Projeto: 31/12/2031

Crédito planejado para 2017: R$ 2.242.400,00

Crédito executado em 2017: R$ 1.856.604,56

OBS.: (***) Os Projetos aqui caracterizados como Estratégicos foram assim denominados pelo EMAER e numerados conforme controle do EMAER.

● PMA II - Projeto PEMAER 062/COMAER/2008

Descrição: Sistema utilizado para que os pilotos realizem o planejamento de missões aéreas.

Tipo de manutenção – Própria.

Despesas – Sob demanda

Em se tratando de sistema em desenvolvimento, qual o prazo para conclusão e o orçamento de desenvolvimento, riscos associados:

O desenvolvimento do sistema foi finalizado pelo Instituto de Estudos Avançados (IEAV) em abril/2016 e atualmente encontra-se em produção, sendo utilizado por todas as Unidades Aéreas do COMAER.

Início do Projeto – 05/01/2009

Término do Projeto – 03/05/2017 (Data do Termo de Encerramento do Projeto)

Crédito planejado para 2017 – não houve

Crédito executado em 2017 – não houve

● SAGITÁRIO - Sistema Avançado de Gerenciamento de Informações e Tráfego Aéreo e Relatórios de Interesse Operacional - Projeto do DECEA

Descrição: Sistema capaz de processar dados de diversas fontes de captação, como radares e satélites e consolidá-los em uma única apresentação visual para o controlador de voo.

Tipo de manutenção – Terceirizada.

Valor Total do Contrato – R$ 12.879.806,35

Em se tratando de sistema em desenvolvimento, qual o prazo para conclusão e o orçamento de desenvolvimento, riscos associados:

O sistema encontra-se em produção e possui um contrato vigente de prestação de serviços técnicos especializados de engenharia, com a empresa ATECH, para a atualização do sistema, Fase 1.

Início do Projeto – 04/10/2016

Término do Projeto – 23/11/2019

Crédito planejado para 2017 – R$ 1.270.084,34

Crédito executado em 2017 – R$ 1.270.084,34

● TATIC FLOW – Total Air Traffic Information Control – Projeto do DECEA

Descrição: Sistema de Controle e Gerenciamento do Fluxo de Informações de Tráfego Aéreo existente em uma torre de controle, que utiliza um software baseado no conceito de strips eletrônicas. Consolida dados de movimento aéreo das torres de controle gerando informações para o

gerenciamento de fluxo dos aeródromos, bem como provê informações estatísticas e permite o gerenciamento remoto da demanda de movimento das torres de controle.

Tipo de manutenção – Terceirizada.

Valor Total do Contrato – R$ 8.450.560,25

Em se tratando de sistema em desenvolvimento, qual o prazo para conclusão e o orçamento de desenvolvimento, riscos associados:

O sistema encontra-se em produção e possui um contrato vigente de prestação de serviços técnicos especializados de tecnologia da informação, com a empresa SAIPHER, para a atualização do sistema e a integração com o SAGITÁRIO.

Início do Projeto – 21/12/2016

Término do Projeto – 02/01/2020

Crédito planejado para 2017 – R$ 1.815.734,92

Crédito executado em 2017 – R$ 1.815.734,92

● SIGMA 3 – Sistema Integrado de Gestão de Movimentos Aéreos – Projeto do DECEA

Descrição – O sistema garante o balanceamento entre a capacidade de atendimento do SISCEAB e a demanda de movimentos aéreos, bem como permite uma série de facilidades aos seus usuários, tanto no preenchimento dos planos de voo, quanto no gerenciamento dos mesmos pelas autoridades responsáveis.

Tipo de manutenção – Terceirizada.

Despesas – R$ 43.213.194,00

Em se tratando de sistema em desenvolvimento, qual o prazo para conclusão e o orçamento de desenvolvimento, riscos associados:

O sistema encontra-se em produção e possui um contrato vigente de prestação de serviços técnicos especializados de tecnologia da informação, com a empresa ATECH, para a modernização do SIGMA 3.

Início do Projeto – 31/08/2017

Término do Projeto – 20/08/2020

Crédito planejado para 2017 – R$ 3.673.121,49

Crédito executado em 2017 – R$ 2.376.425,67

Obs: A diferença entre o planejado e o executado em 2017, foi em função de questionamentos durante o processo licitatório, tendo sido liberado em março de 2018.

4.3.2. Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)

O PEMAER - Plano Estratégico Militar da Aeronáutica **(PCA 11-47/2016)**, define, no item 5.4.6, alínea "e", como uma das medidas estratégicas para a Força Aérea "fortalecer a gestão de Tecnologia da Informação (TI) na FAB".

As diretrizes gerais para a área de Comando e Controle (C^2), relativas, à área de Tecnologia da Informação e de Defesa Cibernética são:

4.3.2.1. Tecnologia da Informação:

Aplicar, na sua plenitude, sistemas de TI, buscando-se substituir as tarefas administrativas por rotinas informatizadas, visando não só a reduzir a quantidade de recursos humanos, como também sistematizar e agilizar os processos no âmbito da Força Aérea. Esses sistemas devem funcionar como ferramentas de planejamento, controle e execução, com o objetivo de:

a) garantir o acesso à informação requerida, conforme a necessidade de conhecer;

b) organizar os serviços corporativos da FAB, buscando as necessárias interfaces com o MD e com as demais Forças Singulares, quando necessário;

c) disponibilizar aos comandantes operacionais e táticos o acesso às informações obtidas a partir de todos os meios de Comando e Controle (C^2) da FAB, possibilitando a melhoria do SISC²FAB;

d) disponibilizar um acesso único e padronizado aos militares e servidores civis da Força Aérea, para os serviços corporativos que permitam o desempenho de suas atividades em qualquer instalação da FAB;

e) estabelecer um mecanismo de controle de acesso para todos os usuários da FAB por meio de um Gerenciamento Único de Identidade; e

f) reduzir a duplicação na TI Corporativa (Intraer x Internet) e incrementar os serviços em todo a FAB.

4.3.2.2. Defesa Cibernética e Segurança da Informação:

a) incrementar a competência para proteger, explorar e atuar de forma eficaz no ambiente cibernético, em coordenação com as demais Forças Singulares; e

b) aprimorar a segurança das redes da FAB e o controle das ameaças (Defesa Cibernética).

Quanto ao Planejamento Estratégico de TI – PETI, o PEMAER prevê que seja publicado um Plano Complementar de TI, equivalente ao PETI, cuja minuta foi elaborada pela DTI em 2017 e encaminhada via cadeia de Comando ao Estado-Maior da Aeronáutica, para análise e posterior aprovação.

4.4. Gestão ambiental e sustentabilidade

Por meio do Regimento Interno da Diretoria de Infraestrutura da Aeronáutica, aprovado pela Portaria COMGAP nº 91/3EM, de 09 de agosto de 2017, foi criada a Assessoria de Gestão Ambiental (AGA), alocada na estrutura básica da DIRINFRA dentro da Direção.

São atribuições da AGA:

a) assessorar na normalização, planejamento, coordenação e controle das atividades inerentes ao meio ambiente nas atividades de competência da DIRINFRA e das suas organizações subordinadas;

b) assessorar, planejar e coordenar com as organizações subordinadas, na execução de suas atividades técnicas, com relação aos impactos no meio ambiente e ao cumprimento das normas e resoluções ambientais, considerando os requisitos quanto ao preparo e emprego de atividades e empreendimentos de caráter militar de cada OM;

c) organizar, atualizar e disponibilizar a literatura, informações e legislações relativas ao trato das questões ambientais;

d) acompanhar e interpretar a legislação ambiental vigente e a sua influência nas atividades da DIRINFRA e nas suas OM subordinadas;

e) assessorar a defesa das demandas judiciais ambientais;

f) assessorar as tratativas com os órgãos ambientais das esferas federal, estadual e municipal pertinentes;

g) orientar a elaboração de estudos, planos, programas e projetos ambientais;

h) analisar os Planos de Gestão Ambiental (PGA) ou planos de logística Sustentáveis (PLS), submetidos pelos DT-INFRA de sua responsabilidade;

i) propor cursos de capacitação ambiental para a gestão das OM e das obras e serviços de engenharia;

j) propor a implantação da doutrina de gestão ambiental nas atividades militares;

k) propor normas ambientais no âmbito da Aeronáutica;

l) assessorar a elaboração e realização de cursos e estágios previstos pelas OM de ensino do COMAER, destinados ao aperfeiçoamento funcional do efetivo que irá compor as áreas do meio ambiente, para as atividades de competência da DIRINFRA e das suas OM subordinadas;

m) apoiar a Advocacia Geral da União (AGU) na defesa dos interesses da DIRINFRA e das suas OM subordinadas nos assuntos relacionados ao meio ambiente; e

n) estabelecer contato com as assessorias jurídicas dos demais órgãos setoriais e com a Consultoria Jurídica do COMAER para orientar ações e solucionar problemas atinentes às suas necessidades e interesses, em suas respectivas áreas, quando necessário.

4.4.1. Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras

A Concepção Estratégica Força Aérea 100 (DCA 11-45) apresenta a visão da FAB para os próximos 23 anos, na qual preconiza que seus sistemas e processos busquem garantir eficácia e sustentabilidade. Essa visão está alinhada aos conceitos de sustentabilidade abrangendo os aspectos econômicos, sociais e ambientais de forma a se mostrar transparente para a sociedade. Busca desenvolver competências sustentáveis nos gestores e servidores da organização, bem como garantir que todas as suas atividades e produtos estejam alinhados aos conceitos de sustentabilidade, além de cumprir a Legislação Ambiental Brasileira, e se atentar à proteção da fauna e flora nativas.

A Força Aérea Brasileira vem se adequando ao Programa "Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)", do Ministério do Meio Ambiente (MMA). Desde 2015, em atendimento aos critérios explicitados na A3P, as Organizações Militares do COMAER vêm produzindo e publicando seus Planos de Gestão Logística Sustentável (PLS). O DCTA já possui 100% das Organizações subordinadas a ele, com seus Planos de Gestão Logística Sustentável (PLS) estabelecidos na forma de ICA e publicados em BCA (ICA: 400-40; 400-41; 400-42; 400-43; 400-44; 400-45; 400-46; 400-47; 400-48; 400-49; 400-50; 400-5). As demais Organizações Militares estão estabelecendo suas Comissões Gestoras do Plano de Logística Sustentável (GG-PLS) e caminham para a produção de tal documento.

Todo o processo para a elaboração dos PLS das OM foi realizado em consonância com as instruções do MMA. O CINDACTA I já efetuou a adesão formal à Agenda Pública Ambiental (A3P), etapa que deve ser efetuada pelas demais OM de forma subsequente à elaboração, publicação e implantação dos PLS.

A Diretoria de Infraestrutura da Aeronáutica (DIRINFRA), órgão central de Engenharia do COMAER, tem o dever de implementar práticas de sustentabilidade com a finalidade de reduzir os gastos públicos e o desperdício de materiais, a partir do uso eficiente e consciente dos recursos naturais e de serviços. Nesse contexto, através do Relatório de Gestão ano-base 2016 foi informado que, por meio da Portaria DIRENG n° 89-T/ACI de 08/06/2016, foi criada a Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável (CG-PLS), e que o PLS estava em processo de elaboração. No decorrer de 2017, essa comissão concluiu o PLS, de acordo com o art. 16º do Decreto n°

7.746/2012. Tal Plano de Logística Sustentável foi nomeado ICA 400-52/2017 em julho de 2017, publicado no BCA n° 129, de 28 de julho de 2017. Ele atende completamente ao art. 9° da IN SLTI/MPOG 10/2012, criando um plano de ação com todos os tópicos propostos neste artigo e no seu antecessor, artigo 8°.

No mesmo ano em que foi elaborado, a DIRINFRA deu início à operacionalização das metas ligadas ao PLS, como por exemplo:

a) conscientização ambiental através de palestras proferidas pela Companhia de Limpeza Urbana da Cidade do Rio de Janeiro (COMLURB), para posterior implantação de coleta seletiva, para a qual se está buscando parcerias com cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto 5.940/2006, para início na nova sede em São Paulo;

b) início de estudo em conjunto com o Centro de Estudos e Projetos de Engenharia da Aeronáutica (CEPE), com o Destacamento de Infraestrutura de Canoas (DT INFRA-CO) e com o Destacamento de Infraestrutura de Manaus (DT INFRA-MN), para a implantação de Usina Fotovoltaica na área onde se situa a ALA 7;

c) instrução realizada no curso de formação de oficiais engenheiros no Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica (CIAAR), em Belo Horizonte, com o tema "Meio Ambiente e Sustentabilidade na DIRINFRA", com o intuito de levar ao conhecimento dos futuros oficiais engenheiros as práticas de sustentabilidade que a DIRINFRA e suas Unidades subordinadas têm realizado.

Além dos planos e ações executados pela DIRINFRA e DT-INFRA, as OM vêm progressivamente elaborando e executando seus planos de gestão de resíduos sólidos conforme dispõe o Decreto 5.940/2006.

Quanto às licitações e compras sustentáveis, as OM não realizam contratações diretamente. Tais processos são realizados junto aos Grupamentos de Apoio, que elaboram os contratos e editais de acordo com os parâmetros estabelecidos no Decreto 7.746/2012, o qual versa sobre contratações com responsabilidade socioambiental, cobrando das empresas contratadas critérios de sustentabilidade e responsabilidade socioambiental.

4.5. Gestão de fundos e de programas

O Fundo Aeronáutico, criado pelo Decreto-lei nº 8.373, de 14 de dezembro de 1945, modificado pelo Decreto-lei nº 9.651, de 23 de agosto de 1946, alterado pelo Decreto-lei nº 1.252, de 22 de dezembro de 1972, e regulamentado pelo Decreto-lei nº 73.070, de 01 de novembro de 1973, complementado pela Portaria nº 1.644/GC4, de 7 de novembro de 2017, é um fundo de natureza contábil, destinado a auxiliar o provimento de recursos financeiros para o aparelhamento da Força Aérea Brasileira e para as realizações ou serviços que se façam necessários, no sentido de assegurar o cumprimento eficiente da missão constitucional da Aeronáutica.

4.5.1. Identificação e informações dos fundos na gestão da unidade

Anualmente, a Lei Orçamentária Anual estabelece metas de arrecadação em cada Fonte de Receita própria, componentes do Fundo Aeronáutico.

Mensalmente são feitas projeções da arrecadação para o exercício corrente, de forma a prover a Diretoria de Economia e Finanças da Aeronáutica de informações sobre a evolução das Fontes de Receita.

A receita realizada no exercício de 2017 está evidenciada no quadro abaixo.

Gráfico 4.5.1.1 - Comparativo de arrecadação Fundo Aeronáutico (FAer) 2017 x LOA 2017.

DESCRIÇÃO	FONTE	LOA 2017	ARRECADADO	%
SISCEAB	0250120388	2.086.000.000,00	2.180.853.388,11	105%
RENDIMENTO DE APLICAÇÃO	0280120320	513.811.512,00	596.762.411,60	116%
FUNDO DE SAÚDE	0250120350	225.374.783,00	237.038.053,52	105%
FUNDO AERONÁUTICO	0250120320	171.566.175,00	187.249.022,14	109%
TAXA DE OCUPAÇÃO DE IMÓVEIS	0250120560	63.454.329,41	65.922.841,90	104%
DEMAIS FONTES		133.989.832,59	108.793.785,14	92%
ALIENAÇÕES	0263529110	9.246.194,00	1.537.599,22	17%
Total		**3.203.442.826,00**	**3.378.157.101,63**	**105%**

Fonte: Serviços Hospitalares, RPU, Ativ Comercial, Prog Assistencial, Reembolsável e Prog Escolar

Conforme Manual de Receitas da Secretaria de Orçamento Federal, a metodologia de previsão de receitas para a Lei Orçamentária Anual, por se tratar de uma estimativa, ao término do exercício pode-se constatar que houve um excesso de arrecadação ou uma frustração.

Conforme a Portaria SOF nº 9, de 29 de janeiro de 2016, a Diretoria de Economia e Finanças da Aeronáutica passou a enviar, entre os meses de março e novembro, à Secretaria de Orçamento Federal (SOF), por meio do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento, a projeção de receita de cada Natureza de Receita. Cada Natureza é composta de uma ou mais Fontes. O parâmetro utilizado pela SOF, para a análise e a comparação das receitas realizadas e previstas é o código da fonte/destinação de recursos, e neste caso, somente os primeiros três dígitos (250, 280 e 263), que indicam o grupo e especificação da fonte.

Utilizando este parâmetro, o COMAER superou em aproximadamente 5% da meta estabelecida na LOA, com uma arrecadação total de R$ 3.378.157.102,00 contra uma meta de R$ 3.203.442.826,00. No que diz respeito ao comportamento das arrecadações por fonte de recursos detalhada, faz-se necessário fazer as seguintes considerações:

1) Fonte 0280120320 – Rendimento de Aplicação: A arrecadação ultrapassou a meta prevista até o final do período, o que gerou um percentual total de arrecadação de 116% em relação a meta anual. A diversificação das modalidades de aplicação contribuiu para que a arrecadação superasse o previsto na LOA. Entre tais modalidades estão a aplicação em instituições financeiras, o APLICAFIN e a abertura de fundos exclusivos junto ao Banco do Brasil (Fundo PACAU) e à Caixa Econômica Federal (Fundo JAMBOCK). Assim, foi possível atingir a meta antes do término do exercício, sendo o total de arrecadação de R$ 596.762.411,60 no ano.

2) Fonte 0250120550 – Serviços Hospitalares: Esta receita refere-se aos reembolsos de exames e procedimentos hospitalares feita tomando-se por base a média histórica dos últimos quatro anos e a meta de arrecadação foi atingida em 94%, uma variação esperada dentro do histórico. Ainda assim, a fim de que haja uma melhora na performance de arrecadação dessa natureza de receita, para o exercício de 2018 está prevista a continuidade no acompanhamento na arrecadação nas diversas Organizações de Saúde da Aeronáutica.

3) Fonte 0250.120.620 – Programa Escolar: A projeção da receita na Fonte referente ao Programa Escolar foi feita tomando-se por base a média histórica dos últimos quatro anos e a meta de arrecadação foi atingida em 89%, uma variação esperada dentro do histórico. O fato gerador dessa receita decorre das atividades do sistema educacional, cuja natureza esteja diretamente relacionada a formação do educando (matrículas, anuidades, etc.) e é exercido de modo facultativo por parte dos pais dos alunos.

4) Fonte 0263529110 – Alienação: A Natureza de Receita 2213.00.11 é impactada por três fatos geradores distintos: A Alienação de Veículos e Aeronaves; A Alienação de outros bens móveis permanentes, de consumo e de uso duradouro; e Alienações de Bens Imóveis. A arrecadação ficou em 17% de sua meta em virtude de, dentre outros motivos, a publicação da Portaria n° 234, de 19 de julho de 2017, que dispunha sobre medidas de racionalização do gasto público nas contratações para aquisição de bens e prestação de serviços. A Portaria suspendeu a aquisição de veículos de representação, de transporte institucional e de serviços comuns para o ano

de 2017. Como não havia possibilidade de aquisição de novas viaturas e no intuito de preservar a frota existente no Comando da Aeronáutica, a Diretoria de Infraestrutura da Aeronáutica optou por suspender as alienações das viaturas oficiais previstas nas Organizações Militares. Para o ano de 2018 essa previsão será corrigida e está prevista a continuidade no acompanhamento na arrecadação nas diversas Organizações Militares da Aeronáutica.

O Fundo Aeronáutico cumpre sua destinação legal, conforme citado no item 4.5, e social ao auxiliar o provimento de recursos financeiros para as realizações ou serviços que se façam necessários para executar os programas e as ações estabelecidos na Lei Orçamentária Anual, no sentido de assegurar o cumprimento eficiente da missão da Aeronáutica, que é a de manter a soberania do espaço aéreo e integrar o território nacional, com vistas à defesa da Pátria.

5 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.

O Centro de Comunicação Social da Aeronáutica (CECOMSAER) é a Organização da Força Aérea Brasileira que tem a missão de assessorar o Comandante da Aeronáutica nos assuntos relacionados à Política de Comunicação Social, regulando, estimulando e orientando ações que favoreçam a projeção e a preservação da imagem institucional.

O CECOMSAER dispõe de uma estrutura completa de comunicação, trabalhando de forma integrada as atividades de Jornalismo (Assessoria de Imprensa e Produção e Divulgação), Relações Públicas e Publicidade e Propaganda.

Em todos os canais de acesso do cidadão, é possível verificar a percepção da sociedade sobre os serviços prestados pela Força Aérea Brasileira (FAB), em especial devido ao recurso de interação comentada, em via de mão dupla, nas mídias sociais. Há de se ressaltar, no caso do Facebook, a opção de avaliação da página.

5.1 Canais de acesso do cidadão

De acordo com a Política de Comunicação Social da Aeronáutica (DCA 142-1, de 2011), um dos objetivos do CECOMSAER é "garantir a credibilidade e a transparência nos atos promovidos pela Instituição, salvaguardados os assuntos de Segurança Nacional". Para tanto, dispõe de inúmeros canais de acesso do cidadão, a saber:

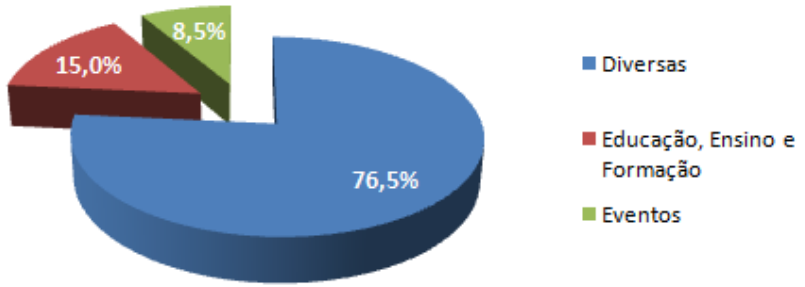
5.1.1 Portal FAB

A página oficial da Força Aérea Brasileira na internet - www.fab.mil.br -, denominada Portal FAB, é o local onde estão reunidas informações sobre a Instituição. Por ser uma central de conteúdos, a página dispõe de uma pluralidade de arquivos multimídia, publicações, notícias, notas oficiais, dados institucionais e de formas de ingresso e muito mais, tudo isso para facilitar o acesso à informação, conforme consta da Lei de Acesso à Informação.

Durante o ano de 2017, o Portal FAB, que é administrado pela Subdivisão de Produção e Divulgação, recebeu 6.075.839 de visualizações. O WWW.FAB.MIL.BR é o principal canal de comunicação na internet. Podemos verificar pelos dados que quase 56,99% dos acessos são via desktop e 41,15% via dispositivos móveis.

Destaque de acessos para publicações relacionadas a exames de admissão e convocações, sendo elas: abertura de processo seletivo para o CIAAR, em 06/02; inscrições para seleção de voluntários à prestação do Serviço Militar Temporário para Oficiais e Sargentos em, 17/07; e sobre as inscrições para o processo de Convocação para a seleção de profissionais de Nível Superior, em 24/11.

Figura 5.1.1.1 – Publicação de matérias por categoria



Fonte: CECOMSAER

5.1.2 Serviço de Informações ao Cidadão da Força Aérea Brasileira (SIC-FAB)

A Lei de Acesso à Informação (LAI), Lei nº 12.527, sancionada em 18 de novembro de 2011, entrou em vigor no dia 16 de maio de 2012 e regulamentou o direito constitucional de acesso à informação. Nesse contexto, toda pessoa física ou jurídica pode requerer as informações desejadas, eletronicamente, pelo site www.acessoainformacao.gov.br, ou, ainda, pessoalmente, no posto do Serviço de Informação ao Cidadão da Força (SIC-FAB), conforme dados a seguir:

Endereço:

Comando da Aeronáutica

Esplanada dos Ministérios, Bloco M, Térreo - Brasília (DF). CEP: 70.045-900

Horário de Funcionamento:

De segunda a sexta-feira, das 9h às 12h e das 13h30min às 17h

Contatos:

Telefone: +55 (61) 3966-9130 ou (61) 3966-9665

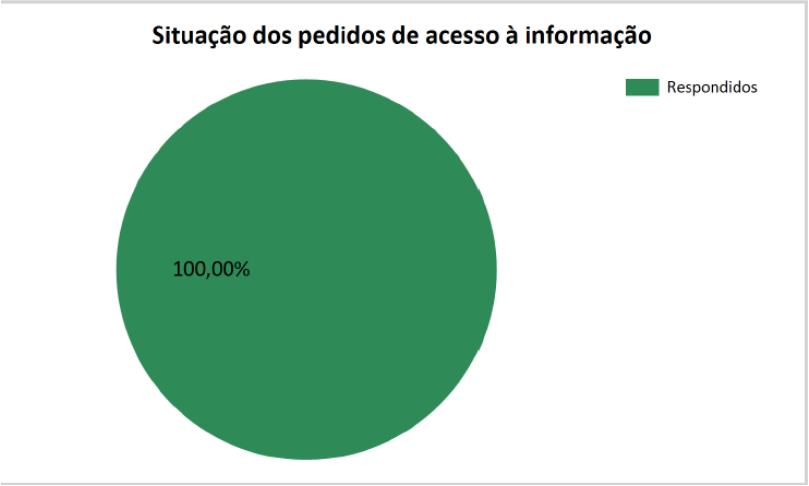
E-mail: sicfab@fab.mil.br

Alternativamente, os formulários de pedido de acesso à informação se encontram disponíveis por intermédio do endereço www.fab.mil.br/acessoainformacao.

Todo conteúdo de atendimento do SIC-FAB é de domínio público e pode ser acessado em http://www.acessoainformacao.gov.br, aba "Relatórios e Dados". Alguns dados do ano de 2017 devem ser ressaltados:

- Foram realizados 624 pedidos de acesso à informação - média mensal é de 52 pedidos;
- 100% dos pedidos foram respondidos;
- Aconteceram 256 recursos e todos foram respondidos;
- Dentre os recursos, 22,58% foram deferidos, 67,74% indeferidos, 3,23% não conhecimento (não foram conhecidos como recurso) e 6,45% parcialmente deferidos;
- Principais pedidos: total foram 1218 perguntas, atendendo a um total 345 solicitantes. Os temas que mais versaram foram: pessoa, família e sociedade, com 35,77% dos pedidos; 16,48% versaram sobre transporte aéreo; 11,05% sobre defesa e segurança; 5,06% sobre economia e finanças; 4,12% sobre comércio e serviços; 3% sobre educação profissional e tecnologia; 3% sobre trabalho; 2,81 sobre defesa e segurança; 2,62% sobre ciência e tecnologia; e, finalmente, 2,62% sobre justiça e legislação;
- O tempo médio de atendimento de cada pedido foi de 23,99 dias;
- Durante todo o ano de 2017, foi registrada apenas uma reclamação contra a FAB por meio deste canal;
- 74 pedidos tiveram acesso negado: 25 solicitavam acesso a informações que continham dados pessoais; 24 pedidos eram desproporcionais ou desarrazoáveis; 20 eram informações classificadas; 3 havia processo decisório em curso; e 2 que exigiam trabalho adicional para consolidação dos dados;
- 72,54% dos solicitantes eram do gênero masculino, 20,30% eram do gênero feminino e 7,16% não informado.
- 40% dos solicitantes possuíam ensino superior; 20,60%, pós-graduação; 16,72%, ensino médio; 10,45%, mestrado ou doutorado; 2,99%, ensino fundamental; e 9,26% não informou.

Figura 5.1.2.1 – Situação dos pedidos de acesso à informação



Fonte: http://www.acessoainformacao.gov.br

Figura 5.1.2.2 – Características do acesso à informação

Características dos pedidos de acesso à informação			
Total de perguntas:	1218	Total de solicitantes:	345
Perguntas por pedido:	2,28	Maior número de pedidos feitos por um solicitante:	27
		Solicitantes com um único pedido:	266

Fonte: http://www.acessoainformacao.gov.br

Figura 5.1.2.3 – Perfil dos solicitantes pessoa física

Perfil dos solicitantes pessoa física

Gênero	
M	72,54%
F	20,30%
Não Informado	7,16%

Escolaridade	
Ensino Superior	40,00%
Pós-graduação	20,60%
Ensino Médio	16,72%
Mestrado/Doutorado	10,45%
Não Informado	8,96%
Ensino Fundamental	2,99%
Sem instrução formal	0,30%

Fonte: http://www.acessoainformacao.gov.br

5.1.3 e-OUV

O e-OUV é um canal integrado para encaminhamento de manifestações (denúncias, reclamações, solicitações, sugestões e elogios) a órgãos e entidades do Poder Executivo Federal. Está disponível na Internet, no endereço http://sistema.ouvidorias.gov.br/, com funcionamento 24 horas.

Durante o ano de 2017, foram contabilizados 123 pedidos e todas as solicitações foram respondidas.

5.1.4 Fale Conosco

O e-mail faleconosco@fab.mil.br é o canal por meio do qual a Força Aérea Brasileira recebe todos os tipos de solicitações, sugestões, elogios e reclamações. Nesse canal, o relacionamento com os cidadãos acontece por e-mail e de imediato. As demandas são avaliadas e encaminhadas para os setores e órgãos mais indicados.

Em 2017 foram respondidos aproximadamente 13.505 e-mails, com prazo para atendimento de até cinco dias úteis.

As solicitações mais frequentes compõem o Frequently Asked Questions (FAQ), vide www.fab.mil.br, aba "contato", onde são antecipados esclarecimentos sobre os seguintes assuntos: Ingresso e Alistamento, Exames de admissão, Viajar em Aeronaves da FAB, Esquadrilha da Fumaça, Pessoal Militar, Esquadrão Aeroterrestre de Salvamento (Para-Sar), Denúncias, Doações, Sugestões, Objetos Voadores Não Identificados (OVNI), entre outras.

Além disso, o cidadão também conta com atendimento telefônico, através do número (61) 3966-9124 e presencial. Foram registrados, em 2017, aproximadamente, 3.600 atendimentos telefônicos e 180 atendimentos presenciais.

5.1.5 Mídias Sociais

A Força Aérea Brasileira possui contas oficiais nas seguintes mídias sociais: Facebook, Twitter, Instagram, Youtube, Flickr e Blog. Por intermédio dessas redes de relacionamento, o CECOMSAER contribui para a projeção e proteção da imagem da FAB. Tal trabalho é realizado por meio de postagens e interações feitas para que a instituição se relacione com a sociedade de forma democrática e próxima, respeitando-se os limites da plataforma e as características do público de cada mídia. Todas essas ferramentas são utilizadas de forma integrada, viabilizando um discurso único da instituição.

O conteúdo disponibilizado tem como fonte três canais principais: a agência de notícias da Força Aérea Brasileira; o clube de mídias no Whatsapp, que conta com a participação da maioria dos elos de comunicação social das mais diversas organizações militares da aeronáutica; e a assessoria de imprensa da FAB. Esses três pilares, somados ao calendário de datas comemorativas nacionais e institucionais, norteiam as publicações de todas nossas mídias sociais. Por fim, os assuntos externos que estão repercutindo em veículos nacionais e/ou internacionais também podem vir a ser fonte de conteúdo criativo para aproveitamento da FAB, dependendo da sua possibilidade de inserção no contexto das atividades executadas pela instituição.

No ano de 2017, após ter ultrapassado 1 milhão de fãs, a página da FAB no Facebook (https://www.facebook.com/aeronauticaoficial/) cresceu a uma taxa moderada de 5% ao ano, consistente com a média histórica dos últimos 3 anos, tendo como exceção somente o ano de 2016, quando a taxa atingiu 30%. A volta da taxa de crescimento para o patamar histórico, após o pico de 2016, pode ter como motivo o fato de que, após a página ter ultrapassado 1 milhão de fãs, ela passa a ser submetida a uma mudança de algoritmo, que reduz a frequência de postagens disponibilizadas ao usuário/fã. Além disso, na busca de consolidar os fãs já conquistados, a linha editorial das postagens foi baseada, majoritariamente, em replicar matérias veiculadas no site da FAB, em detrimento à realização de campanhas de relacionamento, conforme ocorriam em anos anteriores. Os assuntos mais relevantes foram: Portões Abertos DCTA, com 138 mil de alcance; Exposição Temática FAB, com 58 mil de alcance; Desfile 7 de setembro, com 12 mil de alcance; e Musal Airshow, com 257 mil de alcance.

O Instagram (https://www.instagram.com/fab_oficial) contou com um acréscimo de 37% de seguidores, taxa inferior ao ano de 2016, em virtude da redução na produção de conteúdo de fotos e vídeos (Fornecedor principal foi o Clube de Mídias) assim como no Facebook. Essa mídia exige alto grau de plasticidade e boas imagens em seus posts para atrair novos seguidores e manter os atuais. Ainda assim, a taxa de crescimento é considerada satisfatória para os padrões da plataforma.

O Twitter (https://twitter.com/portalfab) foi a mídia social da FAB que apresentou a maior taxa de crescimento. Um dos motivos foi a cobertura on time, característica intrínseca da plataforma, de diversas missões em que a FAB participou, inclusive no exterior (vide tweet destaque). A grande produção de conteúdo – tweets – aliada ao network com agentes do Twitter no Brasil, incluindo visitas ao CECOMSAER, também ajudaram nesse incremento. Exemplo: criação de moments, como Operação Ostium, Campanha "100 mil fazendo bem", risco baloeiro etc.

O Força Aérea Blog (http://www.forcaaereablog.aer.mil.br/index.php) passou por uma atualização no ano de 2017, com um crescimento na faixa de 4.624 visualizações na página, número muito inferior ao de 2016, que gerou 19.576 visualizações. A queda deve-se aos problemas na hospedagem da plataforma, o que manteve o blog fora do ar desde junho de 2017.

No ano de 2017, o Canal Portal FAB, no Youtube (https://www.youtube.com/user/portalfab), teve o maior número de novos inscritos, somando 28.654 adesões. Foi também o período em que o Canal ultrapassou os 100.000 seguidores, fato ocorrido no dia 28 de dezembro. O vídeo mais visualizado foi "FAB inicia uma das maiores operações de combate a voos irregulares", sobre a Operação Ostium, publicado em 24 de março, com 131.800 visualizações, com duração de 3min45s. Constitui-se como ferramenta primordial usada na divulgação da FABTV, que foi reformulada em 2017.

O Flickr (https://www.flickr.com/photos/portalfab) é utilizado como ferramenta que permite reproduzir a Força Aérea Brasileira artisticamente por meio de imagens. Os principais temas explorados são aeronaves, prestação de serviços e o cotidiano do efetivo. Nesse sentido, as imagens postadas são diversificadas ao máximo, com o intuito de mostrar a variedade de ações e profissões existentes na FAB, mantendo a periodicidade de subir ao menos duas fotos por dia. Entre as dez primeiras fotos mais visualizadas, 9 são somente de aeronaves e apenas uma retrata um piloto com o mecânico caminhando em direção ao avião. O Flickr teve média anual de 2.055.182 de visualizações em 2017.

5.1.6 Aplicativo da FAB para smartphones

A FAB lançou, em outubro de 2015, o seu aplicativo para smartphones; em termos de novos usuários do aplicativo da FAB, o IOS teve um aumento de 66% nas instalações, quando comparado ao ano anterior, atingindo 3.746 novos membros, enquanto 4.280 novos usuários, em 2017, utilizaram o sistema Android.

Os conteúdos disponíveis no aplicativo são os mesmos do Portal FAB (vide www.fab.mil.br, aba "Central de Conteúdo"):

- Notícias (as mais recentes da Agência Força Aérea);
- Ingresso (contato de todas as Organizações Militares que podem ter edital publicado);
- Notimp (Noticiário de Imprensa confeccionado pela Assessoria de Imprensa da FAB);
- Redes Sociais (acesso a todas as mídias sociais oficiais da FAB, vide capítulo anterior);
- Aeronaves (imagem e especificação de todas as aeronaves em uso pela FAB);
- Unidades da FAB (contato de todas as Organizações Militares da FAB);
- Fotos (seleção de imagens que pode ser acessada mesmo estando offline, além de permitir compartilhamento direto nas mídias sociais);
- Vídeos (os mais recentes da FAB TV);
- Rádio Força Aérea FM (ao vivo e com informações sobre os artistas e as últimas músicas tocadas);
- Revista Aerovisão (os números mais recentes publicados da Revista da Força Aérea Brasileira);
- Notaer (os números mais recentes publicados do Jornal da Força Aérea Brasileira); e
- Contracheque (exclusivo do público interno da instituição, para acesso ao contracheque do mês e anteriores).

5.2 Carta de serviços ao Cidadão

Instituída por meio do Decreto nº 6.932/2009, a Carta de Serviços ao Cidadão simboliza o compromisso firmado pelas Organizações Militares da Aeronáutica na prestação de um atendimento de qualidade, contribuindo para a simplificação na forma de acesso a esses serviços. O documento está disponível no Portal FAB - http://www.fab.mil.br/cartaServicoCidadao.

5.3 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

No portal da FAB, no menu "Acesso à informação", é possível ter acesso a dados de transparência ativa, todo o conteúdo institucional da FAB e visualizar a Estrutura Programática do Comando da Aeronáutica:

- Agenda do Comandante;
- Ações e programas;
- Auditorias;
- Convênios;
- Licitações e contratos;
- Despesas;
- Lei de Acesso à Informação;
- Serviço de Informações ao Cidadão – SIC;
- Servidores;

- Informações classificadas;
- Registro de Voos; e
- Relatórios Estatísticos.

O Relatório de Gestão do COMAER também está disponível no Portal FAB - http://www.fab.mil.br/rel_gestao_comaer.

Da opção “Ações e Programas” (estrutura programática), em especial, constam informações dos diversos programas realizados, tais como:

- Previdência de Inativos e Pensionistas da União;
- Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais, Financiamentos com Retorno, Serviço da Dívida Interna e Externa (Juros e Amortizações);
- Desenvolvimento Produtivo;
- Política Espacial;
- Política Nacional de Defesa (PND); e
- Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa.

O documento está disponível no Portal FAB - http://www.fab.mil.br/rel_gestao_comaer.

6 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

6.1 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

INFORMAÇÕES SOBRE AS ADOÇÕES DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS	
ESTADO MAIOR DA AERONÁUTICA	**Código do Órgão**
	52111 e 52911

Declaro que a Unidade Prestadora de Contas, em cumprimento às orientações normativas elaboradas pela Unidade Gestora (UG) Setorial de Contabilidade do Comando da Aeronáutica, adotou procedimentos e práticas aplicáveis aos registros e às demonstrações contábeis consoantes as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, em especial, as NBC T 16.9 e 16.10.

Em relação à avaliação e mensuração de Ativos e Passivos, e à depreciação dos itens do Ativo Permanente, a Unidade Prestadora de Contas adotou os critérios estabelecidos pelas NBC T 16.10 e 16.9, respectivamente, da seguinte forma:

a) a vida útil econômica dos itens do Ativo Permanente, especificamente dos bens móveis, foi estabelecida com base na tabela constante da Macrofunção 02.03.30 – Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, suas Autarquias e Fundações, do Manual SIAFI, para cada grupo contábil da conta de Bens Móveis – 1.2.3.1.0.00.00;

b) a depreciação foi realizada pelo método linear ou das cotas constantes, com as taxas de depreciação calculadas a partir do tempo de vida útil e da taxa de valor residual de cada grupo de bens móveis, de conformidade com a tabela constante da Macrofunção 02.03.30 – Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, suas Autarquias e Fundações, do Manual SIAFI;

c) a vida útil econômica, os critérios de avaliação, a mensuração e a depreciação dos bens imóveis obedecem às normas do Sistema de Patrimônio da União, com dados registrados, no SIAFI, a partir do SPIUNet. Em 2017, a depreciação de bens imóveis foi processada pela STN, com base nos registros do SPIUNet;

d) a avaliação e a mensuração dos itens do Ativo e do Passivo obedeceram aos seguintes critérios:

- Disponibilidades, Créditos, Obrigações e Diferido – valor original, com a conversão dos valores em moeda estrangeira à taxa de câmbio vigente na data do Balanço, conforme estabelecido pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) no SIAFI;

- Estoques – valor de aquisição/produção/construção ou valor realizável líquido, dos dois o menor. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado.

- Imobilizado - valor de aquisição/produção/construção, com previsão do reconhecimento dos efeitos da depreciação; a utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10, especialmente nos casos de reavaliação dos itens do Ativo Permanente e do registro da depreciação, apresentou reflexos no resultado patrimonial do exercício e no Patrimônio Líquido.

- Intangível: Encontra-se em fase de estudo (Projeto de Melhoria nº 02, da Subdiretoria de Contabilidade da Diretoria de Economia e Finanças da Aeronáutica) a implantação da política contábil de amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável de intangíveis de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres do Comando da Aeronáutica, visando a cumprir o prazo de 1º de janeiro de 2019, estabelecido no Anexo à Portaria STN nº 548, de 24 de setembro de 2015.

Local	**Brasília**	**Data**	**22/02/2018**
Contador Responsável	**Thiago Filardi Ferreira – 1º TEN QOAP CCO**	**CRC nº**	RJ 119627/O-6

6.2 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

Identificação da estrutura orgânica da unidade responsável pelo gerenciamento de custos

A Secretaria de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica (SEFA) – antiga Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica, cuja denominação foi modificada pelo Decreto nº 8.909/16, de 22 de novembro de 2016, que alterou a estrutura regimental do Comando da Aeronáutica – é o Órgão Setorial de Custos do Governo Federal, no âmbito do Comando da Aeronáutica, instituído pela Portaria SEFA/SUCONT nº 100, de 22 de dezembro de 2011, sendo responsável pelo acompanhamento de custos no âmbito desta UPC, conforme prevê a Portaria STN nº 157, de 09 de março de 2011.

Identificação das subunidades administrativas da UPC das quais os custos são apurados

Todas as Unidades Gestoras da UPC são classificadas como objeto de custo, totalizando mais de 400 Organizações. Todas as Unidades Gestoras podem ser agregadas em um nível superior, correspondente aos Órgãos de Direção Geral, Setorial e de Assistência Direta e Imediata ao Comandante da Aeronáutica[3].

Descrição sucinta do sistema informatizado de apuração dos custos

O sistema utilizado pelo COMAER é o Sistema de Informações de Custos do Governo Federal, que realiza extração de dados dos sistemas estruturantes da Administração Pública Federal, tais como SIAPE, SIAFI e SIOP.

Práticas de tratamento e alocação utilizadas no âmbito das subunidades ou unidades administrativas para geração de informações de custos

A UPC utiliza o método de atribuição de custos a atividades com base na alocação direta. A alocação direta se faz quando há uma identificação direta e objetiva dos itens de custo com as atividades. O custo de uma atividade compreende todos os sacrifícios de recursos para desempenhá-la, tais como salários brutos, materiais, depreciação, etc[4].

A UPC utiliza códigos de centro de custos para representar as macroatividades realizadas, tais como Operações Aéreas, Suprimento e Manutenção de Aeronaves, Segurança e Proteção do Tráfego Aéreo e outras.

Além dos centros de custos, a distribuição se dá pelos códigos SIAFI das UG beneficiadas no âmbito do COMAER. O conceito de UG Beneficiada corresponde à UG Executora, Credora ou de Controle que consome materiais ou serviços para a produção de outros bens ou serviços.

A conjugação de macroatividades e de códigos de UG permite a extração de custos referentes aos processos gerenciais, finalísticos e de apoio executados pela UPC. Entretanto, cabe destacar que a UPC ainda não trabalha com direcionadores de custos entre as atividades, a fim de alocar os processos gerenciais e os de apoio às atividades finalísticas do Órgão.

Impactos observados na atuação da UPC, bem como no processo de tomada de decisões, que podem ser atribuídos à instituição do gerenciamento de custos

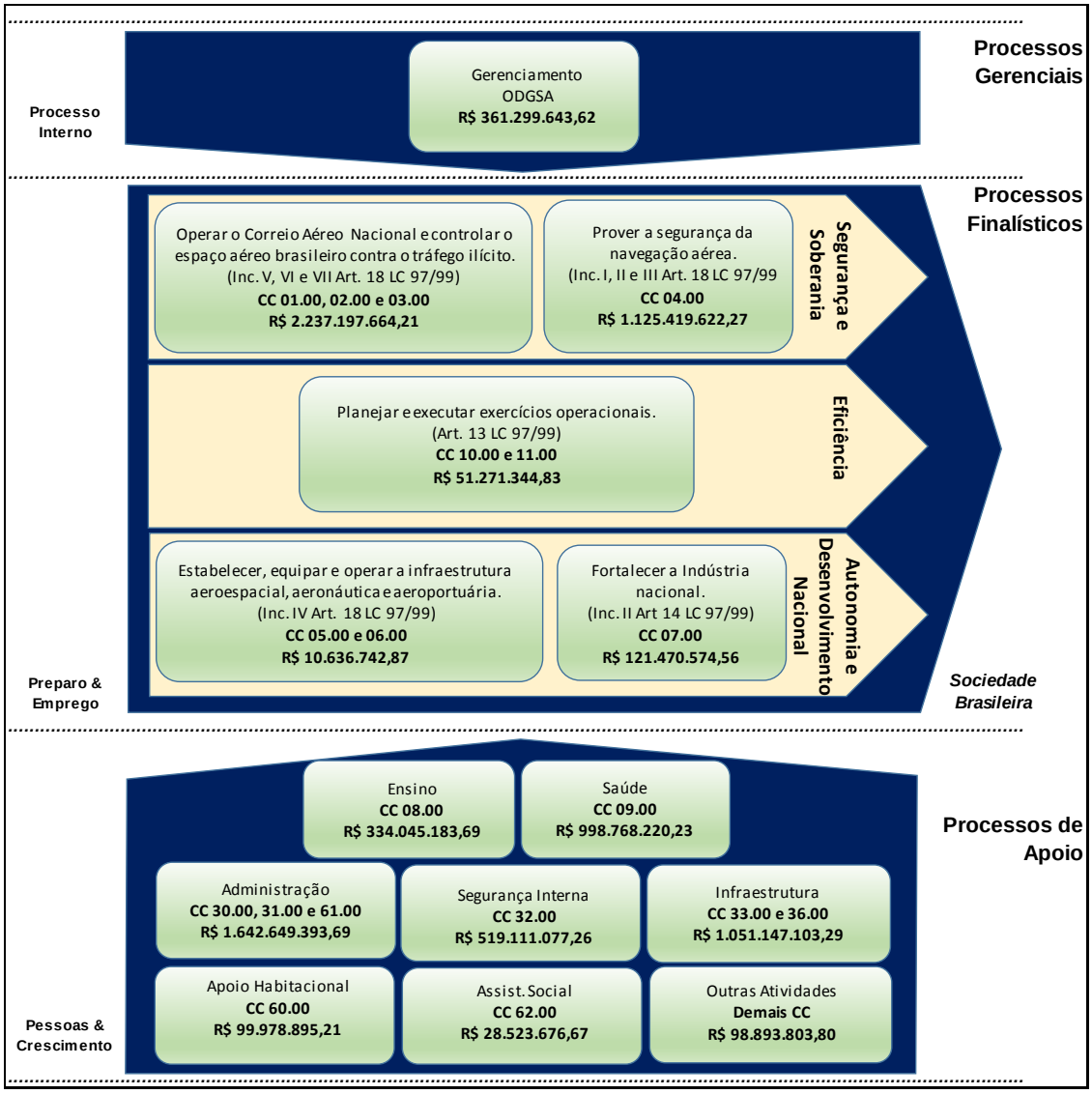
O gerenciamento de informações contábeis permitiu à UPC estabelecer alguns indicadores capazes de mensurar os custos decorrentes do cumprimento de sua missão constitucional.

A seguinte cadeia de valor foi idealizada para evidenciar a correspondência entre a missão constitucional do COMAER, seus objetivos estratégicos, a execução de suas macroatividades e os custos envolvidos:

[3] Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009.

[4] Fonte: Contabilidade de Custos. Martins, Eliseu - 10ª ed. - São Paulo: Atlas, 2010.

Figura 6.2.1 - Cadeia de Valor: Processos e Custos do COMAER - 2017.

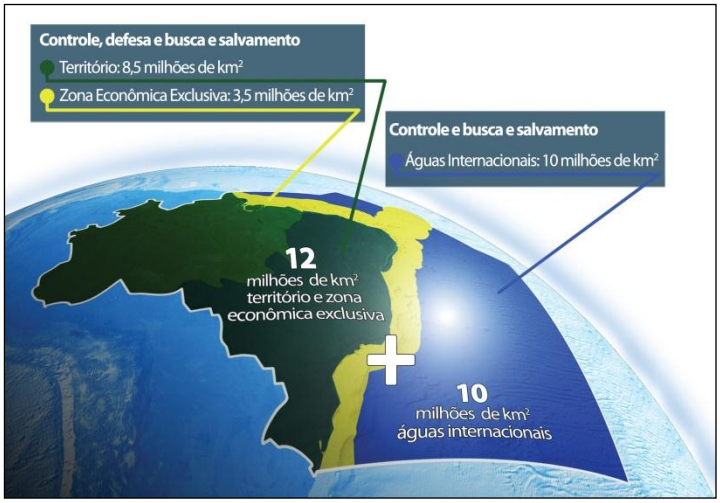


Fonte: Elaborado pela Divisão de Contabilidade Gerencial, a partir de dados extraídos do Sistema de Informações de Custos, módulo integrante do Sistema Tesouro Gerencial.

De forma diferente do setor privado, a maioria dos órgãos públicos não possui produto único e facilmente mensurável. Entretanto, podemos assumir que o pleno cumprimento da destinação legal de qualquer órgão público seja o produto esperado por todos os brasileiros.

Interessante, então, destacar que o produto do COMAER pode ser representado pela manutenção da soberania do espaço aéreo brasileiro, que alcança a expressiva área de 22 milhões de Km^2, e integração de todo o território nacional.

Figura 6.2.2 - Dimensão 22: Quem Controla e Defende, Protege.



Fonte: CECOMSAER.

Destarte, resta à Contabilidade evidenciar o custo unitário do serviço prestado pelo COMAER à sociedade brasileira **em um país de proporções continentais**. A Tabela 6.2.1 evidencia, ao longo dos últimos exercícios, o custo unitário representado pela divisão entre os valores financeiros e o produto gerado pela UPC.

Tabela 6.2.1 - Custo Unitário do Produto COMAER.

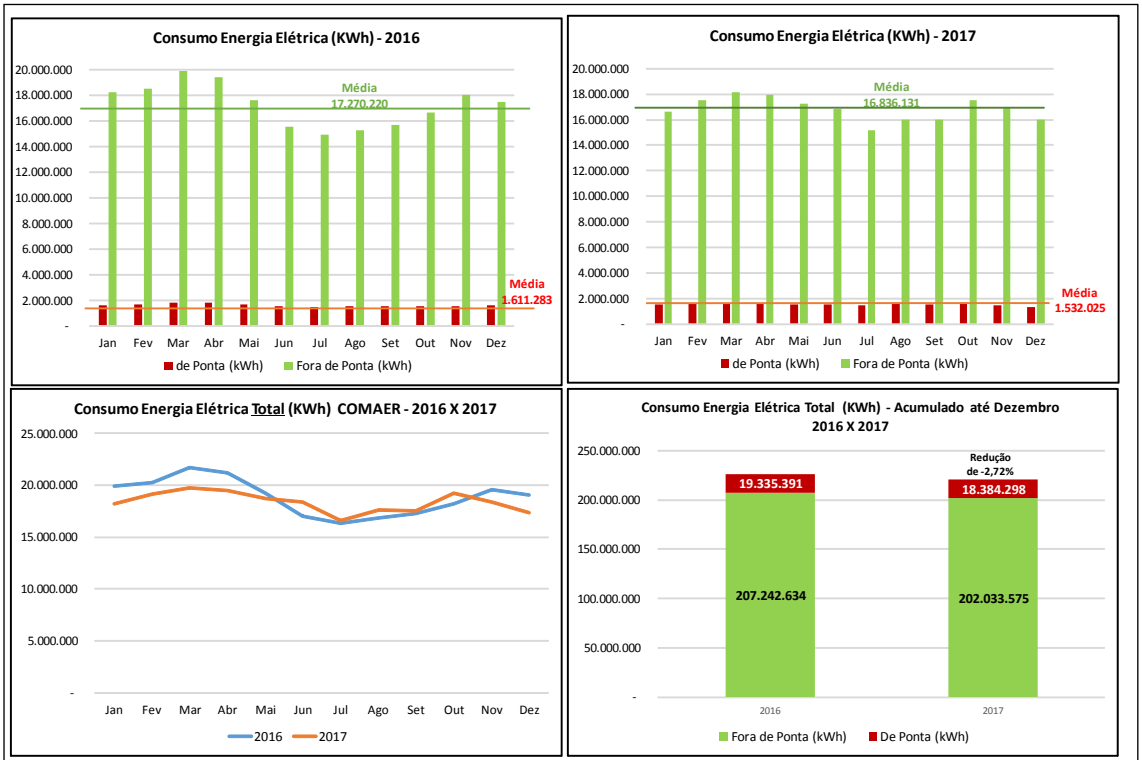
Ano	Custo Total	Produto	Custo Unitário
2013	**R$ 7.899.915.030,61**	**Soberania dos 22 milhões de km² do espaço aéreo e integração do território nacional**	**R$ 359,08 por km² ao ano**
2014	**R$ 8.642.625.848,92**	**Soberania dos 22 milhões de km² do espaço aéreo e integração do território nacional**	**R$ 392,84 por km² ao ano**
2015	**R$ 7.883.632.573,15**	**Soberania dos 22 milhões de km² do espaço aéreo e integração do território nacional**	**R$ 358,35 por km² ao ano**
2016	**R$ 7.614.553.084,03**	**Soberania dos 22 milhões de km² do espaço aéreo e integração do território nacional**	**R$ 346,12 por km² ao ano**
2017	**R$ 8.680.412.946,20**	**Soberania dos 22 milhões de km² do espaço aéreo e integração do território nacional**	**R$ 394,56 por km² ao ano**

Fonte: Elaborada pela Divisão de Contabilidade Gerencial, a partir de dados extraídos do Sistema de Informações de Custos, módulo integrante do Sistema Tesouro Gerencial

A variação de custos de 2016 para 2017 deve-se, principalmente, a reflexos da inflação nos preços dos insumos adquiridos no mercado, a reajustes salariais e a execução orçamentária levemente superior ao exercício de 2016.

As informações de custos são utilizadas, também, como meio para mensurar e controlar o atingimento de metas estabelecidas para economia de recursos e racionalização de atividades. Como exemplo, segue gráfico que evidencia redução no consumo de energia elétrica, no âmbito do COMAER, em 2017, em decorrência da adoção de medidas pautadas nas boas práticas das UG em que se verificou maiores reduções de custos na utilização de tal serviço público.

Gráfico 6.2.1 – Acompanhamento do consumo de Energia Elétrica (KWh) no COMAER – 2017 x 2016.



OBS: Dados extraídos do SISPES em 30 de Janeiro de 2018.

Horário de Ponta - P

Período definido pela distribuidora e aprovado pela ANEEL para toda sua área de concessão, considerando a curva de carga de seu sistema elétrico e composto por 3 (três) horas diárias consecutivas, exceção feita aos sábados, domingos, terça-feira de carnaval, sexta-feira da paixão, Corpus Christi e feriados definidos por lei federal.

Horário Fora de Ponta - F

Período composto pelo conjunto das horas diárias consecutivas e complementares àquelas definidas no horário de ponta.

Fonte: Elaborado pela Divisão de Contabilidade Gerencial, a partir de dados extraídos do Sistema Esplanada Sustentável (SIsPES) em 30 de janeiro de 2018.

Como pode ser observado no Gráfico 1, o estreito acompanhamento dos custos das UG, aliado à promoção de medidas com fulcro na racionalização do consumo, possibilitou, no âmbito do COMAER, redução de 2,72% no consumo de energia elétrica em 2017, quando comparado ao montante consumido em 2016.

Relatórios disponibilizados pela UPC para análise de custos e tomada de decisão

Com objetivo de fornecer subsídios ao gerenciamento, esta UPC compilou e divulgou diversos dados de custos a todas as Unidades Gestoras, disponibilizando, no Sistema Tesouro Gerencial, os seguintes relatórios com seus respectivos propósitos:

- Custos por Atividades: evidenciar os custos das atividades exercidas pelas Unidades.

- Custos das Unidades Administrativas: evidenciar os custos totais das Unidades.

- Custos das Ações Orçamentárias: demonstrar o custo existente na execução das Ações Orçamentárias, envolvendo apenas recursos orçamentários do Exercício corrente.

- Custos Orçamentários por Natureza da Despesa: evidenciar, em ordem decrescente, os maiores custos decorrentes da execução orçamentária, distribuídos pelas Unidades e pelas naturezas de despesas detalhadas.

- Custos de Manutenção e Conservação de Imóveis: apresentar os valores de despesas correntes utilizados na manutenção e na conservação de bens imóveis por parte das Unidades.

- Investimentos X Depreciação: evidenciar, por Unidades, a relação entre valores investidos em bens móveis permanentes (BMP) e os desgastes registrados para os mesmos, em função das atividades realizadas.

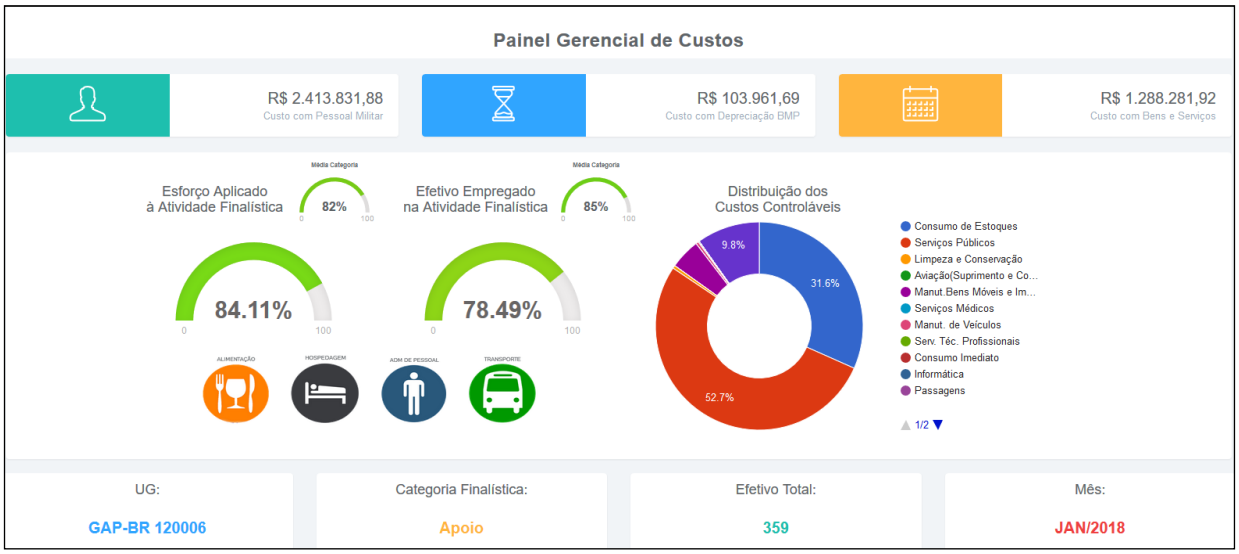
- Custos de Serviços Públicos: evidenciar os valores de pagamentos afetos ao consumo de serviços públicos pelas Unidades (energia elétrica, telecomunicações e água e saneamento).

- Custos de Diárias: evidenciar os valores de pagamentos afetos ao consumo de diárias militares e civis pelas Unidades no cumprimento de suas missões.

- Demonstrativo Gerencial de Custos (DGC): evidenciar os recursos consumidos por todas as UG Executoras ou Credoras desta UPC, inclusive os custos de pessoal militar ativo, distribuídos por grupos que permitam ao gestor reconhecer em quais áreas estão concentrados os esforços da Organização. Tal demonstrativo é um documento gerado sem custos, a partir de relatórios elaborados no Sistema Tesouro Gerencial.

Em complemento ao DGC, no ano de 2017, foi disponibilizado o Painel Gerencial de Custos, com objetivo de apresentar, em uma interface gráfica e mais intuitiva, os dados de custos de cada UG do COMAER. A título de exemplo, a Figura 3 apresenta um exemplo de Painel disponível à determinada Unidade Gestora do COMAER:

Figura 6.2.3 - Painel Gerencial de Custos do COMAER - 2017



Fonte: Painel Gerencial de Custos elaborado pela Divisão de Contabilidade Gerencial da DIREF, a partir de dados extraídos do Sistema de Informações de Custos (SIC), em 21Fev2018.

A análise do Painel Gerencial de Custos, apresentado na Figura 6.2.3, possibilita à UG, assim como ao Órgão, verificar se os esforços de sua gestão estão sendo direcionados para as atividades relacionadas com a sua missão, permitindo eventual e tempestivo realinhamento de objetivos organizacionais.

6.3 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

As Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e as respectivas notas explicativas encontram-se no Anexo II, conforme o item 8.3 das orientações para elaboração do conteúdo do tópico "Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas" emanadas pelo Tribunal de Contas da União no e-Contas.

7 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

7.1. Tratamento de determinações e recomendações do TCU

As deliberações feitas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), em acórdãos dirigidos às Organizações do Comando da Aeronáutica (COMAER), são remetidas aos dirigentes máximos das Unidades, por intermédio do Centro de Controle Interno da Aeronáutica (CENCIAR), sendo esses os responsáveis pelo atendimento das deliberações exaradas nas referidas decisões da Corte de Contas.

As Organizações do COMAER dispõem de uma Assessoria de Controle Interno, apoiada pela Assessoria Jurídica, em suas estruturas regimentais, para o controle e o acompanhamento relativo ao atendimento dos acórdãos do TCU qualificados com determinações e recomendações.

Destarte, por ocasião da elaboração do Relatório de Gestão, os dirigentes máximos das Organizações devem informar à Unidade Prestadora de Contas (EMAER), por intermédio dos Órgãos de Direção Setorial (ODS) ou de Assistência Direta e Imediata ao Comandante da Aeronáutica (ODSA), aos quais se encontrem subordinados, as providências atinentes aos acórdãos do Tribunal em apreço.

No exercício de 2017, o TCU exarou 38 acórdãos dirigidos às Organizações do COMAER, sendo dezenove específicos de atos de pessoal (admissão, concessão de reforma, aposentadoria e pensão), seis sobre Tomada de Contas Especial (TCE), um acerca de monitoramento de acórdãos e doze afetos a representações sobre possíveis irregularidades em processos licitatórios, administração da Unidade e omissão na guarda do patrimônio público.

O quadro a seguir apresenta o resumo dos quantitativos de determinações e recomendações deliberados nos acórdãos referentes ao exercício de 2017:

Quadro 7.1.1 - Comparativo de determinações e recomendações

Classificação	Acórdãos 2017	Atendidos	Em andamento	Suspenso
Determinações	17	12	04	01
Recomendações	Não houve			

Fonte: CR2.1 e CR3 do CENCIAR.

Ressalta-se que o Acórdão nº 5303/2017-TCU-2ª Câmara, foi conhecido pelo Relator, Excelentíssimo Senhor Ministro João Augusto Ribeiro Nardes, com efeito suspensivo em relação ao item 1.7.1 do Acórdão recorrido, nos termos do Art. 48 da Lei nº 8.443, de 1992, c/c os artigos 285 e 286, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU. Sendo assim, das quatro determinações que encontram-se em andamento, uma aguarda pronunciamento daquela Corte de Contas após reexame, duas encontram-se no prazo de atendimento e a última está em análise na unidade demandada.

Quanto ao Acórdão nº 2376/2012 - TCU - Plenário, TC-014.721/2010-4, que determinou ao Centro Logístico da Aeronáutica (CELOG) para mencionar nas prestações de contas anuais, Relatório de Gestão, em item específico, se as substituições dos contratados da FUNCATE por militares, vem ocorrendo de acordo com a execução do Plano /1DDIR/CELOG/2011 e conforme o cronograma originalmente previsto, consoante o Acórdão nº 1492/2011 - TCU - Plenário, foi relatado pelo CELOG que:

"Em cumprimento ao Acórdão 1492/2011 (Plenário): em face à ampla reestruturação pela qual a FAB está passando (na qual alguns Parques de Material foram extintos e os remanescentes foram reorganizados, contribuindo para redução na demanda por itens aeronáuticos nacionalizados) o CELOG, em cumprimento às orientações do COMGAP, suspendeu a execução dos serviços do Contrato 005/CELOG/2015, junto à FUNCATE, a contar de 28/04/2017 e, após a aprovação pelo CJU_SP por meio do Parecer nº 00650/2017/CJU/AGU, de 10/07/2017, assinou a Rescisão Contratual em 20/10/2017, conforme extrato publicado no D.O.U. nº 203, de 203, de 23/10/2017. Seção 3, página 14.

Com a suspensão dos serviços e a assinatura da rescisão do Contrato 005/CELOG/2015, todas as atividades deste Centro relacionadas ao processo de nacionalização estão sendo executadas, a contar de 29/04/2017, tão somente por militares do quadro efetivo de pessoal da Aeronáutica, cumprindo integralmente o Acórdão 1492/2011-TCU (Plenário).”

7.2. Tratamento de recomendações do órgão de controle interno

O Plano Anual de Auditoria Interna Governamental para 2017 – PCA 174-1 foi aprovado pela Portaria nº 96/CENCIAR-4, de 15 de dezembro de 2016, nele foi registrado o planejamento das missões de auditoria a serem executadas durante o exercício de 2017. A fim de cumprir o Plano proposto foram realizadas vinte e quatro missões de auditoria, pelo Centro de Controle Interno da Aeronáutica (CENCIAR), sendo vinte de Auditoria de Avaliação da Gestão, duas de Auditoria de Contas e duas Auditorias Especiais.

Afora as missões propostas, foram executadas cinco missões de fiscalização para acompanhamento das obras do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) e do Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica (CIAAR).

O CENCIAR utiliza o Sistema de Auditoria e de Fiscalização (AUDIFISC), para controlar o registro de todas as missões de auditoria, compreendendo as fases de planejamento, execução e monitoramento.

O acompanhamento das recomendações é feito individualmente, por cada Organização auditada, por intermédio desse Sistema. As providências corretivas adotadas pelas OM são registradas no AUDIFISC e avaliadas, individualmente, pelos auditores.

A adoção de providências para cada constatação é de responsabilidade das OM auditadas, entretanto, os Órgãos de Direção Setorial recebem as cópias dos relatórios de auditoria referentes às suas Unidades Subordinadas para a ciência e o acompanhamento, conforme o caso.

No que concerne ao ambiente interno das OM auditadas, as recomendações são monitoradas pelo Agente Diretor e pelo Ordenador de Despesas, assessorados pela Assessoria Jurídica e pela Assessoria de Controle Interno.

A situação das auditorias realizadas pelo CENCIAR no exercício de 2017, em cumprimento ao previsto no PCA 174-1, estão demonstradas no Quadro 7.2.1:

Quadro 7.2.1 – Auditorias realizadas em 2017

AUDITORIAS 2017	
Auditorias Realizadas	24
Relatórios em Elaboração	17
Relatórios Emitidos	7
Relatórios em Análise/Monitoramento	7
Auditorias Concluídas	0
Percentual Concluído	0 %

Fonte: Prestação de contas do CENCIAR janeiro/2018, PCA 174-1, de 2016 e AUDIFISC.

Deve-se observar que o critério para considerar uma auditoria concluída, leva em conta o encerramento do monitoramento de todos os pontos de auditoria, registrados em cada relatório.

Cabe ressalvar que no encerramento do exercício de 2016, encontravam-se pendentes de emissão 21 relatórios referentes às auditorias realizadas naquele exercício. Todos esses relatórios

foram concluídos e encaminhados para as Unidades auditadas ao longo do exercício de 2017 e, atualmente, encontram-se em fase de monitoramento.

De forma geral, as Organizações auditadas receberam 238 recomendações nos relatórios referentes ao exercício de 2017, sendo que 13,03% foram consideradas atendidas, conforme demonstrado no Quadro 7.2.2.

Quadro 7.2.2 - Monitoramento das Recomendações

Natureza	Quantidade	%
Não avaliado	206	86,55
Não atendido	0	0
Atendido parcialmente	1	0,42
Atendido	31	13,03
Total	**238**	**100**

Fonte: AUDIFISC e Relatórios de Auditoria e Contas e de Acompanhamento da Gestão

Em decorrência da reestruturação administrativa que se encontra em andamento na Força Aérea, ocorreram diversas alterações nas organizações administrativas do COMAER, ao longo do exercício de 2017.

As auditorias realizadas pelo CENCIAR foram impactadas por essas mudanças, especialmente, no que diz respeito às alterações no fluxo dos procedimentos administrativos, atribuições de responsabilidades e aos inter-relacionamentos entre as unidades apoiadas e apoiadoras.

Dentre as recomendações que provocaram maior impacto na gestão das Unidades estão temas advindos do exercício anterior, que continuam sendo monitorados pelo CENCIAR, tais como: o pagamento de multas e juros em faturas de serviços públicos, a gestão de bens patrimoniais móveis e a arrecadação das receitas do Fundo de Saúde da Aeronáutica (FUNSA).

7.3. Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao Erário

A Instrução do Comando da Aeronáutica – ICA 174-3, de 2015 – Procedimentos para Ressarcimento ao Erário aprovada pela Portaria CENCIAR nº 123/CENCIAR-4, de 26 de novembro de 2015 e a Portaria nº 1.502/GC4, de 11 de outubro de 2017, normatizam os processos para o ressarcimento de dano ao Erário, no âmbito das UG do Comando da Aeronáutica

Outrossim, na citada Instrução está preconizado que quando houver fatos que contenham indícios de prejuízo à Fazenda Nacional, a autoridade competente da UG deverá adotar medidas administrativas para a elucidação dos fatos, a identificação dos responsáveis e a quantificação do dano, caso o mesmo seja constatado.

Os processos que envolvam indicativos de dano ao Erário devem ser informados ao CENCIAR e aos Órgãos de Direção-Geral, de Direção Setorial e de Assistência Direta e Imediata ao Comandante da Aeronáutica, tanto no momento da instauração quanto da conclusão, para propiciar o acompanhamento por parte dos mencionados órgãos. A sistemática em comento foi ratificada por meio dos Ofícios Circulares 2/CENCIAR-2-2/1150, de 19 de abril de 2017 e 6/CR2.2/4764, de 22 de setembro de 2017.

Caso sejam constatados prejuízos à Fazenda Nacional, durante as investigações efetuadas por Sindicância, IPM ou Termo Circunstanciado Administrativo (TCA), medidas preliminares para caracterização ou elisão do dano, dentre outras, quantificado e atualizado o valor do dano e identificado o responsável, sem que haja o devido ressarcimento, seus autos, no todo ou em parte, são imprescindíveis para instruir o Processo Administrativo para Ressarcimento ao Erário (PARE) ou a Tomada de Contas Especiais (TCE), conforme preconizado na ICA supracitada.

Caso o PARE seja concluído sem que se tenha obtido o devido ressarcimento ao Erário pelo(s) responsável(is), o dirigente máximo da UG encaminhará o processo à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), observadas as normas pertinentes emanadas da Advocacia-Geral da União (AGU) e da própria PGFN.

Cabe ressaltar que as esferas disciplinar e criminal, bem como a administrativa, são tratadas em diferentes instâncias, ou seja, os responsáveis respondem tanto pela transgressão disciplinar ou crime, como pelo dano ao Erário.

As investigações, cujas conclusões não envolvam dano ao Erário devem ser tratadas internamente pela UG na esfera disciplinar. Entretanto, os fatos a respeito de graves irregularidades ou ilegalidades de que não resultem dano ao Erário também devem ser informadas ao CENCIAR. Caso seja constatado crime militar, a instauração de um Inquérito Policial-Militar (IPM) é obrigatória.

O dirigente máximo da UG poderá, ainda, devolver os autos ao encarregado, caso julgue necessária a realização de novas diligências para a obtenção de maiores esclarecimentos.

Quando esgotadas as medidas administrativas sem a elisão do dano e, sendo o valor atualizado igual ou superior ao estabelecido na IN TCU nº 71, de 28 de novembro de 2012, o dirigente máximo da UG solicita ao ODSA, ao qual se achar subordinado, a instauração da Tomada de Contas Especial, sendo a portaria de instauração de TCE publicada em Boletim do Comando da Aeronáutica (BCA).

O processo de TCE, quando concluído pela UG, é encaminhado para o ODSA, e posteriormente remetido para o CENCIAR, em até 120 dias a partir de sua instauração, no intuito de que este Centro de Controle Interno realize a análise dos autos do processo e encaminhe ao TCU, por intermédio da Secretaria de Controle Interno do Ministério da Defesa (CISET/MD). Quando constatadas falhas no processo pelo CENCIAR, a TCE é restituída à UG para as correções necessárias.

Sobre a estrutura e os controles para a apuração e a redução de ocorrências de ilícitos administrativos de uma maneira geral, a UG dispõe de um setor de investigação e justiça para gerenciar os procedimentos investigatórios, e da assessoria de controle interno para os controles administrativos e o gerenciamento de riscos.

As UG elaboram um mapa de controle de procedimentos administrativos relativos a dano ao Erário, o qual deve ser mensalmente atualizado, para que haja o monitoramento dos processos pelo dirigente máximo da UG, conforme estabelece a ICA 174-3, de 2015.

O quadro 7.3.1 demonstra, ao final de 2017, as quantidades de processos instaurados, nas UG do COMAER, para a apuração e o ressarcimento de danos ao Erário.

Quadro 7.3.1 - Medidas adotadas para apuração e ressarcimento de danos ao Erário

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de Contas Especiais							
	Não instauradas			Instauradas				
	Dispensadas			Não remetidas ao TCU				
	Débito < R$ 100.000	Prazo > 10 anos	Outros Casos*	Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração **	Remetidas ao TCU
				Recebimento Débito	Não Comprovação	Débito < R$ 100.000		
302	291		3				4	4

Fonte: ODGSA

***Outros casos:**

- PARE-Pessoal, decorrentes de pagamentos indevidos, em processo de inscrição na Dívida Ativa da União: 2 (dois);

- PARE-Pessoal, decorrente de pagamento indevido, em processo de reposição parcelada da dívida: 1 (um).

****TCE não enviadas > 180 dias do exercício instauração:**

- Três processos de TCE, cujas portarias de instauração estão abaixo elencadas, encontram-se no CENCIAR, para análise e posterior encaminhamento ao TCU:

a) Portaria DECEA nº 18-T/DGCEA, de 19/01/2016;

b) Portaria COMGEP nº 112/DOR, de 13/02/2015;

c) Portaria COMGAR nº 210-T/GABGAR-50, de 01/02/2016.

- Um processo de TCE, cuja portaria de instauração está abaixo elencada, encontrava-se na Secretaria de Controle Interno do MD (CISET-MD), para pronunciamento do Ministro da Defesa e posterior encaminhamento ao TCU:

d) Portaria COMGAR nº 116-T/GABGAR-50, de 27/06/2016.

Obs: os quatros processos de TCE, acima, encontram-se amparados pelo Art. 19-A da IN TCU nº 71, de 28/11/2012.

TCE remetidas ao TCU:

- Três processos de TCE, cujas portarias de instauração estão abaixo elencadas, foram remetidos ao TCU:

a) Portaria COMGEP nº 1.741/SCI, DE 06/09/2016;

b) Portaria COMGAR nº 145-T/GABGAR-50, de 30/07/2015;

c) Portaria COMGAP nº R-6-T/ASSCOM, de 28/04/2015;

d) Portaria COMGEP nº 1.880/SCI, de 14/08/2017.

Importante ressaltar que dois processos foram instaurados ao final do exercício de 2017 e encontram-se em fase de apuração pelas Unidades Instauradoras da TCE, sendo que estes não foram elencados no Quadro 7.3.1:

a) Portaria SEFA nº 131/AJUR, de 26/12/2017;

b) Portaria DECEA Nº 227 / DGCEA, de 28/12/2017. (instaurados nas regras da IN TCU nº 76, de 23 de novembro de 2016).

7.4. Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

A execução financeira das Unidades Gestoras do Comando da Aeronáutica no exercício de 2017 foi balizada pelo Decreto de Programação Orçamentária e Financeira n º 8.961, de 16 de janeiro de 2017 e suas alterações posteriores, quais sejam, o Decreto nº 9.018, de 30 de março de 2017; o Decreto nº 9.040, de 28 de abril de 2017; o Decreto nº 9.062, de 30 de maio de 2017; o Decreto nº 9.126, de 14 de agosto de 2017; o Decreto n° 9.164, de 29 de setembro de 2017; o Decreto n° 9.205, de 24 de novembro de 2017; e Decreto nº 9.248, de 22 de dezembro de 2017. Diante de tais publicações, o Ministério da Defesa estabeleceu, por meio de Portarias, o Limite de Pagamento destinado ao Comando da Aeronáutica, tendo o exercício financeiro finalizado conforme panorama abaixo:

Tabela 7.4.1 - Déficit do Fluxo de Pagamento relativo às Despesas Obrigatórias (R$ Mil)

Despesas Obrigatórias					
Dotação	RP PAÍS	OB 2016	Total	LP 2017	Déficit
1.222.531	212.629	61.812	**1.494.536**	1.222.531	**274.441**

Tabela 7.4.2 – Déficit do Limite de Pagamento relativo ao Tesouro Nacional e Fundo Aeronáutico (R$ Mil)

Despesas Discricionárias					
LME	RP PAÍS	OB 2016	Total	LP 2017	Déficit
3.379.118	724.423	3.931	**3.646.656**	2.980.121	**666.535**

Tabela 7.4.3 - Déficit do Limite de Pagamento relativo ao Programa de Aceleração do Crescimento (R$ Mil)

LME 2017	RP 2016	Total	LP 2017	Déficit
2.137.112,0	294.668,0	2.431.780,0	**2.253.736,0**	**178.044,0**

O cenário acima permitiu que grande parte das demandas financeiras das Unidades Gestoras do Comando da Aeronáutica fossem atendidas no decurso do ano de 2017. A tabela abaixo evidencia os percentuais de atendimento das Programações Financeiras emitidas mensalmente pelas Unidades Gestoras, tidas pela Diretoria de Economia e Finanças da Aeronáutica (DIREF) como expressões do ordenamento cronológico necessário para as liberações de recursos financeiros.

Tabela 7.4.4 – Atendimento das Programações Financeiras das UG em 2017 *

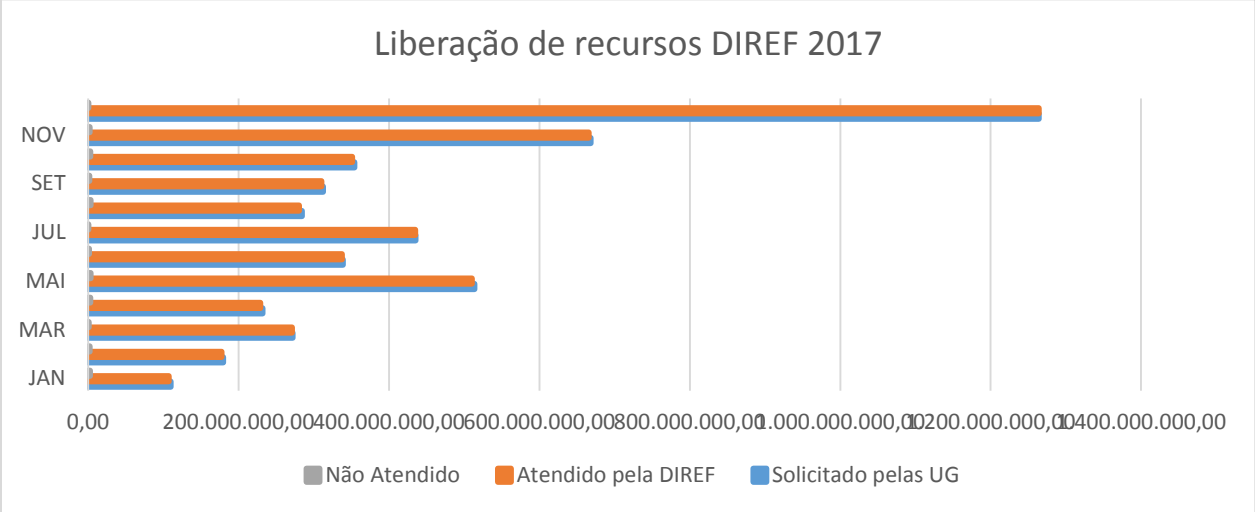
Mês	Solicitado pelas UG	Atendido pela DIREF	Não Atendido	% Atendimento
JAN	109.679.902,44	107.323.974,61	2.355.927,83	97,85
FEV	179.629.628,22	177.541.404,87	2.088.223,35	98,84
MAR	271.959.410,03	271.311.440,95	647.969,08	99,76
ABR	231.995.289,82	229.165.110,73	2.830.179,09	98,78
MAI	513.623.513,85	510.388.983,44	3.234.530,41	99,37
JUN	338.649.630,15	337.521.012,81	1.128.617,34	99,67
JUL	435.574.725,65	435.033.634,26	541.091,39	99,88
AGO	284.143.341,90	280.657.943,61	3.485.398,29	98,77
SET	312.377.796,75	310.488.657,12	1.889.139,63	99,40
OUT	354.087.180,27	350.999.793,99	3.087.386,28	99,13
NOV	668.040.180,46	665.723.465,51	2.316.714,95	99,65
DEZ	1.264.221.586,72	1.263.871.395,18	350.191,54	99,97

Fonte: SEFA (Dados extraídos de planilhas da SUFIN-1 e do SIAFI)

* Reflete apenas a eficiência da execução dos recursos orçamentários disponibilizados, não devendo ser interpretados como a totalidade das necessidades orçamentárias/financeiras originais das UG.

No que diz respeito ao montante de recursos liberados, convém ressaltar que em determinados meses, em razão de insuficiência da cota mensal do Limite de Pagamento, em especial do Fundo Aeronáutico, a execução financeira foi baixa, conforme pode ser observado no primeiro quadrimestre do ano e nos meses de agosto e setembro do gráfico abaixo:

Gráfico 7.4.1 - Liberação de Recursos para as Unidades Gestoras do País em 2017 (Tesouro Nacional, Fundo Aeronáutico e PAC)



Fonte: SEFA (Dados extraídos de planilhas da SUFIN-1 e do SIAFI)

Em virtude da insuficiência do Limite de Pagamento Mensal, a DIREF emitiu orientações de cunho restritivo às Unidades Gestoras, por meio de Mensagens COMUNICA no SIAFI, normatizando a priorização dos pagamentos, em especial àqueles relativos às despesas com serviços públicos, a fim de que não houvesse impacto das atividades das Organizações. Além disso, foram adotadas gestões junto ao Ministério da Defesa, no sentido de propiciar o remanejamento dos Limites dos Anexos I (Tesouro Nacional) e o Anexo II (Fundo Aeronáutico), ou suas ampliações, o que foi atendido por meio de Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), publicada em Diário Oficial da União. Tais ações, aliadas à ampliação do Limite de Pagamento no último mês do ano, propiciaram um considerável aumento da execução financeira no último bimestre do exercício e, por conseguinte, a redução do valor inscrito como Restos a Pagar, que, em relação ao ano de 2016, diminuiu em 1% (de R$ 942 mi para R$ 937mi) para as Despesas Obrigatórias e Discricionárias, e em 35% (de R$ 294,6 mi para R$ 191,6 mi) para as despesas que impactam o Anexo III (Programa de Aceleração do Crescimento).

Convém ressaltar que as Unidades Gestoras do Comando da Aeronáutica enfrentaram, em 2017, dificuldades para receber alguns recursos financeiros vinculados a finalidades específicas (Destaques).

Foi o caso dos recursos financeiros oriundos do Fundo Nacional da Aviação Civil, em razão de Termo de Execução Descentralizada (TED) firmado junto à Secretaria de Aviação Civil. Houve descasamento entre o cronograma de desembolso planejado e o que foi efetivamente executado, bem como atraso nos repasses mensais efetuados por aquele Órgão, ocasionando demora no pagamento aos fornecedores responsáveis pelas obras nos aeródromos e aos trabalhadores contratados temporariamente pela Comissão de Obras da Região Amazônica – COMARA. Tal realidade foi objeto de inúmeras reuniões junto à SAC, bem como da emissão de documentos a respeito do assunto, culminando com a inscrição de empenhos em Restos a Pagar Processados no montante de R$ 639.557,99, em razão da insuficiência dos recursos financeiros. Apesar do valor expressivo, houve redução na inscrição de 69%, em relação a 2016/2017. Esta situação ainda se manteve pelo menos até dezembro/2017, pois o órgão concedente alegou que a Prestação de Contas do TED estava em análise e não pode repassar o restante do recurso para honrar os compromissos já empenhados e liquidados pelo COMAER.

Ainda no que diz respeito ao atraso nas liberações de recursos financeiros, convém ressaltar a dificuldade para se receber o numerário referente às emendas parlamentares individuais, codificadas com a vinculação de pagamento 405. A partir do exercício de 2016 foi estabelecida rotina de solicitação mensal de tais recursos, mediante planilha especificando o autor da emenda, partido político e demais informações de pagamento. Tal planilha é enviada pelo Ministério da Defesa à Secretaria do Governo para análise e autorização. Ao longo do exercício, observou-se atraso no repasse de tais recursos, e, em razão disso, algumas Unidades Gestoras (como por exemplo o GAP-YS) não receberam o financeiro no tempo hábil necessário para honrar os compromissos no prazo, ocasionando paralisação de alguns serviços, bem como notificações por parte dos fornecedores. Além das tratativas habituais com o Ministério da Defesa, a SEFA solicitou auxílio à Assessoria Parlamentar, a qual atuou diretamente junto ao gabinete dos parlamentares envolvidos, a fim de agilizar o envio dos recursos financeiros. Em que pesem tais medidas, houve a inscrição de empenhos em Restos a Pagar Processados no montante de R$ 503.239,61, em razão da insuficiência dos recursos financeiros. Apesar do valor expressivo, houve uma redução em relação à inscrição de 2016 para 2017 de 69%.

Por fim, no que diz respeito à observância da ordem cronológica dos pagamentos das obrigações, conforme disposições do Art. 5º da lei 8.666/93, foi atualizado o Manual de Execução Orçamentária, Financeira e Patrimonial do Comando da Aeronáutica – MCA 172-3, conforme as determinações da Instrução Normativa nº 02, de 06 de dezembro de 2016, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

7.5. Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

Este item de informação decorre das determinações do Acórdão nº 2859/2013 – TCU – Plenário atribuídas a órgãos jurisdicionados com objetivo de propor a revisão de preços em contratos firmados com empresas beneficiadas pelo Plano Brasil Maior, em face da desoneração da folha de pagamento para alguns setores da economia.

Porém, diante do pedido de reexame feito por entidades representativas de setores abrangidos naquela decisão, acolhido em 2/3/2015, encontravam-se suspensos, em caráter liminar, os subitens 9.2 e 9.3 do referido Acórdão e, por consequência, a obrigatoriedade da revisão contratual dos preços contratados com a Administração Pública, deixando a UPC desobrigada de atender a este item, até que o colegiado do TCU procedesse a uma decisão definitiva, conforme processo de nº 013.515/2013-6.

Entretanto, em conformidade com o Acórdão 671/2018-TCU-Plenário, do dia 28 de março de 2018, foi negado o provimento interposto pela Associação Brasileira de Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (Brasscom), pela Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação Software e Internet (Assespro) e pela Associação Brasileira das Empresas de Software (Abes) e determinado à Secretaria-Geral de Controle Externo (Segecex) que inclua, nos relatórios de gestão a serem apresentados pelas unidades jurisdicionadas, item específico de avaliação dos reflexos da desoneração da folha de pagamento nos contratos com a Administração Pública Federal, conforme determinação constante nos itens 9.2 e 9.3 do Acórdão 2.859/2013-TCU-Plenário.

Portanto, esta UPC, na elaboração deste item, quando aplicável, observará as seguintes informações para os próximos relatórios de gestão:

a) Demonstração das medidas adotadas para revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento propiciada pelo art. 7º da lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do decreto 7.828/2012, atentando para os efeitos retroativos às datas de início da desoneração, mencionadas na legislação.

b) Obtenção administrativa do ressarcimento dos valores pagos a maior (elisão do dano) em relação aos contratos já encerrados que foram firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento propiciada pelo art. 7º da lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do decreto 7.828/2012.

c) Detalhamento sobre os contratos (vigentes e encerrados) revisados, incluindo número, unidade contratante, nome/CNPJ da empresa contratada, objeto e vigência, com destaque para a economia (redução de valor contratual) obtida em cada contrato.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalmente, a consolidação de todas as informações constantes no presente Relatório de Gestão objetiva o cumprimento, por parte do COMAER através do EMAER (UPC), da obrigação constitucional de prestar contas, conforme estabelecido no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal.

Neste sentido, o EMAER, mediante as orientações, recomendações e determinações do Tribunal de Contas da União, bem como do assessoramento constante do CENCIAR produziu o presente Relatório, o qual, em conformidade com as mudanças organizacionais e posteriores aperfeiçoamentos do presente instrumento de gestão, poderá sofrer alterações e implementações, visando a um contínuo aperfeiçoamento futuro da Governança do COMAER, sem perder de vista a missão síntese da Organização, qual seja: "Manter a Soberania do Espaço Aéreo e integrar o território nacional, com vistas à Defesa da Pátria".



Fonte: CECOMSAER

ANEXO I

DT-INFRA BE								
IMÓVEL	ÁREA CEDIDA (TOTAL OU PARCELA)	ATO DE FORMALIZAÇÃO DA CESSÃO	EMPREENDIMENTO COM FINS LUCRATIVOS	CESSIONÁRIO	FORMA DE CONTRATAÇÃO (ONEROSA OU NÃO ONEROSA)	VALOR ANUAL (R$)	BENEFÍCIO(S) RECEBIDO(S)	UTILIZAÇÃO DO RECURSO RECEBIDO, SE HOUVER
PA.001-003	Parcela	01/COMARA/2014	Sim	VIANA DA SILVA E ALVES SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO	Onerosa	8.966,40	Fornecimento de alimentação ao efetivo	Não houve
PA.001-025	Parcela	08/GAPBE-I COMAR/2017	Sim	E. R. GOMES-ME	Onerosa	14.400,00	Fornecimento de alimentação aos alunos da Escola Tenente Rêgo Barros (ETRB)	Não houve
PA.002-004	Parcela	03/BABE/2016	Não	SEDUC	Não Onerosa	GRATUITO	Uso de área ociosa para fornecimento de educação gratuita	Não houve
PA.002-001	Parcela	04/BABE/2016	Sim	ETEC	Onerosa	294.120,00	Uso de área ociosa	Não houve
PA.079-001	Parcela	10/I COMAR/2014	Sim	BOMBOM COMÉRCIO LTDA	Onerosa	97.260,00	Fornecimento de alimentação ao efetivo	Não houve
PA.079-001	Parcela	02/I COMAR/2015	Sim	BEL CAFÉ LOC. SERV. E COM LTDA	Onerosa	12.000,00	Fornecimento de alimentação ao efetivo	Não houve
PA.001-005	Parcela	01/COMARA/2013	Sim	POSTO EXEMPLO	Onerosa	105.509,40	Uso de área ociosa	Não houve
PA.002-010	Parcela	01/BABE/2014	SUSPENSO	Sato & Cia	Onerosa	66.024,00	Uso de área ociosa	Não houve
PA.002-001	Parcela	36/GAPBE-ALA 9/2017	Sim	BANCO BRADESCO S/A	Onerosa	12.540,00	Prestação de serviços bancários ao efetivo	Não houve
PA.002-001	Parcela	37/GAPBE-ALA 9/2017	Sim	BANCO SANTANDER S/A	Onerosa	24.000,00	Prestação de serviços bancários ao efetivo	Não houve

DT-INFRA BR								
IMÓVEL	ÁREA CEDIDA (TOTAL OU PARCELA)	ATO DE FORMALIZAÇÃO DA CESSÃO	EMPREENDIMENTO COM FINS LUCRATIVOS	CESSIONÁRIO	FORMA DE CONTRATAÇÃO (ONEROSA OU NÃO ONEROSA)	VALOR (R$)	BENEFÍCIO(S) RECEBIDO(S)	UTILIZAÇÃO DO RECURSO RECEBIDO, SE HOUVER
GO.001-67281-E-001	63 m² (PARCELA)	Acordo nº 004/GAPAN/17	Sim	BANCO SANTANDER BRASIL S.A	ONEROSA	3.816,00	Utilização Da Instituição Financeira Pelos Militares E Dependentes Evitando Deslocamentos À Cidade.	Não Houve
GO.001-67281-E-001	87,35 m² (PARCELA)	Acordo nº 001/BAAN/15	Sim	EMPRESA SOLANGE APARECIDA DA SILVA WALDHELM	ONEROSA	801,00	Utilização Do Espaço Para Cantina Central Em Atendimento Aos Militares E Dependentes.	Não Houve
GO.001-67281-E-001	16,54 m² (PARCELA)	Acordo nº 002/BAAN/15	Sim	FUNDO HABITACIONAL DO EXÉRCITO - FHE	ONEROSA	722,56	Exploração Comercial De Um Posto De Atendimento Ao Público Interno, Inativos E Dependentes De Militares Da Ala 2 E Unidades Sediadas.	Não Houve
GO.001-67281-E-001	24,74 m² (PARCELA)	Acordo nº 001/GAPAN/2017	Sim	MOZAIR ALVES DA CUNHA	ONEROSA	241,00	Exploração Comercial De Uma Barbearia Para Atender Às Necessidades Da Ala 2 E Unidades Sediadas.	Não Houve
GO.003-67281-E-001	79,85 m² (PARCELA)	Acordo nº 002/GAPAN/2017	Sim	LEANDRO TOMAZ DA SILVA	ONEROSA	1.200,00	Utilização Do Espaço Para Lanchonete No Clube Mach 2 (vila Do Suboficiais E Sargentos) Em Atendimento Aos Militares E Dependentes.	Não Houve
GO.005.000	TOTAL	CONVÊNIO S/Nº DE 16 ABR 1998	Não	GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS	NÃO ONEROSA	SEM ÔNUS	Administração Do Aeroporto Civil Da Cidade De Anápolis	Não Houve
GO.001.000	2,725 m² (PARCELA)	CONVÊNIO S/Nº	Não	POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL	NÃO ONEROSA	SEM ÔNUS	Utilização Da Antena De Vhf Para Melhoria Da Comunicação Da Prf Na Br 414	Não Houve
DF.076-000	PARCELA	CONTRATO Nº 001/GAP-BR/2017	Sim	BANCO DO BRASIL S/A	ONEROSA	30.900,00	Serviços Bancarios A Fim De Atender As Necessidades Do Efetivo Do Comaer.	vida vegetativa da OM

DT-INFRA BR								
IMÓVEL	ÁREA CEDIDA (TOTAL OU PARCELA)	ATO DE FORMALIZAÇÃO DA CESSÃO	EMPREENDIMENTO COM FINS LUCRATIVOS	CESSIONÁRIO	FORMA DE CONTRATAÇÃO (ONEROSA OU NÃO ONEROSA)	VALOR (R$)	BENEFÍCIO(S) RECEBIDO(S)	UTILIZAÇÃO DO RECURSO RECEBIDO, SE HOUVER
DF.076-000	PARCELA	CONTRATO Nº 002/GAP-BR/2017	Sim	BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A	ONEROSA	6.746,00	Serviços Bancarios A Fim De Atender As Necessidades Do Efetivo Do Comaer.	vida vegetativa da OM
DF.001-001	PARCELA	CONTRATO Nº 004/GAP-BR-EMAER/2017	Sim	QUINTAS MANSUR RESTAURANTE E LANCHONETE LTDA.	ONEROSA	885,34	Atender As Necessidades Do Efetivo Com O Apoio De Alimentação.	vida vegetativa da OM
DF.001-001	PARCELA	CONTRATO Nº 007/GAP-BR/2012	Sim	TELEFÔNICA DO BRASIL S/A	ONEROSA	7.265,46	Melhorar A Conexão Da Internet 4g E Com A Telefonia Móvel (celular).	vida vegetativa da OM
DF.076-000	PARCELA	CONTRATO Nº 006/GAP-BR/2017	Sim	VALTERSON ALVES QUEBLAS - ME	ONEROSA	300	Atender As Necessidades Do Efetivo Com Atividade De Apoio (com Serviços De Alfaitaria).	vida vegetativa da OM
DF.076-000	PARCELA	CONTRATO Nº 005/GAP-BR/2017	Sim	LAVANDERIA PADRÃO EIRELI EPP	ONEROSA	235	Atender As Necessidades Do Efetivo Com Atividade De Apoio (com Serviços De Lavanderia).	vida vegetativa da OM
DF.076-000	PARCELA	CONTRATO Nº 003/GAP-BR/2017	Sim	SULAMÉRICA COMPANHIA DE SEGURO SAÚDE	ONEROSA	490	Atender As Necessidades Do Efetivo Com Atividade De Apoio (de Plano E Seguro Saúde).	vida vegetativa da OM
DF.002-00	Parcela	Contrato nº 001/PABR/2013	Não	ASSOCIAÇÃO ORDEM DAS ALTANEIRAS	NÃO ONEROSA	Não há	Sócio-Assistencial	Não Houve
DF.002-00	Parcela	Contrato nº 001/VI COMAR/2013	Sim	POUPEX	ONEROSA	R$1.402,10	Não há	rpu - utilização em programas e naturezas da despesa do orçamento do fundo aeronáutico

DT-INFRA BR								
IMÓVEL	ÁREA CEDIDA (TOTAL OU PARCELA)	ATO DE FORMALIZAÇÃO DA CESSÃO	EMPREENDIMENTO COM FINS LUCRATIVOS	CESSIONÁRIO	FORMA DE CONTRATAÇÃO (ONEROSA OU NÃO ONEROSA)	VALOR (R$)	BENEFÍCIO(S) RECEBIDO(S)	UTILIZAÇÃO DO RECURSO RECEBIDO, SE HOUVER
DF.002-00	Parcela	Contrato nº 001/BABR/2013	Sim	SITA INC DO BRASIL LTDA	ONEROSA	R$1.667,69	Não há	rpu - utilização em programas e naturezas da despesa do orçamento do fundo aeronáutico
DF.002-00	Parcela	Contrato nº 002/VI COMAR/2014	Sim	GONÇALVES RIOS LÂNCHES E RESTAURANTES	ONEROSA	R$1.539,55	Não há	rpu - utilização em programas e naturezas da despesa do orçamento do fundo aeronáutico
PA055-67702	Parcela	Contrato nº 001/VI COMAR/2014	Sim	PETROBRAS	NÃO ONEROSA	Não há	Fornecimento De Querosene E Gasolina De Aviação, Para Abastecimento De Aeronaves Do Comando Da Aeronáutica Em Novo Progresso - Pa	Não Houve
DF.002-00	Parcela	Contrato nº 001/BABR/2015	Sim	BANCO ALFA	ONEROSA	R$3.801,59	Não há	rpu - utilização em programas e naturezas da despesa do orçamento do fundo aeronáutico
DF.002-00	Parcela	Contrato nº 002/BABR/2015	Sim	EUNICE	ONEROSA	R$198,85	Não há	rpu - utilização em programas e naturezas da despesa do orçamento do fundo aeronáutico
DF.002-00	Parcela	Contrato nº 005/BABR/2015	Sim	TRISTÃO CORRETORA	ONEROSA	R$502,00	Não há	rpu - utilização em programas e naturezas da despesa do orçamento do fundo aeronáutico
DF.075-000	Total	Contrato nº006/GAPDF-PABR / 2016	Sim	NR DISTRIBUIDORA	ONEROSA	R$2.200,00	Não há	rpu - utilização em programas e naturezas da despesa do orçamento do fundo aeronáutico

DT-INFRA BR								
IMÓVEL	ÁREA CEDIDA (TOTAL OU PARCELA)	ATO DE FORMALIZAÇÃO DA CESSÃO	EMPREENDIMENTO COM FINS LUCRATIVOS	CESSIONÁRIO	FORMA DE CONTRATAÇÃO (ONEROSA OU NÃO ONEROSA)	VALOR (R$)	BENEFÍCIO(S) RECEBIDO(S)	UTILIZAÇÃO DO RECURSO RECEBIDO, SE HOUVER
DF.075-000	Total	Contrato nº 007/GAPDF-PABR / 2016	Sim	NR DISTRIBUIDORA	ONEROSA	R$2.149,53	Não há	rpu - utilização em programas e naturezas da despesa do orçamento do fundo aeronáutico
DF.075-000	Total	Contrato nº 008/GAPDF-PABR / 2016	Sim	NR DISTRIBUIDORA	ONEROSA	R$2.000,00	Não há	rpu - utilização em programas e naturezas da despesa do orçamento do fundo aeronáutico
DF.078-161	Total	Contrato nº 002/GAPDF-PABR/2016	Sim	AMAFARMA	ONEROSA	R$4.598,22	Não há	rpu - utilização em programas e naturezas da despesa do orçamento do fundo aeronáutico
DF.002-00	Parcela	Contrato nº 001/GAPDF-BABR / 2016	Sim	BANCO BRADESCO S.A.	ONEROSA	R$5.995,00	Não há	rpu - utilização em programas e naturezas da despesa do orçamento do fundo aeronáutico
DF.002-00	Parcela	Contrato nº 009/GAPDF-BABR/2016	Sim	SABIBI'S LANCHONETE	ONEROSA	R$1.670,00	Não há	rpu - utilização em programas e naturezas da despesa do orçamento do fundo aeronáutico
DF.002-00	Parcela	Contrato nº 011/GAPDF-BABR/2016	Sim	TEREZINHA (ALFAIATARIA)	ONEROSA	R$372,00	Não há	rpu - utilização em programas e naturezas da despesa do orçamento do fundo aeronáutico
DF.002-00	Parcela	Contrato nº 012/GAPDF-BABR / 2016	Sim	SABIBI'S LANCHONETE	ONEROSA	R$172,53	Não há	rpu - utilização em programas e naturezas da despesa do orçamento do fundo aeronáutico

DT-INFRA BR								
IMÓVEL	ÁREA CEDIDA (TOTAL OU PARCELA)	ATO DE FORMALIZAÇÃO DA CESSÃO	EMPREENDIMENTO COM FINS LUCRATIVOS	CESSIONÁRIO	FORMA DE CONTRATAÇÃO (ONEROSA OU NÃO ONEROSA)	VALOR (R$)	BENEFÍCIO(S) RECEBIDO(S)	UTILIZAÇÃO DO RECURSO RECEBIDO, SE HOUVER
DF.002-00	Parcela	Contrato nº 015/GAPDF - HFAB/2016	Sim	GONÇALVES RIOS LANCHES E RESTAURANTES	ONEROSA	R$705,00	Não há	rpu - utilização em programas e naturezas da despesa do orçamento do fundo aeronáutico
DF.078-166	Total	Contrato nº 016/GAPDF - PABR/2016	Sim	CARLOS DIVINO	ONEROSA	R$1.870,50	Não há	rpu - utilização em programas e naturezas da despesa do orçamento do fundo aeronáutico
DF.002-00	Parcela	Contrato nº 017/GAPDF - BABR/2016	Sim	BANCO SANTANDER S.A.	ONEROSA	R$5.422,00	Não há	rpu - utilização em programas e naturezas da despesa do orçamento do fundo aeronáutico
DF.078-165	Total	Contrato nº 019/GAP DF - PABR /2016	Sim	ZÉLIA MARIA MIRANDA COSTA - ME	ONEROSA	R$2.010,52	Não há	rpu - utilização em programas e naturezas da despesa do orçamento do fundo aeronáutico
DF.002-00	Parcela	Contrato nº 020/GAP-DFCINDACTA I/2016	Sim	ONÃ SILVA OLIVEIRA-ME	ONEROSA	R$1.685,00	Não há	rpu - utilização em programas e naturezas da despesa do orçamento do fundo aeronáutico
DF.002-00	Parcela	Contrato nº 021/GAPDF/2016	Sim	BANCO DO BRASIL S/A	ONEROSA	R$11.300,00	Não há	rpu - utilização em programas e naturezas da despesa do orçamento do fundo aeronáutico

DT-INFRA BR								
IMÓVEL	ÁREA CEDIDA (TOTAL OU PARCELA)	ATO DE FORMALIZAÇÃO DA CESSÃO	EMPREENDIMENTO COM FINS LUCRATIVOS	CESSIONÁRIO	FORMA DE CONTRATAÇÃO (ONEROSA OU NÃO ONEROSA)	VALOR (R$)	BENEFÍCIO(S) RECEBIDO(S)	UTILIZAÇÃO DO RECURSO RECEBIDO, SE HOUVER
DF.078-163	Total	Contrato nº 001/GAPDF-PABR/2017	Sim	DEUSELINA DOURADO DE OLIVEIRA	ONEROSA	R$1.400,00	Não há	rpu - utilização em programas e naturezas da despesa do orçamento do fundo aeronáutico
DF.077-121; DF.077-122; DF.077-123	Total	Contrato nº 002/GAPDF-PABR/2017	Sim	SORVETES ESTAÇÃO DO CERRADO	ONEROSA	R$1.905,50	Não há	rpu - utilização em programas e naturezas da despesa do orçamento do fundo aeronáutico
DF.075-000	Total	Contrato nº 003/GAPDF-PABR/2017	Sim	NUTRIPELE PRODUTOS DE BELEZA LTDA	ONEROSA	R$1.350,00	Não há	rpu - utilização em programas e naturezas da despesa do orçamento do fundo aeronáutico
DF.002-00	Parcela	Contrato n° 006/GAP-DF/2017	Sim	POUPEX	ONEROSA	R$2.100,00	Não há	rpu - utilização em programas e naturezas da despesa do orçamento do fundo aeronáutico

DT-INFRA CO								
IMÓVEL	ÁREA CEDIDA (TOTAL OU PARCELA)	ATO DE FORMALIZAÇÃO DA CESSÃO	EMPREENDIMENTO COM FINS LUCRATIVOS	CESSIONÁRIO	FORMA DE CONTRATAÇÃO (ONEROSA OU NÃO ONEROSA)	VALOR (R$) MENSAL	BENEFÍCIO(S) RECEBIDO(S)	UTILIZAÇÃO DO RECURSO RECEBIDO, SE HOUVER
RS.027-003	parcela	Contrato 003/BASM/2013	Não	116º Grupo Escoteiros do Ar Augusto Severo	não onerosa	Não há	Incentivo às atividades de escotismo; colaboração para formação social e moral de jovens.	Não Houve
RS.027-003	parcela	Contrato 004/BASM/2013	Sim	Fundação Habitacional do Exército – FHE	onerosa	R$ 733,32	Facilidades ao efetivo da Guarnição, principalmente no tocante a financiamento imobiliário.	Não Houve
RS.027-003	parcela	Contrato 001/2014-SPU/RS	Não	Aeroclube de Santa Maria	não onerosa	Não há	Ensino e prática da aviação civil, adestramento de pessoal de voo e de infraestrutura aeronáutica; recreio e desportos; e eventualmente apoio em missões de emergência ou de interesse da coletividade.	Não Houve
RS.027-003	parcela	Contrato 007/BASM/2015	Sim	Caixa Econômica Federal	onerosa	R$ 315,37	Facilidades ao efetivo da Guarnição, evitando deslocamentos e dispensas de expediente para tratar de assuntos bancários.	Não Houve
RS.027-003	parcela	Contrato 012/BASM/2015	Não	Associação dos SO/Sgts Taifeiros da Base Aérea de Santa Maria – ASSATA	não onerosa	Não há	Promoção da integração entre os membros do quadro associativo; desenvolvimento de atividades sociais, culturais, recreativas e desportivas para seus associados; promoção, na medida de suas possibilidades, de assistência jurídica e defesa judicial de interesses homogêneos e coletivos; desenvolvimento e apoio a atividades de caráter humanitário; e disposição de convênios aos associados.	Não Houve

DT-INFRA CO								
IMÓVEL	ÁREA CEDIDA (TOTAL OU PARCELA)	ATO DE FORMALIZAÇÃO DA CESSÃO	EMPREENDIMENTO COM FINS LUCRATIVOS	CESSIONÁRIO	FORMA DE CONTRATAÇÃO (ONEROSA OU NÃO ONEROSA)	VALOR (R$) MENSAL	BENEFÍCIO(S) RECEBIDO(S)	UTILIZAÇÃO DO RECURSO RECEBIDO, SE HOUVER
RS.027-003	parcela	Contrato 002/GAP-SM/2017	Sim	Banco SANTANDER/BRASIL S.A.	onerosa	R$ 5.201,20	Facilidades ao efetivo da Guarnição, evitando deslocamentos e dispensas de expediente para tratar de assuntos bancários.	Não Houve
RS.027-003	parcela	Contrato 008/GAP-SM/2017	Sim	BANCO DO BRASIL S.A.	onerosa	R$ 429,01	Facilidades ao efetivo da Guarnição, evitando deslocamentos e dispensas de expediente para tratar de assuntos bancários.	Não Houve
SC.001-001	parcela	Contrato 03/BAFL/2014	Não	Petrobrás Distribuidora S/A	não onerosa	Não há	Armazenar e fornecer querosene aditivado de aviação, querosene de aviação (QAV-1) e gasolina de aviação (AVGAS) destinados ao abastecimento de aeronaves do COMAER na localidade de Florianópolis-SC.	Não Houve
SC.001-001	parcela	Contrato 01/BAFL/2016	Não	Secretaria de Estado da Educação de SC	não onerosa	Não há	Destina-se exclusivamente à utilização pelo Governo do Estado de Santa Catarina, para o desenvolvimento de uma unidade de ensino fundamental, denominada Escola de Educação Básica Tenente Almáchio.	Não Houve

DT-INFRA CO								
IMÓVEL	ÁREA CEDIDA (TOTAL OU PARCELA)	ATO DE FORMALIZAÇÃO DA CESSÃO	EMPREENDIMENTO COM FINS LUCRATIVOS	CESSIONÁRIO	FORMA DE CONTRATAÇÃO (ONEROSA OU NÃO ONEROSA)	VALOR (R$) MENSAL	BENEFÍCIO(S) RECEBIDO(S)	UTILIZAÇÃO DO RECURSO RECEBIDO, SE HOUVER
SC.001-001	parcela	Contrato 001/BAFL/2013	Sim	Banco BRADESCO S.A.	onerosa	R$ 9.789,00	Destina-se exclusivamente à Instalação de Posto Bancário no Hangar de Administração, com responsabilidade pela boa qualidade dos serviços bancários prestados.	O valor do Contrato da cessão de uso onerosa será recolhido mensalmente ao Fundo Aeronáutico, sendo depositado na Conta Única da União em nome da Base Aérea de Florianópolis, através de metodologia exposta em legislação própria.

DT-INFRA CO								
IMÓVEL	ÁREA CEDIDA (TOTAL OU PARCELA)	ATO DE FORMALIZAÇÃO DA CESSÃO	EMPREENDIMENTO COM FINS LUCRATIVOS	CESSIONÁRIO	FORMA DE CONTRATAÇÃO (ONEROSA OU NÃO ONEROSA)	VALOR (R$) MENSAL	BENEFÍCIO(S) RECEBIDO(S)	UTILIZAÇÃO DO RECURSO RECEBIDO, SE HOUVER
RS.001-002	parcela	004/V COMAR/2016	Não	Prefeitura Municipal de Canoas	não onerosa	Não há	Contraprestação de obras e serviços nas OM da GUARNAER/POA	Não Houve
RS.001-001	parcela	001/V COMAR/2016	Não	Prefeitura Municipal de Canoas (Escola Municipaç	não onerosa	Não há	Escola mais próxima da vila dos militares, facilitando o deslocamento dos dependentes	Não Houve
RS.017-000	total	001/V COMAR/2013	Sim	Polícia civil do RS	onerosa	65533,08	Auxílio as atividade policiais do Estado do RS	Fundo Aeronáutico
RS.001-001	parcela	004/V COMAR/2012	Não	FEPAM/RS	não onerosa	Não há	Auxílio as atividades relacionadas ao meio-ambiente	Não Houve
RS.002-001	parcela	003/V COMAR/2016	Não	União dos Escoteiros do Brasil	não onerosa	Não há	Congregar em um ambiente sadio jovens, adultos, militares e seus dependentes	Não Houve
RS.001-001	parcela	007/GAP CO/2017	Sim	BANCO DO BRASIL	onerosa	574,92	Implantação de caixa eletrônico do Banco do Brasil, dentro da OM.	Fundo Aeronáutico
RS.002-001	parcela	001/V COMAR/2014	Sim	Maria Helena Cardoso das Neves	onerosa	753,88	Mercearia dentro da Vila dos SO/SGTS	Fundo Aeronáutico
RS.002-001	parcela	005/BACO/2014	Não	JETFLY Revendedora de combustíveis de aviação	não onerosa	Não há	Abastecimento das aeronave orgânicas da OM (ALA 3) e demais em trânsito	Não Houve
RS.001-002	parcela	001/V COMAR/2015	Não	ANATEL	não onerosa	Não há	Implantação de aparelho rastreador "on line" de rádios piratas, que influenciam nas comunições entre aeronaves e órgãos de controle aéreo	Não Houve
RS.001-001	parcela	005/V COMAR/2015	Sim	SANTANDER	onerosa	12178,64	Implantação de Posto de Atendimento Bancário – PAB, para os militares em geral, moradores da VILA OF e seus dependentes	Fundo Aeronáutico

DT-INFRA CO								
IMÓVEL	ÁREA CEDIDA (TOTAL OU PARCELA)	ATO DE FORMALIZAÇÃO DA CESSÃO	EMPREENDIMENTO COM FINS LUCRATIVOS	CESSIONÁRIO	FORMA DE CONTRATAÇÃO (ONEROSA OU NÃO ONEROSA)	VALOR (R$) MENSAL	BENEFÍCIO(S) RECEBIDO(S)	UTILIZAÇÃO DO RECURSO RECEBIDO, SE HOUVER
RS.002-001	parcela	001/GAP CO/2017	Sim	ASSGAPA	onerosa	756	Associação que administra o Clube do Suboficiais e Sargentos da Guarnição de Canoas	Fundo Aeronáutico
RS.001-001	parcela	002/GAP CO/2017	Sim	CEF	onerosa	14038	Implantação de Agência Bancária da CEF, para os militares em geral, moradores da VILA OF e seus dependentes	Fundo Aeronáutico
RS.001-002	parcela	003/GAP CO/2017	Sim	Fabiana Azambuja da Silva – Cantina	onerosa	1221,35	Fornecer lanches rápidos e almoços para os frequentadores do Ambulatório do Hospital da Aeronáutica	Fundo Aeronáutico
RS.001-002	parcela	004/GAP CO/2017	Sim	POUPEX	onerosa	572,24	Permitir, durante o expediente, o acesso fácil aos produtos da POUPEX	Fundo Aeronáutico
PR.001-001	parcela	001/CINDACTAII/2014	Sim	Reni Nekel Barboza	onerosa	4514,11	Atendimento de Cantina ao Efetivo do CINDACTA II	Fundo Aeronáutico
PR.001-002	parcela	001/CINDACTAII/2015	Sim	Daniele Calixto Galvão Girardi	onerosa	622,07	Atendimento de Cantina aos moradores da Vila dos SO/Sgt	Fundo Aeronáutico
PR.001-002	parcela	002/CINDACTAII/2015	Sim	Maria do Carmo Pereira Campos de Souza	onerosa	349,07	Atendimento de Salão e Barbearia aos moradores da Vila dos SO/Sgt	Fundo Aeronáutico
PR.001-002	parcela	001/CINDACTAII/2009	Não	Grupo de Escoteiros do Ar Brig Eppinghaus	não onerosa	Não há	Filhos de militares podem participar das atividades	Não Houve
PR.001-002	parcela	02/AEPT/2015	Não	Escola Céu Azul	não onerosa	Não há	Filhos de militares podem estudar na Escola	Não Houve

DT-INFRA MN								
IMÓVEL	ÁREA CEDIDA (TOTAL OU PARCELA)	ATO DE FORMALIZAÇÃO DA CESSÃO	EMPREENDIMENTO COM FINS LUCRATIVOS	CESSIONÁRIO	FORMA DE CONTRATAÇÃO (ONEROSA OU NÃO ONEROSA)	VALOR (R$)	BENEFÍCIO(S) RECEBIDO(S)	UTILIZAÇÃO DO RECURSO RECEBIDO, SE HOUVER
AM.001-001	parcela	Contrato de Receita n° 002/VII COMAR/2014	Sim	BANCO SANTANDER BRASIL S/A	oneroso	R$ 11.563,29	Funcionamento de dois caixas eletrônicos, nas instalações da ALA 8 e prédio anexo (TPS), fins atender os militares e servidores civis.	RESSARCIDO MEDIANTE GRU
AM.001-001	parcela	Contrato de Receita n° 001/VII COMAR/2015	Sim	GRAZIELA MEROLA	oneroso	R$ 17.013,31	Funcionamento de uma alfaiataria, para possibilitar a manutenção e padronização do fardamento utilizado pelo efetivo do VII COMAR e Unidades Apoiadas, situados próximos à área a ser cedida.	RESSARCIDO MEDIANTE GRU
AM.001-001	parcela	Contrato de Receita n° 001/VII COMAR/2016	Sim	A. P. LIMA RIBEIRO	oneroso	R$ 12.659,56	Funcionamento de uma cantina, a fim de atender os servidores do HAMN, bem como os beneficiários que frequentarem o hospital, no intuito de lhes propiciar acesso a opções de alimentação em diversos horários.	RESSARCIDO MEDIANTE GRU
AM.001-001	parcela	to de Receita n° 001/GAP-MN	Sim	BANCO SANTANDER	onerosa	43,380.00	Os servidores civis e militares da Unidade e Apoiadas têm acesso rápido ao Banco e serviços disponibilizados.	RESSARCIDO MEDIANTE GRU
AM.001-001	parcela	to de Receita n° 002/GAP-MN	Sim	COMSERVIÇO LTDA	onerosa	126,947.52	Acesso rápido a revenda de combustíveis e lubrificantes como também aos serviços de conveniências.	RESSARCIDO MEDIANTE GRU
AM.001-001	parcela	to de Receita n° 003/GAP-MN	Sim	YAMAHA	onerosa	216,000.00	Cessão de área não utilizada pela OM, para estacionamento privativo da cessionária.	RESSARCIDO MEDIANTE GRU

DT-INFRA MN								
IMÓVEL	ÁREA CEDIDA (TOTAL OU PARCELA)	ATO DE FORMALIZAÇÃO DA CESSÃO	EMPREENDIMENTO COM FINS LUCRATIVOS	CESSIONÁRIO	FORMA DE CONTRATAÇÃO (ONEROSA OU NÃO ONEROSA)	VALOR (R$)	BENEFÍCIO(S) RECEBIDO(S)	UTILIZAÇÃO DO RECURSO RECEBIDO, SE HOUVER
AM.001-001	parcela	Contrato de Cessão de Uso a Título não Oneroso Nº 001/GAPMN-ALA8/2017	Não	CENTRO ASSOCIATIVO DOS SUBOFICIAIS E SARGENTOS DA AERONÁUTICA DE MANAUS	não onerosa	R$ 0,00	Cessão de área para uso de suas dependências pelo Centro Associativo dos Suboficiais e Sargentos da Aeronáutica de Manaus, para a realização de atividades culturais, sociais, religiosas, recreativas e afins.	Não Houve
AM.001-001	parcela	Termo de Cooperação	Não	AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO AMAZONAS-ADS	não onerosa	R$ 0,00	Cessão de área com a finalidade de regular a realização da Feira de Produtos Regionais cujo o objetivo é disponibilizar na Vila Militar Ajuricaba, artigos de alimentação das organizações de produtores rurais (cooperativas e associações), com preços vantajosos e compatíveis aos praticados no mercado diretamente para a população de Manaus.	Não Houve
AM.001-001	parcela	Termo de Convênio nº57/1994	Não	GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS	não onerosa	R$ 0,00	Cessão de área com a finalidade de disponibilização de matrícula no ensino regular (fundamental e médio) para o pessoal militar e servidores civis do Comando da Aeronáutica e seus dependentes, em qualquer época do ano.	Não Houve
AM.001-001 / AM.015-000	parcela	Contrato de Cessão de Uso a Título não Oneroso Nº 001/VIICOMAR/2014	Não	PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A	não onerosa	R$ 0,00	Armazenar e fornecer querosene aditivado de aviação, querosene de aviação (QAV-1) e gasolina de aviação (AVGAS) destinados ao abastecimento das aeronaves do Comando da Aeronáutica nas localidades de Manaus e São Gabriel da Cachoeira	Não Houve

DT-INFRA MN								
IMÓVEL	ÁREA CEDIDA (TOTAL OU PARCELA)	ATO DE FORMALIZAÇÃO DA CESSÃO	EMPREENDIMENTO COM FINS LUCRATIVOS	CESSIONÁRIO	FORMA DE CONTRATAÇÃO (ONEROSA OU NÃO ONEROSA)	VALOR (R$)	BENEFÍCIO(S) RECEBIDO(S)	UTILIZAÇÃO DO RECURSO RECEBIDO, SE HOUVER
AM.020-000	parcela	Contrato de Receita n° 001/CINDACTA IV/2016	Sim	SITA	oneroso	R$ 5.472,00	Implantação de Estação Remota de Serviço Móvel Aeronáutico, situada nas instalações do Destacamento de Controle do Espaço Aéreo de São Gabriel da Cachoeira (DTCEA-UA)	RESSARCIDO MEDIANTE GRU
PA.058-000	parcela	Contrato de Receita n° 002/CINDACTA IV/2016	Sim	SITA	oneroso	R$ 6.300,00	Implantação de Estação Remota de Serviço Móvel Aeronáutico, situada nas instalações do Destacamento de Controle do Espaço Aéreo de Jacareacanga (DTCEA-EK).	RESSARCIDO MEDIANTE GRU

DT-INFRA RF								
IMÓVEL	ÁREA CEDIDA (TOTAL OU PARCELA)	ATO DE FORMALIZAÇÃO DA CESSÃO	EMPREENDIMENTO COM FINS LUCRATIVOS	CESSIONÁRIO	FORMA DE CONTRATAÇÃO (ONEROSA OU NÃO ONEROSA)	VALOR (R$)	BENEFÍCIO(S) RECEBIDO(S)	UTILIZAÇÃO DO RECURSO RECEBIDO, SE HOUVER
PE.002-000	PARCELA	Contrato nº 002-2011	Sim	FUNDAÇÕES ROSSI LIMITADA	ONEROSA	5881,57	Ocupação da área evitando possíveis invasões.	Recurso Recolhido através de GRU.
PE.002-000	PARCELA	Contrato nº 008-2009	Sim	SARAIVA EQUIPAMENTOS LIMITADA	ONEROSA	5732,52	Ocupação da área evitando possíveis invasões.	Recurso Recolhido através de GRU.
PE.002-000	PARCELA	Contrato nº 002-2009	Sim	GM DANTAS COMÉCIO E LOCAÇÃO LIMITADA	ONEROSA	5732,52	Ocupação da área evitando possíveis invasões.	Recurso Recolhido através de GRU.
PE.002-000	PARCELA	Contrato nº 003-2011	Sim	TROPICOS ENGENHARIA E COMÉRCIO	ONEROSA	5114,41	Ocupação da área evitando possíveis invasões.	Recurso Recolhido através de GRU.
PE.002-000	PARCELA	Contrato nº 011-2011	Sim	MESTRE EQUIPAMENTOS LIMITADA	ONEROSA	2184,75	Ocupação da área evitando possíveis invasões.	Recurso Recolhido através de GRU.
PE.002-000	PARCELA	Contrato nº 007-2008	Sim	MONTEIRO LOCAÇÕES LIMITADA ME	ONEROSA	7879,77	Ocupação da área evitando possíveis invasões.	Recurso Recolhido através de GRU.

DT-INFRA RF								
IMÓVEL	ÁREA CEDIDA (TOTAL OU PARCELA)	ATO DE FORMALIZAÇÃO DA CESSÃO	EMPREENDIMENTO COM FINS LUCRATIVOS	CESSIONÁRIO	FORMA DE CONTRATAÇÃO (ONEROSA OU NÃO ONEROSA)	VALOR (R$)	BENEFÍCIO(S) RECEBIDO(S)	UTILIZAÇÃO DO RECURSO RECEBIDO, SE HOUVER
PE.002-000	PARCELA	Contrato nº 015-2011	Sim	ASA BRANCA LOCADORA	ONEROSA	2540,4	Ocupação da área evitando possíveis invasões.	Recurso Recolhido através de GRU.
PE.002-000	PARCELA	Contrato nº 006-2008	Sim	LOCAVEL BUS VIAGENS E TURISMO LIMITADA	ONEROSA	2903,61	Ocupação da área evitando possíveis invasões.	Recurso Recolhido através de GRU.
PE.002-000	PARCELA	Contrato nº 004-2013	Sim	EMPRESA GUARARAPES LIMITADA	ONEROSA	10075,52	Ocupação da área evitando possíveis invasões.	Recurso Recolhido através de GRU.
PE.002-000	PARCELA	Contrato nº 005-2008	Sim	CIT CAR LOCAÇÃO DE VEÍCULOS LIMITADA	ONEROSA	6036,83	Ocupação da área evitando possíveis invasões.	Recurso Recolhido através de GRU.
PE.002-000	PARCELA	Contrato nº 006-2013	Sim	SAL E BRASA	ONEROSA	10358,03	Ocupação da área evitando possíveis invasões.	Recurso Recolhido através de GRU.
PE.002-000	PARCELA	Contrato nº 011-2013	Sim	CONSTRUCI LIMITADA	ONEROSA	17073,41	Ocupação da área evitando possíveis invasões.	Recurso Recolhido através de GRU.
PE.002-000	PARCELA	Contrato nº 014-2011	Sim	BALTAR SANEAMENTO	ONEROSA	6169,53	Ocupação da área evitando possíveis invasões.	Recurso Recolhido através de GRU.
PE.002-000	PARCELA	Contrato nº 012-2013	Sim	SETTA COMBUSTÍVEL S.A	ONEROSA	2226,33	Ocupação da área evitando possíveis invasões.	Recurso Recolhido através de GRU.

DT-INFRA RF								
IMÓVEL	ÁREA CEDIDA (TOTAL OU PARCELA)	ATO DE FORMALIZAÇÃO DA CESSÃO	EMPREENDIMENTO COM FINS LUCRATIVOS	CESSIONÁRIO	FORMA DE CONTRATAÇÃO (ONEROSA OU NÃO ONEROSA)	VALOR (R$)	BENEFÍCIO(S) RECEBIDO(S)	UTILIZAÇÃO DO RECURSO RECEBIDO, SE HOUVER
PE.002-000	PARCELA	Contrato nº 002-2013	Sim	RECIFE TÊNIS CLUB LIMITADA	ONEROSA	3685,23	Ocupação da área evitando possíveis invasões.	Recurso Recolhido através de GRU.
PE.003-000	PARCELA	Contrato nº 007-2009	Sim	VENEZA MÁQUINA COMÉRCIO LIMITADA	ONEROSA	7170,21	Ocupação da área evitando possíveis invasões.	Recurso Recolhido através de GRU.
PE.003-000	PARCELA	Contrato nº 012-2011	Sim	MONTESSES LIMITADA	ONEROSA	4485,62	Ocupação da área evitando possíveis invasões.	Recurso Recolhido através de GRU.
PE.003-000	PARCELA	Contrato nº 010-2013	Sim	VENEZA DIESEL COMÉRCIO LTDA.	ONEROSA	15792,1	Ocupação da área evitando possíveis invasões.	Recurso Recolhido através de GRU.
PE.003-000	PARCELA	Contrato nº 007-2013	Sim	SILVA ARAÚJO PARTICIPAÇÕES E INCORPORAÇÕES	ONEROSA	5308,48	Ocupação da área evitando possíveis invasões.	Recurso Recolhido através de GRU.
PE.003-000	PARCELA	Contrato nº 005-2009	Sim	MIRANDA & SANTOS	ONEROSA	1592,39	Ocupação da área evitando possíveis invasões.	Recurso Recolhido através de GRU.
PE.003-000	PARCELA	Contrato nº 006-2009	Sim	EQUAÇÃO GESTÃO	ONEROSA	796,18	Ocupação da área evitando possíveis invasões.	Recurso Recolhido através de GRU.

DT-INFRA RF								
IMÓVEL	ÁREA CEDIDA (TOTAL OU PARCELA)	ATO DE FORMALIZAÇÃO DA CESSÃO	EMPREENDIMENTO COM FINS LUCRATIVOS	CESSIONÁRIO	FORMA DE CONTRATAÇÃO (ONEROSA OU NÃO ONEROSA)	VALOR (R$)	BENEFÍCIO(S) RECEBIDO(S)	UTILIZAÇÃO DO RECURSO RECEBIDO, SE HOUVER
PE.003-000	PARCELA	Contrato nº001-2008	Sim	VERSAILLES SERVICE LTDA	ONEROSA	1713,7	Ocupação da área evitando possíveis invasões.	Recurso Recolhido através de GRU.
PE.003-000	PARCELA	Contrato nº 010-2011	Sim	MV INFORMÁTICA	ONEROSA	33599,53	Ocupação da área evitando possíveis invasões.	Recurso Recolhido através de GRU.
PE.003-000	PARCELA	Contrato nº 005-2011	Sim	ITALIANA AUTOMÓVEIS	ONEROSA	10959,43	Ocupação da área evitando possíveis invasões.	Recurso Recolhido através de GRU.
PE.003-000	PARCELA	Contrato nº 013-2011	Sim	METRÔ PETRÓLEO LIMITADA	ONEROSA	6024,39	Ocupação da área evitando possíveis invasões.	Recurso Recolhido através de GRU.
PE.004-000	PARCELA	Contrato nº 006-2011	Sim	PREMIER PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LIMITADA	ONEROSA	2973,16	Ocupação da área evitando possíveis invasões.	Recurso Recolhido através de GRU.
PE.004-000	PARCELA	Contrato nº 009-2013	Sim	ALEXANDRE CARDEAL MACHADO ME	ONEROSA	1546,06	Ocupação da área evitando possíveis invasões.	Recurso Recolhido através de GRU.
PE.004-000	PARCELA	Contrato nº 007-2011	Sim	SM RECIFE LOGÍSTICA	ONEROSA	7191,14	Ocupação da área evitando possíveis invasões.	Recurso Recolhido através de GRU.

DT-INFRA RF								
IMÓVEL	ÁREA CEDIDA (TOTAL OU PARCELA)	ATO DE FORMALIZAÇÃO DA CESSÃO	EMPREENDIMENTO COM FINS LUCRATIVOS	CESSIONÁRIO	FORMA DE CONTRATAÇÃO (ONEROSA OU NÃO ONEROSA)	VALOR (R$)	BENEFÍCIO(S) RECEBIDO(S)	UTILIZAÇÃO DO RECURSO RECEBIDO, SE HOUVER
PE.004-000	PARCELA	Contrato nº 002-2008	Sim	MARIA DO SOCORRO DE ARAÚJO SILVA SERVIÇOS-ME	ONEROSA	1947,32	Ocupação da área evitando possíveis invasões.	Recurso Recolhido através de GRU.
PE.004-000	PARCELA	Contrato nº 004-2011	Sim	MINUSA TRATOR PEÇAS	ONEROSA	3393,03	Ocupação da área evitando possíveis invasões.	Recurso Recolhido através de GRU.
PE.009-001	PARCELA	Contrato nº 003-2009	Sim	NASHE LIMITADA	ONEROSA	8261,09	Ocupação da área evitando possíveis invasões.	Recurso Recolhido através de GRU.
PE.009-001	PARCELA	Contrato nº 003-2013	Sim	AUTOSUL COMÉRCIO E SERVIÇO LIMITADA	ONEROSA	6214,07	Ocupação da área evitando possíveis invasões.	Recurso Recolhido através de GRU.
PE.009-002	PARCELA	Contrato nº 001-2009	Sim	MONTEIRO LOCAÇÕES LIMITADA ME	ONEROSA	955,43	Ocupação da área evitando possíveis invasões.	Recurso Recolhido através de GRU.
PE.006-000	PARCELA	Contrato nº 002-2015	Sim	BANCO DO BRASIL SA	ONEROSA	16769,39	Atividades necessárias para atendendimento de apoio à OM	Recurso Recolhido através de GRU.

DT-INFRA RF								
IMÓVEL	ÁREA CEDIDA (TOTAL OU PARCELA)	ATO DE FORMALIZAÇÃO DA CESSÃO	EMPREENDIMENTO COM FINS LUCRATIVOS	CESSIONÁRIO	FORMA DE CONTRATAÇÃO (ONEROSA OU NÃO ONEROSA)	VALOR (R$)	BENEFÍCIO(S) RECEBIDO(S)	UTILIZAÇÃO DO RECURSO RECEBIDO, SE HOUVER
PE.006-000	PARCELA	Contrato nº003-2015	Sim	BANCO SANTANDER	ONEROSA	9167,26	Atividades necessárias para atendendimento de apoio à OM	Recurso Recolhido através de GRU.
PE-006-000	PARCELA	Contrato nº 001/GAPRF-IICOMAR/2017	Sim	MÔNICA DE CASSIA BARBOSA GONÇALVES DA SILVA	ONEROSA	432,8	Ocupação da área evitando possíveis invasões.	Recurso Recolhido através de GRU.
PE-006-000	PARCELA	Contrato nº 002/GAPRF-IICOMAR/2017	Sim	EDSON DA SILVA BARBOSA	ONEROSA	80,4	Ocupação da área evitando possíveis invasões.	Recurso Recolhido através de GRU.
PE.007-000	PARCELA	Contrato nº 001-2011	Sim	CONSTRUTORA JÔ SANTOS	ONEROSA	1709,66	Ocupação da área evitando possíveis invasões.	Recurso Recolhido através de GRU.
PE.007-000	PARCELA	Contrato nº 005-2012	Sim	GERALDO JOSÉ DE SANTANA	ONEROSA	183,06	Ocupação da área evitando possíveis invasões.	Recurso Recolhido através de GRU.
PE.007-000	PARCELA	Contrato nº 004-2009	Sim	MANOEL GOMES DOS SANTOS (PADARIA S.C)	ONEROSA	2520,38	Ocupação da área evitando possíveis invasões.	Recurso Recolhido através de GRU.

DT-INFRA RF								
IMÓVEL	ÁREA CEDIDA (TOTAL OU PARCELA)	ATO DE FORMALIZAÇÃO DA CESSÃO	EMPREENDIMENTO COM FINS LUCRATIVOS	CESSIONÁRIO	FORMA DE CONTRATAÇÃO (ONEROSA OU NÃO ONEROSA)	VALOR (R$)	BENEFÍCIO(S) RECEBIDO(S)	UTILIZAÇÃO DO RECURSO RECEBIDO, SE HOUVER
PE.015-001	PARCELA	Contrato nº 016-2011	Sim	COMAQ – COM. MAQ. LTDA	ONEROSA	2177,49	Ocupação da área evitando possíveis invasões.	Recurso Recolhido através de GRU.
PE.006-000	PARCELA	Contrato nº 001-2014	Sim	CIRLEI BIU DE OLIVEIRA	ONEROSA	619,66	Ocupação da área evitando possíveis invasões.	Recurso Recolhido através de GRU.
PE.006-000	PARCELA	Contrato nº 003-2012	Sim	T. RAPHAEL DE A. NUNES SALAO DE BELEZA	ONEROSA	484,96	Ocupação da área evitando possíveis invasões.	Recurso Recolhido através de GRU.
PE.006-000	PARCELA	Contrato nº 004-2012	Sim	MARIA DO CARMO LIMA VASCONCELOS	ONEROSA	575,33	Ocupação da área evitando possíveis invasões.	Recurso Recolhido através de GRU.
PE.006-000	PARCELA	Contrato nº 007/IICOMAR/2016	Sim	AC FOFAN ÂNGELA CRISTINA FOFAN	ONEROSA	210	Ocupação da área evitando possíveis invasões.	Recurso Recolhido através de GRU.
PE-007-000	PARCELA	Contrato nº 004/II COMAR/2016	Sim	ARENA SPORTES, GOMES E CORREIRA LTDA	ONEROSA	389,64	Ocupação da área evitando possíveis invasões.	Recurso Recolhido através de GRU.

DT-INFRA RF								
IMÓVEL	ÁREA CEDIDA (TOTAL OU PARCELA)	ATO DE FORMALIZAÇÃO DA CESSÃO	EMPREENDIMENTO COM FINS LUCRATIVOS	CESSIONÁRIO	FORMA DE CONTRATAÇÃO (ONEROSA OU NÃO ONEROSA)	VALOR (R$)	BENEFÍCIO(S) RECEBIDO(S)	UTILIZAÇÃO DO RECURSO RECEBIDO, SE HOUVER
PE-007-000	PARCELA	Contrato nº 008/II COMAR/2016	Sim	PILATES JOANA DARC LTDA-ME	ONEROSA	360,00	Ocupação da área evitando possíveis invasões.	Recurso Recolhido através de GRU.
PE-007-000	PARCELA	Contrato nº 005/II COMAR/2016	Sim	MARIA CECILIANA	ONEROSA	250,00	Ocupação da área evitando possíveis invasões.	Recurso Recolhido através de GRU.
PE.006-000	PARCELA	Contrato nº 001-2013	Sim	LUIZ VENERANO	ONEROSA	411,64	Ocupação da área evitando possíveis invasões.	Recurso Recolhido através de GRU.
PE.006-000	PARCELA	Contrato nº 002-2016	Sim	DEYWSON SANTOS DE MELO – ME	ONEROSA	215,69	Ocupação da área evitando possíveis invasões.	Recurso Recolhido através de GRU.
PE.006-000	PARCELA	Contrato nº 003-2016	Sim	ALMIR PIRES DE OLIVEIRA	ONEROSA	369,76	Ocupação da área evitando possíveis invasões.	Recurso Recolhido através de GRU.
PE.074-000	PARCELA	Contrato nº 003-2017	Sim	DEYWSON SANTOS DE MELO – ME (barbearia)	ONEROSA	80,4	Ocupação da área evitando possíveis invasões.	Recurso Recolhido através de GRU.
PE.001-001	PARCELA	Contrato nº 03-2013	Sim	DEYWSON SANTOS DE MELO – ME (barbearia)	ONEROSA	474,48	Ocupação da área evitando possíveis invasões.	Recurso Recolhido através de GRU.

DT-INFRA RF								
IMÓVEL	ÁREA CEDIDA (TOTAL OU PARCELA)	ATO DE FORMALIZAÇÃO DA CESSÃO	EMPREENDIMENTO COM FINS LUCRATIVOS	CESSIONÁRIO	FORMA DE CONTRATAÇÃO (ONEROSA OU NÃO ONEROSA)	VALOR (R$)	BENEFÍCIO(S) RECEBIDO(S)	UTILIZAÇÃO DO RECURSO RECEBIDO, SE HOUVER
RN.017.001	Parcela (16.576,04 m2)	em processo final de elaboração: CDRUR 002/CLBI/2017	Não	Prefeitura do município de Natal	não onerosa	Não há	Captação de águas pluviais da região de Ponta Negra: importante elemento de drenagem a fim de minimizar alagamentos na área da bacia de drenagem.	Não Houve
RN.017.002	Parcela	em processo de elaboração: CDRUR 001/CLBI/2018	Não	Prefeitura do município de Parnamirim	não onerosa	Não há	Captação de águas pluviais da região de Cidade Verde: importante elemento de drenagem a fim de minimizar alagamentos na área da bacia de drenagem.	Não Houve
RN.017.002	Parcela (921 m2)	Contrato nº 02/CLBI/2009	Sim	Cia de águas e esgotos do RN (CAERN)	onerosa	51,49	Abrigo de válvulas antigolpes de aríete da adutora do Jiqui, para a distribuição de água tratada para os munícipes.	Recurso Recolhido através de GRU.

DT-INFRA RF								
IMÓVEL	ÁREA CEDIDA (TOTAL OU PARCELA)	ATO DE FORMALIZAÇÃO DA CESSÃO	EMPREENDIMENTO COM FINS LUCRATIVOS	CESSIONÁRIO	FORMA DE CONTRATAÇÃO (ONEROSA OU NÃO ONEROSA)	VALOR (R$)	BENEFÍCIO(S) RECEBIDO(S)	UTILIZAÇÃO DO RECURSO RECEBIDO, SE HOUVER
PE.001-001	PARCELA	Contrato nº 04-2013	Sim	VANDA LÚCIA CAVALCANT RODRIGUES-ME	ONEROSA	14160	Ocupação da área evitando possíveis invasões.	Recurso Recolhido através de GRU.
PE.001-001	PARCELA	Contrato nº 02-2013	Sim	BANCO BRADESCO S.A.	ONEROSA	9413,71	Ocupação da área evitando possíveis invasões.	Recurso Recolhido através de GRU.
PE.001-001	PARCELA	Contrato nº 01-2014	Sim	PETROBRAS DISTRIBUIDORA	ONEROSA	3444,94	Ocupação da área evitando possíveis invasões.	Recurso Recolhido através de GRU.
PE.010-000	PARCELA	Contrato nº 002-2014	Sim	URACY GONÇALVES MOREIRA ME – HARF (Cantina)	ONEROSA	1973	Ocupação da área evitando possíveis invasões.	Recurso Recolhido através de GRU.
PE.074-000	PARCELA	Contrato nº 001/IICOMAR/2017	Sim	OI MOVEL S/A (Termo de Credenciamento)	ONEROSA	1441,64	Ocupação da área evitando possíveis invasões.	Recurso Recolhido através de GRU.
PE.074-000	PARCELA	Contrato nº 002/IICOMAR/2017	Sim	TIM CELULAR S/A (Termo de Credenciamento)	ONEROSA	1441,64	Ocupação da área evitando possíveis invasões.	Recurso Recolhido através de GRU.

DT-INFRA RF								
IMÓVEL	ÁREA CEDIDA (TOTAL OU PARCELA)	ATO DE FORMALIZAÇÃO DA CESSÃO	EMPREENDIMENTO COM FINS LUCRATIVOS	CESSIONÁRIO	FORMA DE CONTRATAÇÃO (ONEROSA OU NÃO ONEROSA)	VALOR (R$)	BENEFÍCIO(S) RECEBIDO(S)	UTILIZAÇÃO DO RECURSO RECEBIDO, SE HOUVER
PE.006-000	PARCELA	Contrato nº 002/IICOMAR/2015	Não	ASSOCIAÇÃO ASA BRANCA	NÃO ONEROSA	Não há	Atender projeto Sócio-familiar com iniciação profissionalizante, visando inclusão de jovens em situação de risco social residentes no entorno da Guarnição.	Não Houve
PE.006-000	PARCELA	Contrato nº 001/IICOMAR/2015	Não	GRUPO DE ESCOTEIROS DO AR	NÃO ONEROSA	Não há	Atender projeto Cívico-social da guarnição em atenção a determinação do COMAER.	Não Houve
PE-058-000	PARCELA	Contrato Nº 001/IICOMAR/2008	Não	SECRETÁRIA ESPECIAL DE ESPORTES	NÃO ONEROSA	Não há	Conhecida como Colégio Santos Dumont, e que é utilizada pelo Governo do Estado de Pernambuco, há alguns anos, para fins de desenvolvimento de atividades de educação – 6 Escolas.	Não Houve

DT-INFRA RF								
IMÓVEL	**ÁREA CEDIDA (TOTAL OU PARCELA)**	**ATO DE FORMALIZAÇÃO DA CESSÃO**	**EMPREENDIMENTO COM FINS LUCRATIVOS**	**CESSIONÁRIO**	**FORMA DE CONTRATAÇÃO (ONEROSA OU NÃO ONEROSA)**	**VALOR (R$)**	**BENEFÍCIO(S) RECEBIDO(S)**	**UTILIZAÇÃO DO RECURSO RECEBIDO, SE HOUVER**
BA.001-010	Parcela	CONTRATO 005/BASV/2011	Sim	PLASKEM Embalagens Ltda	Onerosa	4.700,00	Valor arrecadado	Necessidades da Organização Militar
BA.003-000	Parcela	CONTRATO 001/BASV/2017	Sim	ANA CLÁUDIA DA CONCEIÇÃO BISPO DA SILVA (CANTINA CASSAS)	Onerosa	677,75	A cantina atende aos militares e respectivos familiares que frequentam o clube social dos Suboficiais e Sargentos	Necessidades da Organização Militar
BA.006-000	Total	CONTRATO 007/BASV/2003 (*SUB JUDICE*)	Sim	Tropical Fun	Onerosa	4.505,55	Valor arrecadado e ocupação da área	Necessidades da Organização Militar
BA.001-003	Parcela	CONTRATO 001/BASV/2010 (*SUB JUDICE*)	Sim	ATALEMA Associação de Taxistas	Onerosa	4.000,00	Valor arrecadado e ocupação da área	Necessidades da Organização Militar
RN 001-006	PARCELA	003/BANT/14	Não	Bandeirante	ONEROSA	3238,08	Não há	Recurso Recolhido através de GRU.
RN 034-000	PARCELA	003/BANT/14	Não	Bandeirante	ONEROSA		Não há	Recurso Recolhido através de GRU.

DT-INFRA RF								
IMÓVEL	ÁREA CEDIDA (TOTAL OU PARCELA)	ATO DE FORMALIZAÇÃO DA CESSÃO	EMPREENDIMENTO COM FINS LUCRATIVOS	CESSIONÁRIO	FORMA DE CONTRATAÇÃO (ONEROSA OU NÃO ONEROSA)	VALOR (R$)	BENEFÍCIO(S) RECEBIDO(S)	UTILIZAÇÃO DO RECURSO RECEBIDO, SE HOUVER
RN 001-67222	PARCELA	001/BANT/14	Não	Cassino do Of	ONEROSA	194,61	Não há	Recurso Recolhido através de GRU.
RN 001-67222	PARCELA	004/BANT/14	Sim	Lanchonete do ESD	ONEROSA	2557,13	Não há	Recurso Recolhido através de GRU.
RN 001-006	PARCELA	008/BANT/14	Sim	Lanchonete do ES	ONEROSA	194,48	Não há	Recurso Recolhido através de GRU.
RN 001-67222	PARCELA	009 BANT 14	Sim	Quiosque do ES	ONEROSA	306,11	Não há	Recurso Recolhido através de GRU.
RN 001-67222	PARCELA	007 BANT 14	Sim	Lanchonete do GLOG	ONEROSA	353,73	Atividades necessárias para atendimento de apoio à OM	Recurso Recolhido através de GRU.
RN 001-67222	PARCELA	005 BANT 14	Não	PALHOÇA COFAN	ONEROSA	461,36	Não há	Recurso Recolhido através de GRU.
RN 001-003	PARCELA	001 BANT 16	Não	CCTAN	ONEROSA	890,00	Não há	Recurso Recolhido através de GRU.
RN 001-67222	PARCELA	004 BANT 13	Sim	Lanchonete Geral	ONEROSA	566,18	Atividades necessárias para atendimento de apoio à OM	Recurso Recolhido através de GRU.

DT-INFRA RF								
IMÓVEL	ÁREA CEDIDA (TOTAL OU PARCELA)	ATO DE FORMALIZAÇÃO DA CESSÃO	EMPREENDIMENTO COM FINS LUCRATIVOS	CESSIONÁRIO	FORMA DE CONTRATAÇÃO (ONEROSA OU NÃO ONEROSA)	VALOR (R$)	BENEFÍCIO(S) RECEBIDO(S)	UTILIZAÇÃO DO RECURSO RECEBIDO, SE HOUVER
RN 001-002	PARCELA	006 BANT 16	Sim	BANCO SANTANDER	ONEROSA	10.773,92	Atividades necessárias para atendimento de apoio à OM	Recurso Recolhido através de GRU.
RN 001-002	PARCELA	005 BANT 16	Sim	LOJA DE SEGURO	ONEROSA	293,00	Não há	Recurso Recolhido através de GRU.
RN 001-002	PARCELA	007 BANT 16	Sim	LOJA FARDAMENTO	ONEROSA	262,00	Atividades necessárias para atendimento de apoio à OM	Recurso Recolhido através de GRU.
RN 001-002	PARCELA	012 BANT 16	Sim	Artigos Militares	ONEROSA	172,00	Não há	Recurso Recolhido através de GRU.
RN 001-002	PARCELA	011 BANT 16	Sim	ALFAIATARIA	ONEROSA	351,00	Atividades necessárias para atendimento de apoio à OM	Recurso Recolhido através de GRU.
RN 001-002	PARCELA	008 BANT 16	Não	Lanchonete e Merc	ONEROSA	211,00	Atividades necessárias para atendendimento de apoio à OM	Recurso Recolhido através de GRU.
RN 001-002	PARCELA	010 BANT 16	Sim	BARBEARIA SO E 1S	ONEROSA	294,00	Atividades necessárias para atendimento de apoio à OM	Recurso Recolhido através de GRU.

DT-INFRA RF								
IMÓVEL	ÁREA CEDIDA (TOTAL OU PARCELA)	ATO DE FORMALIZAÇÃO DA CESSÃO	EMPREENDIMENTO COM FINS LUCRATIVOS	CESSIONÁRIO	FORMA DE CONTRATAÇÃO (ONEROSA OU NÃO ONEROSA)	VALOR (R$)	BENEFÍCIO(S) RECEBIDO(S)	UTILIZAÇÃO DO RECURSO RECEBIDO, SE HOUVER
RN 001-002	PARCELA	009 BANT 16	Sim	BARBEARIA 2S E 3S	ONEROSA	296	Atividades necessárias para atendimento de apoio à OM	Recurso Recolhido através de GRU.
RN 001-002	PARCELA	013 BANT 16	Sim	LANCHONETE DSG	ONEROSA	341,00	Atividades necessárias para atendimento de apoio à OM	Recurso Recolhido através de GRU.
RN 001-67222	PARCELA	003 BANT 13	Sim	Barbearia dos Oficiais	ONEROSA	98,94	Atividades necessárias para atendimento de apoio à OM	Recurso Recolhido através de GRU.
RN 001-67222	PARCELA	002 BANT 16	Não	Corpo de Bombeiro	ONEROSA	355,81	Atividades necessárias para atendimento de apoio à OM	Recurso Recolhido através de GRU.
RN.017.001	PARCELA	Contrato nº 01/CLBI/2011	Sim	Banco do Brasil	ONEROSA	671,32	Atividades necessárias para atendimento de apoio à OM	Recurso Recolhido através de GRU.

DT-INFRA RF								
IMÓVEL	ÁREA CEDIDA (TOTAL OU PARCELA)	ATO DE FORMALIZAÇÃO DA CESSÃO	EMPREENDIMENTO COM FINS LUCRATIVOS	CESSIONÁRIO	FORMA DE CONTRATAÇÃO (ONEROSA OU NÃO ONEROSA)	VALOR (R$)	BENEFÍCIO(S) RECEBIDO(S)	UTILIZAÇÃO DO RECURSO RECEBIDO, SE HOUVER
RN.017.002	PARCELA	Contrato nº 01/CLBI/2009	Sim	Cia de águas e esgotos do RN (CAERN)	onerosa	29365,17	Estação de Tratamento de Esgotos do município: manutenção das condições adequadas de saneamento evitando a degradação dos corpos de água. A disposição adequada dos esgotos é essencial para a proteção da saúde pública.	Recurso Recolhido através de GRU.
RN.017.002	Parcela (921 m2)	Contrato nº 02/CLBI/2009	Sim	Cia de águas e esgotos do RN (CAERN)	onerosa	51,49	Abrigo de válvulas antigolpes de aríete da adutora do Jiqui, para a distribuição de água tratada para os munícipes.	Recurso Recolhido através de GRU.

DT-INFRA RF								
IMÓVEL	ÁREA CEDIDA (TOTAL OU PARCELA)	ATO DE FORMALIZAÇÃO DA CESSÃO	EMPREENDIMENTO COM FINS LUCRATIVOS	CESSIONÁRIO	FORMA DE CONTRATAÇÃO (ONEROSA OU NÃO ONEROSA)	VALOR (R$)	BENEFÍCIO(S) RECEBIDO(S)	UTILIZAÇÃO DO RECURSO RECEBIDO, SE HOUVER
RN.017.001	Parcela (10.010,00 m2)	Contrato nº 368/CLBI/2014	Não	Agência Espacial Brasileira (AEB)	não onerosa	Não há	Centro Vocacional Tecnológico Espacial (CVT-E): desenvolvimento de atividades voltadas para o ensino, pesquisa e extensão, trocas de informações técnicas e científicas, cursos, seminários e oficinas visando o sucesso do Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE)	Não Houve
RN.017.004	Parcela (552,00 m2)	em processo final de elaboração: CDRUR 001/CLBI/2017	Não	Departamento de Estradas de Rodagem (DER)	não onerosa	Não há	Funcionamento de uma ciclovia edificada na faixa de domínio da RN 063 em área sob jurisdição do CLBI. A ciclovia possibilita o lazer e a atividade esportiva dos munícipes.	Não Houve

DT-INFRA RF								
IMÓVEL	ÁREA CEDIDA (TOTAL OU PARCELA)	ATO DE FORMALIZAÇÃO DA CESSÃO	EMPREENDIMENTO COM FINS LUCRATIVOS	CESSIONÁRIO	FORMA DE CONTRATAÇÃO (ONEROSA OU NÃO ONEROSA)	VALOR (R$)	BENEFÍCIO(S) RECEBIDO(S)	UTILIZAÇÃO DO RECURSO RECEBIDO, SE HOUVER
RN.017.001	Parcela (16.576,04 m2)	em processo final de elaboração: CDRUR 002/CLBI/2017	Não	Prefeitura do município de Natal	não onerosa	Não há	Captação de águas pluviais da região de Ponta Negra: importante elemento de drenagem a fim de minimizar alagamentos na área da bacia de drenagem.	Não Houve
RN.017.002	Parcela	em processo de elaboração: CDRUR 001/CLBI/2018	Não	Prefeitura do município de Parnamirim	não onerosa	Não há	Captação de águas pluviais da região de Cidade Verde: importante elemento de drenagem a fim de minimizar alagamentos na área da bacia de drenagem.	Não Houve
RN.017.002	Parcela (921 m2)	Contrato nº 02/CLBI/2009	Sim	Cia de águas e esgotos do RN (CAERN)	onerosa	51,49	Abrigo de válvulas antigolpes de aríete da adutora do Jiqui, para a distribuição de água tratada para os munícipes.	Recurso Recolhido através de GRU.

DT-INFRA RF								
IMÓVEL	ÁREA CEDIDA (TOTAL OU PARCELA)	ATO DE FORMALIZAÇÃO DA CESSÃO	EMPREENDIMENTO COM FINS LUCRATIVOS	CESSIONÁRIO	FORMA DE CONTRATAÇÃO (ONEROSA OU NÃO ONEROSA)	VALOR (R$)	BENEFÍCIO(S) RECEBIDO(S)	UTILIZAÇÃO DO RECURSO RECEBIDO, SE HOUVER
RN.017.001	Parcela (10.010,00 m2)	Contrato nº 368/CLBI/2014	Não	Agência Espacial Brasileira (AEB)	não onerosa	Não há	Centro Vocacional Tecnológico Espacial (CVT-E): desenvolvimento de atividades voltadas para o ensino, pesquisa e extensão, trocas de informações técnicas e científicas, cursos, seminários e oficinas visando o sucesso do Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE)	Não Houve
RN.017.004	Parcela (552,00 m2)	em processo final de elaboração: CDRUR 001/CLBI/2017	Não	Departamento de Estradas de Rodagem (DER)	não onerosa	Não há	Funcionamento de uma ciclovia edificada na faixa de domínio da RN 063 em área sob jurisdição do CLBI. A ciclovia possibilita o lazer e a atividade esportiva dos munícipes.	Não Houve

DT-INFRA RF								
IMÓVEL	ÁREA CEDIDA (TOTAL OU PARCELA)	ATO DE FORMALIZAÇÃO DA CESSÃO	EMPREENDIMENTO COM FINS LUCRATIVOS	CESSIONÁRIO	FORMA DE CONTRATAÇÃO (ONEROSA OU NÃO ONEROSA)	VALOR (R$)	BENEFÍCIO(S) RECEBIDO(S)	UTILIZAÇÃO DO RECURSO RECEBIDO, SE HOUVER
RN.017.001	Parcela (16.576,04 m2)	em processo final de elaboração: CDRUR 002/CLBI/2017	Não	Prefeitura do município de Natal	não onerosa	Não há	Captação de águas pluviais da região de Ponta Negra: importante elemento de drenagem a fim de minimizar alagamentos na área da bacia de drenagem.	Não Houve
RN.017.002	Parcela	em processo de elaboração: CDRUR 001/CLBI/2018	Não	Prefeitura do município de Parnamirim	não onerosa	Não há	Captação de águas pluviais da região de Cidade Verde: importante elemento de drenagem a fim de minimizar alagamentos na área da bacia de drenagem.	Não Houve

DT-INFRA RF								
IMÓVEL	**ÁREA CEDIDA (TOTAL OU PARCELA)**	**ATO DE FORMALIZAÇÃO DA CESSÃO**	**EMPREENDIMENTO COM FINS LUCRATIVOS**	**CESSIONÁRIO**	**FORMA DE CONTRATAÇÃO (ONEROSA OU NÃO ONEROSA)**	**VALOR (R$)**	**BENEFÍCIO(S) RECEBIDO(S)**	**UTILIZAÇÃO DO RECURSO RECEBIDO, SE HOUVER**
CE.001-000	PARCELA	Contrato nº 005/BAFZ/2013	Sim	**(Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE, CNPJ nº. 07.040.108/0001-57)** Concessão de direito real de uso resolúvel, a título oneroso, de área de 9.996,79 m² para adutora de 2.304,57 m, com faixa de domínio de 5 m, sendo 2,5 m para cada lado a partir do eixo da tubulação, para ampliação da rede de abastecimento de água e esgotamento sanitário da região metropolitana de Fortaleza	ONEROSA	96.262,98 (anual)	Atendimento a interesse público (CAGECE) através de CDRUR com recolhimento de recurso através GRU.	Recurso Recolhido através de GRU.

DT-INFRA RF								
IMÓVEL	**ÁREA CEDIDA (TOTAL OU PARCELA)**	**ATO DE FORMALIZAÇÃO DA CESSÃO**	**EMPREENDIMENTO COM FINS LUCRATIVOS**	**CESSIONÁRIO**	**FORMA DE CONTRATAÇÃO (ONEROSA OU NÃO ONEROSA)**	**VALOR (R$)**	**BENEFÍCIO(S) RECEBIDO(S)**	**UTILIZAÇÃO DO RECURSO RECEBIDO, SE HOUVER**
CE.001-67221-E-002	PARCELA	Contrato nº 006/BAFZ/2013	Sim	**(Banco Bradesco S.A, CNPJ nº 60.746.948/0001-12)** Cessão de uso para atividades de apoio de uma área de 41,40 m2, localizada na Base Aérea de Fortaleza, para exploração exclusivamente de serviços bancários	ONEROSA	6.182,24 (mensal)	Atividades necessárias para atendendimento de apoio à OM	Recurso Recolhido através de GRU.

DT-INFRA RF								
IMÓVEL	**ÁREA CEDIDA (TOTAL OU PARCELA)**	**ATO DE FORMALIZAÇÃO DA CESSÃO**	**EMPREENDIMENTO COM FINS LUCRATIVOS**	**CESSIONÁRIO**	**FORMA DE CONTRATAÇÃO (ONEROSA OU NÃO ONEROSA)**	**VALOR (R$)**	**BENEFÍCIO(S) RECEBIDO(S)**	**UTILIZAÇÃO DO RECURSO RECEBIDO, SE HOUVER**
CE.001-67221-E-002	PARCELA	Contrato nº 007/BAFZ/2013	Sim	**(Banco Santander (Brasil) S.A., CNPJ nº 90.400.888/0001-42)** Cessão de uso para atividades de apoio de uma área de 48,00 m2, localizada na Base Aérea de Fortaleza, para exploração exclusivamente de serviços bancários	ONEROSA	6.385,09 (mensal)	Atividades necessárias para atendendimento de apoio à OM	Recurso Recolhido através de GRU.

DT-INFRA RF								
IMÓVEL	**ÁREA CEDIDA (TOTAL OU PARCELA)**	**ATO DE FORMALIZAÇÃO DA CESSÃO**	**EMPREENDIMENTO COM FINS LUCRATIVOS**	**CESSIONÁRIO**	**FORMA DE CONTRATAÇÃO (ONEROSA OU NÃO ONEROSA)**	**VALOR (R$)**	**BENEFÍCIO(S) RECEBIDO(S)**	**UTILIZAÇÃO DO RECURSO RECEBIDO, SE HOUVER**
CE 001-67221-H-002	PARCELA	Contrato nº 003/BAFZ/2014	Sim	**(R.R.C LUTIF - ME, CNPJ nº 07.104.916/0001-30)** Cessão de uso para atividades de apoio de uma área de 83,67 m², localizada na Base Aérea de Fortaleza, cadastrada na Subdiretoria de Patrimônio da Aeronáutica – SDPA sob o nº CE 001-67221-H-002 (benfeitoria), para exploração exclusivamente de serviços de lanchonete	ONEROSA	959,60 (mensal)	Atividades necessárias para atendendimento de apoio à OM	Recurso Recolhido através de GRU.

DT-INFRA RF								
IMÓVEL	**ÁREA CEDIDA (TOTAL OU PARCELA)**	**ATO DE FORMALIZAÇÃO DA CESSÃO**	**EMPREENDIMENTO COM FINS LUCRATIVOS**	**CESSIONÁRIO**	**FORMA DE CONTRATAÇÃO (ONEROSA OU NÃO ONEROSA)**	**VALOR (R$)**	**BENEFÍCIO(S) RECEBIDO(S)**	**UTILIZAÇÃO DO RECURSO RECEBIDO, SE HOUVER**
033-20-12-E-057	TOTAL	Contrato nº 001/BAFZ/2013	Não	**(Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC), inscrita no CNPJ nº 07.954.514/0001-25)** Cessão não onerosa de uma área de 5.176,00 m2, localizada na Av. Borges de Melo, s/nº, (em frente à BAFZ), para utilização exclusivamente na área educacional	NÃO ONEROSA	Não há	O Comando da Aeronáutica possui uma edificação que fica defronte à Base Aérea de Fortaleza, conhecida como Colégio Jenny Gomes, e que é utilizada pelo Governo do Estado do Ceará, há alguns anos, para fins de desenvolvimento de atividades de educação	Não Houve

DT-INFRA RJ								
IMÓVEL	ÁREA CEDIDA (TOTAL OU PARCELA)	ATO DE FORMALIZAÇÃO DA CESSÃO	EMPREENDIMENTO COM FINS LUCRATIVOS	CESSIONÁRIO	FORMA DE CONTRATAÇÃO (ONEROSA OU NÃO ONEROSA)	VALOR (R$)	BENEFÍCIO(S) RECEBIDO(S)	UTILIZAÇÃO DO RECURSO RECEBIDO, SE HOUVER
MG.014-001	PARCELA	CONTRATO Nº 09/CIAAR/2016	Sim	DOCE DELÍRIO CHOCOLATES FINOS LTDA-ME	ONEROSA	R$ 23.640,00	Não há	Não Houve
MG.057.001	PARCELA	CONTRATO Nº 02/PAMA-LS/2016	Sim	EDNA APARECIDA CARVALHO SILVA	ONEROSA	R$ 14.400,00	Não há	Não Houve
MG.057.001	PARCELA	CONTRATO Nº 4/PAMA-LS/2011	Sim	FUNDAÇÃO HABITACIONALDO EXÉRCITO – FHE	ONEROSA	R$ 15.840,00	Não há	Não Houve
MG.057.001	PARCELA	CONTRATO Nº 6/PAMA-LS/2011	Sim	BANCO BRADESCO	ONEROSA	R$ 352.800,00	Não há	Não Houve
MG.057.001	PARCELA	CONTRATO Nº 05/PAMA-LS/2011	Sim	BANCO DO BRASIL	ONEROSA	R$ 540.000,00	Não há	Não Houve
MG.057.001	PARCELA	CONTRATO Nº 05/PAMA-LS/2015	Sim	DEOSDETE ROSA GUIMARÃES SOUZA MEI	ONEROSA	R$ 60.121,03	Não há	Não Houve
RJ.001-000	PARCELA	CONTRATO Nº 007/GAP-AF-BAAF/2016	Sim	BANCO DO BRASIL	ONEROSA	R$ 50.400,00	Não há	Não Houve
RJ.001-000	PARCELA	CONTRATO Nº 008/GAP-AF-BAAF/2016	Sim	BANCO SANTANDER	ONEROSA	R$ 50.400,00	Não há	Não Houve
RJ.002-001	PARCELA	CONTRATO Nº 010/GAP-RJ/2016	Sim	BANCO SANTANDER	ONEROSA	R$ 638.400,00	Não há	Não Houve
RJ.002-001	PARCELA	CONTRATO Nº 052/GAP-RJ/2015	Sim	EDKIN LANCHES LTDA	ONEROSA	R$ 28.800,00	Não há	Não Houve
RJ.002-001	PARCELA	CONTRATO Nº 095/GAP-RJ/2015	Sim	THIAGO JOSE SAMPAIO MEDEIROS CANTINA -ME	ONEROSA	R$ 136.217,60	Não há	Não Houve
RJ.002-001	PARCELA	CONTRATO Nº 010/DIRMAB/2010	Sim	BANCO SANTANDER	ONEROSA	R$ 426.000,00	Não há	Não Houve

DT-INFRA RJ								
IMÓVEL	ÁREA CEDIDA (TOTAL OU PARCELA)	ATO DE FORMALIZAÇÃO DA CESSÃO	EMPREENDIMENTO COM FINS LUCRATIVOS	CESSIONÁRIO	FORMA DE CONTRATAÇÃO (ONEROSA OU NÃO ONEROSA)	VALOR (R$)	BENEFÍCIO(S) RECEBIDO(S)	UTILIZAÇÃO DO RECURSO RECEBIDO, SE HOUVER
RJ.002-012	PARCELA	CONTRATO Nº 003/III COMAR/2012	Sim	POSTO DE GASOLINA CANÁRIAS	ONEROSA	R$ 607.800,00	Não há	Não Houve
RJ.002-012	PARCELA	CONTRATO Nº 025/GAP-RJ/2015	Sim	JOSEFA LAURINDA DA SILVA LTDA	ONEROSA	R$ 117.600,00	Não há	Não Houve
RJ.002-013	PARCELA	CONTRATO Nº 097/GAPRJ/2016	Sim	BANCO DO BRASIL	ONEROSA	R$ 66.360,00	Não há	Não Houve
RJ.002-013	PARCELA	CONTRATO Nº 01/GAPS/2014	Sim	BANCO DO BRASIL	ONEROSA	R$ 61.350,84	Não há	Não Houve
RJ.002-013	PARCELA	CONTRATO Nº 02/GAPS/2014	Sim	BANCO SANTANDER	ONEROSA	R$ 59.417,04	Não há	Não Houve
RJ.002-013	PARCELA	CONTRATO Nº 003/GAPS/2014	Sim	MAJC BRAZIL LTDA-ME	ONEROSA	R$ 63.540,00	Não há	Não Houve
RJ.002-013	PARCELA	CONTRATO Nº 001/GAP-RJ/2015	Sim	BAR BELO JARDIM LTDA	ONEROSA	R$ 984.000,00	Não há	Não Houve
RJ.002-013	PARCELA	CONTRATO Nº 001/GAP-RJ/2013	Sim	FÓRMULA ILHA AUTOPEÇAS E SERVIÇOS LTDA-ME	ONEROSA	R$ 330.000,00	Não há	Não Houve
RJ.002-013	PARCELA	CONTRATO Nº 002/GAP-RJ/2015	Sim	PEIXARIA SIRI DO GALEÃO LTDA	ONEROSA	R$ 267.000,00	Não há	Não Houve
RJ.002-013	PARCELA	CONTRATO Nº 002/GAP-RJ/2012	Sim	WBN ARTIGOS DE LIVROS E MATERIAL ESCOLAR LTDA	ONEROSA	R$ 85.260,00	Não há	Não Houve
RJ.002-013	PARCELA	CONTRATO Nº 042/GAP-RJ/2016	Sim	TOP PASTRY ALIMENTOS LTDA	ONEROSA	R$ 153.000,00	Não há	Não Houve

DT-INFRA RJ								
IMÓVEL	ÁREA CEDIDA (TOTAL OU PARCELA)	ATO DE FORMALIZAÇÃO DA CESSÃO	EMPREENDIMENTO COM FINS LUCRATIVOS	CESSIONÁRIO	FORMA DE CONTRATAÇÃO (ONEROSA OU NÃO ONEROSA)	VALOR (R$)	BENEFÍCIO(S) RECEBIDO(S)	UTILIZAÇÃO DO RECURSO RECEBIDO, SE HOUVER
RJ.004-001	PARCELA	CONTRATO Nº 002/BASC/2013	Sim	BANCO DO BRASIL	ONEROSA	R$ 600.000,00	Não há	Não Houve
RJ.004-001	PARCELA	CONTRATO Nº 007/GAP-RJ/2014	Sim	BANCO SANTANDER	ONEROSA	R$ 600.000,00	Não há	Não Houve
RJ.004-001	PARCELA	CONTRATO Nº 001/BASC/2013	Sim	ÉRICA REGINA BARBOSA DA SILVA	ONEROSA	R$ 22.200,00	Não há	Não Houve
RJ.004-001	PARCELA	CONTRATO Nº 001/BASC/2014	Não	PETROBRAS DISTRIBUIDORA S/A	NÃO ONEROSA	GRATUITO	Não há	Não Houve
RJ.004-001	PARCELA	CONTRATO Nº 002/BASC/2016	Sim	FAMÍLIA RIEGER COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA	ONEROSA	R$ 81.600,00	Não há	Não Houve
RJ.010-000	PARCELA	CONTRATO Nº 004/GAP-RJ/2016	Sim	BANCO BRADESCO	ONEROSA	R$ 85.500,00	Não há	Não Houve
RJ.010-000	PARCELA	CONTRATO Nº 006/GAP-RJ/2016	Sim	BANCO SANTANDER	ONEROSA	###	Não há	Não Houve
RJ.010-000	PARCELA	CONTRATO Nº 35/GAP-RJ/2016	Sim	THIAGO JOSÉ SAMPAIO CANTINA ME	ONEROSA	R$ 667.920,00	Não há	Não Houve
RJ.012-001	PARCELA	CONTRATO Nº 78/GAP-RJ/2016	Sim	MAXPESA TRANSPORTES EIRLI EPP	ONEROSA	R$ 510.000,00	Não há	Não Houve
RJ.016-001	PARCELA	CONTRATO Nº 001/GAPS/2015	Sim	TOP PASTRY ALIMENTOS LTDA-ME	ONEROSA	R$ 178.500,00	Não há	Não Houve

DT-INFRA SP								
IMÓVEL	ÁREA CEDIDA (TOTAL OU PARCELA)	ATO DE FORMALIZAÇÃO DA CESSÃO	EMPREENDIMENTO COM FINS LUCRATIVOS	CESSIONÁRIO	FORMA DE CONTRATAÇÃO (ONEROSA OU NÃO ONEROSA)	VALOR (R$)	BENEFÍCIO(S) RECEBIDO(S)	UTILIZAÇÃO DO RECURSO RECEBIDO, SE HOUVER
SP.001-001	parcela	Cessão de Uso por Arrendamento Contrato n° 007/IVCOMAR/2016	Sim	Banco Santander	Oneroso	R$ 3.300,00	Funcionamento de posto de atendimento bancário e 2 (dois) caixas eletrônicos, destinados ao público interno do COMGAP.	Pagamento através de GRU
SP.002-000	parcela	Cessão de Uso sob condições especiais	Não	Município de São Paulo	Não Oneroso	Não há	Implantação de um Parque e um Museu Aeroespacial	Não Houve
SP.002-67115-E-015	parcela	Contrato 005/GAPSP-PAMASP/2018 (TONHO)	Sim	D. VERÍSSIMO PEDROSA BAR E LANCHES	ONEROSA	R$ 900,00	Fornecimento de alimentação diversificada e em horários diferenciados do disponibilizado pela OM, contribuindo para satisfação dos usuários.	O crédito que retorna da fonte 510 tem sido usado para os serviços de vida vegetativa e contratos da área administrativa do PAMASP, tais como manutenção predial, limpeza e conservação, entre outros.
SP.002-67115-E-013	parcela	Contrato 018/GAPSP-PAMASP/2018 (BANCO DO BRASIL)	Sim	BANCO DO BRASIL	ONEROSA	R$ 2.300,00	Prestação de serviços bancários, contribuindo para a satisfação dos usuários do PAMASP.	
SP.002-67115-E-013	parcela	Contrato 005/PAMASP/2016 (BANCO SANTANDER)	Sim	BANCO SANTANDER	ONEROSA	R$ 1.895,00	Prestação de serviços bancários, contribuindo para a satisfação dos usuários do PAMASP.	
SP.002-67115-E-013	parcela	Contrato 001/PAMASP/2016 (FHE/POUPEX)	Sim	FUNDAÇÃO HABITACIONAL DO EXÉRCITO – FHE	ONEROSA	R$ 825,25	Prestação de serviços disponibilizados por uma instituição financeira controlada pelo FHE, eminentemente com finalidade social.	
SP.002-67115-E039	parcela	Contrato 002/PAMASP/2016 (CANTINA CINFAI)	Sim	ELIZABETE CRISTINA VALLIM DA SILVA ROTSSERIE	ONEROSA	R$ 1.868,17	Prestação de serviço de confecção de lanches e bebidas, contribuindo para a satisfação dos usuários do PAMASP.	
SP.002-67115-E-039	parcela	Contrato 003/PAMASP/2016 (BANCA DE JORNAIS E REVISTAS)	Sim	MARIA YOKO YAMASAKI	ONEROSA	R$ 122,00	Possibilitar acesso aos serviços de mídia impressa, com celeridade e segurança.	

ANEXO II

APRESENTAÇÃO

A Diretoria de Economia e Finanças da Aeronáutica - DIREF, por meio da Subdiretoria de Contabilidade - SUCONT, é responsável pela análise e avaliação das Demonstrações Contábeis do Comando da Aeronáutica (COMAER), as quais são constituídas pelo Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, extraídos do Sistema de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, e Notas Explicativas.

As DCON têm abrangência sobre todas as unidades gestoras que fazem a sua execução financeira, orçamentária e patrimonial no SIAFI sob a estrutura administrativa da Unidade Prestadora de Contas (UPC) do COMAER, conforme definida pelas Decisões Normativas - TCU Nº 161, de 1º de novembro de 2017 e 163, de 6 de dezembro de 2017. Dessa forma, as Demonstrações Contábeis foram emitidas com a integração dos saldos das contas dos Órgãos Comando da Aeronáutica e Fundo Aeronáutico, os quais compreendem as unidades gestoras executoras sob a supervisão da UPC do COMAER. Destaca-se que, para possibilitar consolidação dos saldos de forma a excluir as contas do Órgão Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica, foi criado, no SIAFI, o Agrupamento denominado EMAER. Frisa-se que somente a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido foi emitida por Órgão (sem a consolidação) em razão do SIAFI não permitir a consolidação da DMPL por meio da função "Agrupamento".

O Órgão Comando da Aeronáutica é representado pelas Unidades Gestoras Executoras pertencentes à estrutura administrativa do COMAER, as quais efetuam a execução orçamentária, financeira e patrimonial no SIAFI, com o fito de contribuírem para o cumprimento da missão institucional do Comando da Aeronáutica, que é, conforme preconiza a Diretriz do Comando da Aeronáutica 11-45/2016, "Manter a Soberania do Espaço Aéreo e integrar o território nacional, com vistas à Defesa da Pátria".

O Fundo Aeronáutico, criado pelo Decreto-Lei nº 8.373, de 14 de dezembro de 1945, é um fundo de natureza contábil destinado a auxiliar o provimento de recursos financeiros para o aparelhamento da Força Aérea Brasileira e para as realizações ou serviços que se façam necessários, no sentido de assegurar o cumprimento eficiente da missão constitucional da Aeronáutica.

Destaca-se que o COMAER, por intermédio da Secretaria de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica (SEFA), bem como da DIREF, atento ao cenário externo e à evolução da Contabilidade Federal, tem atuado de forma ativa nos projetos e processos de mudanças conduzidos pela STN, o que tem permitido a adequada condução dos assuntos relacionados à Contabilidade no âmbito da Aeronáutica.

Nesse sentido, na busca pelo contínuo aprimoramento das atividades de Contabilidade e diante da obrigação de registrar e evidenciar os atos e fatos da gestão do patrimônio público sob responsabilidade do COMAER, relacionados às execuções orçamentária e financeira, bem como à administração dos bens patrimoniais, com o objetivo de orientar processos de prestação de contas e a subsidiar processos de tomada de decisão, o Comandante da Aeronáutica instituiu, por intermédio da Portaria nº 46/GC3, de 15 de janeiro de 2014, o Sistema de Contabilidade do Comando da Aeronáutica (SISCONTAER).

Adicionalmente, com o intuito de normalizar as atividades de Contabilidade, o COMAER criou instrumento para organizar e disciplinar o funcionamento do SISCONTAER, estabelecendo suas atividades, finalidade, estrutura e competências. O objetivo principal desta Norma é sistematizar o relacionamento entre o Órgão Central, os Órgãos Setoriais, os Executivos e o Supervisionado, no que se refere à orientação normativa, ao suporte técnico, ao monitoramento e controle da execução contábil e à produção de informações gerenciais, respeitada a subordinação hierárquica dos elos envolvidos. Nesse contexto, o ciclo de processos da Contabilidade é integrado pelas atividades de orientação normativa, suporte da execução contábil, monitoramento e controle das execuções

orçamentária, financeira e patrimonial, e análise e elaboração de informações gerenciais. Essas atividades têm como foco, em última análise, o usuário da informação contábil.

Ciclos de Processos da Contabilidade no COMAER



Fonte: Portaria nº 46/GC3, de 15 de janeiro de 2014

Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis Consolidadas do Órgão Superior Comando da Aeronáutica foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI (Macrofunções editadas pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN).

As estruturas e a composição das Demonstrações Contábeis (DCON) estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras. Dessa forma, as DCON são compostas por:

I. Balanço Patrimonial (BP);

II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);

III. Balanço Orçamentário (BO);

IV. Balanço Financeiro (BF);

V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); e

VI. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).

Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da União, tendo em consideração as opções e premissas do modelo PCASP.

(a) Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras

A moeda funcional é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

A única exceção se refere aos saldos iniciais de Caixa e Equivalentes de Caixa, no BF e na DFC, que utilizam a taxa vigente no dia 31 de dezembro do exercício anterior.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

(c) Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: créditos por dano ao patrimônio e adiantamentos. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicáveis.

É constituído também ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

(d) Estoques

Compreendem as mercadorias para revenda, os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado, materiais em trânsito. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

(e) Ativo realizável a longo prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo, em sua grande maioria, decorrentes de créditos por dano ao patrimônio. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

(f) Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

(g) Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

(h) Depreciação dos bens móveis e imóveis

A vida útil econômica dos bens móveis é estabelecida com base na tabela constante da Macrofunção 02.03.30 Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, suas Autarquias e Fundações, do Manual SIAFI, para cada grupo contábil da conta 1.2.3.1.0.00.00 - Bens Móveis.

A depreciação é realizada pelo método linear ou das cotas constantes, com as taxas calculadas a partir do tempo de vida útil e da taxa de valor residual de cada grupo de bens móveis, de conformidade com a tabela constante da Macrofunção 02.03.30 – Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta União, Autarquias e Fundações.

Para os bens imóveis, o valor depreciado é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação é iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

(i) Passivos circulantes e não circulantes

As obrigações do COMAER são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; empréstimos e financiamentos; fornecedores e contas a pagar; obrigações fiscais; provisões e demais obrigações.

A seguir, são detalhados os principais itens dos demonstrativos contábeis. Nas tabelas, apresentadas nas Notas Explicativas, podem ser encontradas divergências entre a soma das parcelas e o respectivo total em função de arredondamentos.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS
BALANÇO PATRIMONIAL

R$

	NE	31/12/2017	31/12/2016
Ativo Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	7.955.265.877,92	6.992.054.636,99
Créditos a Curto Prazo			
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	2	5.139.569,50	285.389.466,66
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		-	-
Estoques		5.351.068.282,68	5.011.666.891,96
VPDs Pagas Antecipadamente		-	-
Total do Ativo Circulante		**13.311.473.730,10**	**12.289.110.995,61**
Ativo Não Circulante			
Ativo Realizável a Longo Prazo	3	730.193,05	174.084,40
Créditos a Longo Prazo			
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo		730.193,05	174.084,40
Investimentos		-	-
Imobilizado	4	106.383.627.722,67	101.493.498.888,09
Intangível	5	7.686.862,63	11.309.536,08
Diferido		-	-
Total do Ativo Não Circulante		**106.392.044.778,35**	**101.504.982.508,57**
TOTAL DO ATIVO		**119.703.518.508,45**	**113.794.093.504,18**
Passivo Circulante			
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	6		101.234,03
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	8	468.422.104,53	380.404.718,20
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	7	115.506.343,78	16.734.481,87
Obrigações Fiscais a Curto Prazo			110,81
Demais Obrigações a Curto Prazo		86.260.655,90	100.469.372,27
Total do Passivo Circulante		**670.189.104,21**	**497.709.917,18**
Passivo Não Circulante			
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	6	-	-
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	8	5.837.297.883,87	4.380.059.167,80
Provisões a Longo Prazo	9	21.536.895.408,73	-
Demais Obrigações a Longo Prazo		449.635,05	454.855,28
Resultado Diferido		-	-
Total do Passivo Não Circulante		**27.374.642.927,65**	**4.380.514.023,08**
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		**28.044.832.031,86**	**4.878.223.940,26**
Patrimônio Líquido			
Demais Reservas			4.718.925.629,76
Resultados Acumulados		91.658.686.476,59	104.196.943.934,16

Resultado do Exercício		4.604.338.426,10	5.360.921.161,65
Resultados de Exercícios Anteriores		104.222.042.859,02	98.840.591.883,00
Ajustes de Exercícios Anteriores	11	-17.167.694.808,53	-4.569.110.49
Total do Patrimônio Líquido		**91.658.686.476,59**	**108.915.869.563,92**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**119.703.518.508,45**	**113.794.093.504,18**

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

	NE	31/12/2017	31/12/2016
Variações Patrimoniais Aumentativas			
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		-	-
Contribuições		761.989.478,24	699.192.270,42
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		2.422.996.072,47	2.389.435.422,34
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		2.184.271.839,92	2.169.873.235,19
Transferências e Delegações Recebidas		70.329.040.797,32	205.073.630.131,55
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		7.925.073.700,84	16.563.117.772,49
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		384.524.740,52	336.026.677,36
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)		**84.007.896.629,31**	**227.231.275.509,35**
Variações Patrimoniais Diminutivas			
Pessoal e Encargos		6.691.661.480,08	5.766.341.743,28
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		10.122.436.592,07	9.597.194.391,07
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		3.645.877.417,49	3.483.029.972,79
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		2.104.183.376,32	1.774.526.349,98
Transferências e Delegações Concedidas		53.396.927.690,32	186.908.905.682,22
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		3.427.502.265,30	14.322.596.708,93
Tributárias		572.377,02	504.815,57
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados		4.024.800,62	2.575.578,64
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		10.372.204,06	14.679.105,24
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)		**79.403.558.203,28**	**221.870.354.347,72**
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I - II)	**14**	**4.604.338.426,03**	**5.360.921.161,63**

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Receitas Correntes (I)	**16**	**3.215.452.653,00**	**3.215.452.653,00**	**3.389.298.839,90**	**173.846.186,90**
Receitas Tributárias		-	-	-	-
Receitas de Contribuições		-	-	-	-
Receita Patrimonial		644.868.839,00	644.868.839,00	722.299.188,18	77.430.349,18
Receita Agropecuária		-	-	-	-
Receita Industrial		-	-	-	-
Receitas de Serviços		2.416.549.952,00	2.416.549.952,00	2.534.594.808,63	118.044.856,63
Transferências Correntes		15.523.786,00	15.523.786,00	8.570.289,12	-6.953.496,88
Outras Receitas Correntes		138.510.076,00	138.510.076,00	123.834.553,97	-14.675.522,03
Receitas de Capital (II)	**16**	**1.576.259.664,00**	**1.576.259.664,00**	**1.865.444.112,73**	**289.184.448,73**
Operações de Crédito		1.567.013.470,00	1.567.013.470,00	1.863.906.513,51	296.893.043,51
Alienação de Bens		9.246.194,00	9.246.194,00	1.537.599,22	-7.708.594,78
Amortização de Empréstimos					
Transferências de Capital		-	-	-	-
Outras Receitas de Capital		-	-	-	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores (III)		**-**	**-**	**-**	**-**
SUBTOTAL DE RECEITAS (IV) = (I + II + III)		**4.791.712.317,00**	**4.791.712.317,00**	**5.254.742.952,63**	**463.030.635,63**
REFINANCIAMENTO		**-**	**-**	**-**	**-**
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		**4.791.712.317,00**	**4.791.712.317,00**	**5.254.742.952,63**	**463.030.635,63**
DÉFICIT	**18**			**18.870.066.182,10**	**18.870.066.182,10**
TOTAL		**4.791.712.317,00**	**4.791.712.317,00**	**24.124.809.134,73**	**19.333.096.817,73**
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA		**-**	**-**	**-**	**-**
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro		-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação		-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos		-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos		-	-	-	-

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Despesas Correntes	**17**	**19.912.819.464,00**	**19.855.610.693,00**	**19.837.530.392,63**	**18.914.206.695,35**	**18.906.745.692,00**	**18.080.300,37**
Pessoal e Encargos Sociais		16.238.523.733,00	16.348.731.419,00	16.267.228.814,13	16.267.216.063,49	16.267.216.063,49	81.502.604,87
Juros e Encargos da Dívida		228.123.000,00	228.123.000,00	208.739.239,92	208.739.239,92	208.739.239,92	19.383.760,08
Outras Despesas Correntes		3.446.172.731,00	3.278.756.274,00	3.361.562.338,58	2.438.251.391,94	2.430.790.388,59	-82.806.064,58
DESPESAS DE CAPITAL	**17**	**4.378.625.392,00**	**3.538.423.987,19**	**3.885.633.844,29**	**3.122.564.552,53**	**3.019.068.334,14**	**-347.209.857,10**
Investimentos		3.991.385.358,00	3.528.828.851,00	3.880.663.858,94	3.122.560.352,53	3.019.064.134,14	-351.835.007,94
Inversões Financeiras		6.440.034,00	5.440.034,00	4.969.985,35	4.200,00	4.200,00	470.048,65
Amortização da Dívida		380.800.000,00	4.155.102,19	-	-	-	4.155.102,19
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		**19.770.428,00**	**19.770.428,00**	**-**	**-**	**-**	**19.770.428,00**
RESERVA DO RPPS		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
SUBTOTAL DAS DESPESAS		**24.311.215.284,00**	**23.413.805.108,19**	**23.723.164.236,92**	**22.036.771.247,88**	**21.925.814.026,14**	**-309.359.128,73**
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO		**-**	**401.644.897,81**	**401.644.897,81**	**401.644.897,81**	**401.644.897,81**	
Amortização da Dívida Interna		-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária		-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa		-	401.644.897,81	401.644.897,81	401.644.897,81	401.644.897,81	
Dívida Mobiliária		-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas		-	401.644.897,81	401.644.897,81	401.644.897,81	401.644.897,81	
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		**24.311.215.284,00**	**23.815.450.006,00**	**24.124.809.134,73**	**22.438.416.145,69**	**22.327.458.923,95**	**-309.359.128,73**
TOTAL		**24.311.215.284,00**	**23.815.450.006,00**	**24.124.809.134,73**	**22.438.416.145,69**	**22.327.458.923,95**	**-309.359.128,73**

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

R$

	Inscritos					
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
Despesas Correntes	**79.283.980,42**	**834.219.367,86**	**811.206.218,21**	**810.605.588,13**	**27.710.988,73**	**75.186.771,42**
Pessoal e Encargos Sociais	-	116.864,65	-	-	116.864,65	
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	
Outras Despesas Correntes	79.283.980,42	834.102.503,21	811.206.218,21	810.605.588,13	27.594.124,08	**75.186.771,42**
Despesas de Capital	**98.986.107,08**	**933.428.590,93**	**923.595.906,96**	**923.132.825,94**	**13.584.769,21**	**95.697.102,86**
Investimentos	98.819.534,50	931.232.313,87	921.494.449,97	921.031.368,95	13.584.768,63	**95.435.710,79**
Inversões Financeiras	166.572,58	2.196.277,06	2.101.456,99	2.101.456,99	0,58	**261.392,07**
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	
TOTAL	**178.270.087,50**	**1.767.647.958,79**	**1.734.802.125,17**	**1.733.738.414,07**	**41.295.757,94**	**170.883.874,28**

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

R$

	Inscritos				
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
Despesas Correntes	**631.151,83**	**8.361.317,35**	**8.129.343,67**	**448.612,71**	**414.512,80**
Pessoal e Encargos Sociais	-	78.803,69	-	78.803,68	0,01
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-0,01	0,01
Outras Despesas Correntes	631.151,83	8.282.513,66	8.129.343,67	369.809,04	414.512,78
Despesas de Capital	**20.515,26**	**6.665.858,69**	**6.619.939,17**	**2.467,90**	**63.966,88**
Investimentos	20.515,26	6.665.858,69	6.619.939,17	2.467,92	63.966,86
Inversões Financeiras	-	-	-	-0,01	0,01
Amortização da Dívida	-	-	-	-0,01	0,01
TOTAL	**651.667,09**	**15.027.176,04**	**14.749.282,84**	**451.080,61**	**478.479,68**

BALANÇO FINANCEIRO

R$

	NE	31/12/2017	31/12/2016
Ingressos	13		
Receitas Orçamentárias (I)		**5.254.742.952,63**	**5.819.978.981,19**
Ordinárias		1.198.682,91	11.384.122,39
Vinculadas		5.422.332.312,36	5.811.501.649,95
(-) Deduções da Receita Orçamentária		-168.788.042,64	-2.906.791,15
Transferências Financeiras Recebidas (II)		**45.506.796.106,20**	**43.052.500.344,47**
Resultantes da Execução Orçamentária		40.269.176.122,21	37.130.465.549,46
Independentes da Execução Orçamentária		5.237.619.983,99	5.922.034.795,01
Aporte ao RPPS		-	-
Aporte ao RGPS		-	-
Recebimentos Extraorçamentários (III)		**5.200.439.945,52**	**5.112.087.794,65**
Saldo do Exercício Anterior (IV)		**6.992.054.636,99**	**6.136.843.153,94**
Caixa e Equivalentes de Caixa		6.992.054.636,99	6.136.843.153,94
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)		**62.954.033.641,34**	**60.121.410.274,25**
Dispêndios			
Despesas Orçamentárias (VI)		**24.124.809.134,73**	**22.335.445.272,31**
Ordinárias		9.776.348.774,10	13.416.245.030,97
Vinculadas		14.348.460.360,63	8.919.200.241,34
Transferências Financeiras Concedidas (VII)		**26.517.732.908,77**	**24.643.639.828,31**
Resultantes da Execução Orçamentária		20.702.927.438,38	19.248.724.551,55
Independentes da Execução Orçamentária		5.814.805.470,39	5.394.915.276,76
Despesas Extraorçamentárias (VIII)		**4.356.225.719,92**	**6.150.270.536,64**
Saldo para o Exercício Seguinte (IX)		**7.955.265.877,92**	**6.992.054.636,99**
Caixa e Equivalentes de Caixa		7.955.265.877,92	6.992.054.636,99
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)		**62.954.033.641,34**	**60.121.410.274,25**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

R$

	NE	31/12/2017	31/12/2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES			
	12		
Ingressos		**52.299.183.765,31**	**49.604.763.371,34**
Receitas Derivadas e Originárias		3.380.728.550,78	3.193.048.718,19
Transferências Correntes Recebidas		8.570.289,12	13.789.599,41
Outros Ingressos das Operações		48.909.884.925,41	46.397.925.053,74
Desembolsos		**-48.851.950.640,05**	**-45.999.867.205,79**
Pessoal e Demais Despesas		-19.294.470.537,49	-17.929.321.212,74
Juros e Encargos da Dívida		-208.739.239,92	-166.839.846,41
Transferências Concedidas		-223.269.930,86	-311.339.590,82
Outros Desembolsos das Operações		-29.125.470.931,78	-27.592.366.555,82
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (I)		**3.447.233.125,26**	**3.604.896.165,55**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
	12		
INGRESSOS		**1.537.599,22**	**6.727.879,47**
Alienação de Bens		1.537.599,22	6.727.879,47
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos			
Outros Ingressos de Investimentos		-	-
DESEMBOLSOS		**-3.947.821.099,25**	**-4.967.806.712,46**
Aquisição de Ativo Não Circulante		-1.677.047.240,64	-2.539.513.512,55
Concessão de Empréstimos e Financiamentos			
Outros Desembolsos de Investimentos		-2.270.773.858,61	-2.428.293.199,91
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (II)		**-3.946.283.500,03**	**-4.961.078.832,99**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
	12		
INGRESSOS		**1.863.906.513,51**	**2.606.412.784,12**
Operações de Crédito		1.863.906.513,51	2.606.412.784,12
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais		-	-
Transferências de Capital Recebidas		-	-
Outros Ingressos de Financiamento		-	-
DESEMBOLSOS		**-401.644.897,81**	**-395.018.633,63**
Amortização / Refinanciamento da Dívida		-401.644.897,81	-395.018.633,63
Outros Desembolsos de Financiamento		-	-
Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento (III)		**1.462.261.615,70**	**2.211.394.150,49**
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (I + II + III)		**963.211.240,93**	**855.211.483,05**
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial		**6.992.054.636,99**	**6.136.843.153,94**

Caixa e Equivalentes de Caixa Final	**7.955.265.877,92**	**6.992.054.636,99**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Comando da Aeronáutica – Órgão 52111

R$

Especificação	NE	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2016		-	-	-	-	4.718.925.629,76	93.332.264.386,32	-	-	98.051.190.016,08
Variação Cambial		-	-	-	-	-	-396.053.164,10	-	-	-396.053.164,10
Ajustes de Exercício Anterior		-	-	-	-	-	-653.147.392,11	-	-	-653.147.392,11
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos		-	-	-	-	-	-808.842,22	-	-	-808.842,22
Resultado do Exercício		-	-	-	-	-	3.639.911.476,98	-	-	3.639.911.476,98
Constituição/Reversão de Reservas		-	-	-	-	-	1.602.509.393,57	-	-	1.602.509.393,57
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação		-	-	-	-	-	647.292.962,14	-	-	647.292.962,14
Saldo Final do Exercício 2016		-	-	-	-	4.718.925.629,76	98.171.968.820,58	-	-	102.890.894.450,34

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2017	-	-	-	-	4.718.925.629,76	98.171.968.820,60	-	-	102.890.894.450,36
Variação Cambial	-	-	-	-	-	25.098.924,90	-	-	25.098.924,90
Ajustes de Exercício Anterior	-	-	-	-	-	-21.886.587.255,47	-	-	-21.886.587.255,47
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-4.718.925.629,76	4.718.892.446,94	-	-	-33.182,82
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	3.745.151.685,22	-	-	3.745.151.685,22
Saldo Final do Exercício 2017	-	-	-	-		84.774.524.622,19	-	-	84.774.524.622,19

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Fundo Aeronáutico – Órgão 52911

R$

Especificação	NE	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2016		-	-	-	-	-	5.257.087.698,66	-	-	5.257.087.698,66
Variação Cambial		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercício Anterior		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício		-	-	-	-	-	767.887.414,90	-	-	767.887.414,90
Constituição/Reversão de Reservas		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2016		-	-	-	-		6.024.975.113,56	-	-	6.024.975.113,56

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2017	-	-	-	-	-	6.024.975.113,56	-	-	6.024.975.113,56
Variação Cambial	-	-	-	-	-		-	-	-
Ajustes de Exercício Anterior	-	-	-	-	-		-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-		-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	859.186.740,84	-	-	859.186.740,84
Saldo Final do Exercício 2017	-	-	-	-	-	6.884.161.854,40	-	-	6.884.161.854,40

NOTAS EXPLICATIVAS

01 – CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

O grupo "*Caixa e Equivalentes de Caixa*" contempla o numerário e outros bens e direitos com maior capacidade de conversibilidade em moeda e está segmentada em "Moeda Nacional" e em "Moeda Estrangeira".

Tabela 01 – Caixa e Equivalente de Caixa - Composição

	31/12/2017	31/12/2016	AH (%)	AV(%)
Moeda nacional	7.096.142.161,76	6.203.340.905,83	14,39	89,20
Moeda estrangeira	859.123.716,15	788.713.731,15	8,93	10,80
Total	**7.955.265.877,91**	**6.992.054.636,98**	**13,78**	**100,00**

Fonte: SIAFI, 2017 e 2016

Em 31/12/2017, o item mais representativo desse grupo foi *"Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional*", apresentando um saldo de R$ 7,1 Bilhões, conforme detalhado na tabela a seguir.

Tabela 02 – Caixa e Equivalente de Caixa em Moeda Nacional - Composição

	31/12/2017	31/12/2016	AH (%)	AV(%)
Aplicações Financeiras	6.883.693.915,02	6.024.963.873,06	14,25	97,01
Bancos	2.012.407,90	2.243.771,73	-10,31	0,03
Recursos – Limite de saque	210.435.838,84	176.133.261,04	19,48	2,97
Total	**7.096.142.161,76**	**6.203.340.905,83**	**14,39**	**100,00**

Fonte: SIAFI, 2017 e 2016

No item em análise destacam-se as aplicações financeiras que representam cerca de 97% do montante. Essas aplicações são efetuadas e gerenciadas pelo Fundo Aeronáutico, conforme legislação: Medida Provisória 2.170-36, de 23 de agosto de 2001, Portaria nº 345 MF, de 29 de dezembro de 1998, Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986 e Instrução Normativa STN Nº 4, de 30 de agosto de 2004. As aplicações financeiras estão com um maior volume de concentração em Certificados de Depósitos Bancários, conforme a tabela abaixo.

Tabela 03 – Aplicações Financeiras – Composição

	31/12/2017	31/12/2016	AH (%)	AV (%)

Certificados de Depósitos Bancários	5.954.006.643,07	5.476.307.943,28	8,72	86,49
Fundo de Aplicação Financeira	355.912.231,25	-	-	5,17
Recursos da Conta Única Aplicados - CTU	293.000.577,61	292.249.046,98	0,26	4,26
CTU Outras Aplicações Financ. Liquid. Imediata	280.774.463,09	256.406.882,80	9,50	4,08
Total	**6.883.693.915,02**	**6.024.963.873,06**	**14,25**	**100,00**

Fonte: SIAFI, 2017 e 2016

Os valores na Conta Única representam o Capital de Giro utilizado pela Setorial Financeira do COMAER, para atendimento às demandas das Unidades Gestoras Executoras, nas fontes do Fundo Aeronáutico. O item "*Outras Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata*" refere-se às aplicações feitas junto à outras instituições financeiras.

O item "*Fundo de Aplicação Financeira*" representa as aplicações em dois fundos exclusivos de renda fixa. Ambos estão com o devido registro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Ressalta-se que o COMAER possui uma Comissão Gestora do Fundo Aeronáutico, onde são definidas as políticas de investimento, bem como a gestão de risco e fluxo de caixa. Essa Comissão tem como principal orientação o princípio do conservadorismo, tendo em vista que se aplicam recursos públicos, inseridos na Lei Orçamentária da União.

02 - DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO

Em 31/12/2017, o item "*Demais Créditos e Valores a Curto Prazo*" possuía um saldo de R$ 5.139.569,59. Os valores mais expressivos desse montante, conforme Tabela 04, referem-se a adiantamento de suprimento de fundos e créditos por dano ao patrimônio.

Tabela 04 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo – Composição

	31/12/2017	31/12/2016	AH (%)	AV (%)
Créditos por Dano ao Patrimônio	2.894.982,66	24.366.264,57	-88,12	56,33
Suprimento de Fundos - Adiantamento	2.218.527,30	3.256.711,23	-31,88	43,17
Adiantamentos de Transferências Voluntárias	-	257.579.488,19	-100,00	0,00
Demais	26.059,63	187.002,62	-86,06	0,51
Total	**5.139.569,59**	**285.389.466,61**	**98,20**	**100,00**

Fonte: SIAFI, 2017 e 2016

A variação perto de -88% do item "*Créditos por Dano ao Patrimônio"* refere-se ao desreconhecimento efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional, conforme mensagens SIAFI 2017/1116047 e 2017/1153156, tendo em vista que esses montantes não atendiam a todos os critérios contábeis para o reconhecimento de um ativo. Aquela Secretaria entendeu que o término e o encaminhamento do processo de Tomada de Contas Especial ao TCU não poderia ser a base única para o reconhecimento de um ativo, pois o julgamento a ser proferido poderia gerar resultados

diversos, os quais podem ensejar o reconhecimento ou não de um ativo. Dessa forma, os montantes baixados foram, num primeiro momento, registrados em contas de controle do grupo 8.9.7.3.2.xx.xx e, posteriormente, reclassificados para o ativo não circulante pela Setorial Contábil do COMAER, utilizando como critério de reconhecimento, a decisão definitiva que julgou irregular as contas do responsável, impondo-lhe o débito correspondente, momento em que a dívida se torna líquida e certa e confere eficácia de título executivo, publicada no Diário Oficial da União. Ressalta-se que os valores remanescentes registrados nesse item se referem a créditos em que as UG do COMAER já iniciaram o processo de cobrança, com a expectativa de recebimento até o final do próximo exercício.

Em relação ao item "*Adiantamento de Transferências Voluntárias*", o desreconhecimento de 100% foi efetuado pela STN, conforme Mensagem SIAFI 2017/1110201, tendo em vista que esse item não atendia a todos os critérios, do ponto de vista contábil, para o reconhecimento de um ativo, evidenciado pelo Acórdão nº 1.320/2017 do Tribunal de Contas da União (TCU). Entendeu-se, como principal critério para o desreconhecimento, a ausência de controle por parte da concedente sobre os ativos reconhecidos. Dessa forma, os repasses financeiros oriundos de transferências voluntárias, formalizadas por convênios ou instrumentos congêneres, estão sendo registrados diretamente como variações patrimoniais diminutivas. Para maiores detalhes sobre este processo, consultar as Demonstrações Contábeis da União do 3° Trimestre de 2017, disponível em: https://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt/-/balanco-geral-da-uniao.

O item "*Demais*" refere-se a valores a receber de despesas estornadas, cujo financeiro ainda não ingressou na Conta Única da UG Subdiretoria de Pagamento de Pessoal/País.

03 - ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

O saldo em aberto que compõe o item em análise é composto, majoritariamente, pelo item "*Créditos por Dano ao Patrimônio Público"*, cujo valor está registrado no COMAER. Na Tabela 05 apresentam-se os itens com os respectivos saldos e variações.

Tabela 05 – Ativo Realizável a Longo Prazo - Composição

	31/12/2017	31/12/2016	AH (%)	AV (%)
Créd. por Dano ao Pat. Público – Decisão TCU	**550.648,66**	-	-	75,41
Créd. por Dano ao Pat. Público – Decisão TCU	16.232.929,66		-	-
(-) Ajustes para perdas de créditos apurados em TCE	-15.682.281,00	-	-	-
Demais	179.544,39	174.084,40	3,14	24,59
Total	**730.193,05**	**174.084,40**	**319,45**	**100,00**

Fonte: SIAFI, 2017 e 2016

Os Créditos Por Dano Ao Patrimônio – Decisão TCU, os quais representam cerca de 75% do total do ARLP, após o ajuste para perdas, são créditos que representam direitos provenientes de danos ao patrimônio apurados em tomadas de contas especial, as quais foram objeto de análise pelo TCU, com Acórdãos que julgaram as contas dos responsáveis como irregulares, com imposição de débito ao responsável. Os procedimentos de registro, baixa e atualização dos saldos são efetuados conforme item 2.7.2 da Macrofunção 02.11.38 - Diversos Responsáveis. Frisa-se que a variação significativa

no total do ARLP ocorreu em vista da reclassificação dos créditos em análise, conforme detalhado na Nota Explicativa 02 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo.

O Ajuste para Perdas indica a significativa probabilidade de não realização dos créditos a receber. O ajuste para perdas foi efetuado pelo COMAER, com a finalidade de evidenciar de forma fidedigna, os créditos por dano ao patrimônio público. Para sua constituição, foi utilizado, como critério, os créditos administrativos por dano ao patrimônio que foram objeto de julgamento pelo TCU, os quais ainda se encontram pendentes de recebimento, após cinco anos da sua inscrição no SIAFI, conforme item 2.7.2 da Macrofunção 02.11.38 – Diversos Responsáveis. Frisa-se que, em atendimento ao disposto no aludido item da Macrofunção, foi analisada a situação da inclusão dos devedores na Lista de Devedores da Dívida Ativa da União, cuja inscrição compete à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, observando que estes não constam inscritos.

O item "*Demais*" refere-se a depósitos judiciais e depósitos para garantias contratuais efetuado pela Comissão Aeronáutica Brasileira na Europa.

04 – IMOBILIZADO

Em 31/12/2017, o COMAER apresentou um saldo de R$ 106.383.627.722,64 relacionados ao imobilizado. Na tabela a seguir é apresentada a composição do Subgrupo Imobilizado, para os exercícios de 2016 e 2017.

Tabela 06 – Imobilizado – Composição.

	31/12/2017	31/12/2016	AH(%)
Bens Móveis			
(+) Valor Bruto Contábil	24.776.165.200,36	22.318.102.279,06	11,01
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	(1.419.539.418,28)	(1.150.055.561,63)	23,43
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	0,00	0,00	-
Bens Imóveis			
(+) Valor Bruto Contábil	83.371.140.765,98	80.496.411.588,72	3,57
(-) Depr. /Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	(344.138.825,41)	(170.959.418,01)	101,30
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-	-
Total	**106.383.627.722,64**	**101.493.498.888,14**	**4,82**

Fonte: SIAFI, 2017 e 2016

Bens Móveis

Os Bens Móveis do COMAER em 31/12/2017 totalizavam R$ 23.356.625.782,09, após deduzida a depreciação, e estão distribuídos em várias contas contábeis conforme detalhado na tabela a seguir.

Tabela 07 – Bens Móveis - Composição

	31/12/2017	31/12/2016	AH(%)
Bens moveis em elaboração	7.032.799.885,27	6.249.124.847,28	12,54
Aeronaves	6.191.260.206,51	5.802.821.405,13	6,69
Importações em andamento - bens moveis	2.137.996.961,54	2.064.199.640,14	3,58
Bens moveis em transito	2.127.304.623,29	721.688.947,74	194,77
Estoque de distribuição	1.407.395.244,18	1.467.549.345,21	-4,10
Equipam. Peças e acessórios proteção ao voo	1.228.202.945,98	1.092.108.452,74	12,46
Bens moveis em reparo	973.649.026,84	888.098.682,02	9,63
Veículos de tração mecânica	407.493.362,43	421.674.058,49	-3,36
Demais	3.270.062.944,31	3.610.836.900,30	-9,44
Depreciação / Amortização Acumulada	(1.419.539.418,28)	(1.150.055.561,63)	23,43
Redução ao Valor Recuperável	-		-
Total	**23.356.625.782,09**	**21.168.046.717,39**	**10,34**

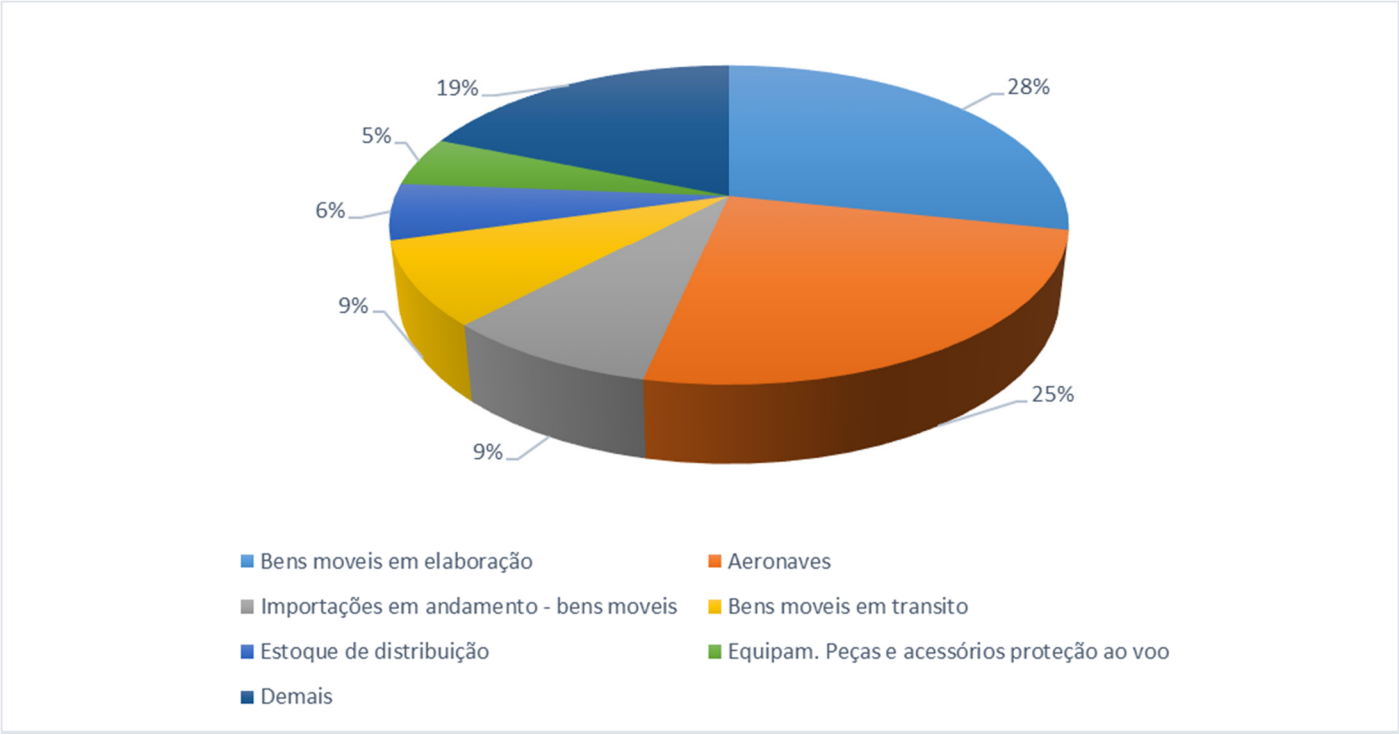
Fonte: SIAFI, 2017 e 2016

Ressalta-se que a variação positiva no item "*Bens Móveis em Elaboração*" de 12,54%, cuja representatividade é cerca de 30% do total dos bens móveis do COMAER, refere-se, majoritariamente, a um aumento no volume de aquisição de bens e serviços para o desenvolvimento de aeronaves e armamentos, executados contabilmente no SIAFI pela Unidade Gestora Executora (UG EXC) Grupamento de Apoio de Brasília.

A variação ocorrida em "*Bens Móveis em Trânsito"* trata-se, em sua maioria, de transferências de valores, entre Unidades do Comando da Aeronáutica, referentes a aeronaves, efetuadas, principalmente, pelo Grupamento de Apoio Logístico e Grupamento de Apoio de Brasília, para outras Unidades.

Conforme o Gráfico 01 abaixo, os Bens Móveis do COMAER estão mais concentrados nos itens "*Bens Móveis em Elaboração*" e "*Aeronaves*", com representatividade de mais de 50%, seguidos por *"Importações em Andamento"* e "*Bens Móveis em Trânsito*".

Gráfico 01 – Bens Móveis por Conta Contábil



Fonte: SIAFI 2017

Bens Imóveis

Os Bens Imóveis do COMAER, em 31/12/2017, totalizavam R$ 83.027.001.940,57, depois de deduzida a depreciação. Estes estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 08 - Bens Imóveis – Composição.

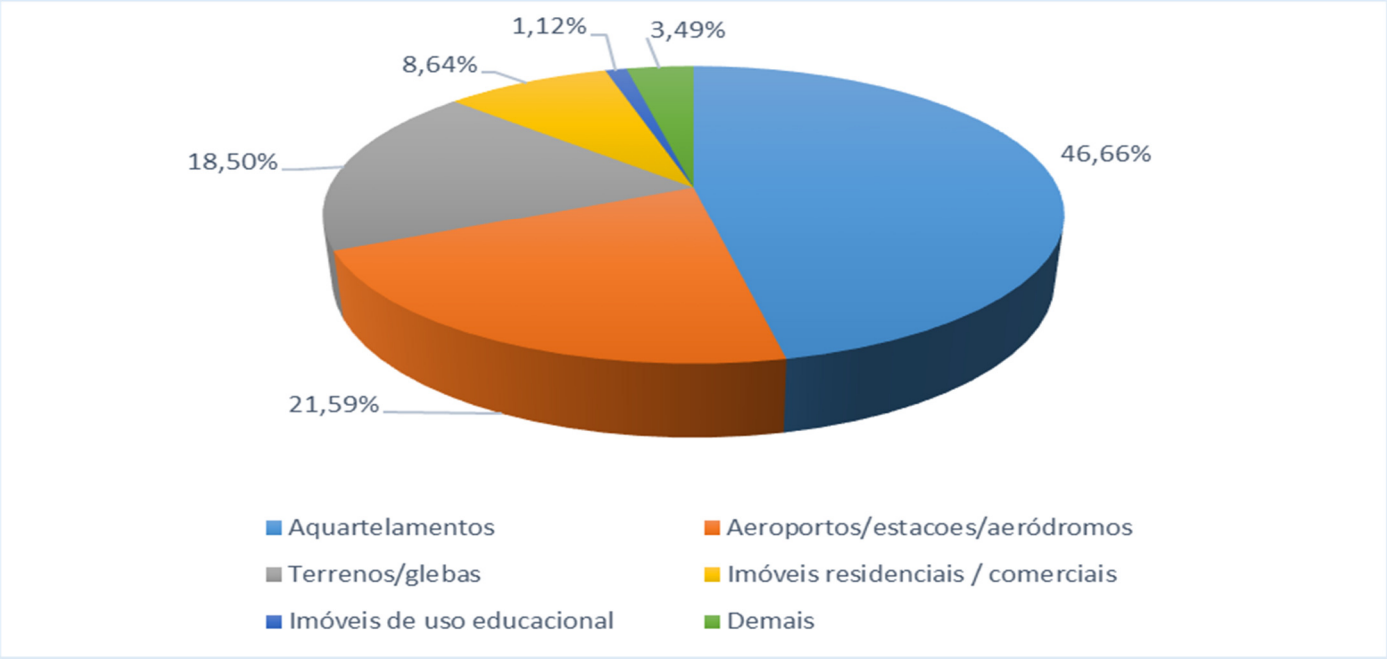
	31/12/2017	31/12/2016	AH(%)
Aquartelamentos	38.898.709.379,39	38.015.450.159,67	2,32
Aeroportos/estacoes/aeródromos	18.002.253.142,96	17.345.316.413,00	3,79
Terrenos/glebas	15.423.090.625,09	14.566.121.465,17	5,88
Imóveis residenciais / comerciais	7.200.595.592,50	6.925.918.281,35	3,97
Imóveis de uso educacional	937.611.054,92	937.611.054,92	-
Obras em andamento	850.049.066,11	824.751.175,31	3,07
Edifícios	726.777.851,24	589.847.323,22	23,21
Demais Bens Imóveis	1.332.054.053,77	1.291.395.716,08	3,15
Redução ao Valor Recuperável	-	-	
Depreciação / Amortização Acumulada	(344.138.825,41)	(170.959.418,01)	101,30
	83.027.001.940,57	**80.325.452.170,71**	**3,36%**

Fonte: SIAFI, 2017 e 2016

A variação de 101,30% na conta de depreciação acumulada refere-se, predominantemente, à atualização de depreciação acumulada dos bens imóveis, efetuada pelo Órgão Central de Contabilidade, com base em informações disponibilizadas pela Secretaria de Patrimônio da União.

Ressalta-se que, todos os bens imóveis reconhecidos no Balanço Patrimonial do COMAER, referem-se a bens de uso especial registrados no SPIUnet, sendo os mais relevantes os itens "*Aquartelamentos*" e "*Aeroportos/estações/aeródromos*" os quais correspondem por cerca de 70% de todos os bens imóveis, seguidos por "*Terrenos/Glebas e Imóveis Residenciais/comerciais*", conforme pode ser observado no Gráfico abaixo.

Gráfico 02 – Bens Imóveis por Conta Contábil



Fonte: SIAFI 2017

Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão

A vida útil econômica dos bens imóveis, os critérios de avaliação, a mensuração e a depreciação obedecem às normas do Sistema do Patrimônio da União, com dados registrados, no SIAFI, a partir do SPIUNet.

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações tem como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, NBCASP, MCASP e Lei nº 10.180/2001. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFIWeb, Macrofunção 02.03.30 – Depreciação, Amortização e Exaustão na Adm. Dir. União, Autarquias e Fundações e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 703/2014.

Reavaliação

Segundo a Portaria Conjunta STN/SPU nº 703/2014, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, das autarquias e das fundações públicas federais deverão ser reavaliados: aqueles nos quais seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU; e aqueles em que houver alteração de área construída, independentemente do valor investido, e,

também, caso seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

Os valores são atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação, considerando os parâmetros e características específicas dos imóveis e preços unitários regionais, atualizados periodicamente.

Redução ao valor recuperável de ativos - *Impairment*

O Órgão Comando da Aeronáutica segue a metodologia para reavaliação e redução ao valor recuperável, bem como a mensuração do valor dos ativos conforme as orientações do MCASP (Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais) e da Macrofunção 02.03.35 – Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável.

Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 703/2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrado no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$Kd = (n^2 - x^2) / n^2$, onde:

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da acessão

x = vida útil transcorrida da acessão

A vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

05 – INTANGÍVEL

O Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP) definiu que o reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável terão o prazo para implantação desses procedimentos até 31/12/2018, sendo a obrigatoriedade dos registros a partir de 01/01/2019.

Em 31/12/2017, o COMAER apresentou um saldo de R$ 7.686.862,63 relacionados a intangível. Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Intangível, para os exercícios de 2017 e 2016.

Tabela 09 – Intangível – Composição.

	31/12/2017	31/12/2016	AH(%)
Softwares – vida útil definida	7.673.694,63	11.278.424,08	-31,96
Marcas Direitos e Patentes - Vida Útil Definida	13.168,00	31.112,00	-57,68
Amortização Acumulada	-	-	-
Redução ao Valor Recuperável de Intangível	-	-	-
Total	**7.686.862,63**	**11.309.536,08**	**32,03**

Fonte: SIAFI, 2017 e 2016.

No intangível, destaca-se o item "*Software com Vida Útil Definida*", que representa a quase totalidade dos intangíveis. Ressalta-se que variação negativa próxima de 32% referente ao item "*Software"* deve-se, majoritariamente, à baixa efetuada pelo Grupamento de Apoio às Unidades do Sistema de Controle do Espaço Aéreo, tendo em vista o término de licença de uso de software.

Destaca-se que o registro da amortização dos ativos intangíveis ainda não está sendo realizado. Encontra-se em fase de estudo (Projeto de Melhoria nº 02, da Subdiretoria de Contabilidade da Diretoria de Economia e Finanças da Aeronáutica), a implantação da política contábil de amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável de intangíveis de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres do Comando da Aeronáutica, visando cumprir o prazo de 1º de janeiro de 2019, estabelecido no Anexo à Portaria STN no 548, de 24 de setembro de 2015.

06 – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS

Em 31/12/2017, o COMAER não possuía saldo em aberto de passivos referentes a obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais.

07 – FORNECEDORES A PAGAR

Em 31/12/2017, O COMAER apresentou um saldo em aberto de R$ 115.506.343,78 relacionados a Fornecedores e Contas a pagar, no curto prazo. A seguir, apresentam-se, nas tabelas abaixo, essas obrigações segregadas pelos principais contratados.

Tabela 10 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Contratado

	31/12/2017	AV (%)
EUROCOPTER	52.430.172,96	45,39
EMBRAER S.A.	23.340.864,02	20,21
SAAB AB - PROJETO GRIPEN	19.144.730,48	16,57
Demais	20.590.576,32	17,83
Total	**115.506.343,78**	**100,00**

Fonte: SIAFI, 2017

Em referência aos dados da Tabela 10, ressalta-se que o passivo com os fornecedores acima, decorre da aquisição de bens e serviços para desenvolvimento de ativos relacionados à defesa nacional, os quais irão compor o ativo imobilizado do COMAER.

08 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Na data de 31/12/2017, o COMAER apresentou um saldo de R$ 6.305.719.988,40, referente a financiamentos a curto e a longo prazo. O item é composto por financiamentos externos efetuados pelo COMAER, conforme a tabela abaixo.

Tabela 11 – Empréstimos e Financiamentos a Curto e Longo Prazo - Composição

	31/12/2017	31/12/2016	AH (%)	AV (%)
Financiamentos do ativo permanente – CP	468.422.104,53	380.404.718,20	23,14	7,43
Financiamentos do ativo permanente – LP	5.837.297.883,87	4.380.059.167,80	33,27	92,57
Total	**6.305.719.988,40**	**4.760.463.886,00**	**32,46**	**100,00**

Fonte: SIAFI, 2017 e 2016.

Os itens Financiamentos do Ativo Permanente a curto e a longo prazo referem-se à apropriação de passivos decorrentes do financiamento de aquisição/desenvolvimento de bens e serviços relacionados à defesa nacional, contratados junto às instituições financeiras EX9863600 – SOCIETE GENERALE e EX9867800 – SWEDISH EXPORT CREDIT CORPORATION - SEK, ajustados por variação cambial.

A contratação do financiamento com o Sindicato de Bancos liderado pelo banco EX9863600 – SOCIETE GENERALE suporta as aquisições de bens e serviços que compõem o Projeto H-X BR, cujo objeto é a aquisição de 50 (cinquenta) helicópteros de médio porte e suporte logístico.

A contratação do financiamento com a agência governamental sueca EX9867800 – SWEDISH EXPORT CREDIT CORPORATION - SEK suporta as aquisições de bens e serviços que compõem o Projeto F-X2, cujo objeto é a aquisição de 28 (vinte e oito) aeronaves de caça multiemprego monoposto e 8 (oito) aeronaves de caça multiemprego biposto.

Em relação aos financiamentos acima, as incorporações ocorrem em função dos desembolsos realizados e as baixas em função dos repagamentos da dívida externa. Acréscimos e baixas ainda podem ocorrer em razão de variação cambial, visto que as dívidas são nominadas em Euro, Coroa Sueca e Dólar.

09 – PROVISÕES A CURTO E LONGO PRAZO

Na data base de 31/12/2017, o Órgão Superior Comando da Aeronáutica possuía o saldo de R$ 21.536.895.408,73, referente à apropriação das pensões militares concedidas no passivo não circulante. O valor contabilizado é suportado pela Nota Técnica SEI nº 2/2017/CCONT/SUCON/STN-MF, da Secretaria do Tesouro Nacional, que fornece o embasamento legal e normativo para o reconhecimento do passivo relacionado às pensões militares e para a evidenciação das despesas com militares inativos, bem como pela Nota Técnica Conjunta nº 001/2017, SG/MD, do Ministério da Defesa, que trata da metodologia para o reconhecimento da provisão para pensões militares e para projeção das despesas futuras com militares inativos das Forças Armadas.

Ressalta-se que as Notas Técnicas acima são resultados dos estudos do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) composto pela Casa Civil da Presidência da República, pelo Ministério da Fazenda (MF), Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG), Ministério da

Defesa (MD) e Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, conforme Portaria Conjunta nº 55, de 24 de fevereiro de 2017, publicada na seção 2 do Diário Oficial da União. Posteriormente, alterada pela Portaria Conjunta nº 68, de 3 de março de 2017, publicada na seção 2 do Diário Oficial da União, de 8 de março de 2017. O GTI foi criado com o objetivo de realizar estudo conjunto para avaliar as melhores práticas de evidenciação, reconhecimento e mensuração contábil do passivo referente às despesas futuras com militares inativos e com pensões militares, observado os marcos normativos pertinentes, objetivando ao atendimento de duas recomendações do Tribunal de Contas da União exaradas no Acórdão nº 2.523/2016-TCU-Plenário, processo TC 008.389/2016-0, que trata do Parecer Prévio sobre as Contas da Presidente da República – 2015.

As premissas biométricas, financeiras e econômicas, bem como a metodologia de cálculo do valor provisionado estão em conformidade com os parâmetros estabelecidos na Nota Técnica Conjunta nº 001/2017, SG/MD. Ressalta-se que o cálculo foi feito com base nas projeções atuariais das pensões militares concedidas, realizadas pelo Centro de Análises de Sistemas Navais (CASNAV), do Comando da Marinha, em 30 de novembro de 2016, considerando a data-limite de 31 de dezembro de 2017. Abaixo seguem descritas as premissas e metodologia de cálculo:

Premissas

Para o reconhecimento da provisão para Pensões Militares, deve-se ter em mente que a mensuração do risco inicialmente calculado sofrerá alterações ao longo do tempo devido a: condições econômicas e/ou sociais de uma população, sejam elas, por exemplo, flutuações de ativos no mercado, juros e inflação, ou seja, sobrevivência além da expectativa de vida ou mortes antes do período previsto, características específicas do grupo. Portanto, para se reconhecer o valor da provisão, necessita-se estudar as premissas a serem utilizadas nos cálculos, as quais abrangem diversas áreas a saber:

a) Política de geração de benefício: determina os contribuintes, bem como a base salarial conforme posto/graduação, a forma de custeio do benefício e o regime financeiro, conforme a Lei no 3.765, de 4 de maio de 1960, prevê:

> ”Art. 1º São contribuintes obrigatórios da pensão militar, mediante desconto mensal em fôlha de pagamento, os seguintes militares da ativa, da reserva remunerada e reformados das Fôrças Armadas, do Corpo de Bombeiros e da Polícia Militar do Distrito Federal:
>
> a) oficiais, aspirantes a oficial, guardas-marinhas, suboficiais, subtenentes e sargentos;
>
> b) cabos, soldados, marinheiros, taifeiros e bombeiros, com mais de 2 (dois) anos de efetivo serviço, se da ativa; ou com qualquer tempo de serviço, se reformados ou asilados.”
>
> [...]
>
> “Art. 3º - A. A contribuição para a pensão militar incidirá sobre as parcelas que compõem os proventos na inatividade.
>
> Parágrafo único. A alíquota de contribuição para a pensão militar é de sete e meio por cento. “
>
> [...]

> "Art 32. A dotação necessária ao pagamento da pensão militar, tendo em vista o disposto no art. 31 desta lei, será consignada anualmente no orçamento da República aos ministérios interessados."

b) Conjuntura econômica do país: premissas relacionadas à conjuntura do país são complexas, relevantes e de maior variação ao longo das últimas 3 décadas. A prudência diante de cenários deve ser adotada como um balizador para a determinação do custeio, podendo ser adotadas premissas mais conservadoras.

Inflação: não será considerada, uma vez que os valores das contribuições e dos benefícios não sofrem indexação. Ressalta-se que não há influência desse índice no valor a ser reconhecido no BGU, tendo em vista que a inflação não comporá a taxa de desconto que incidirá no cálculo do Valor Presente Líquido das projeções atuariais.

Taxa de juros real: equivalente à remuneração do título do Tesouro Nacional, cujo vencimento mais se aproximar do período considerado para a projeção. Neste caso, Tesouro IPCA + 2035 (NTNB Princ), cuja taxa a ser utilizada nos cálculos será a constante no site da Secretaria do Tesouro Nacional, em 31 de dezembro do ano das demonstrações contábeis.

Taxa de desconto: considerar a mesma taxa de juros real.

Horizonte temporal: 16 anos, correspondente ao tempo médio de duração do benefício para o grupo fechado (pensões concedidas), conforme dados constantes no Banco de Informações Estratégicas e Gerenciais (BIEG). Ressalta-se que, em avaliações futuras, o horizonte temporal poderá ser modificado em função do comportamento da população estudada.

Importante salientar que o horizonte temporal de 16 anos difere-se do horizonte temporal apresentado no relatório "Avaliação Atuarial do Sistema de Pensões Militares das Forças Armadas", anexado ao PLDO anual, por se tratar de um subgrupo daquele exposto, ou seja, apenas as pensões já concedidas a dependentes de militares.

c) Aspectos Biométricos: envolvem premissas relacionadas à longevidade, à entrada em invalidez e ao grupo familiar. Ao se trabalhar com um grupo fechado (dependentes beneficiários de pensão militar), esse terá um comportamento diferente em relação à população brasileira como um todo.

Tábua de mortalidade: registra a involução quantitativa de um determinado grupo diante do fator decremental morte. Esse registro é distribuído por idade, sendo feito normalmente desde o momento do nascimento até a morte do indivíduo mais longevo do grupo. A tábua utilizada para o efetivo das Forças Armadas foi a GKM-70, desagravada em 61%.

Composição familiar: Determinante para o pagamento de pensão a dependentes de militares. Exige a regularidade cadastral dos associados e seus dependentes e sua exatidão é essencial aos cálculos.

Metodologia

a) O financiamento das pensões militares se dá por meio do orçamento anual, sendo as receitas do exercício integralmente utilizadas para o pagamento dos benefícios referentes ao mesmo exercício. Não havendo acumulação de recursos, é possível entender que essa prática se assemelha a um regime de financiamento de repartição simples.

b) Cabe destacar, conforme item 60 do Relatório do Acórdão 1.295/2017, que não há exigência de equilíbrio financeiro e atuarial para as despesas relativas aos militares inativos e pensionistas.

c) Conforme David et al , a Reserva no tempo t (tV) representa os ativos necessários nesse tempo, tal que, junto com os prêmios (contribuições) a receber (Pt), seja possível, em termos

de valores esperados, pagar os benefícios (Bt) e cobrir as despesas, onde ativos são os investimentos do montante aplicado e despesas correspondem às taxas administrativas para manutenção dos benefícios, como por exemplo, taxa de administração. Então concluímos que:

$$ {}_tV = B_t + \text{despesas} - P_t $$

No caso das Pensões Militares é possível inferir que não existem ativos nem despesas. Assim, podemos escrever a seguinte fórmula:

$$ {}_tV = B_t - P_t $$

Para cada período t, será trazido a Valor Presente a diferença entre os valores dos benefícios e das contribuições.

Para o cálculo do Valor Presente temos:

$$ VP = \frac{tV}{(1+i)^t} $$

Onde:

VP = Valor Presente

tV = Valor da Reserva no período t

i = taxa de juros: será utilizada como taxa de juros real + inflação (0%)

t = período a ser trazido a valor presente

10 – OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

Em 31/12/2017, o Comando da Aeronáutica possuía um saldo de R$ 40.831.603.662,20 referente a obrigações contratuais a executar, sendo a quase totalidade relacionadas a fornecimento de bens e serviços. O item "*Demais*" refere-se a Seguros e Aluguéis a executar.

A seguir, apresenta-se a Tabela 12, segregando essas obrigações, de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

Tabela 12 – Obrigações Contratuais – Composição.

	31/12/2017	31/12/2016	AH (%)	AV (%)
Fornecimento de Bens	29.938.348.549,39	16.556.181.182,72	80,83	73,32
Serviços	10.888.986.099,14	9.594.596.162,13	13,49	26,67
Demais	4.269.013,67	6.975.185,99	-38,80	0,01
Total	**40.831.603.662,20**	**26.157.752.530,84**	**56,10**	**100,00**

Fonte: SIAFI, 2017 e 2016.

Ressalta-se que a variação do item *"Fornecimento de Bens"* deve-se, predominantemente, às apropriações de contratos em execução efetuadas, principalmente, por Unidades Gestoras Executoras do COMAER em relação a valores a executar dos contratos firmados com a EMBRAER números 10/COPAC/2014 e 09/COPAC/2014, cujos objetos são a aquisição de produtos/serviços relacionados à Defesa Nacional de interesse do COMAER.

Na tabela a seguir, apresentam-se os contratados mais significativos e o saldo a executar, na data base de 31/12/2017.

Tabela 13 – Obrigações Contratuais – Por Contratado

	31/12/2017	AV (%)
SAAB AB - PROJETO GRIPEN	12.352.968.676,50	30,25
EMBRAER S.A.	9.393.087.904,09	23,00
EMBRAER	6.586.216.370,10	16,13
EUROCOPTER	4.949.401.404,03	12,12
PETROBRAS DISTRIBUIDORA S A	953.215.892,47	2,33
Demais	6.596.863.913,82	16,16
Total	**40.831.713.415,01**	**100,00**

Fonte: SIAFI 2017

11 – AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

A conta de Ajustes de Exercícios Anteriores registra os saldos decorrentes de efeito da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes. Em 31/12/2017, a conta de ajustes de exercícios anteriores apresentou um saldo negativo de R$ 17.167.694.808,53.

Nota-se que o valor mais expressivo registrado nessa conta deve-se ao reconhecimento das pensões militares concedidas do Comando da Aeronáutica suportado pela Nota Técnica SEI nº 2/2017/CCONT/SUCON/STN-MF, de 10 de outubro de 2017, da Secretaria do Tesouro Nacional, com metodologia de cálculo conforme prevista na Nota Técnica Conjunta nº 001/2017, SG/MD, de 16 de novembro de 2017, do Ministério da Defesa. Maiores detalhes desse montante encontram-se na Nota 10.

Além disso, o saldo é composto, em grande parte, pela reclassificação da reserva de reavaliação de bens imóveis devido a alteração de critério contábil, conforme disposto no item 7.1.3 do MCASP, efetuada pela Secretaria do Tesouro Nacional e pela baixa dos valores de adiantamentos de transferências voluntárias, por não atender a todos os critérios contábeis para reconhecimento como ativo, realizada no 3º trimestre de 2017, também efetuada por aquela Secretaria, em atendimento ao Acórdão TCU nº 1320/2017.

Ainda, em contrapartida à conta Ajustes de Exercícios Anteriores, a STN realizou, da mesma forma, a baixa do saldo do grupo Créditos por Dano ao Patrimônio, tendo em vista que esse item não atendia a todos os critérios, do ponto de vista contábil, para o reconhecimento de um ativo. Maiores detalhes sobre esse desreconhecimento podem ser consultados na Nota 03 - Demais Créditos e Valores a Curto Prazo.

Os demais valores registrados na conta de ajustes de exercícios anteriores referem-se, majoritariamente, a ajustes de estoques.

12 - GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

A evidenciação da variação ocorrida no item "*Caixa e Equivalente de Caixa"* é feita por meio da Demonstração dos Fluxos de Caixa. Essa variação é desmembrada em fluxo de caixa das atividades operacionais, fluxo de caixa das atividades de investimento e fluxo de caixa das atividades de financiamento. No COMAER, a geração líquida de caixa foi na quantia de R$ 963.211.240,93 com um aumento de 12% em relação ao exercício de 2016.

Tabela 14 – Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa - Composição

	31/12/2017	31/12/2016	AH (R$)
Atividades Operacionais	3.447.233.125,26	3.604.896.165,55	-157.663.040,29
Atividades de Investimento	-3.946.283.500,03	-4.961.078.832,99	1.014.795.332,96
Atividades de Financiamento	1.462.261.615,70	2.211.394.150,49	-749.132.534,79
Total	**963.211.240,93**	**855.211.483,05**	**107.999.757,88**

Fonte: SIAFI, 2017 e 2016.

a) Atividades Operacionais

Compensando os saldos das transferências financeiras recebidas e transferências financeiras concedidas, as quais representam operações intra-orçamentárias, percebe-se que o fator que mais gerou impacto nas atividades operacionais foi um aumento do déficit do item "*Pessoal e Demais Despesas*", conforme detalhado na Tabela abaixo:

Tabela 15 – Pessoal e Demais Despesas - Composição

	31/12/2017	31/12/2016	AH (R$)
Judiciário	-1.884.955,41	-6.221.618,11	4.336.662,70
Essencial à Justiça	-54.044,95	-109.668,79	55.623,84
Administração	-1.267.711,67	-307.666,33	-960.045,34
Defesa Nacional	-14.404.525.914,16	-13.476.947.318,13	-927.578.596,03
Segurança Pública	-5.088.581,47	-5.402.979,38	314.397,91
Relações Exteriores	-27.819.092,79	-28.488.699,29	669.606,50
Assistência Social	-307.842,21	-1.514.062,14	1.206.219,93
Previdência Social	-4.804.078.893,78	-4.353.659.418,53	-450.419.475,25
Saúde	-17.145.597,01	-8.264.386,20	-8.881.210,81
Educação	-833.547,98	-583.267,61	-250.280,37
Cultura	0,00	-15.813,00	15.813,00
Gestão Ambiental	-320.000,00	0,00	-320.000,00
Ciência e Tecnologia	-27.132.190,62	-40.375.160,82	13.242.970,20
Transporte	-2.046.421,20	-5.151.964,65	3.105.543,45
Desporto e Lazer	-1.966.659,77	-2.282.285,23	315.625,46
(+/-) OB não Sacadas - Cartão de Pagamento	915,53	3.095,47	-2.179,94
Total	**-19.294.470.537,49**	**-17.929.321.212,74**	**-1.365.149.324,75**

Fonte: SIAFI, 2017 e 2016.

De acordo com a Tabela 15, percebe-se que as rubricas *Defesa Nacional* e *Previdência Social* são as que mais impactaram o item em análise. Na Função Defesa Nacional, o principal aumento foi na

natureza de despesa orçamentária "Proventos – Pessoal Militar". Na Função Previdência Social, as naturezas de despesas que mais impactaram foram "Pensões Militares" e "Vantagens Incorporadas – Pensionistas". Todas essas despesas são executadas, majoritariamente, pela Unidade Gestora Executora Subdiretoria de Pagamento de Pessoal - SDPP, a qual é responsável pelo planejamento, a orientação, a coordenação, a execução e o controle das atividades de pagamento de pessoal da Aeronáutica, no país e no exterior.

b) Atividades de Investimento

A geração líquida das atividades de investimentos teve um decréscimo de 20% do déficit em relação ao exercício anterior, sendo afetada, principalmente, por um menor desembolso para a aquisição de ativo não circulante e outros desembolsos para investimentos.

Tabela 16 – Geração Líquida de Caixa das Atividades de Investimento

	31/12/2017	31/12/2016	AH (R$)
Alienação de Bens	1.537.599,22	6.727.879,47	-5.190.280,25
Amortização de Empré e Financiame Conced			
Outros Ingressos de Investimentos	-	-	-
Aquisição de Ativo Não Circulante	-1.677.047.240,64	-2.539.513.512,55	862.466,271,91
Concessão de Empréstimos e Financiamentos			
Outros Desembolsos de Investimentos	-2.270.773.858,61	-2.428.293.199,91	157.519.341,30
Total	**-3.946.283.500,03**	**-4.961.078.832,99**	**1.014.795.332,96**

Fonte: SIAFI, 2017 e 2016.

A redução do déficit no item "*Aquisição de Ativo Não Circulante*" deve-se, majoritariamente, à redução de pagamentos efetuados referentes à natureza de despesa "Aeronaves". A redução do item "*Outro Desembolso de Investimentos"* ocorreu em função, sobretudo, da redução de pagamentos a serviços técnicos profissionais e suprimentos de aviação por Unidades Gestoras Executoras do COMAER.

c) Atividades de Financiamento

As atividades de financiamento referem-se exclusivamente a operações de crédito para a aquisição e desenvolvimento de bens relacionados à defesa nacional e à amortização e/ou refinanciamento da dívida, conforme pode ser visto na Tabela 17 abaixo.

Tabela 17 – Geração Líquida de Caixa das Atividades de Financiamento

	31/12/2017	31/12/2016	AH (R$)
Operações de Crédito	1.863.906.513,51	2.606.412.784,12	-742.506.270,61
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-401.644.897,81	-395.018.633,63	-6.626.264,18
Total	**1.462.261.615,70**	**2.211.394.150,49**	**-749.132.534,79**

Fonte: SIAFI, 2017 e 2016.

A variação da geração de caixa das atividades de financiamento foi negativa em 34% em relação ao período anterior e foi impactada, em especial, pelo item "*Operações de Crédito*". Ressalta-se que essa variação ocorreu, majoritariamente, em função de um menor volume dessas operações em relação ao exercício de 2016, ano no qual teve um excesso dessas operações de crédito consoante da execução de restos a pagar provenientes do exercício de 2015, relativos a projetos relacionados à Defesa Nacional de interesse do COMAER.

13 - RESULTADO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO

O resultado financeiro apurado no período foi de R$ 963.211.240,93 e sua constituição está detalhada conforme Tabela abaixo.

Tabela 18 – Resultado Financeiro

	31/12/2017	31/12/2016	AH (%)
Receita Orçamentária	5.254.742.952,63	5.819.978.981,19	-9,71
Despesa Orçamentária	-24.124.809.134,73	-22.335.445.272,31	8,01
	-18.870.066.182,10	**-16.515.466.291,12**	**14,26**
Transferências Financeiras recebidas	45.506.796.106,20	43.052.500.344,47	5,70
Transferências Financeiras Concedidas	-26.517.732.908,77	-24.643.639.828,31	7,60
	18.989.063.197,43	**18.408.860.516,16**	**3,15**
Recebimentos extraorçamentários	5.200.439.945,52	5.112.087.794,65	1,73
Pagamentos extraorçamentários	-4.356.225.719,92	-6.150.270.536,64	-29,17
	844.214.225,60	**-1.038.182.741,99**	**-181,32**
Resultado Financeiro do Exercício	**963.211.240,93**	**855.211.483,05**	**12,63**

Fonte: SIAFI, 2017 e 2016.

A Receita Orçamentária teve uma diminuição perto de 10%, em relação ao exercício de 2016. Essa diminuição ocorreu, majoritariamente, devido a uma redução das receitas de operações de créditos provenientes de obrigações contratuais externas.

Dentre os recebimentos extraorçamentários, ressalta-se a inscrição dos restos a pagar no valor de R$ 1,79 Bilhões. Dentre os pagamentos extraorçamentários destaca-se o pagamento de restos a pagar no montante de 1,74 Bilhões. Em relação ao ano de 2016, (no qual apresentou o valor de 3,20 bilhões relacionados a pagamentos de restos a pagar) teve uma redução perto de 45%, gerando um impacto positivo no resultado financeiro do exercício.

14 – RESULTADO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO

O resultado patrimonial é apurado mediante a diferença entre o total das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e o total das variações patrimoniais diminutivas (VPD). A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) apresenta, de forma detalhada, o confronto entre VPA e VPD, para o período em análise.

Cabe observar, que as características para o reconhecimento da VPA são extinção, parcial ou total, de um passivo sem o desaparecimento concomitantemente de um ativo de valor igual ou maior;

geração de novos ativos independentemente da intervenção de terceiros; ou no recebimento de doações e subvenções.

A VPD, por sua vez, realiza-se quando deixar de existir o correspondente valor ativo, por transferência de sua propriedade para terceiro; diminuição ou extinção do valor econômico de um ativo; ou pelo surgimento de um passivo, sem o corresponde ativo.

O Resultado Patrimonial apurado em 31/12/2017 foi superavitário em R$ 4,6 bilhões e está demonstrado na Tabela abaixo, ao se confrontar Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas.

Tabela 19 – Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas

	31/12/2017	31/12/2016	AH ($)
Variações Patrimoniais Aumentativas	**84.007.896.629,31**	**227.231.275.509,35**	**-143.223.378.880,04**
Impostos, Taxas e Cont. de Melhoria	-	-	-
Contribuições	761.989.478,24	699.192.270,42	62.797.207,82
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	2.422.996.072,47	2.389.435.422,34	33.560.650,13
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	2.184.271.839,92	2.169.873.235,19	14.398.604,73
Transferências e Delegações Recebidas	70.329.040.797,32	205.073.630.131,55	-134.744.589.334,23
Valoriz. e Ganhos c/ Ativos e Desincor. de Passivos	7.925.073.700,84	16.563.117.772,49	-8.638.044.071,65
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	384.524.740,52	336.026.677,36	48.498.063,16
Variações Patrimoniais Diminutivas	**79.403.558.203,28**	**221.870.354.347,72**	**-142.466.796.144,44**
Pessoal e Encargos	6.691.661.480,08	5.766.341.743,28	925.319.736,80
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	10.122.436.592,07	9.597.194.391,07	525.242.201,00
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	3.645.877.417,49	3.483.029.972,79	162.847.444,70
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	2.104.183.376,32	1.774.526.349,98	329.657.026,34
Transferências e Delegações Concedidas	53.396.927.690,32	186.908.905.682,22	-133.511.977.991,90
Desvalor. e Perda de Ativos e Incorp. de Passivos	3.427.502.265,30	14.322.596.708,93	-10.895.094.443,63
Tributárias	572.377,02	504.815,57	67.561,45

Custo Mercad., Produtos Vend. e dos Serv. Prestados	4.024.800,62	2.575.578,64	1.449.221,98
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	10.372.204,06	14.679.105,24	-4.306.901,18
Resultado Patrimonial do Período	**4.604.338.426,03**	**5.360.921.161,63**	**-756.582.735,60**

Fonte: SIAFI 2017, 2016

A variação significativa observada nos itens "*Transferências e Delegações Recebidas*" e "*Transferências e Delegações Concedidas*" deve-se, majoritariamente, à transposição de saldos patrimoniais entre unidades gestoras executoras pertencentes ao Comando da Aeronáutica. O movimento desses saldos patrimoniais ocorreu em função do processo de reestruturação organizacional do COMAER, conforme Diretriz para Reestruturação da Força Aérea Brasileira (DCA) n° 11-53, de 13 de maio de 2016. Para maiores informações acerca dessa reestruturação administrativa, consultar a publicação NOTAER, Ano XXXIX Nº 12 dezembro, 2016, disponível em http://www.fab.mil.br/publicacao/listagemNotaer. Após a compensação entre os saldos das contas intra-orçamentárias que compõem esses itens, percebe-se que o item "*Transferências e Delegações Recebidas*" teve uma proeminente diminuição, impactando, assim, negativamente o resultado do período. Essa redução foi impulsionada, com maior relevância, pela transferência de bens imóveis de uso especial do Grupamento de Apoio de Florianópolis para a Superintendência do Patrimônio da União – SPU por meio do SPIUNET.

Adicionalmente, contribuiu para a redução das VPA o decréscimo significativo no item "*Valoriz. e Ganhos c/ Ativos e Desincor. de Passivos*" o qual teve uma redução de mais de 50% em relação ao exercício de 2016. A rubrica "Reavaliação de Ativos" foi a principal responsável pela redução do item em análise. A variação negativa nessa rubrica ocorreu, basicamente, em função de um menor volume de reavaliações de bens imóveis de uso especial registrados no SPIUnet em comparação ao ano de 2016, exercício no qual ficou registrado um elevado saldo de reavaliações, motivado, principalmente, pelas reavaliações de imóveis efetuadas pelas Unidades Gestoras Executoras do COMAER.

Ainda, contribuiu para uma menor redução do resultado patrimonial, a diminuição considerável do item "*Desvalor. e Perda de Ativos e Incorp. de Passivos*", cuja redução ocorreu, principalmente, em função da redução da rubrica "Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas". Esse decréscimo ocorreu, majoritariamente, em virtude de um menor volume de registro de desvalorização de imóveis de uso especial registrados no SPIUnet em comparação ao ano de 2016, exercício no qual ficou registrado um elevado saldo de desvalorizações.

Além disso, contribuiu para a redução do resultado, no âmbito das variações patrimoniais diminutivas, um aumento considerável nos itens "*Pessoal e Encargos*" e "*Benefícios Previdenciários e Assistenciais*". No primeiro item, o aumento foi em virtude, principalmente, da rubrica "Remuneração a Pessoal"; já, no segundo item, a elevação deve-se, majoritariamente, à rubrica "Aposentadorias e reformas", seguido pela rubrica "Pensões". Ressalta-se que todos os itens em análise são contabilizados, principalmente, pela Unidade Gestora Executora Subdiretoria de Pagamento de Pessoal - SDPP, a qual é responsável pelo planejamento, a orientação, a coordenação, a execução e o controle das atividades de pagamento de pessoal da Aeronáutica, no país e no exterior.

Tabela 20 – Pessoal e Encargos e Benefícios Previdenciários Patrimoniais - Composição

	31/12/2017	31/12/2016	AH (%)
Pessoal e Encargos	**6.691.661.480,08**	**5.766.341.743,28**	**16,04**
Remuneração a Pessoal	6.070.255.489,05	5.169.194.641,36	17,43
Encargos Patronais	108.527.272,62	109.450.808,22	-0,83

Benefícios a Pessoal	512.878.718,41	487.696.293,70	5,16
Outras Var. Patrim. Diminutivas - Pessoal e Encargos			
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	**10.122.436.592,07**	**9.597.194.391,07**	**5,47**
Aposentadorias e Reformas	6.401.740.760,29	6.044.433.926,84	5,91
Pensões	3.687.347.921,25	3.520.567.391,11	4,74
Benefícios de Prestação Continuada	-	-	-
Benefícios Eventuais	-	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	33.347.910,53	32.193.073,12	3,59
TOTAL	**16.814.098.072,15**	**15.363.536.134,35**	**9,44**

Fonte: SIAFI 2017, 2016

O item "*Remuneração a Pessoal*" foi impactado, principalmente, pelas variações patrimoniais diminutivas "Vencimentos e Salários", "13° Salário – RPPS" e "Adicionais". A VPD "adicionais", dentre outros, registra valores referentes a adicionais de tarefa por tempo certo, de compensação orgânica e de habilitação. O item "*Aposentadoria e Reformas*" foi influenciado, principalmente, pela variação patrimonial diminutiva "Gratificações" a qual faz a apropriação das gratificações de tempo de serviço (anuênio) de militares.

15 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido visa demonstrar a evolução do patrimônio líquido do Órgão, indicando a movimentação ocorrida nos Subgrupos de contas que compõem o Patrimônio Líquido.

A movimentação da coluna "Demais Reservas" para "Resultados Acumulados" constante da linha "Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos" refere-se à reclassificação da reserva de reavaliação de bens imóveis devido à alteração de critério contábil, de acordo com o disposto no item 7.1.3 do MCASP, efetuada pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, conforme já explicitado na Nota 12 – Ajustes de Exercício Anteriores. A diferença de R$ 33.182,82 refere-se a ajustes de exercícios anteriores em contas do ativo do grupo imobilizado e intangíveis realizados pelas Unidades Gestoras do COMAER.

16 – RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

O COMAER arrecadou o montante de R$ 5.254.742.952,63 de receitas orçamentárias as quais estão detalhadas nas tabelas abaixo.

Tabela 21 – Receitas Realizadas - Composição

	31/12/2017	AV (%)
Receitas Correntes	3.389.298.839,90	64,50
Receitas de Capital	1.865.444.112,73	35,50
Total	**5.254.742.952,63**	**100,00**

Fonte: SIAFI, 2017

Tabela 22 – Receitas Correntes Realizadas - Composição

	31/12/2017	AV (%)
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	2.201.358.827,17	64,95
Valores Mobiliários	596.762.411,60	17,61
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	267.514.098,21	7,89
Demais	323.663.502,92	9,55
Total	**3.389.298.839,90**	**100,00**

Fonte: SIAFI, 2017

A receita de valor mais expressivo refere-se, majoritariamente, a Serviços de Proteção ao Voo, Serviços de Transportes Aéreos Indenizáveis e Tarifas Aeroportuárias. A receita de valores mobiliários é proveniente da aplicação das disponibilidades financeiras dos recursos gerenciados pelo Fundo Aeronáutico. As receitas de serviços e atividades referentes à saúde relacionam-se à arrecadação de serviços hospitalares em geral e arrecadações oriundas de contribuições obrigatórias dos militares, da ativa e na inatividade, e dos pensionistas dos militares, destinadas a cobrir parte das despesas com a assistência médico-hospitalar dos beneficiários do Fundo de Saúde da Aeronáutica.

Tabela 23 – Receitas de Capital Realizadas - Composição

	31/12/2017	AV (%)
Operações de Crédito – Mercado Externo	1.863.906.513,51	99,92
Alienação de Bens Móveis	1.537.599,22	0,08
Total	**1.865.444.112,73**	**100,00**

Fonte: SIAFI, 2017

As operações de crédito – mercado externo representam quase a totalidade das receitas de capital, ou seja, 99,92%. As receitas de alienação de bens móveis são oriundas de alienação de viaturas aeronáuticas e de outros bens móveis, bem como de outros bens permanentes.

17 – DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

Na data base de 31/12/2017, o COMAER empenhou cerca de R$ 24,1 bilhões. A Tabela abaixo evidencia as principais despesas empenhadas por natureza de despesa detalhada:

Tabela 24 – Despesa empenhada por categoria econômica

Despesas Correntes AV (%)		31/12/2017	
31900121	PROVENTOS – PESSOAL MILITAR	2.942.942.915,56	14,84
31901201	SOLDO	2.909.572.831,84	14,67
31900302	PENSOES MILITARES	1.769.326.390,87	8,92
31900328	VANTAGENS INCORPORADAS – PENSIONISTAS	1.302.392.607,72	6,57
31900122	VANTAGENS INCORPORADAS – PESSOAL MILITAR	837.073.819,65	4,22
31900110	ADICIONAL POR TEMPO DE SERVICO PESSOAL MILIT	767.603.645,72	3,87
31900114	ADICIONAL MILITAR	596.633.408,17	3,01
31901204	ADICIONAL MILITAR	498.396.530,12	2,51
31901206	ADICIONAL DE HABILITAÇÃO	497.956.479,92	2,51
31900101	PROVENTOS – PESSOAL CIVIL	474.670.621,33	2,39
31900126	PENSOES CIVIS	445.211.413,35	2,24
Demais		6.795.749.728,28	34,26
SUBTOTAL		**19.837.530.392,63**	**100,00**

Despesas de Capital AV (%)		31/12/2017	
44903905	SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS	1.681.612.577,96	39,22
44905204	EQUIPAMENTOS, PECAS E ACESSORIOS AERONAUTICOS	892.497.276,20	20,82
46907701	REFINANCIAMENTO DO PRINCIPAL – DIV. CONTRATUAL	401.644.897,81	9,37
44905202	AERONAVES	351.808.276,54	8,21
44903032	SUPRIMENTO DE AVIACAO	313.165.884,67	7,30
44905256	EQUIPAMENTOS, PECAS E ACES. DE PROTECAO AO VOO	167.947.917,20	3,92
44905191	OBRAS EM ANDAMENTO	103.509.274,92	2,41
44905235	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	51.037.500,37	1,19
44905206	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	29.715.656,18	0,69
Demais		294.339.480,28	6,87
SUBTOTAL		**4.287.278.742,13**	**100,00**
TOTAL		**24.124.809.134,76**	

Fonte: SIAFI, 2017

18 – RESULTADO ORÇAMENTÁRIO DO EXERCÍCIO

A confrontação entre as receitas arrecadadas e as despesas empenhadas no período origina o resultado orçamentário. No exercício de 2017, o COMAER apresentou resultado orçamentário deficitário no valor de R$ 18.870.066.182,13, tendo em vista os montantes de R$ 5.254.742.952,63 referente à arrecadação de receitas e de R$ 24.124.809.134,76 de despesas empenhadas. Ressalta-se que esse déficit apresentado no Balanço Orçamentário do COMAER refere-se, majoritariamente, à execução orçamentária proveniente das descentralizações de créditos recebidas de outras Unidades Orçamentárias, que somam a quantia de R$ 719.153.651,84 de despesas empenhadas, além das Unidades Orçamentárias Comando da Aeronáutica e Fundo Aeronáutico, que em conjunto atingem o valor de R$ 23.405.655.482,82 de despesas empenhadas, perfazendo o total de despesas empenhadas evidenciadas na Tabela 24.

ANEXO III

Informações sobre os projetos conduzidos pela Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate (Item 4.6 do E-contas)

A COPAC, Organização do Comando da Aeronáutica prevista pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, tem a finalidade de gerenciar os Projetos de desenvolvimento, aquisição e modernização de materiais e sistemas aeronáuticos para o COMAER, articulando as ações necessárias para alcançar eficácia e eficiência no ciclo de vida desses materiais e sistemas.

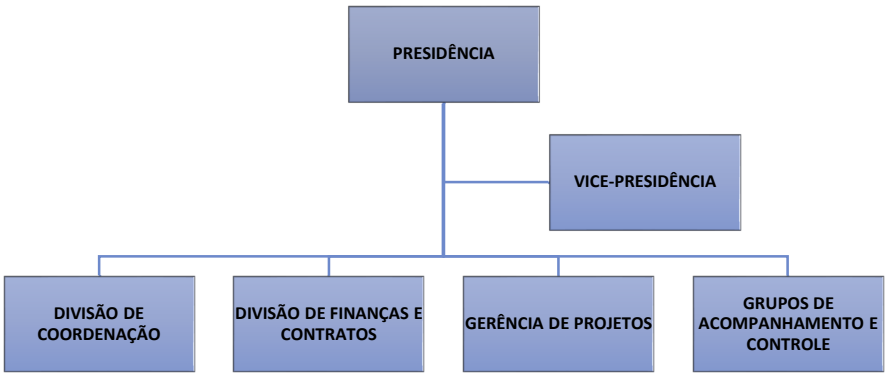
A COPAC tem sua subordinação e sede estabelecidas no Regulamento Interno aprovado pela Portaria DCTA nº 113/DNO, DE 27 DE ABRIL DE 2017, faz parte da estrutura do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA) e possui as principais competências, conforme quadro abaixo:

Competências da COPAC

	NOME DO ÓRGÃO	SIGLA	PRINCIPAIS COMPETÊNCIAS
Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial	Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate	COPAC	- gerenciar os projetos de aquisição, de desenvolvimento e de modernização de materiais e sistemas aeronáuticos, que lhe forem atribuídos por órgão superior; - assessorar o EMAER na coordenação das ações necessárias à implantação dos materiais e sistemas aeronáuticos adquiridos, desenvolvidos ou modernizados por intermédio da COPAC; - cumprir as diretrizes da Aeronáutica para as atividades de compensação comercial, industrial e tecnológica; e - gerenciar o conhecimento envolvido nos processos de gerenciamento de projetos de aquisição, desenvolvimento e modernização de materiais e sistemas aeronáuticos atribuídos à COPAC.

ESTRUTURA BÁSICA

Organograma da Estrutura Básica



Fonte: COPAC

Projetos

Os Projetos conduzidos pela COPAC estão diretamente ligados à operacionalização da missão da Força Aérea Brasileira, no enfoque da Dimensão 22, que é o de manter a soberania do espaço aéreo e integrar o território nacional, com vistas à defesa da pátria, por meio das ações de Controlar, Defender e Integrar.

Na ação Controlar, a COPAC gerencia Projetos de aquisição de aeronaves laboratório, busca e salvamento e de asas rotativas. Estes equipamentos, extremamente avançados, possibilitarão à FAB um avanço significativo para o cumprimento de suas responsabilidades no tocante ao controle do tráfego aéreo e busca e salvamento.

Na ação Defender, a COPAC administra a aquisição de Projetos responsáveis pela vigilância do espaço aéreo, patrulha marítima, transporte logístico e de defesa aérea. Estes Projetos, que agregam elevada tecnologia, serão os responsáveis pela defesa e garantia da soberania do espaço aéreo nos próximos vinte anos.

Na ação Integrar, a COPAC atualmente dirige os Projetos KC-390 e H-XBR. As aeronaves destes Projetos são cruciais para a tarefa de integrar o Brasil levando direitos fundamentais à população carente em regiões de difícil acesso do país. Estas aeronaves também atuam na ação Defender.

Para a realização destes Projetos estratégicos para a Nação Brasileira foram disponibilizados, no exercício de 2017, recursos orçamentários no valor de R$ 3. 179.969.442,90. Estes recursos foram aplicados em conformidade com as obrigações contratuais registradas nos cronogramas físicos-financeiros de cada Projeto. O quadro a seguir demonstra a aplicação dos recursos por Projeto:

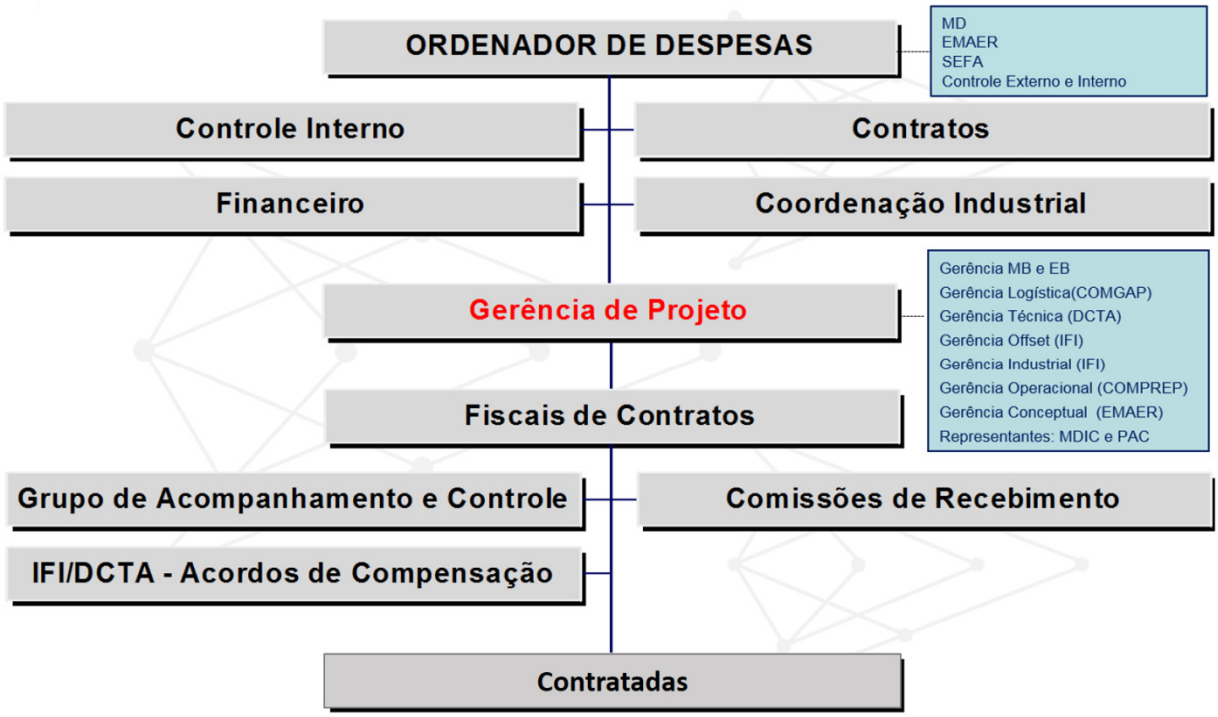
Aplicação dos Recursos por Projeto

PROGRAMA	AÇÃO	PI	PROJETO	FONTE	DOTAÇÃO P/ FONTE (R$)	DOTAÇÃO P/ PROJETO(R$)	EMPENHADO
2058	7U72	P0000600000	**AM-X**	0.100.000.000	62.419.639,90	102.419.639,90	102.419.639,90
	2048	A0000010500		0.280.120.320	40.000.000,00		
	20XV	P0006120301	**CL-X2**	0.250.120.388	151.500.000,00	151.500.000,00	151.500.000,00
	20IH	P0011610000	**E-99M**	0.100.000.000	101.734.241,56	157.234.241,56	157.234.241,56
	20XV	P0011610000		0.250.120.388	55.500.000,00		
	20IH	P0000010000	**F-5BR**	0.100.000.000	56.262.598,33	56.262.598,33	56.262.598,33
	14T0	MD00070	**F-X2**	0.149.011.774	49.963.550,70	1.137.671.301,00	1.137.671.301,00
				0.149.011.775	1.087.707.750,30		
	123J	MD00059	**H-XBR**	0.100.000.000	54.969.028,00	443.312.214,00	(*)453.733.862,14
				0.149.001.601	388.343.186,00		
	20XV	P0011890000	**I-X**	0.250.120.388	119.603.585,16	119.603.585,16	119.603.585,16
	14XJ	MD00071	**KC-390**	0.100.000.000	359.254.851,93	410.454.851,25	410.454.851,25
				0.188.000.000	51.199.999,32		
	123B	MD00063	**KC-X**	0.100.000.000	512.186.530,00	588.986.530,00	588.986.530,00
				0.188.000.000	76.800.000,00		
	20XB	P0010010000	**LINK-BR2**	0.100.000.000	55.555,56	55.555,56	55.555,56
	20XB	P0007830000	**MAA-CA**	0.280.120.320	2.047.278,00	2.047.278,00	2.047.278,00
				Total	**3.169.547.794,76**	**3.169.547.794,76**	**3.179.969.442,90**

Fonte: COPAC (*) Dado extraído do SIOP que usa os valores do SIAFI, o qual produz divergência no valor do câmbio.

A gestão e controle dos projetos sob a responsabilidade da COPAC são regidos pela estrutura apresentada a seguir:

Estrutura da Gestão e Controle dos Projetos



Fonte: COPAC

A Gestão de Riscos na COPAC é realizada em conformidade com a Diretriz do Comando da Aeronáutica – DCA 16-2, Instrução do Comando da Aeronáutica – ICA 80-13 e Norma Padrão de Ação – NPA/VICEPAC/71. Em relação aos Projetos ressalta-se que as empresas contratadas são obrigadas por força de contrato a apresentar relatórios periódicos de acompanhamento. São solicitados os Relatório Trimestral de Acompanhamento e Relatório Semestral das ODM (Ordens de Modificação) emitidas. Estes relatórios apresentam informações relativas ao andamento geral das atividades, cronograma geral do Programa (previsto e realizado), visão geral sobre os riscos do Projeto, modificações técnicas, certificação, desempenho, balanceamento ou equilíbrio, segurança operacional, entre outros.

O desempenho dos Projetos AM-X, E-99M, F-5BR, F-X2, H-XBR, KC-X, CL-X2, KC-390, LIN-BR2, A-DARTER(MAA-CA) e I-X, bem como, dados de suas contratações, fontes de financiamento, execução das despesas, prazos e instrumentos contratuais são apresentados a seguir. O Projeto de aquisição de um Sistema de Artilharia Antiaérea – PAAe aguarda a aprovação dos Requisitos Técnicos, Logísticos e Industriais (RTLI) pelo Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA) – MD.

Os Projetos de desenvolvimento de um míssil tático antirradiação (PMAR-1) e de modernização das aeronaves P-3A da FAB (P-3BR) tiveram suas atividades encerradas no exercício de 2016. O Projeto MAR-1 teve seu encerramento motivado pela acentuada crise econômica que assola o País. A conclusão do Projeto P-3BR se deu com o recebimento do objeto contratado. As metas do Projeto foram atingidas com: o recebimento das nove aeronaves modernizadas; a conclusão do treinamento operacional e dos mantenedores; a implantação da assistência técnica; o fornecimento da estação de planejamento de missão - *Mission Support Center* (MSC); o fornecimento do treinador tático - *Mission Trainer-Tatical Trainer* (MT-TAT); e a finalização do suporte logístico.

1 Projeto AM-X



Desenvolvido na década de 80, em uma parceria entre Brasil e Itália, a aeronave de caça-bombardeio-reconhecedor ligeiro AM-X entrou em operação nas Forças Aéreas desses dois países em um cenário de mudanças de táticas e doutrinas ,após o fim da Guerra Fria. Apesar disso, o caça conseguiu ser adequado para o século XXI e provar, na prática, que ainda é um vetor de importância estratégica. Na FAB, o AM-X foi denominado A-1.

A modernização da aeronave, que passou à denominação de A-1M, tem por objetivo atualizá-la tecnologicamente visando a recuperação de sua capacidade original com vistas a manter sua operacionalidade no cumprimento de sua missão constitucional. A aeronave está sendo equipada com nova suíte eletrônica que integrará rádios, sistemas de navegação, *datalink*, além do radar que permitirá maior eficiência operacional.

O Comando da Aeronáutica, ao decidir-se pelo Projeto de Modernização das Aeronaves A-1 em 2001, reformulando o procedimento de tão somente contratar a campanha de "*retrofit*" das aeronaves do 1º e 2º lotes para atualizá-las às condições da configuração do 3º lote, teve por objetivo encontrar uma solução efetiva para resolver problemas de obsolescência e configuração, propiciando a redução do custo do ciclo de vida da aeronave.

O Projeto de Modernização do AM-X foi concebido para se encerrar em 2013, mas por fatores diversos, entre os quais os orçamentários, teve seu encerramento prorrogado para 2021.

Para o cumprimento das obrigações contratuais, o Projeto AM-X é suportado por ação orçamentária própria denominada 7U72 Adequação, Revitalização e Modernização da Frota de Aeronaves A-1. Anteriormente, o Projeto foi apoiado pela ação orçamentária 20IH, revitalização e modernização de aeronaves. Este Projeto não é suportado com recursos provenientes de financiamento.

Em 2017, a necessidade financeira para a modernização das aeronaves A-1 era de R$ 112.283.103,74. A Lei Orçamentária Anual alocou o montante de R$ 62.419.640,00 por meio da ação orçamentária 7U72. Posteriormente foram disponibilizados ao Projeto mais R$ 40.000.000,00 provenientes da ação orçamentária 2048, perfazendo o total de R$ 102.419.640,00.

Devido à variação cambial favorável ao processo de execução orçamentária, realizado pelo SIAFI, os valores empenhados no SIOP, exercício de 2017, apresentam-se majorados em R$ 65.113.629,37 na ação 7U72 e R$ 40.582.371,88 na ação 20IH.

Conforme dados extraídos do SIOP foram pagos R$ 43.320.266,10 relativos à ação 7U72 e, na ação 2048 o valor de R$ 40.150.836,64. O total pago no exercício ficou em R$ 83.471.102,74.

Durante o ano de 2017, face às alterações de escopo do Projeto, ao orçamento disponibilizado na LOA 2017 e à previsão orçamentária para os anos vindouros, foram realizadas inúmeras negociações junto às empresas contratadas visando à adequação das obrigações pactuadas, o que possibilitou a retomada do ritmo das atividades, o recebimento da quarta aeronave modernizada (1º biposto) e a entrega das últimas etapas do contrato de apoio logístico.

Os valores empenhados, liquidados e pagos, conforme dados obtidos no SIOP, no período de 2012 a 2017, nas ações orçamentárias 20IH, 7U72 e 2048, são apresentados nos quadros abaixo:

Execução Orçamentária e Financeira

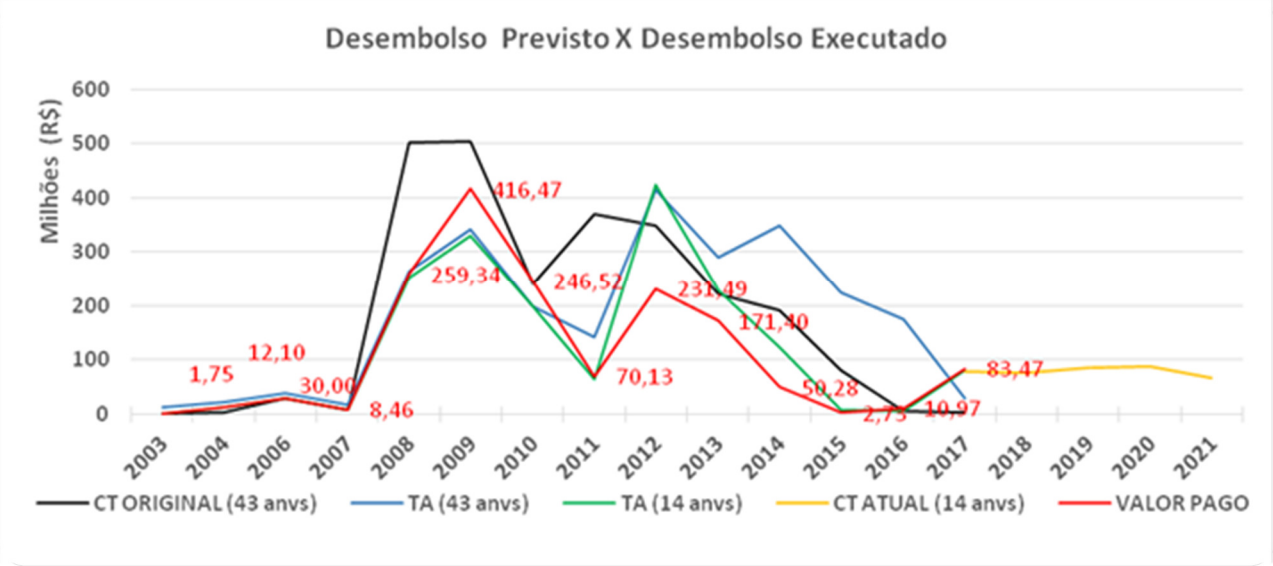
Exercício	Ação	Empenhado	Liquidado	Pago	Restos a Pagar
2015	7U72	54.223.471,	44.584.780,33	2.730.898,01	9.638.690,67
2016	7U72	18.460.026,91	10.965.164,19	10.965.164,19	7.494.862,72
2017	7U72	65.113.629,37	43.320.266,11	43.320.266,11	21.793.363,26

Exercício	Ação	Empenhado	Liquidado	Pago	Restos a Pagar
2012	20IH	361.250.370,94	231.493.109,55	231.493.109,54	129.757.261,39
2013	20IH	206.458.844,46	171.395.143,27	171.395.143,27	35.063.701,19
2014	20IH	95.814.821,27	50.283.564,12	50.283.564,13	45.531.257,15

Exercício	Ação	Empenhado	Liquidado	Pago	Restos a Pagar
2017	2048	40.582.371,88	40.150.836,64	40.150.836,64	431.535,24

Fonte: SIOP.

Em relação aos desembolsos previstos e efetuados, o quadro a seguir consolida os cronogramas físico-financeiro dos contratos e termos aditivos em vigor e pagamentos realizados. Os dados relativos aos pagamentos efetuados no período de 2003 a 2011, foram extraídos dos controles de acompanhamento da Gerência do PAM-X.



Fonte: COPAC.

No que se refere ao acompanhamento da execução, o Projeto AM-X conta com um Grupo de Acompanhamento e Controle situado nas instalações da empresa Embraer, em São José dos Campos - SP. Esta Unidade tem por atribuições assessorar o Gerente do Projeto e os Fiscais dos Contratos, controlar o andamento das atividades contratadas, realizar avaliações de custo, análises técnicas e análises econômicas e financeiras, entre outras.

Contratualmente, o Projeto está estruturado em dez contratos administrativos e um acordo de compensação. Os prazos de execução, variação do valor contratado, valores desembolsados, bem como as descrições resumidas dos instrumentos contratuais são apresentados a seguir:

Instrumento Contratual	**Contrato de Despesa nº 010/DEPED- SDDP/2000**
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	GALILEO AVIONICA S.p.A.
Anuente Solidária	MECTRON – ENGENHARIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.
Modalidade de Licitação	Inexigível nos termos do "CAPUT" do Art. 25 da Lei nº 8.666/93
Publicação	Dispensada em face do disposto no Decreto nº 78.382/76.

O Contrato de Despesa nº 010/DEPED-SDDP/2000, firmado em 14 de novembro de 2000 com a empresa GALILEO AVIONICA S.p.A., atual LEONARDO S.p.A, tem como objeto a produção e fornecimento de conjuntos de unidades italianas do Radar. Valor original de US$ 25,740,954.60.

Instrumento Contratual	**1º TA ao Contrato de Despesa nº 010/DEPED-SDDP/2000**
Publicação	Dispensada em face do disposto no Decreto nº 78.382/76.

O 1º TA ao Contrato de Despesa nº 010/DEPED-SDDP/2000 foi assinado em 18 de dezembro de 2001 para alterar a identificação referente à Contratada para nova razão social adotada pela empresa. Não ocorreram outras alterações. Valor contratado US$ 25,740,954.60.

Instrumento Contratual	**2º TA ao Contrato de Despesa nº 010/DEPED-SDDP/2000**
Publicação	Dispensada em face do disposto no Decreto nº 78.382/76.

O 2º TA ao Contrato de Despesa nº 010/DEPED-SDDP/2000 foi assinado em 5 de setembro de 2003 a fim de adequar o CFF em termos de prazo, estendendo a execução (66 meses) e a vigência (72 meses). O propósito principal foi o de garantir a execução conjunta e coordenada dos Contratos 010 e 011/DEPED-COPAC/2000, já que eles se vinculavam ao mesmo objeto. Além disso, foi necessário ajustar a cláusula nona - garantia da qualidade - de forma a prover maior confiabilidade ao produto final. Valor contratado US$ 25,740,954.60.

Instrumento Contratual	**3º TA ao Contrato de Despesa nº 010/DEPED-SDDP/2000**
Publicação	DOU nº 229, de 30 de novembro de 2006.

O 3º TA ao Contrato de Despesa nº 010/DEPED-SDDP/2000 foi assinado em 14 de novembro de 2006 a fim de adequar o prazo de vigência (85 meses) em virtude de restrições orçamentárias e do início dos estudos de adequação do radar aos A-1M. Valor contratado US$ 25,740,954.60.

Instrumento Contratual	**4º TA ao Contrato de Despesa nº 010/DEPED-SDDP/2000**
Publicação	DOU nº 3, de 4 de janeiro de 2008.

O 4º TA ao Contrato de Despesa nº 010/DEPED-SDDP/2000 foi assinado em 14 de dezembro de 2007 a fim de adequar o prazo de vigência (97 meses) em virtude dos estudos de adequação do radar não terem sido finalizados a tempo e para alterar a identificação referente à anuente para a nova razão social adotada pela empresa. Valor contratado US$ 25,740,954.60.

Instrumento Contratual	**5º TA ao Contrato de Despesa nº 010/DEPED-SDDP/2000**
Publicação	DOU nº 251, de 26 de dezembro de 2008.

O 5º TA ao Contrato de Despesa nº 010/DEPED-SDDP/00 foi assinado em 12 de dezembro de 2008 a fim de modificar a estrutura contratual para que o produto fosse adequado à quantidade de aeronaves A-1 que seriam modernizadas, fazendo com que a quantidade de radares a ser produzida passasse a ser objeto de opção futura, com prazo de 40 meses após a assinatura do TA. Tal alteração culminou com uma extensão da execução contratual para 150 meses e da vigência para 167 meses. Valor contratado US$ 25,740,954.60.

Instrumento Contratual	**6º TA ao Contrato de Despesa nº 010/DEPED-SDDP/2000**
Publicação	DOU nº 246, de 24 de dezembro de 2010.

O 6º TA ao Contrato de Despesa nº 010/DEPED-SDDP/2000 foi assinado em 23 de dezembro de 2010 de forma a adequar o Contrato às dificuldades técnicas inerentes à integração na aeronave A-1M, bem como devido a algumas especificações técnicas que foram modificadas para aumentar a comunalidade operacional deste produto com outros. Consequentemente, o prazo de execução contratual foi estendido para 13 de março de 2015 e a vigência, para 13 de setembro de 2015. Além disso, foi necessário alterar a denominação da contratante e da contratada. Valor contratado US$ 25,740,954.60

Instrumento Contratual	**7º TA ao Contrato de Despesa nº 010/DEPED-SDDP/2000**
Publicação	DOU nº 213, de 5 de novembro de 2012.

O 7º TA ao Contrato de Despesa nº 010/DEPED-SDDP/00 foi assinado em 25 de outubro de 2012 de forma a se estender o prazo que a contratante tinha para fazer a opção de quantidades e para se adequar os termos utilizados neste Contrato à edição 2010 dos *International Commercial Terms* (INCOTERMS) – 7ª Revisão. Além disso, atrasos provenientes do desenvolvimento do Radar, bem como da adequação à nova aeronave, culminaram com a extensão do prazo de execução contratual para 13/05/2016 e da vigência para 13/11/2016. Valor contratado US$ 25,740,954.60.

Instrumento Contratual	**8º TA ao Contrato de Despesa nº 010/DEPED-SDDP/2000**
Publicação	DOU nº 96, de 21 de maio de 2013.

O 8º TA ao Contrato de Despesa nº 010/DEPED-SDDP/2000 foi assinado em 15 de maio de 2013 de forma a se estender o prazo que a contratante tinha para fazer a opção de quantidades em face das diversas alterações ocorridas no cronograma do Projeto, o que também resultou em um impacto nas datas das entregas constantes do Cronograma Físico-Financeiro, sem alteração do preço, porém alterando a distribuição dos valores por exercício. Consequentemente, foi necessária a extensão do prazo de execução contratual para 13 de maio de 2017 e da vigência para 13 de novembro de 2017. Além disso, foi necessário alterar a denominação da Contratada. Valor contratado US$ 25,740,954.60.

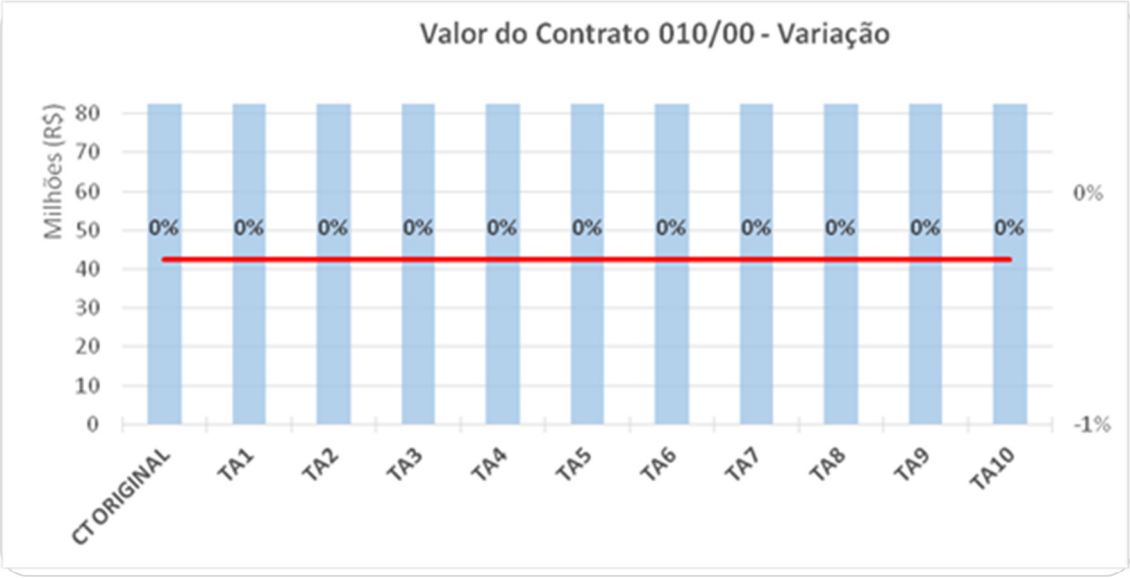
Instrumento Contratual	**9º TA ao Contrato de Despesa nº 010/DEPED-SDDP/2000**
Publicação	DOU nº 36, de 24 de fevereiro de 2015.

O 9º TA ao Contrato de Despesa nº 010/DEPED-SDDP/2000 foi assinado em 23 de fevereiro de 2015 com a finalidade de se cumprir a cláusula de opção. Valor contratado US$ 25,740,954.60.

Instrumento Contratual	**10º TA ao Contrato de Despesa nº 010/DEPED-SDDP/2000**
Publicação	DOU nº 231, de 2 de dezembro de 2016.

O 10º TA ao Contrato de Despesa nº 010/DEPED-SDDP/00 foi assinado em 29 de novembro de 2016 com a finalidade de se realizar os ajustes decorrentes das restrições orçamentárias ocorridas nos exercícios de 2015 e 2016. Valor contratado US$ 25,740,954.60. O prazo de vigência foi postergado para 13 de dezembro de 2018.

Ao longo de seus Termos Aditivos, o contrato nº 010/DEPED-SDDP/2000 não teve acréscimos ou supressões conforme demonstrado no gráfico abaixo. O valor contratado de US$ 25,740,954.60 (aproximadamente R$ 82.371.054,72 considerando 1US$ - 3,2 R$) foi mantido.



Fonte: COPAC.

Instrumento Contratual	**Contrato de Despesa nº 011/DEPED- SDDP/2000**
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	MECTRON – ENGENHARIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.
Anuente Solidária	GALILEO AVIONICA S.p.A.
Modalidade de Licitação	Inexigível nos termos do "CAPUT" do Art. 25 da Lei nº 8.666/93
Publicação	Dispensada em face do disposto no Decreto nº 78.382/76.

O Contrato de Despesa nº 11/DEPED-SDDP/2000, firmado 14 de novembro de 2000 com a empresa Mectron – Engenharia, Indústria e Comércio S.A., tinha como objeto a produção de conjuntos de unidades brasileiras, integração destas com as unidades italianas e o fornecimento dos radares. Valor original de R$ 12.828.712,80; encerrou-se no 11º TA, em 12 de junho de 2017.

Instrumento Contratual	**1º TA ao Contrato de Despesa nº 011/DEPED-SDDP/2000**
Publicação	Dispensada em face do disposto no Decreto nº 78.382/76.

O 1º TA ao Contrato de Despesa nº 011/DEPED-SDDP/00 foi assinado em 1º de novembro de 2001 para alterar a cláusula custeio, fins de se adequar o Contrato à classificação funcional e à

estrutura programática que o COMAER receberia os recursos orçamentários, bem como para alterar a Natureza de Despesa prevista. Valor contratado R$ 12.828.712,80.

Instrumento Contratual	**2º TA ao Contrato de Despesa nº 008/DEPED-SDDP/2003**
Publicação	DOU nº 15, 22 de janeiro de 2009.

O 2º TA ao Contrato de Despesa nº 008/DEPED-SDDP/2003 foi assinado em 23 de dezembro de 2008 e foi necessário em função de ajustes nos Requisitos Técnicos Logísticos e Industriais Básicos (RTLIB) da modernização e pela decisão do EMAER em reduzir o escopo de aeronaves a modernizar. Em consequência, o preço original do Contrato foi alterado, o prazo de execução contratual foi estendido para 140 meses e a vigência para 146 meses. Valor contratado R$ 740.741.433,29.

Instrumento Contratual	**3º TA ao Contrato de Despesa nº 008/DEPED-SDDP/2003**
Publicação	DOU nº 144, de 26 de julho de 2012.

O 3º TA ao Contrato de Despesa nº 008/DEPED-SDDP/2003 foi assinado em 23 de julho de 2012 e foi necessário para permitir inclusões e exclusões de itens nos anexos contratuais motivado pelas mudanças nos requisitos originais do Projeto. Como consequência direta, o preço contratado teve que ser revisto. Da mesma forma, houve a necessidade de ajustar o cronograma físico-financeiro do Contrato a esta realidade e estender a execução contratual para 04 de maio de 2017 e da vigência, para 30 de outubro de 2017. Valor contratado R$ 740.926.729,76.

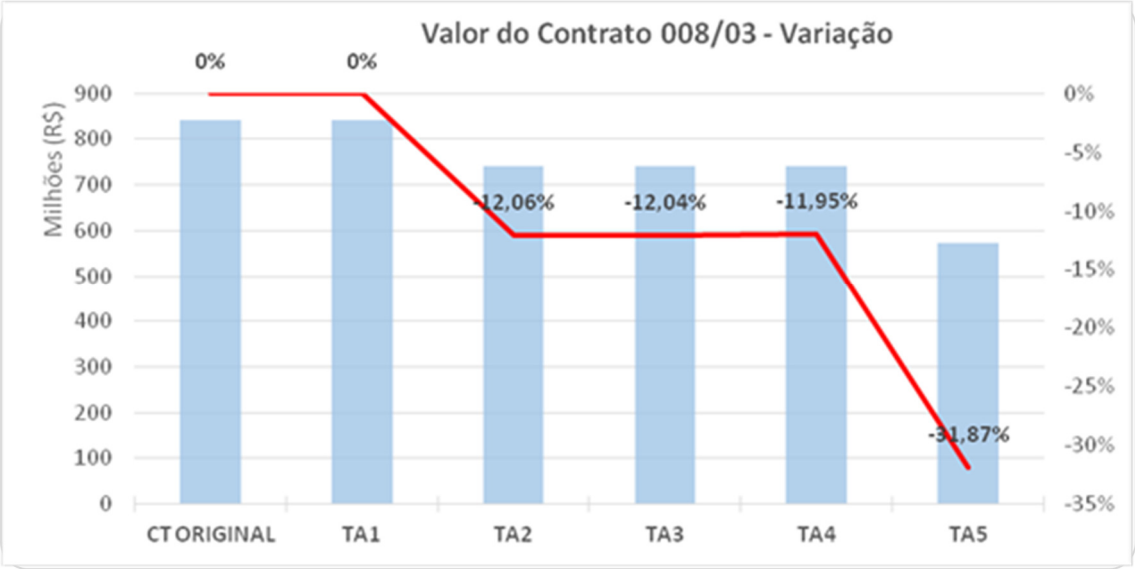
Instrumento Contratual	**4º TA ao Contrato de Despesa nº 008/DEPED-SDDP/2003**
Publicação	DOU nº 251, de 27 de dezembro de 2013.

O 4º TA ao Contrato de Despesa nº 008/DEPED-SDDP/2003 foi assinado em 23 de dezembro de 2013 e foi necessário para ajustar o CFF, pois a LOA 2013 não atendeu às reais necessidades do Projeto no exercício. Naquela ocasião, os recursos que seriam destinados ao COMAER sofreram significativos cortes nos créditos solicitados para a execução de seus Projetos, mesmo aqueles relativos a compromissos contratuais já anteriormente assumidos e contemplados no Plano Plurianual. A modificação no preço do contrato foi motivada pela inclusão do Imposto Sobre Serviço (ISS), pois o lote que contemplava o serviço de modernização era beneficiado pela isenção de impostos do ISS de 2%, preconizado pela Prefeitura Municipal de Gavião Peixoto - SP. Tal benefício encerrou-se no ano de 2015, em atendimento à resolução do artigo 2º da Lei Complementar nº 013, de 26 de março de 2001, publicada pela Prefeitura. Valor contratado R$ 741.636.580,21.

Instrumento Contratual	**5º TA ao Contrato de Despesa nº 008/DEPED-SDDP/2003**
Publicação	DOU nº 187, de 28 de setembro de 2017

O 5º TA ao Contrato de Despesa nº 008/DEPED-SDDP/2003 foi assinado em 27 de setembro de 2017. Com a redução do número de aeronaves A-1M a modernizar houve a necessidade de se adequar os termos contratuais objeto, preço, custeio, garantias financeiras e técnicas e cronograma físico-financeiro. O prazo de vigência foi postergado para 23 de julho de 2021. Valor contratado R$ 573.897.311,97.

O quadro abaixo demonstra a variação do contrato nº 008/DEPED-SDDP/2003 ao longo de sua execução.



Fonte: COPAC.

Instrumento Contratual	**Contrato de Despesa nº 001/DEPED-SDDP/2004**
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	EMBRAER AIRCRAFT INTERNATIONAL - EAI
Anuente Solidária	EMBRAER S.A.
Modalidade de Licitação	Inexigível. Caput do Art. 25 da Lei 8.666/93
Publicação	Dispensada em face do disposto no Decreto nº 2.134/97 e Art. 2º do Decreto nº 78.382/76.

O Contrato de Despesa nº 001/DEPED-SDDP/2004 firmado em 17 de janeiro de 2004 com a empresa EMBRAER AIRCRAFT INTERNATIONAL – EAI, tem como objeto o fornecimento de bens necessários à modernização das aeronaves A-1 e de itens de suporte logístico associado. Valor original de US$ 182,489,329.35.

Instrumento Contratual	**1º TA ao Contrato de Despesa nº 001/DEPED-SDDP/2004**
Publicação	DOU nº 7, de 10 de janeiro de 2006.

O 1º TA ao Contrato de Despesa nº 001/DEPED-SDDP/2004 foi assinado em 22 de dezembro de 2006 para ajustar o custeio do Contrato, de maneira a contemplar os recursos que foram disponibilizados para o Exercício de 2006, reescalonando, também, o montante relativo aos anos subsequentes. Por consequência, o prazo de execução contratual foi estendido para 128 meses e a vigência, para 131 meses. Valor contratado US$ 182,489,329.35.

Instrumento Contratual	**2º TA ao Contrato de Despesa nº 001/DEPED-SDDP/2004**
Publicação	DOU nº 15, de 22 de janeiro de 2008.

O 2º TA ao Contrato de Despesa nº 001/DEPED-SDDP/2004 foi assinado em 23 de dezembro de 2008 no intuito de ajustar o RTLIB e promover redução do escopo contratual de quantidade de aeronaves. Além disso, a lista de *deliverables* foi alterada, tanto para contemplar a redução no número de aeronaves quanto para atualizar a arquitetura aviônica do Projeto, resultando em um acréscimo no preço total do Contrato. Ademais, o cronograma foi ajustado, fins de se sincronizar o objeto às

necessidades do COMAER. Tal ajuste culminou com a extensão do prazo de execução contratual para 129 meses e da vigência para 135 meses. Valor contratado US$ 202,884,829.34.

Instrumento Contratual	**3º TA ao Contrato de Despesa nº 001/DEPED-SDDP/2004**
Publicação	DOU nº 198, de 15 de outubro de 2010.

O 3º TA ao Contrato de Despesa nº 001/DEPED-SDDP/2004 foi assinado em 29 de outubro de 2010 com o objetivo de modificar os procedimentos para importação definitiva e para ajustar o cronograma físico-financeiro frente às restrições orçamentárias sofridas. Valor contratado US$ 202,884,829.34.

Instrumento Contratual	**4º TA ao Contrato de Despesa nº 001/DEPED-SDDP/2004**
Publicação	DOU nº 249, de 28 de dezembro de 2011.

O 4º TA ao Contrato de Despesa nº 001/DEPED-SDDP/2004 foi assinado em 27 de dezembro de 2012 com o objetivo de modificar a denominação da Contratada e para ajustar o CFF frente às restrições de grande monta sofridas na LOA 2011. Tal ajuste culminou com a extensão do prazo de execução contratual para 30 de junho de 2016 e da vigência, para 30 de dezembro de 2016. Valor contratado US$ 202,884,829.34.

Instrumento Contratual	**5º TA ao Contrato de Despesa nº 001/DEPED-SDDP/2004**
Publicação	DOU nº 171, de 4 de setembro de 2013.

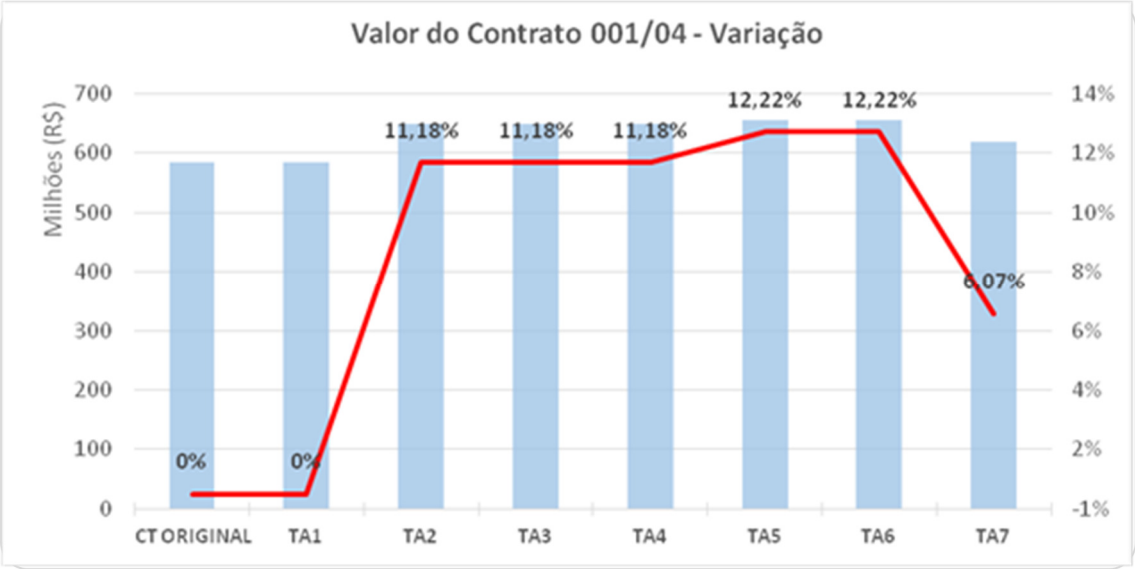
O 5º TA ao Contrato de Despesa nº 001/DEPED-SDDP/2004 foi assinado em 7 de agosto de 2013. Foi celebrado em função de ajustes nas entregas do Contrato, com a migração de itens para outros Contratos, exclusões e modificações; correções na lista de Proposta de Modificação Técnica (PMT); substituição dos equipamentos obsoletos rádio (VUHF *Helmer*) e IFF (*Transponder* SIT 421); e em virtude de a Lei Orçamentária Anual 2013 não ter contemplado as reais necessidades orçamentárias do Projeto A-1M. Estas modificações alteraram o preço total do Contrato e as restrições orçamentárias culminaram com a extensão do prazo de execução contratual para 30 de setembro de 2016. Valor contratado US$ 204,784,385.62.

Instrumento Contratual	**6º TA ao Contrato de Despesa nº 001/DEPED-SDDP/2004**
Publicação	DOU nº 243, de 20 de dezembro de 2016.

O 6º TA ao Contrato de Despesa nº 001/DEPED-SDDP/2004 foi firmado em 15 de dezembro de 2016. Foi motivado pela necessidade de se prorrogar os prazos de execução e de vigência. O prazo de vigência foi postergado para 31 de março de 2018. Valor contratado US$ 204,784,385.62.

Instrumento Contratual	**7º TA ao Contrato de Despesa nº 001/DEPED-SDDP/2004**
Publicação	DOU nº 207, de 27 de outubro de 2017.

O 7º TA ao Contrato de Despesa nº 001/DEPED-SDDP/2004 foi firmado em 25 de outubro de 2017. Foi motivado pela redução de escopo na quantidade de aeronaves a serem modernizadas. Valor contratado US$ 193,563,280.57. O prazo de vigência foi postergado para 31 de outubro de 2022.



Fonte: COPAC.

Instrumento Contratual	**Contrato de Despesa nº 003/DEPED-SDDP/2004**
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	ALENIA AERONAUTICA S.p.A.
Anuente Solidária	EMBRAER S.A.
Modalidade de Licitação	Dispensável nos termos do inciso XIV, do Art. 24 da Lei nº 8.666/93.
Publicação	DOU nº 249, de 28 de dezembro de 2004.

O Contrato de Despesa nº 003/DEPED-SDDP/2004, firmado em 23 de dezembro de 2004 com a empresa Alenia Aeronáutica, S.p.A., atual LEONARDO S.p.A., tinha como objeto o fornecimento de *kits* de modificação técnica para as aeronaves A-1. Com valor total de EUR 1.876.483.86, encerrou-se em 30 de junho de 2017, em seu 9º Termo Aditivo.

Instrumento Contratual	**1º TA ao Contrato de Despesa nº 003/DEPED-SDDP/2004**
Publicação	DOU nº 208, de 28 de outubro de 2005.

O 1º TA ao Contrato de Despesa nº 003/DEPED-SDDP/2004 foi assinado em 5 de outubro de 2005 em função das modificações de requisitos implementados pelo Estado-Maior da Aeronáutica que, em decorrência, alterou a necessidade de *kits* previstos. Em consequência houve alteração no preço do contrato e ajustes no cronograma e no custeio. Valor contratado EUR 1.925.177,60.

Instrumento Contratual	**2º TA ao Contrato de Despesa nº 003/DEPED-SDDP/2004**
Publicação	DOU nº 233, de 5 de dezembro de 2007.

O 2º TA ao Contrato de Despesa nº 003/DEPED-SDDP/2004 foi assinado em 3 de dezembro de 2007 para estabelecer os novos prazos de entrega dos *mod sets* que compõem os *kits*. Adequar a redistribuição das incorporações nos *mod sets* a serem fornecidos como *Government Furnished Equipment* (GFE). Em consequência houve alteração no preço do contrato e ajustes no CFF e Custeio. Valor contratado EUR 1.827.790,12.

Instrumento Contratual	**3º TA ao Contrato de Despesa nº 003/DEPED-SDDP/2004**
Publicação	DOU nº 233, de 1º de dezembro de 2008.

O 3º TA ao Contrato de Despesa nº 003/DEPED-SDDP/2004 foi assinado em 20 de novembro de 2008 em função da exclusão de modificações técnicas com alteração na lista dos *mod sets*. Desta forma, foi alterado o preço do contrato e o prazo de execução contratual foi estendido para 76 meses e a vigência, para 81 meses. Valor contratado EUR 1.876.483,86.

Instrumento Contratual	**4º TA ao Contrato de Despesa nº 003/DEPED-SDDP/2004**
Publicação	DOU nº 129, de 7 de julho de 2011.

O 4º TA ao Contrato de Despesa nº 003/DEPED-SDDP/2004 foi assinado em 6 de junho de 2011 em função da alteração da denominação da contratante e para fins de se adequar as entregas ao novo calendário apresentado pela Contratada. Por conseguinte, o prazo de vigência foi estendido para o dia 15 de dezembro de 2012. Valor contratado EUR 1.876.483,86.

Instrumento Contratual	**5º TA ao Contrato de Despesa nº 003/DEPED-SDDP/2004**
Publicação	DOU nº 232, de 3 de dezembro de 2012.

O 5º TA ao Contrato de Despesa nº 003/DEPED-SDDP/2004 foi assinado em 22 de novembro de 2012 com o objetivo de modificar a denominação da Contratada e para permitir que houvesse tempo hábil para a análise dos processos de apuração de sanção administrativa. Tal ajuste culminou com a extensão da vigência para o dia 15 de dezembro de 2013. Valor contratado EUR 1.876.483,86.

Instrumento Contratual	**6º TA ao Contrato de Despesa nº 003/DEPED-SDDP/2004**
Publicação	DOU nº 233, de 2 de dezembro de 2013.

O 6º TA ao Contrato de Despesa nº 003/DEPED-SDDP/2004 foi assinado em 29 de novembro de 2013 com o objetivo de estender a vigência, em virtude do fato de algumas etapas terem chegado ao Brasil com itens danificados. Desta forma, houve a extensão do prazo de execução contratual para 15 de agosto de 2014 e da vigência, para 15 de dezembro de 2014. Valor contratado EUR 1.876.483,86.

Instrumento Contratual	**7º TA ao Contrato de Despesa nº 003/DEPED-SDDP/2004**
Publicação	DOU nº 238, de 9 de dezembro de 2014.

O 7º TA ao Contrato de Despesa nº 003/DEPED-SDDP/2004 foi assinado em 8 de dezembro de 2014 com o objetivo de estender a vigência, já que os itens danificados ainda não haviam chegado ao Brasil por problemas operacionais e administrativos da Contratada. Desta forma, houve a extensão do prazo de execução contratual para 15 de agosto de 2015 e da vigência, para 15 de dezembro de 2015. Valor contratado EUR 1.876.483,86.

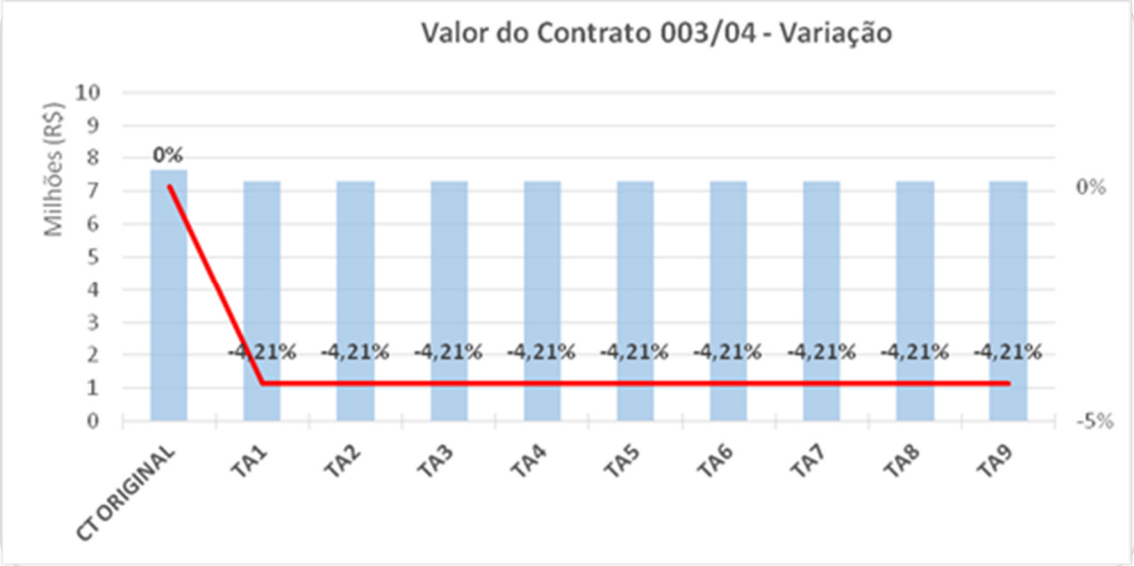
Instrumento Contratual	**8º TA ao Contrato de Despesa nº 003/DEPED-SDDP/2004**
Publicação	DOU nº 227, de 27 de novembro de 2015.

O 8º TA ao Contrato de Despesa nº 003/DEPED-SDDP/2004 foi assinado em 26 de novembro de 2015 com o objetivo de estender a vigência já que parte dos itens danificados ainda não haviam

chegado ao Brasil e parte dos que chegaram, ainda apresentavam discrepâncias. Desta forma, houve a extensão da vigência para 15 de dezembro de 2016. Valor contratado EUR 1.876.483,86.

Instrumento Contratual	**9º TA ao Contrato de Despesa nº 003/DEPED-SDDP/2004**
Publicação	DOU nº 238, de 13 de dezembro de 2016.

O 9º TA ao Contrato de Despesa nº 003/DEPED-SDDP/2004 foi assinado em 12 de dezembro de 2016 com o objetivo de estender o prazo de vigência a fim de permitir a reposição de itens danificados que impediam a emissão do Termo de Aceitação Definitivo. Este contrato encerrou-se em 30 de junho de 2017. Valor contratado EUR 1.876.483,86.



Fonte: COPAC.

Instrumento Contratual	**Contrato de Despesa nº 007/CTA-SDDP/2008**
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	SELEX ES S.p.A,.
Anuente Solidária	MECTRON – Engenharia, Indústria e Comércio S.A.
Modalidade de Licitação	Inexigível nos termos do "Caput" do Art. 25, da Lei nº 8.666/93
Publicação	Dispensada em face do disposto no item 6.1.4 da Instrução do Comando da Aeronáutica – ICA 175-1 Aprovação, Celebração e Registro de Contratos.

O Contrato de Despesa nº 007/CTA-SDDP/2008, firmado em 19 de dezembro de 2008 com a empresa SELEX ES S.p.A, atualmente Finmeccanica S.p.A, tem como objeto a prestação de serviços e fornecimento de bens relativos à adaptação do radar SCP-01 à aeronave A-1. Com valor original de EUR 9.964.002,29. O encerramento deste Contrato ocorreu em 31 de março de 2017, no 6º Termo Aditivo.

Instrumento Contratual	**1º TA ao Contrato de Despesa nº 007/CTA-SDDP/2008**
Publicação	DOU nº 246, de 24 de dezembro de 2010.

O 1º TA ao Contrato de Despesa nº 007/CTA-SDDP/2008 foi assinado em 23 de dezembro de 2010 e teve como finalidade adequar o Contrato às dificuldades técnicas encontradas durante o processo de integração à aeronave A-1M, bem como algumas especificações técnicas foram modificadas com a finalidade de se aumentar a comunalidade operacional deste produto. Consequentemente, o prazo de execução contratual foi estendido para 14 de maio de 2013 e a vigência, para 13 de novembro de 2013. Além disso, foi necessário alterar a denominação da contratante e da Contratada. Valor contratado EUR 9.964.002,29.

Instrumento Contratual	**2º TA ao Contrato de Despesa nº 007/CTA-SDDP/2008**
Publicação	DOU nº 2013, de 5 de novembro de 2012.

O 2º TA ao Contrato de Despesa nº 007/CTA-SDDP/2008 foi assinado em 25 de outubro de 2012 e teve como finalidade adequar os termos utilizados neste Contrato à edição 2010 dos INCOTERMS – *International Commercial Terms* – 7ª Revisão. Além disso, diversos problemas técnicos e de obsolescência obrigaram as partes a revisar o cronograma de entregas, bem como estender o prazo de execução contratual para 14 de setembro de 2013 e a vigência para 13 de abril de 2014. Valor contratado EUR 9.964.002,29.

Instrumento Contratual	**3º TA ao Contrato de Despesa nº 007/CTA-SDDP/2008**
Publicação	DOU nº 96, de 21 de maio de 2013.

O 3º TA ao Contrato de Despesa nº 007/CTA-SDDP/2008 foi assinado em 15 de maio de 2013 e teve como finalidade alterar a denominação da Contratada. Em adição, atualizou-se a cláusula de garantia técnica e duas atividades contratuais foram juntadas em uma única etapa, fins de um melhor aproveitamento de pessoal e equipamento envolvido. Valor contratado EUR 9.964.002,29.

Instrumento Contratual	**4º TA ao Contrato de Despesa nº 007/CTA-SDDP/2008**
Publicação	DOU nº 70, de 11 de abril de 2014.

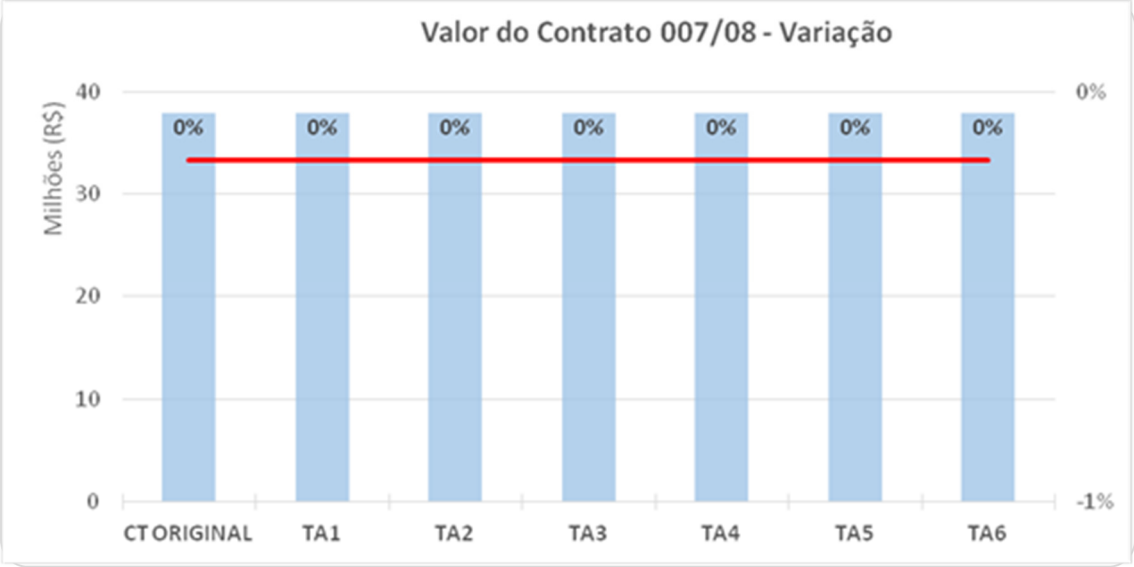
O 4º TA ao Contrato de Despesa nº 007/CTA-SDDP/2008 foi assinado em 9 de abril de 2014 e teve como finalidade alterar a denominação da Contratada SELEX ELECTRONIC SYSTEMS S.p.A. para Selex ES S.p.A e se estender algumas atividades de suporte técnico à integração do radar na aeronave A-1M, em virtude do atraso do Projeto de Modernização desta última. Consequentemente, o prazo de execução contratual foi estendido para 14 de março de 2015 e a vigência, para 31 de maio de 2015. Valor contratado EUR 9.964.002,29.

Instrumento Contratual	**5º TA ao Contrato de Despesa nº 007/CTA-SDDP/2008**
Publicação	DOU nº 102, de 1º de junho de 2015.

O 5º TA ao Contrato de Despesa nº 007/CTA-SDDP/2008 foi assinado em 21 de maio de 2015. Devido às constantes restrições orçamentárias que a modernização da aeronave A-1M sofreu, as atividades de suporte técnico à integração do Radar não puderam ser concluídas. Desta forma, o prazo de execução contratual foi estendido para 31 de janeiro de 2016 e a vigência, para 31 de março de 2016. Valor contratado EUR 9.964.002,29.

Instrumento Contratual	**6º TA ao Contrato de Despesa nº 007/CTA-SDDP/2008**
Publicação	DOU nº 62, de 1º de abril de 2016.

O 6º TA ao Contrato de Despesa nº 007/CTA-SDDP/2008 foi assinado em 31 de março de 2016, motivado pela necessidade de se alterar a denominação da Contratada de Selex ES S.p.A. para Finmeccanica – Societa e, finalizar e receber algumas atividades de suporte técnico relativos à integração do Radar SCP-01 na aeronave modernizada. Alterados os prazos de execução e de vigência. Prazo de execução: 31 de janeiro de 2017. Este contrato encerrou-se em 31 de março de 2017.



Fonte: COPAC.

Instrumento Contratual	**Contrato de Despesa nº 010/CTA-SDDP/2008**
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	EMBRAER AIRCRAFT INTERNATIONAL – EAI
Anuente Solidária	EMBRAER S.A.
Modalidade de Licitação	Dispensável nos termos do Inciso IX, do Art 24, da Lei nº 8.666/93, regulamentado pelo Decreto nº 2.295/97.
Publicação Ratificação	DOU nº 36, de 20 de fevereiro de 2009.

O Contrato de Despesa nº 010/CTA-SDDP/2008 (Modernização), firmado em 23 de dezembro de 2008 com a empresa EAI, tem como objeto o fornecimento de componentes e *Kits* para a modernização das aeronaves A-1. Valor original de USD 147.565.954,11.

Instrumento Contratual	1º TA ao Contrato de Despesa nº 010/CTA-SDDP/2008
Publicação	DOU nº 236, de 9 de dezembro de 2011.

O 1º TA ao Contrato de Despesa nº 010/CTA-SDDP/2008 foi assinado em 7 de dezembro de 2011 com a finalidade de se adequar o cronograma do contrato ao cronograma de desembolso do Contrato de financiamento. Desta forma, foi necessário estender também o prazo de execução contratual para 29 de maio de 2015 e da vigência, para 29 de novembro de 2015. Valor contratado mantido em US$ 147,565,954.11.

Instrumento Contratual	**2º TA ao Contrato de Despesa nº 010/CTA-SDDP/2008**
Publicação	DOU nº 225, de 25 de novembro de 2015.

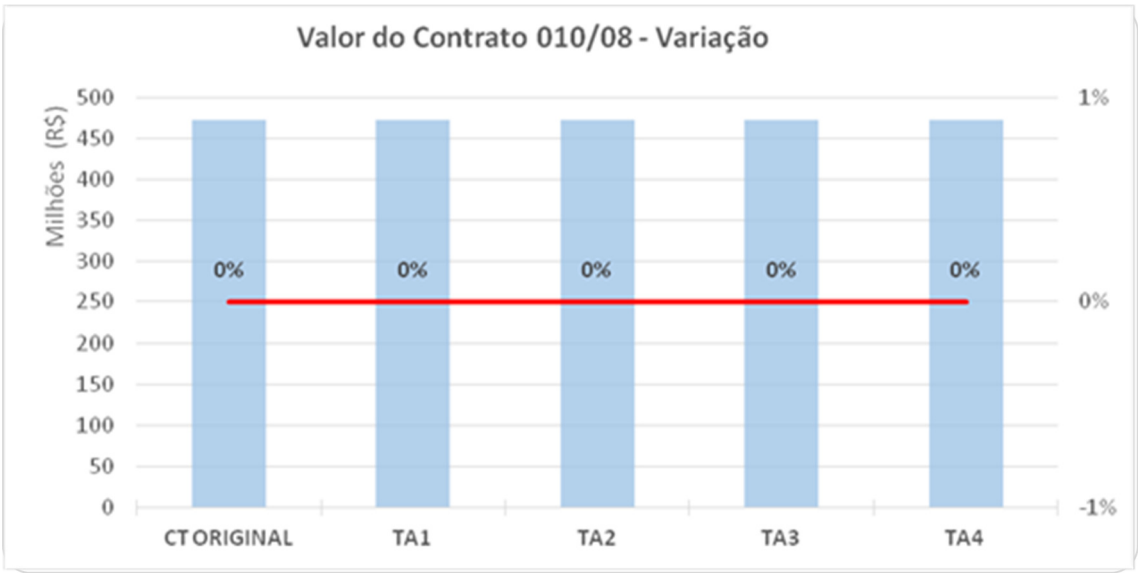
O 2º TA ao Contrato de Despesa nº 010/CTA-SDDP/2008 foi assinado em 24 de novembro de 2015 com o objetivo de se adequar aos novos procedimentos de importação definitiva e de se estender os prazos contratuais frente às restrições orçamentárias que o Projeto vinha enfrentando. Desta forma, foi necessário prorrogar o prazo de vigência para 29 de novembro de 2016. Valor contratado mantido em US$ 147,565,954.11.

Instrumento Contratual	**3º TA ao Contrato de Despesa nº 010/CTA-SDDP/2008**
Publicação	DOU nº 228, de 29 de novembro de 2016.

O 3º TA ao Contrato de Despesa nº 010/CTA-SDDP/2008 foi assinado em 28 de novembro de 2016 com o objetivo de estender o prazo de vigência. Tal medida se fez necessária devido aos reflexos da crise financeira nos Projetos da Força Aérea. O prazo de vigência foi postergado para 29 de novembro de 2017. Valor contratado mantido em US$ 147,565,954.11.

Instrumento Contratual	**4º TA ao Contrato de Despesa nº 010/CTA-SDDP/2008**
Publicação	DOU nº 223, de 22 de novembro de 2017.

O 4º TA ao Contrato de Despesa nº 010/CTA-SDDP/2008 foi assinado em 20 de novembro de 2017, tendo em vista a necessidade de estender o prazo de execução devido ao replanejamento das etapas remanescentes do Contrato. O prazo de vigência foi postergado para 29 de maio de 2019. Valor contratado mantido em US$ 147,565,954.11.



Fonte: COPAC.

Instrumento Contratual	**Contrato de Despesa nº 006/DCTA-COPAC/2010**
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	EMBRAER S.A.
Anuente Solidária	-
Modalidade de Licitação	Dispensável nos termos do Inciso IX, do Art 24, da Lei nº 8.666/93, regulamentado pelo Decreto nº 2.295/97.
Publicação	DOU nº 250, de 30 de dezembro de 2010.

O Contrato de Despesa nº 006/DCTA-COPAC/10 (Revitalização) firmado em 28 de dezembro de 2010 com a empresa EMBRAER S.A., tem como objeto serviços de reparos e fornecimento de bens para a revitalização das aeronaves A-1/A-1B. Valor original de R$ 264.089.775,39.

Instrumento Contratual	**1º TA ao Contrato de Despesa nº 006/DCTA-COPAC/2010**
Publicação	DOU nº 249, de 28 de dezembro de 2011.

O 1º TA ao Contrato de Despesa nº 006/DCTA-COPAC/2010 foi assinado em 7 de dezembro de 2011. Foi motivado em virtude da LOA 2011 ter imposto restrições de grande monta ao Orçamento da União. Esse fato obrigou a COPAC a renegociar seus Contratos com as empresas participantes do Projeto de Modernização das Aeronaves A-1, de forma a replanejar o CFF do Contrato. Desta forma, foi necessário estender também o prazo de execução contratual para 04 de agosto de 2016 e da vigência, para 04 de fevereiro de 2017. Valor contratado R$ 264.089.775,39.

Instrumento Contratual	**2º TA ao Contrato de Despesa nº 006/DCTA-COPAC/2010**
Publicação	DOU nº 3, de 4 de janeiro de 2013.

O 2º TA ao Contrato de Despesa nº 006/DCTA-COPAC/010 foi assinado em 26 de dezembro de 2012 com o intuito de redimensionar as necessidades das células das aeronaves a serem revitalizadas e de se adaptar a precificação ao fato das atividades que seriam desenvolvidas na Unidade da Embraer, em Gavião Peixoto – SP, estarem isentas de impostos e taxas municipais até o término do exercício financeiro de 2015. Com isso, o preço total do Contrato foi reduzido. Valor contratado reduzido para R$ 261.740.587,58.

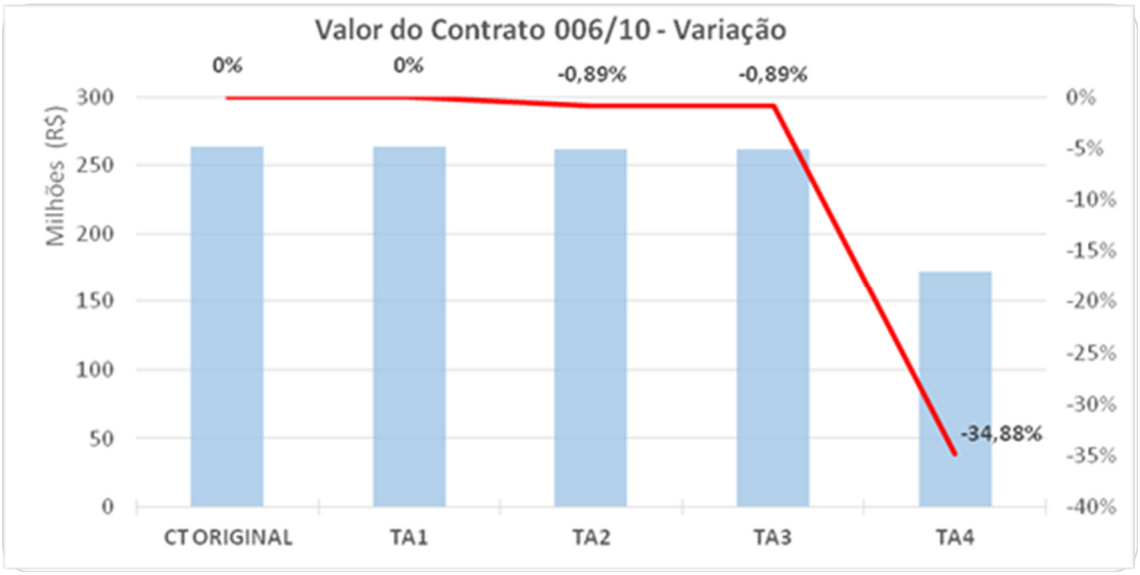
Instrumento Contratual	**3º TA ao Contrato de Despesa nº 006/DCTA-COPAC/2010**
Publicação	DOU nº 252, de 30 de dezembro de 2013.

O 3º TA ao Contrato de Despesa nº 006/DCTA-COPAC/2010 foi assinado em 23 de dezembro de 2013. Foi celebrado fins de se fazer ajustes nas listas de aquisições e de reparáveis. Além disso, restrições orçamentárias obrigaram que o cronograma fosse ajustado e o prazo de execução contratual fosse estendido para 13 de janeiro de 2017 e a vigência para 13 de julho de 2017. Valor contratado foi mantido em R$ 261.740.587,58.

Instrumento Contratual	**4º TA ao Contrato de Despesa nº 006/DCTA-COPAC/2010**
Publicação	DOU nº 132, de 12 de julho de 2017.

O 4º TA ao Contrato de Despesa nº 006/DCTA-COPAC/2010 foi assinado em 11 de julho de 2017. Teve por finalidade ajustar cláusulas contratuais: Objeto - a fim de adequá-la à nomenclatura prevista na descrição dos trabalhos; Preço - para adequar os valores dos Lotes 1,2,3,4 e 5; Custeio -

face ao replanejamento do cronograma físico-financeiro e criação de ação específica para o Projeto; Prazos de execução e vigência e Cronograma Físico-Financeiro. O prazo de execução foi postergado para 1º de novembro de 2020. Valor contratado foi reduzido para R$ 171.979.262,07.



Fonte: COPAC.

Instrumento Contratual	**Contrato de Despesa nº 007/DCTA-COPAC/10**
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	EMBRAER AIRCRAFT INTERNATIONAL – EAI
Anuente Solidária	EMBRAER S.A.
Modalidade de Licitação	Dispensável nos termos do Inciso IX, do Art 24, da Lei nº 8.666/93, regulamentado pelo Decreto nº 2.295/97.
Publicação	Dispensada em face do disposto no item 6.1.4 da Instrução do Comando da Aeronáutica.

O Contrato de Despesa nº 007/DCTA-COPAC/2010 (Revitalização), firmado em 28 de dezembro de 2010 com a empresa EAI, tem como objeto serviços de reparos e fornecimento de bens no exterior para a revitalização de3 aeronaves A-1/A-1B. Valor original de EUR 55.372.860,54.

Instrumento Contratual	**1º TA ao Contrato de Despesa nº 007/DCTA-COPAC/2010**
Publicação	DOU nº 249, de 28 de dezembro de 2010.

O 1º TA ao Contrato de Despesa nº 007/DCTA-COPAC/2010 foi assinado em 27 de dezembro de 2011. Este 1º TA foi motivado por restrições de grande monta no Orçamento da União. Esse fato obrigou a COPAC a renegociar seus contratos com as empresas participantes do Projeto de Modernização das Aeronaves A-1, de forma a replanejar o cronograma físico-financeiro do Contrato. Desta forma, foi necessário estender também o prazo de execução contratual para 21 de maio de 2016 e da vigência, para 21 de novembro de 2016. Valor contratado EUR 55.372.860,54.

Instrumento Contratual	**2º TA ao Contrato de Despesa nº 007/DCTA-COPAC/2010**
Publicação	DOU nº 3, de 4 de janeiro de 2010.

O 2º TA ao Contrato de Despesa nº 007/DCTA-COPAC/2010 foi assinado em 26 de dezembro de 2012. Foi motivado pela adequação ao estoque logístico da Aeronáutica, referente à aeronave A-1. Com as informações atualizadas acerca das condições de cada célula de aeronave a ser revitalizada, foi necessário redimensionamento nos reparos e aquisição de itens de reposição, alterando o preço do contrato e antecipando o prazo de execução contratual para 3 de setembro de 2015 e a vigência, para 3 de março de 2016. Valor contratado EUR 61.435.737,41.

Instrumento Contratual	**3º TA ao Contrato de Despesa nº 007/DCTA-COPAC/2010**
Publicação	DOU nº 251, de 27 de dezembro de 2013.

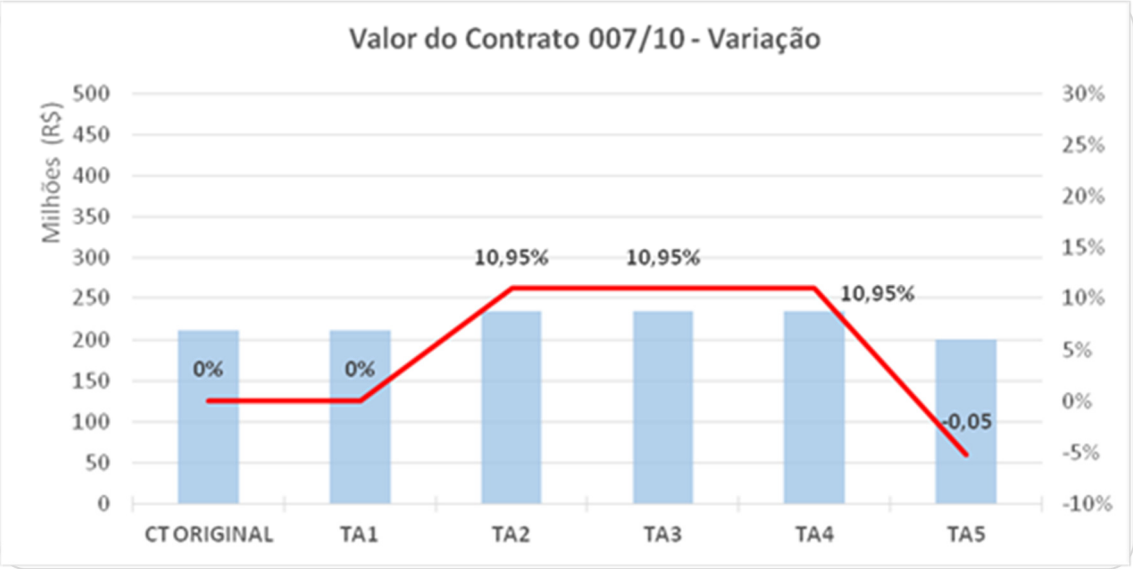
O 3º TA ao Contrato de Despesa nº 007/DCTA-COPAC/2010 foi assinado em 23 de dezembro de 2013. Foi celebrado fins de se fazer ajustes nas listas de aquisições e de reparáveis. Além disso, restrições orçamentárias obrigaram que o cronograma fosse ajustado e o prazo de execução contratual fosse estendido para 20 de dezembro de 2016 e a vigência, para 20 de junho de 2017. Valor contratado EUR 61.435.737,41.

Instrumento Contratual	**4º TA ao Contrato de Despesa nº 007/DCTA-COPAC/2010**
Publicação	DOU nº 116, de 20 de junho de 2017.

O 4º TA ao Contrato de Despesa nº 007/DCTA-COPAC/2010 foi assinado em 8 de junho de 2017. Este termo aditivo estendeu a vigência do contrato, dando mais tempo para as tratativas de mudança do escopo de modernização para adequação à realidade financeira. O prazo de vigência foi postergado para 20 de junho de 2018. Valor do contrato foi mantido em EUR 61.435.737,41.

Instrumento Contratual	**5º TA ao Contrato de Despesa nº 007/DCTA-COPAC/2010**
Publicação	DOU nº 227, de 28 de novembro de 2015.

O 5º TA ao Contrato de Despesa nº 007/DCTA-COPAC/2010 foi assinado em 23 de novembro de 2017. Este termo aditivo teve por finalidade alterar cláusulas contratuais devido à redução do escopo do processo de modernização. Foram alteradas as cláusulas de quantidade do 1º lote, Preço, Custeio, Prazos, Garantia Financeira e Cronograma Físico-Financeiro. O prazo de vigência foi postergado para 3 de maio de 2021. O valor contratado foi reduzido para EUR 52.496.055,75.



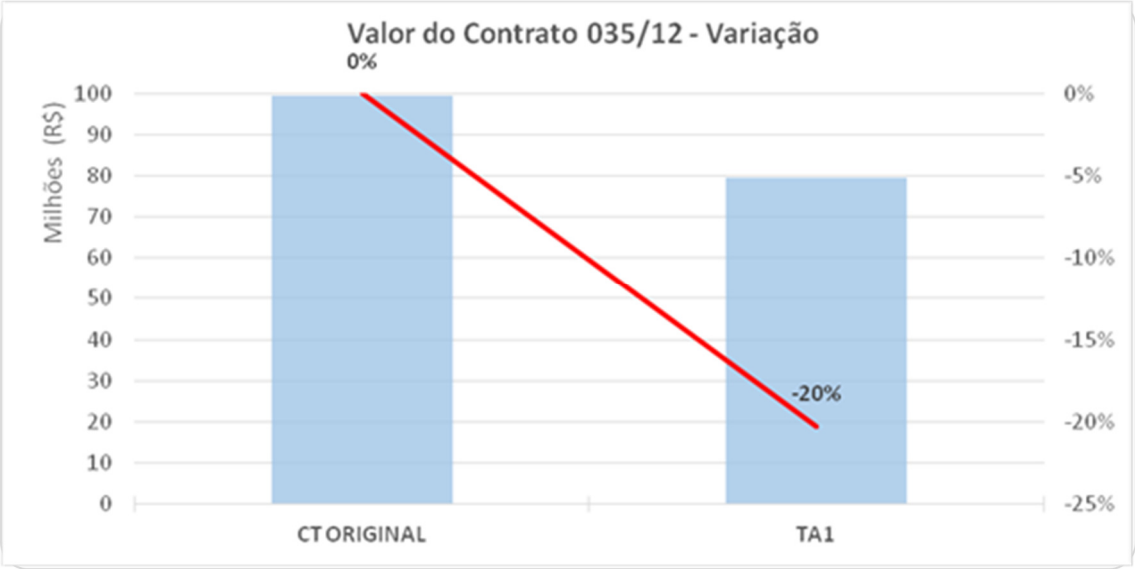
Fonte: COPAC.

Instrumento Contratual	**Contrato de Despesa nº 035/DCTA-COPAC/2012**
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	AEL SISTEMAS S.A.
Anuente Solidária	-
Modalidade de Licitação	Dispensável nos termos do Inciso IX, do Art 24, da Lei nº 8.666/93, combinado com o inciso I do Art. 1º do Decreto nº 2.295/97.
Publicação	DOU nº 245, de 20 de dezembro de 2012.

O Contrato de Despesa nº 035/DCTA-COPAC/2012, firmado em 12 de dezembro de 2012 com a empresa AEL SISTEMAS S.A., tem como objeto serviços de apoio logístico contratado para as aeronaves A-1. Valor original de R$ 99.565.530,55.

Instrumento Contratual	**1º TA ao Contrato de Despesa nº 035/DCTA-COPAC/2012**
Publicação	DOU nº 243, de 20 de dezembro de 2016.

O 1º TA ao Contrato de Despesa nº 035/DCTA-COPAC/12 foi firmado em 13 de dezembro de 2016 motivado pela necessidade de se adequar à nova previsão de desembolso para pagamento. O preço total de R$ 99.565.530,55 passou para R$ 79.386.033,75. O prazo de vigência foi postergado para 30 de setembro de 2018.



Fonte: COPAC.

Instrumento Contratual	**Acordo de Compensação nº 001/DCTA-COPAC/2012**
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	ELBIT
Contratos Associados	010/CTA-SDDP/2008
Modalidade de Licitação	Lei 8.666/93
Publicação	DOU nº 11, de 16 de janeiro de 2013.

O Acordo de Compensação nº 001/DCTA-COPAC/2012, firmado em 28 de dezembro de 2012, com a empresa ELBIT. Valor US$ 147,565,954.11 dos quais já foram reconhecidos US$ 89,803,028.00 dos créditos. Com data de encerramento prevista para 28 de dezembro de 2021, teve como beneficiários o DCTA e a empresa AEL Brasil. Contrato comercial vinculado nº 010/CTA-SDDP/2008. Valor do Acordo US$ 147,565,954.11, dos quais foram reconhecidos US$ 89,803,028.00. Saldo a reconhecer US$ 57,762,926.11.

2 Projeto E-99M



Este Projeto tem por finalidade modernizar as aeronaves de Controle Aéreo responsáveis pela vigilância do espaço aéreo e das fronteiras, incrementando sua capacidade de controle e possibilitando a detecção de vetores voando a baixa altura.

Para a execução dos serviços de modernização desses sensores, devido à alta tecnologia embarcada, foi necessária a assinatura de Contratos com as empresas Embraer S.A, Embraer Aviation International - EAI, SAAB AB (PUBL), Aeroeletrônica International LTD - AELI e Rohde & Schwarz.

O Projeto foi iniciado em 13 dezembro de 2012 com término previsto para agosto de 2017 a um custo planejado de R$ 550.000.000,00. Devido às restrições orçamentárias, entre os anos de 2014 e 2016, foram realizados Termos Aditivos (TA) para readequação dos Cronogramas Físico-Financeiro (CFF) às condições econômicas vigentes. Dessa forma, a conclusão da modernização foi postergada para outubro de 2021 a um custo estimado de R$ 809.917.346,87.

Em virtude da reiterada insuficiência e consequente postergação do período de execução e do prazo de vigência dos contratos, as empresas contratadas enviaram pedidos de manutenção do equilíbrio econômico e financeiro. Assim, dos cinco contratos vigentes, somente o firmado com a empresa EAI ainda se encontra em negociação.

No ano de 2017, com a necessidade mínima inicial de R$ 130.972.868,22, houve um aporte orçamentário, por meio das ações orçamentárias 20IH - Modernização e Revitalização de Aeronaves e Sistemas Embarcados e 20XV – Operação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro – SISCEAB que permitiu a retomada das atividades do Projeto. O Plano de Ação do COMAER disponibilizou na ação 20IH o valor de R$ 102.622.952,94 e R$ 55.529.748,64 na ação 20XV, totalizando R$ 158.152.701,58 que foi integralmente empenhado. O montante empenhado na ação 20IH foi liquidado e pago e, desse valor, R$ 17.478.841,74 referem-se ao pagamento de reajuste contratual.

Em termos de execução física, uma aeronave encontra-se nas dependências da EMBRAER, desde maio de 2013, com previsão de entrega para novembro de 2019, uma postergação de 54 meses em relação à previsão inicial. As demais aeronaves têm o cronograma de entrega previsto para até o segundo semestre de 2021. Além disso, está prevista a entrega de uma Estação de Planejamento e Treinamento em Solo, Equipamentos de Apoio em Solo e Itens de Aprovisionamento Inicial para a frota.

A execução física acumulada, até dezembro de 2017, corresponde a 25,5% do Projeto e a financeira acumulada a 44,90%.

Os valores empenhados, liquidados e pagos, conforme dados registrados no SIOP, nos anos de 2012 a 2017, nas ações orçamentárias 20IH e 20XV são apresentados no quadro abaixo:

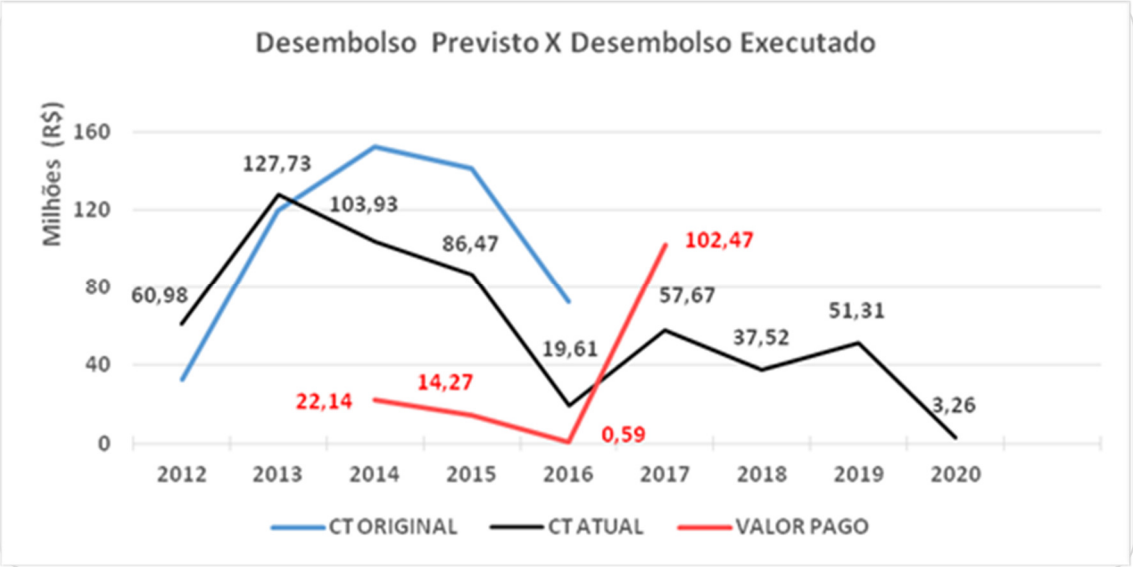
Execução Orçamentária e Financeira

Exercício	Ação	Empenhado	Liquidado	Pago	Restos a pagar
2012	20IH	7.215.462,33	0,	0,	7.215.462,33
2014	20IH	24.077.105,37	22.139.059,19	22.139.059,2	1.938.046,18
2015	20IH	20.774.982,72	20.149.736,51	14.271.860,78	625.246,21
2016	20IH	591.456,61	591.456,61	591.456,61	0,
2017	20IH	102.622.952,94	102.474.600,94	102.474.600,94	148.352,

Exercício	Ação	Empenhado	Liquidado	Pago	Restos a Pagar
2017	20XV	55.529.748,64	0,	0,	55.529.748,64

Fonte SIOP.

Em relação aos desembolsos previstos e efetuados, o quadro a seguir consolida os cronogramas físico-financeiro dos contratos e termos aditivos em vigor e pagamentos realizados.



Fonte: COPAC.

No que se refere ao acompanhamento da execução, o Projeto E-99M conta com um Grupo de Acompanhamento e Controle situado nas instalações da empresa EMBRAER S.A., na cidade de São José dos Campos - SP. Esta Unidade tem por atribuições assessorar o Gerente do Projeto e Fiscais dos Contratos, controlar o andamento das atividades contratadas, realizar avaliação de custos, análises técnicas, econômicas, financeiras, entre outras.

Contratualmente, o projeto de modernização dos aviões-radar destinados a vigilância do espaço aéreo está estruturado em cinco contratos administrativos e três acordos de compensação. Os prazos de execução, variação do valor contratado, valores desembolsados, bem como, as descrições resumidas dos instrumentos contratuais são apresentados a seguir:

Instrumento Contratual	**Contrato de Despesa nº 001/DCTA-COPAC/2012**
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	EMBRAER AIRCRAFT INTERNATIONAL – EAI
Anuente Solidária	EMBRAER S.A.
Modalidade de Licitação	Dispensável nos termos do Inciso IX, do Art. 24 da Lei 8.666/93 combinado com o inciso I do Art. 1º do Decreto nº 2.295/97.
Publicação	DOU nº 236, de 7 de dezembro de 2012.

O Contrato de Despesa nº 001/DCTA-COPAC/2012 firmado em 14 de dezembro de 2012 com a empresa Embraer Aviation International - EAI, tem como objeto a modernização dos sensores aeroembarcados das aeronaves E-99, treinamento de pessoal e elaboração ou atualização de documentação técnica.

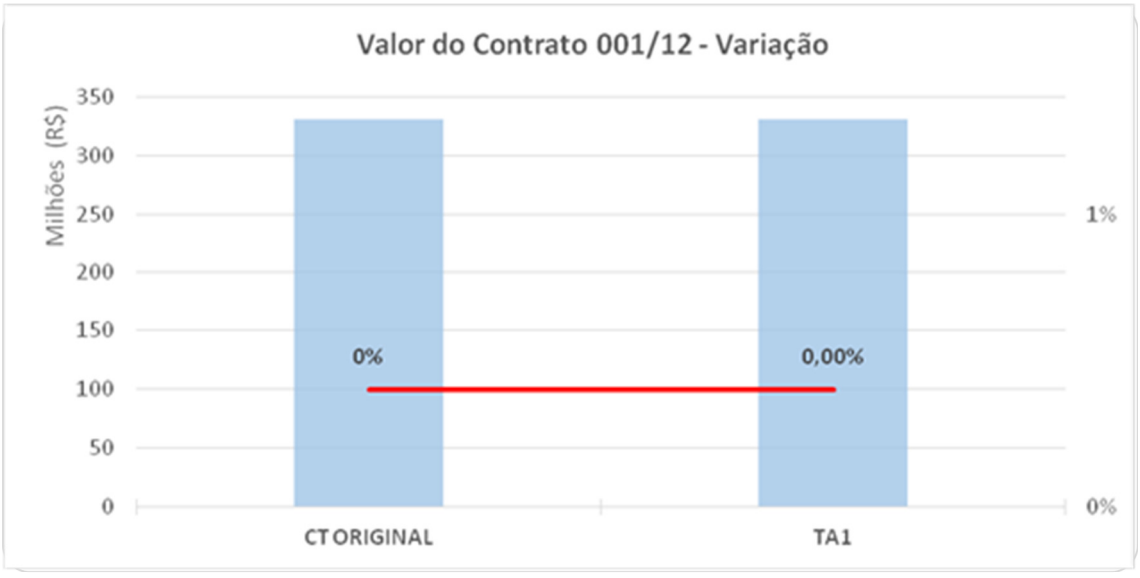
O preço total é de EUR 86.907.588,64, nas Condições Econômicas de dezembro de 2012 (CEDEZ12), atualmente está em seu 1º Termo Aditivo e com saldo de EUR 44.427.097,98 (CEDEZ12). O prazo de vigência foi postergado para julho de 2018.

Instrumento Contratual	**1º TA ao Contrato de Despesa nº 001/DCTA-COPAC/2012**
Publicação	DOU nº 116, de 20 de junho de 2017.

Em virtude das restrições orçamentárias, entre os anos de 2014 e 2016, foram realizadas tratativas com a CONTRATADA com o fito de celebrar aditivo contratual para adequação do Cronograma Físico-Financeiro e consequente postergação das atividades. Assim, a Empresa EAI entregou um pedido de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro.

Devido à complexidade da análise do Pleito, as negociações não foram finalizadas e, optou-se por firmar o 1ª TA, em 9 de junho de 2017, estendendo a vigência até 02 de julho de 2018, mantendo o valor contratado de EUR 86.907.588,64 (R$ 330.248.836,83. R$/EUR:3,80).

Com o encerramento das negociações e assinatura do 2º TA em 2018, o CFF será ajustado para atender às interdependências contratuais do Projeto E-99M.



Fonte: COPAC.

Instrumento Contratual	**Contrato de Despesa nº 034/DCTA-COPAC/2012**
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	EMBRAER S.A.
Modalidade de Licitação	Dispensável nos termos do Inciso IX, do Art. 24 da Lei 8.666/93, combinado com o inciso I do Art. 1º do Decreto nº 2.295/97.
Publicação	DOU nº 250, de 28 de dezembro de 2012.

O Contrato de Despesa nº 034/DCTA-COPAC/2012 assinado em 13 de dezembro de 2012 com a empresa EMBRAER S.A., no valor original de R$ 216.008.676,00, tem como objeto a modernização dos sensores aeroembarcados das aeronaves E-99, treinamento de pessoal e elaboração ou atualização de documentação técnica. O saldo do contrato está em R$ 115.724.793,73 (CEDEZ 2012) e o prazo de vigência foi alongado para abril de 2022.

Instrumento Contratual	**1º TA ao Contrato de Despesa nº 034/DCTA-COPAC/2012**
Publicação	DOU nº 249, de 24 de dezembro de 2013.

O 1º TA ao Contrato de Despesa nº 034/DCTA-COPAC/2012 foi firmado em 20 de dezembro de 2013. Foi motivado pela necessidade de se adequar os requisitos técnico-operacionais, com o incremento de serviços e suas contrapartidas financeiras, para disponibilização de uma versão ínterim para duas aeronaves E-99, a fim de atender os Grandes Eventos Esportivos. O preço total do contrato passou a ser R$ 216.915.678,08 (CEDEZ12).

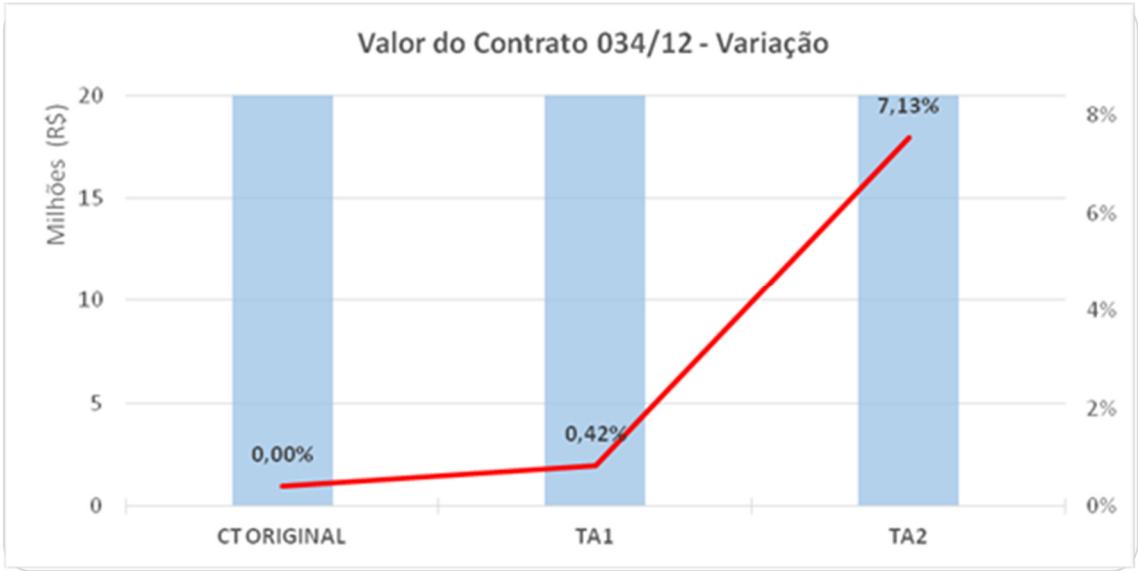
Todas as despesas decorrentes deste Contrato foram custeadas pela Ação 20IH (Modernização e Revitalização de Aeronaves) e Ação 14SY (Apoio a Realização de Grandes Eventos). Prazo de Vigência: 30 de janeiro de 2018. Prazo de Execução: 30 de agosto de 2017.

Instrumento Contratual	**2º TA ao Contrato de Despesa nº 034/DCTA-COPAC/2012**
Publicação	DOU nº 230, de 2 de dezembro de 2015.

O 2º TA ao Contrato de Despesa nº 034/DCTA-COPAC/2012 foi firmado em 30 de novembro de 2015. Foi motivado pela necessidade de se adequar o CFF e demais cláusulas, em virtude do baixo orçamento na LOA 2014 e 2015 o que gerou uma necessidade de prorrogação nos prazos de execução e vigência do Contrato e sua contrapartida financeira (manutenção do equilíbrio econômico e financeiro). O preço total do contrato ficou em R$ 231.419.199,17.

Todas as despesas decorrentes deste Contrato, foram custeadas pela Ação 20IH (Modernização e Revitalização de Aeronaves) e Ação 14SY (Apoio a Realização de Grandes Eventos). Prazo de Vigência: 30 de abril de 2022. Prazo de Execução: 30 de outubro de 2021.

A variação do valor contratado é apresentada no quadro abaixo. O custo da diminuição do ritmo de trabalho é representado pelo aumento de 6,27% entre o 1º e o 2º TA.



Fonte: COPAC.

Instrumento Contratual	**Contrato de Despesa nº 001/DCTA-COPAC/2013**
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	SAAB AB (PUBL) ELECTRONIC DEFENCE SYSTEMS
Modalidade de Licitação	Inexigível, nos termos do inciso I, do Art. 25 da Lei 8.666/93.
Publicação	DOU nº 63, de 3 de abril de 2013.

O Contrato de Despesa nº 001/DCTA-COPAC/2013 assinado em 26 de abril de 2013 com a empresa SAAB AB (PUBL) Eletronic Defence Systems tem como objeto a aquisição de bens de modernização dos sensores aeroembarcados das aeronaves E-99.

A modernização dos sensores aeroembarcados da aeronave E-99 atende sobremaneira aos interesses da Administração Pública, uma vez que permitirá à Força Aérea Brasileira manter e ampliar a sua capacidade de execução de missões de Controle e Alarme em Voo e de Reconhecimento Eletrônico. O preço total contratado foi de EUR 39.881.925,00 nas CEABR13.

Todas as despesas decorrentes do Contrato em tela são custeadas pela Ação 20IH (Modernização e Revitalização de Aeronaves). Prazo de Vigência: 48 (quarenta e oito) meses. Prazo de Execução: 42 (quarenta e dois) meses.

Instrumento Contratual	**1º TA ao Contrato de Despesa nº 001/DCTA-COPAC/2013**
Publicação	DOU nº 248, de 23 de dezembro de 2013.

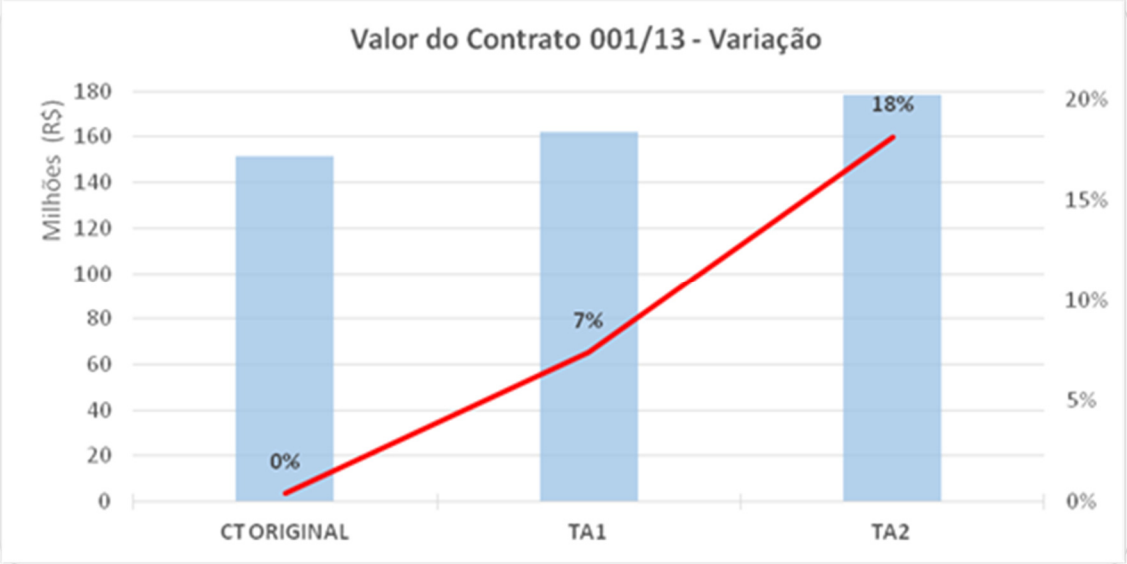
O 1º TA ao Contrato de Despesa nº 001/DCTA-COPAC/2013 foi firmado em 18 de dezembro de 2013. Foi motivado pela necessidade de se adequar o CFF face ao aumento de serviços decorrentes da versão ínterim para duas aeronaves, a fim de atender aos Grandes Eventos esportivos, especialmente no momento em que ocorriam um incremento dos tráfegos ilícitos. O preço total do contrato passou a ser de EUR 42.668.275,00. Prazo de Vigência: 26 de abril de 2017. Prazo de Execução: 42 (quarenta e dois) meses.

Instrumento Contratual	**2º TA ao Contrato de Despesa nº 001/DCTA-COPAC/2013**
Publicação	DOU nº 248, de 29 de dezembro de 2015.

O 2º TA ao Contrato de Despesa nº 001/DCTA-COPAC/2013 foi firmado em 23 de dezembro de 2015. Foi motivado pela diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração provocada por restrições orçamentárias. Considerou-se um cenário em que existisse a necessidade de prorrogar a execução contratual até 30 de janeiro de 2021 e a vigência contratual até 30 de julho de 2021.

Todas as despesas decorrentes do Contrato em tela, no valor total de EUR 46.963.594,68 foram custeadas pela Ação 20IH (Modernização e Revitalização de Aeronaves). Prazo de Vigência: 30 de julho 2021. Prazo de Execução: 42 (quarenta e dois) meses.

A variação do valor contratado é apresentada no quadro abaixo. O custo da diminuição do ritmo de trabalho é representado pelo aumento de 18% entre o Contrato Original e o 2º TA.



Fonte: COPAC.

Instrumento Contratual	**Contrato de Despesa nº 002/DCTA-COPAC/2013**
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	AEROELETRÔNICA INTERNATIONAL LTD
Modalidade de Licitação	Dispensável nos termos do Inciso IX, do Art. 24 da Lei 8.666/93, combinado com o inciso I do Art. 1º do Decreto nº 2.295/97.
Publicação	DOU nº 140, de 23 de julho de 2013.

O Contrato de Despesa nº 002/DCTA-COPAC/2013 assinado em 9 de agosto de 2013 com a empresa AEROELETRONICA INTERNATIONAL LTD, tem como objeto o fornecimento de sistemas NCOM para as aeronaves E-99. O preço total contratado foi de U$ 6.441.450,00 nas CEABR13.

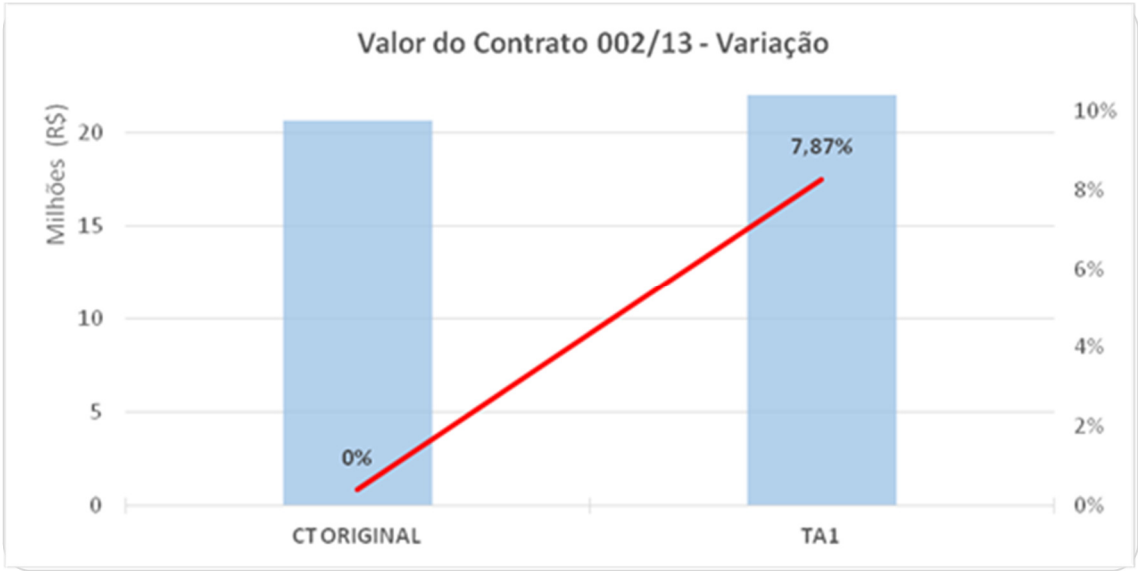
Todas as despesas decorrentes deste Contrato foram custeadas pela Ação 20IH (Modernização e Revitalização de Aeronaves). Prazo de Vigência: 54 meses. Prazo de Execução: 48 meses.

Instrumento Contratual	**1º TA ao Contrato de Despesa nº 002/DCTA-COPAC/2013**
Publicação	DOU nº 248, de 29 de dezembro de 2015.

O 1º TA ao Contrato nº 002/DCTA-COPAC/2013 foi firmado em 23 de dezembro de 2015. Motivado pela necessidade de se adequar o CFF e demais cláusulas, em virtude do baixo orçamento na LOA 2014 e 2015, o que gerou uma necessidade de prorrogação nos prazos de execução e vigência do Contrato e sua contrapartida financeira. O preço total contratado foi de U$ 6.948.487,63 nas CEAGO13.

Todas as despesas decorrentes deste Contrato são custeadas pela Ação 20IH (Modernização e Revitalização de Aeronaves) e Ação 14SY (Apoio a Realização de Grandes Eventos). Prazo de Vigência: 1º de março de 2020. Prazo de Execução: 68 meses.

A variação do valor contratado é apresentada no quadro abaixo. O custo da diminuição do ritmo de trabalho é representado pelo aumento de 7,87% entre o Contrato Original e o 1º TA.



Fonte: COPAC.

Instrumento Contratual	**Contrato de Despesa nº 003/DCTA-COPAC/2013**
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	ROHDE & SCHWARZ
Modalidade de Licitação	Inexigível, nos termos do inciso I, do Art. 25 da Lei 8.666/93.
Publicação	Dispensada em face do disposto no Decreto nº 4.553/02 e Decreto nº 78.382/76.

O Contrato de Despesa nº 003/DCTA-COPAC/2013 assinado em 30 de agosto de 2013 com a empresa ROHDE & SCHWARZ, tem como objeto o fornecimento de bens para a modernização dos sensores aeroembarcados das aeronaves E-99. O preço total contratado foi de EUR 4.532.906,40 nas CEAGO13.

Todas as despesas decorrentes deste Contrato foram custeadas pela Ação 20IH (Modernização e Revitalização de Aeronaves). Prazo de Vigência: 51 meses. Prazo de Execução: 45 meses.

Instrumento Contratual	**1º TA ao Contrato de Despesa nº 003/DCTA-COPAC/2013**
Publicação	DOU nº 132, de 14 de julho de 2014.

O 1º TA ao Contrato de Despesa nº 003/DCTA-COPAC/2013 foi firmado em 8 de julho de 2014. Foi motivado pela necessidade de se adequar o Cronograma Físico-Financeiro face ao aumento de serviços decorrentes da versão ínterim para duas aeronaves E-99, a fim de atender aos Grandes Eventos esportivos. O preço total foi de EUR 4.532.906,40 nas CEAGO13.

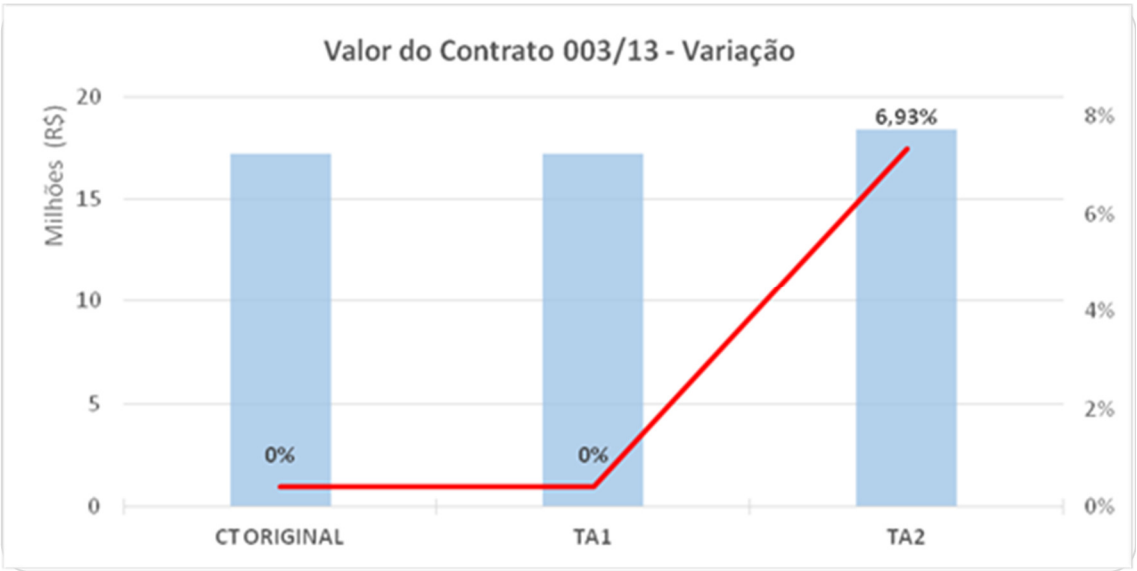
Todas as despesas decorrentes deste contrato foram custeadas pela Ação 20IH (Modernização e Revitalização de Aeronaves). Prazo de Vigência: 30 de novembro de 2017. Prazo de Execução: 45 meses.

Instrumento Contratual	**2º TA ao Contrato de Despesa nº 003/DCTA-COPAC/2013**
Publicação	DOU nº 248, 29 de dezembro de 2015.

O 2º TA ao Contrato de Despesa nº 003/DCTA-COPAC/2013 foi firmado em 23 de dezembro de 2015. Foi motivado pela necessidade de se adequar o CFF e demais cláusulas, em virtude do baixo orçamento na LOA de 2014 e 2015 o que gerou uma necessidade de prorrogação nos prazos de execução e vigência do Contrato e sua contrapartida financeira. O preço total contratado foi de EUR 4.847.139,12 nas CEAGO13.

Todas as despesas decorrentes deste Contrato são custeadas pela Ação 20IH (Modernização e Revitalização de Aeronaves) e Ação 14SY (Apoio a Realização de Grandes Eventos). Prazo de Vigência: 15 de julho de 2021. Prazo de Execução: 88 meses.

A variação do valor contratado é apresentada no quadro abaixo. O custo da diminuição do ritmo de trabalho é representado pelo aumento de 6,93% entre o Contrato Original e o 2º TA.



Fonte: COPAC.

Instrumento Contratual	**Acordo de Compensação nº 004/DCTA-COPAC/2012**
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	SAAB AB (PUBL) ELECTRONIC DEFENCE SYSTEMS
Contratos Associados	001/DCTA-COPAC/2012 e 001/DCTA-COPAC/2013
Modalidade de Licitação	Lei 8.666/93
Publicação	DOU nº 113, de 14 de junho de 2013.

Acordo de Compensação nº 004/DCTA-COPAC/2012, firmado em 12 de junho de 2013, com a empresa SAAB. Valor EUR 91.759.177,30 ainda não reconhecidos. Com data de encerramento prevista para 30 de setembro de 2020, tem como beneficiário a empresa Atech. Contrato associado 001/DCTA-COPAC/2012. Valor acordado EUR 91.759.177,60. Não foram reconhecidos créditos até o final do exercício de 2017.

Instrumento Contratual	**1º TA ao Acordo de Compensação nº 004/DCTA-COPAC/2012**
Publicação	DOU nº 239, de 14 de dezembro de 2017.

O 1º TA ao Acordo de Compensação nº 004/DCTA-COPAC/2012 foi firmado em 13 de dezembro de 2017. Foi motivado pela necessidade de se alterar o prazo de vigência de forma a permitir a conclusão de todos os Projetos de compensação que integram o respectivo Programa de Aplicação de Compensação. O prazo de vigência foi postergado para 30 de setembro de 2020.

Instrumento Contratual	**Acordo de Compensação nº 002/DCTA-COPAC/2013**
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	AEROELETRÔNICA INTERNATIONAL LTD
Contratos Associados	001/DCTA-COPAC/2012 e 002/DCTA-COPAC/2013
Modalidade de Licitação	Lei 8.666/93
Publicação	DOU nº 156, de 14 de agosto de 2013,

Acordo de Compensação nº 002/DCTA-COPAC/2013 firmado em 9 de agosto de 2013 com a empresa AEROELETRÔNICA INTERNATIONAL LTD. O valor acordado foi de US$ US$ 16.346.100,00 dos quais foram reconhecidos US$ 12.323.100,00. Saldo a reconhecer de US$ 4.023.000,00. O encerramento está previsto para 31 de dezembro de 2019 e tem como beneficiário a AEL. Contrato Comercial associado 001/DCTA-COPAC/2012 e 002/DCTA-COPAC/2013.

Instrumento Contratual	**Acordo de Compensação nº 003/DCTA-COPAC/2013**
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	ROHDE SCHWARZ
Contratos Associados	001/DCTA-COPAC/2011, 001/DCTA-COPAC/2012 e 003/DCTA-COPAC/2013.
Modalidade de Licitação	Lei 8.666/93
Publicação	Dispensada em face do disposto no Decreto nº 2.134/97 e no Art. 2 do Decreto nº 78.382/76.

Acordo de Compensação nº 003/DCTA-COPAC/2013, firmado em 30 de agosto de 2013, com a empresa Rohde Schwarz. Valor EUR 11.120.720,00 dos quais já foram reconhecidos EUR 1.525.014,00 dos créditos. Saldo a reconhecer EUR 9.595.706,00. Com data de encerramento prevista para 31 de julho de 2018 tem como beneficiários o Instituto de Tecnologia Aeroespacial ITA, o COMAER e as empresas Mectron e Rohde Schwarz do Brasil. Contratos comerciais associados 001/DCTA-COPAC/2012, 003/DCTA-COPAC/2013 e 001/DCTA-COPAC/2011.

3 Projeto F-5BR



O Projeto F-5BR tem como finalidade a modernização das aeronaves F-5 E/F do acervo da FAB, no total de 46 aeronaves, definido como Lote 1. Este primeiro lote foi finalizado em 2013, tendo sido atingido completamente seu objetivo.

Tendo em vista a necessidade de se aumentar o número de aeronaves biposto, utilizadas na formação dos pilotos de caça, o COMAER decidiu pela aquisição de 11 aeronaves F-5 do Governo da Jordânia. Como estas aeronaves não eram modernizadas, e em função do conhecimento obtido pela EMBRAER no primeiro lote de modernização, decidiu-se pela manutenção do Projeto F-5BR, com a celebração de novos Contratos para padronização destas aeronaves com as demais da frota do COMAER, dando início assim ao Lote 2.

O Lote 2 iniciou com a modernização das 11 aeronaves adquiridas, das quais oito eram F-5E monoposto e três F-5F biposto, mas devido às constantes restrições orçamentárias pelas quais vem passando o COMAER e considerando-se os novos cenários operacionais, o Contrato teve seu objeto reduzido apenas para a modernização das aeronaves modelo biposto.

Previsto para ter as respectivas entregas finalizadas em 2017, a Embraer enfrentou dificuldades juntamente aos fornecedores de materiais que, associadas as pendências técnicas observadas nos serviços de modernização das aeronaves, provocaram atrasos significativos na execução do Projeto F-5BR.

A obsolescência de alguns equipamentos de navegação dos F-5M demandaram novas rotinas de integração de aviônica que projetam soluções definitivas para meados do ano de 2019.

Em relação ao comportamento dos requisitos de performance do produto, não houve alteração das características técnicas, logísticas, industriais e de desempenho estabelecidas pelo EMAER que implicassem em majoração de preço.

Dentre as novas funcionalidades das aeronaves modernizadas destacam-se, a capacidade de lançamento de artefatos com precisão, sobreviver em ambiente hostil, comunicar-se com o mínimo de interferência e o máximo de segurança, receber e transmitir dados em rede, tudo isso de dia ou de noite, sob quaisquer condições de visibilidade, e com alto grau de disponibilidade dos equipamentos. Ainda, o processo de modernização inclui a capacidade de reabastecimento em voo, o emprego de mísseis ar-ar, de curto e médio alcance, e um sistema de autodefesa, dentre outros.

O Plano de Ação do COMAER alocou ao Projeto a quantia de R$ 58.951.006,69 da ação orçamentária 20IH – Modernização e Revitalização de Aeronaves e Sistemas Embarcados. Deste montante, foram empenhados R$ 58.951.006,69 e liquidado e pago R$ 47.765.523,86. Este Projeto não dispõe de recursos de financiamento.

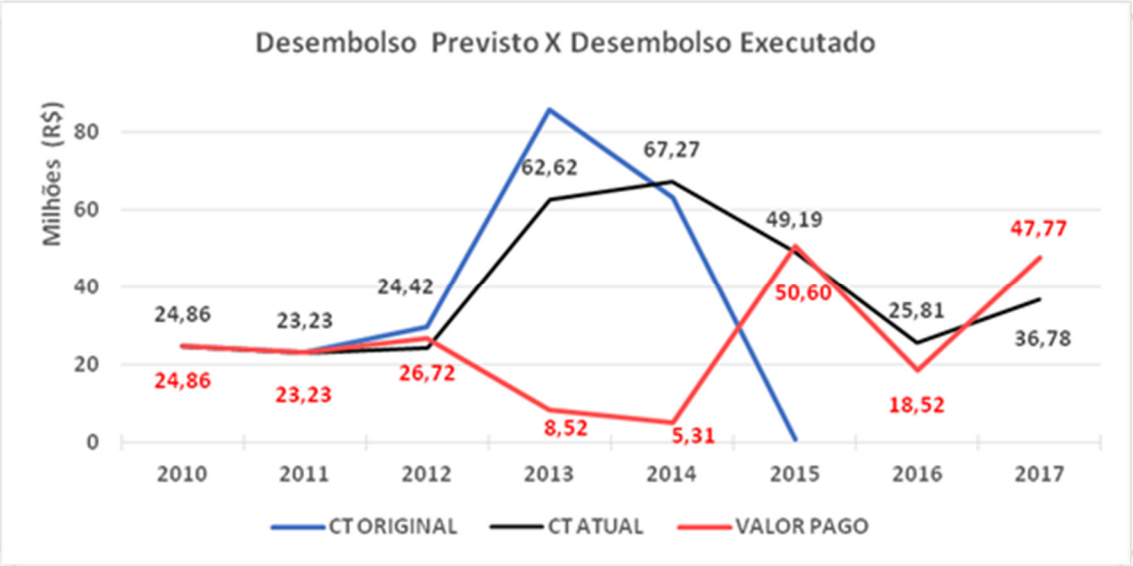
Os valores empenhados, liquidados e pagos, conforme dados extraídos do SIOP, no período de 2012 a 2017, são apresentados no quadro abaixo:

Execução Orçamentária e Financeira

Exercício	Ação	Empenhado	Liquidado	Pago	Restos a pagar
2012	20IH	38.122.075,99	26.721.942,06	26.721.942,07	11.400.133,93
2013	20IH	68.075.227,34	20.101.219,22	8.524.833,69	47.974.008,12
2014	20IH	5.378.526,	5.308.189,4	5.308.189,4	70.336,6
2015	20IH	51.471.004,78	50.691.001,21	50.600.421,74	780.003,57
2016	20IH	18.789.399,79	18.515.232,08	18.515.232,08	274.167,71
2017	20IH	58.951.006,69	47.765.523,86	47.765.523,86	11.185.482,83

Fonte: SIOP

Em relação aos desembolsos previstos e efetuados, o quadro a seguir consolida os cronogramas físico-financeiro dos contratos e termos aditivos em vigor e pagamentos realizados.



Fonte: COPAC.

No exercício de 2017 foi paga a importância de R$ 43.143.470,10 sendo R$ 41.640.394,21 do principal e R$ 1.503.075,89 a título de reajuste contratual. A distorção entre os valores pagos R$ 43.143.470,10 e R$ 47.765.523,86, extraído do SIOP, foi motivada pela variação cambial no processo de execução orçamentária realizado pelo SIAFI. O custo atual do Projeto está em R$ 279.808.510,61.

No que se refere ao acompanhamento da execução, o Projeto F-5BR conta com um Grupo de Acompanhamento e Controle situado nas instalações da empresa EMBRAER S.A., na cidade de São José dos Campos - SP. Esta Unidade tem por atribuições assessorar o Gerente do Projeto e Fiscais de Contratos, controlar o andamento das atividades contratadas, realizar avaliação de custos, análises técnicas e análises econômicas e financeiras entre outras.

Contratualmente, o projeto de modernização das aeronaves F-5 E/F está estruturado em dois contratos administrativos e um acordo de compensação comercial. O comportamento da despesa, como, prazos de execução, variação do valor contratado e as descrições resumidas dos instrumentos contratuais são apresentados a seguir:

Instrumento Contratual	**Contrato de Despesa nº 005/DCTA-COPAC/2010**
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	EMBRAER S/A
Modalidade de Licitação	Concorrência. Inexigível. Caput do Art. 25 da Lei 8.666/93
Publicação	DOU nº 250, de 30 de dezembro de 2010.

O Contrato de Despesa nº 005/DCTA-COPAC/10, firmado em 28 de dezembro de 2010 com a empresa EMBRAER S.A., tem como objeto a modernização de três aeronaves F-5F e oito aeronaves F-5E, bem como, o fornecimento de toda a documentação técnica resultante, os equipamentos e as partes estruturais modificada, apoio logístico, fornecimento de publicações técnicas e equipamentos de apoio de solo.

O Preço acordado para a execução do objeto foi de R$ 91.779.612,76 nas CE OUT10. Atualmente está em seu 2º Termo Aditivo com um saldo de R$ 8.003.979,28. Esta despesa foi custeada inicialmente na ação orçamentária 3128 – Modernização e Revitalização de Aeronaves. Está ação orçamentária foi substituída pela ação 20IH - Modernização e Revitalização de Aeronaves e Sistemas Embarcados. O término da vigência deste Contrato foi prorrogado para junho de 2018.

Instrumento Contratual	**1º TA ao Contrato de Despesa nº 005/DCTA-COPAC/2010**
Publicação	DOU nº 36, de 22 de fevereiro de2012.

Em 30 de dezembro de 2010, o COMAER celebrou o Contrato de despesa nº 009/DCTA-COPAC/2010, com a empresa EAI, para fornecimento de materiais e prestação de serviços para a modernização em apoio ao Contrato de Despesa nº 005/DCTA-COPAC/10.

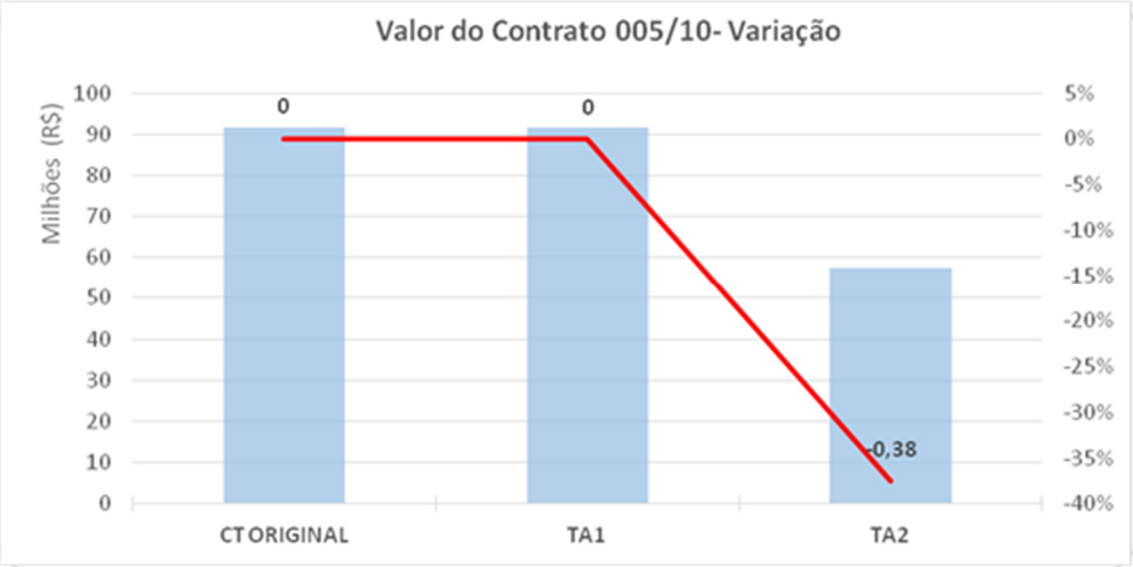
Devido ao atraso no início deste Contrato e sua interdependência com o Contrato nº 005/DCTA-COPAC/2010, a EMBRAER S.A. solicitou a prorrogação das datas de apresentação das etapas previstas no CFF. Por meio do 1º TA ao Contrato de Despesa nº 005/DCTA-COPAC/2010, em atenção à solicitação, o prazo de vigência do Contrato foi estendido para 12 de abril de 2016. Não houve alteração do preço total de R$ 91.779.612,76. Os ajustes realizados no custeio do Contrato referem-se aos desembolsos anuais nos exercícios de 2012 a 2015.

Instrumento Contratual	**2º TA ao Contrato de Despesa nº 005/DCTA-COPAC/2010**
Publicação	DOU nº 249, de 30 de dezembro de 2015.

Em 3 de julho de 2011, a EMBRAER S.A. solicitou nova prorrogação das datas de apresentação das etapas previstas no CFF, alegando dificuldades junto aos fornecedores da EAI. Além das dificuldades encontradas pela EMBRAER S.A., o EMAER face a não aprovação do Decreto de Execução Orçamentária, optou pela redução do número de aeronaves a serem modernizadas para três F-5F. Estes ajustes foram realizados por meio do 2º TA ao Contrato 005/DCTA-COPAC/2010. Este 2º TA teve por finalidade ajustar o número de aeronaves Contratadas, reduzir os valores a serem pagos para a Contratada, em função da redução do objeto, ajustar o CFF entre outros.

O preço total foi reduzido para R$ 57.330.228,93 e os desembolsos de recursos foram ajustados a partir do ano de 2012. O prazo de vigência foi postergado para 30 de junho de 2018 e o de execução para 30 de dezembro de 2017.

A variação do valor contratado decorrente da redução de aeronaves a serem modernizadas é apresentada no quadro abaixo:



Fonte: COPAC.

Instrumento Contratual	**Contrato de Despesa nº 009/DCTA-COPAC/2010**
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	EMBRAER AVIATION INTERNATIONAL - EAI
Anuente Solidária	EMBRAER S.A.
Modalidade de Licitação	Dispensável nos termos do Inciso IX, do Art. 24 da Lei nº 8.666/93, combinado com o inciso I do Art. 1º do Decreto nº 2.295/97.
Publicação	Dispensada em face do disposto no Decreto nº 4.553/02 e Decreto nº 78.382/76.

Para o fornecimento de materiais e prestação de serviços, no exterior, necessários à execução da modernização das aeronaves F-5, o COMAER firmou, em 30 de dezembro de 2010, o Contrato de Despesa nº 009/DCTA-COPAC/2010 com a empresa EAI. O preço total deste contrato é de US$ 107.519.244,09. Atualmente está em seu 5º Termo Aditivo e com um saldo de US$ 521,938.47. O prazo de vigência foi postergado para dezembro de 2019.

As despesas decorrentes deste Contrato foram custeadas por meio de recursos do Tesouro, inicialmente na ação orçamentária 3128 – Modernização e Revitalização de Aeronaves e posteriormente na ação orçamentária 20IH - Modernização e Revitalização de Aeronaves e Sistemas Embarcados.

Instrumento Contratual	**1º TA ao Contrato de Despesa nº 009/DCTA-COPAC/2010**
Publicação	DOU nº 30, de 10 de fevereiro de 2012.

A necessidade de adequação das datas do Contrato de Despesa nº 009/DCTA-COPAC/2010 com o Contrato nº 005/DCTA-COPAC/2010, uma vez que as atividades dos dois são interdependentes e a decisão de cancelamento da aquisição do Simulador de Voo deu origem ao 1º TA ao Contrato de Despesa nº 009/DCTA-COPAC/2010.

O Preço total passou para US$ 91,579,159.74, com um decréscimo de US$ 15,940,084.35. Os valores dos Lotes após os ajustes do 1º TA passaram para:

Lote 1 – Serviços no valor de US$ 5,590,177.24;

Lote 2 – Material de Avião no valor de US$ 81,391,636.96; e

Lote 3 – Equipamentos de Apoio de Solo e Estações de Solo no valor de US$ 4,597,345.54.

O prazo de vigência foi estendido para 12 de abril de 2016.

Instrumento Contratual	**2º TA ao Contrato de Despesa nº 009/DCTA-COPAC/2010**
Publicação	DOU nº 240, de 11 de dezembro de 2014.

O Contrato de Despesa nº 009/DCTA-COPAC/2010 teve novo aditivo no exercício de 2014. O 2º TA ao Contrato de Despesa nº 009/DCTA-COPAC/2010 foi motivado pela adequação da composição das tabelas de materiais AGE (*Aircraft Ground Equipment* - Equipamentos de Apoio de Solo) e por atrasos na apresentação de etapas. O prazo de execução foi estendido para contemplar o novo período de entregas das etapas e a redução do Preço total entre outras alterações. O Preço total passou para US$ 90,741,880.11. A redução decorre do Lote 3 – AGE e Estações de Solo que passou de US$ 4,597,345.54 para US$ 3,760,067.14. O prazo de vigência passou para 30 de abril de 2017 e o prazo de execução até 30 de dezembro de 2016.

Instrumento Contratual	**3º TA ao Contrato de Despesa nº 009/DCTA-COPAC/2010**
Publicação	DOU nº 248, de 29 de dezembro de 2015.

O 3º TA, firmado em 21 de agosto de 2017, foi motivado pela necessidade de adequação da composição dos lotes de materiais que passaram a ser recebidos com a finalidade de suporte da frota e não mais para realização dos serviços de modernização. Não houve alteração do preço mantendo-se em US$ 90,741,880.11. O prazo de vigência foi estendido de 30 de abril de 2017 para 30 de junho de 2018. Já o prazo de execução foi estendido para 30 de dezembro de 2017.

As despesas decorrentes deste Contrato, no valor de US$ 90,741,880.11 serão custeados por meio de recursos do Tesouro Nacional alocados nos exercícios de 2010 a 2017.

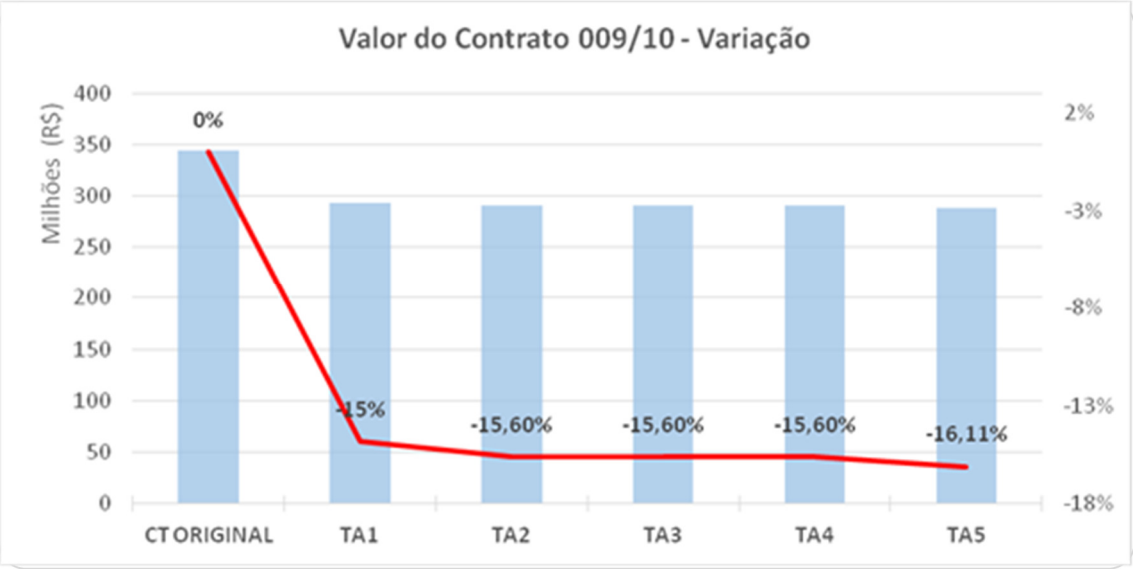
Instrumento Contratual	**4º TA ao Contrato de Despesa nº 009/DCTA-COPAC/2010**
Publicação	DOU nº 160, de 21 de agosto de 2017.

O 4º TA, firmado em 21 de agosto de 2017, foi motivado pela necessidade de se aumentar o prazo de vigência contratual, considerando o espaço de tempo necessário para superar os óbices técnicos da etapa 21, compatibilizar a cláusula 11 – Garantia Financeira e adequar o cronograma físico-financeiro. Não houve alteração do preço mantendo-se em US$ 90,741,880.11. O prazo de vigência foi estendido para 30 de dezembro de 2019.

Instrumento Contratual	**5º TA ao Contrato de Despesa nº 009/DCTA-COPAC/2010**
Publicação	DOU nº 243, de 20 de dezembro de 2017.

O 5º TA, firmado em 20 de dezembro de 2017, foi motivado pela necessidade de se ajustar as cláusulas Preço e de Custeio, bem como, o cronograma físico-financeiro e lista de entrega do Lote 2 – material avião, para refletir o novo valor do contrato, após a redução de escopo da etapa 17. O preço total ficou em US$ 90,203,121.31. O prazo de vigência foi mantido em 30 de dezembro de 2019.

No decorrer da execução do contrato nº 009/DCTA-COPAC/2010 houve a necessidade de se realizar ajustes de ordem técnica e orçamentária que implicaram na supressão dos valores inicialmente contratados. O quadro abaixo apresenta as variações registradas no período.



Fonte: COPAC.

Instrumento Contratual	**Acordo de Compensação nº 001/DEPED-SDDP/2000**
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	ELBIT
Contratos Associados	004/DEPED-SDDP/00 e 005/DEPED-SDDP/00
Modalidade de Licitação	Lei 8.666/93
Publicação	Dispensada em face do disposto no Decreto nº 2.134/97 e no Art. 2 do Decreto nº 78.382/76.

Para compensar as importações de materiais para modernização das aeronaves do Projeto F-5BR foi celebrado, em 4 de janeiro de 2001, o Acordo de Compensação nº 001/DEPED-SDDP/2000 com a empresa ELBIT.

O valor da obrigação acordado foi de US$ 230,000,000.00 que corresponde ao valor dos Contratos associados 004/DEPED-SDDP/2000 e 005/DEPED-SDDP/2000. Esta obrigação já foi totalmente reconhecida. Com encerramento previsto para 28 de abril de 2017 teve como beneficiários o COMAER e as empresas Aeroeletrônica, Embraer, Mectron, dentre outras.

Instrumento Contratual	**1º TA ao Acordo de Compensação nº 001/DEPED-SDDP/2000**
Publicação	DOU nº 168, de 31 de agosto de 2004.

Em 27 de agosto de 2004, foi celebrado o 1º TA ao Acordo de Compensação nº 001/DEPED-SDDP/2000. Este 1º TA alterou o fator multiplicador da atividade de compensação denominada "investimento financeiro em indústrias brasileiras", em decorrência dos custos dos investimentos realizados pela ELBIT na empresa beneficiária, de quatro para seis; bem como para substituir o representante da empresa no Brasil.

Instrumento Contratual	**2º TA ao Acordo de Compensação nº 001/DEPED-SDDP/2000**
Publicação	DOU nº 192, de 7 de outubro de 2009.

Em 9 setembro de 2009, foi assinado o 2º TA ao Acordo de Compensação nº 001/DEPED-SDDP/2000 para ajustar o valor da obrigação da empresa, devido a sua subcontratação para a execução de serviços de integração do Sistema PHYTON-4. O valor do Acordo passou a ser de US$ 262,934,058.24. Na mesma ocasião, atualizou-se a denominação da Contratante de Comando-Geral

de Tecnologia Aeroespacial - CTA para Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial – DCTA, devido à reestruturação do COMAER.

Instrumento Contratual	**3º TA ao Acordo de Compensação nº 001/DEPED-SDDP/2000**
Publicação	DOU nº 111, de 12 de junho de 2011.

O 3º TA ao Acordo de Compensação nº 001/DEPED-SDDP/2000, firmado em 15 de março de 2011, foi motivado pela necessidade de se ajustar as cláusulas Valor da Obrigação, Prazo de Aplicação e Vigência, Excesso de Crédito de Compensação e Correspondência. O valor total a ser compensado pela ELBIT em favor do Beneficiário é de U$S 348,547,451.24, correspondente à soma dos valores dos Contratos Associados. O prazo de aplicação passou para 4 de janeiro de 2016 e de vigência para 4 de janeiro de 2017.

Instrumento Contratual	**4º TA ao Acordo de Compensação nº 001/DEPED-SDDP/2000**
Publicação	DOU nº 241, de 16 de dezembro de 2016.

O 4º TA ao Acordo de Compensação nº 001/DEPED-SDDP/2000, firmado em 14 de dezembro de 2016, foi motivado pela necessidade de se ajustar as cláusulas Valor da Obrigação, Prazo de Aplicação e Vigência, bem como, incluir a Tabela II – Projetos de Offset Diretos e Indiretos no Anexo. O valor total a ser compensado pela ELBIT em favor do Beneficiário passou para U$S 336,824,754.24, correspondente à soma dos valores do Contratos Associados. O prazo de vigência foi postergado para 28 de abril de 2017.

4 Projeto F-X2



Este Projeto tem por finalidade a aquisição e implantação de 36 (trinta e seis) aeronaves de caça de múltiplo emprego novas, simuladores e logística para a implantação no acervo do COMAER, bem como toda a transferência de tecnologia necessária para autonomia na operação e manutenção da frota durante todo o seu ciclo de vida.

Para a execução das despesas decorrentes desta aquisição foi criada a ação orçamentária denominada 14T0 - Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins no Programa de Aceleração do Crescimento PAC. Esta ação foi contemplada na LOA 2017 com o montante solicitado e necessário para o cumprimento das obrigações contratuais de R$ 1.567.013.470,00.

Conforme dados extraídos do SIOP, o valor empenhado foi de R$ 1.219.253.781,90 dos quais foram liquidados R$ 1.136.009.861,69 e pagos R$ 1.116.865.131,21. Foram pagos a título de reajuste contratual o montante de R$ 47.083.257,61 (SEK 116.831.904,75). O custo total do Projeto é de SEK 39.493.829.375,91 mais USD 245.325.000,00 (Armamento).

Para a realização deste Projeto foi firmado também o Contrato de Financiamento "*Dual Currency Term Loan Facility Agreement*" que está sob a responsabilidade da Secretaria de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica - SEFA. As aquisições comerciais do Projeto F-X2 estão amparadas por essa operação de crédito externo (financiamento) em duas moedas: coroa sueca e dólar norte-americano.

A tabela abaixo apresenta os valores empenhados, liquidados e pagos extraídos do SIOP – Exercícios 2015 a 2017:

Execução Orçamentária e Financeira

Exercício	Ação	Empenhado	Liquidado	Pago	Restos a pagar
2015	14T0	1.297.060.288,95	195.240.000,00	195.240.000,00	1.101.820.288,95
2016	14T0	1.447.968.417,94	1.154.329.439,04	1.154.329.439,04	293.638.978,90
2017	14T0	1.219.253.781,90	1.136.009.861,69	1.116.865.131,21	83.243.920,21

Fonte: SIOP.

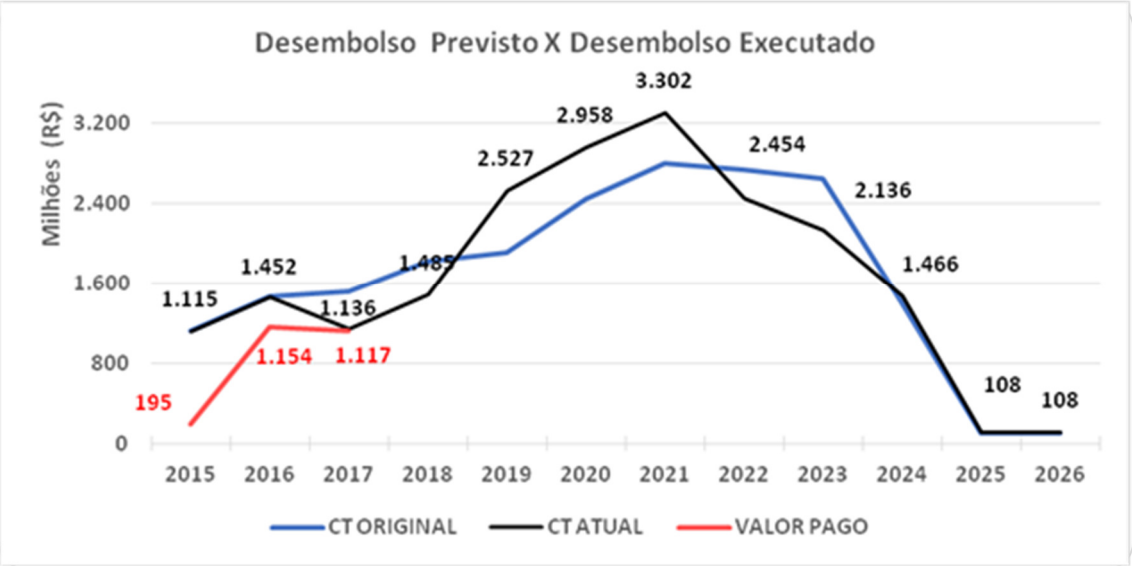
Em 24 de outubro de 2017, foi assinado o 3º Termo Aditivo ao Contrato 003/DCTA-COPAC/2014. Em função de replanejamento de atividades e entregas, foi acordado um novo Cronograma Físico Financeiro - CFF no 3º Termo Aditivo ao Contrato 003/DCTA-COPAC/214, e, dessa forma, o saldo disponível em 2017 não causou impacto para o Projeto, tendo sido recebidas todas as etapas previstas para 2017 neste Termo Aditivo. Ao final do exercício de 2017, o percentual de execução física era de 11,66% e financeira de 22,70%.

O Desenvolvimento da aeronave Gripen NG encontra-se em plena atividade com a apresentação do protótipo do Gripen E no dia 18 de maio de 2016, e com o 1º voo em 15 de junho de 2017. A continuação do programa dos voos de ensaios está dentro do planejado, e o desenvolvimento das aeronaves monoposto e biposto brasileiros estão dentro do cronograma planejado.

O processo de transferência de tecnologia iniciou-se em outubro de 2015, com o envio para a Suécia, desde então, de engenheiros e técnicos das empresas brasileiras beneficiadas. O processo de transferência de tecnologia (ToT) e de desenvolvimento é inicialmente executado na Suécia e em seguida implementado por meio dos "*work packages*" no Brasil. O GDDN – *Gripen Design and Development Network*, ponto focal do desenvolvimento no Brasil, foi inaugurado no dia 22 de

novembro de 2016, em Gavião Peixoto, e está sendo utilizado pelas empresas beneficiárias para executar seus "*work packages*" respectivos. Até o momento foram realizados 48% das atividades de *Offset* (*ToT e Work Package*) previstos para serem realizados no Brasil e na Suécia.

Em relação aos desembolsos previstos e efetuados, o quadro a seguir consolida os cronogramas físico-financeiro dos contratos e termos aditivos em vigor e pagamentos realizados.



Fonte: COPAC.

No que se refere ao acompanhamento e controle da execução, o Projeto FX-2 conta com um Grupo de Acompanhamento e Controle situado nas instalações da empresa SAAB AB na cidade *Linköping* - Suécia. Esta Unidade tem por atribuições assessorar o Gerente do Projeto e Fiscais de Contratos, controlar o andamento das atividades contratadas, realizar avaliação de custos, análises técnicas, entre outras.

Para a realização deste Projeto foram firmados cinco instrumentos contratuais sendo três contratos de despesa, um de financiamento e um acordo de compensação. Os prazos de execução, variação do valor contratado, valores desembolsados, bem como, as descrições resumidas dos instrumentos contratuais são apresentados, a seguir:

Instrumento Contratual	**Contrato de Despesa nº 003/DCTA-COPAC/2014**
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	SAAB AB
Modalidade de Licitação	Dispensável nos termos do Art.24, inciso IX, da Lei 8.666/93 combinado com o Art. 1º, inciso I do Decreto nº 2.295/97
Publicação	DOU nº 208, de 28 de outubro de 2014.

O Contrato de Despesa 003/DCTA-COPAC/2014, firmado em 24 de outubro de 2014 com a empresa SAAB AB, tem como objeto o desenvolvimento conjunto e específico (versão brasileira) da aeronave GRIPEN NG em versões monoposto e biposto nas fases funcionais BC, OC e FC. O fornecimento de 28 aeronaves novas de caça multiemprego monoposto e oito aeronaves novas de caça multiemprego biposto incluindo as despesas com combustível e seguro para o voo de recebimento das aeronaves. O fornecimento e instalação, na Base Aérea de Anápolis, de dois treinadores/simuladores de voo para a aeronave de caça GRIPEN NG, incluindo *Contractor Logistics*

Support (CLS) dos treinadores/simuladores de voo por cinco anos. O preço total contratado é de SEK 39.333.870.435,39. Atualmente está em seu 3º Termo Aditivo, o valor do contrato está em SEK 38.952.812.850,23 e um saldo contratual de SEK 29.773.712.044,27.

Todas as despesas decorrentes deste Contrato são custeadas por meio de recursos de financiamento externo e/ou do Tesouro Nacional, alocados no COMAER, pela Ação 14T0 (Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins – Projeto F-X2). O prazo de vigência: 24 de dezembro de 2026 e prazo de execução: 132 meses.

Instrumento Contratual	**1º TA ao Contrato de Despesa nº 003/DCTA-COPAC/2014**
Publicação	DOU nº 234, de 8 de dezembro de 2015.

O 1º TA ao Contrato de Despesa nº 003/DCTA-COPAC/2014 foi firmado em 3 de dezembro de 2015. Foi motivado pelas restrições de pagamento dos desembolsos programados para 2015 e pela atualização da oferta básica em virtude da substituição dos índices suecos preliminares de mercado, utilizados para assinatura do Contrato, pelos índices definitivos adotados por aquele mercado. O preço total é de SEK 38.952.812.850,23 na CE OUT14.

Todas as despesas decorrentes deste Contrato são custeadas por meio de recursos de financiamento externo e recursos do Tesouro Nacional, alocados no COMAER pela Ação 14T0 (Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins – Projeto F-X2). O prazo de vigência foi programado para 24 de dezembro de 2026 e o prazo de execução fixado em 132 meses.

Instrumento Contratual	**2º TA ao Contrato de Despesa nº 003/DCTA-COPAC/2014**
Publicação	DOU nº 235, de 8 de dezembro de 2016.

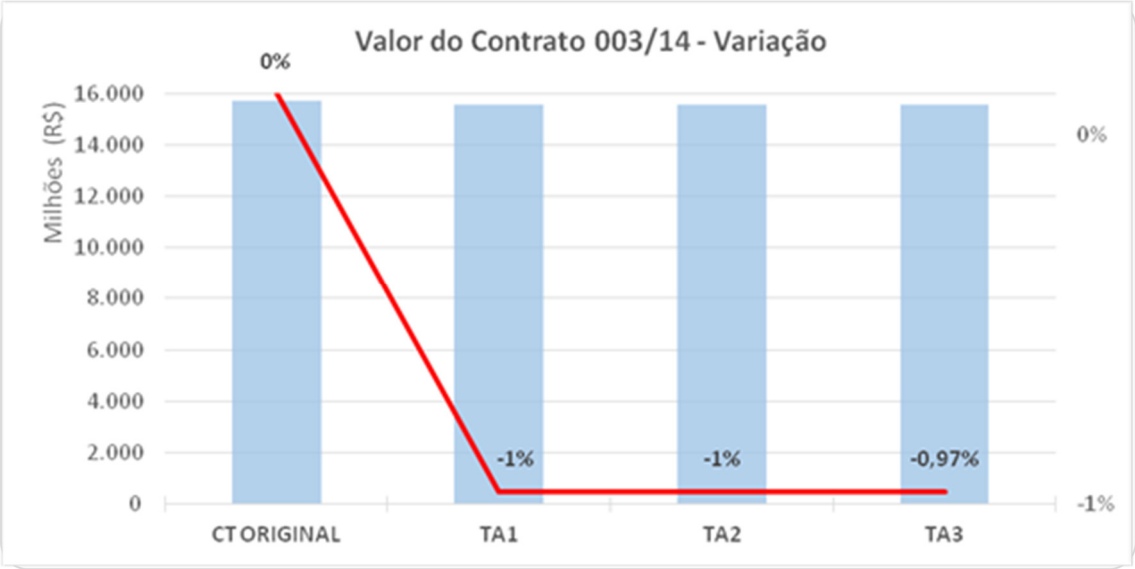
O 2º TA ao Contrato de Despesa nº 003/DCTA-COPAC/2014 foi firmado em 7 de dezembro de 2016. Motivado pela necessidade de se revisar o cronograma físico-financeiro para adequar as entregas do contrato aos recursos orçamentários disponíveis nos exercícios de 2016 e aos estimados para os exercícios subsequentes. O preço total é de SEK 38.952.812.850,23 na CE OUT14.

Todas as despesas decorrentes deste Contrato são custeadas por meio de recursos de financiamento externo e recursos do Tesouro Nacional, alocados no COMAER pela Ação 14T0 (Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins – Projeto F-X2). Prazo de vigência: 24 de dezembro de 2026. Prazo de execução: 132 meses.

Instrumento Contratual	**3º TA ao Contrato de Despesa nº 003/DCTA-COPAC/2014**
Publicação	DOU nº 205, de 25 de outubro de 2017.

O 3º TA ao Contrato de Despesa nº 003/DCTA-COPAC/2014 foi firmado em 24 de outubro de 2017. Motivado pela necessidade de revisão do cronograma físico-financeiro para adequar a execução contratual em função da necessidade de ajustes em determinados pacotes de trabalho e, ainda, da necessidade de ajustes de alguns termos, a cláusula de custeio, garantia financeira e de direitos e responsabilidades. O valor total de SEK 38.952.812.850,23. Não houve alteração nos prazos de vigência e de execução.

A variação do valor contratado é apresentada no quadro a seguir:



Fonte: COPAC.

Instrumento Contratual	**Contrato de Despesa nº 004/DCTA-COPAC/2014**
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	SAAB AB
Modalidade de Licitação	Dispensável nos termos do Art.24, inciso IX, da Lei 8.666/93 combinado com o Art. 1º, inciso I do Decreto nº 2.295/97
Publicação	DOU nº 246, de 19 de dezembro de 2014.

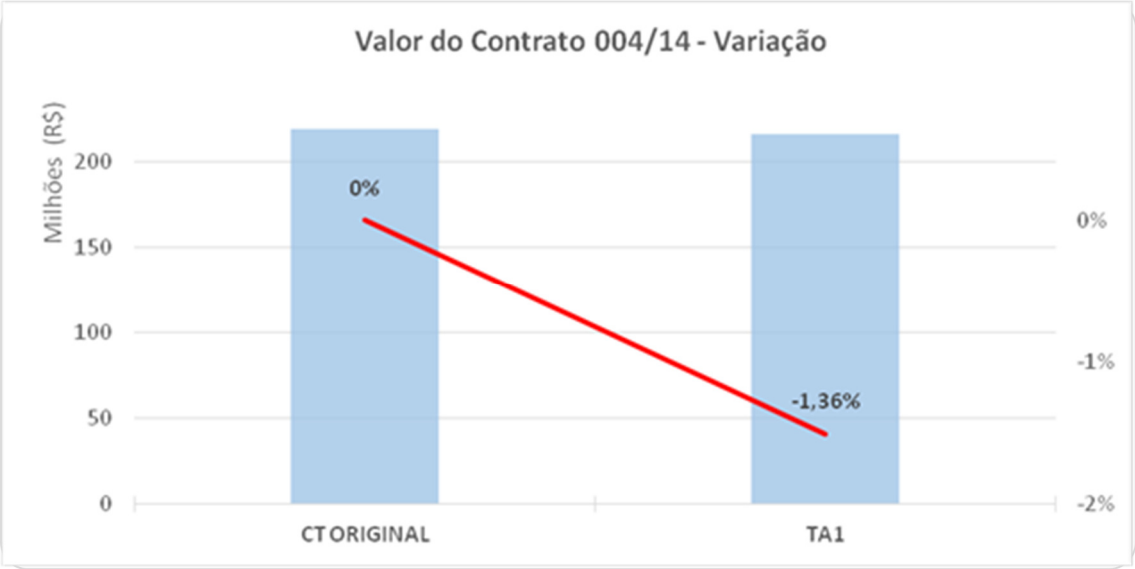
O Contrato de Despesa 004/DCTA-COPAC/2014, firmado em 18 de dezembro de 2014 com a empresa SAAB AB, tem como objeto o fornecimento do CLS de nível três para o sistema de armas GRIPEN e para os equipamentos de apoio associados, mediante a prestação de serviços de suporte logístico para 26.400 horas de voo ou cinco anos. O preço contratado é de SEK 548.465.036,26 nas CE OUT14. Atualmente está em seu 1º Termo Aditivo. Prazo de vigência: 18 de abril de 2027. Prazo de execução: 60 meses.

Instrumento Contratual	**1º TA ao Contrato de Despesa nº 004/DCTA-COPAC/2014**
Publicação	DOU nº 203, de 21 de outubro de 2016.

O 1º TA ao Contrato de Despesa nº 004/DCTA-COPAC/2014 foi firmado em 18 de outubro de 2016, devido há necessidade de atualização da oferta básica decorrente da substituição dos índices suecos preliminares de mercado, utilizados para assinatura do Contrato, pelos índices definitivos adotados por aquele mercado em outubro de 2015 e consequente ajuste de cláusulas em função do ajuste do preço. O preço total é de SEK 541.016.525,68 na CE OUT14.

Todas as despesas decorrentes deste Contrato são custeadas por meio de recursos de financiamento externo e recursos do Tesouro Nacional, alocados no COMAER pela Ação 14T0 (Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins – Projeto F-X2). Prazo de vigência: 18 de abril de 2027. Prazo de execução: 60 meses.

Este contrato foi suprimido em 1,36% devido à substituição dos índices suecos preliminares de mercado, utilizados para assinatura do Contrato, pelos índices definitivos.



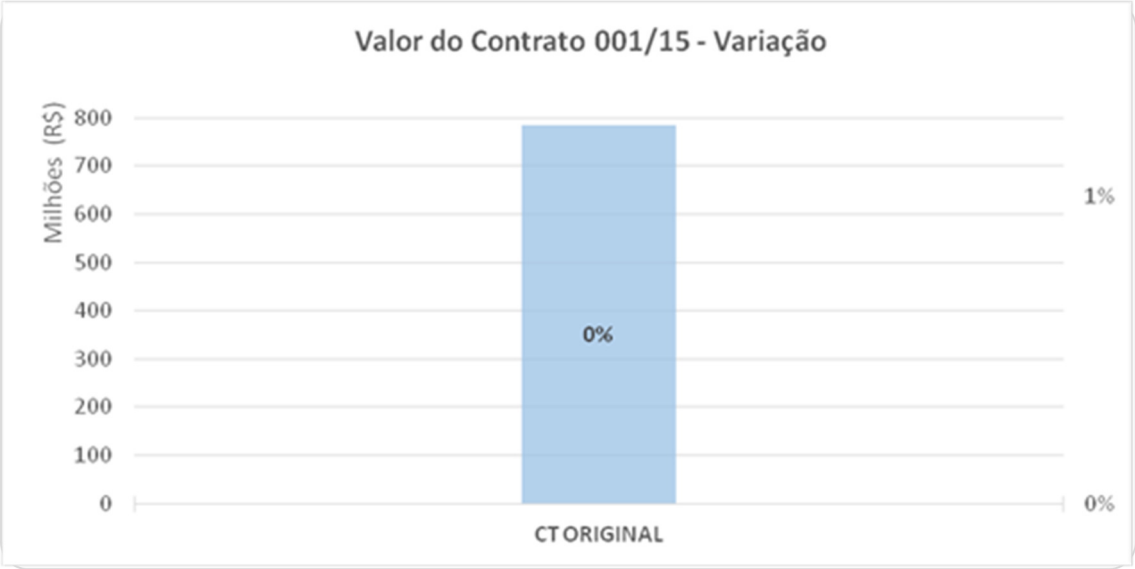
Fonte: COPAC.

Instrumento Contratual	**Contrato de Despesa nº 001/DCTA-COPAC/2015**
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	SAAB AB
Modalidade de Licitação	Dispensável nos termos do Art.24, inciso IX, da Lei 8.666/93 combinado com o Art. 1º, inciso I do Decreto nº 2.295/97
Publicação	DOU nº 78, de 27 de abril de 2015.

O Contrato de Despesa 001/DCTA-COPAC/2015, firmado em 23 de abril de 2015 com a empresa SAAB AB, tem como objeto o fornecimento de bens e serviços necessários para aquisição e operação do armamento da aeronave GRIPEN NG. O preço total é de US$ 245,325,000.00 na CE MAR15. O saldo contratual é de US$ 218,144,000.00.

Todas as despesas decorrentes deste Contrato são custeadas por meio de recursos de financiamento externo e recursos do Tesouro Nacional, alocados no COMAER pela Ação 14T0 (aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins – Projeto F-X2). Prazo de vigência: 09 de janeiro de 2026. Prazo de execução: 123 meses.

Este contrato não sofreu reajuste. O valor contratado de US$ 245,325,000.00 permanece inalterado.



Fonte: COPAC.

Instrumento Contratual	**Acordo de Compensação nº 004/DCTA-COPAC/2014**
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	SAAB AB (PUBLIC)
Contratos Associados	003/DCTA-COPAC/2014
Modalidade de Licitação	Lei 8.666/93
Publicação	DOU nº 208, de 28 de outubro de 2014.

O Acordo de Compensação nº 004/DCTA-COPAC/2014, firmado em 24 de outubro de 2014, com a empresa SAAB. O valor acordado foi de US$ 9,118,170,000.00 dos quais foram reconhecidos US$ 683,900,000.00. Saldo a reconhecer de US$ 8,434,270,000.00. Com data de encerramento prevista para 24 de abril de 2025 como beneficiários o DCTA e as empresas Embraer, Atech, Akaer, Ael, Mectron, e Inbra Aerospace. Contrato Comercial associado nº 003/DCTA-COPAC/2014.

Este Acordo de Compensação Comercial apresenta, entre Projetos diretos e indiretos, um total de 59 Projetos com empresas do parque industrial brasileiro e Instituições do COMAER. Prazo de vigência: 138 meses. Prazo de execução: conforme cronograma dos Projetos de Compensação.

Contrato de Financiamento

O contrato de financiamento "*Dual Currency Term Loan Facility Agreement*" foi firmado em 25 de agosto de 2015, sendo o credor a agência estatal sueca de crédito à exportação *Swedish Export Credit* Corporation (AB SEK), devidamente segurado pela agência estatal sueca *Swedish Export Credits Guarantee Board* (EKN), que disponibiliza os seguintes montantes para desembolso até 30 de junho de 2028:

- Em coroas-suecas (SEK): 39.882.335.471,65; e
- Em dólares norte-americanos (USD): 245.325.000,00.

No que se refere a Termos Aditivos, o "*Dual Currency Term Loan Facility Agreement*", possui uma alteração contratual:

- 1º Termo Aditivo – assinado em 22 de fevereiro de 2018 - altera o item 3.3, da Cláusula 3 - CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO, ampliando o número máximo de utilizações por ano, de 6 (seis) para 12 (doze).

Os Valores desembolsados, ano a ano, desde o início do projeto relativos ao Contrato de Financiamento podem ser vistos de forma decomposta nas tabelas a seguir:

Valores desembolsados

				Coroa sueca (SEK)
Ano	**Utilização do Financiamento**	**Repagamento da Dívida Externa**		
	Desembolsos	**Amortização**	**Juros**	**Comissão**
2015	568.000.000,00	-	932.940,00	362.100,00
2016	3.941.227.984,24	-	55.415.013,55	21.508.110,28
2017	4.892.087.559,09	-	125.934.412,44	48.878.653,23
Total	**9.401.315.543,33**	**-**	**182.282.365,98**	**70.748.863,51**

Fonte: COPAC.

Valores desembolsados

				Dólar norte-americano (USD)
Ano	**Utilização do Financiamento**	**Repagamento da Dívida Externa**		
	Desembolsos	**Amortização**	**Juros**	**Comissão**
2016	10.948.000,00	-	63.875,50	15.251,17
2017	6.233.000,00	-	492.675,32	17.633,15
Total	**27.181.000,00**	**-**	**556.550,82**	**132.884,33**

Fonte: COPAC.

5 Projeto H-XBR



O Projeto H-XBR tem por finalidade adquirir 50 Helicópteros EC-725 para as Forças Armadas, com apoio logístico para a operação nos cinco primeiros anos. Além de atender às necessidades operacionais das Forças Armadas, o Projeto tem como propósito desenvolver a indústria aeronáutica de asas rotativas no Brasil, em um processo de transferência de tecnologia, a qual prevê que, ao final do contrato de aquisição, seja adquirido um índice de nacionalização na ordem de 50%.

Um dos objetivos da transferência de tecnologia vislumbra o crescimento/desenvolvimento da empresa Helibras, de modo que a mesma seja capaz de produzir os citados helicópteros no Brasil, assim como adquirir *Know How* para que futuramente seja capaz de desenvolver e produzir um helicóptero inteiramente brasileiro. Além disso, outras empresas e entidades nacionais também estão sendo beneficiadas, por meio da transferência de tecnologia, prevista no *Offset*. Em relação à aeronave, destaca-se que o modelo EC725 foi concebido para desempenhar múltiplas missões, tais como, busca e resgate, operações especiais e evacuação aeromédica, cívico-social, integração nacional, de misericórdia e humanitárias.

O Projeto iniciou-se no ano de 2008 com a assinatura do contrato de despesa nº 008/CTA-SDDP/2008, com o Consórcio HELIBRAS/EUROCOPTER. O valor contratado foi de EUR 1.847.354.117,00 com prazo de execução previsto para junho de 2017. Foram firmados também dois Contratos de Financiamento que estão sob a responsabilidade da Secretaria de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica - SEFA. Sendo 4,5% do total das contratações que constituem o Projeto custeados pela Fonte 100 – Recursos Ordinários do Tesouro Nacional, a título de *downpayment*, e os restantes 95,5% sendo amparados por duas operações de crédito externo (financiamentos), em euros.

O custo atual do Projeto está em R$ 6.517.742.874,47 e o prazo de encerramento da execução previsto para agosto de 2022.

O Projeto H-XBR possui ação específica, inserida no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, denominada 123J – Aquisição de Helicópteros de Médio Porte de Emprego Geral que está sob a responsabilidade do Ministério da Defesa.

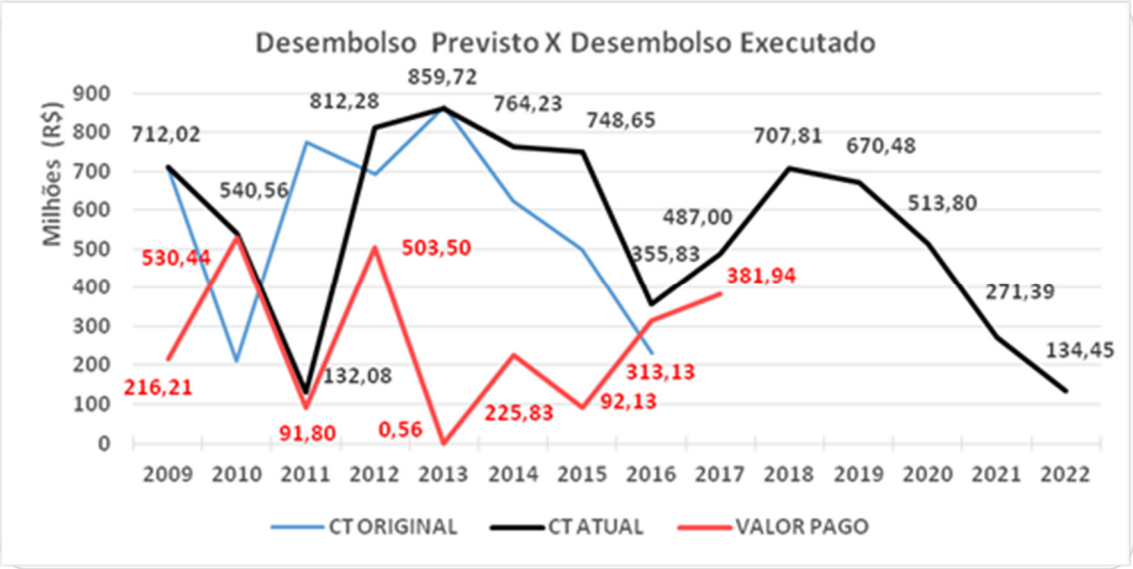
Os valores empenhados, liquidados e pagos, conforme dados registrados no SIOP, no período de 2012 a 2017, são apresentados no quadro abaixo:

Execução Orçamentária e Financeira

Exercício	Ação	Empenhado	Liquidado	Pago	Restos a Pagar
2012	123J	865.090.168,77	503.502.936,04	503.502.936,03	361.587.232,73
2013	123J	523.596.756,67	3.798.485,43	563.150,36	519.798.271,24
2014	123J	658.805.405,1	228.487.107,36	225.830.200,	430.318.297,74
2015	123J	358.720.760,54	92.126.419,02	92.126.419,02	266.594.341,52
2016	123J	443.543.757,83	313.131.876,59	313.131.876,59	130.411.881,24
2017	123J	453.733.862,14	441.016.886,71	381.940.017,06	12.716.975,43

Fonte SIOP.

Em relação aos desembolsos previstos e efetuados, o quadro a seguir consolida os cronogramas físico-financeiro dos contratos e termos aditivos em vigor e pagamentos realizados.



Fonte: COPAC.

Os recursos disponibilizados ao Projeto não possibilitaram o cumprimento do acordado e manutenção do cronograma. Sendo que os atrasos ocasionados pela deficiência orçamentária serão negociados em 2018 para confecção de novo termo aditivo.

No exercício de 2017 ocorreu o recebimento de quatro aeronaves sendo duas para a Marinha do Brasil, uma para o Exército Brasileiro e uma para a Força Aérea Brasileira, totalizando 30 aeronaves entregues no período de 2008 a 2017. Para o ano de 2018 está programado o recebimento de cinco aeronaves (2 para a MB, 2 para o EB e 1 para a FAB).

As atividades de transferência de tecnologia e de cooperação industrial vêm sendo executados embora se registrem algum tipo de atraso provocado pelas restrições orçamentárias impostas ao Projeto até então. O não atendimento das necessidades orçamentárias têm provocado a desmobilização da Helibras, com demissões de funcionários e paralisações na linha de produção e montagem; perda de pessoal qualificado para produção, treinamento e operação das aeronaves.

No que se refere ao acompanhamento e controle da execução, o Projeto H-XBR conta com um Grupo de Acompanhamento e Controle situado nas instalações da empresa HELIBRAS, na cidade de Itajubá - MG. Esta Unidade tem por atribuições assessorar o gerente do Projeto, controlar o andamento das atividades contratadas, realizar avaliação de custos, análises técnicas e análises econômicas e financeiras entre outras.

Para a realização deste Projeto foram firmados cinco instrumentos contratuais sendo três Contratos de Despesa e dois Acordos de Compensação. A titularidade dos Contratos nº 012/DCTA-COPAC/11 e 019/DCTA-COPAC/11 foi transferida para o Parque de Material Aeronáutico de São Paulo – PAMA-SP no ano de 2012.

Instrumento Contratual	**Contrato de Despesa nº 008/CTA-SDDP/2008**
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	CONSÓRCIO HELIBRAS-EUROCOPTER
Modalidade de Licitação	Dispensável nos termos do inciso IX, do Art. 24, da Lei nº 8.666/93, combinado com inciso I do Art 1º do Decreto nº 2.295/97
Publicação	Dispensada em face do disposto no Decreto nº 4.553/02 e Decreto nº 78.382/76.

O Contrato de Despesa nº 008/CTA-SDDP/2008, firmado em 23 de dezembro de 2008 com o Consórcio HELIBRAS/EUROCOPTER, tem como objeto o fornecimento de 50 aeronaves modelo EC725, conforme configurações definidas pelas Forças Armadas e fornecimento de apoio logístico inicial.

O preço total contratado foi de EUR 1.847.354.117,00 nas CE DEZ08. Atualmente está em seu 4º Termo Aditivo. O prazo de vigência foi alongado para fevereiro de 2023. Será custeado por meio de recursos da linha de crédito do Contrato de Financiamento ou por recursos do Tesouro Nacional na Ação 8969 (Aquisição de Aeronaves). Esta ação orçamentária foi substituída pela ação 123J - Aquisição de Helicópteros de Médio Porte de Emprego Geral - Projeto H-X BR.

Instrumento Contratual	**1º TA ao Contrato de Despesa nº 008/CTA-SDDP/2008**
Publicação	DOU nº 234, de 8 de dezembro de 2009.

O 1º TA ao Contrato de Despesa nº 008/CTA-SDDP/2008 foi firmado em 4 de dezembro de 2009. Motivado pela necessidade de ajuste da Cláusula Financiamento decorrente da recomendação da Comissão de Financiamentos Externos – COFIEX acatada pelo ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, aprovando somente uma parte do Pré-Pagamento para o ano de 2009 (EUR 83.333.333,00) e o restante do Pré-Pagamento para o ano de 2010 (EUR 193.769.784,55). Não houve alteração do valor contratado.

Todas as despesas decorrentes deste Contrato nas CE DEZ08 serão custeadas por meio de recursos da linha de crédito do Contrato de Financiamento ou por recursos do Tesouro Nacional pela ação 123J - Aquisição de Helicópteros de Médio Porte de Emprego Geral - Projeto H-X BR.

Instrumento Contratual	**2º TA ao Contrato de Despesa nº 008/CTA-SDDP/2008**
Publicação	DOU nº 223, de 22 de novembro de 2011.

O 2º TA ao Contrato de Despesa nº 008/CTA-SDDP/2008 foi firmado em 11 de novembro de 2011. Motivado pela necessidade de ajustes para clarificar os termos contratuais, alterar as especificações para melhor adequação técnica. Mudanças de configurações das aeronaves em face das necessidades das Forças Armadas. Não houve alteração do valor contratado.

Todas as despesas decorrentes deste Contrato nas CE DEZ08, são custeadas por meio de recursos da linha de crédito do Contrato de Financiamento ou por recursos do Tesouro Nacional, pela ação 123J - Aquisição de Helicópteros de Médio Porte de Emprego Geral - Projeto H-X BR.

Instrumento Contratual	**3º TA ao Contrato de Despesa nº 008/CTA-SDDP/2008**
Publicação	DOU nº 232, de 4 de dezembro de 2015.

O 3º TA ao Contrato de Despesa nº 008/CTA-SDDP/2008 foi firmado em 3 de dezembro de 2015. Foi motivado pela necessidade de se restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, alterar a

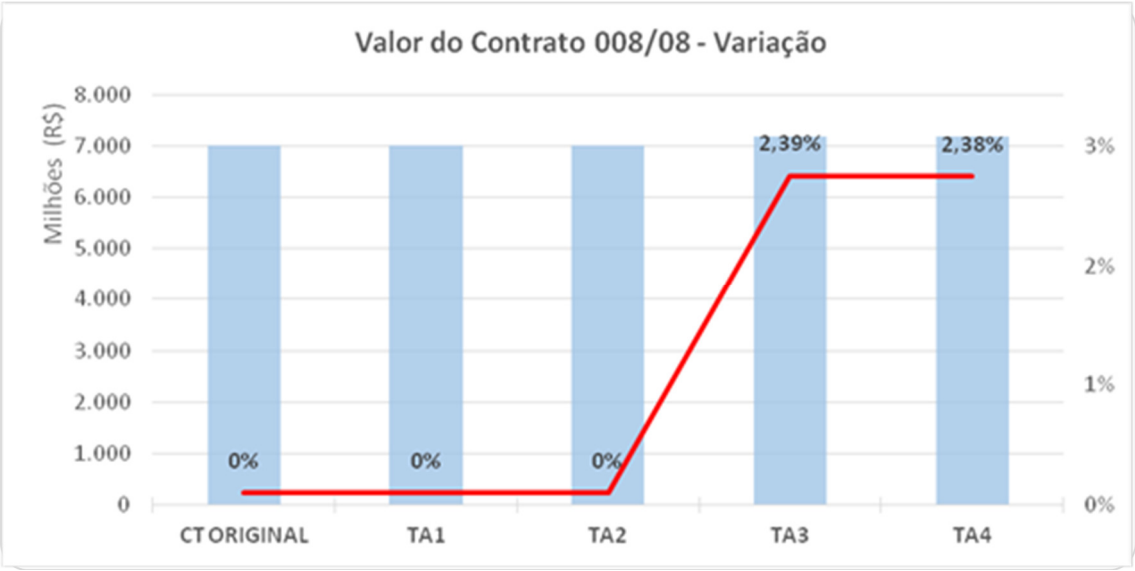
matriz de requisitos com clarificações de funcionalidades técnicas e de desempenho, assim como configurações das aeronaves, todas aprovadas pelos Estados-Maiores das Três Forças Armadas.

Todas as despesas decorrentes deste Contrato, no valor total de EUR 1.891.517.314,22, nas CE DEZ08 serão custeadas por meio de recursos da linha de crédito do Contrato de Financiamento ou por recursos do Tesouro Nacional pela ação 123J - Aquisição de Helicópteros de Médio Porte de Emprego Geral - Projeto H-X BR. Prazo de Vigência: 15 de fevereiro de 2023. Prazo de execução: 15 de agosto de 2022.

Instrumento Contratual	**4º TA ao Contrato de Despesa nº 008/CTA-SDDP/2008**
Publicação	DOU nº 244, de 21 de dezembro de 2016.

O 4º TA ao Contrato de Despesa nº 008/CTA-SDDP/2008 foi firmado em 20 de dezembro de 2016. Foi motivado pela necessidade de se ajustar o CFF considerando a redução cambial ocorrida no período de dezembro de 2015 até dezembro de 2016. O preço total contratado de EUR 1.891.384.018,19, na CE DEZ08 será custeado por meio de recursos da linha de crédito do Contrato de Financiamento ou por recursos do Tesouro Nacional pela Ação 8969 (Aquisição de Aeronaves). Esta ação orçamentária foi substituída pela ação 123J - Aquisição de Helicópteros de Médio Porte de Emprego Geral - Projeto H-X BR. Prazo de vigência: 15 de fevereiro de 2023. Prazo de execução: 15 de agosto de 2022.

O quadro a seguir apresenta a variação no valor do contrato nº 008/CTA-SDDP/2008. O acréscimo de valor na ordem de 2,38% foi motivado pela necessidade de se restabelecer o equilíbrio contratual.



Fonte: COPAC.

Instrumento Contratual	**Contrato de Despesa nº 012/DCTA-COPAC/11**
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	TURBOMECA DO BRASIL
Modalidade de Licitação	Inexigível nos termos do "CAPUT" do Art. 25, da Lei nº 8.666/93
Publicação	DOU nº 199, de 17 de outubro de 2011.

O Contrato de Despesa nº 012/DCTA-COPAC/11, foi firmado em 28 de setembro de 2011

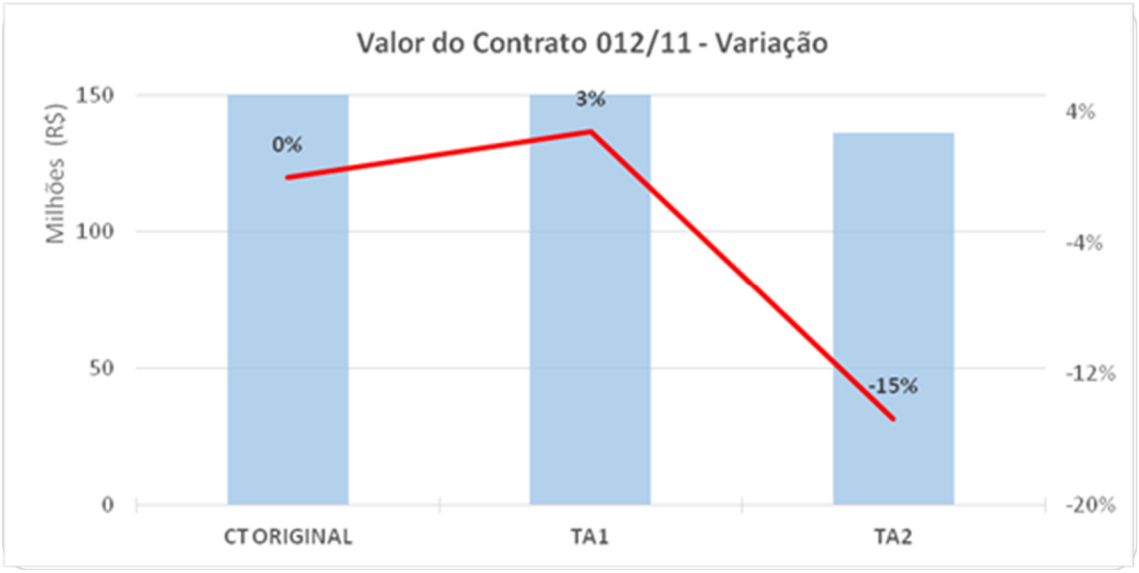
com a empresa Safran Helicopter Engines Indústria e Comércio do Brasil Ltda (antiga Turbomeca do Brasil), para os Motores Makila 2A1 e APU SAPHIR 20 que equipam as aeronaves H225M (antiga EC-725) das FFAA brasileiras, prevê a prestação de serviços até outubro de 2022, vinculados à manutenção dos motores MAKILA 2A1 e APU SAPHIR 20, assim como à entrega de itens adquiridos. O preço total contratado foi de R$ 159.833.702,07. Todas as despesas decorrentes deste Contrato nas CE SET11 serão custeadas por meio de recursos do Tesouro Nacional alocados pela Ação 123J Aquisição de Helicópteros de Médio Porte de Emprego Geral - Projeto H-X BR. Prazo de vigência: 66 meses. Prazo de execução: 60 meses.

Instrumento Contratual	**1º TA ao Contrato de Despesa nº 012/DCTA-COPAC/11**
Publicação	DOU nº 240, de 13 de dezembro de 2012.

O 1º TA ao Contrato de Despesa nº 012/DCTA-COPAC/2011 foi firmado em 10 de dezembro de 2012 face a necessidade de ajustes para clarificar Termos Contratuais e reequilíbrio econômico financeiro decorrente da nulidade da subcláusula 4.1 critérios de reajustamento – Para o Lote 1 – Lista de Aprovisionamento Inicial. O preço total contratado foi de R$ 164.276.217,34. Todas as despesas decorrentes deste Contrato serão custeadas pela Ação 123J Aquisição de Helicópteros de Médio Porte de Emprego Geral - Projeto H-X BR. Prazo de Vigência: 27 de março de 2017. Prazo de execução: 60 meses.

Instrumento Contratual	**2º TA ao Contrato de Despesa nº 012/DCTA-COPAC/11**
Publicação	DOU nº 62, de 1º de abril de 2016.

O 2º TA ao Contrato de Despesa nº 012/DCTA-COPAC/2011 foi firmado em 30 de março de 2016. Foi motivado pela sub-rogação do Contrato para o Parque de Material Aeronáutico de São Paulo (PAMA – SP); Necessidade de ajuste de Cláusulas do contrato em virtude da diminuição da cadência de entrega de aeronaves decorrente de restrições orçamentárias ocorridas em 2012 deixando de se executar parte do Lote 2 e do Lote 4 ocasionando diminuição de valores no Contrato. O preço total foi de R$ 136.311.825,14 e será custeado pela Ação 123J Aquisição de Helicópteros de Médio Porte de Emprego Geral - Projeto H-X BR. Este contrato, encerrado em 28 de março de 2017, foi suprimido em 15% devido à redução na cadência de entrega de aeronaves. O quadro abaixo apresenta a variação do valor contratado:



Fonte: COPAC.

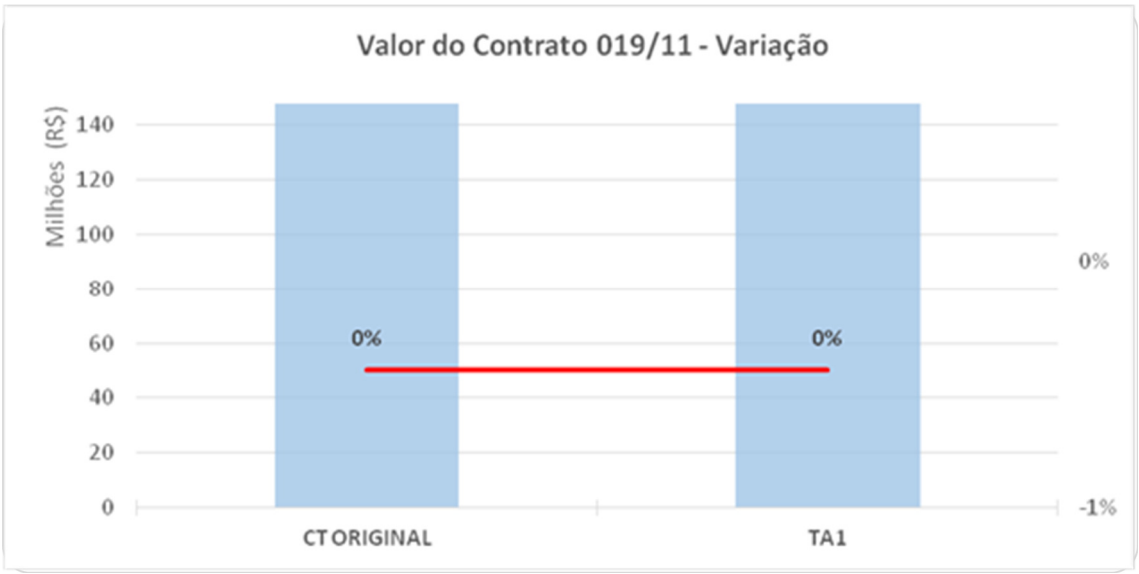
Instrumento Contratual	**Contrato de Despesa nº 019/DCTA-COPAC/11**
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	HELIBRAS – HELICÓPTEROS DO BRASIL S.A.
Modalidade de Licitação	Dispensável nos termos do inciso IX, do Art. 24 da Lei nº 8.666/93, combinado com o inciso I do Art. 1º do Decreto 2.295/97
Publicação	DOU nº 247, de 26 de dezembro de 2011.

O Contrato de Despesa nº 019/DCTA-COPAC/2011, firmado em 20 de dezembro de 2011 com a empresa HELIBRAS, tem como objeto o Contrato de Suporte Logístico para apoiar a operação das aeronaves, exceto motores, da frota de aeronaves EC-725 das Forças Armadas do Brasil, seus itens reparáveis, sistemas, componentes, equipamentos, ferramentas e equipamentos de apoio ao solo, mediante o fornecimento de bens e serviços. O preço total contratado foi de R$ 147.644.892,40, nas CE DEZ11. Todas as despesas decorrentes deste Contrato serão custeadas pela Ação 123J Aquisição de Helicópteros de Médio Porte de Emprego Geral - Projeto H-X BR. Prazo de vigência: 66 meses. Prazo de execução: 60 meses.

Instrumento Contratual	**1º TA ao Contrato de Despesa nº 019/DCTA-COPAC/11**
Publicação	DOU nº 62, de 1º de abril de 2016.

O 1º TA ao Contrato de Despesa nº 019/DCTA-COPAC/2011 foi firmado em 30 de março de 2016 face a sub-rogação do Contrato para o Parque de Material Aeronáutico de São Paulo (PAMA – SP). As despesas decorrentes deste Contrato, eram custeadas pela Ação 123J Aquisição de Helicópteros de Médio Porte de Emprego Geral - Projeto H-X BR. O prazo de execução encerrou-se no ano de 2017. A finalização do contrato está prevista para 20 de junho de 2018.

O preço total contratado não foi alterado permanecendo em R$ 147.644.892,40, nas CE DEZ11.



Fonte: COPAC.

Instrumento Contratual	**Acordo de Compensação nº 001/CTA-SDDP/2008**
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	CONSÓRCIO EUROCOPTER/HELIBRAS
Contrato Associado	008/CTA-SDDP/2008.
Publicação	Dispensada em face do disposto no Decreto nº 2.134/97 e no Art. 2 do Decreto nº 78.382/76.

O Acordo de Compensação nº 001/CTA-SDDP/2008, firmado em 23 de dezembro de 2008, com a empresa Eurocopter. O valor acordado como contrapartida a ser prestada pela contratada à contratante compõe-se da soma dos valores de cada Projeto de compensação, já aplicados os Fatores Multiplicadores, e pela soma dos Projetos de Cooperação Industrial (ICP). O valor total da obrigação em pauta é de EUR 1.897.830.500,00 dos quais foram reconhecidos EUR 689.856.694,34. Saldo a reconhecer EUR 1.207.973.805,66. Com data de encerramento prevista para 31 de dezembro de 2022, tem como beneficiários o COMAER, a Marinha do Brasil, Exército Brasileiro e as empresas Helibras, Inbra, Aeronova, Toyomatic, Ael, Mectron, RS Brasil, Rockell Collins Brasil, UNIFEI, Avibras, Brascopter. Contrato comercial associado nº 001/DCTA-COPAC/2011. Este acordo possui 24 Projetos de cooperação Industrial e seis Projetos de Offset.

Instrumento Contratual	**1º TA ao Acordo de Compensação nº 001/CTA-SDDP/2008**
Publicação	Dispensada em face do disposto no Decreto nº 2.134/97 e no Art. 2 do Decreto nº 78.382/76.

O 1º TA ao Acordo nº 001/CTA-SDDP/2008 foi firmado em 4 de dezembro de 2009. Foi motivado pela necessidade de se ajustar as cláusulas de prorrogação, alteração contratual, cessões e transferências para que o início da execução dos Projetos de Cooperação Industrial e dos Projetos de Compensação coincidissem com a integralização do Pré-Pagamento, em consequência da recomendação da COFIEX acatada pelo ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, aprovando somente uma parte do Pré-Pagamento para o ano de 2009 e o restante do Pré-Pagamento para o ano de 2010.

Instrumento Contratual	**2º TA ao Acordo de Compensação nº 001/CTA-SDDP/2008**
Publicação	DOU nº 223, de 22 de novembro de 2011.

O 2º TA ao Acordo nº 001/CTA-SDDP/2008 foi firmado em 11 de novembro de 2011. Motivado pela necessidade de se ajustar os prazos de execução e de vigência do Acordo, tendo em vista o tempo inicial de execução dos Projetos; complementar os conteúdos de cada Projeto, para melhor adequação dos mesmos aos seus objetivos; e incluir os Memorandos de Entendimento (MOU) assinados entre o Consórcio e as empresas beneficiárias, os Planos de Trabalho e os *Contract Data Requirement List* - CDRL afetos a cada Projeto de Cooperação. O valor total da obrigação acordado foi de EUR 1.897.830.500.

Instrumento Contratual	**3º TA ao Acordo de Compensação nº 001/CTA-SDDP/2008**
Publicação	DOU nº 219, de 16 de setembro de 2016.

O 3º TA ao Acordo nº 001/CTA-SDDP/2008 foi firmado em 4 de novembro de 2016. Foi motivado pela necessidade de se adequar o Acordo à nova realidade do contrato de aquisição; atualizar as Fichas de Projetos de Cooperação Industrial em virtude de mudanças de nomenclatura da aeronave, de empresas e mudança de beneficiárias; Ajustar a Lista de Requisitos de Dados do

Contrato (*Contract Data Requirements List* - CDRL) do Programa de Aplicação de Cooperação Industrial em função da alteração de datas de entrega formalizadas no 3º Termo Aditivo ao Contrato de Aquisição; Atualizar os *Statement of Work* (SOW) do Programa de Aplicação de Cooperação Industrial. O valor total da obrigação acordado foi de EUR 1.897.830.500. Prazo de vigência: 30 de junho de 2028. Prazo de execução: 30 de novembro de 2027.

Instrumento Contratual	**Acordo de Compensação nº 001/DCTA-COPAC/2011**
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	TURBOMECA S.A.
Contrato Associado	12/DCTA-COPAC/2011
Publicação	DOU nº 223, de 22 de novembro de 2011.

O Acordo de Compensação nº 001/DCTA-COPAC/2011, firmado em 28 de setembro de 2011, com a empresa Safran Helicopter Engines Indústria e Comércio do Brasil Ltda (antiga Turbomeca do Brasil). Valor da obrigação acordado foi de EUR 29.500.000,00 dos quais foram reconhecidos EUR 27.362.020,00. Saldo a reconhecer R$ 2.137.980,00. Com data de encerramento prevista para 22 de março de 2019, tem como beneficiários o Exército Brasileiro e a empresa Safran Helicopter Engines Indústria e Comércio do Brasil Ltda. Contrato associado nº 012/DCTA-COPAC/2011.

Instrumento Contratual	**1º TA ao Acordo de Compensação nº 001/CTA-SDDP/2011**
Publicação	DOU nº 142, de 26 de julho de 2017.

O 1º TA ao Acordo nº 001/CTA-SDDP/2011 foi firmado em 24 de julho de 2017. Foi motivado pela necessidade de se alterar a denominação da empresa de TURBOMECA DO BRASIL para SAFRAN HELICOPTER ENGINES; reprogramação do cronograma de execução dos Projetos de Compensação; e mudança do grau de sigilo do acordo. Não houve alteração de valor e prazos.

Contrato de Financiamento

Para a realização deste Projeto foram firmados dois Contratos de Financiamento conforme discriminados na tabela a seguir.

Tipo de Crédito	Seguradora de Crédito	Bancos Credores	Valor (€)	% do Valor do Projeto
COFACE Credit Agreement	COFACE (francesa)	*Société Générale, BNP Paribas, Calyon, Santander*	1.570.250.999,45	85%
Commercial Loan	(não há)	*Société Générale, BNP Paribas, Calyon, Santander*	193.769.784,55	10,5%
		TOTAL	***1.764.020.784***	***95,5%***

No que se refere a Termos Aditivos, o *COFACE Credit Agreement, assinado em* 30 de setembro de 2009, possui duas alterações contratuais:

- 1º Termo Aditivo – assinado em 03 de março de 2010 – estabelece o modelo do Parecer Legal da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e altera o texto da alínea "d" da cláusula 13.4 de modo a deixa-la mais clara (trata de eventos de default);
- 2º Termo Aditivo – assinado em 16 de junho de 2016 – tem por escopo prorrogar a data final do prazo para realização de desembolsos para até 15 de maio de 2023 e incluir algumas novas disposições legais como cláusulas sobre *Foreign Account Tax*

Compliance Act - FATCA e cláusulas anti-suborno, anti-corrupção e anti-lavagem de dinheiro.

Os Valores desembolsados, ano a ano, desde o início do projeto relativos aos Contratos de Financiamento podem ser vistos de forma decomposta na tabela a seguir:

Valores desembolsados

Ano	Utilização do Financiamento	Repagamento da Dívida Externa		
	Desembolsos	**Amortização**	**Juros**	**Comissão**
2009	-	-	-	1.657.487,17
2010	248.977.784,77	16.147.482,05	673.188,53	7.960.300,21
2011	18.822.375,87	32.294.964,10	10.852.883,96	7.635.579,46
2012	244.165.308,54	41.004.420,11	13.867.639,59	7.236.022,13
2013	239.896.246,30	63.329.497,60	24.267.104,09	5.811.710,68
2014	173.450.491,74	97.952.838,33	33.756.975,88	4.577.945,92
2015	24.549.126,70	115.795.904,08	33.256.069,77	4.182.939,39
2016	138.942.119,58	105.099.428,98	32.891.521,75	3.707.488,57
2017	126.319.100,25	105.211.499,11	33.942.639,23	3.092.434,56
Total	**1.231.827.258,87**	**576.836.034,36**	**183.508.022,79**	**45.861.908,08**

Fonte: COPAC.

6 Projeto KC-X



O Projeto KC-X tem por objetivo o desenvolvimento de dois protótipos de uma aeronave de transporte militar e reabastecimento em voo para complementar e eventualmente substituir as aeronaves C/KC-130 da Força Aérea Brasileira na realização das missões de transporte aéreo logístico, SAR (*Search and Rescue* - Busca e Resgate) e reabastecimento em voo, dentre outras.

Para atender às necessidades expostas, tanto na sua missão precípua de caráter militar, como a de ajuda humanitária de âmbito civil, essa nova aeronave deverá ter capacidade de ser empregada em qualquer latitude e longitude do globo terrestre; o que a tornará passível de enfrentar qualquer cenário operacional hoje conhecido, nos teatros de operação marítimo, antártico, amazônico e o pantaneiro, cumprindo missões de transporte aerotático, aeroestratégico e aerologístico, em ambientes com diversos graus de ameaça física e eletromagnética.

De maneira mais ampla, o Projeto também visa promover a capacitação tecnológica da Aeronáutica e da indústria aeroespacial brasileira e aumentar a capacidade operacional da Força Aérea Brasileira em missões de transporte (tropa e carga) e de reabastecimento em voo, por intermédio do desenvolvimento e posterior aquisição das aeronaves KC-390. O Projeto KC-X está em plena execução. Possui ação específica, inserida no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, denominada 123B - Desenvolvimento de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Toneladas (Projeto KC-X). Não há Contrato de Financiamento para este Projeto.

No decorrer do ano de 2017 foram empenhados R$ 588.986.530,00, liquidados R$ 546.090.524,60, sendo R$ 115.749.030,72 a título de reajuste contratual. Devido à variação cambial no processo de execução orçamentária, realizado pelo SIAFI, os valores empenhados e liquidados apresentados no SIOP diferem dos citados, ficando em empenhado R$ 596.571.141,89 e liquidado em R$ 553.642.289,24.

O Percentual de execução física e financeira acumuladas no final do exercício de 2017 ficaram em 97,67% e 89,70% respectivamente. O custo total do Projeto atualizado está em R$ 6.298.972.318,87. Neste valor estão incluídos os pleitos em negociação.

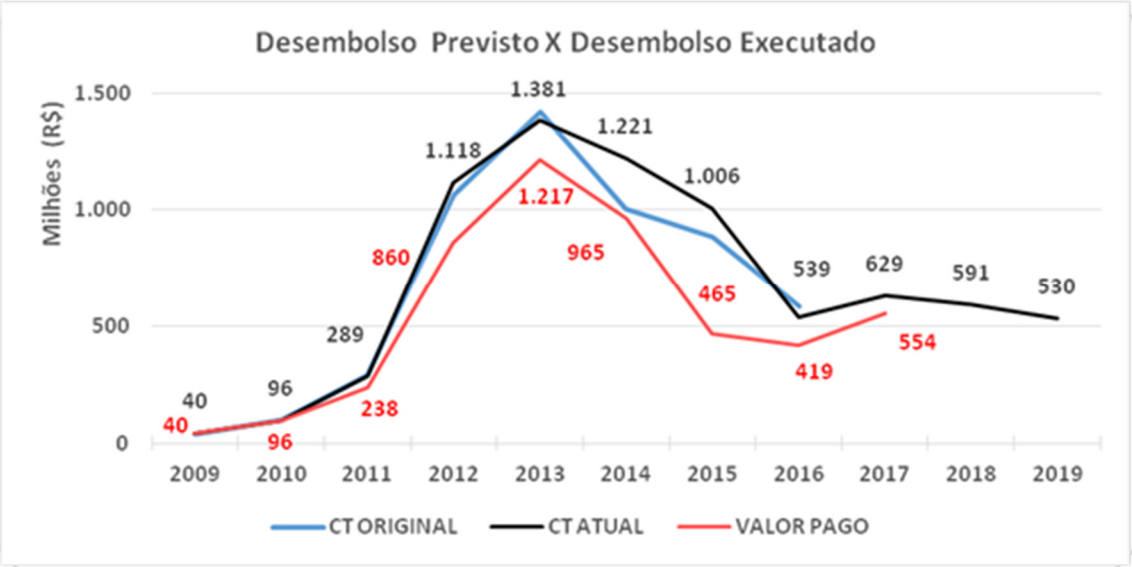
Os valores empenhados, liquidados e pagos, conforme dados registrados no SIOP no período de 2014 a 2017 são apresentados no quadro abaixo:

Execução Orçamentária e Financeira

Exercício	Ação	Empenhado	Liquidado	Pago	Restos a Pagar
2012	123B	860.441.918,11	860.441.918,09	860.441.918,09	0,02
2013	123B	1.216.647.733,49	1.216.647.733,49	1.216.647.733,49	0,
2014	123B	965.111.419,91	965.111.419,91	965.111.419,91	0,
2015	123B	863.776.833,78	863.776.833,75	465.476.218,94	0,03
2016	123B	418.540.570,56	418.540.570,56	418.540.570,55	0,
2017	123B	596.571.141,89	553.642.289,24	553.642.289,23	42.928.852,65

Fonte SIOP.

Em relação aos desembolsos previstos e efetuados, o quadro a seguir consolida os cronogramas físico-financeiro dos contratos e termos aditivos em vigor e pagamentos realizados.



Fonte SIOP

No que se refere ao acompanhamento da execução, o Projeto KC-X conta com um Grupo de Acompanhamento e Controle situado nas instalações empresa EMBRAER, na cidade de São José dos Campos - SP. Essa Unidade tem por atribuições assessorar o Gerente do Projeto e Fiscais de Contratos, controlar o andamento das atividades contratadas, realizar avaliação de custos, análises técnicas e análises econômicas e financeiras entre outras.

Contratualmente, o Projeto de desenvolvimento de dois protótipos de uma aeronave de transporte militar e reabastecimento está estruturado em dois contratos administrativos e três acordos de compensação. Os prazos de execução, variação do valor contratado, valores desembolsados, bem como, as descrições resumidas dos instrumentos contratuais são apresentados a seguir:

Instrumento Contratual	**Contrato de Despesa nº 002/CTA-SDDP/2009**
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	EMBRAER S/A
Modalidade de Licitação	Inexigível. Caput do Art. 25 da Lei 8.666/93
Publicação	DOU nº 81, de 30 de abril de 2009.

O Contrato de Despesa nº 002/CTA-SDDP/2009, assinado em 14 de abril de 2009 com a empresa EMBRAER – EMPRESA BRASILEIRA DE AERONÁUTICA S.A., tem como objeto o fornecimento de dois protótipos da aeronave de transporte militar e reabastecimento, bem como, a prestação de serviços necessários para o gerenciamento da produção e montagem das aeronaves, entrega de documentação, relatórios de desenvolvimento e certificação, relatórios de voos de teste e de avaliação operacional e um pacote de dados de produto. O preço total acordado para a execução do objeto foi de R$ 3.028.104.951,07 nas CE ABR09.Atualmente o contrato está em seu 4º Termo Aditivo com um saldo contratual de R$ 74.232.717,86. Esta despesa será custeada por meio de recursos do Tesouro Nacional, na ação 123B - Desenvolvimento de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Toneladas - Projeto KC-X. O prazo de vigência foi postergado para outubro de 2018.

Instrumento Contratual	**1º TA ao Contrato de Despesa nº 002/CTA-SDDP/2009**
Publicação	DOU nº 244, de 21 de dezembro de 2011.

A alocação de recursos abaixo das necessidades previstas para o exercício culminou com a assinatura, em 20 de dezembro de 2011, do 1º TA ao Contrato de Despesa nº 002/CTA-SDDP/2009. Neste TA foram realizados ajustes no cronograma de desembolsos e alteração da denominação social da Contratada.

Instrumento Contratual	**2º TA ao Contrato de Despesa nº 002/CTA-SDDP/2009**
Publicação	DOU nº 97, de 23 de maio de 2014.

Com a entrada de parceiros estratégicos Argentina, Portugal e República Tcheca no desenvolvimento e na fabricação de segmentos estruturais do Projeto KC-X, o que resultou na revisão das tarefas e, nas novas obrigações assumidas com os fornecedores do sistema de trem de pouso, blindagem e parte do sistema de autoproteção, o Contrato de Despesa nº 002/CTA-SDDP/2009, por meio do 2º TA, firmado 22 de maio de 2014, teve seu preço total reduzido de R$ 3.028.104.951,07, nas CEABR09, para R$ 2.955.244.556,24. O prazo de vigência foi mantido em 14 de outubro de 2016.

Instrumento Contratual	**3º TA ao Contrato de Despesa nº 002/CTA-SDDP/2009**
Publicação	DOU nº 26, Seção 3, de 6 de fevereiro de 2015.

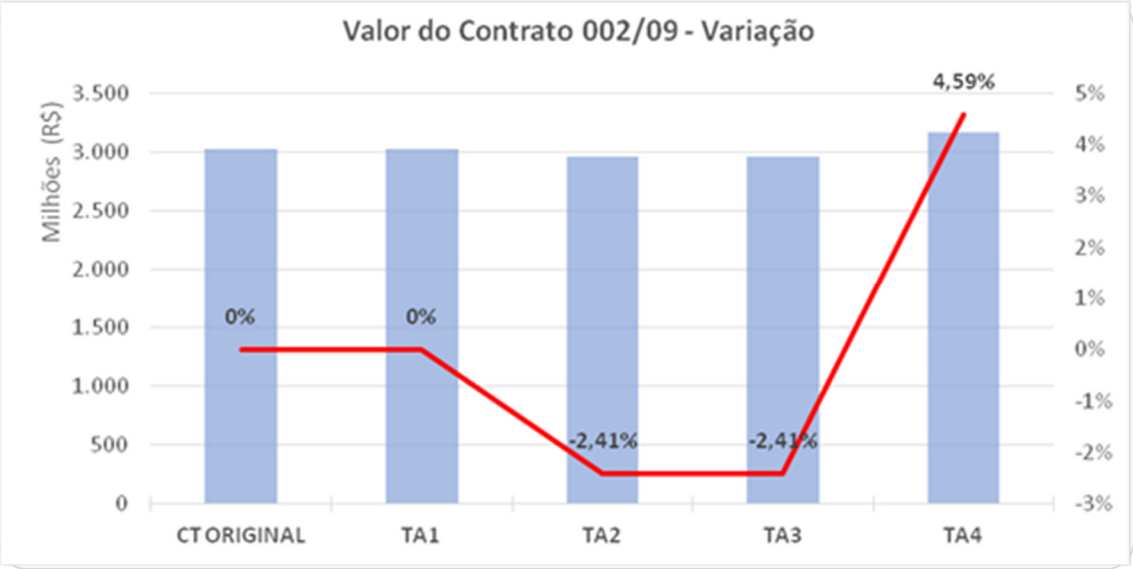
A necessidade de se reprogramar as entregas das etapas do Contrato nº 002/CTA-SDDP/2009 devido à baixa disponibilidade de recursos orçamentários sem, contudo, adiar objetivos importantes, tais como, a realização do primeiro voo da aeronave protótipo, originou o 3º TA ao Contrato de Despesa nº 002/CTA-SDDP/2009, firmado em 30 de dezembro de 2014.

No 3º TA foram realizados ajustes no custeio, aplicando as modificações dos valores anuais a serem desembolsados de acordo com a realidade orçamentária no CFF. Não houve alteração do preço total que permaneceu em R$ 2.955.244.556,24. A vigência do Contrato foi mantida em 14 de outubro de 2016.

Instrumento Contratual	**4º TA ao Contrato de Despesa nº 002/CTA-SDDP/2009**
Publicação	DOU nº 237, 11 de dezembro de 2015.

Devido a modificações técnicas inseridas em equipamentos do Projeto em desenvolvimento e o aumento de custos de serviços decorrentes do alongamento dos prazos, da adequação dos compromissos aos limites orçamentários impostos pela LOA 2015 e, ainda, a elevação do câmbio da moeda norte americana no ano de 2015, foi firmado, em 9 de dezembro de 2015, o 4º TA ao Contrato de Despesa nº 002/CTA-SDDP/2009. O preço total a ser pago para a execução do objeto passou de R$ 2.955.244.556,24 para R$ 3.166.969.050,59 e o prazo de vigência foi estendido para 14 de outubro de 2018.

O quadro abaixo apresenta a variação do valor contratado no decorrer do avançamento do projeto.



Fonte: COPAC.

Instrumento Contratual	**Contrato de Despesa nº 001/DCTA-COPAC/2011**
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	EAI - EMBRAER AVIATION INTERNATIONAL.
Modalidade de Licitação	Dispensável. Art. 24, Inciso IX da Lei 8.666/93, combinado com o Decreto Art. 1º, Inciso 1
Publicação	DOU nº 169, de 1º de setembro de 2011.

Em 4 de agosto de 2011 foi firmado o Contrato de Despesa nº 001/DCTA-COPAC/2011 com a empresa EAI para o fornecimento dos sistemas categoria "E" (CAT "E") para o desenvolvimento da aeronave KC-X. O preço total acordado foi de US$ 631,702,459.35 nas CE JAN11. Atualmente está em seu 3º Termo Aditivo com um saldo contratual de US$ 76,526,926.18. O prazo de vigência foi alongado para novembro de 2018.

As despesas decorrentes deste Contrato são custeadas pela ação orçamentária 123B - Desenvolvimento de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Toneladas - Projeto KC-X. O prazo de vigência deste Contrato estava programado para 4 de agosto de 2016.

Instrumento Contratual	**1º TA ao Contrato de Despesa nº 001/DCTA-COPAC/2011**
Publicação	DOU nº 211, de 31 de outubro de 2012.

O 1º TA ao Contrato de Despesa nº 001/DCTA-COPAC/2011, firmado em 19 de outubro de 2012, foi motivado pela necessidade de revisar o preço total do contrato, bem como de introduzir a relação detalhada dos bens constituintes dos Sistemas CAT "E", para o estágio de evolução do processo de desenvolvimento alcançado naquela ocasião.

O preço total foi reduzido passou de US$ 631,702,459.35 para US$ 589,213,228.88 nas – CE JAN11 sem alteração do prazo de vigência – 4 de agosto de 2016.

Instrumento Contratual	**2º TA ao Contrato de Despesa nº 001/DCTA-COPAC/2011**
Publicação	DOU nº 253, de 31 de dezembro de 2014.

Com a finalidade de adaptar o Contrato à disponibilidade de recursos orçamentários alocados ao Projeto no exercício de 2014 foi firmado o 2º TA ao Contrato de Despesa nº 001/DCTA-COPAC/2011 em 30 de dezembro de 2014. Este 2º TA dilatou os prazos de execução e vigência do referido Contrato, reprogramando as entregas das etapas para exercícios futuros. Foram realizados ajustes na composição de entregáveis, tanto em razão das modificações técnicas mandatórias, demandadas pela evolução do processo de desenvolvimento, quanto em função das adaptações nas etapas recebidas parcialmente e que por razões técnicas, devidamente fundamentadas e autuadas em processo, são consideradas suficientes para atender as necessidades e exigências do processo de desenvolvimento.

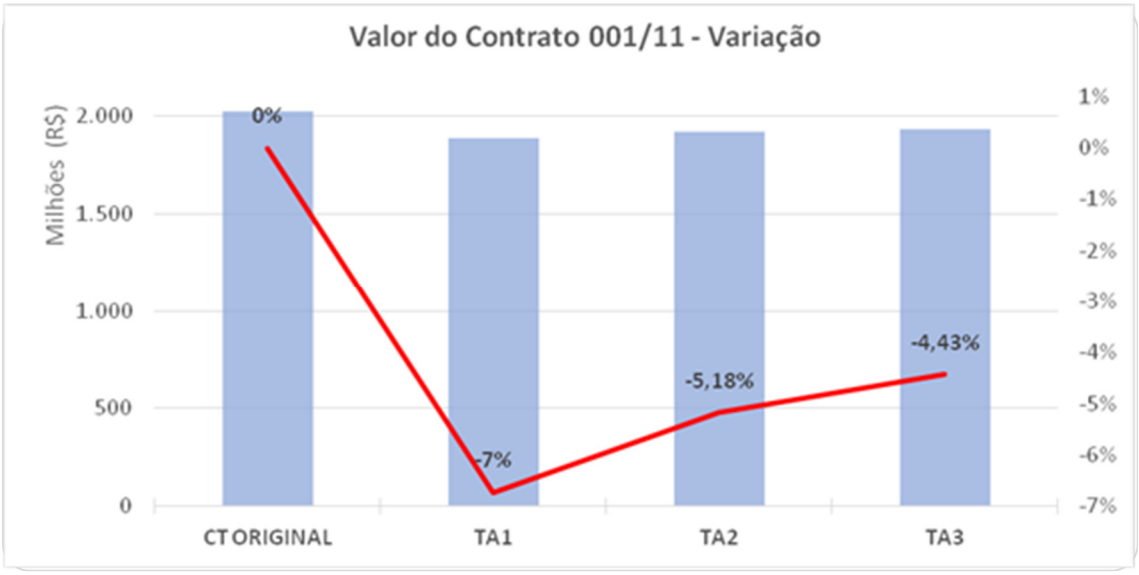
O preço total a ser pago sofreu reajuste passando de US$ 589,213,228.88 para US$ 598,967,691.76 nas CE JAN11. Já o prazo de vigência foi estendido para 4 de fevereiro de 2017.

Instrumento Contratual	**3º TA ao Contrato de Despesa nº 001/DCTA-COPAC/2011**
Publicação	DOU nº 237, de 11 de dezembro de 2015.

O 3º TA ao Contrato de Despesa nº 001/DCTA-COPAC/2011, firmado em 9 de dezembro de 2015, foi motivado pela necessidade de incorporação de modificações técnicas mandatórias, demandadas pela evolução do processo de desenvolvimento e pela alta desvalorização do Real frente ao Dólar. As etapas previstas no cronograma para 2015 foram reprogramadas para 2016, 2017 e 2018. O preço total a ser pago à Contratada foi reajustado para US$ 603,715,011.78 e o prazo de vigência estendido para 4 de novembro de 2018.

Para compensar as importações de materiais necessários ao desenvolvimento do Projeto KC-X, foram firmados os acordos de compensação 001/DCTA-COPAC/2013 com a empresa BAE SYSTEMS CONTROLS INC, 004/DCTA-COPAC/2013 com a empresa Rockwell Collins e 003/DCTA-COPAC/2014 com a empresa Thales Avionics SAS.

O quadro abaixo apresenta a variação do valor contratado no decorrer do avançamento do projeto.



Fonte: COPAC.

Instrumento Contratual	**Acordo de Compensação nº 001/DCTA-COPAC/2013**
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	BAE SYSTEMS
Contrato Associado	001/DCTA-COPAC/2011
Modalidade de Licitação	Lei 8.666/93 1
Publicação	DOU nº 6, de 9 de janeiro de 2014.

O Acordo de Compensação nº 001/DCTA-COPAC/2013, firmado em 31 de dezembro de 2013, com a empresa BAE SYSTEMS CONTROLS INC. tem por finalidade estabelecer as responsabilidades das partes envolvidas para a concretização dos diversos Projetos de Compensação, os quais integrarão os Planos de Aplicação de Compensação vinculados aos Contratos Associados, firmados para o fornecimento dos Sistemas Categoria "E". Do valor da obrigação de US$ 47,105,372.00 já foram reconhecidos US$ 11,673,600.00 dos créditos. Saldo a reconhecer US$ 35,431,772,00. Com data de encerramento prevista para 31 de dezembro de 2019 teve como beneficiários as empresas TAM MR e EMBRAER S.A. Contrato comercial associado nº 001/DCTA-COPAC/2011.

Instrumento Contratual	**Acordo de Compensação nº 004/DCTA-COPAC/2013**
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	ROCKWELL COLLINS.
Contrato Associado	001/DCTA-COPAC/2011
Modalidade de Licitação	Lei 8.666/93 1
Publicação	DOU nº 6, de 9 de janeiro de 2014.

O Acordo de Compensação nº 004/DCTA-COPAC/2013, firmado em 14 de novembro de 2013, com a empresa Rockwell Collins. Tem por finalidade estabelecer as responsabilidades das partes envolvidas para a concretização dos diversos Projetos de Compensação, os quais integrarão os Planos de Aplicação de Compensação vinculados aos Contratos Associados, firmados para o fornecimento dos Sistemas Categoria Estratégica. Do valor da obrigação de US$ 67,965,430.40 já foram reconhecidos US$ 9,120,000.00 dos créditos. Saldo de crédito a reconhecer US$ 58,845,430.40. Com data de encerramento prevista para 31 de dezembro de 2036 teve como beneficiários as empresas Rockwell Collins do Brasil, Ael, Jabil Brasil. Contrato comercial associado nº 001/DCTA-COPAC/2011.

Instrumento Contratual	**Acordo de Compensação nº 003/DCTA-COPAC/2014**
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	THALES AVIONICS SAS
Contrato Associado	001/DCTA-COPAC/2011
Modalidade de Licitação	Lei 8.666/93
Publicação	DOU nº 6, de 9 de janeiro de 2015.

O Acordo de Compensação nº 003DCTA-COPAC/2014, firmado em 11 de dezembro de 2014, com a empresa Thales Avionics SAS. Tem por finalidade estabelecer as responsabilidades das partes envolvidas para a concretização dos diversos Projetos de Compensação, os quais integrarão os

Planos de Aplicação de Compensação vinculados aos Contratos Associados, firmados para o fornecimento dos Sistemas Categoria "E". O valor da obrigação acordado foi de US$ 28,350,860.00. Saldo de créditos a reconhecer US$ 28,350,860.00. Com data de encerramento prevista para 31 de dezembro de 2018 teve como beneficiário a empresa TAP-ME. Contrato comercial associado nº 001/DCTA-COPAC/2011.

Instrumento Contratual	**1º TA ao Acordo de Compensação nº 003/DCTA-COPAC/2014**
Publicação	DOU nº 244, de 21 de dezembro de 2017.

O 1º TA ao Acordo de Compensação nº 003/DCTA-COPAC/2014, firmado em 19 de dezembro de 2017, foi motivado pela necessidade de reestruturação do Projeto de compensação e as etapas da transação de compensação e extensão do prazo de vigência de forma a permitir a conclusão de todos os Projetos de compensação que integram o respectivo programa de aplicação de compensação, bem como, o processo de reconhecimento dos respectivos créditos de compensação. O prazo de vigência foi postergado para 31 de dezembro de 2018 e alterado o Anexo I – Plano de Compensação para reestruturar o Projeto de Compensação, convertendo os *milestones* em transações de compensação apropriadas a cada atividade. As demais cláusulas foram mantidas.

7 Projeto CL-X2



O Projeto CL-X2 visa a aquisição de três aeronaves modelo CASA 295, na configuração *Search and Rescue* (SAR), destinadas às missões de busca e salvamento. O processo de aquisição foi iniciado por meio do Pedido de Oferta para quatro aeronaves emitido em abril de 2009. Devido a restrições de ordem orçamentária o processo de aquisição foi suspenso e reiniciado em 2 de setembro de 2013 com a redução de uma aeronave.

No ano de 2014 foi celebrado o contrato para a aquisição de três aeronaves que, devido a restrições orçamentárias no exercício de 2015 sofreu alterações em seu cronograma físico-financeiro com a postergação da entrega das aeronaves. Este alongamento nos prazos ocasionou um acréscimo de EUR 4.440.201,50.

Com o corte de R$ 40 milhões que estavam destinados ao Projeto no ano de 2016 houve a necessidade de se reduzir a quantidade de três para duas aeronaves.

Em dezembro de 2017 a terceira aeronave foi reincluída juntamente com incorporação da capacidade de reabastecimento em voo nas três aeronaves. Esta alteração do objeto, juntamente com um maior aporte orçamentário de R$ 31,5 milhões, culminou com a assinatura do 3º Termo Aditivo, em 19 de dezembro de 2017, aumentando o valor total do contrato em EUR 31.451.481,99.

A aeronave CASA 295, versão SAR, está equipada com recursos de varredura eletrônica dedicados às missões de busca e salvamento. Dentre os equipamentos, três itens farão total diferença na operação atualmente realizada de maneira visual: radar com abertura sintética, imageamento por infravermelho (FLIR) e integração de sistemas (FITS). Outro item que vai aumentar a eficiência e a probabilidade de detecção é a estação de solo chamada de Centro de Suporte da Missão (*MSC – Mission Support Centre*) que recebe em tempo real todas as informações enviadas pela aeronave em voo, independentemente de onde estiver no globo terrestre. Este avião vai reforçar as ferramentas da FAB para cumprir as missões de busca e salvamento estabelecidas pelo **Anexo 12 da Convenção de Chicago**, de 1994. Por acordos internacionais, está sob a responsabilidade do Brasil o **controle do espaço aéreo de 22 milhões de Km2**.

A entrega das aeronaves sofreu as seguintes alterações, de acordo com o 3º Termo Aditivo: 1ª aeronave – entregue em junho de 2017 e Boletim de Serviço para instalação da capacidade reabastecimento em voo a ser entregue em março de 2020; 2ª aeronave – alterada de maio de 2019 para outubro de 2019; e 3ª aeronave – alterada de cancelada para entrega em outubro de 2020.

As etapas e atividades concluídas demonstram que o cronograma contratual está sendo cumprido conforme o planejamento, porém os constantes cortes orçamentários sofridos pelo Projeto, obrigam a renegociações e ajustes de prazos e valores, por meio de novos termos aditivos, para manutenção do equilíbrio econômico do contrato.

A primeira aeronave do Projeto foi recebida em 16 de junho de 2017, nas instalações da AIRBUS em Sevilha, com a presença dos Exmos. Srs. Ministro da Defesa e Comandante da Aeronáutica.

O Centro de Apoio à Missão foi recebido e está armazenado no 2º/10º GAV, aguardando o término das instalações.

Estão previstos para 2018: o 1º, 2º, 3º e 4º pagamentos referentes ao suporte logístico, pagamento do 1º ano do FSR (*field support representative*), a realização da Avaliação Operacional e pré-pagamentos da 2ª e 3ª aeronaves.

Foi assinado o 3º Termo Aditivo ao Contrato 001/DCTA-COPAC/2014, em 19 de dezembro de 2017, que reincluiu a 3ª aeronave e incluiu a capacidade de Reabastecimento em Voo nas três aeronaves no objeto contratual.

Os recursos orçamentários para o Projeto CL-X2 são provenientes da ação orçamentária 20XV - Operação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro – SISCEAB. A necessidade de recursos para atendimento das demandas contratuais para o ano de 2017 era de R$ 109.656.809,47. O Plano de Ação do Comando da Aeronáutica de 2017 alocou ao Projeto o montante de R$ 120.000.000,00 na ação 20XV. Este montante foi majorado ao longo do exercício.

Conforme dados registrados no SIOP foi empenhado o valor de R$ 156.123.981,00, liquidado R$ 155.446.752,35 e pago R$ 155.446.752,00. O custo total do Projeto atualizado está em EUR 184.658.245,95. O prazo de execução foi alongado passando de 31/12/2021 para 16/06/2023.

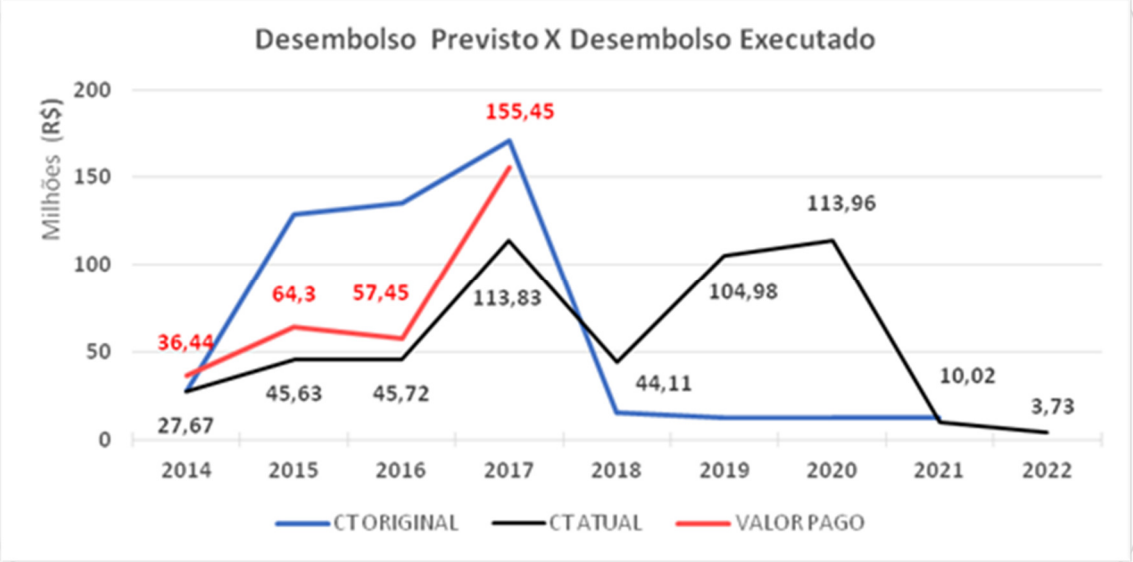
Os valores empenhados, liquidados e pagos, conforme dados registrados no SIOP são apresentados no quadro abaixo:

Execução Orçamentária e Financeira

Exercício	Ação	Empenhado	Liquidado	Pago	Restos a pagar
2014	20XV	41.999.999,99	36.435.321,47	36.435.321,47	5.564.678,52
2015	20XV	66.181.035,34	64.298.306,85	64.298.306,85	1.882.728,49
2016	20XV	57.445.945,93	57.445.945,93	57.445.945,93	0,
2017	20XV	156.123.980,5	155.446.752,35	155.446.752,36	677.228,15

Fonte SIOP.

Em relação aos desembolsos previstos e efetuados, o quadro a seguir consolida os cronogramas físico-financeiro dos contratos e termos aditivos em vigor e pagamentos realizados.



Fonte: COPAC.

O Percentual de execução física e financeira acumuladas no final do exercício de 2017 ficaram em 39,80% e 45,68% respectivamente.

No que se refere ao acompanhamento e controle da execução, o Projeto CL-X2 conta com um Grupo de Acompanhamento e Controle situado nas instalações da empresa EUROCOPTER, na

cidade de Sevilha - Espanha. Esta Unidade tem por atribuições assessorar o Gerente do Projeto e Fiscais de Contratos, controlar o andamento das atividades contratadas, realizar avaliação de custos, análises técnicas e análises econômicas e financeiras entre outras.

Contratualmente, o Projeto de aquisição das aeronaves modelo CASA 295 SAR (*Search and Rescue*), destinadas às missões de busca e salvamento está estruturada em um contrato administrativo e um acordo de compensação. Os prazos de execução, variação do valor contratado, valores desembolsados, bem como, as descrições resumidas dos instrumentos contratuais são apresentados a seguir:

Instrumento Contratual	**Contrato de Despesa nº 001/DCTA-COPAC/2014**
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	EADS CONSTRUCIONES AERONÁUTICAS S.A. SOCIEDAD UNIPERSONAL
Modalidade de Licitação	Dispensável nos Termos do Art. 24, XIX, da Lei 8.666/93
Publicação	DOU nº 84, de 6 de maio de 2014.

O Contrato de Despesa nº 001/DCTA-COPAC/2014, assinado em 30 de abril de 2014 com a empresa EADS Construcciones Aeronáuticas S.A., tem como objeto o fornecimento de três aeronaves CASA – 295 na versão de Busca e Resgate (SC 105), o fornecimento de equipamentos de apoio de solo, publicações técnicas, conjunto de peças de reposição, treinamento, assistência técnica e fornecimento de serviços e materiais referentes ao *full in service* – FISS. Com valor total de EUR 184.658.245,95, atualmente está em seu 3º Termo Aditivo com saldo contratual de EUR 100.291.590,48. O prazo de vigência foi postergado para 16 de junho de 2023.

Instrumento Contratual	**1º TA ao Contrato de Despesa nº 001/DCTA-COPAC/2014**
Contratada	AIRBUS DEFENCE AND SPACE, S.A.U.
Publicação	DOU nº 240, de 16 de dezembro de 2015.

O Preço total acordado para a execução do objeto foi de EUR 186.765.476,00 (CE MAR14). Esta despesa está sendo custeada pela ação orçamentária 20XV, a qual custeia o SISCEAB. O DECEA, órgão central do Sistema de Busca e Salvamento Aeronáutico (SISSAR), é a organização responsável pela sustentação normativa, coordenação e supervisão operacional das atividades de busca e salvamento, na área de responsabilidade do País. Por meio da Divisão de Busca e Salvamento (D-SAR), o DECEA gerencia toda a atividade de busca e salvamento aeronáutico. Não há Contrato de financiamento externo para esta aquisição.

O fim da vigência deste Contrato estava programado para ocorrer em 31 de dezembro de 2021.

Devido a mudanças da denominação social da empresa EADS Construcciones Aeronáuticas SA para Airbus Defense and Space - ADS e da redução de R$ 50.000.000,00 do orçamento planejado para o Projeto, foi assinado em 9 de novembro de 2015, o 1º TA ao Contrato de Despesa nº 001/DCTA-COPAC/2014.

Em decorrência desta redução orçamentária, houve a necessidade de se prorrogar a execução contratual até 1º de novembro de 2022 e a vigência contratual até 1º de maio de 2023. O cronograma de entrega das etapas remanescentes foi adequado aos custos de postergação. Com isso o preço total, para a execução do objeto, passou para EUR 191.205.686,00 nas (CE MAR14) e o cronograma de entrega das aeronaves alterado para:

1ª aeronave – de dezembro de 2016 para maio de 2017;

2ª aeronave – de outubro de 2017 para maio de 2018; e

3ª aeronave – de dezembro de 2017 para maio de 2019.

Instrumento Contratual	**2º TA ao Contrato de Despesa nº 001/DCTA-COPAC/2014**
Contratada	AIRBUS DEFENCE AND SPACE, S.A.U.
Publicação	DOU nº 240, de 16 de dezembro de 2016.

O 2º TA ao Contrato de Despesa nº 001/DCTA-COPAC/2014, ocorreu em 12 de dezembro de 2016, teve por causa das graves restrições orçamentárias impostas ao Comando da Aeronáutica fruto da crise econômica severa pela qual passava o país. Foram iniciadas as ações para identificar os impactos provenientes deste corte. O Projeto foi contemplado com o montante de R$ 60.000.000,00 para as despesas do ano de 2016 o que inviabilizou o pagamento integral das obrigações do corrente ano. Em virtude do valor alocado inferior ao previsto para o exercício, houve a necessidade de se reduzir o objeto de três para duas aeronaves e a adequação completa do cronograma físico-financeiro, assim como, a reconfiguração de toda a tabela de itens entregáveis e seus respectivos prazos de execução. A redução do objeto implicou na alteração dos valores contratados e na modificação de toda a estrutura de produção, o que acarretou a diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração.

Em decorrência da redução do objeto contratual associada à prorrogação de prazos, o preço total para a execução do objeto foi ajustado para EUR 153.206.763,96 e o prazo de vigência estendido para 1º de maio de 2023. As entregas das aeronaves sofreram as seguintes alterações:

1ª aeronave – maio de 2017 para junho de 2017;

2ª aeronave – maio de 2018 para maio de 2019; e

3ª aeronave – cancelada.

Em relação ao comportamento dos requisitos de performance do produto, não houve alteração das características técnicas, logísticas, industriais e de desempenho estabelecidas pelo EMAER que implicassem em majoração de Preço.

Instrumento Contratual	**3º TA ao Contrato de Despesa nº 001/DCTA-COPAC/2014**
Contratada	AIRBUS DEFENCE AND SPACE, S.A.U.
Publicação	DOU nº 243, de 20 de dezembro de 2017.

O 3º TA ao Contrato de Despesa nº 001/DCTA-COPAC/2014, ocorreu em 19 de dezembro de 2017, teve por finalidade incluir a 3ª aeronave e alterar o Projeto e especificações técnicas para a incorporação da capacidade de reabastecimento em voo nas três aeronaves. Foram alteradas a quantidade inicial de aeronave, custeio e sua forma de pagamento, ajuste das garantias financeiras, ajuste dos prazos de execução e vigência, anexos contratuais, e ainda, o suporte logístico associado.

O prazo de execução contratual foi estendido para 16 de dezembro de 2022 e a vigência do contrato para 16 de junho de 2023. Houve um aumento do valor total do contrato de EUR 31.451.481,99. Valor total contratado EUR 184.658.245,95.

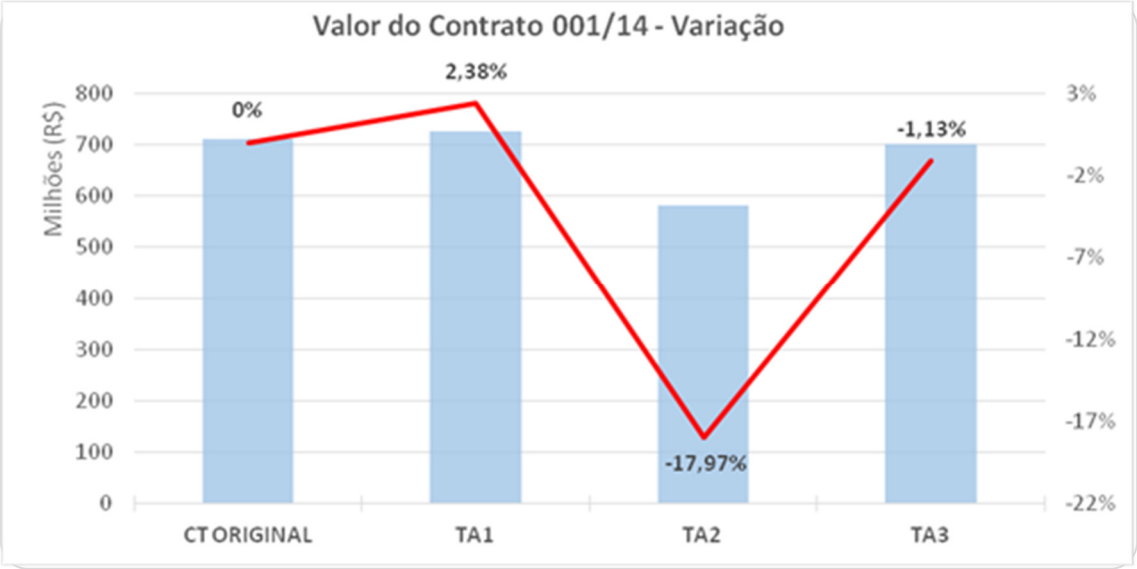
As entregas das aeronaves sofreram as seguintes alterações, de acordo com o 3º TA:

1ª aeronave – aeronave entregue em junho de 2017;

2ª aeronave – alterada de maio de 2019 para outubro de 2019; e

3ª aeronave – entrega prevista para outubro de 2020.

A variação dos valores do contrato nº 001/DCTA-COPAC/2014 são apresentadas abaixo.



Fonte: COPAC.

Instrumento Contratual	**Acordo de Compensação nº 002/DCTA-COPAC/2014**
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	Airbus
Contratos Associados	001/DCTA-COPAC/2014
Modalidade de Licitação	Lei 8.666/93
Publicação	DOU nº 119, de 25 de junho de 2014.

Para compensar as importações de materiais e serviços aplicados nas aeronaves do Projeto CL-X2 foi celebrado, em 17 de junho de 2014, o Acordo de Compensação nº 002/DCTA-COPAC/2014 com a empresa Airbus.

O valor da obrigação acordado foi de EUR 190.240.175,00 que corresponde ao valor do Contrato associado nº 001/DCTA-COPAC/2014. Do montante de EUR 190.240.175,00 foram reconhecidos EUR 57.955.338,00. Saldo acordado a reconhecer EUR 132.284.837,00 Com encerramento previsto para 31 de dezembro de 2021 tem como beneficiários o DCTA, a Diretoria de Saúde da Aeronáutica (DIRSA), Universidades Brasileiras e a empresa *Liebherr* do Brasil.

8 Projeto KC-390



O Projeto KC-390 tem por objetivo a aquisição de aeronaves de transporte militar e reabastecimento em voo para complementar e eventualmente substituir as aeronaves de transporte de tropa e carga C/KC-130 da FAB.

O Projeto KC-X de desenvolvimento de uma aeronave de transporte militar e reabastecimento em voo já contemplava, desde o seu início, a orientação para a aquisição das aeronaves de série que comporão a nova frota da FAB. O EMAER, após as devidas deliberações, decidiu pela retificação do Requisito Operacional - ROP EMAER 66 fixando em 28 aeronaves a serem adquiridas.

Em 29 de julho de 2013, o EMAER informou a criação da Ação Orçamentária específica 14XJ - Aquisição de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Toneladas - Projeto KC-390, inscrita no PAC e determinou à COPAC o início do processo para a aquisição das aeronaves e do suporte logístico inicial associado. Não há Contrato de Financiamento para esta aquisição.

A necessidade de recursos para atendimento das demandas contratuais para o ano de 2017 era de R$ 463.254.852,00. A LOA 2017 disponibilizou na ação 14XJ o montante de R$ 410.454.852,00. Os valores empenhados, liquidados e pagos, conforme dados registrados no SIOP no período de 2014 a 2017 são apresentados no quadro abaixo:

Execução Orçamentária e Financeira

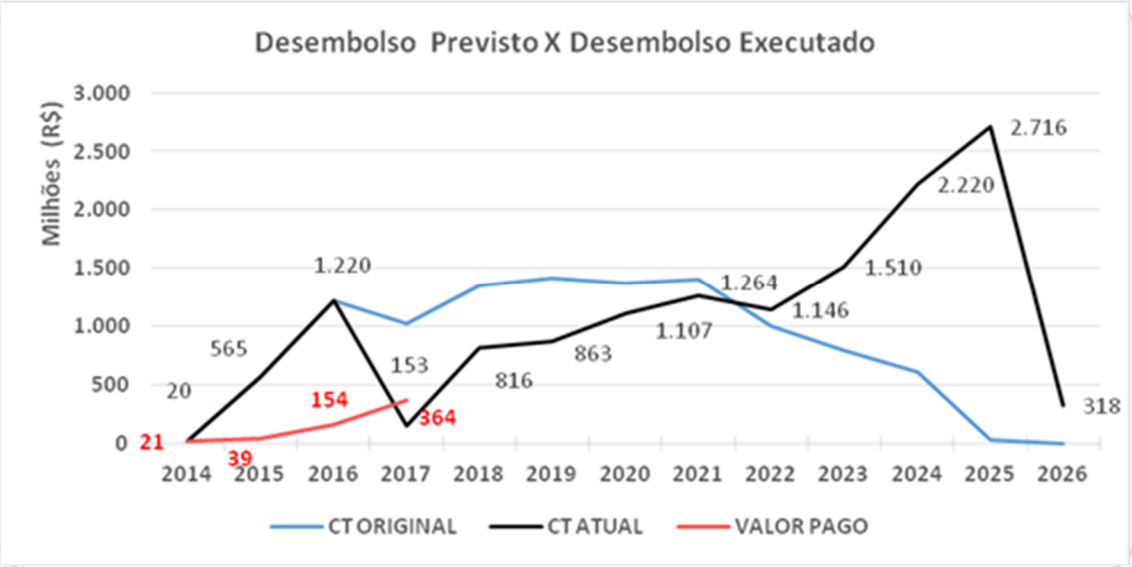
Exercício	Ação	Empenhado	Liquidado	Pago	Restos a Pagar
2014	14XJ	20.510.115,12	20.510.115,12	20.510.115,12	0,00
2015	14XJ	150.575.757,	145.149.908,13	39.107.439,1	5.425.848,87
2016	14XJ	153.928.087,69	153.928.087,69	153.928.087,69	0,00
2017	14XJ	410.624.051,53	364.350.194,52	364.350.194,52	46.273.857,01

Fonte SIOP.

Foram empenhados no exercício de 2017 o montante de R$ 410.454.851,25 e liquidado e pago a quantia de R$ 382.043.725,31. Estes dados diferem dos registrados no SIOP, empenhado R$ 410.624.051,53 e liquidado e pago R$ 364.350.194,52, devido à variação cambial no processo de execução orçamentária, realizado pelo SIAFI.

O Percentual de execução física acumulada ao final de 2017 ficou em 2,69%. Quanto à execução financeira acumulada no final do exercício de 2017 apurou-se que o Contrato 010/2014 atingiu 4,35% e o Contrato 002/2014 atingiu 6,50%. O custo total do Projeto atualizado está em R$ 12.547.826.624,89. O prazo de execução inicialmente programado para 20 de março de 2026 foi alongado para 20 de setembro de 2026.

Em relação aos desembolsos previstos e efetuados, o quadro a seguir consolida os cronogramas físico-financeiro dos contratos e termos aditivos em vigor e pagamentos realizados.



Fonte: COPAC.

No que se refere ao acompanhamento e controle da execução, o Projeto KC-390 conta com um Grupo de Acompanhamento e Controle situado nas instalações da empresa EMBRAER S.A., na cidade de São José dos Campos - SP. Essa Unidade tem por atribuições assessorar o Gerente do Projeto e Fiscais dos Contratos, controlar o andamento das atividades contratadas, realizar avaliação de custos, análises técnicas e análises econômicas e financeiras entre outras.

Contratualmente, o Projeto de aquisição das aeronaves modelo KC-390, destinadas às missões de transporte militar e reabastecimento em voo, está estruturado em dois contratos administrativos. Os prazos de execução, variação do valor contratado, valores desembolsados, bem como, as descrições resumidas dos instrumentos contratuais são apresentadas a seguir:

Instrumento Contratual	**Contrato de Despesa nº 010/DCTA-COPAC/2014**
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	EMBRAER S/A
Modalidade de Licitação	Inexigível. Caput do Art. 25 da Lei 8.666/93
Publicação	DOU nº 114, de 17 de junho de 2014.

Em função dos prazos envolvidos na aquisição dos sistemas e materiais necessários para a produção das aeronaves de série e também na possibilidade de se manter linha de produção com o aproveitamento das equipes, evitando a ociosidade da linha e despesas com custos de desmobilização e remobilização, foi firmado em 20 de maio de 2014, o Contrato de Despesa nº 010/DCTA-COPAC/14 com a empresa EMBRAER S.A. Tendo como objeto o fornecimento de 28 aeronaves de carga e reabastecimento em voo, denominada aeronave KC-390, ao preço total de R$ 7.255.869.086,00, nas CE ABR14. Atualmente está em seu 2º Termo Aditivo e saldo contratual de R$ 2.538.520.950,49.

Todas as despesas decorrentes deste Contrato serão custeadas pela ação orçamentária 14XJ – Aquisição de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Toneladas – Projeto KC-390. O prazo de vigência acordado foi alongado para 20 de setembro de 2026.

Instrumento Contratual	**1º TA ao Contrato de Despesa nº 010/DCTA-COPAC/2014**
Publicação	DOU nº 190, de 2 de outubro de 2014.

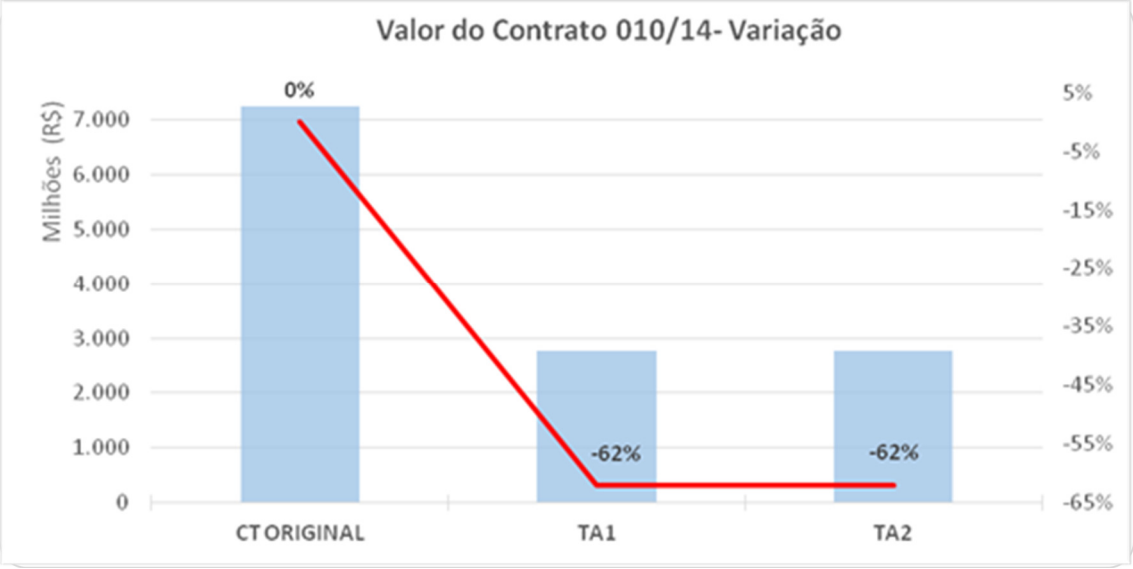
Devido a necessidade de se adequar os termos e condições para a prestação dos serviços e o fornecimento dos bens previstos na CLÁUSULA 1ª – OBJETO, foi firmado o 1º TA ao Contrato de Despesa 010/DCTA-COPAC/2014, em 29 de setembro de 2014. Do escopo do objeto foram retirados os insumos de origem estrangeira face ao cenário projetado de volatilidade cambial com tendência de alta e o histórico de limitações orçamentárias. O valor contratado foi reduzido para R$ 2.761.163.577,22. Paralelamente a esta readequação foi firmado o Contrato nº 002/DCTA-COPAC/2014, com a Embraer Aviation International - EAI, tendo a Embraer como solidária, para fornecer os insumos importados para a produção das 28 (vinte e oito) Aeronaves KC-390, bem como os insumos importados para a composição de uma Lista de Aprovisionamento Inicial – LAI.

O prazo de vigência passou de 142 para 148 meses findando em 20 de setembro de 2026. O prazo de execução também foi alterado passando de 136 para 142 meses.

Instrumento Contratual	**2º TA ao Contrato de Despesa nº 010/DCTA-COPAC/2014**
Publicação	DOU nº 240, de 15 de dezembro de 2016.

Os valores aprovados na LOA 2015 e 2016, na ação orçamentária 14XJ foram insuficientes para suportar os desembolsos contratados. Devido a estas restrições foi realizada a adequação do CFF e a alteração do custeio do Contrato para os exercícios subsequentes. A data de vigência foi mantida em 20 de setembro de 2026 assim como foi mantido o preço de R$ 2.761.163.577,22.

Com a retirada dos materiais de origem estrangeira do escopo do OBJETO, este contrato teve seu valor suprimido em 62%. Estes insumos passaram a ser fornecidos pelo Contrato nº 002/DCTA-COPAC/2014 cujo OBJETO é o fornecimento dos insumos importados para a produção de 28 (vinte e oito) aeronaves de carga e reabastecimento em voo e dos insumos importados para a composição de uma Lista de Aprovisionamento Inicial – LAI.



Fonte: COPAC.

Instrumento Contratual	**Contrato de Despesa nº 002/DCTA-COPAC/2014**
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	EMBRAER AVIATION INTERNATIONAL EAI
Modalidade de Licitação	Inexigível. Caput do Art. 25 da Lei 8.666/93
Publicação	DOU nº 190, de 2 de outubro de 2014.

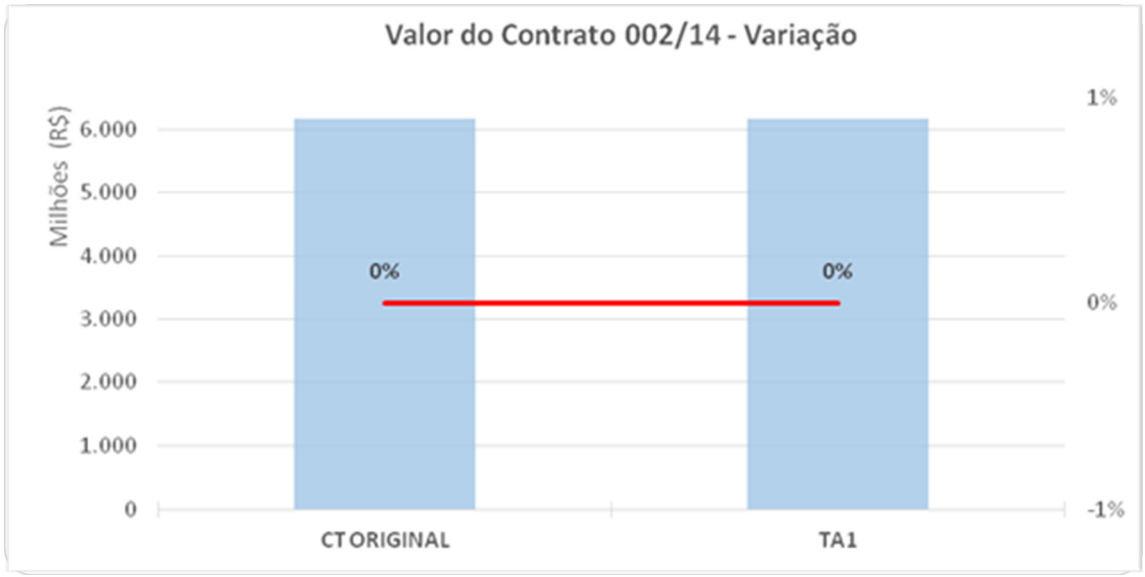
O Contrato de Despesa nº 002/DCTA-COPAC/14, firmado em 30 de setembro de 2014 com a empresa EAI, tem como objeto o fornecimento de insumos importados para a produção de 28 aeronaves KC-390, fornecimento de insumos importados para a composição de uma Lista de Aprovisionamento Inicial e de equipamentos de apoio no solo. O fornecimento destes insumos inicialmente previstos no Contrato de Despesa 010/DCTA-COPAC/2014 foram retirados por meio do 1º TA ao Contrato de Despesa 010/DCTA-COPAC/2014, devido ao cenário projetado de volatilidade cambial com tendência de alta e o histórico de limitações orçamentárias.

O preço total acordado ficou em US$ 1,925,704,094.68 nas CE SET14, atualmente está em seu 1º Termo Aditivo e saldo contratual de US$ 1,788,907,508.24. Esta despesa é custeada pela ação orçamentária 14XJ - Aquisição de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Toneladas – Projeto KC-X. A vigência deste Contrato foi postergada para 20 de setembro de 2026.

Instrumento Contratual	**1º TA ao Contrato de Despesa nº 002/DCTA-COPAC/2014**
Publicação	DOU nº 238, de 13 de dezembro de 2016.

Devido a restrições de ordem orçamentária e financeira nos exercícios de 2015 e 2016 houve a necessidade de se adequar o cronograma de desembolsos o que foi realizado por meio do 1º TA ao Contrato de Despesas nº 002/DCTA-CPAC/2014, firmado em 12 de dezembro de 2016.

O preço total acordado de US$ 1,925,704,094.68, nas CE SET14, foi mantido. O prazo de execução foi reprogramado para 20 de março de 2026 e a vigência deste Contrato foi estendida para 20 de setembro de 2026. Não houve variação de valor contratado.



Fonte: COPAC.

9 Projeto Link-BR2



A finalidade do Projeto denominado Link-BR2 consiste na prestação de serviços e no fornecimento de bens, necessários para o desenvolvimento, a integração, a validação e o fornecimento de um sistema tático de enlace de dados baseado no conceito operacional do sistema de comunicações por enlaces digitais da Aeronáutica e que contenha o protocolo LINK BR2, por meio do Contrato nº 033/DCTA-COPAC/2012 (CNT 033/12).

Com o surgimento de complexos cenários de operação, de alterações na concepção de emprego aéreo e do uso crescente do enlace de dados, surgiu a necessidade de se aumentar a capacidade de consciência situacional de pilotos e a eficiência dos mecanismos de Comando e Controle da Força Aérea Brasileira. Essa necessidade levou à concepção de um sistema que permitisse a integração de informações provenientes de diversos sensores e plataformas, em uma rede compartilhada, denominado SISCENDA (Sistema de Comunicações por Enlaces Digitais da Aeronáutica).

O SISCENDA prevê a existência de um subsistema tático de enlace de dados, denominado LINK BR2, composto por protocolos, equipamentos de radiocomunicação, hardware e software, responsável pelo estabelecimento de comunicações de dados em rede.

A falta de recursos para o atendimento das necessidades do Projeto tem sido recorrente e acarretou a postergação do término do mesmo, prejudicando consideravelmente a operacionalidade da Força Aérea Brasileira. É importante destacar que outros Projetos de interesse da Força (E-99M e FX-2) têm seu cronograma de desenvolvimento inter-relacionado com este, de forma que atrasos no Projeto Link BR2 poderão implicar atrasos naqueles.

O Cronograma Físico-Financeiro do Termo Aditivo (TA) nº 3 previa o pagamento de R$ 41.068.049,85 no ano de 2016 e R$ 41.468.718,61 no ano de 2017. Em decorrência do déficit orçamentário de 2016, as etapas daquele ano que possuíam crédito vinculado totalizaram R$ 2.230.826,90 e a LOA 2017 apresentou valores que seriam suficientes para pagar somente as etapas que totalizavam R$ 10.134.643,83 do exercício em comento. Logo, o déficit no contrato, nos anos de 2016 e 2017, no valor de R$ 70.171.297,73, precisou ser realocado nos anos vindouros. Com isso, foram realizadas tratativas com a empresa Contratada, Mectron, com o fito de adequar o Contrato com a realidade orçamentária, através da celebração do TA nº 4, em 20 MAR 2017, que implicou a postergação nas entregas de etapas, no final do Projeto, em 30 meses.

O Projeto Link-BR2 não possui ação específica sendo apoiado pela ação orçamentária 20XB - Pesquisa, Desenvolvimento no Setor Aeroespacial e 20IH – Modernização e Revitalização de Aeronaves e Sistemas Embarcados. A necessidade de recursos para atendimento das demandas contratuais para o ano de 2017 era de R$ 14.216.300,69. O Plano de Ação do COMAER disponibilizou na ação 20XB o montante de R$ 1.000.000,00 que, após sofrer corte resultou numa disponibilidade de R$ 55.555,56. Este valor foi totalmente empenhado sem, contudo, ser liquidado.

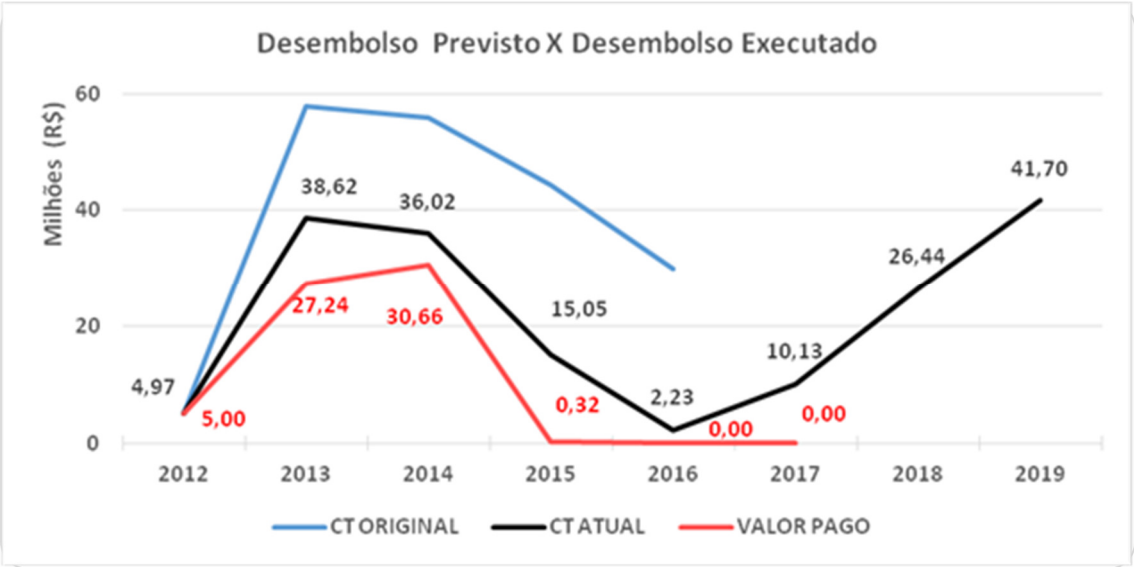
Os valores empenhados, liquidados e pagos no período de 2013 a 2017, nas ações orçamentárias 20IH e 20XB são apresentados no quadro abaixo:

Execução Orçamentária e Financeira

Exercício	Ação	Empenhado	Liquidado	Pago	Restos a Pagar
2013	20IH	38.618.374,30	36.542.049,15	27.242.064,13	2.076.325,15
2014	20IH	31.122.668,00	30.663.231,98	30.663.231,98	459.436,02
2015	20IH	16.650.000,00	4.584.039,43	321.485,87	12.065.960,57
2016	20XB	3.023.216,69	0,00	0,00	3.023.216,69
2017	20XB	55.555,56	0,00	0,00	55.555,56

Fonte SIOP

A relação entre desembolsos previstos contratualmente e efetuados é apresentada no quadro abaixo:



Fonte: COPAC.

Em 26 de maio de 2017, foi assinado o TA nº 5 ao contrato em pauta, para fins de, dentre outros, substituir a empresa contratada MECTRON pela empresa MECTRON COMM, em virtude de reestruturação societária sofrida por aquela.

O Percentual de execução física e financeira acumuladas no final do exercício de 2017 ficaram em 22% e 40,81% respectivamente. O custo total do Projeto atualizado está em R$ 287.316.670,89.

No que se refere ao acompanhamento da execução, o Projeto Link-BR2 conta com um Grupo de Acompanhamento e Controle situado nas instalações da empresa Embraer, em São José dos Campos - SP. Esta Unidade tem por atribuições assessorar o Gerente do Projeto e Fiscais dos Contratos, controlar o andamento das atividades contratadas, realizar avaliações de custo, análises técnicas e análises econômicas e financeiras, entre outras.

Contratualmente, o projeto de desenvolvimento de um sistema tático de enlace de dados está estruturado em um contrato administrativo e um acordo de compensação. Os prazos de execução, variação do valor contratado, valores desembolsados, bem como, as descrições resumidas dos instrumentos contratuais são apresentados a seguir:

Instrumento Contratual	Contrato de Despesa nº 033/DCTA-COPAC/2012
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	MECTRON – ENGENHARIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.
Modalidade de Licitação	Dispensável nos termos do inciso IX, do Art. 24, da Lei nº 8.666/93 combinado com o inciso I do Art. 1º do Decreto nº 2.295/97.
Publicação	Dispensada em face do disposto no Art. 61, Parágrafo Único da Lei nº 8.666/93.

O Contrato de Despesa nº 33/DCTA-COPAC/2012, firmado em 6 de dezembro de 2012 com a empresa MECTRON - ENGENHARIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A., tem como objeto o desenvolvimento e implantação de um sistema de enlace digital entre as aeronaves F-5M e A-29.

O preço total é de R$ 231.959.562,54, na CE OUT12. Atualmente está em seu 5º Termo Aditivo com um saldo contratual de R$ 137.294.056,50. O prazo de vigência foi alongado para 31 de março de 2022.

Todas as despesas decorrentes deste Contrato na CE OUT12, são custeadas pela Ação 20IH (Modernização e Revitalização de Aeronaves).

Instrumento Contratual	**1º TA ao Contrato de Despesa nº 033/DCTA-COPAC/2012**
Publicação	DOU nº 249, de 24 de dezembro de 2013.

O 1º TA ao Contrato de Despesa nº 033/DCTA-COPAC/2012 foi firmado em 18 de dezembro de 2013. Foi motivado pela necessidade de adequação das Cláusulas do Contrato às normas de Engenharia de Sistema (SMC – S -021) respaldada pela análise técnica realizada pela Gerência do Projeto que postergou o prazo de vigência do Projeto em seis meses. Ajustes com relação a Etapa 4, após alinhamentos técnicos entre a contratante e a Contratada que postergou o prazo de execução do Projeto em seis meses. Alterar os requisitos referentes as revisões técnicas do Projeto em atendimento à norma MC – S -021.

O preço é de R$ 199.907.062,01 na CE OUT12. Todas as despesas decorrentes deste na CE OUT2012 são custeadas por meio de recursos de financiamento externo e recursos do Tesouro Nacional, pela Ação 20IH (Modernização e Revitalização de Aeronaves). Prazo de vigência: 31 de dezembro de 2017. Prazo de execução: 54 meses.

Instrumento Contratual	**2º TA ao Contrato de Despesa nº 033/DCTA-COPAC/2012**
Publicação	DOU nº 70, de 14 de abril de 2015.

O 2º TA ao Contrato de Despesa nº 033/DCTA-COPAC/2012 foi firmado em 26 de março de 2015. Foi motivado pela necessidade de se incluir e excluir atividades técnicas para melhor adequação aos objetivos do Projeto LinkBR2; Adequação do CFF e demais cláusulas, em virtude do baixo orçamento na LOA 2014 o que gerou uma necessidade de prorrogação nos prazos de execução e vigência do Contrato e sua contrapartida financeira.

O preço total a ser pago é de R$ 231.959.562,54, na CE OUT12.

Todas as despesas decorrentes são custeadas pela Ação 20IH (Modernização e Revitalização de Aeronaves). Prazo de vigência: 1º de outubro de 2019. Prazo de execução: 1º de abril de 2019.

Instrumento Contratual	**3º TA ao Contrato de Despesa nº 033/DCTA-COPAC/2012**
Publicação	DOU nº 162, de 25 de agosto de 2015.

O 3º TA ao Contrato de Despesa nº 033/DCTA-COPAC/2012 foi firmado em 20 de agosto de 2015. Foi motivado pela necessidade de se ajustar o CFF e demais anexos de entrega de etapas em virtude de atraso nos procedimentos de apresentação, análise, reapresentação e aceitação da Garantia Financeira do 2º TA ao Contrato nº 033/DCTA-COPAC/2012.

O preço total a ser pago é de R$ 231.959.562,54, na CE OUT12. Todas as despesas são custeadas pela Ação 20IH (Modernização e Revitalização de Aeronaves). Prazo de vigência: 1º de outubro de 2019. Prazo de execução: 1º de abril de 2019.

Instrumento Contratual	**4º TA ao Contrato de Despesa nº 033/DCTA-COPAC/2012**
Publicação	DOU nº 55, de 21 de março de 2017.

O 4º TA ao Contrato de Despesa nº 033/DCTA-COPAC/2012 foi firmado em 20 de março de 2017. Foi motivado pela necessidade de melhor adequar a execução e o acompanhamento do contrato à capacidade orçamentária e aos objetivos do Projeto. O prazo de vigência foi alongado por mais 30 meses findando em 22 de março de 2022.

Instrumento Contratual	**5º TA ao Contrato de Despesa nº 033/DCTA-COPAC/2012**
Publicação	DOU nº 104, de 29 de maio de 2017.

O 5º TA ao Contrato de Despesa nº 033/DCTA-COPAC/2012 foi firmado em 26 de maio de 2017. Motivado pela reestruturação societária da empresa contratada MECTRON para MECTRON COMM manteve as condições acordadas e, devido às condições de transitoriedade, foram inseridas cláusulas adicionais afim de regrar questões relativas a transferência de acervo vinculado à execução do contrato, propriedade intelectual perante terceiros, subcontratações entre outros. O prazo de vigência foi mantido em 22 de março de 2022.

O contrato nº 033/DCTA-COPAC/2012 teve seu valor aumentado em 20,13%. Este acréscimo foi motivado pela necessidade de se incluir e excluir atividades técnicas para melhor adequação aos objetivos do Projeto LinkBR2. O quadro abaixo apresenta a variação contratual.



Fonte: COPAC.

Instrumento Contratual	**Acordo de Compensação nº 002/DCTA-COPAC/2012**
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	RAFAEL ADVANCED DEFENSE SYSTEMS LTD.
Contrato Associado	033/DCTA-COPAC/2012
Publicação	Dispensada em face do disposto no Decreto nº 2.134/97 e no Art. 2 do Decreto nº 78.382/76.

O Acordo de Compensação nº 002/DCTA-COPAC/2012, firmado em 28 de dezembro de 2012, com a empresa RAFAEL, está no 1º TA. Valor US$ 33,675,000.00 dos quais já foram reconhecidos US$ 3,236,250.00. Saldo de créditos a reconhecer US$ 30,438,750.00. Com data de encerramento prevista para 31 de dezembro de 2018 teve como beneficiário a empresa MECTRON. Contrato comercial associado nº 033/DCTA-COPAC/2012.

Instrumento Contratual	**1º TA ao Acordo de Compensação nº 002/DCTA-COPAC/2012**
Publicação	DOU nº 55, de 21 de março de 2017.

O 1º TA ao Acordo nº 002/DCTA-COPAC/2012 foi firmado em 21 de dezembro de 2016. Este 1º TA incluiu e excluiu atividades técnicas para melhor adequação aos objetivos do Projeto LinkBR2 ao Contrato Vinculado nº 033/DCTA-COPAC/2012, o que gerou um aumento de valores e por consequência, aumento da contrapartida da Empresa RAFAEL para este acordo.; Adequação do CFF e demais cláusulas, em virtude do baixo orçamento na LOA de 2014, 2016 e projeção para 2017, o que gerou uma necessidade de prorrogação nos prazos de execução e vigência do Contrato Vinculado nº 033/DCTA-COPAC/2012 e por conseguinte desse acordo.

O valor acordado como contrapartida a ser prestada pela Contratada à contratante compõe-se da soma dos valores de cada Projeto de compensação. O valor total da obrigação em pauta é de US$ 14,799,150.00. Prazo de vigência: 31 de dezembro de 2018. Prazo de Execução: conforme cronograma dos Projetos de Compensação.

10 Projeto MAA-CA 5ª Geração (A-DARTER)



Este Projeto tem como finalidade o desenvolvimento e certificação de um sistema de míssil ar-ar infravermelho de curto alcance para autodefesa de 5ª geração.

Desenvolvido em parceria entre Brasil e África do Sul, teve seu início em outubro de 2006. Denominado Projeto A-Darter tinha como previsão inicial de término o ano de 2011. No entanto, devido ao descompasso orçamentário em relação ao Cronograma Físico-Financeiro e entraves decorrentes da concretização de riscos inerentes a Projetos que envolvem elevado nível de complexidade tecnológica, fato este que afetou o desenvolvimento do sistema de detecção do míssil, a finalização passou para o ano de 2018.

Foi realizada uma reavaliação de todo o Projeto A-Darter, pela Armaments Corporation of South Africa (ARMSCOR) Ltd., e pelo Departamento de Defesa Sul-Africano (RSA DoD), de modo a se obter a exata magnitude das dificuldades e de suas ações mitigadoras, resultando na necessidade de se readequar prazos e custos no Cronograma Físico-Financeiro. Tal readequação visou não só a postergar atividades já previstas como também incluir atividades que levaram a termo as ações mitigadoras para os desvios encontrados no processo de desenvolvimento tecnológico. Essas alterações qualitativas no escopo do Contrato foram exaustivamente discutidas durante as reuniões de acompanhamento gerencial, chegando-se à conclusão consensual de que a implementação dessas ações seria imprescindível para a continuidade do Projeto;

Decorrente do replanejamento de atividades houve a necessidade de confecção de equipamentos adicionais para a realização de testes em laboratórios em diferentes áreas de desenvolvimento.

Tendo em vista a extensão do período contratado para comportar as atividades mitigadoras, houve a necessidade de se aumentar a mão de obra necessária para serem realizados os serviços de gerenciamento do programa, controle da qualidade, gerenciamento da configuração e de engenharia de sistema para guiar o processo completo.

A necessidade de adequação do Contrato foi decorrente de análise dos resultados de ensaios, gerando novos pontos de controle, com trabalho adicional de execução e análise, que não poderiam ser conhecidos no início do Projeto.

Efetivamente, o Objeto contratado permanece o mesmo, pois não houve alterações de requisitos. As alterações qualitativas foram incluídas em função de necessidade de ensaios intermediários adicionais, porém com a manutenção dos requisitos técnicos e características do Projeto. Sendo assim, os marcos significativos relacionados à engenharia de sistemas do desenvolvimento do míssil são dependentes e realizados em sequência.

Em virtude do andamento do Contrato de desenvolvimento na África do Sul (Contrato nº 001/CTA-SDDP/2006), não foi possível disponibilizar à empresa Mectron (Contrato nº 034/DCTA-COPAC/2014) a configuração final de um dos subsistemas, nem dos equipamentos de testes que seriam utilizados para verificar a elaboração dos protótipos.

A Empresa Mectron, em virtude da situação econômica em que se encontrava o Brasil, informou que pretendia sair do mercado de Defesa e que não assumiria mais nenhum compromisso novo, bem como solicitou ações da Gerência para que fosse acelerado o término dos compromissos assumidos pela Empresa. Até esse momento, restavam cinco Etapas para que o contrato fosse encerrado (cerca de 20% do total).

Após as respectivas negociações, no dia 30 de maio de 2017, o 3º Termo Aditivo do Contrato nº 034/DCTA-COPAC/2014 foi assinado, reduzindo o escopo em aproximadamente 5%. Tal ação

permitiu que a CONTRATANTE pudesse aguardar a disponibilidade dos referidos GFD (*Governent Furnished Data*) sem correr o risco de sofrer um pedido de Reequilíbrio Econômico-Financeiro por parte da CONTRATADA (conforme previsto na Lei nº 8.666/93).

Nesse 3º Termo Aditivo, os processos industriais em si passaram a ser os entregáveis (não mais os respectivos hardwares) e os materiais julgados necessários para a execução dos respectivos processos industriais. Todos foram recebidos e, no dia 08 de junho de 2017, os últimos pagamentos à empresa Mectron foram realizados.

A indisponibilidade do *datapack* do GA provocou um atraso significativo no desenvolvimento da industrialização no Brasil, porém para minimizar os impactos relacionados à saída da empresa Mectron do mercado de defesa, os subsistemas a serem industrializados no Brasil serão produzidos pelas empresas que receberam a transferência de tecnologia: Avibras e Akaer.

Além do fato do Brasil ser um dos detentores da propriedade intelectual de um item produzido com alto valor agregado, diretamente proporcional ao seu nível de tecnologia empregada; o míssil A-Darter colocou o país dentro do seleto grupo de membros, com somente seis nações no mundo, capazes de produzir um artefato bélico inteligente e de quinta geração.

Considerando que a Base Industrial de Defesa brasileira depende do trabalho conjunto e harmônico do setor produtivo, concentrado essencialmente na iniciativa privada, com o setor de desenvolvimento, a cargo do Estado; o Projeto A-Darter, na sua essência, veio ao encontro desses propósitos, visto que recursos estatais fomentaram o desenvolvimento de indústrias nacionais do setor para o desenvolvimento de um produto final de alta tecnologia, o qual permite o uso dual em diversas áreas distintas.

Cabe destacar que, a despeito da saída da Mectron SA do mercado de defesa, o mais importante foi o trabalho realizado para a aquisição de todos os processos industriais desenvolvidos pela empresa e a manutenção de boa parte do seu capital intelectual no setor nacional.

O recurso disponibilizado, no exercício de 2017, por meio da ação 20XB - Pesquisa, Desenvolvimento no Setor Aeroespacial (COMAER), embora inferior à necessidade, possibilitou a continuidade do Projeto e a concretização com sucesso da sua última campanha de ensaio da fase de desenvolvimento do míssil, a *Carriage Flight Test* 3. Como evento significativo do Projeto, no final do mês de outubro desse ano, foi iniciada a Campanha de Ensaios de Certificação (S1) do míssil, em *Overberg Test Range*, África do Sul.

A necessidade de recursos para atendimento das demandas contratuais para o ano de 2017 era de R$ 16.052.719,82. O Plano de Ação do COMAER disponibilizou para o Projeto, na ação orçamentária 20XB, o montante de R$ 2.047.278,00. Este valor foi totalmente empenhado.

Devido à variação cambial favorável ao processo de execução orçamentária realizado pelo SIAFI, o valor disponibilizado de R$ 2.047.278,00 foi aumentado para R$ 2.059.221,43.

Os valores pagos no exercício em 2017 referem-se a Restos a Pagar no montante de R$ 4.858.683,83. Inclui-se neste valor pago, a título de reajuste contratual, a quantia de R$ 360.073,00. O Percentual de execução física e financeira acumulada ao final de 2017 ficaram em 96,09% e 95,45% respectivamente. O custo total do Projeto atualizado está em R$ 179.513.549,86. O prazo de execução inicialmente programado para 30/03/2011 foi alongado para 18/10/2018.

O Projeto também utiliza recursos da Ação 20I4 – Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento em Áreas Básicas e Estratégicas do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Termo de Cooperação FINEP Ref. 1373/13 – Contrato nº 04.13.0454.01). Não foram disponibilizados recursos desta ação no exercício de 2017.

Os valores empenhados, liquidados e pagos, conforme dados obtidos no SIOP, no período de 2013 a 2017, nas ações orçamentárias 20XB e 20I4, são apresentados nos quadros abaixo:

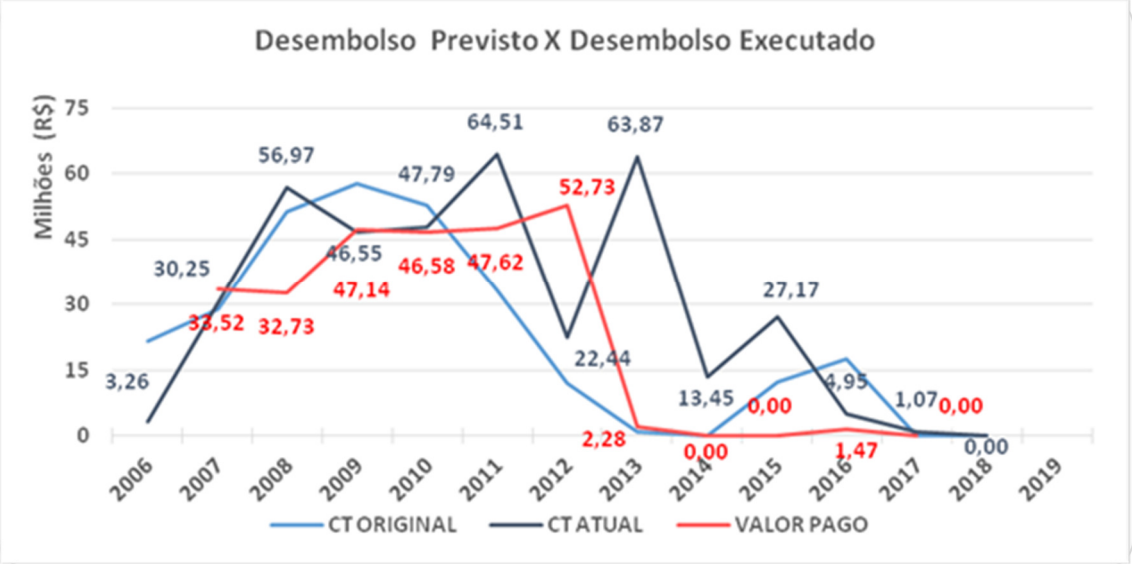
Execução Orçamentária e Financeira

Exercício	Ação	Empenhado	Liquidado	Pago	Restos a Pagar
2013	20XB	2.285.634,95	2.278.687,14	2.278.687,14	6.947,81
2016	20XB	547.141,70	299.684,70	299.684,70	247.457,00
2017	20XB	2.059.221,43	0,00	0,00	2.059.221,43

Exercício	Ação	Empenhado	Liquidado	Pago	Restos a Pagar
2014	20I4	26.967.680,00	0,00	0,00	26.967.680,00
2015	20I4	16.000.000,00	1.355.220,65	0,00	14.644.779,35
2016	20I4	4.100.000,00	1.173.384,93	1.173.384,93	2.926.615,07

Fonte SIOP.

Em relação aos desembolsos previstos e efetuados, o quadro a seguir consolida os cronogramas físico-financeiro dos contratos e termos aditivos em vigor e pagamentos realizados.



Fonte: COPAC.

No que se refere ao acompanhamento da execução, o Projeto A-DARTER conta com um Grupo de Acompanhamento e Controle situado nas instalações da empresa DENEL DYNAMICS na cidade de Centurion – África do Sul e outro situado na cidade de São José dos Campos. Estas Unidades têm por atribuições assessorar o Gerente do Projeto e Fiscais de Contratos, controlar o andamento das atividades contratadas, realizar avaliação de custos, análises técnicas e análises econômicas e financeiras entre outras.

Atualmente, o Projeto de desenvolvimento e certificação de um sistema de míssil ar-ar de 5ª geração está estruturado em três contratos administrativos. Os prazos de execução, variação do valor contratado, valores desembolsados, bem como, as descrições resumidas dos instrumentos contratuais são apresentados a seguir:

Instrumento Contratual	**Contrato de Despesa nº 001/CTA-SDDP/2006**
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	ARMAMENTS CORPORATION OF SOUTH AFRICA – ARMSCOR LTD
Modalidade de Licitação	Dispensável nos termos do inciso IX do Art.24 da Lei nº 8.666/93 regulamentado pelo Decreto nº 2.295/97
Publicação	Dispensada em face do disposto no Art. 61, parágrafo único da Lei nº 8.666/93.

O Contrato de Despesa Nº 001/CTA-SDDP/2006, firmado em Brasília-DF, em 16 de outubro de 2006, com a *Armaments Corporation of South Africa* (ARMSCOR) Ltd., agência governamental competente para a realização de licitações e processos de aquisição do Departamento de Defesa (DoD) da República da África do Sul, tem por objeto o fornecimento dos SERVIÇOS relacionados ao desenvolvimento conjunto e certificação de um Sistema de Míssil Ar-Ar Infravermelho de Curto Alcance para Auto Defesa (SRAAM) de 5ª Geração e o estabelecimento de base inicial de suporte logístico, incluindo o gerenciamento do programa, transferência de tecnologia, entrega da documentação do Projeto, relatórios de desenvolvimento e certificação, relatórios de voos de teste e um pacote de dados de produto.

O Contrato em referência decorre do Acordo de Assuntos Relacionados à Defesa celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da África do Sul em 4 de junho de 2003.

Em 14 de dezembro de 2006, foi pactuado um Ajuste Suplementar entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da África do Sul relativo a medidas gerais para a pesquisa, desenvolvimento, certificação e transferência de tecnologia conjunta de um Míssil Ar-Ar.

O preço total é de US$ 77,190,000.00 nas CE ABR06. Todas as despesas decorrentes deste Contrato são custeadas por meio de recursos do Tesouro Nacional alocados ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e transferidos para a Contratante, Programa 0463 (Inovação e Competitividade), Ação 4053 (Fomento a Projetos Institucionais para a Pesquisa no Setor Aeronáutico). Prazo de vigência: 18 de outubro de 2018.

Instrumento Contratual	**1º TA ao Contrato de Despesa nº 001/CTA-SDDP/2006**
Publicação	DOU nº 122, de 27 de junho de 2007.

O 1º TA ao Contrato de Despesa nº 001/CTA-SDDP/2006 foi firmado em 21 de junho de 2007. Foi motivado pelo atraso da eficácia do Contrato, por consequência do "Ajuste suplementar entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da África do Sul", surgiu a necessidade de atualização do CFF do Contrato de forma que este passe a refletir os reais prazos e datas de execução do Projeto A-Darter na República da África do Sul. Ajuste de cláusulas contratuais em decorrência da atualização do CFF.

O preço total é de US$ 52,000,000.00 nas CE ABR06. Todas as despesas decorrentes deste Contrato são custeadas por meio de recursos do Tesouro Nacional alocados ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e transferidos para a Contratante, Programa 0463 (Inovação e Competitividade), Ação 4053 (Fomento a Projetos Institucionais para a Pesquisa no Setor Aeronáutico). O prazo de vigência foi postergado para 16 de outubro de 2012. Prazo de execução: 66 meses.

Instrumento Contratual	**2º TA ao Contrato de Despesa nº 001/CTA-SDDP/2006**
Publicação	DOU nº 110, de 11 de junho de 2008.

O 2º TA ao Contrato de Despesa nº 001/CTA-SDDP/2006 foi firmado em 10 de junho de 2008. Foi motivado pela necessidade de se alterar especificações a fim de ajustar tecnicamente o Projeto A-DARTER aos objetivos do COMAER, alterando o Preço total do Contrato. Alteração do escopo dos serviços de infraestrutura disponibilizados pela ARMSCOR.

O preço total é de US$ 53,676,017.51 nas CE FEV08. Todas as despesas decorrentes deste Contrato são custeadas por meio de recursos do Tesouro Nacional alocados ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e transferidos para o COMAER, Programa 0463 (Inovação e Competitividade), Ação 4053 (Fomento a Projetos Institucionais para a Pesquisa no Setor Aeronáutico – C T Aeronáutico). O prazo de vigência foi postergado para 16 de outubro de 2012. Prazo de execução: 66 meses.

Instrumento Contratual	**3º TA ao Contrato de Despesa nº 001/CTA-SDDP/2006**
Publicação	DOU nº 134, de 14 de julho de 2011.

O 3º TA ao Contrato de Despesa nº 001/CTA-SDDP/2006 foi firmado em 1º de julho de 2011. Foi motivado pela necessidade de se ajustar o CFF em virtude de atrasos em etapas de desenvolvimento do Projeto decorrentes de fatos supervenientes devido a concretização de riscos inerentes a um Projeto de desenvolvimento de elevado nível de complexidade tecnológica. Aumento do escopo do Projeto relacionado a acesso a tecnologias de interesse do Brasil desenvolvidas pelo governo da África do Sul no Projeto A-DARTER alterando o Preço total do Contrato.

O preço total é de US$ 65,000,000.00 nas CE FEV08. Todas as despesas decorrentes deste Contrato são custeadas por meio de recursos do Tesouro Nacional alocados ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e transferidos para a Contratante, Programa 1388 (Fundo Nacional de Desenvolvimento em ciência e Tecnologia), ações Transversais 2113 (Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento em Ciência e Tecnologia), Ação 7N34 (Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento em Áreas Básicas e Estratégicas) e Ação 4053 (Fomento a Projetos Institucionais para a Pesquisa no Setor Aeronáutico – C-T- Aeronáutico), Programa 0461 (Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico), Ação 4947 (Fomento a Projetos Institucionais de Ciência e Tecnologia), Programa 0627 (Tecnologia de Uso Aeroespacial), Ação 5408 (Desenvolvimento de Projetos de sistemas Bélicos e Associados – Nacional). O prazo de vigência foi postergado para 16 de setembro de 2013. Prazo de execução: 78 meses.

Instrumento Contratual	**4º TA ao Contrato de Despesa nº 001/CTA-SDDP/2006**
Publicação	DOU nº 107, de 6 de junho de 2013.

O 4º TA ao Contrato de Despesa nº 001/CTA-SDDP/2006 foi firmado em 4 de junho de 2013. Motivado pela necessidade de se ajustar o CFF em virtude de atrasos em etapas de desenvolvimento do Projeto decorrentes de fatos supervenientes devido a concretização de riscos inerentes a um Projeto de desenvolvimento de elevado nível de complexidade tecnológica. Em virtude dos fatos acima, houve a necessidade de aumento da mão de obra de serviços de gerenciamento do programa, controle de qualidade, gerenciamento de configuração de engenharia de sistema do Projeto alterando o Preço total do Contrato.

O preço total é de US$ 77,190,000.00 nas CE FEV08.Todas as despesas decorrentes deste Contrato são custeadas por meio de recursos do Tesouro Nacional alocados ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e transferidos para a Contratante, Programa 1388 (Fundo Nacional de Desenvolvimento em ciência e Tecnologia), ações Transversais 2113 (Fomento à Pesquisa e

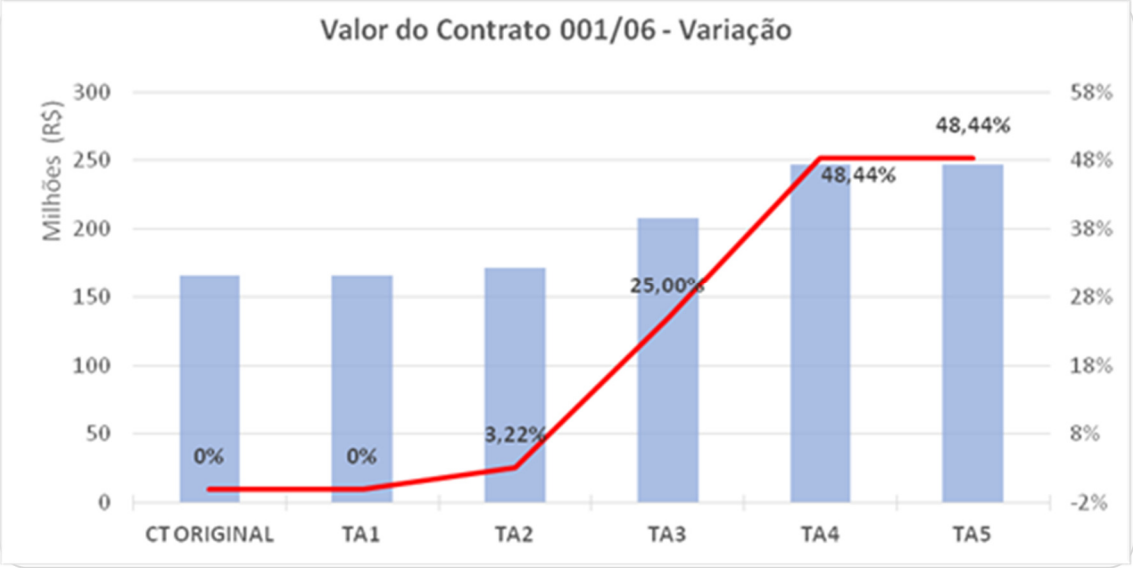
Desenvolvimento em Ciência e Tecnologia), Ação 7N34 (Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento em Áreas Básicas e Estratégicas) e Ação 4053 (Fomento a Projetos Institucionais para a Pesquisa no Setor Aeronáutico – C-T- Aeronáutico), Programa 0461 (Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico), Ação 4947 (Fomento a Projetos Institucionais de Ciência e Tecnologia), Programa 2058 – Defesa Nacional, Ação 5408 (Desenvolvimento de Projetos de Sistemas Bélicos e Associados – Nacional), Ação 20XB (Pesquisa, Desenvolvimento e Capacitação no Setor Aeroespacial). O prazo de vigência foi postergado para 18 de outubro de 2015. Prazo de execução: 106 meses.

Instrumento Contratual	**5º TA ao Contrato de Despesa nº 001/CTA-SDDP/2006**
Publicação	DOU nº 197, de 15 de outubro de 2015.

O 5º TA ao Contrato de Despesa nº 001/CTA-SDDP/2006 foi firmado em 14 de outubro de 2015. Foi motivado pela necessidade de se ajustar o CFF em virtude de necessidades técnicas inerentes a um Projeto de desenvolvimento de elevado nível de complexidade tecnológica. Adequação de uma das etapas para assegurar o repasse de toda a documentação gerada no Projeto a Contratante.

O preço total é de US$ 77,190,000.00 nas CE FEV08. Todas as despesas decorrentes deste Contrato são custeadas por meio de recursos do Tesouro Nacional alocados ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e transferidos para a Contratante, Programa 2021 (Ciência, Tecnologia e Inovação), Ação 20I4 (Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento em Áreas Básicas e Estratégicas), Ação 20XB (Pesquisa, Desenvolvimento e Capacitação no Setor Aeroespacial). O prazo de vigência foi postergado para 18 de outubro de 2018. Prazo de execução: 130 meses.

Este contrato sofreu um acréscimo em seu valor na ordem de 48,44%. Este incremento foi motivado pela necessidade de se superar óbices técnicos inerentes a projetos de desenvolvimento que abarcam elevada tecnologia. A variação de valor registrada ao longo da execução contratual é apresentada no quadro a seguir:



Fonte: COPAC.

Instrumento Contratual	**Contrato de Despesa nº 005/CTA-SDDP/2008**
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	AVIBRAS – DIVISÃO AÉREA E NAVAL S.A.
Modalidade de Licitação	Dispensável nos termos do inciso IX, do Art. 24 da Lei nº 8666/93 combinado com o inciso I do Art 1º do Decreto nº 2.295/97
Publicação Ratificação	DOU nº 251, de 26 de dezembro de 2008.

O Contrato de Despesa nº 005/CTA-SDDP/2008, firmado em 23 de dezembro de 2008, com a empresa AVIBRAS – divisão aérea e naval S.A. tem por objeto o fornecimento de material e prestação de serviços subdivididos por Lote: Lote A – Prestação de serviços técnico-especializados de engenharia por 36 (trinta e seis meses) para o acompanhamento do desenvolvimentos conjunto de um sistema de Míssil Ar-Ar de curto alcance (SRAAM); Lote B – Fornecimento de material e prestação de serviços técnico-especializados de engenharia por 40 (quarenta) meses, para absorção de tecnologias de subsistemas prioritários referentes ao desenvolvimento conjunto de um sistema de Míssil Ar-Ar de curto alcance (SRAAM); Lote C - Fornecimento de Material e prestação de serviços técnico especializados por 42 (quarenta e dois) meses para adaptação parcial dos laboratórios referentes ao desenvolvimento conjunto de um sistema de Míssil Ar-Ar de curto alcance (SRAAM). Atualmente está em 5º Termo Aditivo.

O preço total é de R$ 40.369.759,58. Todas as despesas decorrentes deste Contrato são custeadas por meio de recursos do Tesouro Nacional alocados ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e transferidos para a Contratante, Programa 1338 (Fundo Nacional de Ciência e Tecnologia), Ação 4053 (Fomento a Projetos Institucionais para a Pesquisa no Setor Aeronáutico – C-T- Aeronáutico). O prazo de vigência foi postergado para 23 de junho de 2018.

Instrumento Contratual	**1º TA ao Contrato de Despesa nº 005/CTA-SDDP/2008**
Publicação	DOU nº 246, de 24 de dezembro de 2010.

O 1 º TA ao Contrato de Despesa nº 005/CTA-SDDP/2008 foi firmado em 23 de dezembro de 2010. Foi motivado pela necessidade de adaptação aos insumos e processos disponíveis no País no que se refere aos materiais e serviços técnico-especializados para absorção de tecnologias e sistemas prioritários. Necessidade da elaboração de um plano de certificação para garantir que as especificações após a adaptação sejam atendidas. Adequação dos preços do Contrato em função de ajuste tributário do IRPJ (Imposto de Renda de Pessoa Jurídica) e a CSLL (Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido) que estavam sendo computados nos custos de forma indevida, sendo o saldo compensando pelo fornecimento de materiais e serviços para o Contrato.

O preço total é de R$ 36.888.937,76 nas CE DEZ08. Todas as despesas decorrentes deste Contrato são custeadas por meio de recursos do Tesouro Nacional alocados ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e transferidos para a Contratante, Programa 1338 (Fundo Nacional de Ciência e Tecnologia), Ações Transversais 2113 (Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento em Ciência e Tecnologia), 7N34 (Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento em Áreas Básicas e Estratégicas), 4947 (Fomento a Projetos Institucionais de Ciência e Tecnologia) ou Ação 4053 (Fomento a Projetos Institucionais para a Pesquisa no Setor Aeronáutico – C-T- Aeronáutico). O prazo de vigência foi postergado para 23 de abril de 2013. Prazo de execução: 46 meses.

Instrumento Contratual	**2º TA ao Contrato de Despesa nº 005/CTA-SDDP/2008**
Publicação	DOU nº 247, de 26 de dezembro de 2011.

O 2 º TA ao Contrato de Despesa nº 005/CTA-SDDP/2008 foi firmado em 23 de dezembro de 2011. Foi motivado pela necessidade de prorrogação da permanência na África do Sul por mais 12 meses da mão-de-obra (“equipe A”) responsável por acompanhar as atividades de desenvolvimentos do Projeto e continuar no processo de transferência desses conhecimentos para a equipe do Brasil (“equipe B”).

O preço total é de R$ 38.169.386,49 nas CE DEZ08. Todas as despesas decorrentes deste Contrato nas CE DEZ08 são custeadas por meio de recursos do Tesouro Nacional alocados ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e transferidos para a Contratante, Programa 1338 (Fundo Nacional de Ciência e Tecnologia), Ações Transversais 2113 (Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento em Ciência e Tecnologia), 7N34 (Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento em Áreas Básicas e Estratégicas), 4947 (Fomento a Projetos Institucionais de Ciência e Tecnologia) ou Ação 4053 (Fomento a Projetos Institucionais para a Pesquisa no Setor Aeronáutico – C-T- Aeronáutico). O prazo de vigência foi postergado para 23 de junho de 2014. Prazo de execução: 60 meses.

Instrumento Contratual	**3º TA ao Contrato de Despesa nº 005/CTA-SDDP/2008**
Publicação	DOU nº 243, de 18 de dezembro de 2012.

O 3º TA ao Contrato nº 005/CTA-SDDP/2008 foi firmado em 17 de dezembro de 2012. Foi motivado pelo replanejamento suportado pelo Contrato de Despesa nº 001/CTA-SDDP/2006 – contrato de desenvolvimento e com base nos estudos da Gerência de Projetos assessorada pelos Grupos de Acompanhamento concluiu-se pela necessidade de se sincronizar parte das entregas previstas dos Contratos no Brasil com o respectivo atraso no contrato de desenvolvimento, estendendo as atividades referentes ao lote A do CFF até 30 de junho de 2013, com o devido acréscimo ao valor contratual.

O preço total é de R$ 38.425.712,93 nas CE DEZ08. Todas as despesas decorrentes deste Contrato são custeadas por meio de recursos do Tesouro Nacional alocados ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e transferidos para a Contratante, Programa 1338 (Fundo Nacional de Ciência e Tecnologia), Ações Transversais 2113 (Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento em Ciência e Tecnologia), 7N34 (Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento em Áreas Básicas e Estratégicas), 4947 (Fomento a Projetos Institucionais de Ciência e Tecnologia) ou Ação 4053 (Fomento a Projetos Institucionais para a Pesquisa no Setor Aeronáutico – C-T- Aeronáutico).). O prazo de vigência foi postergado para 23 de junho de 2014. Prazo de execução: 60 meses.

Instrumento Contratual	**4º TA ao Contrato de Despesa nº 005/CTA-SDDP/2008**
Publicação	DOU nº 117, de 23 de junho de 2014.

O 4º TA ao Contrato de Despesa nº 005/CTA-SDDP/2008 foi firmado em 23 de junho de 2014. Foi motivado pelo replanejamento do Contrato de Despesa nº 001/CTA-SDDP/2006 – contrato de desenvolvimento e com base nos estudos da gerência de Projetos assessorada pelos grupos de acompanhamento envolvidos no Projeto concluiu-se pela necessidade de se sincronizar parte das entregas previstas dos contratos no brasil com o respectivo atraso no contrato de desenvolvimento, estendendo as atividades do lote B do CFF até dezembro de 2015, com o devido acréscimo ao valor contratual.

O preço total é de R$ 40.369.759,58 nas CE DEZ08. Todas as despesas decorrentes deste Contrato são custeadas por meio de recursos do Tesouro Nacional alocados ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e transferidos para a Contratante, Programa 1338 (Fundo Nacional de Ciência

e Tecnologia), Ações Transversais 2113 (Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento em Ciência e Tecnologia), 7N34 (Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento em Áreas Básicas e Estratégicas), 4947 (Fomento a Projetos Institucionais de Ciência e Tecnologia) ou Ação 4053 (Fomento a Projetos Institucionais para a Pesquisa no Setor Aeronáutico – C-T- Aeronáutico). O prazo de vigência foi postergado para 30 de junho de 2016. Prazo de execução: 84 meses.

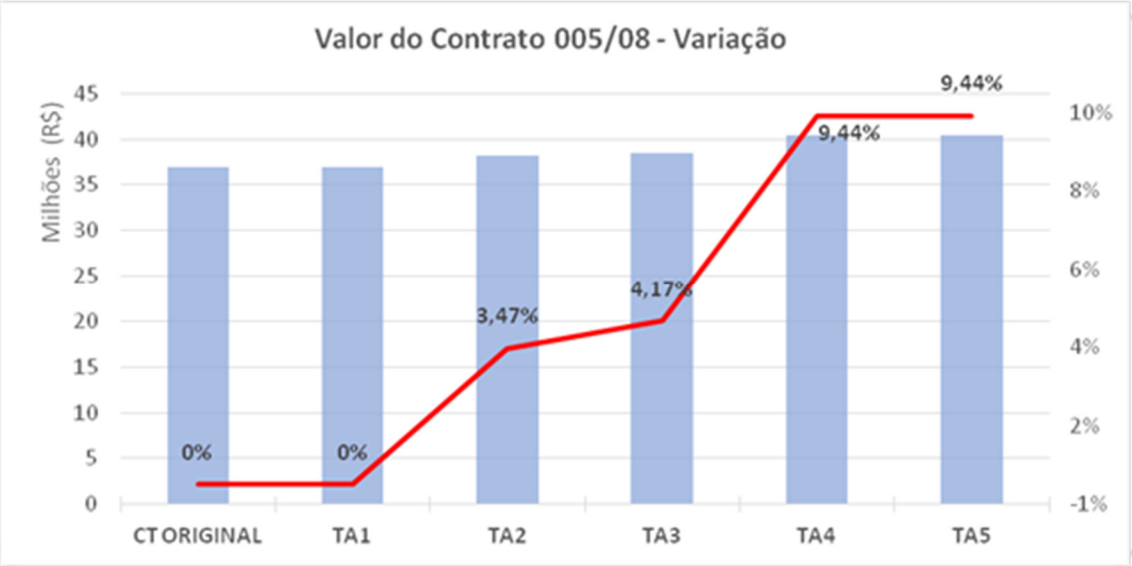
Instrumento Contratual	**5º TA ao Contrato de Despesa nº 005/CTA-SDDP/2008**
Publicação	DOU nº 242, de 18 de dezembro de 2015.

O 5º TA ao Contrato de Despesa nº 005/CTA-SDDP/2008 foi firmado em 17 de dezembro de 2015. Foi motivado pela necessidade de ajustes em etapas do Lote B, por decorrência de não aceitação de matérias primas e por consequência nova importação desses insumos e da necessidade de viabilizar tempo para novos estudos e relatórios adicionais ao Projeto, fez-se a necessidade da extensão das atividades do lote B do CFF até dezembro de 2017.

O preço total é de R$ 40.369.759,58 nas CE DEZ08. Todas as despesas decorrentes deste Contrato são custeadas por meio de recursos do Tesouro Nacional alocados ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e transferidos para a Contratante, Programa 1338 (Fundo Nacional de Ciência e Tecnologia), Ações Transversais 2113 (Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento em Ciência e Tecnologia), 7N34 (Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento em Áreas Básicas e Estratégicas), 4947 (Fomento a Projetos Institucionais de Ciência e Tecnologia) ou Ação 4053 (Fomento a Projetos Institucionais para a Pesquisa no Setor Aeronáutico – C-T- Aeronáutico). O prazo de vigência foi postergado para 23 de junho de 2018. Prazo de execução: 108 meses.

Este contrato teve seu valor acrescido ao longo da execução conforme quadro abaixo. Este aumento foi motivado pela necessidade de ajustes de ordem técnica e orçamentária.

Valor do Contrato 005/08 - Variação



Fonte: COPAC.

Instrumento Contratual	**Contrato de Despesa nº 034/DCTA-COPAC/2014**
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	MECTRON – ENGENHARIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.
Modalidade de Licitação	Dispensável nos termos do inciso IX, do Art. 24 da Lei nº 8666/93 combinado com o inciso I do Art 1º do Decreto nº 2.295/97.
Publicação	Dispensada em face do disposto no Art. 61, parágrafo único da Lei nº 8.666/93

O Contrato de Despesa 034/DCTA-COPAC/2014, firmado em 7 de abril de 2015 com a empresa MECTRON - Engenharia, Indústria e Comércio S.A., tem como objeto o desenvolvimento da industrialização e integração dos subsistemas do Projeto A-Darter. O preço total a ser pago pela contratante à contratada é de R$ 22.364.217,88 nas CENOV14.

Todas as despesas decorrentes deste Contrato são custeadas por meio de recursos do Tesouro Nacional alocados ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e transferidos para a contratante na Ação 20XB (Pesquisa, Desenvolvimento e Capacitação Nacional). Prazo de vigência: 30 de abril de 2017. Prazo de execução: 17 meses.

Instrumento Contratual	**1º TA ao Contrato de Despesa nº 034/DCTA-COPAC/2014**
Publicação	DOU nº 227, de 27 de novembro de 2015.

O 1º TA ao Contrato de Despesa nº 034/DCTA-COPAC/2014 foi firmado em 26 de novembro de 2015. Foi motivado pela necessidade de se ajustar o CFF em virtude de antecipação de etapas disponibilizadas pela contratada e de interesse da contratante.

O preço total a ser pago pela contratante à contratada é de R$ 22.364.217,88 nas CENOV14. Todas as despesas decorrentes deste Contrato serão custeadas por meio de recursos do Tesouro Nacional alocados ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e transferidos para a contratante na Ação 20XB (Pesquisa, Desenvolvimento e Capacitação Nacional). Prazo de vigência: 30 de abril de 2017. Prazo de execução: 17 meses.

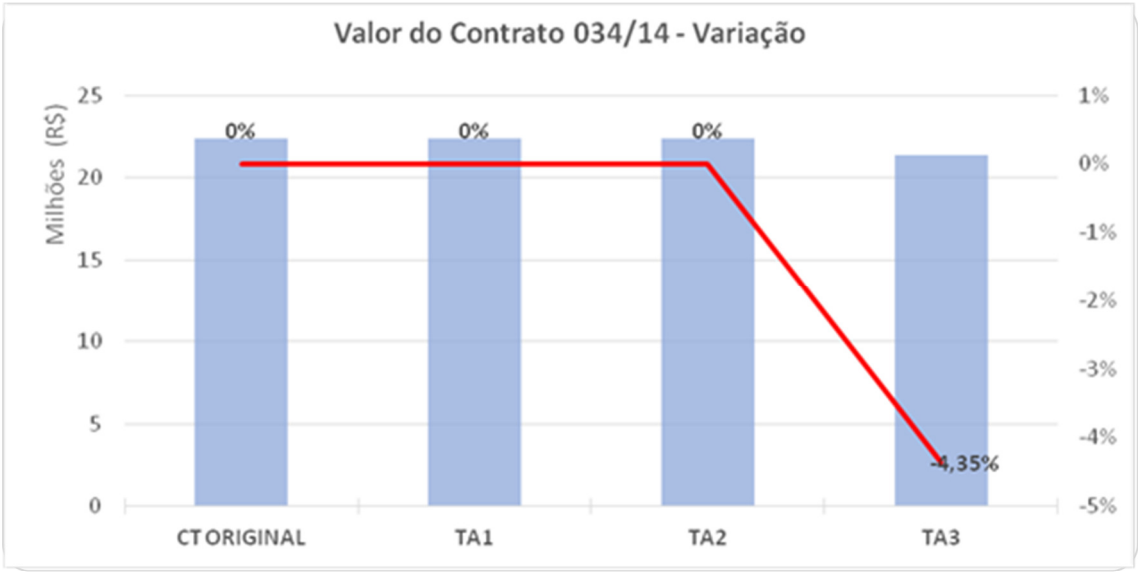
Instrumento Contratual	**2º TA ao Contrato de Despesa nº 034/DCTA-COPAC/2014**
Publicação	DOU nº 76, de 20 de abril de 2017.

O 2º TA ao Contrato de Despesa nº 034/DCTA-COPAC/2014 foi firmado em 18 de abril de 2017. Foi motivado pela necessidade de se alterar a Cláusula 8ª – Prazo de Vigência. Prazo de vigência: 07 de junho de 2017.

Instrumento Contratual	**3º TA ao Contrato de Despesa nº 034/DCTA-COPAC/2014**
Publicação	DOU nº 104, de 01 de junho de 2017.

O 3º TA ao Contrato de Despesa nº 034/DCTA-COPAC/2014 foi firmado em 31 de maio de 2017. Teve por finalidade alterar as Cláusulas contratuais: 1ª OBJETO, 3ª PREÇO, 4ª CUSTEIO e os anexos I – Cronograma Físico-Financeiro, II – SOW, III – *Contract Data Requirements List* (CDRL), IV – *Government Furnished Equipment* (GFE) Lista de Equipamentos e VI – Lista Valorizada de Atividades. Estas alterações foram necessárias para adequar o contrato à redução do

escopo do Projeto. O prazo de vigência de 07 de junho de 2017, estabelecido pelo 2º Termo Aditivo, foi mantido. Este contrato foi encerrado na data de sua vigência. As demais Cláusulas foram mantidas.



Fonte: COPAC.

Instrumento Contratual	**Contrato de Despesa nº 036/DCTA-COPAC/2014**
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	DENEL DO BRASIL
Modalidade de Licitação	Inexigível nos termos do "CAPUT" do Art. 25, da Lei nº 8.666/93
Publicação	Dispensada em face do disposto no Art. 61, parágrafo único da Lei nº 8.666/93.

O Contrato de Despesa 036/DCTA-COPAC/2014, firmado em 27 de maio de 2015 com a empresa DENEL DO BRASIL, tem como objeto o suporte ao desenvolvimento da industrialização do Projeto A-DARTER no Brasil. Atualmente está em seu 2º Termo Aditivo.

O preço total a ser pago pela contratante à contratada é de R$ 7.499.789,46. Todas as despesas decorrentes deste Contrato são custeadas por meio de recursos do Tesouro Nacional alocados ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e transferidos para a contratante, Programa 2021 (Ciência, Tecnologia e Inovação), Ação 20I4 (Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento em Áreas Básicas e Estratégicas). Prazo de vigência: 27 de novembro de 2018.

Instrumento Contratual	**1º TA ao Contrato de Despesa nº 036/DCTA-COPAC/2014**
Publicação	DOU nº 242, de 18 de dezembro de 2015.

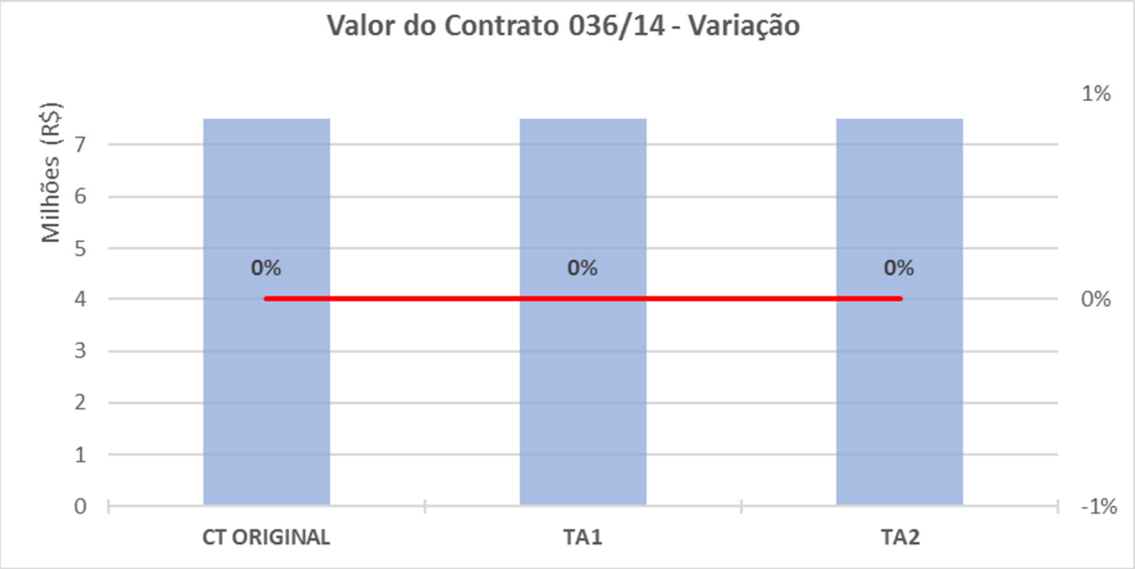
O 1º TA ao Contrato de Despesa nº 036/DCTA-COPAC/2014 firmado em 17 de dezembro de 2015. Foi motivado pela necessidade de se ajustar o CFF em virtude de antecipação de etapas disponibilizadas pela contratada e de interesse da contratante.

O preço é de R$ 7.499.789,46. Todas as despesas decorrentes deste Contrato são custeadas por meio de recursos do Tesouro Nacional alocados ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e transferidos para a Contratante, Programa 2021 (Ciência, Tecnologia e Inovação), Ação (Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento em Áreas Básicas e Estratégicas). O prazo de vigência foi alongado para 27 de novembro de 2017.

Instrumento Contratual	**2º TA ao Contrato de Despesa nº 036/DCTA-COPAC/2014**
Publicação	DOU nº 226, de 27 de novembro de 2017.

O 2º TA ao Contrato de Despesa nº 036/DCTA-COPAC/2014, de 24 de novembro de 2017, foi firmado devido à necessidade de estabelecer mais prazo para as negociações de transferência de processos industriais resultantes do 3º Termo Aditivo ao contrato nº 034/DCTA-COPAC/2014. Foram alteradas as Cláusula 8ª – VIGÊNCIA a fim de se adequar à vigência à execução das atividades decorrentes da transferência dos processos industriais e a Cláusula 32 – SEGURANÇA E SIGILO, de modo a atualizar as normas relacionadas ao tema. O prazo de vigência foi prolongado para 27 de novembro de 2018.

Este contrato não sofreu ajustes em seu valor conforme quadro a seguir:



Fonte: COPAC.

11 Projeto I-X



O Projeto I-X tem por finalidade a aquisição de seis aeronaves laboratório para inspeção em voo, modelo Legacy 500, fabricadas pela EMBRAER S.A., bem como, a aquisição de suporte logístico inicial associado.

A despesa com a aquisição destas aeronaves está sendo suportada com recursos provenientes da ação orçamentária 20XV, a qual custeia o SISCEAB. Para assegurar o perfeito funcionamento do SISCEAB, é necessária a execução regular da chamada "Inspeção em Voo de Equipamentos e Procedimentos Operacionais". Essa inspeção tem como principal objetivo garantir a qualidade e a segurança dos serviços prestados pelo DECEA, uma vez que mantém aferidos e operando todos os equipamentos de auxílio à navegação aérea, aproximação e pouso do Brasil.

Os recursos orçamentários para o Projeto I-X são provenientes da ação orçamentária 20XV - Operação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro – SISCEAB. Este Projeto não se utiliza de recursos de financiamento. A necessidade de recursos para atendimento das demandas contratuais para o ano de 2017 era de R$ 105.151.354,87. O Plano de Ação do Comando da Aeronáutica de 2017 disponibilizou inicialmente ao Projeto o montante de R$ 104.837.732,75 na ação 20XV. No decorrer do exercício este valor foi expandido para R$ 119.603.585,16.

Conforme dados registrados no SIOP foi empenhado o valor de R$ 119.603.585,16, liquidado o valor de R$ 118.186.594,72 e pago R$ 94.356.530,00. No exercício de 2017 foi pago a quantia de R$ 21.608.250,37 a título de reajuste. O Percentual de execução física e financeira acumuladas no final do exercício de 2017 ficaram em 70,08% e 73,89% respectivamente. O custo total do Projeto atualizado está em R$ 432.009.685,47. O Projeto iniciou-se em 31/08/2012 com término previsto para 30/11/2021.

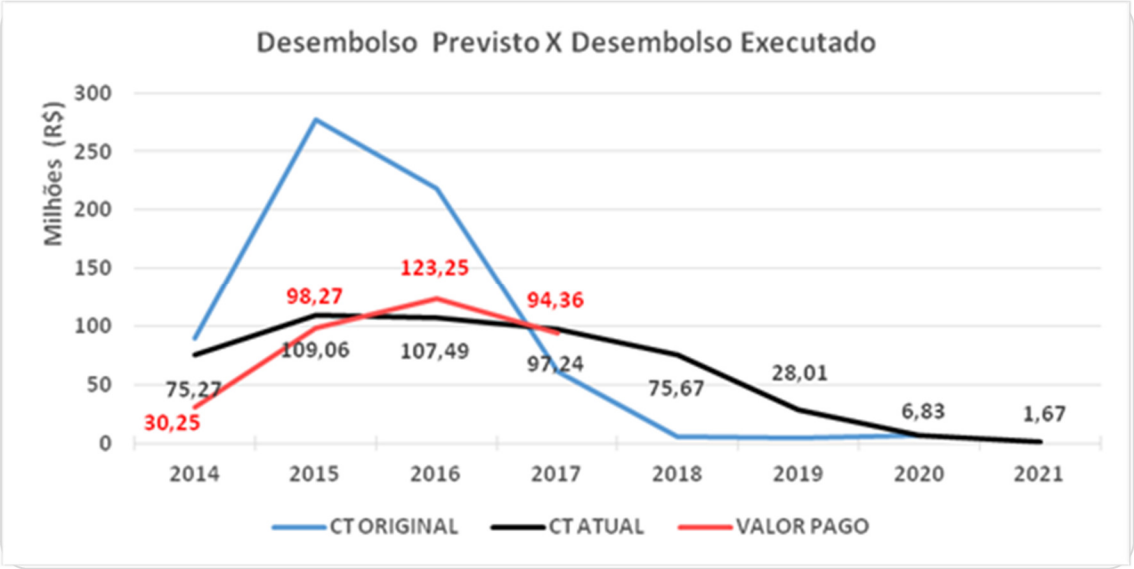
Os valores empenhados, liquidados e pagos, conforme dados registrados no SIOP, nos anos de 2014, 2015, 2016 e 2017, são apresentados no quadro abaixo:

Execução Orçamentária e Financeira

Exercício	Ação	Empenhado	Liquidado	Pago	Restos a pagar
2014	20XV	89.607.595,65	30.253.495,72	30.253.495,72	59.354.099,93
2015	20XV	98.862.349,99	98.268.593,56	98.268.593,56	593.756,43
2016	20XV	124.221.329,05	123.251.681,52	123.251.681,52	969.647,53
2017	20XV	119.603.585,16	118.186.594,72	94.356.530,09	1.416.990,44

Fonte SIOP.

A relação entre os desembolsos previstos contratualmente e os pagamentos realizados são apresentados no quadro abaixo.



Fonte: COPAC.

No que se refere ao acompanhamento e controle da execução, o Projeto I-X conta com um Grupo de Acompanhamento e Controle situado nas instalações da empresa EMBRAER S.A., na cidade de São José dos Campos - SP. Esta Unidade tem por atribuições assessorar o Gerente do Projeto e Fiscais dos Contratos, controlar o andamento das atividades contratadas, realizar avaliação de custos, análises técnicas e análises econômicas e financeiras entre outras.

Contratualmente, o Projeto de aquisição das aeronaves laboratório, destinadas às missões de inspeção em voo, está estruturado em um contrato administrativo e um acordo de compensação. Os prazos de execução, variação do valor contratado, valores desembolsados, bem como, as descrições resumidas dos instrumentos contratuais são apresentados a seguir:

Instrumento Contratual	**Contrato de Despesa nº 009/DCTA-COPAC/2014**
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	EMBRAER S.A. S/A
Modalidade de Licitação	Concorrência. Inexigível. Caput do Art. 25 da Lei 8.666/93
Publicação	DOU nº 83, de 5 de maio de 2014.

Em 30 de abril de 2014 foi firmada com a empresa EMBRAER S.A., por meio do Contrato de Despesa nº 009/DCTA-COPAC/2014, a aquisição de seis aeronaves de inspeção em voo e suporte logístico.

O Preço total é de R$ 501.236.226,62, nas CE DEZ13. Atualmente está em seu 4º Termo Aditivo com saldo contratual de R$ 112.175.970,50. As despesas deste Contrato são custeadas pela Ação 20XV – Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro. Prazo de vigência: 30 de novembro de 2021.

Contrato de Despesa	**1º TA ao Contrato de Despesa nº 009/DCTA-COPAC/2014**
Publicação	DOU nº 245, de 18 de dezembro de 2014.

O 1º TA ao Contrato de Despesa nº 009/DCTA-COPAC/2014, celebrado em 17 de dezembro de 2014, teve como motivação a necessidade de se ajustar o preço total do Contrato face a correção nos elementos de despesas de algumas etapas e consequentemente dos impostos incidentes no preço base das etapas.

Contrato de Despesa	**2º TA ao Contrato de Despesa nº 009/DCTA-COPAC/2014**
Publicação	DOU nº 181, de 20 de setembro de 2016.

Com a alocação de recursos orçamentários inferiores aos compromissos contratuais no ano de 2016 houve a necessidade de se ajustar a cadência de entrega das aeronaves de número 3 a 6 e, ainda, o fracionamento e prorrogação da entrega de etapas relacionadas ao suporte logístico inicial.

Contrato de Despesa	**3º TA ao Contrato de Despesa nº 009/DCTA-COPAC/2014**
Publicação	DOU nº 243, de 20 de dezembro de 2016.

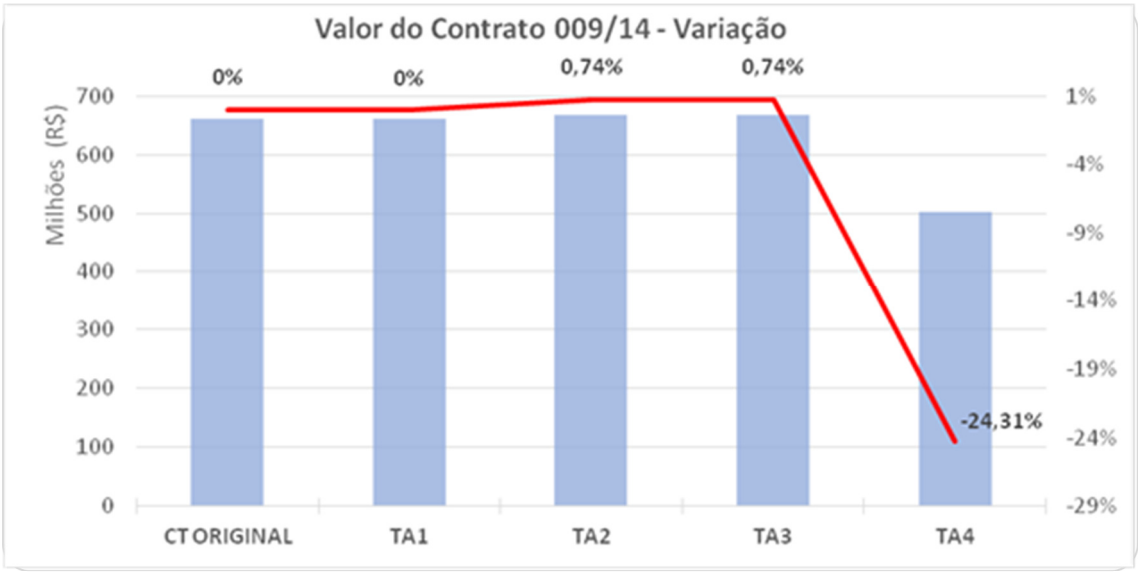
O 3º TA ao Contrato de Despesa nº 009/DCTA-COPAC/2014, firmado em 19 de dezembro de 2016 foi motivado pelo uso intenso da aeronave nas atividades de inspeção em voo e treinamento das equipagens. Com o recebimento da segunda aeronave, verificou-se a necessidade de se recompor a lista de aprovisionamento inicial, modificado em função da redução dos recursos orçamentários por meio do 2º TA. Devido a dificuldades de ordem orçamentária o encerramento foi reprogramado para 30 de novembro de 2021.

Contrato de Despesa	**4º TA ao Contrato de Despesa nº 009/DCTA-COPAC/2014**
Publicação	DOU nº 244, de 21 de dezembro de 2017.

O 4º TA ao Contrato de Despesa nº 009/DCTA-COPAC/2014, firmado em 20 de dezembro de 2017 foi motivado pela redução de duas aeronaves e alteração na cadência de entrega das aeronaves nº 3 e 4, para julho de 2018 e julho de 2019 respectivamente. Foram alteradas as cláusulas Objeto, reduzindo a quantidade de seis para quatro aeronaves; Preço para ajustar o preço total em função da redução do objeto; Custeio para atualizar os desembolsos anuais e valor total do contrato; Forma de pagamento para ajustar o valor a ser pago; e o Cronograma Físico-Financeiro para refletir os ajustes decorrentes da redução do número de aeronaves.

O preço total a ser pago á contratada passou de R$ 667.174.408,38 para R$ 501.236.226,62. O prazo de vigência manteve-se em 30 de novembro de 2021.

O quadro a seguir apresenta a variação do valor contratado no Contrato de Despesa nº 009/DCTA-COPAC/2014.



Fonte: COPAC.

Instrumento Contratual	**Acordo de Compensação nº 001/DCTA-COPAC/2014**
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	NORWEGIAN SPECIAL MISSION AS (NSM)
Contratos Associados	009/DCTA-COPAC/2014
Modalidade de Licitação	Lei 8.666/93
Publicação	DOU nº 119, de 25 de junho de 2014.

O Acordo de Compensação nº 001/DCTA-COPAC/2014 foi firmado em 18 de junho de 2014, com a empresa Norwegian Special Mission AS. O Valor da obrigação acordado foi de US$ 30,277,809.00. Hão houve reconhecimento de créditos. Este acordo tem por finalidade estabelecer responsabilidades das partes envolvidas para a concretização dos Projetos de compensação que integram o Plano de Aplicação de Compensação, vinculado ao subcontrato firmado entre a EMBRAER S.A. e a Norwegian Special Mission, para o fornecimento e integração de sistemas de inspeção de voo. Beneficiários EMBRAER S.A., ATC Systems e COMAER. O encerramento deste acordo está programado para 31 de dezembro de 2018.

12 Projeto AAE



O projeto de aquisição de um Sistema de Artilharia Antiaérea visa atender às necessidades estratégicas do Estado brasileiro e propor medidas de fomento para ampliar a capacidade da indústria nacional e garantir a sua autonomia no fornecimento de produtos às Forças Armadas, em relação ao Sistema de Defesa Antiaérea, conforme estabelecido na Portaria Interministerial nº 1.808/MD/MCT/MDIC/MF/MP/MRE, de 12 de junho de 2013.

Para a aquisição deste sistema, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, em atendimento ao Ministério da Defesa, criou uma ação orçamentária específica denominada 151D – Obtenção de Sistemas de Defesa.

A condução das tratativas para aquisição das Baterias Antiaérea de Média altura, conforme determinação do Ministério da Defesa, ficou a cargo da Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate - COPAC.

Não foram disponibilizados recursos orçamentários na Ação 151D para o exercício de 2017. O Projeto aguarda a aprovação dos Requisitos Técnicos, Logísticos e Industriais - RTLI* pelo Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas do Ministério da Defesa, para continuidade das ações de negociação.

* Requisitos Técnicos, Logísticos e Industriais (RTLI) - Documento que decorre dos requisitos operacionais (ROP) e consiste na fixação das características técnicas, logísticas e industriais que o Sistema ou Material deverá ter para cumprir os requisitos operacionais estabelecidos.